Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário
0000442-27.2025.5.06.0024

PARA ACESSAR O SUMÁRIO, CLIQUE AQUI

Tramitação Preferencial
- Acidente de Trabalho

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 16/04/2025
Valor da causa: R$ 476.000,00

Partes:
RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
ADVOGADO: RAFAEL PYRRHO CORREIA DE MELO
ADVOGADO: GABRIEL GONCALVES DIAS
ADVOGADO: JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS
RECLAMADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE
ADVOGADO: JULIANA ERBS
PERITO: RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI
PERITO: LUIZ EDUARDO BARBOSA REBOUCAS FREITAS
PERITO: BRENO DOMINGOS DE GUSMAO MELO

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DA _____ VARA DO TRABALHO DE RECIFE-PE

REINTEGRAÇÃO. BENEFICIO CONCEDIDO DURANTE AVISO PRÉVIO."

"CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO NO CURSO DO AVISO PRÉVIO INDENIZADO. EFEITOS. INAPTO NO MOMENTO DA DEMISSÃO. LER DORT."

"DOENÇA OCUPACIONAL EQUIPARADA ACIDENTE DE TRABALHO. NECESSIDADE DE PERICIA MÉDICA"

MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS, brasileira, solteira, aux. de serviços gerais, portadora do registro civil de nº 5.841.105 SDS/PE, inscrita no CPF/MF sob o nº 800.381.314-04, residente e domiciliada à R. João pessoa, Nº 115, Santo Amaro, Recife/PE. CEP: 50110-745, por meio de seu advogado devidamente constituído e que abaixo subscreve, conforme procuração em anexo, com endereço profissional constante no respectivo instrumento, local onde desde já requer que sejam enviadas as notificações/intimações necessárias ao feito, vem, mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, nos termos do artigo 840, **§ 1º** da CLT, ajuizar a presente

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

Em face da **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE**, empresa privada, CNPJ nº **10.869.782/0001-53**, com endereço na Avenida Cruz Cabugá, nº1563 - Santo Amaro, Recife- PE, 50.040-000, pelos fatos e fundamentos a seguir expendidos:

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - babb882

DA JUSTIÇA GRATUITA

Requer o reclamante, de logo, pelo benefício da Justiça gratuita, nos termos do artigo 790, § 3º da CLT e ainda, o artigo 5º inciso LXXIV da Constituição Federal, por se encontrar sem condições de arcar com as despesas processuais sem prejuízo do seu próprio sustento ou de seus familiares, e demais despesas que possam advir da presente ação.

DAS NOTIFICAÇÕES

Requer, em conformidade com a Súmula 427 do TST, e procuração assinada pelo autor (doc. anexo) que todas as notificações, intimações e publicações, sejam feitas exclusivamente em nome da advogada **JÉSSICA CAROLINA GONÇALVES DIAS, OAB/PE 37.219,** com endereço profissional na Av. Gov. Agamenon Magalhães, Nº 4779, Empresarial Isaac Newton, Sala 702, Ilha do Leite, Recife/PE, CEP: 50070-160. E-mail: advjessicadias@gmail.com

DAS PRELIMINARES
DA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS COMO MEIO DE PROVA

Requer que Vossa Excelência determine no momento da citação a apresentação de documento para produção de prova acerca da matéria discutida, sendo tais documentos:

- **Contracheques, espelhos de pontos e arquivos de ponto biométrico que comprovam alterações no registro de pontos, sendo AFD (registros originais, sem alterações de horários), AFDT (registros que sofreram alterações manuais), ACJEF (arquivo de controle de jornada para efeitos fiscais).**
- **Exames admissionais, periódicos e demissional com descrição de riscos;**
- **PCMSO (programa de controle médico de saúde ocupacional), PPRA (Programa de prevenção de risco ambientais) e LTCAT (Laudo técnico de condições ambientais);**
- **Ficha de EPI;**
- **Acertos de pontos realizados pelo reclamante;**

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - babb882

DA PRELIMINAR – DA NÃO LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO AOS VALORES DOS PEDIDOS INICIAIS – IMPOSSIBILIDADE DE LIQUIDAÇÃO EXATA EM RAZÃO DE DOCUMENTOS QUE ESTÃO DE POSSE DA RECLAMADA

Os valores devidos ao reclamante deverão ser apurados, em liquidação de sentença, por cálculos que NÃO devem se limitar aos valores lançados na petição inicial.

A inovação trazida na Lei n. 13.467/17 fica por conta da exigência de que o pedido deva "ser certo, determinado e com indicação de seu valor".

Isso, no entanto, não representa uma alteração substancial, pois a precisão e a determinação do pedido dizem respeito à sua própria essência e a indicação do valor, como está expresso no dispositivo legal referido, não passa de uma indicação, ou seja, não se trata de uma liquidação, vez que essa só decorre da condenação.

O art. 840, §1º, da CLT, ainda deixa claro que o valor da liquidação não está delimitado pelo valor do pedido.

O valor do pedido, indicado na inicial, ademais, é, meramente, a expressão econômica que se considera advir do pedido (daí a expressão "indicação"), sendo que mesmo essa indicação não poderá ser exigida quando for impossível (ou bastante difícil, dada a complexidade dos cálculos trabalhistas que muitas vezes se apresentam) fazê-lo no momento da propositura da ação, considerando-se, como deve ser, que em muitas situações isso não é possível. Mesmo o CPC tem regra neste sentido (§ 1º do art. 324, CPC).

Por este motivo, o valor apresentado NÃO limita a condenação, porque o Magistrado deve julgar o pedido, na perspectiva de uma correspondência entre o fato e o direito.

DOS FATOS E FUNDAMENTOS
DO CONTRATO DE TRABALHO

A Reclamante foi contratada em 10/01/2015 para exercer a função de **AUXILIAR DE SERVIÇOS E LIMPEZA** junto à IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE, onde laborou até sua dispensa em 05/12/2023. Durante todo o pacto laboral, desempenhou suas funções em regime de jornada 12x36 das 7h às 19h, sendo constantemente submetida a dobrar plantões, permanecendo 3 a 4 dias consecutivos no hospital sem qualquer pagamento adicional ou compensação.

Com o início da pandemia da COVID-19, a Reclamante foi deslocada para atuar na Enfermaria Santo Antônio, ala específica para pacientes contaminados, onde passou a conviver diariamente com cenas de morte, sofrimento e pressão extrema. Por falta de maqueiros, era obrigada a auxiliar no transporte de corpos, liberando leitos e executando tarefas totalmente alheias à sua função contratual.

A sobrecarga física e emocional culminou em uma série de adoecimentos, entre eles: crises de ansiedade, episódios depressivos, asma provocada por uso constante de produtos como formol, e patologias musculoesqueléticas devido ao esforço repetitivo e à ausência de treinamentos ou avaliações ergonômicas.

Nos últimos oito meses do contrato, passou a ser perseguida por sua superiora Naiara, que constantemente lhe dirigia palavras depreciativas, inclusive a chamando de "doida" na frente de colegas. Três dias após uma dessas agressões verbais, a Reclamante teve uma crise emocional grave e precisou ser atendida na própria unidade hospitalar onde trabalhava. Foi dispensada logo em seguida, sob a alegação de não estar mais no perfil da empresa.

Importante destacar que, no curso do aviso prévio trabalhado, a Reclamante foi acometida por agravamento de seu quadro de saúde psíquica, tendo sido reconhecida pelo INSS como incapacitada para o trabalho, com a concessão do benefício de auxílio-doença (espécie 31, NB 800.381.314-04), a partir de 10/01/2024. Tal concessão ocorreu no curso do aviso prévio da Reclamante, o que, à luz da Súmula 371 do TST, impõe a integração do aviso prévio ao contrato de trabalho, gerando, por consequência, a estabilidade provisória prevista no art. 118 da Lei 8.213/91.

DA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA – INAUDITA ALTERA PARS

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - babb882

Em razão de todas as afirmações acima expostas, das documentações em anexo e DA URGÊNCIA QUANTO AO TRATAMENTO oriunda de doença profissional, requer a obreira que Vossa Excelência se digne em determinar em caráter liminar sua reintegração, por ser da mais lídima e cristalina justiça.

A respeito de antecipação da tutela, diz o art. 273 do Código de Processo Civil, fonte Subsidiária do Processo Trabalhista:

> "O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença de verossimilhança da alegação e;
> I - Haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação o antecipado; ou
> II -...

Diante do que foi exposto, conclui-se que juntamente com as provas apresentadas aos autos, cristalino é o direito do obreiro aos efeitos da antecipação da tutela, uma vez que a verossimilhança, o nexo de causalidade e o receio de dano preenchem tais requisitos.

Por sua vez, a demora natural da solução do litígio certamente causará um dano irreparável: o agravamento da doença adquirida pelo autor, já que se encontra desempregado, não podendo comprar os medicamentos e fazer a fisioterapia. Entende que sua demissão foi injusta e ilegal. Dessa forma, além de doente o reclamante encontra-se em difícil situação financeira para cuidar da sua enfermidade.

A presente liminar uma vez concedida pode ser revogada ou modificada a qualquer tempo por Vossa Excelência, de modo que o Princípio da Isonomia não será de forma algum quebrado pela concessão urgente dessa efetiva medida, não tendo natureza de irreversibilidade, pois pode vir a ser perfeitamente restaurada a situação anterior, assim como o retorno do obreiro à empresa, em função compatível com as suas restrições físicas, e nenhum prejuízo causará à reclamada.

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - babb882

É citado por José Alberto dos Reis (A Figura do Processo Cautelar, in AJURIS 19/17):

> "A impossibilidade prática de acelerar o andamento do processo principal até o ponto de se obter, de um dia para outro, a decisão definitiva e, por outro lado, a necessidade de que se tome, provisoriamente, determinada providência para afastar um perigo iminente de dano, é que fazem surgir o processo cautelar. Quer dizer, a necessidade de fazer depressa está em conflito com a necessidade de fazer bem. As providências cautelares vêm resolver o conflito, conciliando quando possível o interesse da celeridade com o interesse da ponderação. Entre o fazer depressa, com o risco de fazer mal, e o fazer bem, mais muito tarde, as providências cautelares propõem-se, sobretudo, fazer depressa, ensejando que o problema da justiça intrínseca da decisão seja resolvido com calma e reflexão mediante as formas ordinárias: permitem que o processo principal funcione devagar e com segurança, porque preparam as coisas para que a decisão definitiva, quando vier a ser tomada, tenha a mesma eficácia prática que se fosse proferida instantaneamente."

A existência, antes da causa principal, da ocorrência de atos capazes de causar uma grave lesão e de difícil e incerta reparação do direito do requerente, justifica a presente medida e a sua consequente decretação, haja vista que os pressupostos para a liminar encontram -se perfeitamente claros na articulação dos fatos e do direito, inteiramente provada com os documentos juntados.

Vejamos a súmula 371 do TST:

A Súmula 371 do TST garante a anulação da dispensa ilegal, haja vista a concessão do auxílio doença ao autor no curso do aviso prévio, caso dos autos, vejamos:

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - babb882

> **"no caso de concessão de auxílio-doença comum ou acidentário no curso do aviso prévio, ainda que indenizado, suspende-se o contrato de trabalho até a alta médica do empregado."**

O auxílio-doença é concedido ao trabalhador em virtude de incapacidade temporária para o trabalho, com base nos **artigos 59 e 60 da Lei 8.213/91**. Este benefício estabelece a suspensão do contrato de trabalho, pois o empregado está impossibilitado de exercer suas funções. Assim, a projeção do aviso prévio não resulta na ruptura definitiva do contrato, uma vez que a incapacidade é superveniente ao início do aviso. A concessão do benefício previdenciário espécie 31, durante o período de projeção do aviso prévio, suspende os efeitos rescisórios do contrato de trabalho até a cessação da incapacidade. Dessa forma, a empresa fica impedida de considerar o contrato rescindido até que o empregado tenha condições de retorno ao trabalho, conforme preceitua a **Súmula 371 do TST.**

> **SÚMULA Nº 371 - AVISO PRÉVIO INDENIZADO. EFEITOS. SUPERVENIÊNCIA DE AUXÍLIO-DOENÇA NO CURSO DESTE**
>
> A projeção do contrato de trabalho para o futuro, pela concessão do aviso prévio indenizado, tem efeitos limitados às vantagens econômicas obtidas no período de pré-aviso, ou seja, salários, reflexos e verbas rescisórias. No caso de concessão de auxílio-doença no curso do aviso prévio, todavia, só se concretizam os efeitos da dispensa depois de expirado o benefício previdenciário.

No caso concreto, a dispensa ocorreu em 05/12/2023 e o benefício foi concedido em 10/01/2024, ou seja, dentro do prazo do aviso prévio. Assim, a autora ainda estava com o contrato em vigor, vejamos o que impõe **o item II da súmula 378 do TST:**

> Súmula 378/TST- **Seguridade social. Acidente de trabalho. Garantia de emprego. Estabilidade provisória. Pressupostos. Auxílio-acidente. Lei 8.213/1991, art. 118 (constitucionalidade). Lei 8.213/1991, art. 86.**

> **I -** É constitucional o art. 118 da Lei 8.213/1991 que assegura o direito à estabilidade provisória por período de 12 meses após a cessação do auxílio-doença ao empregado acidentado. (ex-OJ 105/TST-SDI-I - Inserida em 01/10/97).
>
> **II - São pressupostos para a concessão da estabilidade o afastamento superior a 15 dias e a conseqüente percepção do auxílio doença acidentário, salvo se constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego**. (Primeira parte - ex-OJ 230/TST-SDI-I - Inserida em 20/06/2001).
>
> **III -** O empregado submetido a contrato de trabalho por tempo determinado goza da garantia provisória de emprego, decorrente de acidente de trabalho, prevista no art. 118 da Lei 8.213/1991.

É importante registrar que embora o benefício tenha sido concedido como auxílio-doença previdenciário (espécie 31), é público e notório que o INSS não reconhece de plano a natureza ocupacional de doenças psíquicas – razão pela qual cabe ao Poder Judiciário Trabalhista a análise da existência de nexo técnico e causal. No presente caso, há forte vínculo entre as atividades desempenhadas e o adoecimento da Reclamante, conforme demonstrado nos laudos médicos, na atuação na ala COVID e nos danos psíquicos e físicos que sofreu.

Sobre o tema, Sebastião Geraldo de Oliveira leciona:

> "Não é necessário que a Previdência Social reconheça a natureza acidentária do afastamento para que o Judiciário Trabalhista reconheça o direito à estabilidade. [...] Cabe ao Juiz do Trabalho analisar o nexo causal à luz da prova dos autos." (OLIVEIRA, Sebastião Geraldo. Indenizações por Acidente do Trabalho ou Doença Ocupacional. LTr, 2020)

Ainda, conforme Dallegrave Neto:

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - babb882

> "A concessão de benefício por incapacidade durante o aviso prévio impõe o reconhecimento da estabilidade, mesmo que o INSS não tenha reconhecido o caráter acidentário da moléstia, pois o juiz do trabalho não está adstrito à classificação administrativa do benefício." (DALLEGRAVE NETO, Mauricio. A reparação do dano moral nas relações de emprego, RT, 2015)

Isto posto, uma vez cumpridos os requisitos legais, e por haver fundado receio de que a demora cause ao direito do reclamante lesão grave e de difícil reparação, **REQUER**, como medida de urgência, ***inaudita altera pars***, que Vossa Excelência se digne em conceder - **L I M I N A R M E N T E** – a nulidade da demissão efetuada pela reclamada e que está o reintegre **em condições compatíveis com as suas necessidades**, **em razão da sua doença**, sob pena de multa diária no valor de R$ 1.000,00.

Nesse contexto, além da estabilidade acidentária, o ato de dispensa da Reclamante se revela discriminatório, pois ela foi dispensada no exato momento em que estava visivelmente adoecida, sendo inclusive chamada de "doida" pela superiora Naiara, com posterior crise emocional que exigiu atendimento médico imediato na própria unidade hospitalar onde trabalhava.

Diante do exposto, é plenamente cabível a reintegração da Reclamante ao emprego, com o pagamento dos salários vencidos desde a data da dispensa.

Contudo, caso Vossa Excelência entenda pela inexistência da estabilidade acidentária com fundamento exclusivo na concessão do benefício previdenciário no curso do aviso prévio, requer-se, **subsidiariamente**, a reintegração da Reclamante com base na **dispensa discriminatória.**

Requer ainda, como pedido **LIMINAR**, que também seja determinado que a empresa **RESTABELEÇA O PLANO DE SAÚDE DA AUTORA** com o pagamento dos salários vencidos desde a data da dispensa, ou, caso Vossa Excelência entenda pela inviabilidade do retorno, que seja concedida indenização substitutiva pela estabilidade suprimida, quando esta decisão certamente será confirmada por Sentença, o que desde já requer.

DO ACIDENTE DE TRABALHO TÍPICO COM MATERIAL PERFURO CORTANTE

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - babb882

A Reclamante foi vítima de dois acidentes típicos de trabalho, ambos decorrentes de perfurações com materiais cortantes contaminados que haviam sido descartados de forma totalmente indevida no lixo comum da unidade hospitalar.

Os acidentes ocorreram no exercício da função de limpeza, ao manusear sacos de lixo e recipientes de descarte. Em ambas as situações, ao ser perfurada por material biológico, a Reclamante foi imediatamente submetida a exames laboratoriais para investigação de contaminações por HIV, hepatites virais e outras doenças infectocontagiosas. Por protocolo médico, teve de iniciar tratamento profilático com antirretrovirais — popularmente conhecido como "coquetel" — durante aproximadamente 30 dias após cada acidente.

Esse tipo de exposição é caracterizado como acidente de trabalho típico, nos termos do art. 19 da Lei 8.213/91:

> “Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa [...] provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, a perda ou a redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.”

É evidente a responsabilidade objetiva da Reclamada, uma vez que deixou de observar as normas mínimas de segurança e saúde no trabalho, em violação direta às NRs 32 (segurança e saúde em serviços de saúde) e 6 (EPI), bem como ao art. 157, I da CLT. O empregador responde pela inobservância dos deveres de proteção, fiscalização e prevenção de acidentes.

A conduta negligente do hospital ao permitir que materiais contaminantes fossem descartados em lixo comum é absolutamente inaceitável, configurando falha grave de gestão de risco biológico e infração às normas da Anvisa e do Ministério da Saúde.

Tal exposição acentuou o quadro de abalo psíquico da Reclamante, contribuindo para o agravamento de sua condição clínica ansiosa e depressiva, conforme atestam os laudos médicos acostados aos autos.

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - babb882

DA INDENIZAÇÃO PELO ABALO PSICOLÓGICO DECORRENTE DA EXPOSIÇÃO A RISCO BIOLÓGICO

A Reclamante foi submetida a um sofrimento psíquico intenso ao se ver obrigada a tomar antirretrovirais por 30 dias, em razão de acidentes com materiais cortantes contaminados, descartados de forma negligente pela Reclamada. A incerteza quanto à contaminação, o medo da morte e o constrangimento de passar por exames e tratamentos são suficientes para configurar o **dano moral *in re ipsa***.

O risco era previsível e evitável, o que impõe a **responsabilidade objetiva do empregador**, conforme o art. 927, parágrafo único, do Código Civil. A jurisprudência dos Tribunais Regionais do Trabalho tem reconhecido esse tipo de dano como indenizável, mesmo sem resultado de contaminação.

Assim, requer-se o pagamento de indenização por **dano moral autônomo**, em valor não inferior a **R$ 30.000,00**, a ser arbitrado por Vossa Excelência, considerando a gravidade do abalo sofrido e o caráter pedagógico da sanção.

DO NEXO TÉCNICO EPIDEMIOLÓGICO ENTRE AS PATOLOGIAS PSIQUIÁTRICAS E OSTEOMUSCULARES E A ATIVIDADE LABORAL

As atividades exercidas pela Reclamante inserem-se em contexto de elevado risco físico e emocional, em especial por se tratar de ambiente hospitalar durante a pandemia da COVID-19, quando atuou na linha de frente no setor da Enfermaria Santo Antônio — ala destinada exclusivamente ao tratamento de pacientes infectados.

A jurisprudência, a doutrina e o próprio sistema previdenciário (via NTEP – Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário) reconhecem que determinadas patologias estão estatisticamente vinculadas a certos grupos de atividades econômicas.

No presente caso, a empresa possui CNAE 8610-1/01 (atividades hospitalares), que segundo a Tabela NTEP, está associado a uma **presunção de nexo técnico com os CIDs**:

- **F32 e F41** (episódios depressivos e transtornos ansiosos),

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - babb882

- **M17.1, M54.5, G57.1** (gonartrose, lombalgia e neuropatias periféricas).

A atuação diária da Reclamante em tarefas de alta exigência física, associadas à sobrecarga emocional provocada pelo enfrentamento de situações de morte constante, ausência de apoio psicológico, tarefas além da função contratual (transporte de cadáveres), e jornadas dobradas sem descanso, cria um **ambiente propício ao adoecimento físico e mental**, o que efetivamente se concretizou.

Conforme leciona **Sebastião Geraldo de Oliveira**:

> *"É suficiente a correlação estatística para que se presuma o nexo causal entre a atividade profissional e a doença, cabendo ao empregador o ônus da prova em sentido contrário."* (OLIVEIRA, Sebastião Geraldo. Indenizações por Acidente do Trabalho ou Doença Ocupacional. LTr, 2020)

O NTEP consagra o princípio da causalidade presumida. Dessa forma, uma vez demonstrado que a Reclamante desenvolveu tais patologias enquanto exercia atividade em ambiente enquadrado pelo NTEP, a presunção de origem ocupacional resta estabelecida, exigindo do empregador a prova robusta de que os males decorrem de fatores alheios à relação de trabalho — o que, no presente caso, não ocorreu.

Assim, requer-se o reconhecimento da natureza **ocupacional** das doenças psíquicas e osteomusculares da Reclamante, com os reflexos legais pertinentes, inclusive estabilidade acidentária e reparação integral dos danos.

DOS DANOS MORAIS DECORRENTES DA DOENÇA PROFISSIONAL EQUIPARADA A ACIDENTE DE TRABALHO

O conjunto de condições adversas de trabalho a que foi submetida a Reclamante – esforço físico extremo, ambiente hospitalar de alto risco, jornadas exaustivas, exposição contínua a sofrimento e morte durante a pandemia da COVID-19, ausência de suporte psicológico e falta de medidas ergonômicas – resultou no desenvolvimento de doenças ocupacionais de natureza psíquica e osteomuscular, conforme comprovado nos autos.

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - babb882

A responsabilidade civil do empregador, nesses casos, é objetiva, nos termos do art. 927, parágrafo único, do Código Civil, porquanto configurado o risco acentuado da atividade hospitalar, ainda mais intensificado durante o período pandêmico. Além disso, houve evidente negligência patronal em adotar medidas preventivas e de proteção à saúde da trabalhadora, infringindo as normas da CLT (arts. 157 e 166), da Constituição Federal (art. 7º, XXII), e da legislação previdenciária (art. 19 e seguintes da Lei 8.213/91).

É inegável que o sofrimento da Reclamante extrapolou o mero dissabor cotidiano. Foram episódios de dor física, crises de ansiedade, medo de contaminação grave, uso forçado de medicamentos com efeitos colaterais intensos, exclusão e humilhações no ambiente de trabalho, que culminaram em dispensa discriminatória. Tais fatos violam frontalmente a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF/88) e impõem reparação.

É importante mencionar que a reclamante foi contrata para laborar para a Reclamada apta em pleno gozo de sua saúde física e mental, tendo a mesma e após ter se utilizado toda a sua vitalidade, energia e saúde o descartado, como se "coisa", fosse o trabalhador com patologias incapacitantes que atingem de forma psicológica e física com moléstias que atingem seus ombros, joelhos e punho, conforme revela os laudos em anexo.

Durante todo o contrato de trabalho a Reclamada **DESRESPEITOU** boa parte dos princípios que norteiam o contrato de trabalho, e os principais são: princípio da dignidade da pessoa humana e a proteção integral da trabalhadora.

O pedido de danos morais requerido encontra amparo na pratica de assédio moral praticado, além de não fornecimento de EPI, entre outras. Os danos morais pretendidos estão perfeitamente amparados na lei.

Sabe-se que empresa tem a obrigação de zelar pela vida e saúde dos seus empregados, no entanto, a reclamada pouco se importa com os mesmos. Em processo cujo pedido se assemelha ao presente, o Tribunal desta Região assim se pronunciou:

> *<u>Dano Moral</u> - <u>Indenização</u> - No campo das relações de trabalho, o empregador tem o dever de proteção em face do empregado. As normas internacionais cobrem esses*

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - babb882

> *direitos do trabalhador, impondo fiscalização rigorosa do Estado sobre o comportamento que possa trazer dano à saúde do mesmo. (RO-0929/00, 3ª T. Juíza Relatora Eneida Melo Correia de Araújo).*

Vem requerer ao Juízo, portanto, que a empresa seja condenada ao pagamento de uma indenização pelos danos morais causados ao reclamante, nas razões logo acima expostas, cuja indenização pede que seja arbitrada pelo Juízo.

Requer ainda que seja observado que houve por parte da empresa: omissão, negligência, desprezo pelas normas protetoras à saúde do trabalhador e, desvio de função, trabalhos exagerados e nenhum interesse em utilizar mecanismos que podem e poderiam evitar a ocorrência de doenças ocupacionais ou do trabalho, mecanismos simples de serem observados, tais como: treinamentos e programas de ergonomia, redução da carga horária e cumprimento correto do contrato de trabalho.

Valores de indenizações baixos são insignificantes para empresas de grande porte, tal qual a reclamada, e sendo irrelevantes não servem como desestímulo para as mesmas, pois não lhe incomodam diante da sua insignificância, exemplo disso é que a ré já reincidente diversas vezes, conforme alguns empregados acima citados.

Vale destacar que diferente de outras ações trabalhistas que versam sobre uma ou duas lesões, o reclamante possui diversas lesões de cunho ocupacional em diversas partes do corpo.

Quanto ao valor da indenização justa, para que o ofensor seja desestimulado e a vítima de alguma forma compensada pelo seu sofrimento, os mestres na matéria assim orientam:

> *"... reparação do dano moral mediante a condenação em dinheiro traduz uma idéia de permuta, com o que, procura-se suavizar a dor da vítima, a par de tentar-se punir e desestimar o ato ilícito do ofensor, não fazendo letra morta o princípio ``neminem laedere'' (José Raffaelli Santini, Cit. Editora de Direito Ltda, 1977).*

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - babb882

Para Caio Mário, a vítima deve receber uma soma que lhe compense a dor ou o sofrimento, a ser arbitrado pelo juiz, atendendo às circunstâncias de cada caso e tendo em vista a situação econômica do causador da lesão e a situação pessoal do ofendido (*Cit., p. 60*)**.**

> *"... a indenização por dano moral não tem caráter unicamente indenizatório, mas também possui caráter pedagógico, ao servir de freio as atos culposos futuros do empregador e de outros do mesmo ramo". (TARS. 5ª Câm. Cív. Ac. n 193118346/93, Rel. Juiz Jorge Alcebíades Perrone de Oliveira, Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados).*

Essa dupla finalidade vem sendo destacada com frequência nos julgamentos: compensar a vítima e punir o infrator, a primeira indeniza pelo dano, a segunda previne novas ocorrências, assim requer pela condenação da reclamada no importe de **R$ 100.000,00 (cinquenta mil reais) a título de danos morais pelas enfermidades adquiridas de cunho ocupacional.**

Requer o reclamante a realização de **perícia MÉDICA PSIQUITRICA e ORTOPÉDICA**.

DA EVENTUAL INVIABILIDADE DA REINTEGRAÇÃO - DO PEDIDO SUCESSIVO DE INDENIZAÇÃO SUBSTITUTIVA

Na hipótese de Vossa Excelência entender que a reintegração da Reclamante ao emprego não seja possível, seja por razões fáticas ou por eventual esgotamento do vínculo de confiança entre as partes, requer-se, de forma sucessiva, a conversão do pedido em indenização substitutiva pela estabilidade provisória suprimida.

Tal pretensão encontra amparo no entendimento consolidado da jurisprudência e na doutrina majoritária, que reconhecem que, nos casos de doença ocupacional equiparada a acidente de trabalho, o trabalhador faz jus à estabilidade de 12 meses após a cessação do benefício previdenciário, conforme art. 118 da Lei 8.213/91.

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - babb882

Como leciona Sebastião Geraldo de Oliveira:

> "A impossibilidade de reintegração do empregado com estabilidade não afasta o direito à indenização substitutiva, equivalente à remuneração do período estabilitário, com reflexos legais." (OLIVEIRA, Sebastião Geraldo. Indenizações por Acidente do Trabalho ou Doença Ocupacional. LTr, 2020)

Assim, requer-se, na eventualidade de não acolhimento do pedido de reintegração, a condenação da Reclamada ao pagamento da indenização correspondente ao período estabilitário, a contar da cessação do benefício (prevista para 05/01/2025), com todos os reflexos salariais e indenizatórios devidos.

DA DISPENSA DISCRIMINATÓRIA – NULIDADE E CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS

Conforme amplamente demonstrado nos autos, a Reclamante é portadora de doenças graves, de natureza psíquica e osteomuscular, reconhecidas inclusive pelo INSS ao conceder benefício por incapacidade. A empregadora, ciente do estado clínico da trabalhadora, inclusive por força dos sucessivos atestados e do histórico de acompanhamento médico, e crises psíquica durante a jornada de trabalho, optou por dispensá-la em momento de especial vulnerabilidade, configurando nítido ato discriminatório.

Diante da sua condição clínica, a reclamante já apresentou faltas justificadas ao trabalho, sendo que a ré possuía total ciência das doenças que acometem a trabalhadora, seja por intermédio dos atestados apresentados, seja em das crises de ansiedade e pânico que aconteceram durante a jornada de trabalho.

Tendo em vista o agravamento do quadro clínico da obreira em 2021, esta buscou ajuda médica, sendo prescrito tratamento medicamentoso.

Contudo, sabedora das condições clínicas da autora, a reclamada optou por demitir a obreira de forma completamente discriminatória.

A justificativa da ré, na ocasião, fora a redução do quadro de empregados, contudo, em seguida à demissão da autora, a ré contratou uma empregada para

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - babb882

substituir a autora, além de outros empregados para ocuparem outros cargos, restando evidente que a dispensa se dera em razão das doenças graves que acometem a autora.

Segundo preconiza o artigo 1º da Lei nº 9.029/95:

> ***Art. 1º*** *É proibida a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso à relação de trabalho, ou* ***de sua manutenção****, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar, deficiência,* ***reabilitação profissional****, idade,* ***entre outros****, ressalvadas, nesse caso, as hipóteses de proteção à criança e ao adolescente previstas no inciso XXXIII do art. 7o da Constituição Federal. (grifamos)*

No caso em liça, resta presumida a dispensa discriminatória, tendo ciência o empregador dos problemas de saúde que acometem a obreira, de sua difícil recuperação a curto prazo, a natureza e a origem das moléstias.

Nos termos da Súmula nº 443 do c. TST:

> *Presume-se discriminatória a despedida de empregado portador do vírus HIV ou de outra doença grave que suscite estigma ou preconceito. Inválido o ato, o empregado tem direito à reintegração no emprego.*

Na mesma direção, a jurisprudência do e. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região:

> **DESPEDIDA DISCRIMINATÓRIA**. EMPREGADO PORTADOR DE TUBERCULOSE. **REINTEGRAÇÃO NO EMPREGO. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL**. Sendo o trabalhador portador de doença grave, que possa causar estigma ou preconceito, como no caso (tuberculose), presume-se discriminatória sua despedida, sendo ônus do empregador demonstrar que o ato de despedimento se revestiu de legitimidade. Aplicação ao caso da Lei nº 9.029/95 e da Súmula nº 443 do TST. (TRT da 4ª Região, 6ª

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - babb882

> Turma, 0020477-04.2016.5.04.0404 RO, em 05/07/2017, Desembargador Raul Zoratto Sanvicente - Relator).
>
> DISPENSA DISCRIMINATÓRIA. NULIDADE. REINTEGRAÇÃO. Tendo sido constatado que o empregador tinha conhecimento da incapacidade da reclamante para o trabalho, nula é a dispensa operada. Ainda, verificada a adoção de práticas destinadas a demonstrar a regularidade formal do procedimento, em afronta aos princípios da boa-fé e da dignidade da pessoa humana, caracterizada está a dispensa discriminatória. [...].[1]

Não obstante a isso, o artigo 4º da Lei nº 9.029/95 traz como direito do empregado a readmissão com ressarcimento integral de todo período de afastamento ou a percepção, **em dobro**, da remuneração do período de afastamento, além da reparação pelo dano moral (*in re ipsa*):

> Art. 4º. O rompimento da relação de trabalho por ato discriminatório, nos moldes desta Lei, **<u>além do direito à reparação pelo dano moral</u>**, faculta ao empregado optar entre:
>
> **I** - a readmissão com ressarcimento integral de todo o período de afastamento, mediante pagamento das remunerações devidas, corrigidas monetariamente, acrescidas dos juros legais;
>
> **II** - a percepção, em dobro, da remuneração do período de afastamento, corrigida monetariamente e acrescida dos juros legais.

Por final, cumpre referir que a reclamante sempre cumpriu seu labor com zelo, afinco, disciplina, cumpridora de todas as exigências, não possuindo qualquer repreensão de ordem disciplinar ou técnica.

---

[1] Acórdão do processo 0000845-90.2013.5.04.0664(RO); Data: 22/09/2015; Origem: 4ª Vara do Trabalho de Passo Fundo; Órgão julgador: 3a. Turma; Redator: Cláudio Antônio Cassou Barbosa; Participam: Ricardo Carvalho Fraga, Gilberto Souza Dos Santos.

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - babb882

A reclamada, sabedora das dificuldades enfrentadas pela autora, a qual estava em tratamento das doenças graves que lhe acometem, optou por descartar e substituir a trabalhadora em momento que mais necessitava do plano de saúde e da remuneração.

Importa destacar, outrossim, que a remuneração oriunda do contrato de emprego mantido entre as partes era a fonte única de renda da trabalhadora, que, acometida de doença grave e agora demitida, se sente brutalmente injustiçada e desesperada com relação à sua subsistência e de sua família.

Não obstante a isso, releva salientar que a reclamada já contratou substituto para o cargo ocupado pela parte reclamante, bem como vem ampliando o seu quadro de empregados.

Desta forma, pede a condenação da reclamada ao pagamento de indenização por danos morais. Além disso, pede seja declarada nula a resilição contratual por iniciativa da reclamada, fulcro no artigo 9º da CLT, bem como seja determinada a reintegração da obreira ao emprego; em sendo perfectibilizada a reintegração, a ré deverá ser condenada ao pagamento de indenização por todo o período de afastamento, de acordo com o artigo 4º, inciso I, da Lei nº 9.029/95.

Caso não seja recomendável a reintegração da reclamante ao trabalho, pede a condenação da reclamada ao pagamento de indenização, em dobro, da remuneração – e não somente do salário – de todo o período de afastamento a ser apurado mês a mês, corrigida monetariamente e acrescida dos juros legais.

DA DIFERENÇA DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Durante todo o pacto laboral, a Reclamante exerceu suas funções de limpeza hospitalar em ambiente nitidamente insalubre, especialmente nos setores de maior risco biológico como a Enfermaria Santo Antônio, ala destinada ao atendimento exclusivo de pacientes com COVID-19, além de UTIs e salas vermelhas.

Diariamente, manuseava resíduos hospitalares, realizava a assepsia de locais contaminados, atuava diretamente em ambientes com pacientes infectados por doenças contagiosas e, não raro, era convocada para auxiliar no transporte de cadáveres em razão da ausência de maqueiros no turno da noite.

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - babb882

Apesar de tais circunstâncias, que claramente configuram grau máximo de insalubridade nos moldes do Anexo 14 da NR-15 da Portaria 3.214/78 do MTE (trabalho em contato permanente com pacientes em isolamento por doenças infectocontagiosas, bem como coleta de lixo hospitalar), a Reclamante recebia apenas o adicional em grau médio (20%).

Desta forma, pleiteia-se a condenação da Reclamada ao pagamento da **diferença do adicional de insalubridade do grau médio para o grau máximo (40%)**, com os devidos reflexos legais em férias + 1/3, 13º salário, FGTS + 40%, horas extras, aviso prévio, dentre outros.

A ausência de fornecimento regular de EPIs eficazes, a não realização de treinamentos adequados e a exposição constante da trabalhadora a agentes nocivos físicos, químicos e biológicos comprovam a omissão patronal em adotar as medidas previstas na legislação de segurança e saúde no trabalho (arts. 157 e 166 da CLT; NR-32, NR-15 e NR-6).

Requer-se, portanto, a condenação da Reclamada ao pagamento da diferença do adicional de insalubridade em grau máximo, com todos os reflexos legais cabíveis.

DA NULIDADE DA DESPEDIDA E DO DIREITO ÀS VANTAGENS INTEGRALMENTE DEVIDAS ENTRE A DISPENSA E A REINTEGRAÇÃO – APLICAÇÃO DA OJ 399 DA SDI-1 DO TST

A nulidade da dispensa da Reclamante, reconhecida com fundamento na estabilidade acidentária e/ou na dispensa discriminatória, impõe o restabelecimento do vínculo de emprego com efeitos retroativos à data da ruptura contratual, como se esta jamais tivesse ocorrido.

Nessa hipótese, deve-se observar a diretriz consolidada na **Orientação Jurisprudencial nº 399 da SDI-1 do TST**, que estabelece:

> **"É devida a remuneração do período compreendido entre a dispensa e a efetiva reintegração do empregado, inclusive quando ocorre a dispensa imotivada de empregado detentor de estabilidade provisória."**

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - babb882

O caráter reparatório da reintegração exige a reposição integral de todas as vantagens contratuais e legais que a Reclamante teria percebido se não tivesse sido injustamente dispensada, incluindo salários, férias + 1/3, 13º salários, depósitos de FGTS, PLRs, reajustes normativos e todas as demais parcelas decorrentes da relação empregatícia.

Conforme já decidido pelo TRT da 4ª Região, no processo nº 0020469-66.2017.5.04.0024, a nulidade da dispensa acarreta necessariamente a reintegração com efeitos pecuniários retroativos. A jurisprudência ainda rechaça qualquer tentativa de limitar tais efeitos com base em suposta demora na propositura da ação, sendo certo que o prazo prescricional aplicável é o previsto no art. 7º, XXIX da Constituição Federal.

A natureza restitutiva da reintegração também é reconhecida pela **Súmula 396, I do TST**, nos seguintes termos:

> **"Exaurido o prazo contratual ou extinto o contrato de trabalho, o empregado tem direito aos salários do período compreendido entre a dispensa e a efetiva reintegração, ou até a data do trânsito em julgado da decisão que a tenha convertido em indenização."**

Assim, requer-se a condenação da Reclamada ao pagamento de:

1. Todos os salários vencidos entre a dispensa e a efetiva reintegração;
2. Todas as vantagens contratuais e legais do período, inclusive férias, 13º salário, FGTS, PLRs, gratificações, reajustes normativos etc.;
3. Indenização substitutiva integral, caso não seja possível a reintegração, nos moldes do art. 4º da Lei 9.029/95 e da jurisprudência consolidada.

Tal pretensão visa evitar o enriquecimento ilícito do empregador e garantir à trabalhadora a integral reparação pelos prejuízos sofridos em decorrência do rompimento ilícito do contrato de trabalho.

DA DIFERENÇA DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Durante todo o pacto laboral, a Reclamante exerceu suas funções de limpeza hospitalar em ambiente nitidamente insalubre, especialmente nos

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - babb882

setores de maior risco biológico como a Enfermaria Santo Antônio, ala destinada ao atendimento exclusivo de pacientes com COVID-19, além de UTIs e salas vermelhas.

Diariamente, manuseava resíduos hospitalares, realizava a assepsia de locais contaminados, atuava diretamente em ambientes com pacientes infectados por doenças contagiosas e, não raro, era convocada para auxiliar no transporte de cadáveres em razão da ausência de maqueiros no turno da noite.

Apesar de tais circunstâncias, que claramente configuram grau máximo de insalubridade nos moldes do Anexo 14 da NR-15 da Portaria 3.214/78 do MTE (trabalho em contato permanente com pacientes em isolamento por doenças infectocontagiosas, bem como coleta de lixo hospitalar), a Reclamante recebia apenas o adicional em grau médio (20%).

Desta forma, pleiteia-se a condenação da Reclamada ao pagamento da **diferença do adicional de insalubridade do grau médio para o grau máximo (40%)**, com os devidos reflexos legais em férias + 1/3, 13º salário, FGTS + 40%, horas extras, aviso prévio, dentre outros.

A ausência de fornecimento regular de EPIs eficazes, a não realização de treinamentos adequados e a exposição constante da trabalhadora a agentes nocivos físicos, químicos e biológicos comprovam a omissão patronal em adotar as medidas previstas na legislação de segurança e saúde no trabalho (arts. 157 e 166 da CLT; NR-32, NR-15 e NR-6).

Requer-se, portanto, a condenação da Reclamada ao pagamento da diferença do adicional de insalubridade em grau máximo, com todos os reflexos legais cabíveis.

DO ASSÉDIO MORAL

A Reclamante foi vítima de sistemático assédio moral no ambiente de trabalho, especialmente nos últimos meses de seu contrato, quando passou a ser perseguida por sua superiora hierárquica de nome Naiara. A referida superiora, de forma reiterada, dirigia-se à Reclamante com palavras agressivas e ofensivas, chegando inclusive a chamá-la de “doida” diante de colegas de trabalho, fato este

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - babb882

que expôs a trabalhadora a situação de humilhação pública e constrangimento intenso.

O comportamento reiterado e vexatório teve consequências sérias: a Reclamante desenvolveu episódios graves de ansiedade, culminando em crise emocional que exigiu atendimento médico de urgência na própria unidade hospitalar em que laborava. Poucos dias após o episódio, a Reclamante foi dispensada sob a alegação genérica de não se enquadrar mais no "perfil da empresa".

A conduta da Reclamada, ao permitir tal ambiente de trabalho tóxico, omitir-se diante das reiteradas agressões e, posteriormente, dispensar a vítima, configura evidente prática de assédio moral, nos termos da doutrina e da jurisprudência trabalhista.

O assédio moral, por atingir a dignidade, a saúde mental e a honra da trabalhadora, impõe a responsabilização civil da empregadora com fundamento nos arts. 5º, X, da Constituição Federal, 927 do Código Civil, e 483, alínea "e", da CLT.

Diante disso, requer-se a condenação da Reclamada ao pagamento de indenização por danos morais, a ser arbitrada por este juízo, não inferior a R$ 40.000,00, em razão das reiteradas práticas abusivas e lesivas à dignidade da trabalhadora.

DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DURANTE A PANDEMIA

A alocação do Reclamante na enfermaria Santo Antônio, setor designado para o tratamento exclusivo de pacientes com COVID-19, sem o fornecimento adequado de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), configura grave negligência da Reclamada, violando frontalmente os dispositivos legais e normativos que visam à preservação da saúde e segurança do trabalhador.

O art. 157 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) obriga o empregador a cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, enquanto a Norma Regulamentadora 6 (NR-6) detalha a obrigatoriedade de fornecimento gratuito e treinamento adequado para o uso

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - babb882

de EPIs. No caso em tela, a ausência ou insuficiência desses equipamentos expôs o Reclamante a um risco biológico significativo, especialmente em razão do alto grau de contaminação e letalidade do vírus SARS-CoV-2.

Durante o período da pandemia, as autoridades sanitárias emitiram diretrizes específicas, como a Portaria Conjunta nº 20/2020 do Ministério da Economia e da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, que reforça a necessidade de EPIs como máscaras, luvas, aventais e outros dispositivos de proteção adequados ao ambiente hospitalar. A não observância dessas medidas preventivas constitui descumprimento do dever de proteção e resulta em culpa grave do empregador.

A conduta da Reclamada não apenas violou as normas de segurança, mas também desrespeitou a dignidade do trabalhador, que foi submetido a um ambiente de trabalho insalubre e altamente perigoso sem as condições mínimas necessárias para sua segurança. Essa negligência gerou um ambiente laboral inseguro, caracterizando dano moral decorrente da exposição desnecessária a riscos previsíveis e evitáveis.

> "O descumprimento das normas de segurança e saúde do trabalho, especialmente em situações de risco elevado, como a exposição a agentes biológicos durante uma pandemia, impõe ao empregador a obrigação de indenizar o trabalhador pelos danos materiais e morais sofridos." (TST, RR-21243-83.2021.5.02.0010)

> "O empregador é responsável pelo fornecimento de EPIs adequados e pela adoção de medidas que garantam a segurança do trabalhador, especialmente em situações excepcionais como pandemias." (TST, AIRR-1123-25.2020.5.03.0056)

Diante da negligência da Reclamada em adotar as medidas necessárias para proteger o Reclamante, requer-se a condenação ao pagamento de indenização por danos morais, no importe de R$ 30.000,00, considerando a gravidade da exposição aos riscos e a violação dos direitos fundamentais do

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - babb882

trabalhador. Tal reparação busca compensar o sofrimento imposto e reforçar a função pedagógica da indenização para prevenir condutas semelhantes no futuro.

DANOS MATERIAS - LUCROS CESSANTES - PENSÃO MENSAL VITALÍCIA

Restou incontroverso, diante da farta prova documental apresentada, que **O RECLAMANTE SOFREU PERDA DE SUA CAPACIDADE LABORAL DE FORMA IRREVERSIVEL.**

É cabido ao causador o dever de ressarcir o dano sofrido, entendimento este consolidado nos artigos 949 e 950 do Código Civil, transcritos abaixo:

> "Art. 949. No caso de lesão ou outra ofensa à saúde, o ofensor indenizará o ofendido das despesas do tratamento e dos lucros cessantes até ao fim da convalescença, além de algum outro prejuízo que o ofendido prove haver sofrido.
> Art. 950. Se da ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou se lhe diminua a capacidade de trabalho, a indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até ao fim da convalescença, incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu."

Assim é devido ao empregador indenizar ao autor em **pensão mensal pelo lucro cessante em virtude da perda de parte de sua capacidade laboral**, uma vez que mesmo após conseguir voltar ao trabalho, sofre limitações para exercer a mesma função em virtude das sequelas.

Assim, restando comprovado a incapacidade e redução de capacidade, tendo sido comprovado o nexo causal a um ato ilícito do empregador.

Pede-se vênia para transcrever jurisprudências neste sentido quando ao dever do pagamento de pensão vitalícia em razão do reconhecimento da

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - babb882

perda da capacidade/redução de capacidade para a função exercia com habitualidade.

Desta forma, requer o obreiro em virtude da doença adquirida na empresa reclamada três títulos distintos, sendo:

a) Pensão mensal na modalidade de lucros cessantes, a qual deverá ser pago em uma única parcela, conforme dispõe o artigo 950, parágrafo único, do Código Civil, devendo ser quantificado a 100% do salário conforme convenção coletiva, ou do maior salário percebido pelo obreiro, ou em outra porcentagem de acordo com a redução da capacidade laborativa, que deverá ser apurada em perícia a ser realizada por esse MM. Juízo.
b) Alternativamente, caso não seja do entendimento deste MM. Juízo quanto ao pagamento de parcela única conforme letra "a", Requer que seja o réu condenado ao pagamento das pensões mensais vincendas devidas todo quinto dia útil do mês, assegurado o recebimento de todas as parcelas vencidas desde o acidente de uma só vez.

O termo inicial da pensão deverá ter como fonte de cálculo com base nas documentações médico que atestam pela redução de capacidade laborativa do ora autor de forma irreversível, até a data da duração de vida do autor, com base na tabela do IBGE, tudo com 13º, férias, terço constitucional e correção do salário mínimo anualmente;

Ad cautelam, em caso de entendimento diverso de Vossa Excelência, que seja arbitrado por esse juízo uma única indenização equivalente a pensão vitalícia conforme a exposição dos fatos. Nossos tribunais já se manifestaram, pacificando o entendimento de que não cabe estabelecer limite em casos que não houve morte, como a seguir se vê:

> **"Acidente de trabalho - culpa grave da empresa - ação de indenização com base no direito comum. Ressarcimento, pela incapacidade total e permanente, com apoio nos arts. 1.059 e 1.539 do CCB. Pagamento das prestações vencidas, a partir da data do evento e não da citação inicial, prolongando-se pela duração da vida da vítima, não cabendo estabelecer limite, com**

base na presença de vida provável, eis que a vítima sobreviveu ao acidente. RE conhecido, em parte, e, nessa parte, provido. (STF - RE 94.429-0 - SP - 1ª T. - Rel. Min. Néri da Silveira) (RJ 106/97)."

DA BASE DE CÁLCULO PARA INDENIZAR A PENSÃO VITALÍCIA

Conforme consta na tabela de expectativa de sobrevida extraída do IBGE, a média de vida de um trabalhador gira em torno de 80 (oitenta) anos.

Ressalta o obreiro que tal requerimento se dá pela incerteza da permanência da empresa reclamada no mercado, haja vista que futuramente, a reclamada poderá ou não ser vendida ou ter suas atividades comerciais encerradas, razão pela qual causaria a interrupção da determinação da sentença.

Vejamos tabela de expectativa de vida (IBGE-2019):

Expectativas de vida em idades exatas, variação em ano do período e tempo médio de vida- Brasil - 1940/2019											
Idade	**Expectativas de Vida**						**Variação (em anos) 1940/2019**			**Tempo Médio de Vida - Ambos os Sexos**	
	1940			**2019**							
	Total	**Homem**	**Mulher**	**Total**	**Homem**	**Mulher**	**Total**	**Homem**	**Mulher**	**1940**	**2019**
0	45,5	42,9	48,3	76,6	73,1	80,1	31,1	30,2	31,8	45,5	76,6
1	52,2	49,7	54,9	76,5	73,0	80,0	24,2	23,3	25,1	53,2	77,5
5	52,5	49,7	55,3	72,6	69,2	76,1	20,2	19,5	20,8	57,5	77,6
10	48,3	45,5	51,1	67,7	64,3	71,2	19,5	18,7	20,1	58,3	77,7
15	43,8	41,1	46,6	62,8	59,4	66,3	19,0	18,3	19,7	58,8	77,8
20	39,6	36,9	42,5	58,1	54,8	61,4	18,5	17,9	18,9	59,6	78,1
25	36,0	33,3	38,8	53,5	50,4	56,5	17,5	17,1	17,8	61,0	78,5
30	32,4	29,7	35,2	48,9	46,0	51,7	16,4	16,2	16,5	62,4	78,9
35	29,0	26,3	31,6	44,3	41,5	46,9	15,3	15,2	15,3	64,0	79,3

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - babb882

40	25,5	23,0	28,0	39,7	37,1	42,2	14,1	14,0	14,2	65,5	79,7
45	22,3	19,9	24,5	35,2	32,7	37,5	12,9	12,8	13,0	67,3	80,2
50	19,1	16,9	21,0	30,8	28,5	33,0	11,8	11,6	12,0	69,1	80,8
55	16,0	14,1	17,7	26,7	24,5	28,6	10,6	10,4	11,0	71,0	81,7
60	13,2	11,6	14,5	22,7	20,7	24,4	9,5	9,1	10,0	73,2	82,7
65	10,6	9,3	11,5	18,9	17,2	20,4	8,4	7,8	8,9	75,6	83,9
70	8,1	7,2	8,7	15,5	13,9	16,7	7,3	6,7	8,0	78,1	85,5
75	6,0	5,4	6,3	12,4	11,1	13,4	6,4	5,6	7,0	81,0	87,4
80 anos ou +	4,3	4,0	4,5	9,7	8,7	10,5	5,5	4,6	6,0		
Fontes: 1940 - Tábuas construídas no âmbito da Gerencia de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. 2019 - IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2010-2060.											

Destarte, requer o obreiro que o valor seja quantificado a 100% do salário conforme convenção coletiva, ou do maior salário percebido pelo obreiro, ou em outra porcentagem de acordo com a redução da capacidade laborativa, que deverá ser apurada em perícia a ser realizada por esse MM. Juízo, multiplicado pela diferença da data que alcançaria os 80 (oitenta) anos de idade.

De igual forma, também requer o obreiro que seja determinado em sentença que após completar oitenta anos, que a reclamada passe a depositar mensalmente o valor de dez salários da categoria ou mínimos por mês, devidamente atualizados.

Sobre o valor total das indenizações deverão incidir juros ordinários e compostos desde a data da perpetração do ilícito até o dia do efetivo pagamento.

DAS HORAS EXTRAS E JORNADAS DOBRADAS

A Reclamante laborava sob jornada de 12x36, das 7h às 19h. Contudo, conforme narrado e comprovado nos autos, era frequentemente compelida a realizar jornadas dobradas, permanecendo por até três ou quatro dias

consecutivos dentro da unidade hospitalar sem a devida contraprestação financeira, nem mesmo concessão de descanso ou pagamento de horas extras.

O regime 12x36, embora admitido pela legislação trabalhista e jurisprudência pacífica do TST, exige o cumprimento rigoroso do descanso de 36 horas subsequente à jornada de 12 horas, o que claramente não ocorria no caso da Reclamante.

A reiterada prática de jornadas em dobro, sem controle formal e sem pagamento, configura violação aos princípios da dignidade da pessoa humana e da vedação ao enriquecimento ilícito do empregador, devendo ser reconhecida como jornada extraordinária, com pagamento do adicional de 50% sobre a hora normal, além de todos os reflexos legais.

Nesse sentido, requer-se:

1. O reconhecimento da prestação habitual de horas extras, inclusive por jornadas dobradas não compensadas;
2. O pagamento das horas extras acrescidas do adicional legal ou convencional, conforme for mais benéfico à trabalhadora;
3. A integração dessas horas nos cálculos de férias + 1/3, 13º salário, FGTS + 40%, repouso semanal remunerado, aviso prévio e demais verbas rescisórias;

Caso não os apresente ou apresentando estejam desvirtuados da realidade, seja aplicada a **inversão do ônus da prova** com base no art. 818 da CLT c/c art. 373, §1º do CPC.

DOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA

A atualização monetária dos débitos trabalhistas deferidos na presente reclamação trabalhista deverá ser *pro rata die* a partir do dia imediatamente posterior à data do vencimento da parcela, devendo, diante da declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, na ADI 4357, ser aplicado o INPC do dia do vencimento.

Os juros de mora deverão incidir sobre o valor total da condenação, corrigido monetariamente, não integrando – os juros - a base de cálculo dos descontos fiscais.

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - babb882

Ainda, caso haja diferenças entre a data do depósito e a da liberação do crédito em favor do reclamante, a reclamada deverá responder pelos juros de mora e pela correção monetária do período correspondente.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS E SUCUMBENCIAIS – DA BASE DE CALCULO

Ante o deferimento dos pedidos da presente reclamação, pugna pela retenção dos honorários contratuais e sucumbenciais. **Os honorários advocatícios contratuais e sucumbenciais devem ter como base de cálculo o VALOR BRUTO dos benefícios ao reclamante.** Vejamos entendimento jurisprudencial:

> **AGRAVO DE INSTRUMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. BASE DE CÁLCULO. OJ Nº 348 DA SBDI-1 DO TST. VALOR "LIQUIDADO", COM A INCLUSÃO DOS DESCONTOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS. TRANSCENDÊNCIA NÃO RECONHECIDA.** 1. No que concerne à base de cálculo dos honorários advocatícios, a Orientação Jurisprudencial nº 348 da SbDI-1 do TST é clara no sentido de que "os honorários advocatícios, arbitrados nos termos do art. 11, § 1º, da Lei nº 1.060, de 05.02.1950, devem incidir sobre o valor líquido da condenação, apurado na fase de liquidação de sentença, sem a dedução dos descontos fiscais e previdenciários." **2. Portanto, a base de cálculo dos honorários deve ser considerada como o "valor liquidado" (aquele apurado após a liquidação), e não como "valor líquido" propriamente dito, em que seriam excluídas as deduções previdenciárias e fiscais. 3. Em tal contexto, prevalece nesta Corte Superior o entendimento de que embora a Súmula nº 37 do TRT da 4ª Região determine o cálculo dos honorários sobre o "valor bruto", sua aplicação, na medida em que preconiza a inclusão dos descontos previdenciários e fiscais, amolda-se à determinação contida na OJ 348 da SbDI-1 do TST. Precedentes (inclusive da SBDI-1).** Agravo de instrumento a que se nega provimento.

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - babb882

> RECURSO DE REVISTA. PROFESSOR. ATIVIDADES EXTRACLASSE. REMUNERAÇÃO JÁ INCLUÍDA NO SALÁRIO BASE. ART. 320 DA CLT. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA. Prevalece nesta Corte Superior o entendimento segundo o qual as atividades extraclasse do professor, como a elaboração de aulas e a correção de provas, são inerentes à função docente e já estão incluídas na remuneração prevista no art. 320, "caput", da CLT, razão pela qual é indevido o pagamento de horas extras ou o arbitramento de remuneração específica pelo Poder Judiciário, como ocorreu no caso. Recurso de revista conhecido e provido. **(TST - RRAg: 00208823720165040405, Relator: Amaury Rodrigues Pinto Junior, Data de Julgamento: 14/08/2024, 1ª Turma, Data de Publicação: 16/08/2024).**

À luz dos dispositivos legais, requer-se a condenação da reclamada ao pagamento dos honorários advocatícios à razão de 20% sob o valor atualizado da condenação, consequentemente declarando-se, de forma difusa, a inconstitucionalidade dos percentuais esculpidos no caput do art. 791-A da CLT, por violação ao princípio da não discriminação remuneratória (inciso XXX do art. 7º da CF c/c §14 do art. 85 do CPC c/c a Súmula Vinculante 47) e por violação ao princípio da dignidade humana (dignidade profissional – inciso III do art. 1º da CF), mostrando-se intolerável e afrontosa a diferenciação legal, cravada na CLT, entre advogado civilista/empresarial/tributário e advogado trabalhista, por ser injusta, desequilibrada desarrazoada e insuportável, representando, portanto, uma típica e brutal discriminação.

Importante destacar que os honorários advocatícios sucumbenciais, não se embaraçam com os honorários advocatícios contratuais. Os honorários sucumbenciais integram a sentença (título executivo judicial) e devem ser pagos pelo sucumbente em favor do advogado da parte vencedora. Os honorários contratuais não constam da sentença e são pagos pelo cliente ao próprio advogado, mediante retenção (ato que não pode deixar de ser praticado pelo juiz do trabalho, diante da incompetência absoluta da justiça obreira para processar relações de consumo - Súmula 363 STJ).

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - babb882

Os honorários contratuais, por conseguinte, não excluem os honorários sucumbenciais, por derivarem de fontes pagadoras distintas, sem bis in idem.

Outrossim, não há lei que obste a cumulatividade, pelo contrário, o caput do art. 22 da Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia) prevê que: "A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência". Com isso, a cumulação está em harmonia com o princípio da legalidade esculpido no inciso II do art. 5º da CF.

Diante o exposto, pugna pelo reconhecimento da base de cálculo nos termos da fundamentação, bem como do deferimento dos honorários sucumbenciais.

DAS PROVAS

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente o depoimento pessoal do proposto, sob pena de confissão, oitiva de testemunha, **perícia médica com análise ergonômica** e juntada posterior de documentos.

DOS PEDIDOS

Urge ressaltar que fora feito pedido preliminar que realça que os valores atribuídos aos pedidos, não seja limite de condenação atribuída pelo juízo, sendo os valores ESTIMATIVOS de acordo com o §1º do Art. 840 da CLT c/c §2º do Art. 12 da IN 41 TST de 2018.

Diante do exposto, vem o Reclamante pleitear que seja julgada **TOTALMENTE PROCEDENTE** a presente reclamação trabalhista, condenando-se a Reclamada aos pagamentos dos títulos a seguir:

1. REQUER que seja deferido ao reclamante os benefícios da assistência judiciária gratuita nos termos da fundamentação supra;
2. REQUER que os valores atribuídos não seja o limite para condenação à reclamada, sendo os valores meramente estimativos, devendo haver a liquidação junto na prolatação de sentença;

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - babb882

3. REQUER que as notificações sejam feitas exclusivamente em nome da advogada **JÉSSICA CAROLINA GONÇALVES DIAS, OAB/PE Nº 37.219**, sob pena de nulidade nos termos da fundamentação da exordial;

4. Que seja concedida **LIMINARMENTE** a **REINTEGRAÇÃO EFETIVA DO EMPREGADO ou SUSPENSA A DEMISSÃO**, para que ocorra o restabelecimento do **PLANO DE SAÚDE EMPRESARIAL** concedido pela reclamada ao reclamante, por estar acometido com doença profissional, conforme abordado na exposição dos fatos, com a obrigação de reabilitar o reclamante de acordo com suas limitações profissionais, que também seja efetuado o pagamento dos salários e verbas salariais vencidos até a data da efetiva reintegração do empregado, sob pena de multa diária no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais), até o julgamento final do processo, quando esta decisão certamente será confirmada por sentença, assim como também requer ainda que seja restabelecido o plano de saúde empresarial do Autor;

5. REQUER que seja confirmada por sentença a **LIMINAR** acima pleiteada de acordo com a instrução processual com o reconhecimento da **estabilidade acidentária**, com base no art. 118 da Lei 8.213/91, em razão da concessão de benefício no curso do aviso prévio, conforme Súmula 371 do TST;

6. Requer designação de perícia médica e ergonômica (médico, engenheiro e fisioterapeuta) para produção de prova a ser realizado por visto que conforme vasta fundamentação supramencionada se faz **NECESSÁRIO A REALIZAÇÃO DE PERICIA ERGONOMICA VISTO QUE O MANUSEIO E A MOVIMENTAÇÃO DE CARGA, TRAZ PREJUÍZOS PARA O TRABALHADOR, PROVOCANDO PROBLEMAS AGUDOS E CRÔNICOS DE ORIGEM OCUPACIONAL – PARA SE CONHECER A REALIDADE DO TRABALHO É FUNDAMENTAL A REALIZAÇÃO DE EXPERIMENTOS, MEDIÇÕES E ANÁLISES EM CONDIÇÕES REAIS**, devendo ser analisado pelo expert a análise dos aspectos organizacionais, a pausa, as horas extras realizadas pelo Reclamante, histórico de treinamento realizado e cronograma apresentado, aspectos fisiológicos, postura na execução das atividades, além de indicadores geral de saúde;

7. REQUER A PARTICIPAÇÃO DO MPT PARA ATUAR E EMITIR PARECER DURANTE A INSTRUÇÃO PROCESSUAL, BEM COMO TRAZER AO CONHECIMENTO DO JUÍZO AS QUEIXAS QUE EXISTEM CONTRA A RECLAMADA SOB AS CONDIÇÕES DE TRABALHO;

8. Que seja dada prioridade no julgamento do processo em questão, com base na Recomendação Conjunta GP. CGJT. nº 1/2011;

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - babb882

9. REQUER que seja efetiva reintegração e confirmado a nulidade da demissão, e não havendo a reintegração do reclamante, o que não se espera, após a confirmação da reintegração diante do nexo das lesões com o labor, requer indenização pecuniária correspondente a todos os títulos salariais, inerentes a sua estabilidade, com todas as repercussões, sendo atribuído ao pedido a quantia de **R$ 30.000,00**;

10. A condenação ao pagamento de todas as **verbas salariais e contratuais vencidas e vincendas** desde a dispensa até a efetiva reintegração, conforme **OJ 399 da SDI-1 do TST** e **Súmula 396, I do TST**;

11. O reconhecimento da **doença ocupacional (psíquica e osteomuscular)**, com fundamento no **NTEP, CNAE 8610-1/01**, laudos médicos e CIDs;

12. O reconhecimento da natureza de **acidente de trabalho típico**, pelos dois episódios de perfuração com material contaminado, com condenação à **emissão da CAT** judicial;

13. O reconhecimento da **dispensa discriminatória**, com aplicação da **Lei 9.029/95** e **Súmula 443 do TST**, com reintegração da Reclamante ao emprego e pagamento dos salários vencidos e vincendos;

14. Subsidiariamente, a condenação da Reclamada à **indenização em dobro** prevista no art. 4º da Lei 9.029/95;

15. A condenação ao pagamento de **indenização por danos morais** decorrentes do adoecimento ocupacional e da conduta discriminatória, não inferior a **R$ 150.000,00**;

16. A condenação ao pagamento de **indenização por danos morais autônomos** relativos aos acidentes com material perfurocortante, no valor mínimo de **R$ 50.000,00**;

17. A condenação ao pagamento de **indenização por assédio moral**, no valor não inferior a **R$ 40.000,00**;

18. **REQUER** o pagamento de Pensão vitalícia, a qual deverá ser pago em uma única parcela, conforme dispõe o artigo 950, parágrafo único, do Código Civil, devendo ser quantificado a 100% do salário conforme convenção coletiva, ou do maior salário percebido pelo obreiro, ou em outra porcentagem de acordo com a redução da capacidade laborativa, que deverá ser apurada em perícia a ser realizada por esse MM. Juízo, nos termos da fundamentação, o que se arbitra o valor de **R$ 400.000,00;**

19. Alternativamente, caso não seja do entendimento deste MM. Juízo quanto ao pagamento de parcela única conforme pedido 18, requer que seja

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - babb882

o réu condenado ao pagamento das pensões mensais devidas todo quinto dia útil do mês, assegurado o recebimento de todas as parcelas vencidas desde o reconhecimento da incapacidade de uma só vez;

20. Também requer o obreiro que ao completar 80 (oitenta) anos, que a reclamada passe a depositar o valor mensal da pensão devidamente atualizados, ou alternativamente o valor de 10 (dez) salários mínimos por mês, atribuindo o valor de R$ 20.000,00;

21. **REQUER** a condenação da Reclamada ao pagamento dos danos emergentes, com base nas despesas médicas, medicamentosas, terapias e transporte, no valor estimado de R$ 9.600,00 anuais, a contar de 2023 até o efetivo julgamento, com atualização monetária e juros legais;

22. **REQUER** a condenação da Reclamada ao pagamento do Plano de saúde vitalício ou indenização substitutiva, no valor de R$ 1.500,00 mensais, totalizando R$ 18.000,00 anuais, corrigido monetariamente até o trânsito em julgado;

23. A condenação ao pagamento da **diferença do adicional de insalubridade**, do grau médio (20%) para o grau máximo (40%), com reflexos em todas as verbas contratuais e rescisórias;

24. Seja a reclamada compelida a emitir novo PPP, com a descrição exata das atividades exercidas pelo Reclamante, bem como os riscos e aos agentes aos quais estava exposto de maneira habitual e permanente para fins previdenciários;

25. **REQUER** seja declarada, por sentença, a nulidade do sistema de controle de jornada adotado pela Reclamada, diante da manipulação e inconsistências verificadas nos registros de ponto, conforme demonstrado na peça inicial. Em razão disso, requer a fixação da jornada de trabalho conforme os termos alegados na inicial, com a condenação da Reclamada ao pagamento das horas extras excedentes à 8ª diária e 44ª semanal, acrescidas do adicional legal ou convencional, com os devidos reflexos em aviso prévio, FGTS acrescido de 40%, 13º salário, férias acrescidas de 1/3 e DSR. Dá-se ao pedido o valor estimativo de **R$ 50.000,00**;

26. **REQUER**, ainda, que seja declarada a nulidade do acordo de banco de horas, por ausência de efetiva compensação e controle legal, bem como por não terem sido concedidas folgas compensatórias, em evidente descumprimento à legislação trabalhista, nos termos do artigo 9º da CLT. Alternativamente, caso não acolhida a fixação de jornada nos termos do item anterior, requer o pagamento de todas as horas excedentes à 44ª hora

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - babb882

semanal, em razão da invalidade do banco de horas, conforme fundamentado na exordial, com os devidos reflexos em aviso prévio, FGTS + 40%, 13º salário, férias + 1/3 e DSR. Dá-se ao pedido o valor de estimativo R$ **90.000,00**;

27. **REQUER** a realização de perícia contábil, para averiguação e comprovação da existência de fraudes nos relatórios da reclamada e assim corroborar com o alegado no transcurso da reclamatória trabalhista;

28. **REQUER** a designação de **perícia psiquiátrica e ortopédica**, para a produção de prova técnica indispensável ao deslinde da presente controvérsia, assegurando-se às partes o contraditório e a ampla defesa;

29. **REQUER** a participação de MPT nos termos da fundamentação;

30. **REQUER** o deferimento da base de cálculo dos honorários contratuais e sucumbenciais nos termos da fundamentação, bem como a condenação da reclamada ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais em 20% sobre o total da condenação, arbitra-se o valor de honorários sucumbenciais de **R$46.000,00;**

31. **REQUER** a apresentação dos documentos requeridos em preliminar e na fundamentação.

DO VALOR DA CAUSA

Dá-se à causa, tão somente para efeito de alçada, o valor meramente estimativo de R$ 476.000,00 (quatrocentos e setenta e seis mil reais).

Nesses termos em que, pede deferimento.
Recife, 14 de abril de 2025.

GABRIEL GONÇALVES DIAS
OAB/PE 53.444

JÉSSICA CAROLINA GONÇALVES DIAS
OAB/PE Nº 37.219

MARIA JÚLIA FERREIRA DO NASCIMENTO
ESTAGIÁRIA DE DIREITO

Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - babb882
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25041513193764000000086493603?instancia=1
Número do documento: 25041513193764000000086493603

DIAS & PYRRHO
ADVOGADOS

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS, brasileira, solteira, aux. de serviços gerais, portadora do registro civil de nº 5.841.105 SDS/PE, inscrita no CPF/MF sob o nº 800.381.314-04, residente e domiciliada à R. João pessoa, Nº 115, Santo Amaro, Recife/PE. CEP: 50110-745.

OUTORGADO: DIAS & PYRRHO ADVOGADOS, CNPJ 37.551.664/0001-59, OAB/PE 3.404, representada pelos sócios, **RAFAEL PYRRHO CORREIA DE MELO,** advogado inscrito na OAB-PE sob o n° 35.791 e **JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS**, advogada inscrita na OAB-PE sob o nº 37.219, E **GABRIEL DIAS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, OAB/PE 4.213, CNPJ: 44.580.641/0001-38,** representada por **GABRIEL GONÇALVES DIAS**, advogado inscrito na OAB-PE sob o n° 53.444, ambos com endereço profissional na Av. Frei Matias Tévis, nº 280, Sala 615, Ilha do Leite, Recife – PE, CEP 50070-465. E-mail: advjessicadias@gmail.com

PODERES: Os da Cláusula *Ad Judicia e Et Extra*, para o foro em geral, perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor, contra quem de direito, as ações competentes e defendê-lo(a)(s) nas contrárias, seguindo umas e outras até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os; confere-lhe, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, concordar, discordar, assinar termos, contratar advogado, receber e dar quitação, representá-lo(a)(s) em audiências, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, praticando enfim todos os demais atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato. O(A) outorgante responsabiliza-se civil e penalmente pelas informações prestadas, bem como pelas omissões que porventura possam induzir ao erro a autoridade pública e tornar o mandato nulo ou anulável.

AUTORIZO DESDE JÁ A RETENÇÃO DO PERCENTUAL DE 30% A TÍTULO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

Recife, 15 de janeiro de 2024.

Maria Rita de Cassia dos Santos

MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS

PJe
Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - b00ac05
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25041513234197300000086493866?instancia=1
Número do documento: 25041513234197300000086493866

DIAS & PYRRHO
ADVOGADOS

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIENCIA

MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS, brasileira, solteira, aux. de serviços gerais, portadora do registro civil de nº 5.841.105 SDS/PE, inscrita no CPF/MF sob o nº 800.381.314-04, residente e domiciliada à R. João pessoa, Nº 115, Santo Amaro, Recife/PE. CEP: 50110-745. Requer os benefícios da justiça gratuita por ser pobre na forma da lei, não podendo arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do próprio sustento e de sua família, com base na Lei nº 1.060/50, acrescida das alterações da Lei nº 7.115/83 e da Lei nº 70.317/01, tudo consoante com o art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal de 1988.

Recife, 15 de janeiro de 2024.

Maria Rita de Cassia dos SANTOS

MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS

AV. FREI MATIAS TÉVIS, Nº 280, SALA 615, EMP. ALBERT EINSTEIN - ILHA DO LEITE, RECIFE/PE.
+55. 81 30391529 | 999331190 | 988098192

PJe
Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - a118f16
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25041513234257200000086493869?instancia=1
Número do documento: 25041513234257200000086493869

DIAS & PYRRHO
ADVOGADOS

CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Pelo presente instrumento e na forma do direito, as partes:

CONTRATANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS, brasileira, solteira, aux. de serviços gerais, portadora do registro civil de nº 5.841.105 SDS/PE, inscrita no CPF/MF sob o nº 800.381.314-04, residente e domiciliada à R. João pessoa, Nº 115, Santo Amaro, Recife/PE. CEP: 50110-745.

CONTRATADOS: DIAS & PYRRHO ADVOGADOS, CNPJ 37.551.664/0001-59, representada pelos sócios, RAFAEL PYRRHO CORREIA DE MELO, advogado inscrito na OAB-PE sob o n° 35.791 e **JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS,** advogada inscrita na OAB-PE sob o n° 37.219, com sede na Av. Frei Matias Tévis, nº 280, Sala 615, Ilha do Leite, Recife – PE, CEP 50.070-465. E **GABRIEL DIAS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, CNPJ: 44.580.641/0001-38,** representada por **GABRIEL GONÇALVES DIAS**, advogado inscrito na OAB-PE sob o n° 53.444, com endereço profissional no endereço acima citado.

Firma em comum acordo e nos termos da lei, o presente Contrato de Honorários Advocatícios mediante as condições a seguir especificadas:

1a CLÁUSULA: Os CONTRATADOS obrigam-se, em estrito cumprimento ao mandato ora recebido, representar o autor na reclamação trabalhista em desfavor da empregadora **IRMANDADE DA SANA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE** defendendo interesses do CONTRATANTE perante a Justiça do Trabalho, em todas as instâncias e até decisão final.

2a CLÁUSULA:

a) Pagará o percentual **30%** sobre valor dos benefícios/indenização advindos da referida ação a títulos de honorários finais advocatícios pelo trabalho especificado na 1ª cláusula, autorizando o juiz desde logo a realizar a retenção dos honorários pactuados, sem prejuízo do mesmo nos casos de desistência e de acordo judicial.
b) Caso a sentença não saia líquida, desde já resta assegurado 30% (trinta por cento) sobre o valor BRUTO arbitrado à condenação;
c) Caso haja execução provisória, mesmo na liquidação dos cálculos, fica assegurado 30% (trinta por cento) do valor bruto dos cálculos do reclamante;
d) Na hipótese de conciliação, fica assegurado aos advogados os honorários sobre o valor da condenação BRUTO conforme estabelecido anteriormente, se pactuado valor menor de conciliação, fica o outorgante obrigado no pagamento da diferença entre o valor recebido em conciliação e aquele que corresponde aos 30% (trinta por cento) do valor da condenação BRUTO ou liquidação;
e) Na hipótese de liberação de FGTS e seguro desemprego através de decisão judicial, fica assegurado pagamento de 30% (trinta por cento) sobre os valores RECEBIDOS pelo reclamante.

3a CLÁUSULA: Considerar-se-ão vencidos e imediatamente exigíveis os honorários ajustados na Cláusula Segunda na hipótese de a CONTRATANTE cessar o mandado outorgado aos CONTRATADOS e em caso de conciliação sem aquiescência dos CONTRATADOS a CONTRATANTE pagará a título de honorários o percentual de 30% sobre o valor BRUTO, se a conciliação se der após a assinatura deste contrato.

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - 76d36a4

DIAS & PYRRHO
ADVOGADOS

4a CLÁUSULA: Fica desde já esclarecido e convencionado que os honorários advocatícios advindos da sucumbência pertencerão aos CONTRATADOS, sem prejuízo e independentemente daqueles ora estipulados.

5a CLÁUSULA: No caso do não pagamento do valor estipulado na **Cláusula Segunda** deste instrumento, ou em razão da revogação do instrumento de mandato ora conferido, qualquer que seja a causa, ficará o presente contrato rescindido de pleno direito, independente de notificações judiciais e/ou extrajudiciais, autorizando os CONTRATADOS a proceder à cobrança integral do saldo devedor porventura existente, acrescido **de multa de 10% (dez por cento), ficando, ainda, os advogados integrantes do quadro dos CONTRATADOS desobrigados do patrocínio da demanda.**

6a CLÁUSULA: A parte contratante arcará com as despesas relativas à feitura dos cálculos que constituem os artigos de liquidação ou destinadas à revisão das contas do Juízo ou daquelas elaboradas por perito nomeado, e ainda contratação de perito médico ou engenheiro. Toma ciência, neste ato, de que o profissional em contabilidade, bem como o perito médico e engenheiro não fazem parte da sociedade advocatícia dos contratados, e que o valor se destina à aludida prestação de serviços.

7a CLÁUSULA: Caso o contratante desista do processo a qualquer momento, ou mesmo, injustificadamente, venha a dar causa ao arquivamento da ação e não comparecer em alguma audiência necessária, deverá pagar a título de indenização pelas despesas com o processo o equivalente a **2 (dois) salários mínimos. (desistência, arquivamento ou o não comparecimento em audiência quando necessário).**

8a CLÁUSULA: As partes contratantes elegem o foro desta Capital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir toda e qualquer questão advinda do contrato.

E por estarem assim justo e contratado, CONTRATANTE E CONTRATADO assinam o presente.

Recife, 15 de janeiro de 2024.

Maria Rita de Cassia dos Santos

MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
CONTRATANTE

JÉSSICA DIAS
OAB/PE Nº 37.219

RAFAEL PYRRHO
OAB/PE Nº 35.791

Gabriel G. Dias

GABRIEL DIAS
OAB/PE Nº 53.444

Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - 76d36a4
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25041513234442800000086493875?instancia=1
Número do documento: 25041513234442800000086493875

Carteira de Trabalho Digital

Dados Pessoais

Data de emissão: **03/01/2024**

Nome Civil: **MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS**
CPF: **800.381.314-04**
Data de Nascimento: **21/03/1977**
Sexo: **Feminino**
Nacionalidade: **Brasileira**
Nome da Mãe: **JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS**

Contratos de Trabalho

- 10/01/2015 - 05/12/2023

Data da projeção do aviso prévio indenizado: **28/01/2024**
IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE
CNPJ RAIZ: 10.869.782
Endereço: **AVENIDA CRUZ CABUGA**
Ocupação **514320 - FAXINEIRO**
Tipo de contrato: **Prazo determinado, definido em dias**
Tipo de admissão: **Admissão**
Salário contratual: **R$ 1.320,00**
Remuneração inicial: **R$ 1.103,20**
Última remuneração informada: **R$ 517,86** (12/2023)
Relação de trabalho: **Empregado**
Fonte da informação: **ESOCIAL**
Anotações:

05/12/2023 - Rescisão Contratual

01/05/2023 - Salário definido para R$ 1.320,00

01/05/2023 - Férias de 30 dia(s) com previsão de encerramento em 30/05/2023

01/04/2023 - Salário definido para R$ 1.348,20

01/01/2023 - Salário definido para R$ 1.302,00

01/11/2022 - Salário definido para R$ 1.240,20

01/09/2022 - Férias de 30 dia(s) com previsão de encerramento em 30/09/2022

01/01/2022 - Salário definido para R$ 1.212,00

01/09/2021 - Férias de 30 dia(s) com previsão de encerramento em 30/09/2021

01/08/2021 - Salário definido para R$ 1.110,00

01/01/2021 - Salário definido para R$ 1.100,00

02/09/2020 - Férias de 30 dia(s) com previsão de encerramento em 01/10/2020

01/02/2020 - Salário definido para R$ 1.045,00

Documento assinado digitalmente pela Dataprev em 12/07/2024.
Este documento somente é válido acompanhado de um documento de identificação oficial.

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - fbc3742

Carteira de Trabalho Digital

Anotações:

01/02/2020 - Tipo de contrato definido para Prazo determinado, definido em dias

02/09/2019 - Férias de 30 dia(s) com previsão de encerramento em 01/10/2019

10/01/2015 - Admissão

Observações:

Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - fbc3742
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25041513234518700000086493879?instancia=1
Número do documento: 25041513234518700000086493879

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - c8d012b

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 5.841.105

DATA DE EXPEDIÇÃO 24/11/2010

NOME
<< MARIA RITA DE CÁSSIA DOS SANTOS >>

FILIAÇÃO
<< >>
<< JOSEFA MARIA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS >>

NATURALIDADE
RECIFE - PE

DATA DE NASCIMENTO
21/03/1977

DOC. ORIGEM << 074344 01 55 1983 1 00014 285
0015960 77 RECIFE-PE >>

CPF
800.381.314-04

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - c8d012b
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25041513234606800000086493883?instancia=1
Número do documento: 25041513234606800000086493883

PREVIDÊNCIA SOCIAL
Instituto Nacional do Seguro Social

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

14/04/2025 18:23:11

Declaração de Benefícios

Declaramos que CONSTA no Sistema Único de Benefícios, nesta data, a concessão do(s) seguinte(s) benefício(s) que possuam como titular o CPF nº ***800.381.314-04*** pertencente a ***MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS***:

Número do Benefício	Situação	Espécie	Último Pgto.	Início	Cessação
647.322.004-0	CESSADO	AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA PREVIDENCIÁRIO	R$ 1.577,60	10/01/2024	19/02/2025

Brasília, DF, 14/04/2025

Alessandro Antonio Stefanutto
Presidente do INSS

Você pode conferir a autenticidade do documento em
https://meu.inss.gov.br/central/#/autenticidade
com o código 250414GJ4E3FBVM6RZLT08

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme art. 19, § 3° do Decreto 3.048/99.

Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - 2056e65
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25041513234666100000086493885?instancia=1
Número do documento: 25041513234666100000086493885

SUS
Secretaria de Saúde do Recife

RECEITUÁRIO

PREFEITURA DO RECIFE

232 - USF Santa Terezinha
End.: Rua Artemis, Nº 09 - Santo Amaro
Fone: 3355-4665
Secretaria de Saúde do Recife
Distrito Sanitário I

Unidade de Saúde: _____ Distrito Sanitário: _____

Nome: MARIA RITA DE CÁSSIA DOS SANTOS

Registro Nº _____ Cartão SUS Nº _____

LAUDO MÉDICO

ATESTO; PARA OS DEVIDOS FINS; QUE A PACIENTE MARIA RITA DE CÁSSIA DOS SANTOS; 46 ANOS; TABAGISTA; PORTADORA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL, DPOC E TRANSTORNO DA ANSIEDADE; APRESENTANDO CLONO FÁCIL, TREMORES E INSÔNIA; EM USO DE HIDROCLOROTIAZIDA, LOSARTANA 50mg; SERTRALINA 50mg 25/12/23; SERTRALINA 50mg, TRAZODONA 50mg, QUETIAPINA 25mg; ACOMPANHADA EM NOSSO SERVIÇO (USF); PNEUMOLOGISTA E PSICOLOGA; AGUARDANDO A PROVA DE FUNÇÃO PULMONAR; PORTANTO SEM CONDIÇÕES LABORATIVAS; POR TEMPO INDETERMINADO.

Dr Izidro A. B. Filho
Médico
CREMEPE: 9637

Data: 13/12/23

Assinatura - Conselho nº

Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - 0288cd7
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25041513234733300000086493886?instancia=1
Número do documento: 25041513234733300000086493886

Dr. José Waldo Saraiva Câmara Filho
PSIQUIATRA

LAUDO MÉDICO

confidencial

A Sra. Maria Rita de Cassia dos Santos iniciou tratamento psiquiátrico sob meus cuidados profissionais em 2022 no ambulatório da Santa Casa. Quadro psicopatológico caracterizado por crises ansiosas tipo pânico evoluindo com depressão como comorbidade. Apresenta agravamento psicopatológico com aumento da frequência e intensidade das crises ansiosas após situação que descreve como de humilhação no trabalho culminando com inesperada demissão há cerca de um mês. Quadro psicopatológico atual demanda afastamento do trabalho por um período estimado de 60 (sessenta) dias

CID 10: F41 + F32

Recife, 10 de janeiro de 2024

José Waldo S. Câmara Filho
CRM 9926 - CPF: 449.270.294-68
R. Heitor Maia Filho, 56 Madalena
Recife - PE

RQE 3673 ***CREMEPE 9926 CIC 449270294/68***
Consultório: Rua Heitor Maia Filho, 56 Benfica
Fones (81) 3445 1118 / 3445 7701 / 3227 7177 jwcamara@uol.com.br

Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - 1a47984
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25041513234787700000086493887?instancia=1
Número do documento: 25041513234787700000086493887

SAÚDE SUS
ATENÇÃO BÁSICA

MINISTÉRIO DA SAÚDE
ESTADO DE PE
MUNICÍPIO DE RECIFE
US 232 USF ILHA SANTA TEREZINHA

ORIENTAÇÕES

CIDADÃO

MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
CPF: 80038131404 CNS: 700203962871430
47 anos e 2 meses no dia deste atendimento

ORIENTAÇÕES

RELATÓRIO MÉDICO
PACIENTE MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS, 47 ANOS, PORTADORA DO CPF 800.381.314-04, ACOMPANHADA POR EQUIPE DE SAUDE DA FAMÍLIA DA USF 232 - ILHA SANTA TEREZINHA , BEM COMO POR MÉDICO PSIQUITRA, DEVIDO A QUADRO PSICOPATÓLOGICO CARACTERIZADO POR CRISES ANSIOSAS E DE PÂNICO, APRESENTANDO DESENVOLVIMENTO POSTERIOR DE QUADRO DEPRESSIVO, DIFICULTANDO INTERAÇÕES SOCIAIS. É NOTÓRIO AGRAVO DE SEU QUADRO COM AUMENTO DA FREQUÊCIA E INTENSIDADE DAS CRISES APÓS SITUAÇÃO OCORRIDA EM AMBIENTE DE TRABALHO, QUE RESULTOU EM SUA POSTERIOR DEMISSÃO DE MANEIRA INESPERADA E AGRAVAMENTO DE SEU QUADRO DEPRESSIVO APÓS O OCORRIDO.
NA MOMENTO ATUAL, SE ENCONTRA FRAGILIZADA, DESANIMADA E HIPOTIMICA, NECESSITANDO PORTANTO DE AFASTAMENTO DO TRABALHO POR UM PERIODO DE 30 DIAS, PARA MELHOR ACOMODAÇÃO INTERNA DA SITUAÇÃO ATUAL, BEM COMO PARA MELHORA DO CONTROLE DE QUADRO ANSIOSO.

Dr Izidro A. B. Filho
Médico
CRM/PE: 9687

Izidro de Alencar Bezerra Filho - CRM - PE 9687
MÉDICO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA
Recife - PE, 30 de maio de 2024

Digitalizado com CamScanner

PJe
Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - e7bd413
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25041513234844300000086493888?instancia=1
Número do documento: 25041513234844300000086493888

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE
Santa Casa de Misericórdia do Recife
Av. Cruz Cabugá, 1563 - Santo Amaro - Recife - PE
Fone: PABX 3412-3800 | Email: sta-casa@santacasarecife.org.br
Site: www.santacasarecife.org.br

DADOS DO PACIENTE

REGISTRO: 300999
PRONTUÁRIO: 965928 SEXO: Feminino
NOME DO PACIENTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS *
NOME DA MÃE: JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS
NOME DO PAI:
RG OU CPF: 800.381.314-04
DATA DE NASCIMENTO: 21/03/77 IDADE: 47
CARTÃO SUS: 700203962871430 CONVÊNIO: MUTIRAO MUNICIPAL
UNIDADE DE INTERNAÇÃO:
ENFERMARIA/QUARTO/LEITO:

RELATÓRIO MÉDICO

A sra. Maria Rita de Cassia dos Santos iniciou psiquiátrico sob meus cuidados profissionais em 2022 no ambulatório da Santa Casa. Quadro psicopatológico caracterizado por crises ansiosas tipo pânico evoluindo com depressão como comorbidade. Apresenta agravamento psicopatológico com aumento da frequência e intensidade das crises ansiosas após situação que descreve como humilhação no trabalho culminando com inesperada demissão há cerca de um mês. Quadro psicopatológico acarreta incapacidade laboral por um período estimado de 60(sessenta)dias.

CID 10: F41+F32

Jose Waldo Saraiva C. Filho
CRM / PE 9926
CPF: 449.270.294-68

Data: 06/06/2024

Dr. JOSE WALDO SARAIVA CAMARA FILHO
CRM:9926

Digitalizado com CamScanner

PJe
Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - 4825eb1
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25041513234898200000086493890?instancia=1
Número do documento: 25041513234898200000086493890

PERÍCIA MÉDICA FEDERAL

PERÍCIA MÉDICA FEDERAL

Perícia Médica de Benefício de Incapacidade

Perícia Médica Conclusiva

Dados Cadastrais			
Requerimento:	1704788943	**Protocolo Tarefa PMF:**	96314506
Nome do Requerente:	MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS		
Nome Social:			
Data de Nascimento:	21/03/1977 - 47 anos		
Nome da Mãe:	JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS		
NIT:	164.44147.41-8	**CPF:**	800.381.314-04
RG:	5841105	**Orgão Emissor:**	SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA
Gênero:	Feminino	**Estado Civil:**	
Escolaridade:			
Logradouro:	R JOAO PESSOA 115	**Tipo Logradouro:**	
Bairro:	SANTO AMARO	**CEP:**	
Número:		**Complemento:**	
Município:		**UF:**	
Telefone:	+55 81 81-98612		

História Clínica
PPMC 19/02/25- Segurada desempregada desde 12/2023, ultimo vinculo como faxineira BI cid F32/F41 desde 01/2024 Afirma vir tendo crises de ansiedade desde novembro/24, sendo tomada por angustia e tremores, ficando deitada, sem realziar nenhuma atividade. Laudo Dra Izidro Filho crm 9687 17/02/25 cid F32 F41

Documentação Médica/Odontológica
Requerimento Atual
Não existem documentos cadastrados
Requerimentos Anteriores
Não existem documentos cadastrados.

Exame Físico	
Ectoscopia	
Estado geral bom, consciente, orientada no tempo e espaço Curso e conteudo do pensamento preservados Memoria preservada Aparencia preservada Discurso adequado Humor estavel	
Exames Específicos	
Sistemas/Segmentos Examinados	**Descrição**
Sistemas/Segmentos sem alterações dignas de nota	

Diagnóstico	
Dados da Perícia Anterior	
CID Principal informado na perícia anterior	F41 - Outros transtornos ansiosos
CID Secundário informado na perícia anterior	F32 - Episódios depressivos
Análise do Diagnóstico	
Deseja alterar o CID Principal?	Não

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - 1163fd2

Capacidade Laborativa	
Houve/Há comprovação da incapacidade que justifique a prorrogação do benefício?	Não
Considerações Médico Periciais	
Segurada sem alterações na presente avaliação que resultem em incapacidade para sua atividade habitual	
Indicação de Auxílio Acidente - AA?	Não
A Data de Cessação do Benefício (DCB) será mantida em 19/02/2025	

Conclusão	
Dados Técnicos	
CID Principal	F41 - Outros transtornos ansiosos
Capacidade Laborativa	Não houve comprovação da incapacidade que justifique a prorrogação do benefício
Indicação de Auxílio Acidente - AA	Não

Perito Médico	
CADMED	1503030

RECIFE - PE, 19 de Fevereiro de 2025.

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - 1163fd2

PERÍCIA MÉDICA FEDERAL

PERÍCIA MÉDICA FEDERAL

Perícia Médica de Benefício de Incapacidade

Perícia Médica Conclusiva

Dados Cadastrais			
Requerimento:	1902825612	**Protocolo Tarefa PMF:**	181123753
Nome do Requerente:	MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS		
Nome Social:			
Data de Nascimento:	21/03/1977 - 47 anos		
Nome da Mãe:	JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS		
NIT:	164.44147.41-8	**CPF:**	800.381.314-04
RG:	5841105	**Orgão Emissor:**	SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA
Gênero:	Feminino	**Estado Civil:**	
Escolaridade:			
Logradouro:	R JOAO PESSOA 115	**Tipo Logradouro:**	
Bairro:	SANTO AMARO	**CEP:**	
Número:		**Complemento:**	
Município:		**UF:**	
Telefone:	+55 81 81-98612		

História Clínica
Faxineira, trabalhou em hospital, 47 anos Informa que cortou-se com material contaminado 2 vezes e trabalhou na pandemia covid19 no hospital e passou a ter crises de ansiedade, medo. Foi encaminhada para o psiquiatra e está em tratamento médico. Laudo dr Izidro Filho CRM9687 13/12/23 tabagista, HAS DPOC, transtorno de ansiedade. usa hctz, losartana, sertralina 50mg, trazodona, quetiapina. L audo médico dr José Waldo Filho CRM9926 psiquiatra informa tratamento desde2022 crises ansiosas tipo pânico evoluindo com depressão. Agravamento com aumento da frequencia e intensidade das crises ansiosas, quadro atual demanda afastamento do trabalho por 60 dias CID F41 F32 10/1/24 mantém queixas de crises de ansiedade a despeito do tratamento instituido, laudo médico rg5841105 laudo médico 09/10 /2024 dr izidro b filho crm ilegivel usf 232 Pref recife tratament o psiquiatrico para depressão com sertralina clinazepan e quetiapina apresentando associado crises de ansiedade (...ilegivel) de 09/10/2024 cid10 f41/f32. Laudo médico santa casa santo amaro 26/09/2024 dr jose waldo solicita afastamento laboral por tempo indetemrinado crises ansiosas tipo panico e depressao dr crm9926.

Documentação Médica/Odontológica
Requerimento Atual
Não existem documentos cadastrados
Requerimentos Anteriores
Não existem documentos cadastrados.

Exame Físico	
Ectoscopia	
Pericianda com queixas de crises de falta de ar, palpitações e angustia com sensação de sufocamento com frequencia de duas crises há cerca de 15 dias auto cuidado com desleixo bradipsiquismo consciente orientada comparece só acv=rcr em 2 t, bnf sem sopros. ar= mvn sem ra sem queixas de cunho produtivo	
Exames Específicos	
Sistemas/Segmentos Examinados	**Descrição**
Sistemas/Segmentos sem alterações dignas de nota	

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - 1163fd2

Diagnóstico	
Dados da Perícia Anterior	
CID Principal informado na perícia anterior	F41
CID Secundário informado na perícia anterior	F32 - Episódios depressivos
Isenção de Carência informado na perícia anterior	Não
Análise do Diagnóstico	
Deseja alterar o CID Principal?	Não

Capacidade Laborativa	
Houve/Há comprovação da incapacidade que justifique a prorrogação do benefício?	Sim
Considerações Médico Periciais	
PERSISTE INCAPACIDADE LABORAL PELO APRESENTADO AO EXAME FÍSICO E LAUDO MEDICO NO MOMENTO	
Classificação da Incapacidade	
Tipo de Grau de Incapacidade	Total e temporária
Data de Cessação do Benefício (DCB)	05/01/2025

Conclusão	
Dados Técnicos	
CID Principal	F41
Capacidade Laborativa	Houve comprovação da incapacidade que justifique a prorrogação do benefício
Classificação da Incapacidade	Total e temporária
DCB	05/01/2025

Perito Médico	
CADMED	1503774

RECIFE - PE, 05 de Novembro de 2024.

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - 1163fd2

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

SABI - Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade

Laudo Médico

Requerente: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS **NB:** 6473220040

Sexo: Feminino **Nasc:** 21/03/1977 **Nº Requer:** 314320517

Est. Civil: **RG:** 5841105 **Emissão:** **Dt Exame:** 08/03/2024

Ocupação: **Ordem:** 1.0

CADMED: 1503936

Benefício:

Auxílio - Doença

História:

8/3/24 faxineira, trabalhou em hospital, 46 anos Informa que cortou-se com material contaminado 2 vezes e trabalhou na pandemia covid19 no hospital e passou a ter crises de ansiedade, medo. Foi encaminhada para o psiquiatra e está em tratamento médico há 3 anos. Refere que não obteve melhora com o tratamento realizado, tem crises de choro, tremores em mãos. Laudo dr Izidro Filho CRM9687 13/12/23 tabagista, HAS DPOC, transtorno de ansiedade. usa hctz, losartana, sertralina 50mg, trazodona, quetiapina. Laudo médico dr José Waldo Filho CRM9926 psiquiatra informa tratamento desde2022 crises ansiosas tipo pânico evoluindo com depressão. Agravamento com aumento da frequencia e intensidade das crises ansiosas, quadro atual demanda afastamento do trabalho por 60 dias CID F41 F32 10/1/24 Novo laudo do mesmo psiquiatra 22/2/24 mantendo indicação de afastamento 60 dias

Exame Físico:

Vem com sobrinha fica só labilidade emocional chora humor depressivo tremores em mãos

Ac do Trabalho: Não **Reab. Profissional:** Não

Espécie de Nexo:

Isenção de Carência: Não

Auxílio Acidente: Não **Apos. por Invalidez:** Não

Vistoria Técnica:

Início da Doença: 01/01/2021

Cessação do Benefício: 10/04/2024

Início da Incapacidade: 10/01/2024

CID: F41

Considerações:

Considerando-se a função, a documentação médica apresentada e o exame físico atual, a segurada comprova inaptidão para realizar suas atividades laborativas. DID fixada segundo informações da segurada, na ausência de elementos objetivos para confirmá-la, 2021 DII fixada conforme laudo psiquiatra 10/1/24

Resultado: Existe incapacidade laborativa.

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes neste extrato, conforme art. 19, § 3° do Decreto 3.048/99.

Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - 1163fd2
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25041513234939600000086493891?instancia=1
Número do documento: 25041513234939600000086493891

RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

Nome Completo
Dr. José Waldo Saraiva Câmara Filho
CRM: 9926 UF: **PE**
Endereço e Telefone
Rua Heitor Maia Filho, 56 - Benfica
3445.1118 - 3445.7701 - 3227.7177

Cidade: **Recife** UF: **PE**

1ª VIA FARMÁCIA
2ª VIA PACIENTE

Paciente: Maria Rita Santos

Endereço:

Prescrição: Sertralina 50 mg — 02 cx
Clonazepam 2 x ao

José Waldo S. Câmara Filho
CRM 9926 - CPF 449.270.294-68
R. Heitor Maia Filho, 56 Madalena
Recife - PE

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR	IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR
Nome:	
Ident.: Órg. Emissor:	
End.:	
Cidade: UF:	
Telefone:	ASSINATURA DO FARMACÊUTICO ___/___/___ Data

Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - dc383dd
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25041513235005300000086493893?instancia=1
Número do documento: 25041513235005300000086493893

RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

Nome Completo
Dr. José Waldo Saraiva Câmara Filho
CRM: 9926 UF: **PE**
Endereço e Telefone
Rua Heitor Maia Filho, 56 - Benfica
3445.1118 - 3445.7701 - 3227.7177

Cidade: **Recife** UF: **PE**

1ª VIA FARMÁCIA
2ª VIA PACIENTE

Paciente: Maria Lit de Carvalho Souza

Endereço:

Prescrição: Rozapina (mirtazapina) 15 g — 01 cx
1 comprimido à noite

José Waldo S. Câmara Filho
CRM 9926 - CPF: 449.270.294-68
R. Heitor Maia Filho, 56 Madalena
Recife - PE

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR	IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR
Nome:	
Ident.: Órg. Emissor:	
End.:	
Cidade: UF:	
Telefone:	ASSINATURA DO FARMACÊUTICO ___/___/___ Data

Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - 19ad631
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25041513235055800000086493894?instancia=1
Número do documento: 25041513235055800000086493894

NOTIFICAÇÃO DE RECEITA

UF	NÚMERO
PE	70.312.069

B

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

Dr. JOSÉ WALDO SARAIVA CÂMARA FILHO

PSIQUIATRA
CRM - 9926 - CPF: 449.270.294-68
Rua Heitor Maia Filho, 56 - Madalena - Recife/PE

Medicamento ou Substância: Clonazepam

Quantidade e Forma Farmacêutica: 01 cx

Dose por Unidade Posológica: 2 g

Posologia: 1 cp

_____ de _____ de _____

Paciente: Maria Ant. dos Santos

Endereço:

José Waldo S. Câmara Filho
CRM 9926 - CPF: 449.270.294-68
R. Heitor Maia Filho, 56 - Madalena
Recife - PE

Assinatura do Emitente

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR

Nome:
Endereço:
Telefone:
Identidade Nº .: _____ Órgão Emissor: _____

CARIMBO DO FORNECEDOR

Nome do Vendedor _____ Data ___/___/___

MIMPRESSA GRÁFICA EIRELE - ME - CNPJ: 08.207.330/0001-64 - Hercules Florence, 43 - Prado - Recife - PE - Nº desta impressão 70311943 a 70313942 - Autorização da VISA/PE Nº 0038335/2021

Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - df548de
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25041513235112300000086493896?instancia=1
Número do documento: 25041513235112300000086493896

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA CIDADE DO RECIFE
Cais do Apoio, 925 - 13º andar - Cais do Apoio - Recife - PE
CNPJ: 41.090.291/0001-33

282 - USF Santa Terezinha
End.: Rua Artemis, Nº 09 - Santo Amaro
Fone: 3355-4665
Secretaria de Saúde do Recife
Distrito Sanitário I

NOTIFICAÇÃO DE RECEITA

UF	NÚMERO
PE	75.467.886

B

Paciente: Maria Rita de Cassia dos Santos

Data 23 de 05 de 24

Endereço:

Dr Izidro A. B. Filho
Médico
CREMEPE: 9687
Assinatura do Eminente

Medicamento ou Substância
clonazepam - 2g

Quantidade e Forma Farmacêutica
90 cp

Dose por unidade Posológica
2g

Posologia
tomar 1cp 1vez à noite

ENTREGUE
DATA 03/06/24
QUANT.: 30

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR

Nome:

Endereço:

Telefone:

Identidade nº: Órgão Emissor

CARIMBO DO FORNECEDOR

Nome do Vendedor ___/___/___ Data

Rb Comunicação Visual Ltda – Rua Orozimbo Ribeiro, 635, Santa Mônica – Uberlândia-MG. Telefone (34) 3224-0707
CNPJ: 16.951.665/0001-10 — Insc. Estadual 002924204.00-96 - Insc. Municipal 290.575-00

7.500 Bls. 20x1 –Numeração: 75.398.252 à 75.548.251
Aut. Apevisa nº 00044624/2022 de 16/08/2022

Digitalizado com CamScanner

Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - 12e207f
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25041513235168800000086493899?instancia=1
Número do documento: 25041513235168800000086493899

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE
Santa Casa de Misericórdia do Recife
Av. Cruz Cabugá, 1563 - Santo Amaro - Recife - PE
Fone: PABX 3412-3800 | Email: sta-casa@santacasarecife.org.br
Site: www.santacasarecife.org.br

NOME: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS *
NOME DA MÃE: JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS
NOME DO PAI:
REGISTRO: 300999
PRONTUÁRIO: 965928 **SEXO: Feminino**
RG OU CPF:800.381.314-04
DATA DE NASCIMENTO:21/03/77 **IDADE: 46**
CARTÃO SUS: 700203962871430 **CONVÊNIO: SUS - AMB**
UNIDADE DE INTERNAÇÃO:
ENFERMARIA/QUARTO/LEITO:
ENDEREÇO:R JOÃO PESSOA ,115 ,SANTO AMARO .RECIFE -PE
DATA: 11/07/2023

1ª VIA FARMÁCIA
2ª VIA PACIENTE

R E C E I T U Á R I O CONTROLE ESPECIAL

Sertralina 50mg ----- 02caixas
tomar 1/2 comprimido à noite durante 04 dias
tomar 01 comprimido à noite.

Trazodona 50mg ----- 01 caixa
tomar 01 comprimido à noite

Jose Waldo Saraiva C. Filho
CRM/PE 9926
CPF: 449.270.294-68

Esta conta deve ser paga com recursos públicos.

Dr. JOSE WALDO SARAIVA CAMARA FILHO
CRM: 9926

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR **IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR**

Nome: ----------

IDENT:----------**Órgão Emissor**------

End:----------

Cidade :---------- **UF**----------

Telefone----------

_____ __/__ /__
Ass. do Farmacêutico **Data**

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - 17b70a8

SANTA CASA
DE MISERICÓRDIA DO RECIFE
Santa Casa de Misericórdia do Recife
Av. Cruz Cabugá, 1563 - Santo Amaro - Recife - PE
Fone: PABX 3412-3800 | Email: sta-casa@santacasarecife.org.br
Site: www.santacasarecife.org.br

NOME: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS *
NOME DA MÃE: JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS
NOME DO PAI:
REGISTRO: 300999
PRONTUÁRIO: 965928 **SEXO: Feminino**
RG OU CPF:800.381.314-04
DATA DE NASCIMENTO:21/03/77 **IDADE: 46**
CARTÃO SUS: 700203962871430 **CONVÊNIO: SUS - AMB**
UNIDADE DE INTERNAÇÃO:
ENFERMARIA/QUARTO/LEITO:
ENDEREÇO:R JOÃO PESSOA ,115 ,SANTO AMARO .RECIFE -PE
DATA: 11/05/2023

1ª VIA FARMÁCIA
2ª VIA PACIENTE

RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL

Sertralina 50mg ----- 02caixas
tomar 1/2 comprimido à noite durante 04 dias
tomar 01 comprimido à noite.

Trazodona 50mg ----- 01 caixa
tomar 01 comprimido à noite

Jose Waldo Saraiva C. Filho
CRM/PE 9926
CPF: 449.270.294-68

Esta conta deve ser paga com recursos públicos.

Dr. JOSE WALDO SARAIVA CAMARA FILHO
CRM: 9926

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR **IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR**

Nome: ----------

IDENT:----------**Órgão Emissor**------

End:----------

Cidade :---------- **UF**----------

Telefone----------

_____ __/__ /__
Ass. do Farmacêutico **Data**

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - 17b70a8

SANTA CASA
Santa Casa de Misericórdia do Recife
Av. Cruz Cabugá, 1563 - Santo Amaro - Recife - PE
Fone: PABX 3412-3800 | Email: sta-casa@santacasarecife.org.br
Site: www.santacasarecife.org.br

NOME: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS *
NOME DA MÃE: JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS
NOME DO PAI:
REGISTRO: 300999
PRONTUÁRIO: 965928 **SEXO: Feminino**
RG OU CPF:800.381.314-04
DATA DE NASCIMENTO:21/03/77 **IDADE: 46**
CARTÃO SUS: 700203962871430 **CONVÊNIO: SUS - AMB**
UNIDADE DE INTERNAÇÃO:
ENFERMARIA/QUARTO/LEITO:
ENDEREÇO:R JOÃO PESSOA ,115 ,SANTO AMARO .RECIFE -PE
DATA: 11/07/2023

1ª VIA FARMÁCIA
2ª VIA PÁCIENTE

R E C E I T U Á R I O CONTROLE ESPECIAL

Sertralina 50mg ----- 02caixas
tomar 1/2 comprimido à noite durante 04 dias
tomar 01 comprimido à noite.

Trazodona 50mg ----- 01 caixa
tomar 01 comprimido à noite

Esta conta deve ser paga com recursos públicos.

Dr. JOSE WALDO SARAIVA CAMARA FILHO
CRM: 9926

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR **IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR**

Nome: ----------

IDENT:----------**Órgão Emissor**------

End:----------

Cidade :---------- **UF**----------

Telefone----------

_____ __/__ /__
Ass. do Farmacêutico **Data**

PJe
Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - 17b70a8
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25041513235315300000086493901?instancia=1
Número do documento: 25041513235315300000086493901

SANTA CASA
DE MISERICÓRDIA DO RECIFE

Santa Casa de Misericórdia do Recife
Av. Cruz Cabugá, 1563 - Santo Amaro - Recife - PE
Fone: PABX 3412-3800 | Email: sta-casa@santacasarecife.org.br
Site: www.santacasarecife.org.br

NOME: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS *
NOME DA MÃE: JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS
NOME DO PAI:
REGISTRO: 300999
PRONTUÁRIO: 965928 **SEXO: Feminino**
RG OU CPF:800.381.314-04
DATA DE NASCIMENTO:21/03/77 **IDADE: 46**
CARTÃO SUS: 700203962871430 **CONVÊNIO: SUS - AMB**
UNIDADE DE INTERNAÇÃO:
ENFERMARIA/QUARTO/LEITO:
ENDEREÇO:R JOÃO PESSOA ,115 ,SANTO AMARO .RECIFE -PE
DATA: 09/01/2024

1ª VIA FARMÁCIA
2ª VIA PACIENTE

R E C E I T U Á R I O CONTROLE ESPECIAL

SERTRALINA 50MG ----------02 CAIXAS
TOMAR UM COMPRIMIDO AO DIA

QUETIAPINA 25MG ---------- 01 CAIXA
TOMAR UM COMPRIMIDO A NOITE, EM CASO DE INSÔNIA

José Waldo Saraiva C. Filho
CRM / PE 9926
CPF: 449.270.294-68

Esta conta deve ser paga com recursos públicos.

Dr. JOSE WALDO SARAIVA CAMARA FILHO
CRM: 9926

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR **IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR**

Nome: ----------

IDENT:----------**Órgão Emissor**------

End:----------

Cidade :---------- **UF**----------

Telefone----------

_____ __/__ /__
Ass. do Farmacêutico **Data**

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - 01cf7c6

SANTA CASA
DE MISERICÓRDIA DO RECIFE
Santa Casa de Misericórdia do Recife
Av. Cruz Cabugá, 1563 - Santo Amaro - Recife - PE
Fone: PABX 3412-3800 | Email: sta-casa@santacasarecife.org.br
Site: www.santacasarecife.org.br

NOME: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS *
NOME DA MÃE: JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS
NOME DO PAI:
REGISTRO: 300999
PRONTUÁRIO: 965928 **SEXO: Feminino**
RG OU CPF:800.381.314-04
DATA DE NASCIMENTO:21/03/77 **IDADE: 46**
CARTÃO SUS: 700203962871430 **CONVÊNIO: SUS - AMB**
UNIDADE DE INTERNAÇÃO:
ENFERMARIA/QUARTO/LEITO:
ENDEREÇO:R JOÃO PESSOA ,115 ,SANTO AMARO .RECIFE -PE
DATA: 09/12/2023

1ª VIA FARMÁCIA
2ª VIA PACIENTE

R E C E I T U Á R I O CONTROLE ESPECIAL

SERTRALINA 50MG ----------02 CAIXAS
TOMAR UM COMPRIMIDO AO DIA

QUETIAPINA 25MG ---------- 01 CAIXA
TOMAR UM COMPRIMIDO A NOITE, EM CASO DE INSÔNIA

José Waldo Saraiva C. Filho
CRM / PE 9926
CPF: 449.270.294-68

Esta conta deve ser paga com recursos públicos.

Dr. JOSE WALDO SARAIVA CAMARA FILHO
CRM: 9926

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR **IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR**

Nome: ----------

IDENT:----------**Órgão Emissor**------

End:----------

Cidade :---------- **UF**----------

Telefone----------

_____ __/__ /__
Ass. do Farmacêutico **Data**

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - 01cf7c6

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE
Santa Casa de Misericórdia do Recife
Av. Cruz Cabugá, 1563 - Santo Amaro - Recife - PE
Fone: PABX 3412-3800 | Email: sta-casa@santacasarecife.org.br
Site: www.santacasarecife.org.br

NOME: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS *
NOME DA MÃE: JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS
NOME DO PAI:
REGISTRO: 300999
PRONTUÁRIO: 965928 **SEXO: Feminino**
RG OU CPF:800.381.314-04
DATA DE NASCIMENTO:21/03/77 **IDADE: 46**
CARTÃO SUS: 700203962871430 **CONVÊNIO: SUS - AMB**
UNIDADE DE INTERNAÇÃO:
ENFERMARIA/QUARTO/LEITO:
ENDEREÇO:R JOÃO PESSOA ,115 ,SANTO AMARO .RECIFE -PE
DATA: 09/12/2023

1ª VIA FARMÁCIA
2ª VIA PACIENTE

R E C E I T U Á R I O CONTROLE ESPECIAL

SERTRALINA 50MG ----------02 CAIXAS
TOMAR UM COMPRIMIDO AO DIA

QUETIAPINA 25MG ---------- 01 CAIXA
TOMAR UM COMPRIMIDO A NOITE, EM CASO DE INSÔNIA

José Waldo Saraiva C. Filho
CRM 9926
CPF 429.870.291-68

Esta conta deve ser paga com recursos públicos.

Dr. JOSE WALDO SARAIVA CAMARA FILHO
CRM: 9926

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR **IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR**

Nome: ----------

IDENT:----------**Órgão Emissor**------

End:----------

Cidade :---------- **UF**----------

Telefone----------

_____ __/__ /__
Ass. do Farmacêutico **Data**

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - 01cf7c6

SANTA CASA
DE MISERICÓRDIA DO RECIFE

Santa Casa de Misericórdia do Recife
Av. Cruz Cabugá, 1563 - Santo Amaro - Recife - PE
Fone: PABX 3412-3800 | Email: sta-casa@santacasarecife.org.br
Site: www.santacasarecife.org.br

NOME: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS *
NOME DA MÃE: JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS
NOME DO PAI:
REGISTRO: 300999
PRONTUÁRIO: 965928 **SEXO: Feminino**
RG OU CPF:800.381.314-04
DATA DE NASCIMENTO:21/03/77 **IDADE: 46**
CARTÃO SUS: 700203962871430 **CONVÊNIO: SUS - AMB**
UNIDADE DE INTERNAÇÃO:
ENFERMARIA/QUARTO/LEITO:
ENDEREÇO:R JOÃO PESSOA ,115 ,SANTO AMARO .RECIFE -PE
DATA: 14/09/2023

1ª VIA FARMÁCIA
2ª VIA PACIENTE

R E C E I T U Á R I O CONTROLE ESPECIAL

Sertralina 50mg ---------- 2 caixas
tomar 1 comprimido via oral a noite

Esta conta deve ser paga com recursos públicos.

Dr. JOSE WALDO SARAIVA CAMARA FILHO
CRM: 9926

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR **IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR**

Nome: ----------

IDENT:----------**Órgão Emissor**------

End:----------

Cidade :---------- **UF**----------

Telefone----------

_____ __/__ /__
Ass. do Farmacêutico **Data**

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - 01cf7c6

SANTA CASA
DE MISERICÓRDIA DO RECIFE
Santa Casa de Misericórdia do Recife
Av. Cruz Cabugá, 1563 - Santo Amaro - Recife - PE
Fone: PABX 3412-3800 | Email: sta-casa@santacasarecife.org.br
Site: www.santacasarecife.org.br

NOME: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS *
NOME DA MÃE: JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS
NOME DO PAI:
REGISTRO: 300999
PRONTUÁRIO: 965928 **SEXO: Feminino**
RG OU CPF:800.381.314-04
DATA DE NASCIMENTO:21/03/77 **IDADE: 46**
CARTÃO SUS: 700203962871430 **CONVÊNIO: SUS - AMB**
UNIDADE DE INTERNAÇÃO:
ENFERMARIA/QUARTO/LEITO:
ENDEREÇO:R JOÃO PESSOA ,115 ,SANTO AMARO .RECIFE -PE
DATA: 14/09/2023

1ª VIA FARMÁCIA
2ª VIA PACIENTE

R E C E I T U Á R I O CONTROLE ESPECIAL

Sertralina 50mg ---------- 2 caixas
tomar 1 comprimido via oral a noite

Esta conta deve ser paga com recursos públicos.

Dr. JOSE WALDO SARAIVA CAMARA FILHO
CRM: 9926

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR **IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR**

Nome: ----------

IDENT:----------**Órgão Emissor**------

End:----------

Cidade :---------- **UF**----------

Telefone----------

_____ __/__ /__
Ass. do Farmacêutico **Data**

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - 01cf7c6

SANTA CASA
DE MISERICÓRDIA DO RECIFE

Santa Casa de Misericórdia do Recife
Av. Cruz Cabugá, 1563 - Santo Amaro - Recife - PE
Fone: PABX 3412-3800 | Email: sta-casa@santacasarecife.org.br
Site: www.santacasarecife.org.br

NOME: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS *
NOME DA MÃE: JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS
NOME DO PAI:
REGISTRO: 300999
PRONTUÁRIO: 965928 **SEXO: Feminino**
RG OU CPF:800.381.314-04
DATA DE NASCIMENTO:21/03/77 **IDADE: 46**
CARTÃO SUS: 700203962871430 **CONVÊNIO: SUS - AMB**
UNIDADE DE INTERNAÇÃO:
ENFERMARIA/QUARTO/LEITO:
ENDEREÇO:R JOÃO PESSOA ,115 ,SANTO AMARO .RECIFE -PE
DATA: 11/05/2023

1ª VIA FARMÁCIA
2ª VIA PACIENTE

R E C E I T U Á R I O CONTROLE ESPECIAL

Sertralina 50mg ----- 02caixas
tomar 1/2 comprimido à noite durante 04 dias
tomar 01 comprimido à noite.

Trazodona 50mg ----- 01 caixa
tomar 01 comprimido à noite

José Waldo Saraiva C. Filho
CRM / PE 9926
CPF: 449.270.294-68

Esta conta deve ser paga com recursos públicos.

Dr. JOSE WALDO SARAIVA CAMARA FILHO
CRM: 9926

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR **IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR**

Nome: ----------

IDENT:----------**Órgão Emissor**------

End:----------

Cidade :---------- **UF**----------

Telefone----------

_____ __/__ /__
Ass. do Farmacêutico **Data**

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - 01cf7c6

SANTA CASA
DE MISERICÓRDIA DO RECIFE
Santa Casa de Misericórdia do Recife
Av. Cruz Cabugá, 1563 - Santo Amaro - Recife - PE
Fone: PABX 3412-3800 | Email: sta-casa@santacasarecife.org.br
Site: www.santacasarecife.org.br

NOME: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS *
NOME DA MÃE: JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS
NOME DO PAI:
REGISTRO: 300999
PRONTUÁRIO: 965928 **SEXO: Feminino**
RG OU CPF:800.381.314-04
DATA DE NASCIMENTO:21/03/77 **IDADE: 46**
CARTÃO SUS: 700203962871430 **CONVÊNIO: SUS - AMB**
UNIDADE DE INTERNAÇÃO:
ENFERMARIA/QUARTO/LEITO:
ENDEREÇO:R JOÃO PESSOA ,115 ,SANTO AMARO .RECIFE -PE
DATA: 11/05/2023

1ª VIA FARMÁCIA
2ª VIA PACIENTE

R E C E I T U Á R I O CONTROLE ESPECIAL

Sertralina 50mg ----- 02caixas
tomar 1/2 comprimido à noite durante 04 dias
tomar 01 comprimido à noite.

Trazodona 50mg ----- 01 caixa
tomar 01 comprimido à noite

José Waldo Saraiva C. Filho
CRM / PE 9926
CPF: 449.270.294-68

Esta conta deve ser paga com recursos públicos.

Dr. JOSE WALDO SARAIVA CAMARA FILHO
CRM: 9926

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR **IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR**

Nome: ----------

IDENT:----------**Órgão Emissor**------

End:----------

Cidade :---------- **UF**----------

Telefone----------

_____ __/__ /__
Ass. do Farmacêutico **Data**

PJe
Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 16/04/2025, às 16:47:55 - 01cf7c6
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25041513235741100000086493906?instancia=1
Número do documento: 25041513235741100000086493906

Processo Judicial Eletrônico

Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - 1º Grau

Sua Petição foi finalizada com sucesso.

Informações do Processo

Número do Processo: 0000442-27.2025.5.06.0024

Órgão Julgador: 24ª Vara do Trabalho do Recife

Segredo de justiça: Não

Assunto Principal: Reintegração de Empregado

Medida de urgência: Sim

Classe judicial: Ação Trabalhista - Rito Ordinário (985)

Partes: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS - 800.381.314-04 X IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE - 10.869.782/0001-53

Documentos do Processo

Id	Documento	Tipo de documento	Tamanho (KB)
babb882	Petição Inicial	Petição Inicial	445420
b00ac05	PROCURAÇÃO	Procuração	645643
a118f16	DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA	Declaração de Hipossuficiência	391625
76d36a4	CONTRATO HONORÁRIO TRABALISTA	Contrato	1333026
fbc3742	CTPS DIGITAL	Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)	608882
c8d012b	RG	Carteira de Identidade/Registro Geral (RG)	509542
2056e65	declaracao-de-beneficio-13	Documento Diverso	450453
0288cd7	LAUDO MÉDICO - DR. IZIDRO FILHO - 13.12.2023	Documento Diverso	394690
1a47984	LAUDO MÉDICO - DR. JOSE WALDO - 10.01.2024	Documento Diverso	398408

PJe Documento assinado eletronicamente por PROCEDIMENTO AUTOMATIZADO - PJE, em 16/04/2025, às 16:48:39 - 57a4472

e7bd413	LAUDO MÉDICO DR. IZIDRO ALENCAR 30.05.2024	Documento Diverso	466994
4825eb1	LAUDO MÉDICO DR. JOSE WALDO 06.06.2024	Documento Diverso	374025
1163fd2	laudos-medicos-pericial INSS	Documento Diverso	236287
dc383dd	RECEITUÁRIO ESPECIAL - DR. JOSE WALDO	Documento Diverso	348303
19ad631	RECEITUÁRIO ESPECIAL - DR. JOSE WALDO (2)	Documento Diverso	351311
df548de	RECEITUÁRIO ESPECIAL - DR. JOSE WALDO	Documento Diverso	353496
12e207f	RECEITUÁRIO MÉDICO CONTROLADO 23.05.2024	Documento Diverso	422536
17b70a8	RECEITUÁRIOS CONTROLE ESPECIAL - DR. JOSE WALDO (2)	Documento Diverso	1074998
01cf7c6	RECEITUÁRIOS CONTROLE ESPECIAL - DR. JOSE WALDO	Documento Diverso	2561692

Jurisdição	Classe Judicial	Valor da Causa
RECIFE	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	R$ 476.000,00

Assunto	Descrição Lei
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO (8826) / Processo e Procedimento (8960) / Antecipação de Tutela / Tutela Específica (8961) / Reintegração de Empregado	
DIREITO DO TRABALHO (864) / Direito Individual do Trabalho (12936) / Responsabilidade Civil do Empregador (14007) / Indenização por Dano Material (14009) / Acidente de Trabalho	

RECLAMANTE
MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS

PJe Documento assinado eletronicamente por PROCEDIMENTO AUTOMATIZADO - PJE, em 16/04/2025, às 16:48:39 - 57a4472

RECLAMADO
IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

Distribuído em 16/04/2025 16:48:35

Audiência inicial do processo não agendada automaticamente.

Protocolado por : JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS

Documento assinado eletronicamente por PROCEDIMENTO AUTOMATIZADO - PJE, em 16/04/2025, às 16:48:39 - 57a4472
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25041616483904400000086531668?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25041616483904400000086531668

CERTIDÃO TRIAGEM INICIAL

Certifico que, em cumprimento às diretrizes deste Juízo no tocante à triagem inicial do feito, foram analisados os pontos abaixo especificados:

01.	Cadastramento das partes em conformidade, com endereço constante da inicial devidamente lançado no sistema PJe	SIM (X)	NÃO ( )
02.	Procuração assinada	SIM (X)	NÃO ( )
03.	**Pedido de notificação exclusiva**	**SIM (X)**	**NÃO ( )**
04.	**Pedido de tutela de urgência pendente**	**SIM (X)**	**NÃO ( )**
05.	Documentos pessoais em conformidade	SIM (X)	NÃO ( )
06.	Documentos gerais legíveis/ em conformidade	SIM (X)	NÃO ( )
07.	Documentos em sigilo sem justificativa da parte	SIM ( )	NÃO (X)
08.	Pedido de tramitação preferencial	SIM ( )	NÃO (X)
09.	Pedido de Justiça Gratuita	SIM (X)	NÃO ( )
10.	Prova da hipossuficiência ou doc. equivalente juntado	SIM (X)	NÃO ( )
11.	Pedido fundado em norma coletiva	SIM ( )	NÃO (X)
12.	Instrumentos normativos juntados	SIM ( )	NÃO (X)
13.	Pedido relacionado a vale transporte	SIM ( )	NÃO (X)
14.	Pedido relacionado a trabalho em feriados	SIM ( )	NÃO (X)
15.	Pedido relacionado a ausência de depósitos do FGTS	SIM ( )	NÃO (X)
16.	Especificados os meses faltantes do FGTS	SIM ( )	NÃO (X)
17.	**Pedidos relacionados a doença ocupacional/ do trabalho ou acidente de trabalho com afastamento previdenciário**	**SIM (X)**	**NÃO ( )**
18.	Liquidação dos pedidos em conformidade	SIM (X)	NÃO ( )
19.	Valor da causa em conformidade com o Rito	SIM (X)	NÃO ( )
20.	Valor da causa em conformidade com a liquidação	SIM (X)	NÃO ( )
21	**Juízo 100% Digital**	**SIM ( )**	**NÃO (X)**

Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 28/04/2025, às 09:30:55 - befa898
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25042210342776900000086581728?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25042210342776900000086581728

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE
0000442-27.2025.5.06.0024
: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

DESPACHO

Vistos etc.

Reporto-me à certidão de #id:befa898.

Nos termos do *art. 300 NCPC c/c o art. 769 CLT*, a tutela de urgência será concedida na existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ao resultado útil do processo.

Considerando que a tutela poderá ser concedida na forma liminar ou após justificação prévia, conforme *§2º do artigo 300 do NCPC*, e deve ser passível de reversibilidade, conforme disposto no *§3º* do referido artigo, determino:

1- **Intime-se a parte reclamada para manifestar-se sobre o pedido de tutela de urgência de natureza antecipada**, no prazo de cinco dias, sob a advertência de que o seu silêncio fará este juízo presumir pela aceitação.

2 - Após a manifestação da ré, promova-se a conclusão dos autos para decisão específica.

3 - Inclua-se o Ministério Público do Trabalho como *Custos Legis*, como requer a parte autora.

RECIFE/PE, 28 de abril de 2025.

NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO
Juíza do Trabalho Titular

Documento assinado eletronicamente por NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO, em 28/04/2025, às 10:04:55 - 70eb358
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25042213535124400000086596380?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25042213535124400000086596380

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE
0000442-27.2025.5.06.0024
: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 70eb358 proferido nos autos.

DESPACHO

Vistos etc.

Reporto-me à certidão de #id:befa898.

Nos termos do *art. 300 NCPC c/c o art. 769 CLT*, a tutela de urgência será concedida na existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ao resultado útil do processo.

Considerando que a tutela poderá ser concedida na forma liminar ou após justificação prévia, conforme *§2º do artigo 300 do NCPC*, e deve ser passível de reversibilidade, conforme disposto no *§3º* do referido artigo, determino:

1- **Intime-se a parte reclamada para manifestar-se sobre o pedido de tutela de urgência de natureza antecipada**, no prazo de cinco dias, sob a advertência de que o seu silêncio fará este juízo presumir pela aceitação.

2 - Após a manifestação da ré, promova-se a conclusão dos autos para decisão específica.

3 - Inclua-se o Ministério Público do Trabalho como *Custos Legis*, como requer a parte autora.

RECIFE/PE, 28 de abril de 2025.

NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO
Juíza do Trabalho Titular

Documento assinado eletronicamente por NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO, em 28/04/2025, às 10:05:55 - 81a020c
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25042810045591000000086783767?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25042810045591000000086783767

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE
0000442-27.2025.5.06.0024
: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

24ª Vara do Trabalho do Recife-PE

AVENIDA CAIS DO APOLO, Nº 739, Recife, RECIFE/PE - CEP: 50030-230

Telefone: (81) 99625 6122

Email: vararecife24@trt6.jus.br

Atendimento ao público das 8 às 14 horas.

DESTINATÁRIO:

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE
AVENIDA CRUZ CABUGA, 1563, SANTO AMARO, RECIFE/PE - CEP: 50040-000

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) **NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO**, Juiz(a) do Trabalho do(a) 24ª Vara do Trabalho do Recife, no uso de suas atribuições legais, MANDA ao(à) Sr(a). Oficial(a) de Justiça, a quem couber por distribuição este mandado que, à vista do mesmo e em seu cumprimento, dirija-se ao endereço indicado acima no campo "DESTINATÁRIO" e, sendo aí, proceda a sua INTIMAÇÃO para **TOMAR CIÊNCIA DO(A) DESPACHO DA MM. JUÍZA DE #id:70eb358 (chave - 25042213535124400000086596380), PROFERIDO NOS AUTOS EM EPÍGRAFE, DEVENDO SE MANIFESTAR SOBRE O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA ANTECIPADA, no prazo de cinco dias, sob a advertência de que o seu silêncio fará este Juízo presumir pela aceitação.**

Todos os documentos do processo poderão ser acessados pelo sítio (http://pje.trt6.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam), digitando-se a(s) chave(s) abaixo discriminadas:

Descrição	Tipo de documento	Chave de acesso**
Intimação	Intimação	25042810045591000000086783767
Despacho	Despacho	25042213535124400000086596380
CERTIDAO TRIAGEM INICIAL	Certidão	25042210342776900000086581728
Certidão de Distribuição	Certidão	25041616483904400000086531668
PROCURAÇÃO	Procuração	25041513234197300000086493866
DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA	Declaração de Hipossuficiência	25041513234257200000086493869
CONTRATO HONORÁRIO TRABALISTA	Contrato	25041513234442800000086493875

CTPS DIGITAL	Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)	25041513234518700000086493879
RG	Carteira de Identidade /Registro Geral (RG)	25041513234606800000086493883
declaracao-de-beneficio-13	Documento Diverso	25041513234666100000086493885
LAUDO MÉDICO - DR. IZIDRO FILHO - 13.12.2023	Documento Diverso	25041513234733300000086493886
LAUDO MÉDICO - DR. JOSE WALDO - 10.01.2024	Documento Diverso	25041513234787700000086493887
LAUDO MÉDICO DR. IZIDRO ALENCAR 30.05.2024	Documento Diverso	25041513234844300000086493888
LAUDO MÉDICO DR. JOSE WALDO 06.06.2024	Documento Diverso	25041513234898200000086493890
laudos-medicos-pericial INSS	Documento Diverso	25041513234939600000086493891

RECEITUÁRIO ESPECIAL - DR. JOSE WALDO	Documento Diverso	25041513235005300000086493893
RECEITUÁRIO ESPECIAL - DR. JOSE WALDO (2)	Documento Diverso	25041513235055800000086493894
RECEITUÁRIO ESPECIAL - DR. JOSE WALDO	Documento Diverso	25041513235112300000086493896
RECEITUÁRIO MÉDICO CONTROLADO 23.05.2024	Documento Diverso	25041513235168800000086493899
RECEITUÁRIOS CONTROLE ESPECIAL - DR. JOSE WALDO (2)	Documento Diverso	25041513235315300000086493901
RECEITUÁRIOS CONTROLE ESPECIAL - DR. JOSE WALDO	Documento Diverso	25041513235741100000086493906
Petição Inicial	Petição Inicial	25041513193764000000086493603

O destinatário desta ordem também poderá ter acesso à íntegra do processo mediante uso do certificado digital por advogado habilitado no site http://pje.trt6.jus.br/primeirograu/login.seam.

O Sr. Oficial de Justiça fica autorizado, pelo presente mandado, a realizar a(s) diligência(s) necessária(s) ao seu fiel cumprimento em horário especial (antes das 06 horas e depois das 20 horas)

nos dias úteis, incluindo os sábados, e em domingos e feriados, nos termos do art. 770, parágrafo único, da CLT, e dos arts. 212, parágrafos 1º e 2º, e 214 do CPC, observando-se o artigo 5º, XI, da Constituição Federal.

Fica advertida a parte de que a ofensa, através de palavras ou atos, que redunde vexame, humilhação, desprestígio ou menoscabo à oficiala ou ao oficial de justiça ou à magistrada ou ao magistrado poderá configurar crime de desacato (Art. 331, Código Penal).

Fica, pelo presente mandado, autorizado o(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça a solicitar das autoridades policiais a força que se fizer necessária ao seu cumprimento.

O QUE SE CUMPRA na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de RECIFE/PE-PE, em 28/04/2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, e nos termos da Lei 11.419/2006, que instituiu o Processo Judicial Eletrônico. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico "http://pje.trt6.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam", informando-se a chave numérica abaixo.

SITUAÇÃO DO CADASTRO DO PROCESSO ACIMA NO PJe-TRT6 NO MOMENTO DE EMISSÃO DESTE ATO:
PROCESSO Nº 0000442-27.2025.5.06.0024
RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
ADVOGADO(S): GABRIEL GONCALVES DIAS, OAB: 53444
JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, OAB: 37219
RAFAEL PYRRHO CORREIA DE MELO, OAB: 35791
RECLAMADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE
ADVOGADO(S):
----------/MFBS

RECIFE/PE, 28 de abril de 2025.

MONICA DE FATIMA BRAGA DOS SANTOS
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE
0000442-27.2025.5.06.0024
: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

Fica o Ministério Público do Trabalho intimado para atuar como ***custos legis***, conforme determinação em id. 70eb358.

RECIFE/PE, 29 de abril de 2025.

ALEXANDRE KLEYTON SILVA MATIAS
Assessor

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
0000442-27.2025.5.06.0024
: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

ID do mandado: {VAL $idMandado}
Destinatário: {VAL $nomeDestinatarioMandado}

CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE MANDADO

ID do mandado: 3d01f79

Destinatário: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

Certifico e dou fé que nesta data, 05/05/2025, estamos redistribuindo o mandado para cumprimento por outro Oficial de Justiça da mesma área de atuação, uma vez que a OJ Andréia Kátia de Jesus Bernardino e Silva se encontrava afastada de licença médica, entre os dias 23/04 e 02/05/2025.

À apreciação superior.

RECIFE/PE, 05 de maio de 2025

NEURACI DE DEUS LIMA

Oficial de Justiça Avaliador Federal

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria Regional do Trabalho 6ª Região - RECIFE
Rua Conselheiro Portela, n.º 531, Aflitos, RECIFE/PE, CEP 52020-041 - Fone (81)2101-3200 - Fax (81)2101-3200

Futuro sustentável no trabalho e no clima
Abril Verde 2025

AO MM. JUÍZO DA 24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE

PROCESSO Nº 0000442-27.2025.5.06.0024
AUTOR: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
RÉU: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

O exame dos autos traz **controvérsia que não apresenta**, pelo menos a princípio, **interesse público ou social relevante**, de modo a exigir do Ministério Público do Trabalho manifestação circunstanciada na forma do art. 83, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93.

Com efeito, o presente processo envolve pleito de reintegração da trabalhadora, ou, alternativamente, a suspensão de sua demissão, com o restabelecimento do plano de saúde empresarial, em razão de doença ocupacional adquirida durante o vínculo empregatício. Pleiteia-se a volta ao trabalho com o pagamento dos salários vencidos desde a dispensa, além do reconhecimento da estabilidade acidentária e a nulidade da demissão, alegando-se que esta foi discriminatória. Ademais, requer a condenação da Reclamada ao pagamento de indenizações: por danos morais, por dispensa discriminatória, bem como pensão vitalícia devido à redução da capacidade laboral, além de indenizações por danos emergentes. Também solicita o pagamento de diferenças salariais por insalubridade, nulidade do controle de jornada, invalidação do banco de horas, e requer perícias para comprovação dos fatos alegados.

Depreende-se, portanto, que a demanda possui feição meramente individual e que compreende interesses de ordem patrimonial.

Ressalte-se que a manifestação efetiva e circunstanciada do *Parquet* Laboral não deve se revelar em todos os processos judiciais, mas, tão somente, naqueles em

que presente o interesse público primário, revelado pela natureza **metaindividual ou individual indisponível** do bem jurídico controvertido (art. 127, *caput*, da CF).

Ex positis, demonstrada a desnecessidade de atuação do Parquet laboral na condição de custos iuris, preconizo o prosseguimento do feito.

Era o que competia oficiar.

Recife, *data da assinatura eletrônica.*

CHAFIC KRAUSS DAHER
Procurador do Trabalho

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE
0000442-27.2025.5.06.0024
: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

DESPACHO

Nos autos, cota de #id:52e5676, em que o Ministério Público do Trabalho esclarece ser desnecessária sua atuação nestes autos, em que pese o pedido da parte autora. Fica o registro.

À atenção da Secretaria para retificação dos autos.

No mais, aguarde-se o cumprimento do mandado #id:3d01f79.

RECIFE/PE, 07 de maio de 2025.

NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO
Juíza do Trabalho Titular

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
0000442-27.2025.5.06.0024
: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

ID do mandado: {VAL $idMandado}
Destinatário: {VAL $nomeDestinatarioMandado}

CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE MANDADO

ID do mandado: 3d01f79

Destinatário: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

Certifico e dou fé, que em cumprimento ao r. mandado dirigi-me à Avenida Cruz Cabugá, 1563, bairro de Santo Amaro, nesta cidade de Recife, no dia 07 /05/2025 às 14h30min, e estando ali, INTIMEI a IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE, na pessoa da Dra. Sabrina Rodrigues,,Analista Jurídico, OAB-PE 58.249. que de tudo ficou ciente, recebeu a contrafé, datando e exarando devidamente sua assinatura no mandado. A apreciação superior. Recife, 12/05/2025.

RECIFE/PE, 12 de maio de 2025

ISABEL CRISTINA CARVALHO GOMES

Oficial de Justiça Avaliador Federal

Requer habilitação

Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - 3781a85
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25051418060048900000087367759?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25051418060048900000087367759

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE – IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.869.782/0001-53, com sede à Avenida Cruz Cabugá, 1563, Santo Amaro, Recife – PE, CEP 50.040-000; **HOSPITAL SANTO AMARO,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.869.782/0004-04, com sede à Avenida Cruz Cabugá, 1563, Santo Amaro, Recife – PE, CEP 50.040-000; **CENTRO HOSPITALAR DOM LAMARTINE,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.869.782/0002-34, com sede à Avenida Cruz Cabugá, 1563, Anexo A, Santo Amaro, Recife – PE, CEP 50.040-000; **CENTRO GERIÁTRICO PADRE VENÂNCIO,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.869.782/0007-49, com sede à Avenida Afonso Olindense, nº 1764, Várzea, Recife –PE, CEP 50.810-000; **INSTITUTO ANTÔNIO PESSOA DE QUEIROZ,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.869.782/0008-20, com sede à Rua Guilherme Pinto, nº 146, Capunga, Recife – PE, CEP 52.011-210; **EDUCANDÁRIO SÃO JOAQUIM,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.869.782/0011-25, com sede na Usina Frei Caneca, s/n, Jaqueira, Recife/PE, CEP 55.409-000; **COLÉGIO SANTA LUIZA DE MARILLAC,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.869.782/0014-78, com sede à Rua Leonardo Bezerra Cavalcanti, nº 116, Parnamirim, Recife – PE, CEP 52.060-030; **EDUCANDÁRIO SANTA TEREZA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.869.782/0005-87, com sede à Avenida Olinda, nº 750, Santa Tereza, Olinda – PE, CEP 53.010-902; **EDUCANDÁRIO MAGALHÃES BASTOS,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.869.782/0010-44, com sede à Rua Francisco Lacerda, s/n, Várzea, Recife – PE, CEP 50.741-150; **EDUCANDÁRIO CASA DA PROVIDÊNCIA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.869.782/0006-68, com sede à Avenida Parnamirim, nº 116, Parnamirim, Recife – PE, CEP 52.060-000; **UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA (UPA - Torrões),** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.869.782/0012-06, situada à Rua Mirabela, nº 30, Torrões, Recife – PE, CEP 50.640-580; **ABRIGO SÃO FRANCISCO DE ASSIS,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.869.782/0003-15, com sede à Avenida Frei Caneca, nº 410, Centro, Palmares –PE, CEP 55.540-000; **HOSPITAL REGIONAL FERNANDO BEZERRA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.869.782/0009-00, com sede à Rua Teobaldo Gomes Torres, nº 510, Centro, Ouricuri – PE, CEP 56.200-000; **UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA-E,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.869.782/0013-97, situada à Avenida Manoel Irineu de Araújo, s/n, Centro, Ouricuri – PE, CEP 56.200-970, **todas**, neste ato, representadas por **FERNANDO LUIZ COSTA**, portador da Cédula de Identidade nº 1.347.428 SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 173.589.304-87, domiciliado em Recife/PE e por **GERSON APARECIDO DOS SANTOS**, portador da Cédula de Identidade nº 16.745.283 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 049.838.938-30, domiciliado em Jaboatão dos Guararapes/PE.

OUTORGADOS – Os Béis. **ALEXANDRE ANDRADE LIMA DA FONTE FILHO**, casado, inscrito na OAB/PE sob o n.º 14.799; **ROGÉRIO VIEIRA DE MELO DA FONTE**, casado, inscrito na OAB/PE sob o n.º 14.461; **SIMONY BRAGA MIRANDA**

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

NOGUEIRA, casada, inscrita na OAB/PE sob o nº 1.251-B, **HENRIQUE CAMINHA LOUREIRO BORGES**, divorciado, inscrito na OAB/PE sob o nº 22.662, **MARIA REGINA CHAVES DE LEMOS,** casada, inscrita na OAB/PE sob o nº 27.392; **JULIANA ERBS**, solteira, inscrita na OAB/PE sob o nº 32.783; e **JÉSSICA DE SIQUEIRA JANSEN**, solteira, inscrita na OAB/PE sob o nº 40.844, **EDUARDO OERTLI DIAS**, solteiro, inscrito na OAB/PE sob o nº 12.785-E, todos brasileiros, domiciliados em Recife – PE, integrantes do **DA FONTE, ADVOGADOS S/C**, sociedade de advogados inscrita no CNPJ/MF nº 04.098.210/0001-15, com sede localizada na Av. Engenheiro Antônio de Góes, nº 60, 1º andar, Pina, Recife – PE, CEP 51010-000.

PODERES – Para o foro em geral, em qualquer instância, especificamente para defender os interesses da outorgante podendo, para esse fim, tudo praticar, requerer, recorrer, propor, acompanhar, assinar, transigir, conciliar, desistir, substabelecer, receber, dar recibo e quitação, inclusive solicitar certidão de feitos, agindo em conjunto ou separadamente, independente de ordem de nomeação.

Recife/PE, 14 de agosto de 2017.

FERNANDO LUIZ COSTA
CPF/MF nº 173.589.304-87

GERSON APARECIDO DOS SANTOS
CPF/MF nº 049.838.938-30

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

República Federativa do Brasil

SERVIÇOS NOTARIAIS DO 5º OFÍCIO DO RECIFE

Bel. Manuel José da Silva Filho
Tabelião em Exercício
Rua Siqueira Campos, nº100, bairro Santo Antônio - CEP. 50.010-010
Fone: (81) 3035-6900 - CNPJ/MF. nº11.434.198/0001-38

Livro: 1618-P **Folha:060** **Prot.:00348123**

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ:- **ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE** em favor de **FERNANDO LUIZ COSTA** e **GERSON APARECIDO DOS SANTOS**, na forma abaixo:-

S/A/I/B/A/M todos quantos virem este público instrumento de Procuração que aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete **(10/08/2017),** nesta cidade de Recife, Capital do Estado de Pernambuco, neste Tabelionato do 5º Ofício sito à rua Siqueira Campos, nº 94/100, compareceu como outorgante: **ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE.,** Entidade Religiosa da Igreja Católica Apostólica Romana, com sede à Av. Rui Barbosa, nº 409, bairro das Graças, nesta cidade do Recife, Estado de Pernambuco, inscrita no CGC/MF sob nº 09.756.859/0001-08, neste ato representada por seu Arcebispo Metropolitano: Dom **ANTONIO FERNANDO SABURIDO**, brasileiro, solteiro, maior, religioso, residente e domiciliado à Rua Gervásio Fioravante, nº 92, aptº 803/804, CEP: 50011-030, nesta Cidade do Recife, Estado de Pernambuco, inscrito no CPF/MF sob nº 028.448.184-04 e CI/RG nº 705.118-SDS/PE, comparecente e reconhecida na forma acima referida, pelos documentos públicos de identificação exibidos, a mim Escrevente-signatária, a órgão do Tabelião, nos melhores termos de direito, do que dou fé. Então por ela outorgante, me foi dito que nomeia e constitui como seus bastantes procuradores: **FERNANDO LUIZ COSTA**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado à Rua Padre Giordano, nº 45 aptº 1604, bairro de Boa Viagem, CEP: 51021-490, nesta Cidade do Recife, Capital deste Estado de Pernambuco, CPF/MF sob nº 173.589.304-87, Carteira de Identidade nº 1.347.428-SSP/PE e inscrito no CRE sob nº 7001 e **GERSON APARECIDO DOS SANTOS,** brasileiro, solteiro, maior, sacerdote, residente e domiciliado à Av. Almirante Dias Fernandes, s/nº, bairro de Prazeres, CEP: 54310-600, na cidade de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco, inscrito no CPF/MF sob nº 049.838.938-30 e Carteira de Identidade nº 16.745.283-SSP/SP. **Os Outorgados acima citados, responderão civil e criminalmente por todos os atos praticados na gestão do mandato deste instrumento procuratório**, a quem confere plenos poderes para **sempre em conjunto,** gerir a administração ordinária da **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE**, Associação Civil, Religiosa, de fins assistênciais, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.869.782/0001-53, com sede na Av. Cruz Cabugá, nº 1.563, bairro de Santo Amaro, nesta Cidade do Recife-PE, podendo abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, junto a quaisquer estabelecimentos bancários oficiais e particulares, inclusive **BANCO DO BRASIL S/A**, **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, **BRADESCO**, **BANCO ITAÚ S/A**, **5 BANCO BRADESCO S/A**, **BANCO ITAÚ S/A**, **BANCO SANTANDER, BANCO CITIBANK** e **BANCO UNICRED**, Agências competentes, podendo assinar cadastros, propostas, efetuar depósitos, retiradas, requisitar saldos, extratos de contas e talonários de cheques, sacar, assinar guias de retiradas, receber, passar recibos e dar quitação; emitir, assinar e endossar cheques, requerer, renovar,

Estado de Pernambuco

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

receber e movimentar cartões magnéticos e cartões de créditos em nome da Outorgante, fazer retiradas mediante recibos, cancelar cheques, baixar cheques, sustar contra-ordenar cheques, receber cheques devolvidos, efetuar saques em conta corrente, movimentar conta corrente com cartão eletrônico, efetuar resgates, aplicações financeiras, efetuar transferências, efetuar pagamentos por meio eletrônico, autorizar débito em conta relativo a operações, implantar, bloquear, desbloquear e alterar senhas, autorizar cobrança, abrir contas de depósitos, emitir comprovantes, solicitar saldos/extratos de investimentos, solicitar saldos/extratos de operações de crédito, emitir e receber ordens de pagamento, receber importâncias e dar quitação; receber empenhos, ordens de pagamento, contrair empréstimos e financiamentos; efetuar transferências/pagamentos por qualquer forma, aceitar e avalisar duplicatas, letras de câmbio e notas promissórias, protestar e executar títulos, descontar, caucionar, assinar borderôs bancários, correspondências epistolares e comerciais, assinar termos, petições, correspondências em geral, pedir vista e tomar ciência de processo, juntar e retirar documentos, correspondências de qualquer agência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, registrados com ou sem valor, vales postais, admitir e demitir empregados, fixando-lhes salários, remunerações e atribuições, assinar e dar baixa em carteiras profissionais, efetuar as respectivas rescisões no Ministério do Trabalho ou na Justiça Trabalhista; assinar guias de recolhimento de qualquer tributo, contribuições, taxas, guias do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitir e endossar documentos e papéis de crédito; representar ativa e passivamente a Outorgante nas relações com terceiros e com o poder público, representando judicial ou extra-judicialmente, nomear advogados com poderes da cláusula "Ad-judicia et Extra", a fim de agir em defesa dos direitos e interesse dela, Outorgante, em qualquer foro, Instância ou Tribunal, quer como autora, ré oponente ou mandante, receber citação inicial e intimação, transigir, acordar, discordar, discutir, contestar, recorrer, desistir, apelar de cláusulas e atos, firmar acordos e compromissos, interpor recursos, receber e dar quitação, celebrar contratos e distratos, assinar, renovar e/ou rescindir contratos de locações, exigir fiadores, aceitando-os ou não, receber aluguéis, passar recibos e dar quitação; propor ação de despejo contra inquilinos; gerir e administrar bens móveis e imóveis, moventes e semoventes; estabelecer preços, prazo, condições, cláusulas e forma de pagamento; receber aluguéis; dar quitação; celebrar convênios com os órgãos públicos e instituições privadas, bem como, serem os responsáveis pelo **SICONV - SISTEMA DE CONVÊNIO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**, no que se refere aos convênios e ao proponente; representá-la perante as repartições públicas municipais, estaduais e federais, autárquicas, Imobiliárias, Cartórios de Protestos, **SPU-PE, DIRCON, INCRA, INSS, COMPESA**, **CELPE**, **CORPO DE BOMBEIROS**, **DETRAN/PE**, **OI**, **TIM**, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Ministério e Justiça do Trabalho em todos os seus Departamentos e Instâncias, bem como nas Juntas de Conciliação e Julgamento e onde mais com esta se apresentar para tratar e resolver todos e quaisquer assuntos que se fizerem necessários e que sejam do interesse e direito da Outorgante; assinar formulários, petições, requerimentos ou qualquer outro documento que se faça necessário; apresentar, juntar, retirar e receber documentos em geral; assinar e requerer documentos; prestar declarações e esclarecimentos, cumprir exigências, obter informações; representá-la junto ao **DETRAN/PE**,

0008655

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

República Federativa do Brasil

SERVIÇOS NOTARIAIS DO 5º OFÍCIO DO RECIFE

Bel. Manuel José da Silva Filho
Tabelião em Exercício
Rua Siqueira Campos, nº100, bairro Santo Antônio - CEP. 50.010-010
Fone: (81) 3035-6900 - CNPJ/MF. nº11.434.198/0001-38

Livro: 1618-P **Folha:061** **Prot.:00348123**

Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos e de Acidentes, **CIRETRAN, CONTRAN, INSPETORIA DE TRÂNSITO, POSTOS AVAÇADOS, SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DE PERNAMBUCO-SDS/PE,** a fim de tratar e resolver todos e quaisquer assuntos relacionados aos veículos de propriedade da Outorgante, podendo requerer matrícula, emplacamento, licenciamento, vistoria, nada consta; requerer e receber **CRV**, **CLA**, **CRLV**, Certidões e Certificados; pagar e assinar **IPVA**; requerer e receber **2ª Via do DUT (recibo de venda)**; receber e assinar recibo de transferência de quaisquer veículos de propriedade da Outorgante para quem melhor lhe convier; promover enfim, todos os demais atos indispensáveis ao mais amplo e fiel cumprimento deste mandato e substabelecer com reserva de poderes que ora lhe são conferidos. **AGINDO OS OUTORGADOS SEMPRE EM CONJUNTO, COM PRAZO DE VALIDADE ATÉ 16/12/2017.** (Os dados ou elementos contidos neste instrumento foram fornecidos pelo(a)(s) Outorgante(s), que por ele(a)(s) assume(m) total responsabilidade). Dispensada a presença e a assinatura de testemunhas nos termos da legislação vigente. E, de como assim o disse e dou fé, lhe(s) lavrei a presente Procuração por me ser pedida e que depois de lida e achada conforme, aceita(m) e assina(m), do que dou fé. **GUIA DO SICASE Nº 0007498346.** Emolumentos R$ 58,09 (Lei nº11.404/96), FERC (10%) R$ 6,46; T.S.N.R. R$ 12,91, variável entre (0,2%, 0,25% e 0,3%); ISS R$ 0,00; TOTAL R$ 77,46 (Lei nº11.404/96). Eu,MARIA OFILA PIMENTA MELO, ESCREVENTE JURAMENTADA, a escreví, digitei e conferí, do que dou fé. EU, MANUEL JOSE DA SILVA FILHO - Tabelião em Exercício, subscrevo e assino com o sinal público de que uso. (a.a.) ANTONIO FERNANDO SABURIDO. TRASLADADA nesta mesma data, está conforme o seu original ao qual me reporto e dou fé. Obs. Os Traslados deste Tabelionato serão válidos somente com selo de autenticidade e fiscalização, juntamente com a assinatura do Tabelião em Exercício, ou 1ª Substituta CAROLINA EUSTÁQUIO DO NASCIMENTO e 2ª Substituta MARIA EDUARDA DE SOUZA QUEIROZ autorizadas para estes fins, conforme assinaturas enviadas aos Cartórios de Registro Geral de Imóveis para conferência, quando for o caso.

SELO DIGITAL - TJPE: 0074005.AIQ07201703.02522
Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital

Em Testº(_____) da verdade.

Carolina E. Nascimento

TABELIÃO - MANUEL JOSÉ DA SILVA FILHO
1ª SUBSTITUTA - CAROLINA EUSTÁQUIO DO NASCIMENTO
2ª SUBSTITUTA - MARIA EDUARDA DE SOUZA QUEIROZ

Carolina Eustáquio
Substituta
5º Ofício de Notas do Recife
Tel.: 3035-6916

Estado de Pernambuco

Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

1º RTD
RECIFE - PE.
1º REGISTRO DE TÍTULOS
E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL
DE PESSOAS JURÍDICAS
OFICIAL: Maria de Hollanda Caldas
Av. Dantas Barreto, 180 - Lj 04 - Santo Antônio - Recife - PE - CEP 50010-360
Fone: 3224.2449 / Fax: 3224.1368
Homepage: www.1rtdrecife.com.br / e-mail: 1rtdpj@ig.com.br

17 FEV. 2012

AUTENTICO
AZN07955

Válido Somente Com Selo de Autenticidade

CERTIDÃO

CERTIFICO

A requerimento da parte interessada que, neste Cartório de 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca do Recife, consta Registro e Inscrição de Sociedade Civil denominada: **"Santa Casa de Misericórdia do Recife"**, com seu **Estatuto Social**, Protocolado sob o nº de ordem 8159, Registrado no Livro A-1, sob o nº 219, 22 de novembro de 1926. Sendo o seu teor o seguinte: Registro e Inscrição de Sociedade Civil. Protocolo 8. Número de ordem oito mil, cento e cincoenta e oito. Dia 22. Mês de Novembro. Ano de 1926. COMPROMISSO da IRMANDADE da SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE. Capitulo I Invocação e fim da Irmandade Art. 1º. A irmandade da Misericordia installada na Cidade do Recife, em virtude da lei n.º 450 de 12 de junho de1856, á qual foi incorporada a antiga Misericordia de Olinda, em data de 6 de agosto de 1860, terá por Padroeira Nossa Senhora do Paraizo, em cuja Egreja foi, sob o protectorado de S. M. o Imperador erecta com a denominação de Irmandade da Santa Casa de Misericordia do Recife, e continúa sujeita á Autoridade ecclesiastica, como associação religiosa, que é, e isenta da jurisdição parochial. Art. 2º A irmandade tem a seu cargo a administração dos seguintes estabelecimentos pios: § 1º Os estabelecimentos de Caridade, que são: o Hospital Pedro 2º, o dos Lazaros, a Casa dos Expostos, o Hospicio de Alienados eo Hospitalde Santa Agueda. § 2º O Collegio de Orphãs. § 3º O Asylo de Mendicidade, e quaesquer outros estabelecimentos instituidos, em favor da pobreza, que se crearem nesta Capital, pela Junta da Santa Casa. Art. 3º O seu fim é a pratica de obras pias e de Misericordia em favor dos pobres e enfermos desvalidos. CAPITULO 2º - Do numero, qualidade e admissão dos irmãos – Art. 4º O numero dos irmãos é illimitado, e só poderá ser aquelle em quem concorrerem as seguintes condições: § 1º Ser Catholico, apostolico romano e não pertencer a sociedades secretas ou condemnadas pela Egreja. § 2º Ser de reconhecida e escrupulosa moralidade. § 3º Ser maior de 21 annos. § 4º Saber ler escrever e conta. § 5º Ter meios de decente e segura subsistencia. – Art. 5º A admissão terá lugar a requerimento do candidato, ou por proposta de um membros da Junta , e não poderá ser votada antes da segunda sessão, depois da, em que for apresentado o requerimento ou proposta. Art. 6º A votação será por escrutinio secreto, sendo necessario para a aprovação dous terços dos votos dos membros presentes que nunca serão menos de um terço de toda a Junta. As esphieras brancas appovam, e as pretas reprovam. Art. 7º. A Junta terá em muita attenção as qualidades exigidas para ser irmão. Art. 8º Approvada a admisão do Candidato e paga a respectiva joia, o escrivão lavrará em livro competente, o respectivo termo de entrada, que, com o novo Irmão, assignará: Neste termo fará expressa mensão do seu nome, por inteiro, naturalidade, estado, edade, profissão e residencia; depois do que, transcreverá seu nome na pauta da Irmandade, que deve existir na Sala das Sessões da Junta, e expedirá o

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

1º RTD
RECIFE - PE.
1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Av. Dantas Barreto, 168 - Lj 04 - Santo Antônio - Recife - PE - CEP 500
Homepage www.1rtdrecife.com.br
17 FEV 2011
AUTENTICAÇÃO
RZNO27551

competente diploma. CAPITULO 3º - Das obrigações dos irmãos e seu destinctivo em corporação – Art. 9º Os irmãos são obrigados: § 1º A acceitar e cumprir bem o fielmente os encargos que lhes forem dados. § 2º A acodir, com promptidão, ao chamado da junta e do provedor. § 3º A comparecer na Egreja da Santa Casa nos dias em que a irmandade deve apresentar-se em corporação. § 4º A pagar como joia de entrada, antes de assignar o respectivo termo, a quantia de 50$000 réis para augmento do patrimonio. Art.10. A irmandade se apresentará, em corporação, nos seguintes actos: § 1. º Na festa de sua padroeira, a senhora do Paraiso. § 2º Na Quinta e Sexta-feira Santa para assistir a reposição, e fazer quartos ao Santissimo Sacramento de conformidade com a liturgia, e quando essa solemnidade for permittida pela Autoridade Ecclesiastica. § 3º Nas procissões de enterro e de Corpus Christi. § 4º Nas encommendações ou officios de Corpo presente, que se celebrarem na egreja da Santa Casa, por qualquer irmão fallecido. Art. II. A irmandade, nos actos religiosos, usará de capa preta (balandrão) tendo a do provedor ao lado direito uma cruz de velludo azul claro e a dos outros membros da Junta, igual cruz ao lado esquerdo. O provedor trará uma vara de madeira preta, indo na frente da irmandade dous mordomos mais moços, com os cirios e outro com a cruz, tambem de madeira preta. Caputulo 4 - Das causas e do modo por que devem ser eliminados os irmãos. – Art. 12. Os irmãos podem sereliminados nos seguintes casos: § 1º Serem de tão aspera condição, que sirvam de perturbação ou descredito a irmandade. § 2º Viverem etregues a vicios que os desmoralizem. § 3º Proferirem palavras contra a Religião, injuriosas e de escandalo, em acto publico á que assistir a Junta ou a irmandade. § 4º Não cumprirem, sem impedimento legitimo, as ordens ou commissões, de que forem encarregados pela junta ou provedor. § 5º Infringir de qualquer modo as disposições do artigo II0. § 6º Recusar-se a prestar contas, fazel-o com dolo ou ficar alcançado nas que prestar, dos dinheiros da Santa Casa e seu cargo. § 7º Delapidar suas rendas, deteriorar seus bens e finalmente proceder de qualquer modo contra os interesses da Santa Casa. § 8º Ter sido condemnado por qualquer crime que, não sendo politico, exceda, o maximo da pena, a um anno de sofrimento: e esta circumstancia inhab ilitará a qualquer individuo de ser admittido como irmão, ainda mesmo que haja cumprido a sentença ontiver perdido alguma das qualidades exegidas para ser irmão. Art. 13. A Autoridade Ecclesiastica poderá mandar eliminar, e qualquer membro da junta pode propor a eliminação do irmão, que se acher incurso nos §§ do artigo antecedente, indicando na proposta o respectivo § ; e somente será esta julgada objecto de deliberação, se for approvada por um terço de votos dos membros presentes. Art. 14. Approvado a proposta, o escrivão, em nome da junta communicará ao accusado a arguição que se lhe faz, sem declarar quem, e o convidará para que na segunda sessão (nunca será menos de quinze dias depois da accusação), apresente por escripto a sua defeza. Art. 15. Apresentada a defeza, na sessão indicada no artigo antecedente, o provedor a entregará a um dos membros da Junta, para, na sessão immediata, á vista della, e da accusação, dar, como relator, o seu parecer, e o escrivão convidará ao accusado a que compareça naquella -

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

1º RTD RECIFE - PE.
1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
OFICIAL Mabel de Holanda Cavalcanti
Av. Dantas Barreto, 160 - L/04 - Santo Antônio - Recife - PE - CEP 50010-350
Fone: (81) 3224 7449 / Fax: 2224.4265
Homepage: www.1rtdrecife.com.br / e-mail: 1rtdrj@nlink.com.br

17 FEV. 2012

AUTENTICAÇÃO
AZN079556

sessão, para assistir ao seu julgamento. Art. 16. Nesta sessão, presente o accusado, que terá assento entre os membros da Junta, ou á sua revelia, porá o provedor em discussão o parecer do relator, o qual, retirando-se o accusado, será votado em escrutinio secreto, e se dará por approvado, no caso de opinar pela eliminação, votando por elle dous terços dos membros presentes. Art. 17. Se o accusado não apresentar, na sessão designada no art.15, a sua defesa por escripto, será nella mesma julgado, segundo o artigo antecedente, - *servalis servendis*. Art18. Qualquer que seja o julgamento, deve ser transcripto na acta, sem que nesta, nem nas anteriores se declare o nome do membro da junta que fez a proposta, nem do que foi relator da accusação. Se o julgamento for contra o accusado, poderá este, no prazo de 15 dias, recorrer para a Assembléa Geral, sendo que, só findo este prazo, ou no caso de a Assembléia não dar provimento ao recurso, será o nome do accusado riscado da pauta dos irmãos, e posta á margem do respectivo termo de entrada a verba da eliminação, com a declaração da acta em que foi ella decretada. Haverá recurso do acto da Assembléa Geral para a Autoridade Ecclesiastica, quando a eliminação não for por esta ordenada. CAPITULO 5º - Da administração da Santa Casa - Art. 19. A administração e o governo geral da Santa Casa compete á Junta administrativa. Art. 20. A Junta administrativa não pode adoptar resoluções contrarias as disposições expressas deste compromisso e das leis Canonicas, Federaes e Estadoas em vigor. Art. 21. A Junta administrativa exercerá as funcções por biennios; os seus membros poderão ser reeleitos em que quanto bem servirem. Art. 22. A Junta administrativa, que tomar deliberações excepcionaes e contrarias aos interesses da Santa Casa, será responsabilisada em seus membro, que para isso concorrerem com os seus votos, indemnisando á Santa Casa dos prejuizos que tiverem causado; pagando-os executivamente com os seus bens, nos termos de direito. – CAPITULO 6º - Da Assembléa Geral – Art. 23. A Junta adminidtrativa será composta de 21 membros que são: um provedor, um vice-provedor, um thesoureiro e desoito mordomos; tendo estes por substitutos egual numero de irmãos e todos eleitos em Assembléa Geral da irmandade. Art. 24. A Assembléia Geral é constituida pelos irmãos de sexo masculino. E' presidida pelo provedor ou por quem sua vezes fizer, servindo como secretario o escrivão e na sua falta ou impedimento o emprego que o substituir. Art. 25. A Assembléa Geral da irmandade só pode funccionar estando presentes pelo menos trinta irmãos. Não se reunindo numero sufficiente, será adiada a Assembléa para o septimo dia seguinte, e neste dia, uma hora depois da declarada na convocação, funccionará com qualquer numero de irmãos, nunca, porém inferior a vinte. Art. 26. A Assembléa Geral terá sessões ordinarias e extraordinarias. § 1º Reunir-se-há em sessão ordinaria, no 1º domindo de Maio de cada biennio, conforme o disposto no artigo 36, para proceder a eleição da Junta Administrativa e adoptar quaequaer medidas attinentes ao bem da Irmandade. § 2º Reunir-se-há, extraordinariamente, quando a Junta Administrativa o julgar convenientes, ou seja a reunião requerida pela maioria da mesma junta; ou por vinte irmãos e todas as vezes que se tratar de negocios que, por este Compromisso, dependam de sua deliberação. § 3º Para as

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

1º RTD RECIFE - PE.
1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Av. Dantas Barreto, 160 - CJ 04 - Santo Antônio - Recife - PE - CEP 50010-000
Fone: (81) 3424 [illegible] Fax: 3224-4066
Homepage: www.1rtdrecife.com.br - e-mail: [illegible]
42H079557

sessões ordinarias não é necessaria a convocação e unicamente se annunciará pela imprensa a hora e lugar da reunião. Para as extraordinarias far-se-há a convocação com antecipação nunca inferior a tres dias, annunciando-se o dia, hora, e lugar da reunião. § 4º A convocação, á requerimento da Junta, ou dosirmãos deve ser feita dentro de oito dias contados da apresentação do requerimento ao provedor, declarando-se o assumpto ou o objecto que motivo a reunião. Art. 27. É da competencia da Assembléia Geral dos irmãos. § 1º Deliberar sobre a reforma, alteração ou modificação do Compromisso e qualquer alteração, reforma, ou modificação não terá vigor sem a approvação do poder Ecclesiastico. § 2º Conhecer dos recursos de que trata o artigo 18. § 3. Deliberar sobre os assumptos submettidos a sua apreciação em virtude de convocação para a sua apreciação em virtude de convocação para a sessão extraordinaria. § 4º Eleger a Junta administrativa. CAPITULO 7º - Da eleição da Junta administrativa, posse e substituição, ordem de seus trabalhos e modo de deliberar, suas atribuições e de cada um dos seus membro - Art.28. São eleitores todos os irmãos do sexo masculino, que se acharem inscriptos no livro a que se refere o art. 8, seis mezes antes de eleição. Art.29. São elegiveis para os cargos da junta Administrativa todos os irmãos do sexo masculino, guardada a disposição do artigo anterior sobre a epocha da admissão, a excepção do provedor e do thesoureiro, a respeito dos quaes se observará o que dispõem os art.67 e 68. Art. 30. Não podem ser eleitos para qualquer dos cargos da Junta administrativa: § 1º Os privados legalmente da administração de seus bens. § 2º Os que tenhão soffrido condemnação por crime que não seja politica. § 3º Os devedores á irmandade e seus fiadores. § 4º Os que tenham quaesquer contratos ou pleito com a corporação, não se comprehendendo n'aquelles o de emphyteuse, ou sub – emphyteuse quando se mostrarem satisfeito os respectivos encargos. § 5º Os ascendentes e descendentes d'aquelles a respeito dos quaes se derem as incompatibilidades designadas nos dous numeros precedentes. § 6º Os empregados remunerados da Irmandade. Art. 31. Tambem não podem simultaneamente exercer cargos na Irmandade os ascedentes e descendentes, sogro e genros, irmãos e cunhados e socios da mesma firma commercial. Art. 32. Sendo eleitos para a Junta dous ou mais individuos entre os quaes haja o parentesco e incompatibilidade designada no art. Antecedente, terá preferencia o mais votado e, em egualdade de votação, o mais antigo da Irmandade. Art. 33. Quando algum irmão for eleito para os cargos de Provedor, Vice Provedor, Thesouriro e Mordomo, prevalecerá a eleição para o primeiro cargo. Art. 34. A meza eleitoral será constituida pelo, provedor, dous secretarios e dous escrutadores, uns e outros por elle propostos e approvados pela Assembléa Geral. Art. 35. A Junta Administrativa será eleita por escrutenio secreto, por maioria relativa de votos em Assembléia Geral de irmãos. Art. 36. A eleição effctuar-se-há no primeiro Domingo de Maio, se concorrer a esse acto numero de irmão sufficiente para constituir-se a Assembléia Geral, e não concorrendo será esta convocada sempre com intervallo de sete dia, até que compareça numero sufficiente de irmãos nos termos do art. 25. Art. 37. Cada eleitor entregará uma

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

1º RTD
RECIFE - PE.
1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
OFICIAL: Mabel de Holanda Calles
Av. Carlos Barreto, 160 - Loja 04 - Boa Vista - Recife - PE - CEP 5
Homepage: www.1rtdrecife.com.br - e-mail: 1rtd@1rtdrecife.com.br
17 FEV 201
CARTÓRIO 1º RTD RECIFE
Valeu Somente Com Selo de Autenticidade
AZN079558

lista para provedor, outra para vice-provedor outra para thesoureiro e outra contendo desoito nomes para mordomos, e desoito para supplentes. Paragrapho único. As listas terão por fora a indicação do cargo a que se referirem. – Art. 38. E' permettida a reeleição mas o reeleito poderá excusar-se do cargo, sem incorrer em pena alguma. Art. 39. O exercicio da Junta Administrativa é de dous annos. - § Único. A Junta Administrativa funccionará, além do tempo para que foi eleita, até ser legalmente substituida. Art. 40. Os cargos da Junta administrativa, que, em razão de escusa ou incompatibilidade dos eleitos, vagarem, immediatamente á eleição, serão preenhidos por nova eleição á que se procederá na mesma sessão. Art. 41. Se qualquer dos cargos vagar posteriormente á eleição ser preenchido pelos substitutos na forma de art. 51; na falta dos substitutos serão chamados ao preenchimento das vagas os mordomos que tiveram servido no biennio anterior, preferindo-se os mais votados e entre estes os mais antigos da irmandade. A primeira eleição da Junta administrativa terá logar no segundo domingo, depois que for conhecida a approvação do presente compromisso, considerando-se findo a seu biennio em 30 de Junho 1894. Art. 42. Assim os mordomos como os seus substitutos serão classificados pela votação para se regular a ordem da substituição. Art. 43. A Junta em exercicio participará a cada um dos eleitos a sua escolha. Art. 44. Os irmãos que acceitarem a eleição o communicarão ao provedor; escusando-se algum ou alguns, os immediatos, em votos os substituirão. O escrivão da Santa Casa, convidará os eleitos em nome do provedor a comparecer no dia 1º de Junho para tomar posse e entra em exercicio. Art. 45. No dia 1º de junho do primeiro anno do bennio ás 10 horas da manhã, se reunião, na sala das cessões da Junta, os membros em exercicio, e os eleitos, e tomarão os dous provedores assento na cabeceira da meza; ficando o em exercicio á direita e o novo á esquerda, e os mordomos na mesma ordem aos lados da mesa. Ast. 46. Assim reunidos, uns e outros, o provedor em exercicio declarará installada a Junta para a posse dos novos membros e deferirá ao novo provedor o seguinte juramento sobre os Santos Evangelhos. "Juro cumprir ficlmente os deveres de provedor, que me são impostos pelo compromisso" E depois ao vice-provedor, thesoureiro e aos mordomos, cada um por sua vez, nos mesmos termos, *mutatis mutandis*. Atr.47 – Prestado o juramento, o antigo provedor, dirigindo-se ao novo, lhe fará entrega do compromisso da Irmandade, e ambos bem como todos os mais membros da Junta, trocarão os lugares. Isto feito, o antigo provedor, dirigindo-se solemnemente ao novo, lerá o relatorio em que deve expor circumstanciadamente os sucessos occorridos na Santa Casa durante o biennio e as medidas que foram adoptadas para os melhoramentos dos differentes ramos de sua administração; sendo, porem, reeleito o mesmo provedor, este fará em todo caso o relatorio, expondo aos membros da Junta, novamente eleita, as occurrencias e medidas que se devem tomar. Este relatorio será registrado em livro proprio e depois archivado. Art. 48 – Lavrada immediatamente pelo escrivão a acta de possem, na qual, apenas se fará menção da leitura do relatorio, e de se terem praticado as solemnidades recommendadas nos artigos antecedentes, será assignada por todos os membros

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

1º RTD RECIFE - PE.
1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
OFICIAL Maria de Holanda Caldas
Av. Dantas Barreto, 160 - Lj 04 - Santa Antonio - Recife - PE CEP 50010-360
Fone: (81) 3424.2449 / Fax: 3224.4366
Homepage: www.trdrecife.com.br / e-mail: 1rdpj@nlink.com.br

AEN079550
17 FEV. 2012

de uma e outra Junta, sendo em um primeiro logar pelos novos e em segundo pelos antigos, mas em grupos distinctos, de modo que elles possam extremar-se á primeira vista. Depois de assignada a acta dirá o novo provedor: – está concluida a sessão –ficando assim terminado o acto. Art. 49. Somente os membros da Junta que forem eleitos de novo prestarão o juramento determinado no art. 46 e seguir-se há o processo da posse com a conveniente modificação *servantis servandis*. Art. 50. Para o acto da posse, não é preciso que se reuna o numero dos membros exigidos para haver sessão da Junta: effectuar-se-há sempre no dia primeiro de Julho com o numero que estiver presente. Art. 51. Logo que qualquer membro da Junta se achar impedido por motivo justo, dará parte ao provedor. Si o impedimento for temporario e não exceder de trinta dias, o provedor encarregará, um dos outros membros, das funcções do impedido; porém se o impedimento exceder de trinta dias, se for por morte, por sahida para fora da provincia; por abandono do logar por quinze dias: por escusa acceita pela Junta; os membros a respeito dos quaes se der qualquer uma destas occurencias, serão substituidos pelos seus substitutos. Art. 52. O provedor será substituido pelo vice-provedor; este e o thesoureiro pelos mordomos e estes pelos substitutos, guardada a ordem numerica designada pela votação. Art. 53(assim está no original) O membro da Junta, que não quizer continuar no exercicio do seu logar, pedirá a Junta em uma representação motivada a sua dispensa ou escusa. A Junta, se a conceder, procederá de accordo com o disposto no art. 44. Art. 54. A Junta fará sessão ordinaria na terça-feira de cada semana, ou no dia seguinte se esta for impedida, á hora convencionada por ella em sua primeira sessão, e extraordinaria quando occorrer algum caso urgente, por convocação do provedor, ou reclamação de dous membros. Art. 55 Não poderá haver sessão sem que estejam reunidos o provedor, ou o vice-provedor o thesoureiro e cinco mordomos, ou seis na falta do thesoureiro. São nullas todas as deliberações tomadas com menor numero de membros, e estes responsáveis, por seus bens, pelos prejuizos que assim causarem a Santa Casa. Art. 56. A sessão não poderá ser levantada em quanto não for vencida a discussão, e por isso durará o tempo preciso, não excedendo com tudo de quatro horas. Art. 57. Reunidos os membros da junta, em numero sufficiente, e á hora designada, assentado o provedor á cabaceira da meza e os mais memoros aos lados della, sem distinção nem precedencia, dará o provedor principio aos trabalhos dizendo: está aberta a sessão. Art. 58. Aberta a sessão, será lida, discutida e approvada a acta antecedente: o provedor declarará a materia, que entra em discussão, mantendo nesta a ordem, dando a palavra ao primeiro, que a pedir, e fazendo observar a decencia e civilidade entre os membros. Art. 59. Se algum membro, que estiver fóra da ordem, não quizer voltar a ella, o provedor retirar-lhe-ha a palavra, si não se callar, o fará sahir da sala, consultando primeiramente á Junta; e se não se quizer sujeitar a esta ordem, levantará o mesmo provedor a sessão. A Junta deliberará na sessão seguinte se esse membro está incurso em alguns dos §§ do art. 12. - Art. 60. Tendo fallado sobre a materia os membros que quizerem, o provedor estabelecendo o ponto da questão sobre que deve recahir a votação, a

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

1º RTD RECIFE - PE.
1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
OFICIAL Maiel de Hollanda Saldas
Av. Dantas Barreto, 150 - Lj 04 - Santo Antônio - Recife - PE - CEP
Fone: (81) 3224.0449 | Fax: 3224.4366
Homepage: www.1rtdrecife.com.br | e-mail: 1rtdpj@uolnet.com.br

17 FEV. 2012

porá a votos, e dando o seu, em ultimo lugar, annunciará o resultado, que será o que vencer a maioria de votos dos membros presentes, tendo o provedor o de qualidade no caso de empate. Art. 61. Nenhum membro da Junta pode votar em negocios de seu interesse particular nem dos seus amigos ou inimigos até o segundo grão. Art. 62. As actas da Junta serão escriptas pelo escrivão por extenso, sem emendas raspaduras, borrões, entrelinhas algarismos, breves ou cousa que duvida faça; declarando nella as materias submetidas á discussão, as propostas ou indicações, os requerimentos, as moções, e as emendas que se offerecerem, por quem e qual a discussão. Art. 63. Não se reunindo numero sufficiente de membros para haver sessão, o provedor ou o seu substituto mandará lavrar um termo com a declaração dos nomes dos que comparecerem e dos que deixarem de comparecer. Art. 64. Quando por falta de membros da Junta, deixar de haver duas sessões seguidas, ou haja receio de que se não reunam em numero sufficiente para que, pela urgencia e importancia da materia, se fizer precisa, o provedor, com antecedencia convocará tantos substitutos quantos forem necessarios para haver sessão; estes porôm, caderão o lugar aos mordomos logo que elles se apresentarem. Art. 65. Os empregados da Santa Casa, poderão comparecer ás sessões para requerer ou dar informações acerca do que estiver a seu cargo; este comparecimento é obrigatorio sempre que lhes for ordenado para objecto do serviço que lhe esteja affecto. Art. 66. Compete a Junta: § 1º Administrar os bens que constituem, ou vierem constituir o patrimonio da Santa Casa, e ter o governo economico della. § 2º Fiscalisar por meio de uma commissão nomeada d'entre os seus membros, se a arrecadação das rendas se faz bem e devidamente, e se são ellas despendidas conforme o orçamento. § 3º - Promover a reivindicação pelos meios competentes, de todos os bens do patrimonio, e arrecadação dos valores a que este tenha direito § 4º Nomear os empregados dos estabelecimentos, que não forem da nomeação do Provedor; ou dos mordomos, suspendel-os de trinta dias até tres mezes, por correcção dos erros ou faltas, que tiverem commettido, havendo a perda do ordenado correspondente ao tempo da suspenção; demittir os mesmos empregados quando tenham commettido erros ou faltas graves, em prejuiso dos interesses da Santa Casa, e sido omissos e deleixados em seus deveres. Serão ouvidos previamente para produzir a sua defeza com documentos ou razões, que, confrontados com os documentos accusatorios, possam absolvel-os ou criminal-os. § 5º Deliberar sobre os melhoramentos e reformas que julgar necessarias, bem como sobre as obras novas que forem precisas. § 6º Celebrar os contratos que forem necessários inclusive os de arrendamentos de bens de raiz, precedendo approvação da Autoridade Ecclesiastica, de conformidade com as leis canonicas e cujo consentimento será mencionado nos contratos celebrados, sob pena de nulidade, e proceder á arrecadação do fornecimento de viveres, generos, materiaes para obras, etc. ou autorisar a respectiva compra quando não convenha ou não possa realisar-se a arrematação. A Junta, nos contratos que celebrar, estabelecerá contra os que faltarem as suas condições, multas pecuniarias cobraveis promptamente, e a recisão immediata dos mesmos contratos; terá todo

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

1º RTD RECIFE - PE.
1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
OFICIAL Manoel de Holanda Cavalcanti
Av. Dantas Barreto, 160 - Cj 04 - Santo Antônio - Recife - PE - CEP 50.010-000
Fone: (81) 3424.2449 / Fax: 3224 4066
Homepage: www.1rtdrecife.com.br / e-mail: 1rtdr@hotmail.com

AZN079661
17 FEV. 2012

cuidado que sejam redigidos com clareza não se escrevendo palavras susceptiveis de interpretações scientificas e de intelligencias de doutores, das quaes resultem questões forenses, e como taes incompativeis com a simplicidade dos termos a todos claros e perceptiveis, que em semelhantes contractos requer e costuma praticar a boa fé. Além das condições ajustadas, procurar-se-há estipular nos contractos o seguinte: "que o contratante renuncie a todos os casos fortuitos ordinarios ou extraordinarios, *solitos ou insolitos*, cogitados ou não cogitados, e que em todos e cada um delles, fica sempre obrigado; sem delles se poder valer, nem os allegar em tempo algum, e para qualquer effeito que seja; que todos os seus socios presentes e futuros e os que com elles tiverem interesses ficam obrigados cada um in solidum, todos por um e um por todos, posto que todos não assignem o contrato, porque a qualidade de interessados os constitue sempre fiadores legaes na sobredita forma." § 7º Discutir e deliberar sobre o orçamento annual da receita e despeza e verificar a exactidão dos balanços. § 8º Deliberar sobre venda de quaesquer bens que pertençam ao patrimonio da Santa Casa, para ser o seu producto convertido em apolices da divida publica ou titulos que inspirem confiança, fazer avaliar taes bens, e realizar a sua venda em hasta publica perante si. A alienação de qualquer bem pertencente ao patrimonio da Santa Casa será sempre precedida da licença da autoridade Ecclesiastica, conforme as leis canonicas. Em todo caso nenhuma venda de bens de rais se fará, sem que a Santa Casa receba quantia que me, empregada em apolices, produza renda superior a do predio. § 9º Inventariar os bens da Santa Casa, classificando-os de modo que elles se distinguam segundo o estabelecimento cujo patrimonio constituir. § 10 Calcular na ultima sessão de cada mez a quantia precisa para as despezas do mez seguinte, e autorisar ao thesoureiro a tirar por meio de cheques, do banco, em que estiverem os dinheiros da Santa Casa o preciso para ellas semanalmente, sendo os cheques cheios pelo escrivão, assignados pelo thesoureiro, e rubricados pelo provedor. § 11 Em casos omissos, tomar as providencias ou resoluções que entender convenientes aos interesses da Santa Casa e ao melhor desempenho de suas atribuições. Art. 67. O provedor será pessoa de reconhecido merito, de distincção e caritativo; devendo já ter servido como membro da Junta em um biennio pelo menos. Compete-lhe. § 1º Corresponder-se officialmente com quaesquer autoridades, como orgão, que é, da Junta e da Irmandade. § 2º Executar e fazer executar as disposições deste Compromisso de todas as leis regulamentos relativos á administração da Santa Casa e seus estabelecimentos; bem como as deliberações e decisões da Junta, expedindo ordens e instrucções adequadas á boa execução do que fica disposto. § 3º. Exercer a superior administração em todos os estabelecimentos e negocios da Santa Casa, zelando os seus interesses, velando pela arrecadação das suas rendas e das dividas activas, visitando e inspeccionando os mesmos estabelecimentos, provendo as necessidades que caso exigir, e corrigindo as faltas e pratices abusivas que encontrar, admoestando com urbanidade os que precisarem, e suspendendo até dez dias, com perda de vencimentos os empregados omissos em suas obrigações; dando de tudo parte á Junta na sua

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

1º RTD RECIFE - PE.
1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
OFICIAL: Mabel de Holanda Beltrão
Av. Dantas Barreto, 160 - Lj 04 - Santo Antônio - Recife - PE - CEP 50.010-240
Fone: (81) 3424.7449 / Fax: 3224.4366
Homepage: www.1rtdrecife.com.br - e-mail: 1rtdpj@...

AZN079562

17 FEV. 2012

primeira sessão, para que esta resolva o que for de justiça. § 4º Mandar fazer effectiva por despachos ou portarias as despesas designadas no respectivo orçamento e as que forem autorisadas pela Junta. Proferir os despachos para as certidões ou tendentes a exigir esclarecimentos e informações para o preparo dos negocios, acerca dos quaes a Junta tiver de deliberar. § 5º Dirigir o expediente da Secretaria em geral, para que elle se faça o mais conveniente e sem atrazo rubricar, abrir e encerrar os livros que tiverem de servir em todos os estabelecimentos e repartições da Santa Casa; podendo, no caso de affluencia de trabalhos, dar commissão para isto a qualquer membro da Junta. § 6º Visitar frequentemente os armazens do almoxarifado, dar-lhes balanço e fiscalizar os artigos nos mesmos existentes; examinar o estado dos predios e fiscalisar as obras, providenciando como julgar conveniente, dando conhecimento de tudo a Junta, que resolverá como melhor lhe parecer. § 7º Deferir juramento e dar posse aos empregados nomeados. § 8º Indicar á Junta tudo quanto vir que, por deliberação della, pode ser adoptado para melhor administração da Santa Casa, maior desenvolvimento e mais severa arrecadação dos rendimentos do patrimonio. § 9º Fazer o relatorio de que trata o art. 47. § 10º Fazer a distribuição do serviço dos mordomos, e exercer quaesquer outras attribuições proprias do seu cargo, quer estejam ou não designadas expressamente neste compromisso. § 68 Ao Vice - Provedor compete: § Unico – Substituir ao provedor nos seus impedimentos temporarios, assumindo todas as suas attribuições. Art. 69 O Thesoureiro deve ser um irmão de reconhecida probidade, que tenha renda solida, e entenda de escripturação commercial. Compete-lhe. § 1º receber todas as quantias pertecentes á Santa Casa, seja qual for a proveniencia dellas, recolhendo-as a um dos bancos do Estado em conta corrente, logo que a arrecadação ou recebimento for superior á despeza orça semanalmente. Em cada uma sessão apresentará a nota das quantias recebidas, dispendidas e das recolhidas ao banco. § 2º Assignar com o escrivão no livro caixa os artigos da receita. § 3º Cumprir as ordens da Junta e do provedor, que lhe forem apresentadas para entrega das quantias que tiver de despender as quaes só serão pagas á vista da nota assignada pelo empregado, que tiver averbado o pagamento, e assignado com a parte no respectivo livro ou folha, ficando archivados os despachos e portarias. § 4º No principio de cada mez entregará ao provedor o balancete do que tiver recebido e despendido no mez anterior, para ser examinado e approvado pela Junta. § 5º Este balancete será examinado por uma commissão de tres membros nomeados pelo provedor. A commissão, depois de um escrupuloso exame, apresentará por escripto o seu parecer, a vista do qual a Junta deliberará se deve ou não ser approvado. § 6º No caso de ser aprovado, mandará o provedor que seja archivado e, no caso contrario ordenará ao thesoureiro que no praso de quarenta e oito horas improrogaveis indemnise o cofre da Santa Casa do que indevidamente tiver despendido. § 7º Se no praso designado o thesoureiro não tiver satisfeito o que lhe fôr ordenado, verificando-se que houve delapidação, o provedor remetterá o mesmo balancete com todos os documentos ao advogado da Santa Casa, que será sempre um irmão, para que

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

1º RTD RECIFE - PE.
1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
OFICIAL: Mabel de Holanda Campos
Av. Dantas Barreto, 160 - Lj 04 - Santo Antonio - Recife - PE - CEP 50010-360
Fone: (81) 3424 2449 / Fax: 3224-6360
Homepage: www.1rtdrecife.com.br / e-mail: 1rtdpj@1rtdrecife.com.br
17 FEV. 2012
AZN079563

esta faça proceder contra o thesoureiro na conformidade das leis. Art. 70 Os desoito serão destribuidos pela maneira seguinte: tres para o hospital Pedro 2º, tres para o hospicio de alienados, tres para o hospital dos lazaros e asylo mendicidade, dous para a casa dos Expostos, dous para o hospital de Santa Agueda, dous para o Collegio das Orphãs, Egreja da Misericordia e predios de Olinda, dous para cuida da conservação da Egreja de Nossa Senhora do Paraizo, de edifinição e reparo dos predios desta cidade e um para cuidar da demandas em que a Santa Casa for de qualquer modo interessada.nos andamentos dos processos dos presos pobres e no serviço funerario a cargo da Santa Casa. A distribuição dos mordomos será feita pelo provedor, segundos ao hábilitações de cada um alternarão entre si, menos os das pendencias judicias. Art. 71. Os mordomos, além das obrigações que lhes for-lhe imposta pela leis e regulamento, serão mais obrigadas ao seguinte: § 1.º Comparecer as sessões da junta administrativa a quem darão contas das occurrencias que se derem nos respectivos estabelecimentos, quando estiverem de mez, pedindo as providencias que lhes parecem convenientes para o bom desempenho de suas funções e melhoramento dos mesmos estabelecimentos. § 2.º A cada um dos mordomos individualmente compete a inspecção dos estabelecimento que lhe ficarem sujeitos, mas deliberado de commum accordo com provedor sobre o melhor modo de os dirigir ; e tendo em attenção o contracto celebrado Com as irmães da caridade, se, nos estabelecimentos a seu cargo as houver .§ 3.º Poderão suspender ate 5 dias, dando parte ao provedor, os empregados dos estabelecimento seu cargo ; proporão ao mesmo provedor a pessoa que deve servir no lugar do suspenso, quando não haja disposição para a substituição e em quanto a Junta administrava não deliberava a este respeito. § 4.º Apenas tomares posse mandarão fazer o inventario dos moveis, alfaias, utencilios e tudo mais que pertencer aos estabelecimentos da sua competencia Este inventario será conferido pelo mordomo que sahe, e pelo que entra de serviços, dando parte ao provedor das diferenças que encontrarem. § 5º Sempre que qualquer mordomo precisa de alguma cousa que haja no estabelecimento á cargo de outro, dirigira a sua requisição ao provedor, que ordenará a entrega, se se conforma com o pedido. § 6.º Os mordomos nomeados para o hospital Pedro 2.º e Lazaros, hospicio de alienados, asylo de medicamentos e para a casa dos Expostos alem da obrigações dos §§ antecedentes, visitarão pelo menos doas por semana, os estabelecimentos a seu cargo ; inspeccionando o do hospital Pedro 2.º os armazens do almoxarifado, exersendo a maior vigilncia para que haja todo o zelo e conservação dos artigos nelles entrados. Art.72. O mordomo encarregado da conservacão de egreja e reparos dos predios terá a seu cargo o seguinte : § 1.º Cuidar da reedificação, conservação e aceio da egreja dirigir de acordo com o capelão as festividades e as procissões que forem feita pelo irmandade. § 2.º Inspeccionar e examina trimensalmente os predios alugados ou por alugar, propor em Junta os concertos e obras de que os menos precisarem, quanto a quantia exceder de 50$000 réis, e ao provedor quando importaram até esta quantia, e fiscalisar a sua execução. § 3.º Examinar se o arrematante ou empreiteiros das

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

1º RTD RECIFE - PE.
1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
OFICIAL: Marcelo Holanda Cruz
Av. Dantas Barreto, 160 - L| 94 - Santo Antônio - Recife - PE - CEP 50050-090
Fone: (81) 3424.2449 | Fax: 3224.4
Homepage: www.1rdrecife.com.br | email: 1rdr@hotmail.com.br
17 FEV. 2012
AUTENTICAÇÃO AZN079564

obras as fazem com a necessaria perfeição e segurança e de conformidade com as condições do contractos que com elles se houver feito, dando parte ao provedor das das faltas que encontra. Art. 73. Aos mordomos das pendencias judiciaes compete mais - : § 1.º Visitar a casa de detenção e quaesquer outra prisões em que houverem presos pobres, para promover o andamento dos processos, e livramento d'aquelles presos, bom como para examinar se elles são bem tratados, assim no estado de saude como no de molestia, representando as autoridades, competentes a cerca do que lhes pode melhorar a sorte. § 2.º Activar o advogado solicitador da santa casa no andamento dos processos e dos livramento dos presos pobres, nas demandas em que a Santa Casa for interessada, como autora ou como ré e finalmente em todo e qualquer trabalho da profissão d'elles, que lhes for carregado. Capitulo 8º - Da secretaria Art 74 A secretaria é encarregada de todos o expediente, da correspondencia da Junta administrativa e do provedor, da contabilidade e escripturação da receita e despeza. É directamente sujeita ao provedor. Terá um escrivão, dous officiaes, dous amanuenses, um collaborador, e um continuo, nomeado pela junta. Seu trabalho será distribuido e dirigido pelo escrivão como chefe da repartição Art. 75. Ao escrivão compete: § 1. º Ter seu cargo e sob sua guarda e responsabilidade a sala das sessões , a Secretaria e o archivo. E' abisolutamente prohibido sahir do achivo quais quer livros ou papeis. § 2. Assistir as sessões da Juntas; ahi e ministrar os papeis que lhe forem pedidos, toma as notas. Competentes para a actas, redigil-as e mandar lançal-as depois de approvado em livro proprio. § 3.º Passar as certidões e dar as informações ordenadas por despacho ou portarias do provedor, e informar verbalmente a este, a qualquer membro da Junta, e a este sobre qualquer cousa quando lhe for exigido. § 4º Fazer com os officiaes, amanuenses e collaborador a escripturação, e examinar se estes a fazem convenientemente, corrigindo as faltas, emendando os erros que encontrar e dando parte ao provedor, quando não poder ser por elle providenciado; examinar todos os documentos, tanto da receita como da despeza antes de serem lançados; competido-lhe a escripturação do livro caixa dos despachos e portarias que devem ficar archivados. § 5º Por a nota de corrente nas contas e documentos de despeza, antes de serem submettidos ao despacho do provedor; devendo declarar se está ou não esgotado o credito votado, e se o não fizer será responsavel pelo excesso de credito que houver. § 6º Dar parte ao provedor da pontualidade, fallencia ou fallecimento dos devedores; da expiração dos contractos e de outras quaesquer occurrencias que lhe constar, e sobre o que deve o provedor ou a Junta providenciar. § 7º Organisar no devido tempo o orçamento da receita e despeza, o balanço e os dous quadros da divida activa e passiva. § 8º Passar as procurações que a Santa Casa houver de dar para se tratar dos seus negócios administrativos e judiciaes, e finalmente cumprir tudo mais quanto lhe for ordenado pelo provedor e pela Junta e que por ventura não esteja comprehendido nas obrigações já designadas; sendo responsável pelos prejuizos que causar a Santa Casa por erros ou enganos culposos que fiver commettidos. Em seus impedimentos ou faltas será o escrivão substituido por um

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

1º RTD
RECIFE - PE.
1º REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURIDICAS
Oficial: Mabel de Holanda Caldas
Av. Dantas Barreto, 160 - Lj 04 - Santo Antônio - Recife - PE - CEP 50030-070
Fone: (81) 3424.3449 / 3224.4449
Homepage: www.1rdrecife.com.br e-mail: 1rdpj@uolink.com.br
17 FEV. 2012
Válido somente Com Selo de Autenticidade
AZN079565

dos officiaes. Art 76 Aos officiaes compete: § Único. Fazer com o escrivão e sob a inspecção deste a escripturação e outro qualquer serviço que lhes for ordenado pelo provedor ou pelo escrivão. Em seus impedimentos ou faltas serão os officiaes substituidos pelos amanuenses. Art. 77 Os amanuenses auxiliarão os officiaes em todos os seus trabalhos, e farão mais o que lhes for ordenado pelo provedor e pelo escrivão. Nas suas faltas ou impedimentos servirá o collaborador. Art. 78. Ao continuo compete: § 1º Abrir e fechar as portas da casa ás horas em que deve começar e findar o trabalho da Secretaria e das sessões da Junta. § 2º Levar ao seu destino a correspondencia e papeis do expediente. § 3º Cumprir as ordens do provedor e do escrivão. CAPITULO 9º - Da escripturação organisação do orçamento e do balanço prestação de contas perante a Junta – Art. 79. A escripturação será feita por partidas dobradas por annos economicos contados do 1º de Janeiro ao ultimo de Dezembro com um trimestre addicional. Pa isto terá a Secretaria os seguintes livros; diário, mestre, caixa e os auxiliares que foram necessários. Art 80º. Além dos livros a que se refere o artigo antecedente, haverá mais os especiaes para o tombo, inventario, receita e despeza de cada estabelecimento, termos de contratos, e de arrematações, entrada de irmãos, registro, actas e juramento e posse dos empregados. O livro das entradas dos irmãos será escripturados por forma tal que a margem de cada um termo haja espaço sufficiente para o escrivão, autorisado pelo provedor, lançar o dia, mez e anno das occurrencias que se derem a seu respeito. Art. 81. A receita da Santa Casa será orçada e a despeza dos seus diversos estabelecimentos, fixada por um orçamento annual, organisado no mez de Novembro pelo escrivão, que com o thesoureiro o assignará; este orçamento será feito como o do thesouro do Estado, será apresentado na primeira sessão do mez de Dezembro, para ser estudado por todos os membros da Junta. Art. 82. Examinado e visto o orçamento por todos os membro da Junta, será dado com sciencia delles para ordem dos trabalhos da primeira sessão onde soffrerá uma discussão sómente, e será votado por partes, e do que se vencer se fará um exemplar que será archivado. Art. 83. Quando por causas imprevistas, ou por mera eventualidade for preciso fazer-se despeza para que não esteja votado o credito no orçamento, ou exceder-se o votado, a Junta abrirá o credito preciso. Art. 84. Para prestação das contas será apresentado na segunda sessão do mez de Setembro pelo escrivão, por elle e pelo thesoureiro assignado o balanço do anno economico findo, com os quadros da divida activa e passiva e relação dos legados e doações, tudo do mesmo anno, e da demonstração de generos entrados e sahidos do almoxarifado, sendo esta demonstração dada pelo respectivo Almoxarife. O balanço e quadros das dividas serão organisados como no thesouro do Estado e a relação dos legados e doações com a especificação dos nomes de quem a fez, seu objecto e importancia, e data da recepção, quando a tenha havido. Art. 85. Logo que á Junta for presente o balanço e as mais peças de que trata o artigo antecedente, o provedor as rubricará todas no alto de cada uma das folhas, e nomeará uma commissão composta de tres mordomos para dentro de 15 dias verificar a exactidão de tudo, com os livros e documentos comprobatorios, moralisar os

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

1º RTD RECIFE - PE.
1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
OFICIAL Maria de Lourdes Gomes Bonacho
Av. Dantas Barreto, 160 - Lj 04 - Santo Antônio - Recife - PE - CEP 50010-360
Fone: (81) 3424.2449 / Fax: 3224.4386
Homepage: www.1rtdrecife.com.br / e-mail: 1rtdpj@uolnet.com.br
Selo de Autenticidade
AZN07566
17 FEV. 2012

algarismos e exprimir em um relatório, que apresentará na primeira sessão da Junta, depois daquelle praso, o juizo que formar; a Junta discutirá este parecer approvando ou rerpovando. Art. 86. Se ficar alcançado o thesoureiro, será avisado pelo provedor para dentro de 48 horas improrogaveis entrar com a importancia do seu alcance, e quando deixe de o fazer se extrahirá conta delle e remetter-se-há ao advogado da Santa Casa, com a copia da sentença e certidão do escrivão de não haver dito thesoureiro entrado com a importancia de tal alcance, afim de que promova o advogado a competente cobrança. § Único. As contas prestadas á Junta serão por ella remettidas ao Ordinario da Diocese, afim de serem julgadas de conformidade com que determina o Sagrado Concilio Tridentino sessão / de Reformatione Cap. 15 sess. 22 de Ref. Cap. 9 e 25, e Cap. 8. CAPITULO 10 Do patrimonio da Santa Casa e applicação de sua rendas. Art. 87 Constituirão o patrimonio da Santa Casa: § 1º Os bens que formavam o Patrimonio do hospital Pedro 2º, dos lazaros, da Casa dos Expostos, do hospital de Santa Agueda, os da antiga Misericordia de Olinda as rendas de tratamento em qualquer dos referidos hospitaes, as do hospicio de alienados, e as taxas de serviço funerario. § 2º Os bens que fazem o patrimonio dos Orphãos, formando o patrimonio dos Collegios de Orphãos e das Orphãs. § 3º O Capital subscripto a favor do Asylo demendicidade, e os bens que lhe foram legados formando o patrimonio deste. § 4º As doações, legados, esmolas, ou qualquer dadiva feitos a Santa Casa para qualquer um dos estabelecimentos actualmente a seu cargo, e aos que para o futuro se lhes encorporar, formando no primeiro caso, patrimonio da mesma Santa Casa, ou de todos os estabelecimentos que ella mantem, e vier a manter, e no segundo caso, do estabelecimento, ou estabelecimentos a cujo favor forem. §5º Os predios e templos occupados hoje pelos estabelecimentos a seu cargo, e os que vierem elles a occupar para o futuro, salvo o dominio particular bem como os moveis nelles existentes, alfaias, e quaesquer objectos que representem valores, formando patrimonio dos estabelecimentos a que hoje pertencem ou vierem a pertencer. Art. 88. Os rendimentos dos patrimonios parciaes, serão applicados distinctamente á manutenção dos estabelecimentos, cujo patrimonio constituam, e ficão constituindo devendo por isto haver tantas contas, quantos são esses patrimonios, nos quaes além dessas rendas, deverão figurar as dos bens que forem doados genericamente a Santa Casa, os quaes serão applicados indistinctamente ao estabelecimento ou estabelecimentos que precisarem. Art 89. Na execução do disposto nos §§ 8 e 9 do art. 66 § 1º do art. 69 e nos artigos 80 e 81 se attenderá a distincção de que trata o artigo antecedente. CAPITULO II Dos empregados dos diversos estabelecimentos a cargo da Santa Casa e suas attribuições Art. 90. O hospital Pedro 2º, a Casa dos Expostos, o Hospicio de alienados e o Collegio das Orphãs serão regidos por irmãs de Caridade na forma de seus contratos, os quaes ficam fazendo parte deste Compromisso. Art. 91 Cada um dos hospitaes, do lazaros, de Santa Agueda, bem como o Asylo de mendicidade, ficarão a cargo de um Director nomeado pela Junta, que lhe marcará os vencimentos. § Único. A Junta poderá confiar á irmãs de caridade de S. Vicente de Paulo ou de outro instituto approvado pela Egreja a direcção de qualquer deste

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

1º RTD RECIFE - PE.
1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Av. Dantas Barreto 160 - Lj 04 - Santo Antonio - Recife - PE - CEP 50...
Fone: (81) 3424.2... Fax: (81) 3224.4366
Homepage: www.1rtdrecife.com.br e-mail: 1rtdpj@oline.com.br
17 FEV. 2012
Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Selo de Autenticidade

estabelecimentos; precedendo sempre a approvação do Ordinario da Diocese, que será indispensavel, mesmo quando se tratar de retirar essa direcção das referidas Irmãs. Art. 92. Alem dos empregados de que tratam os artigos antecedentes a Santa Casa terá um corpo medico cirurgico e pharmaceutico, sendo no hospital Pedro 2º composto de um Director tres medicos, cinco cirurgiões, um medico na sala do Banco, desoito substitutos, um pharmaceutico e um ajudante; no hospicio de alienados dous medicos e quatro substitutos, no hospital de Santa Agueda um medico; outro para o hospital dos lazaros e Asylo de mendicidade e outro para o Collegio das Orphãs e Casa dos Expostos, com dous substitutos cada um delles, todos estes funccionarios serão obrigados a assistir as conferencias, quando forem convidados pelo mesmo Director. Art. 93. A Junta administrativa dentro do praso de seis mezes depois da publicação das modificações, ora feitas ao compromisso da Santa Casa, reformará os regulamentos dos differentes estabelecimentos a seu cargo e nelles creará os empregos que julgar precisos, além dos que ficam declarados; mencionando os que deve ella prover e os que devem ser providos pelos respectivos directores, marcar-lhes-há os vencimentos, regulará as attribuições dos mordomos, que os tem de inspeccionar, e de todos os empregados e estabelecerá as condições com que em ditos estabelecimentos devem ser admettidos e tratados, nelles viverem e conservarem-se os individuos para que foram taes estabelecimentos instituidos attendendo sempre a instituição de cada um delles. Em quanto não forem reformados esses regulamentos serão os estabelecimentos a cargo da Santa Casa regidos pelos que actualmente tem, na parte que for compativel e não contrariar as disposições do presente Compromisso. Art. 94 Nos regulamentos dado para o Collegio das Orphãs e Casa dos Expostos, se providenciará para que as Orphãs e as expostas tenhão destino conveniente, de modo que em hypothese alguma depois de completarem a edade de vinte e um annos, sejam ellas conservadas nos referidos estabelecimentos. CAPITULO 12 De outros empregados da Santa Casa e suas attribuições Art. 95. Haverão mais os seguintes empregados: § 1º Um capellão da Irmandade, e tantos mais quantos, forem os estabelecimentos os quaes serão nomeados e demettidos de accordo com o Ordinario da Diocese, a cuja approvação serão submettidos, os actos de nomeação e demissão e terão plena liberdade para visitar as enfermarias dos estabelecimentos da Santa Casa afim de nelles exercerem o seu ministério. § 2º Um advogado. § 3º Um solicitador. § 4º Tres cobradores, das rendas, dous nesta Cidade e um em Olinda. § 5º Um almoxarife. Todos os empregados servirão por contrato sem direito a aposentadoria. Art. 96. Ao Capellão da Irmandade compete: § 1º Acompanhar a irmandade em corporação. § 2º Ter a seu cargo e sob sua guarda e responsabilidade a Igreja de Nossa Senhora do Paraizo e os objectos necessarios ao culto; dizer na mesma igreja ou em outra qualquer Igreja ou Capella dos Estabelecimentos a cargo da Santa Casa, que for determinada pela Junta, missa nos domingos e dias santos, applicando-as aos irmãos vivos e defuntos e celebrar as festividades e actos religiosos da Santa Casa. § 3º Propor á Junta pessoa idonea para sachristão da igreja. A este compete as obrigações

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

1º RTD RECIFE - PE.
1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
OFICIAL: Maciel de Menezes Cavalcanti
Av. Dantas Barreto, 160 - Lj 04 - Santo Antônio - Recife - PE - CEP 50010-0
Fone: (81) 3424.2449 - Fax: (81) 3424.4366
Homepage: www.1rtdrecife.com.br - e-mail: 1rtdpj@link.com.br
17 FEV 2012
Válido somente com selo de autenticidade
AZ018755 68

proprias do emprego, e os vencimentos que lhe marcar a Junta. Art. 97. Ao advogado compete. § 1º Defender as causas em que a Santa Casa fôr autora ou re. § 2º Dar o seu parecer sobre qualquer materia a respeito da qual entenda a Junta dever ouvil-o, por ser de interesse da Santa Casa. § 3º Accudir com proptidão ao chamado da Junta quando a esta pareça conveniente a sua presença aos trabalhos da suas sessões, podendo tomar parte nas discussões, mas não votar. § 4º Remetter a Junta, de seis em seis mezes, um relatório das causas da Santa Casa , com declaração do seu estado, motivos de não andamento e medidas que convém adoptar a bem d'ellas. Art. 98. Ao solicitador compete: § 1º Promover o andamento das causas da Santa Casa, de commum accordo com o advogado. § 2º Solicitar perante os funccionarios publicos , tribunaes e repartições administrativas o que fôr a bem dos interesses da Santa Casa. § 3º Accudir com promptidão ao chamado do mordomo das pendencias judiciaes e do provedor ou thesoureiro a cumprir o que lhe fôr ordenado por qualquer um d'elles, ouvindo no caso de duvida ao advogado, e representando contra o que lhe tiver sido ordenado, quando fôr contrario aos interesses da Santa Casa, motivando a sua representação. Art. 99. Aos cobradores compete. promover a arrecadação das rendas da Santa Casa, no que empregarão toda actividade: dar aos mordomos, encarregado dos predios e ao escrivão informações e fazer o que estes lhes ordenar e for compativel com os seus empregos; prestarão fiança idonea, e semanalmente contas ao thesoureiro, que lhes dará a competente quitação. Art. 100. – Ao almoxarife, compete: § 1º Ter a seu cargo e sob sua guarda os armazens dos generos e viveres que devem ser fornecidos a todos os estabelecimentos da Santa Casa, desenvolvendo todo zelo na sua conservação. § 2º Dar entrada e sahida aos mesmos generos e viveres em livros proprios. A entrada será feita em vista da conta que os deve acompanhar, ou de ordem escripta pelo mordomo de mez ou pelo provedor e obriga ao almoxarife. A sahida será feita em vista dos pedidos dos directores ou superioras dos differentes estabelecimentos rubricados pelo mordomo que estiver de serviço na inspecção d'elles, ou pelo provedor, ou de ordem por escripto de qualquer destes, e desobriga ao almoxarife. § 3º. Além das obrigações que são impostas pelo §§ antecedentes, prestará fiança idonea. CAPITULO 13 Disposições Geraes Art. 101º No dia 15 de Agosto de cada anno se fará na Igreja do paraizo, com missa solemne e sermão, a festa da padroeira da Santa Casa – Nossa Senhora do Paraizo. Art. 102. Todos os empregados da Santa Casa serão conservados em quanto bem servirem. A Junta, o Provedor e os Diretores dos estabelecimentos, na escolha das pessoas que tem de nomear para os empregos somente attenderão as habilitações precisas para bem os desempenharem, segundo as attribuições marcados neste compromisso, e as que se marcarem nos regulamentos de cada um dos estabelecimentos; tendo egualmente em muita attenção que essas pessoas sejam de reconhecida probidade e moralidade. As nomeações e demissões dos empregados que cabe ao Provedor e á Junta prover, serão feitas por meio de portarias; as dos outros serão por approvação da Junta sob proposta do director e mordomo: esses empregos são de confiança e não

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

1º RTD RECIFE - PE.
1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Av. Dantas Barreto, 150 - Lj 04 - Santo Antônio - Recife - PE - CEP 50010-360
Fone: (81) 3424-4449 Fax: 3224-4384
Homepage: www.1rtdrecife.com.br
14 FEV 2012
AZN079569

terão titulos os seus serventuarios. Art 103. Sem prestar, em acto juramento de bem servir, nas mãos do provedor, nenhum empregado entrará em exercicio, excepto os de nomeação dos directores; aquelles, porém, já estiverem em exercicio antes da execução deste compromisso servirão com o juramento já prestado. Art. 104. Dos vencimentos dos empregados de nomeação do provedor e da Junta, um terço será considerado gratificação que perderão a beneficio do estabelecimento, sempre que qualquer motivo, a não ser molestia, a juizo da Junta, deixarem de exercer o emprego. Os empregados de nomeação dos directores vencerão uma diaria nos dias em que servirem. Art 105. Os vencimentos dos empregados serão pagos mensalmente por folhas processadas pelo escrivão em livro proprio , onde assignarão as verbas de pagamento com o empregado que as fizer, de attestado dos mordormos com quem servirem, ou de pontos assignados pelo encarregado dos estabelecimento a que pertencerem. Os pontos serão rubricados pelos provedor, depois do que os entregará ao escrivão. Os empregados de diaria, quando doentes, justificando as faltas com attestado do medico do estabelecimento em que servirem, não excedendo a molestia a trinta dias, perceberão os respectivos vencimentos; fóra deste caso os perderão em favor do mesmo estabelecimento. Os attestados serão gratuitos. Art. 106. Nenhum empregado poderá obter licença antes de haver entrado em effectivo exercicio; a licença poderá ser, provada molestia grave perante a Junta, até tres mezes com todos os vencimentos, até seis com ordenado somente e até doze sem elle, dentro de cada anno, salvo o que já se acha determino no actual regulamento do serviço medico. Art. 107. A Junta, sob proposta do provedor, poderá supprimir e crear empregos além dos existentes. Art. 108. É licito aos irmãos da Santa Casa occupar os empregos lucrativos della, mas nem poderão fazer parte da Junta quando os exercerem, nem para elles serão nomeados os membros da mesma Junta em quanto o forem. Os irmãos e os que tiverem sido empregados da Santa Casa que no estado de molestia, de miseria ou de invalidez se abrigarem em qualquer dos estabelecimentos, serão tratados como pensionistas de 1ª 2ª 3ª classe, conforme os serviços que houverem prestado á Instituição. Art. 109 – A Irmandade dará sepultura gratis aos irmãos, e suffragará com cinco missas as almas dos mesmos. Art 110. Nenhum membro da Junta poderá ser fiador nos contratos que se celebrarem com a Santa Casa, qualquer que seja a sua natureza, nem entrar em transacção alguma com ella por si, por procurador ou por interposta pessôa sob pena de nullidade e rescisão do contrato ou transacção; nem utilizar-se de bens moveis, semoventes e de raiz que lhe sejam pertencencentes, sob pena de pagar uma multa arbitrada pela Junta e de incorrer mais nas que forem de direito. Art. 111. O processo e a liquidação dos documentos de despeza será official, não sendo para isto necessario requerimento das partes, evitando-se quanto for possivel as dependencias que costumam haver em taes operações. A nenhum membro da Junta ou empregado da Santa Casa é permettido fazer o officio de procurador das partes. Art. 112. Logo que se deixar de fazer em dia o pagamento das letras acceitas a favor da Santa Casa, o thesoureiro as fará protestar e dará d'isso sciencia a Junta para deliberar acerca de sua cobrança; a respeito, porém de

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

1º RTD RECIFE - PE.
1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
OFICIAL: Marcelo Holanda Caldas
Av. Dantas Barreto, 160 - Lj 04 - Santo Antônio - Recife - PE - CEP 50010-07
Fone: (81) 2424 2469 - Fax: 3224 [illegible]
Homepage: www.1rtdrecife.com.br / e-mail: [illegible]@uolinx.com.br
17 FEV. 2012
Valido Somente Com Sinal e Selo Original

outra qualquer divida, se o cobrador não conseguir cobrar dentro de trinta dias, o thesoureiro dará parte a Junta para esta, conhecendo da deligencia que for empregada pelo cobrador, mandar promover a cobrança pelos termos judiciaes, caso seja inefficaz outro meio consiliatorio paraque a consiga.Art.113. As autoridades a quem competir a abertura dos testamentos, logo que os mandarem cumprir, deverão communicar officialmente á Junta, qualquer disposição que haja n'elles em beneficio da Santa Casa; devendo o provedor d'esta, remetter á autoridade encarregada do cumprimento dos testamentos e instituições das Capellas dous livros, para os fazer escripturar de conformidade com a lei de 15 de Março de 1614. Art. 114. A Junta administrativa não poderá acceitar testamentaria alguma, nem receber doações e legados que sejam reputados excessivamente oneroses. Art. (assim está no original) No fim de cada anno economico o provedor com o escrivão examinará o inventario geral de todos os bens da Santa Casa, procedendo a inspecção dos moveis , utencilios, alfaias e mais objectos pertencentes a mesma Santa Casa, designando os que devem ter consumo para descarga de quem competir, fixando os valores respectivos a todos os objetos que declarar depreciados, mal avaliados e por avaliar, chamando para isso peritos, se o julgar necessario. Art 116. Haverá um cofre para a guarda dos objectos, de ouro, prata, e outras preciosidades que fizerem parte do patrimonio; bem como dos titulos de credito e outros de semelhante importancia. Este cofre será de ferro e terá duas chaves, das quaes terá uma o provedor e outra o thesoureiro e ambos serão os unicos responsaveis por tudo quanto for guardado n'elle. Art. 117. As despezas feitas com o expediente da Secretaria da Santa Casa correrão por conta das rendas dos tres patrimonios. Art. 118 As mulheres dos irmãos da Santa Casa, são consideradas irmãs para gozarem das mesmas perogativas de que gozam seus maridos; as outras, porem, só poderá ser admettidas como irmãs, se o requererem, e a seu respeito se verificarem todas as condições requeridas nos arts. 4 e 5 d'este Compromisso, *servatis servandis*.Art. 119. Ficam revogadas todas as leis e regulamentos que se opponham as disposições do presente Compromisso assim reformado. Santa Casa de misericordia do Recife 31 de Maio de 1892. Provedor Dr. Joaquim Correia de Araujo. Mordomos Manoel da Trindade Peretti. Graciliano Octavio da Cruz Martins. João Vicente de Torres Bandeira. José Bernardo Galvão Alcofurado. Manoel do Nascimento Cezar Burlamaqui. Laurindo de Moraes Pinheiro. Apolinario Florentino d'Albuquerque Maranhão. Demetrio Accacio de Araujo Bastos. Manoel Antonio Cardozo. Joaquim Felippe da Costa. Dr. Praxedes Gomes de Souza Pitanga. Francisco Apolligorio Leal. Assinaturas ilegiveis – E como o transcrito Compromisso tem por fim a gloria de Deus, honra de Maria SS. Sob o titulo de Nossa Senhora do Paraiso, boa ordem, regimen e utilidade da Irmandade Santa Casa de Misericordia do Recife e das caridosas instituições por ella mantidas e administradas; Mandamos a todos os irmãos que compõem esta Associação religiosa e aos membros da sua Junta administrativa que d'ora em diante guardem, observem e cumprão o sobredito Compromisso em todas e em cada uma de suas clausulas na parte em que lhes competir. A referida Irmandade não poderá fazer alteração alguma no que se

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

1º RTD RECIFE - PE.
1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
OFICIAL: Mabel de Andrade Lima Dias
Av. Dantas Barreto, 180 - Lj 04 - Santo Antônio - Recife - PE - CEP 50.050-000
Fone: (81) 3424.2449 - Fax: 3224.1366
Homepage: www.1rtdrecife.com.br / e-mail: 1rtdp@uol.com.br
17 FEV. 2012
Válido Somente Com Selo de Autenticidade

acha disposto no mesmo Compromisso, cabendo-Nos exclusivamente a Nós, ou a quem Nossas vezes fizer, examinar e approvar as modificações que o tempo e a experiencia vierem aconselhar que se fação no mesmo Compromisso e desde já inquinamos de nullidade todos os actos que não forem feitos de conformidade com as clausulas approvadas, taes como no presente Compromisso se contem. Dada e passada n'este Palacio Episcopal da Soledade do Recife, sob o Nosso signal e sello das Nossa armas, aos 28 de Outubro de 1892. Eu Padre Valeriano d'Alleluia Correia, Escrivão da Camara Ecclesiastica que a escrevi. – E eu Padre João Machado de Mello, Secretario do Bispado, a subscrevi. » + João, Bispo de Olinda. – Estava o sello respectivo do Bispado. – Registrado no livro 47, folhas 178. – Padre Machado. – Revisão de approvação do Compromisso da Irmandade da Santa Casa de Misericordia – Grátis (assim está no original). Havendo ainda, quanto ao registro, a seguinte averbação: **Alteração Social**, Protocolada sob o nº de ordem 65302, Registrada e Averbada no Livro A-17, sob o nº 1285, em data de 11 de outubro de 1967, com matéria publicada no Diário Oficial de 03 de outubro de 1967. Sendo o seu teor o seguinte: Registro, Inscrição e Averbação de Sociedade Civil. Protocolo nº 19, nº de ordem 65302. Dia 11 Mês Outubro. Ano 1967. Apresentante: Dr. Jorge V. Corrêa de Araujo, res. á Rua Amaro Bezerra, 507 - Derby(assim está no original) . **Santa Casa de Misericórdia do Recife** Cópia Autêntica da "Ata da Assembléia Geral Extraordinária, reunida em Segunda Convocação, da Santa Casa da Misericórdia do Recife, para o fim especial de promover as modificações, alterações ou acréscimos necessários, dos Artigos 2º, 19º,e 119º do "Compromissor," em face das legislações vigentes. Aos três(3) dias do mês de setembro do ano 1967, ás dez horas da manhã, na sala das sessões da Santa Casa de Misericórdia do Recife, presente 42 irmãos que assinaram o respectivo "Livro de Presença". O Senhor Provedor declara aberta a sessão e convida para compôr a mesma funcionando como Secretários os Irmãos Desembargador Adauto Maia e Comendador Elisio da Silva Gomes.(assim está no original) Em seguida informa os motivos que determinaram a convocação desta Assembléia Extraordinária, hoje constituida em segunda convocação em virtude da anterior, em primeira convocação, para o dia 27 de agôsto último não haver contado com número suficiente de irmãos para sua realização.(assim está no original) Manda que sejam lidos os Editais de convocação publicados nos "Diário Oficial ", " Jornal do Commercio" e "Diário de Pernambuco ", todas desta Capital, nos dias vinte e dois e vinte e seis de agosto; vinte seis e trinta e um de agosto, dois de setembro e dois de setembro, respectivamente.(assim está no original) Em seguida manda ainda o Senhor Provedor que sejam lidos os Artigos 23 e 26 e seus respectivos parágrafos do "Compromisso do que regulam o processo da Assembléia Geral. Após esta leitura, usa da palavra o irmão desembargador Adauto Maia que procede a leitura da proposta que a Junta Administrava submete à Assembléia Geral extraordinária e que tem o teôr (assim está no original) seguinte: ante projeto de reforma dos artigos 2º, 19º e 119º do "compromisso" Da Santa Casa De Misericórdia Do Recife: A Junta Administrativa da Santa Casa Da Misericórdia do Recife; Considerando a necessidade de atualizar o

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

1º RTD RECIFE - PE.
1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
OFICIAL Walter Bernardo Cavalcanti
Av. Dantas Barreto, 160 - Lj E4 - Santo Antônio - Recife - PE - CEP 50050-380
Fone: (81) 3424-2449 / Fax: 3224-4386
Homepage: www.1rtdrecife.com.br / email: 1rtdp@hotmail.com
17 FEV. 2012
AUTENTICADO
AZN079572

"Compromisso" desta mesma instituição, principalmente adaptando-a às Legislações vigente; considerando que, a modificação total, necessária e substancial do mesmo Compromisso, demanda um trabalho exaustivo, demorando e objeto de varias discussões e considerações, ensejando dêste modo a impossibilidade habilitação da Santa casa no recebimento de verbas no âmbito Federal; propõe a Assembléia Geral Extraordinária convocada para êste fim especifico, (assim está no original), que, aos mencionados Artigos sejam dados as redações e introduzidas as modificações seguinte. Artigo 2º- A Irmandade tem a seu cargo a administração dos seguinte estabelecimento pias: - 1 – Hospitais: Hospital Santo Amarro, antigo, asilo Menci cidade; Hospital Pedro II; Hospital Infantil Manoel S.Almeida; Hospital Oswaldo Cruz, antigo Hospital Santa Agueda; Hospital de Alienados. 2-Maternidades: maternidade Prof. Oscar Coutinho 3 – Educandários: Educandário Casa da providencia, antiga Casa dos Exposta; Educandário São Vicente de Paulo; Educandário Magalhães Bastos, Antigo Asilo Magalhães Bastos; Institutos dos cegos ; Educandário Santa Tereza , antigo colégio de Órfãs – Olinda ; Educandário São Joaquim, Antigo Colégio Orfanológico São Joaquim – Frei caneca – Maraial – Pe(assim está no original); Colégio Industrial "Vingo Potens" anexo ao Educandário Casa da providência-Recife § Único: – Podera ainda, criar, manter ou subsidiar qualsquer outros estabelecimento beneficentes realizar Convênio tendo como objeto os atuais estabelecimentos. Art.19º - A administração e o governo da Santa Casa compete a Junta Administrativa, cujos membros, descritos no Art.23 do Capitulo 6º não percebem qualquer remuneração e não usufruem vantagem ou beneficios sob qualquer titulo. Art. 119º- não se extinguirá nem se dissolverá a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Recife, sempre que a isso se oponha um terço (1/3) de seus Irmãos. Art. 120º - Extinguindo-se a Irmandade da Santa Casa os bens que compõem o seu acêrvo patrinomial (assim está no original), serão destinados a uma entidade filantrópica congenere, por ventura existente em Recife, e, inexistindo esta, será confiada a guarda do governo Estadual até a criação da mesma associação, (assim está no original). Art. 121º - Terá a redação do antigo Art. 119 S.S. em 08 de agosto (assim está no original) de 1967" Concluida a leitura da proposta acima o próprio Irmão Desembargador Adauto Maia expõe com maiores detalhes os motivos pelos quais a junta Administrativa assim procedeu. Diz que se observa das modificações propostas que se deteve apenas em adaptar os mencionados artigos às exigências das legislações vigentes, haja visto que a Santa Casa deixará de se habilitar aos recebimentos dos auxílios e subvenções consignadas no Orçamento da União para o corrente exercicio (assim está no original), caso não sejam realizadas estas modificações e alterações. Diz ainda que pela redação que se dá ao Artigo 2º, se observa a inclusão dos estabelecimentos que vierem compôr o patrimônio da Santa Casa após a elaboração do atual "Compromisso" Também se observa a modificação na designação de alguns estabelecimentos notadamente dos educandários, uma vez que têm designação, hoje contrária a legislação, notadamente a do ensino, que proibe o nome de Colégio, ao educandário para o ensino primario que não

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

1º RTD RECIFE - PE.
1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
OFICIAL: Maciel de Holanda Cavalcanti
Av. Dantas Barreto, 180 - Lj 04 - Santo Antônio - Recife - PE
Fone: (81) 3424.9448 - Fax: 3224.1399
Homepage: www.1rtdrec.fe.com.br / e-mail: 1rtdpj@
17 FEV. 2012
AZN079573

disponha dos cursos ginasial, ou colegial. Feita esta exposição, usa da palavra o Senhor Provedor e diz todos as (assim está no original) presentes ouviram as razões pelas quais foi proposta a modificação do Artigo 2º do Compromisso, pelo que a submete a discussão. Não havendo quem quizesse se utilizar da palavra, a submete a votação, sendo aprovada. Em seguida o Senhor Provedor manda que seja novamente lido o § único do artigo 2º e o submete a discussão. Usa da palavra o Irmão Comendador Elisio da Silva Gomes que, coadjuvado pelo Irmão Doutor Osvaldo Cisneiros, diz considerar êste (assim está no original) parágrafo um tanto incompleto, ou mesmo merecedor de uma redação mais ampla. Assim, Propõe a Assembléia que, no § único do Artigo 2º, em discussão, seja dada a redação seguintes: § único: Poderá, ainda, criar, manter ou subsidiar quaisquer outros estabelecimentos pias e realizar Convênios com outras entidades que tenham como objeto melhorar os serviços de educação, assistência social ou hospitalar. Encerrada a discussão o Senhor Provedor submete (assim está no original) a votação sendo aprovada a redação do § único do Artigo 2º, proposta pelo Irmão Elisio da Silva Gomes. Em seguida o Senhor Provedor anuncia a discussão do Artigo 19º, concedendo a pedido a palavra ao Irmão Comendador Adauto Maia, que expõe os motivos pelas quais foram introduzidas as modificações propostas, enquadrando, dêste (assim está no original) modo o nosso Compromisso nas legislações vigentes. Após as discussões submetido a votação é a Artigo 19º aprovado (assim está no original), com a redação proposta pela junta Administrativa. Encerrada esta votação, o Senhor Provedor manda que mais uma vez seja lido o Artigo 119º - a fim de que a Assembléia tenha idéia de sua redação. Feita esta leitura, é submetido à discussão, como não tenha surgido qualquer objeção ou emenda é posto em votação, sendo aprovado. O Senhor Provedor em seguida manda que seja lida mais uma vez o Artigo 120º, ao qual o Irmão Comendador Elisio Gomes apresenta emenda resultando sua redação do modo seguinte: "Extinguindo-se a Irmandade da Santa Casa, os bens que compõem o seu patrimônio serão destinados a uma entidade congênere, da caridade, por ventura existente em Recife, e, inexistindo (assim está no original) esta, será confiado à guarda da Cúria (assim está no original) Metropolitana de Olinda e Recife, até a criação da mesma entidade." A qual submetida a discussão e votação é aprovada. Após o Senhor Provedor manda que sejam ordenados e lindos os artigos modificados e alterados aprovados pela Assembléia, os quais ficaram com a redação seguinte: Art. 2º - A Irmandade tem a seu cargo a administração dos seguintes estabelecimentos pias: 1 – Hospitais: Hospital Santo Amaro, antigo Asilo de Mendicidade; Hospital Pedro II; Hospital Infantil Manoel S. Almeida; Hospital Oswaldo Cruz, antigo Hospital de Santa Aqueda; Hospital de Alienados. 2 – Maternidade: Maternidade Prof. Oscar Coutinho. 3 – Educandários: Educandário Casa da Providência, antiga Casa dos Expostos; Educandário São Vicente de Paulo; Educandário Magalhães Bastos, antigo Asilo Magalhães Bastos; Instituto dos Cegos; Educandário Santa Tereza, antigo Colégio de Órfãs – Olinda, Pe., Educandário São Joaquim, antigo Colégio Orfanológico São Joaquim – Frei Caneca, Maraial, Pe.; Colégio Industrial Virgo Potens, anexo ao Educandário Casa

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

1º RTD
RECIFE - PE.
1º REGISTRO DE TÍTULOS
E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL
DE PESSOAS JURÍDICAS
OFICIAL: Mabel
Av. Dantas Barreto, 160 - Lj 04 - Santo Antônio - Recife - PE - CEP 50010-080
Fone: (81) 3424 2449 - Fax: 3224 2364
Homepage: www.1rtdrecife.com.br - e-mail: 1rtdpj@
17 FEV. 2012
Válido Somente Com Selo de Autenticidade
AZN079575

da Providencia – Recife. § único: Poderá ainda criar, manter e subsidiar quaisquer outros estabelecimentos pios e realizar Convênios com outras entidades que tenham como objeto melhorar os serviços de educação, assistencia (assim está no original) social ou hospitalar. Art.19º - A administração e o governo da Santa Casa compete a Junta Administrativa, cujos membros, descritos no Artigo 23º do Capitulo 6º, não percebem qualquer remuneração e não usufruam vantagens ou beneficios sob qualquer titulo. Artigo 119º - Não se extinguirá nem se dissolvera a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Recife, sempre que a isso se oponham um terço (1/3) de seus irmãos. Artigo 120º - Extinguindo-se a Irmandade da Santa Casa, os bens que compõem o seu patrimônio, serão destinados a uma entidade de caridade congênere, por ventura existente em Recife e, inexistindo esta será confiado a guarda da Curia Metropolitana e Olinda (assim está no original)e Recife até a criação da mesma entidade. Artigo 121º Terá a redação do antigo artigo 119º. Em seguida o Senhor Provedor informa que tendo em vista o que dispõe o nosso Compromisso as alterações e modificações que a Assembléia acaba de introduzir no mesmo, serão levadas à aprovação do Exmo. e Revdmo. (assim está no original) Senhor Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife. Agradece em seguida aos que compareceram a esta Assembléia, bem como a ordem e o espirito fraternal como foram conduzidos os seus trabalhos, declarando-a encerrada, e, eu, escrivão. fiz esta Atta que vai assinada pelo Exmo. Senhor Provedor e de mais membros da mesa. a a) Afrânio A Lins, Jorge V. Corrêa de Araújo, Adauto Maia Elisio da Silva Gomes. A presente resolução obtêve a seguinte aprovação do Sr. Arcebispo: "Como Pede" a) Helder, Arcebispo de Olinda e Recife. Santa Casa de Misericórdia Do (assim está no original) Recife. a) Dr. Jorge V. Corrêa de Araujo – Provedor Santa Casa De Misericórdia Da Recife. a) Dr. Afranio A Lins – Secretário (assim está no original). Conforme com os próprios exemplares do Diário Oficial de 3 de Outubro de 1967, aos quais me reporto e em duplicata me foram apresentados para fazer o presente registro, inscrição e averbação da alteração do seu Compromisso, neles publicado, aos quais acompanhava a petição que com um dos ditos Jornais ficam arquivados no maço 1.285 para o fim especialmente destinado, tendo sido entregue ao interessado o outro jornal devidamente certificado e a cópia da presente do que de tudo dou fé. Subscrevo, assino e dou fé. Recife, 11 de outubro de 1967. O Oficial Reginaldo Fernandes Martins; **Alteração Estatutária**, Protocolada, Registrada e Averbada em microfilme sob o n.º de ordem 201434, em data de 26 de maio de 1994. Sendo o seu teor o seguinte: Timbre da Arquidiocese de Olinda e Recife, Rua do Jiriquiti, 48 – Fone: 2313177.Recife – Pernambuco – Brasil. PROVISÃO – A grave situação em que se encontra a IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE tem sido objeto de especial atenção e grande preocupação por por parte da Arquidiocese de Olinda e Recife. Os problemas que vêm se acumulando com o tempo e que não encontraram ainda soluções administrativas adequadas, estão a exigir da Autoridade Eclesiástica Diocesana providências urgentes. Considerando, pois: a) Que a atual Junta Administrativa da IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE foi nomeada à

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

1º RTD RECIFE - PE.
1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
OFICIAL: Maria de Lourdes Ferreira Lima
Av. Santos Barreto, 169 - Lj 04 - Santo Antônio - Recife - PE - CEP 50010-340
Fone: (81) 3424 2449 / Fax: 3224.4006
homepage: www.1rtdrecife.com.br / e-mail: 1rtdpj@uol.com.br
17 FEV. 2012
Válido Somente Com Selo de Autenticidade
AZN079574

norme do Código de Direito Canônico, pela PROVISÃO de 21 de outubro de 1980, válida até outra decisão da Cúria; b) Que, treze membros da Junta Administrativa em exercício pediram a 22 de março de 1984, fosse pela Autoridade Eclesiástica considerado encerrado o seu mandato, decisão esta acolhida na sessão realizada naquela data pela mesma Junta; c) Que, persistem ainda os motivos que deram ensejo à PROVISÃO de 21 de outubro de 1980 e que impedem a convocação de uma Assembléia Geral para realização de eleições , inclusive por determinação judicial em vigor; HAVEMOS POR BEM, como por esta PROVISÃO o fazemos, à norma do Código de Direito Canônico, cânon 318 inciso 1º, proceder a uma INTERVENÇÃO na IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE, por um período de dois anos, se antes não mandarmos o contrário, nomeando para dirigir a Instituição, como nosso Delegado, com as funções canônicas de COMISSÁRIO, o DR. SILVIO ROMERO MORAES BEZERRA, o qual, prestado juramento, comprometer-se-á a bem e fielmente cumprir os encargos que lhe são confiados, para o que será investido de poderes gerais e especiais constantes de delegação em documento à parte, inclusive os do receber o acervo da Instituição, até então sob a guarda e responsabilidade da Junta Administrativa (Can. 1283). Ficam ainda por esta instituídos dois Colegiados opinativos – o CONSELHO CONSULTIVO e a ASSESSORIA TÉCNICA, ambos com funções específicas de suporte às decisões da Autoridade Eclesiástica. O CONSELHO CONSULTIVO terá por incumbência pronunciar-se sobre a política a ser adotada pela IRMANDADE para o seu funcionamento, especialmente sobre a obtenção de recursos e sua aplicação, diligenciando sobre a efetivação de convênios, contratos, alienações a qualquer título, doações, e outros, para que a IRMANDADE, dentro dos objetivos do Compromisso possa atingir as suas metas na área de saúde e de amparo ao menor, ao idoso e ao carente. A ASSESSORIA TÉCNICA atuará nas áreas administrativa, financeira e patrimônio, manifestando-se sobre os planos de trabalho e fazendo o acompanhamento de sua execução, no escritório central e nos estabelecimentos, de tudo, sempre que necessário, expedindo pareceres e relatórios escritos. Os citados Colegiados, como órgãos de assessoria não terão poderes de deliberação, constituindo os seus pareceres subsídios oferecidos à decisão da Autoridade Eclesiástica. Tais pareceres poderão ser solicitados pela Autoridade Eclesiástica, pelo Comissário, ou, ainda, emitidos por iniciativa própria de cada Colegiado. Todos os integrantes dos citados Colegiados executarão suas tarefas gratuitamente. Para o CONSELHO CONSULTIVO são por este ato nomeados os seguintes Conselheiros: ARTUR ORLANDO DA ANDRADE BEZERRA – CLODOALDO PEIXOTO DE OLIVEIRA – MANOEL DA SILVA ALMEIDA – MARTINIANO JOSÉ FERNANDES – OVÍDIO MONTENEGRO – que servirão por tempo indeterminado. Para a ASSESSORIA TÉCNICA são igualmente nomeados os seguintes Assessores: ANTÔNIO AQUILINO DE MACEDO LIMA – CARLOS EMÍLIO SCHULER - LAURO DE OLIVEIRA – PELÓPIDAS SILVEIRA. Os irmãos da IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE são instantemente solicitados a dar a sua contribuição para o melhor encaminhamento das medidas que se fazem

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

1º RTD RECIFE - PE.
1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
OFICIAL: Mabel de [illegible]
Av. Dantas Barreto, 168 - Lj 04 - Santo Antônio - Recife - PE - CEP [illegible]
Fone: (81) 3424.2445 - Fax: 3224.4356
Homepage: www.1rtdrecife.com.br / e-mail: 1rtdpj@[illegible]

17 FEV. 2012

necessárias, oferecendo elementos à Autoridade Eclesiástica e sugerindo tempestivamente tudo o que ajudar na solução dos problemas da SANTA CASA. O Sr. COMISSÁRIO e os Sr. Membros do CONSELHO CONSULTIVO e ASSESSORIA TÉCNICA promovam os meios que possibilitem a aprovação das contas da Instituição e apresentem sugestões para reforma e atualização dos estatutos da IRMANDADE. A presente PROVISÃO revoga a anterior de 21 de outubro de 1980. Dada e passada, em nossa Cúria Metropolitana, aos 16 de maio de 1984. (Carimbo do Banorte – Ag 004 – C B Vista – Caixa – Adenilze); (Seta do Cartório Ivo Salgado) – assinatura ilegível – José Lamartine Soares – Bispo Auxiliar e Vigário Geral; (Carimbo do Banorte – Banco Nacional do Norte S.A) A assinatura do JOSÉ LAMARTINE SOARES confere com a do nosso registro, Recife; 04 JAN 1985 – BANORTE – BANCO NACIONAL DO NORTE S.A – AGÊNCIA 4 – CONDE B VISTA; (Seta do Cartório Ivo Salgado) – assinatura ilegível – Mons. Isnaldo Alves da Fonseca – Chanceler; (Carimbo do Cartório Ivo Salgado – Ivo Vieira Salgado – 3º Tabelião de Notas – José Carlos Falcão – substituto – Reconheço a firma José Lamartine Soares e Isnaldo da Fonseca – Recife, 17 de maio de 1984 em test. em (sinal) da verdade – assinatura ilegível; (Carimbo da Cúria Metropolitana de Olinda e Recife) CÚRIA METROPOLITANA DE OLINDA E RECIFE – Registro no Livro: De nomeação – Fls.: 179v /180 Nº 52 – Recife, 16 de maio de 1984.;(Carimbo do Bradesco) Sem qualquer responsabilidade de nossa parte, informamos que a assinatura de: ISNALDO ALVES DA FONSECA (assinatura ilegível) – Assemelha-se à existente em nossos arquivos. BRADESCO – 206 – Conde da Boa Vista – PE; (Carimbo) do Registro de Títulos e Documentos – Cartório Martiniano Lins – Ex Emilio dos Anjos – Apresentado no dia vinte e dois para registro apontado sob nº de ordem 14.968 no Lv "F" nº 29 fls. 167v 168 do Registro Int. Tít Documentos – Em testº da verdade. Recife, 22 de janeiro de 1985 – (assinatura ilegível) Oficial de Registro; (carimbo) REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS – 2 º CARTÓRIO – Bel. Sebastião Martiniano Lins – Oficial - Ana Maria de Araújo – Substituta – Rua Siqueira Campos – 60 – Ed. São Francisco – Salas 107-109 – 1º Andar – Telefone Nº 224 3489 – Recife – Pernambuco – EX. Cartório Emilio dos Anjos; Carimbo CONFERIDO (assinatura ilegível). **Alteração Estatutária**, Protocolada, Registrada e Averbada em microfilme sob o nº de ordem 201435, em data de 23 de maio de 1994, com matéria publicada no Diário Oficial de 17 de maio de 1994. Sendo o seu teor o seguinte: Timbre da ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE – Rua do Jiriquiti, 48- Fone: 2313177 Recife – Pernambuco – Brasil. DECRETO – O ARCEBISPO METROPOLITANO DE OLINDA E RECIFE, DOM JOSÉ CARDOSO SOBRINHO, considerando a necessidade ineludível de introduzir algumas modificações nos ESTATUTOS (denominados "COMPROMISSO") da IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE, a fim de poder renovar o registro da mesma IRMANDADE no CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS), de acordo com as novas exigências legais; acolhendo as propostas apresentadas pelo Comissário ao qual está confiada, atualmente, a direção da referida IRMANDADE; usando das atribuições que lhe

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

1º RTD RECIFE - PE.
1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
OFICIAL: Maria de Menezes Gomes
Av. Dantas Barreto, 166 - Lj 04 - Santo Antônio - Recife - PE - CEP 50010-320
Fone: (81) 3424.2449 / Fax: 3224.0669
Homepage: www.1rtdrecife.com.br - e-mail: 1rtdrecife@bpk.com.br
17 FEV. 2012
Maria de Menezes Gomes Barbalho
AUTENTICAÇÃO
AZN079577

são conferidas pelo cânon 314 do Código de Direito Canônico, pelo presente ato, determina e aprova a introdução de algumas modificações nos artigos abaixo relacionados dos mencionados ESTATUTOS ("COMPROMISSO"), cujo novo teor será o seguinte: **ARTIGO N. 21** – A Junta Administrativa e o **Conselho Fiscal** exercerão as suas funções por biênios, facultada a reeleição de qualquer dos seus membros por apenas mais um biênio. **ARTIGO N. 24** – Sem prejuízo das atribuições da autoridade eclesiástica a Assembléia Geral **é o órgão soberano da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Recife** e será constituída por todos os irmãos legitimamente inscritos. É presidida pelo provedor ou por quem suas vezes fizer, servindo como secretário o escrivão e, na sua falta ou impedimento, o empregado que o substituir. **ARTIGO N. 27 § 4** – Eleger a Junta Administrativa e o **Conselho Fiscal. ARTIGO N. 29** – São elegíveis para compor **a Junta Administrativa e o Conselho Fiscal** todos os irmãos que se achem regularmente inscritos no livro a que se refere o Artigo 8, observada a disposição do artigo anterior sobre a época da admissão. **ARTIGO N. 35** – Os membros da Junta Administrativa e do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembléia Geral, em votação secreta, requerendo-se eleição separada para cada membro. Considerar-se-á eleito o irmão que obtiver a maioria absoluta dos votos válidos até o terceiro escrutínio. Depois de três escrutínios ineficazes, será suficiente a maioria relativa. O eleito deverá ainda ser confirmado pela autoridade eclesiástica. **ARTIGO N. 39** – O exercício da Junta Administrativa e **do Conselho Fiscal** é de dois anos, **facultada a sua recondução por apenas mais um mandato. ARTIGO N. 69 § 5** – Este balancete será examinado pelo **Conselho Fiscal na forma do disposto no artigo 85. ARTIGO N. 85** – Logo que a Junta Administrativa estiver de posse do balanço e das demais peças referidas no artigo antecedente, o provedor as encaminhará formalmente ao **Conselho Fiscal a quem compete examiná-las e emitir parecer por escrito sobre as mesmas para suporte à decisão da Assembléia Geral convocada para apreciação das contas da Junta Administrativa. ARTIGO N. 120** – Extinguindo-se a IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE, os bens que compõem o seu patrimônio serão destinados a uma entidade congênere, porventura existentes na cidade do Recife e registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) ou outro órgão oficial que o substitua, conforme determinação da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Olinda e Recife. Inexistindo, na cidade do Recife, tal entidade congênere, os mesmos bens serão confiados à guarda da referida Cúria, até à criação e registro da mencionada entidade no CNAS ou órgão que o substitua. Dado e passado na Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Olinda e Recife, aos 16 de maio de 1994; (Seta do 5º Tabelionato - Bel. Amaldo Maciel – R. Siqueira Campos, 94/100 – Fone:2247438 – Recife PE) assina - José Cardoso Sobrinho – Dom José Cardoso Sobrinho – Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife; (Seta do 5º Tabelionato – Bel. Amaldo Maciel – R. Siqueira Campos, 94/100 – Fone:2247438 – Recife PE) assina – Mons. Miguel Ângelo de Oliveira Cavalcanti – Mons. Miguel Ângelo de Oliveira Cavalcanti – Notarius ad hoc; (Carimbo) Cúria Metropolitana – Olinda e

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

1º RTD
RECIFE - PE.
1º REGISTRO DE TÍTULOS
E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL
DE PESSOAS JURÍDICAS
OFICIAL Mabel de Holanda Caldas
Av. Dantas Barreto, 150 - Lj 04 - Santo Antonio - Recife - PE - CEP 50010-360
Fone: (81) 3424.2449 / Fax: 3224.4366
Homepage: www.1rtdrecife.com.br / e-mail: 1rtdpj@uolnet.com.br

Recife; (Carimbo do 5º Tabellonato - Bel Arnaldo Maciel – R. Siqueira Campos, 94/100 – Fone:2247438 – Recife PE) – Reconheço a(s) firma(s) José Cardoso Sobrinho e Miguel Ângelo de Oliveira Cavalcanti – Recife, 18 MAI 1994 – Em test° (sinal) da verdade – (assinatura ilegível) Antônio Lyra de Vasconcelos – Escrevente Autorizado. (Assim está no Original). Sendo o que consta até a presente data. O Certificado é verdade e dou fé. Recife 26 de agosto de 2002. A Oficial Mabel de Holanda Caldas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
SELO Autenticidade e Fiscalização
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO
AAX 24534

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Mabel de Holanda Caldas
OFICIAL
João Alberto M. Gouveia Filho
Lúcia Leandro da Silva
Arnaldo Caldas de Gouveia
SUBSTITUTOS
Av. Dantas Barreto, 150 - Térreo - Sala 504 - Santo Antônio
Fone: 224 - Recife - PE

EMOLUMENTOS: R$ 330,00
TX. DE FISC. R$ 60,60

17 FEV. 2012
Selo de Autenticidade
AUTENTICAÇÃO
AZN079578

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

1º RTD
RECIFE - PE.
1º REGISTRO DE TÍTULOS
E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL
DE PESSOAS JURÍDICAS
OFICIAL Mabel de Holanda Caldas
Av. Dantas Barreto, 180 - Lj 04 - Santo Antônio - Recife/PE
Fone: (81) 3424.2449 / Fax: 3224.
Homepage: www.1rtdrecife.com.br / e-mail: 1rtdpj

17 FEV. 2012

CERTIDÃO

AZM079579

CERTIFICO

A requerimento da parte interessada que, neste Cartório de 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca do Recife, consta Registro e Inscrição de Sociedade Civil denominada: "**Irmandade da Santa Casa da Misericórdia do Recife**", com seu **Estatuto Social** Protocolado sob o nº de ordem 8158 e Registrado no Livro A-1, sob o nº 219, em data de 22 de novembro de 1926. Havendo ainda, quanto ao registro, as seguintes averbações: **Alteração Estatutária,** Protocolada sob o nº de ordem 65302, Registrada e Averbada no Livro A-17, sob o nº 1285, em data de 11 de outubro de 1967, com matéria publicada no Diário Oficial de 03 de outubro de 1967; **Alteração Estatutária**, Protocolada, Registrada e Averbada em microfilme sob o nº de ordem 201434, em data de 26 de maio de 1994, com matéria publicada no Diário Oficial de 17 de maio de 1994; **Alteração Estatutária,** Protocolada, Registrada e Averbada em microfilme sob o nº de ordem 201435, em data de 26 de maio de 1994, com matéria publicada no Diário Oficial de 17 de maio de 1994; **Alteração Estatutária**, Protocolada, Registrada e Averbada em microfilme sob o nº de ordem 613165, em data de 11 de março de 2003, com matéria publicada no Diário Oficial de 01 de março de 2003. Sendo o seu teor o seguinte: (Símbolo) – ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE – CÚRIA METROPOLINA – RECIFE - PERNAMBUCO – Alteração Estatutária – IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE – Decreto: – O Arcebispo Metropolitano da Arquidiocese de Olinda e Recife, Dom José Cardoso Sobrinho, considerando a necessidade inarredável de introduzir algumas modificações nos Estatutos (denominados "Compromisso") da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Recife, a fim de poder renovar o registro da mesma Irmandade, no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, de acordo com as novas exigências legais, acolhendo as propostas apresentadas pelo Comissário ao qual está confiada, atualmente, a direção da referida Irmandade, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo cânon 314 do Código de Direito Canônico, e pelo disposto no art. 1º do seu Estatuto, pelo presente ato determina e aprova a introdução de algumas modificações nos artigos abaixo relacionados, dos mencionados Estatutos ("Compromisso"), cujo novo teor será o seguinte: Art. 88: **Todas as receitas, rendas, rendimentos ou eventual resultado operacional da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Recife serão integralmente aplicados nos seus estabelecimentos, no território nacional, na manutenção e no desenvolvimento dos seus objetivos institucionais.** Art. 120: **Extinguindo-se a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Recife, os bens que compõem o seu patrimônio serão destinados a uma entidade congênere, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, ou a entidade pública.** A presente alteração estatutária entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Pernambuco. Dado e passado na Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Olinda e Recife, aos 25 de fevereiro de 2003. Publique-se, registre-se e cumpra-se – **Recife (PE), 25 de fevereiro de 2003.** – (Seta do 5º Ofício de Notas de Recife/PE) – (assina) José Cardoso

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

1º RTD RECIFE - PE.
1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
OFICIAL: Mabel de Hollanda Caldas
Av. Dantas Barreto, 560 - Lj 04 - Santo Antônio - Recife - PE - CEP 50010-360
Fone: (81) 3424.2449 / Fax: 3224.4388
Homepage: www.1rtdrecife.com.br / e-mail: 1rtdpj@nlinx.com.br

Sobrinho – **Dom José Cardoso Sobrinho** – Arcebispo Metropolitano da Arquidiocese de Olinda e Recife – C.I. Nº: 1.031.119 – SSP/PE – C.P.F. Nº 400.362.270-68 – (Assinatura ilegível) – **Monsenhor Moacyr da Costa Pinto** – Vigário Geral da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Olinda e Recife – C.I. Nº: 320.237 – SSP/PE – C.P.F. Nº: 002.264.324-91 – (Carimbo do 5º Ofício de Notas de Recife/PE) – RECONHEÇO a (s) firma (s) infra assinada (s) de: JOSE CARDOSO SOBRINHO.. – MOACYR DA COSTA PINTO.. – p/ sem. dou fé. Em testemunho (sinal) da verdade. RECIFE, 27 de Fevereiro de 2003 – Assinatura ilegível – ANDERSON CHRYSTIAN SOARES DE LIMA – Escrevente Autorizado – PALÁCIO DA VÁRZEA – AVENIDA AFONSO OLINDENSE, 1764 – Várzea – CEP 50.810-000 – RECIFE - PE – C.G.C. (M.F.) Nº 09.756.859/0001-08 – TELEFONE: (081) 271-4270 – FAX: (081) 271-1617. O certificado é verdade e dou fé. Recife, 11 de março de 2003. A Oficial Mabel de Hollanda Caldas.

Recife 11 de março de 2003

EMOLUMENTOS: R$ 26,38
IV. DE FISC R$ 5,36

AAX 24833

VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO.

AZN079580
17 FEV. 2012

4º Serviço Notarial
06 DEZ. 2007
AXS014286

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE

083475

ESTATUTO DA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE – CAPÍTULO PRIMEIRO - DA NATUREZA FINALIDADE E PADROEIRA DA IRMANDADE - Art. 1º - A **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE**, neste Estatuto, denominada simplesmente **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA** instituída sob esta denominação na Igreja de Nossa Senhora do Paraíso e instalada na cidade do Recife, em virtude da lei n. 450 de 12 de junho de 1858, à qual foi incorporada a antiga **MISERICÓRDIA DE OLINDA** em data de 6 de agosto de 1860 — é uma **ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA PÚBLICA DE FIÉIS DA IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA**, regida pelas normas do Direito Canônico, por este **ESTATUTO** e pelo Decreto 7.107/2010, e submetida à autoridade eclesiástica da Arquidiocese de Olinda e Recife, com sede na Av. Cruz Cabugá, 1563 — Bairro de Santo Amaro — Recife-PE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.869.782/0001-53 com prazo de duração indeterminado. **Parágrafo Único** - A mesma **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA**é simultaneamente uma organização civil com fins assistenciais, cujo Estatuto original ("Compromisso") aprovado pelo Bispo de Olinda a 22 de outubro de 1892, está registrado no 1º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Recife, sob o nº 0219, Livro A, nº 01, às fls. 158, a 22 de novembro de 1926. **Art. 2º**- Como consta no dístico do seu brasão ('BEATI MISERICORDES") e em sua denominação oficial, a finalidade da **Santa Casa de Misericórdia**é "a prática de obras pias e de MISERICÓRDIA em favor dos pobres e enfermos desvalidos", prática inspirada nas palavras do Senhor Jesus: "BEM AVENTURADOS OS MISERICORDIOSOS PORQUE ALCANÇARÃO MISERICÓRDIA" (Mt 5,7). Para fiel consecução desta nobilíssima finalidade estão destinados todos os bens da **Santa Casa de Misericórdia** e todas as atividades e contribuições dos seus membros e demais benfeitores.**§1.º** Como organização religiosa civil, a **Santa Casade Misericórdia** exerce suas atividades filantrópicas e caritativas nas áreas da **saúde**, **educação** e **assistência social**, em benefício das populações carentes, sem nenhuma finalidade lucrativa, em consonância com o que dispõe o Código Tributário Nacional, art. 14, a lei 12.101/2009, a Lei 8.742/1993 (LOAS) e a Lei 10.741/2003, sendo a sua atividade preponderante na área da saúde, obedecendo, para tanto, ao princípio da universalidade do atendimento, utilizando como base de seus projetos as políticas de humanização, sendo certo que as suas atividades não são para atender exclusivamente seus associados ou a categoria profissional determinada. Exerce, portanto, atividades nas áreas da saúde, educação e assistencia social e atividades mercantis. Não remunera seus diretores, não distribui lucros, vantagens ou bonificações a dirigentes, associados ou mantenedores sob nenhuma forma ou a qualquer título; aplica integralmente no território nacional as suas rendas e receitas, destinando tudo à manutenção e ao desenvolvimento de seus objetivos institucionais, mantendo de tudo escrituração regular através de atos revestidos das formalidades legais capazes de assegurar a sua exatidão, publicando balanços anuais devidamente auditados por auditores independentes. **§2.º** Os recursos para a manutenção da **Santa Casade Misericórdia**, serão oriundos de: **a)** contribuições dos componentes da Santa

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

883975

SANTA CASA

Casa de Misericórdia; **b)** doações; **c)** convênios; **d)** receita imobiliária;**e)** subvenções, entre outros.**§3.º** Os auxílios e subvenções recebidos dos Poderes Públicos serão destinados exclusivamente à manutenção das atividades e serviços que constituem atividade fim da Santa Casade Misericórdia, conforme descrito no parágrafo primeiro deste artigo.**§4.º** O superávit ou déficit somente serão incorporados após aprovação pela assembléia, ou pela autoridade eclesiástica da Arquidiocese de Olinda e Recife enquanto perdurar a intervenção mencionada no art. 76 deste Estatuto.**§5.º** Não serão considerados atos atentatórios a este Estatuto as ações constituídas em atividades mercantis, serviços e outras ações ou atividades não vinculadas às finalidades da **Santa Casade Misericórdia**, as quais poderão ser praticadas com o objetivo de gerar recursos para a sua manutenção e/ou manter os seus objetivos.**§6.º**A **Santa Casade Misericórdia**, para melhorar as condições administrativas, e no atendimento as suas finalidades, poderá proceder à transformação, cisão/desmembramento, incorporação, fusão na forma da lei e do Código de Direito Canônico, com prévio consentimento da autoridade eclesiástica da Arquidiocese de Olinda e Recife. **Art. 3º** - A Padroeira da **Santa Casade Misericórdia** é a Santíssima Virgem Maria, invocada sob o título de Nossa Senhora do Paraíso, tendo a festa litúrgica celebrada cada ano, no dia 15 de agosto. **CAPITULO SEGUNDO** - **DOS COMPONENTES DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA – (Irmãos – Associados – Benfeitores)** - **Irmãos**— **Art. 4º** - A Irmandade da Santa Casade Misericórdiaé constituída primeiramente por um colégio de quinze irmãos, os quais, movidos unicamente por elevados ideais religiosos e cristãos e desejando praticar efetivamente o preceito evangélico do amor fraterno (cf Jo 15,12), se comprometem oficialmente a contribuir com seus bens materiais e com seu trabalho pessoal para a manutenção e incremento das obras da mesma Irmandade. **Art. 5º** - Para ser admitido como Irmão da Santa Casade Misericórdia, requer-se que o candidato: **1.** Seja fiel *praticante da Religião Católica Apostólica Romana e não pertença a sociedades secretas que maquinam* contra a Igreja ou que foram por ela condenadas ou que defendam princípios doutrinais incompatíveis com a doutrina católica. **2.** Seja maior de idade. **3.** Goze de boa reputação na sociedade. **Art. 6º** - Ao solicitar a admissão, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos. **1.** Requerimento pessoal solicitando ser admitido como **IRMÃO** da **Santa Casa de Misericórdia** e expondo os motivos religiosos que o levam a tal decisão. **2.** Certidão de registro civil. 3.Certidão de batismo na Igreja Católica Apostólica Romana. 4. Certidão de casamento na Igreja Católica Apostólica Romana (tratando-se de pessoa casada). **5.** Atestado de prática fiel da Religião Católica, fornecido pelo próprio pároco. **6.** Declaração escrita — assinada pelo interessado e por duas testemunhas, com firmas reconhecidas — de que: **a)** assume o compromisso de cumprir fielmente o Estatuto da **Santa Casa do Misericórdia**, especificamente no que se refere ao Art 14 e de que jamais exigirá remuneração por serviços prestados à**Santa Casa de Misericórdia** ou reivindicará direitos trabalhistas. **b)** assume, igualmente, o compromisso de contribuir anualmente, em benefício da **Santa Casa de Misericórdia**, com a oferta de ao menos 5% (cinco por cento) da renda bruta do seu patrimônio, conforme dispõe o art. 15. **Art. 7º** - Não serão admitidos como sócio da **Santa Casade Misericórdia**: **1.** Os privados legalmente da administração de seus bens. **2.** Os que tenham sido acusados de qualquer

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

SANTA CASA

883975

crime perante um tribunal civil, ou eclesiástico. **3.** Os devedores à **Santa Casade Misericórdiae** seus fiadores. **4.** Os que tenham quaisquer contratos ou pleitos com a **Santa Casa deMisericórdia**. **Art. 8º** - Compete à DIRETORIA examinar se os documentos apresentados comprovam a existência dos requisitos estabelecidos nos arts. 5 e 6, e decidir, com votação secreta e individual, a admissão do candidato. **§1.º** Se a votação for favorável à admissão, toda a documentação apresentada pelo candidato, juntamente com a ata da reunião da DIRETORIA, seja enviada a autoridade eclesiástica da Arquidiocese de Olinda e Recife, à qual compete o direito de confirmar a admissão do Irmão. Depois de recebida a confirmação da mesma, proceder-se-á ao rito deadmissão o qual será realizado na capela da Irmandade (ou noutra igreja), sob a presidência do capelão ou de um sacerdote substituto e com a presença da DIRETORIA e dos demais Irmãos. Nesta ocasião, o novo Irmão com a mão sobre a Bíblia, emitirá um juramento comprometendo-se a cumprir o Estatuto da **Santa Casa de Misericórdia**. **§2.º** O Secretário registrará o evento no livro de atas que será assinado portodos os presentes à cerimônia. **Associados** — **Art. 9º** - Além dos Irmãos, outros fiéis católicos, que possuirem os requisitos estabelecidos no art. 5.º e desejarem, de acordo com as prescrições do art. 15, contribuir financeiramente para as finalidades da **Santa Casa de Misericórdia**, poderão ser admitidos como SÓCIOS. **§1.º** O candidato a associado deverá apresentar os mesmos documentos mencionado no art. 6, n. 1 a 6. **§2.º** A admissão do associado será decidida pela DIRETORIA em votação secreta. Se a votacãofor favorável, far-se-á o registro no livro de atas e entregar-se-á ao interessado o respectivo diploma. **§3.º**Os associados poderão passar à categoria de Irmãos sempre que se verificar alguma vaga no colegiado e observando-se as prescrições dos artigos 5-8. **§4.º** Os associados têm o direito, em sufrágio por sua alma, a celebração de uma Santa Missa no sétimo e no trigésimo dia após seu falecimento, bem como, a opinar nas deliberações da assembléia. **§5.º** Os associados têm a responsabilidade de contribuir para a **Santa Casa de Misericórdia**, na conformidade do disposto no art. 15, não respondendo pelas obrigações sociais da **Santa Casa de Misericórdia**. **Benfeitores** — **Art.10** - Qualquer pessoa capaz de dispor dos próprios bens poderá contribuir para as finalidades da **Santa CasaMisericórdia**fazendo-lhe doações de qualquer natureza. Compete à Diretoria aceitar tais doações, cumprindo os requisitos legais, e decidir se a tal pessoa poderá ser concedido oficialmente o título de BENFEITOR DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA. **Art. 11** - O que se estabelece neste Estatuto sobre os componentes da **Santa Casa de Misericórdia** vale igualmente para as mulheres, podendo também elas ser admitidas como Irmãs, Associadas ou Benfeitoras. **CAPITULO TERCEIRO – DOS DIREITOS E DEVERES DOS IRMÃOS** — **Art. 12** - Os IRMÃOS DA SANTA CASADE MISERICÓRDIA integram a ASSEMBLÉIA GERAL, usufruindo, por conseguinte, de todas as suas atribuições, de acordo com o art. 24. **Art. 13** - Em sufrágio por cada Irmão, a Diretoria providenciará a celebração de uma Santa Missa no sétimo e no trigésimo dia após o seu falecimento. Os demais Irmãos serão convidados a participar dessas Santas Missas e a oferecer outros atos de sufrágio pelo repouso eterno do falecido. **Art. 14** - Todos os Irmãos estão obrigados a observar este Estatuto, a participar nas assembléias legitimamente convocadas e nas celebrações litúrgicas promovidas pela Diretoria. **Art. 15** - A partir do

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

SANTA CASA

883975

momento de sua admissão, cada Irmão está obrigado a contribuir anualmente para as finalidades da **Santa Casade Misericórdia** com uma quantia equivalente ao menos a cinco por cento (5%) da renda bruta de todos os seus bens. A contribuição deverá ser entregue no final de cada ano ao setor financeiro da **Santa Casa Misericórdia**, que emitirá o recibo correspondente ao valor da doação realizada. Deixa-se à generosidade de cada Irmão, conforme o que lhe inspirar sua fé nas infalíveis promessas do Evangelho de Jesus Cristo (Mt 6, 19-21; Lc 12, 13-21), a decisão de oferecer uma maior contribuição ou de fazer outras doações à **Santa Casa de Misericórdia**. **CAPÍTULO QUARTO— DA DEMISSÃO DOS IRMÃOS — Art.16** - Os Irmãos poderão livre e espontaneamente sair da Irmandade da **Santa CasaMisericórdia**. Para isso, é suficiente comunicar sua decisão ao Provedor ou à autoridade eclesiástica da Arquidiocese de Olinda e Recife. Esta comunicação deverá ser feita por escrito ou, se oralmente, diante de duas testemunhas; não requer aceitação e produz efeito imediato. **Art. 17** - Estará IPSO FACTO demitido da **Santa Casa de Misericórdia** o Irmão que: **1.** Abandonar a Religião Católica Apóstolica Romana, aderindo a outra Religião ou seita. **2**. Cometerqualquer delito punível de acordo com as vigentes normas canônicas da Igreja ou com o Código Penal do Brasil. **Parágrafo Único** — Nestes casos, é suficiente que a autoridade eclesiástica da Arquidiocese de Olinda e Recife emita uma declaração do fato e declare que o Irmão está legitimamente demitido. **Art. 18** - O descumprimento de qualquer artigo deste Estatuto, especialmente dos artigos 14 e 15, é causa suficiente para a demissão dos Irmãos. Neste caso, o Provedor advertirá por escrito o Irmão, indicando exatamente qual a falta cometida e exortando-o a corrigir-se. Se, passados noventa dias, o Irmão permanecer inadimplente, o caso será submetido à Diretoria, a qual, por votação secreta, decidirá sobre a demissão. A decisão da Diretoria só produzirá efeito depois de confirmada pela autoridade eclesiástica da Arquidiocese de Olinda e Recife. **Art. 19** - Em casos especiais, sobretudo tratando-se de Irmão que proceder de qualquer modo contra os interesses da **Santa Casa de Misericórdia**, a autoridade eclesiástica da Arquidiocese de Olinda e Recife poderá decretar diretamente a demissão. **Art. 20** - Ao desvincular-se da Irmandade da **Santa Casa de Misericórdia**, seja por vontade própria, seja por expulsão ou por ato da autoridade eclesiástica, o Irmão perde automaticamente qualquer ofício ou cargo que porventura esteja exercendo na mesma Irmandade e não tem direito à restituição das contribuições já entregues à **Santa CasaMisericórdia**, de acordo com o art. 15, ou à remuneração por serviços prestados ou a quaisquer indenizações, sob qualquer título. **Art. 21** - A saída de qualquer irmão será imediatamente registrada no livro oficial de inscrição da Irmandade. **Art. 22** - A **ASSEMBLÉIA GERAL** é constituída por todos os Irmãos da **Santa Casa de Misericórdia**,que tenham sido legitimamente admitidos, de acordo com as normas dos arts. 5-8, e permaneçam em pleno gozo de seus direitos. **Parágrafo Único** — A Presidência da Assembléia Geral compete à autoridade eclesiástica da Arquidiocese de Olinda e Recife, por si ou por meio de um delegado. **Art. 23** - As sessões ordinárias da Assembléia Geral realizar-se-ão anualmente, no mês de maio, conforme estabelecido no ato de convocação. **§1.º** Havendo motivos suficientes, poderão ser realizadas, em qualquer época, sessões extraordinárias da Assembléia Geral, por decisão unânime de todos os

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

SANTA CASA

883975

membros da Diretoria ou por solicitação de ao menos dois terços dosirmãos com a aprovação da autoridade eclesiástica da Arquidiocese de Olinda e Recife. **§2.**ºAs atas da Assembléia devem ser conservadas em arquivo, organizadas em ordem cronológica e devem ser periodicamente agrupadas e encadernadas, constituindo um livro de atas.**§3.º** Não sendo convocada a Assembéia Geral na forma prevista no caput deste artigo, esta poderá ser convocada pela autoridade eclesiástica da Arquidiocese de Olinda e Recife. **Art. 24** - Compete à Assembléia Geral: **1**. Eleger, em eleições individuais e distintas, de acordo com o art. 32, o Provedor, o Vice-Provedor e demais membros da Diretoria; **2**. Sugerir modificações, supressões, acréscimos ou qualquer outra alteração às normas deste Estatuto, as quais, porém, só terão valor se forem posteriormente aprovadas pela autoridade eclesiástica da Arquidiocese de Olinda e Recife. **3**. Examinar a situação patrimonial e administrativa da **Santa Casade Misericórdia** e emanar diretrizes para a administração do ano seguinte. **Art. 25** - Compete ao Provedor, com a anuência prévia da autoridade eclesiástica da Arquidiocese de Olinda e Recife, o direito-dever de convocar as sessões da Assembléia Geral, com ao menos um 15 (quinze) dias de antecedência. O documento de convocação no qual deve constar a indicação do local, do dia e da hora de abertura da Assembléia, deve ser enviado a cada um dos Irmãos no endereço constante do livro de registro, sendo o irmão considerado ciente mesmo que a convocação seja recebida por outra pessoa, competindo a ele informar eventual mudança de domicílio. A convocação também terá plena validade se for publicada em jornal de grande circulação na cidade sede da Irmandade. Se o Provedor, por qualquer motivo, não cumprir este dever no prazo estabelecido, o direito de convocação é devolvido à mesma autoridade eclesiástica. **Art. 26** - Para que a Assembléia Geral possa, válida e legitimamente, funcionar, requer-se, na primeira convocação, a presença de ao menos dois terços dos irmãos. **§1.º** Não havendo quorum no dia estabelecido para a primeira convocação, depois de decorridos uma hora, este fato será registrado no livro de Atas e assinado pelos Irmãos presentes. O Provedor fará então imediatamente uma segunda convocação, determinando outro dia para o início da Assembléia, depois de um prazo de 15 dias e observando o estabelecido no art 25. **§2.º** Nesta segunda convocação, será suficiente um terço dos irmãos. Não Se verificando tal quorum, o fato será igualmente registrado no livro de Atas, com a assinatura dos Irmãos presentes. Nestas circunstancias, fica devolvido à autoridade eclesiástica da Arquidiocese de Olinda e Recife o direito de nomear diretamente os que deveriam ser eleitos naquela Assembléia e decidir sobre os demais assuntos em pauta. **Art. 27** - As sessões da Assembléia Geral poderão prolongar-se por mais de um dia, se assim o exigirem os temas a serem tratados. **Parágrafo Único** - Compete ao Presidente da Assembléia,com o voto consultivo da Diretoria,determinar a ordem dos trabalhos e a duração da reunião. **Art. 28** - Se o julgar oportuno, o Presidente poderá convidar um ou mais secretários, os quais, sem ter direito a voz ou a voto, poderão assessorar os trabalhos da Assembléia. **Art. 29** - O Provedor do triênio apresentará à Assembléia Geral um relatório escrito sobre a situação geral da **Santa Casade Misericórdiae** os principais eventos do último ano. **Art. 30** - A Superintendência Executivadeverá apresentar, anualmente,a Assembléia Geral ou, na ausência desta, a autoridade eclesiástica da Arquidiocese de Olinda e

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

SANTA CASA

883975

Recife, um relatório detalhado e documentado sobre a situação patrimonial e a administração financeira da **Santa CasaMisericórdia**. **Parágrafo Unico** - A Assembléia Geral submeterá o relatório ao Conselho Fiscal que o examinará e posteriormente emitirá seu parecerno plenário. Será então permitido um diálogo ou debate sobre a matéria, o qual concluir-se-á com um voto da assembléia para aprovação ou não do mesmo relatório. **Art. 31** - Nas eleições e demais deliberações da Assembléia Geral, só terão direito a voto ativo os irmãos presentes, ficando proibida a votação por procuração ou por carta. Os irmãos ausentes poderão ser votados. **Art. 32** - Salvaguardando-se o estabelecido no art. 35, em todas as eleições e demais deliberações da Assembléia Geral serão observadas as normas do Direito Canônico. **Art. 33** - As votações serão sempre secretas e será considerada aprovada a matéria que obtiver 2/3 (dois terços) dos votos válidos. **Eleição da Diretoria** - **Art. 34** - O Provedor, o vice-provedor e demais membros da Diretoria serão eleitos para um triênio, expirado o qual, poderão ser reeleitos para um segundo triênio consecutivos; não, porém, para um terceiro. **Art. 35** - Considerar-se-á eleito para o cargo de Provedor o Irmão que obtiver dois terços dos votos da Assembléia. Depois de três escrutínios ineficazes, considerar-se-á eleito, no quarto ou no quinto escrutínio, o Irmão que obtiver a maioria absoluta dos votos. **Parágrafo Único** - Se, no quinto escrutínio, nenhum obtiver a maioria absoluta dos votos, o direito de nomear livremente o Provedor é devolvido automaticamente à autoridade eclesiástica da Arquidiocese de Olinda e Recife. **Art. 36** - Todos os atos e deliberações da Assembléia Geral serão cuidadosamente registrados no livro de atas e assinadospor todos os participantes, mas só terão valor depois de confirmados pela autoridade eclesiástica da Arquidiocese de Olinda e Recife. **Art. 37** - Uma vez recebida a confirmação da autoridade eclesiástica da Arquidiocese de Olinda e Recife, proceder-se-á à cerimônia da posse do novo Provedor, vice-provedor e demais membros da nova Diretoria. **Parágrafo Único** - O Provedor e outros oficiais do triênio anterior permanecerão no exercício de suas funções até o momento da posse dos novos eleitos. **CAPÍTULO QUINTO — DA DIRETORIA — Art. 38** - **A DIRETORIA DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA** é constituída pelo Provedor, que a preside, pelo vice-provedor e por três Diretores sendo um para a área patrimonial, um para a área financeira e um para a área hospitalar, educacional e de assistência social — todos eleitos de acordo com os arts. 31-35. **§1.º** Somente os Irmãos da **Santa Casa de Misericórdia** poderão ser eleitos para a Diretoria. **§2.º** Compete ao Diretor Patrimonial supervisionar os atos da Superintendência no que diz respeito à administração dos bens e serviços que constituem o patrimônio da **Santa Casa de Misericórdia**. **§3.º**Compete ao Diretor Financeiro supervisionar os atos da Superintendênciano que diz respeito à gestão financeira dos bens e serviços da **Santa Casade Misericórdia**. **§4.º** Compete ao Diretor Hospitalar, Educacional e de Assistência Social supervisionar os atos da Superintendência no que diz respeito à administração dos hospitais e das unidades educacionais da Santa Casa de Misericordia. **Art. 39** - Compete à Diretoria: **1.** Reger ordinariamente a **Santa Casa de Misericórdia**, de acordo com as vigentes normas do Direito Canônico e Civil, deste Estatuto e as diretrizes emanadas pelaAssembléia Geral. **2.** Deliberar sobre a admissão ou demissão de Irmãos, a teor dos arts. *5-8 e 18*. **3.** Deliberar sobre a admissão de sócios e a

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

concessão de título de benfeitor, de acordo com os arts. 9 e 10. **4.** Nomear os membros do Conselho Fiscal, conforme o estabelecido no art. 45. **5.** Determinar a remuneração financeira dos membros da Superintendência. **6.** Examinar anualmente os relatórios financeiros da Superintendência e dos administradores das diversas instituições dependentes da **Santa Casa de Misericórdia**, emitindo ou não a sua aprovação.**7.** Deliberar, em nome da **Santa Casa de Misericórdia**, sobre a aquisição ou alienação de bens imóveis, observando as vigentes normas do Direito Canônico, Civil e deste Estatuto, e com o consentimento prévio da autoridade eclesiástica, em conformidade com o art. 60. **8.** Promover, de acordo com a autoridade eclesiástica da Arquidiocese de Olinda e Recife, a celebração litúrgica anual da Padroeira da **Santa Casa de Misericórdia**, como estabelecido no art.3º. **Art. 40** - A Diretoria deve reunir-se ao menos de dois em dois meses, por convocação do Provedor, a fim de tratar dos assuntos de sua competência. **§1.º** No ato de convocação, o Provedor indicará a pauta dos assuntos a serem tratados. Qualquer membro da Diretoria poderá sugerir a inclusão de outros assuntos na pauta. **§2.º** Para a validade da reunião requer-se a presença de ao menos três membros da Diretoria. **§3.º** Cada membro da Diretoria tem o direito de manisfesta seu parecer a respeito dos temas propostos. Depois de suficiente diálogo, far-se-á uma votação e será considerado decisão da Diretoria o que for aprovado pela maioria. **§4.º** De cada reunião da Diretoria deverá ser elaborada uma ata, a qual seráassinada por todos os presentes. **Art. 41** - Se o cargo de algum membro da Diretoria se tornar vacante antes do fim do triênio, compete à autoridade eclesiástica da Arquidiocese de Olinda e Recife nomear outro titular, o qual exercerá o cargo até o fim do mesmo triênio. **CAPITULO SEXTO — DO PROVEDOR E VICE-PROVEDOR — Art. 42** - Para os cargos de Provedor e Vice-Provedor deverão ser eleitos Irmãos que gozem de ótima reputação na sociedade e se distingam por suas virtudes humanas e cristãs, especialmente pelo espírito de caridade. **Art. 43** - Compete ao Provedor: **1.** Supervisionar a administração de todos os estabelecimentos e negócios da **Santa Casa de Misericórdia**, observando e fazendo observar as normas deste Estatuto, as leis eclesiásticas e civis e as diretrizes da Assembléia Geral e da Diretoria. **2.** Nomear secretários e outros funcionários necessários à assessoria da Diretoria. **3.** Dirigir a secretaria geral. **4.** Visitar e inspecionar frequentemente todos os estabelecimentos dependentes da Santa Casa. **5.** Submeter à Diretoria o julgamento da demissão de algum Irmão, de acordo com o art. 18 deste Estatuto. **6.** Convocar as sessões da Assembléia Geral e da Diretoria de acordo com os arts. 25 e 40. **7.** Representar a Santa Casa, ativa e passivamente, nas suas relações com terceiros, emjuízo ou fora dele.**Parágrafo Único** - Sem prejuízo da competência própria, o Provedor delegará à Superintendência os poderes mencionados neste artigo. **Art. 44** - Compete ao Vice-Provedor assessorar habitualmente o Provedor em todas as suas funções e substitui-lo em caso de impedimento. **CAPÍTULO SETIMO — DO CONSELHO FISCAL — Art. 45** - O Conselho Fiscal é constituído por três membros efetivos e três membros suplentes, todos obrigatoriamente Irmãos da **Santa Casa de Misericórdia**. **§1.º** Compete à Diretoria, com a anuência prévia da autoridade eclesiástica, nomear os membros do Conselho Fiscal para um mandato de três anos, expiradoo qual, não poderão ser imediatamente reconduzidos ao mesmo encargo. **§2.º**Os membros do Conselho Fiscal

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

SANTA CASA

escolherão entre si o que atuará como Coordenador, o qual ficará incumbido de receber e expedir correspondências, convocar reuniões do Conselho e lavrar as respectivas atas a serem encaminhadas à Diretoria. **§3.º** O Conselheiro que estiver impedido, por qualquer motivo, de comparecer à reunião convocada, ou impedido, em caráter definitivo, será substituído por um suplente, a ser convocado pela ordem de idade. **Art. 46** - São deveres do Conselho Fiscal: **1.** Emitir parecer sobre as contas da **Santa Casa deMisericórdia**, examinando os registros de contabilidade, podendo, para tanto, consultar qualquer documento pertinente. **2.** Examinar, na Assembléia Geral, o relatório apresentado pela Superintedência Executiva, como estabelecido no art. 30. **3.** Emitir parecer, por solicitação da Diretoria, do Provedor, ou por iniciativa própria sobre quaisquer assuntos relativos à**Santa Casade Misericórdia**, especialmente sobre a situação patrimoniale a administração financeira. **CAPÍTULO OITAVO — DA SUPERINTENDÊNCIA — Art. 47** - A administração direta da **Santa Casade Misericórdia**é confiada à **Superintendência** a qual é composta por um Superintendente Executivo, um Superintendente de Patrimônio e Jurídico, um Superintendente Contábil e um Superintendente de Controladoria. **Art. 48** - Compete à autoridade eclesiástica da Arquidiocese de Olinda e Recife nomear os membros da Superintendência, os quais serão devidamente remunerados, observando-se rigorosamente as leis trabalhistas. **§1.º** A remuneração dos Superintendentes deverá ser determinada pela autoridade eclesiástica da Arquidiocese de Olinda e Recife, levando em consideração a experiência profissional, a dedicação, a abrangência das responsabilidades a serem assumidas, as especializações acadêmicas e o valor praticado no mercado.**§2.º** Os irmãos da **Santa Casa de Misericórdia**não podem ser membros da Superintendência. Também não podem ocupar cargos de superintendentes pessoas que sejam sócias, associadas ou exerçam cargos de diretoria ou gestão em empresas, entidades ou associações com atividades congêneres com as da **Santa Casa de Misericórdia**, remuneradas ou não, a fim de evitar e prevenir eventuais conflitos de interesses ou dúvidas. **Art. 49** - A Superintendência é órgão de representação ativa e passiva da **Santa Casade Misericórdia**, competindo aos seus membros, individualmente, conforme o caso, cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as deliberações do Presidente, praticando todos os atos necessários ou convenientes à gestão da instituição. **Art.50** - Compete à Superintendência, coletivamente, **(I)**apresentar ao Presidente o orçamento anual; **(II)** avaliar e justificar, trimestralmente, o que foi previsto e o que foi realizado; **(III)** propor projetos de investimentos objetivando a expansão e modernização da entidade; **(IV)** submeter ao Presidente o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras acompanhados do parecer dos auditores independentes; **(V)** propor e aprovar, anualmente, o planejamento e provisão orçamentária de operações financeiras e econômicas; **(VI)** aprovar a compra de materiais, equipamentos, bens, obras e serviços; **(VII)** aprovar a celebração de outros contratos, exceto aqueles que se referiam à alienação do patrimônio imobiliário;**(VIII)** - zelar pelo cumprimento das normas de conduta ética da Instituição. **Art.51 - DO SUPERINTENDENTE EXECUTIVO** — Compete ao Superintendente Executivo, com o auxílio dos demais superintendentes, exercer a gestão ordinária da **Santa Casade Misericórdia**, observando com a máxima diligência as normas do Direito Canônico, deste estatuto, bem como as diretrizes e deliberações da autoridade

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

eclesiástica da Arquidiocese de Olinda e Recife, sendo investido de poderes gerais para a administração, podendo praticar, mas não se limitando apenas a estes, os seguintes atos: **1.** Designar os diretores dos Hospitais, Orfanatos, Educandários, Colégios, Instituições de Longa Permanência ou outras instituições eobras sociais vinculadas a**Santa Casa de Misericórdia**. **2.** Examinar e aprovar qualquer contrato a ser realizado entre a **Santa Casa de Misericórdia** e outras entidades e decidir, eventualmente, a rescisão dos mesmos, observando as prescrições dos arts. 58 a 60. **3.** Coordenar as atividades administrativas dos hospitais e outros estabelicimentos da **Santa Casa de Misericórdia**. **4.** Elaborarо orçamento anual, bem como, o relatório semestral, os quais deverão ser submetidos a autoridade eclesiástica da Arquidiocese de Olinda e Recife. **5.** Promover a admissão e demissão de empregados da **Santa Casade Misericórdia**, alteração de sua remuneração, bem como, aplicação das punições cabíveis em caso de faltas disciplinares. **6.** Abrir e movimentar contas bancárias, conjuntamente com outro superintendente, bem como realizar aplicações financeiras no mercado de capitais, com vistas à produção de rendas e atualização monetária sempre que houver disponibilidade, sem prejuízo do atendimento às necessidades administrativas da **Santa Casade Misericórdia**. **7.** Organizar os serviços internos da Santa Casa e de seus estabelecimentos, editando os regulamentos necessários. **8.** Inventariar os bens da **Santa Casa de Misericórdia**. **9.** Promover a aquisição de equipamentos, materiais e execução de serviços, para atender as necessidades operacionais da entidade. **10.** Ordenar e conservar diligentemente os livros de contabilidade e todos os documentospertinentes aos bens e aos funcionários da **Santa Casade Misericórdia**. **11.** Apresentar regularmente relatório anual a autoridade eclesiásticada Arquidiocese de Olinda e Recife sobre as suas atividades e de seus estabelecimentos, conforme art. 30. **12.** Supervisionar a administração de todos os estabelecimentos da **Santa Casade Misericórdia**, observando e fazendo observar as normas deste Estatuto, as leis eclesiásticas e civis.**13.** Nomear funcionários necessários para a administração geral da **Santa Casa de Misericórdia**e de seus estabelecimentos, e determinar suas respectivas remunerações, tomando como base os salários praticados no mercado.**14.** Celebrar termo de adesão se for conveniente, para eventuais serviços voluntários, na forma da Lei 9.608/1998, observando-se o Decreto 7.107/2010, devendo o seu controle ser realizado pelo setor de recursos humanos. **15.** Representar a instituição na forma prevista no presente Estatuto. **16.** Executar outras atividades que lhe sejam determinadas pelo Presidente. **17.** Assinar em conjunto com outro superintendente os documentos e atos que reclamem a assinatura de dois superintendentes. **Art.52** - **DO SUPERINTENDÊNTE DE PATRIMÔNIO E JURÍDICO** — Compete ao Superintendente de Patrimônio e Jurídico, em consonância com o Superintendente Executivo, praticar, mas não se limitando apenas a estes, os seguintes atos: **1.** Administrar os bens e serviços que constituem o patrimônio da **Santa Casa de Misericórdia** e de seus estabelecimentos. **2.** Promover a reivindicação, pelos meios competentes, de todos os bens patrimoniais da **Santa Casade Misericórdia**, e de suas rendas. **3.** Analisar e autorizar juntamente com o Superintendênte Executivo as necessidades de execução dereformas e melhoramentos nos imóveis de propriedade da **Santa Casa de Misericórdia**. **4.** Firmar contrato de locação de

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

imóveis de propriedade da **Santa Casa de Misericórdia**, ou de imóveis sob a administração desta, bem como contratos de prestação de serviços rotineiros, inclusive com empresas de avaliação imobiliária e administração de imóveis. **5.** Fiscalizaro cumprimento dos contratos firmados entre a **Santa Casa de Misericórdiae** terceiros. **6.** Representar a instituição em juízo, ou em processos administrativos. **7.** Nomear procuradores e advogados em conjunto com outro Superintendente. **8** Designar preposto. **9.** Estabelecer diretrizes e supervisionar as atividades da instituição na área jurídica em geral. **10.** Delegar, se for o caso, competência aos demais superintendentes para a prática de atos específicos da sua superintendência. **11.** Representar a instituição na forma prevista no presente Estatuto. **12.** Executar outras atividades que lhe sejam determinadas pelo Presidente. **13.** Assinar em conjunto com outro Superintendente os documentos e atos que reclamem a assinatura de dois Superintendentes. **14.** Auxiliar o Superintendente Executivo sempre que necessário. **Art.53** – **SUPERINTENDENTE CONTÁBIL** — Compete ao Superintendente Contábil, em consonância com o Superintendente Executivo, praticar, mas não se limitando apenas a estes, os seguintes atos: **1.** Planejar, organizar e supervisionar o setor de contabilidade visando assegurar que todos os relatórios e registros sejam elaborados e realizados de acordo com os princípios e normas contábeis e financeiras, além das normas estabelecidas pela empresa, obedecendo os prazos. **2.** Otimizar e aperfeiçoar as atividades da contabilidade. **3.** Supervisionar a elaboração contábil e gerencial, assegurando que os mesmos reflitam corretamente a situação econômico-financeira da entidade. **4.** Analisar as informações contábeis e elaborar relatórios contendo informações, explicações e interpretações dos resultados e mutações ocorridos no período, gerenciar o processo e elaborar os documentos necessários ao cumprimento das obrigações. **5.** Delegar, se for o caso, competência aos demais superintendentes para a prática de atos específicos. **6.** Executar outras atividades que lhe sejam determinadas pelo Presidente. **7.** Assinar, em conjunto com outro Superintendente, os documentos e atos que reclamem a assinatura de dois Superintendentes. **8.** Auxiliar o Superintendente Executivo sempre que necessário. **Art.54**- **DO SUPERINTENDENTE DE CONTROLADORIA** — Compete ao Superintendente de Controladoria, em consonância o Superintendente Executivo praticar, mas não se limitando apenas a estes, os seguintes atos: **1.** Extrair e consolidar informações relevantes, fidedignas e tempestivas, gerando relatórios para auxiliar a tomada de decisões dos superintendentes de cada área, bem como do Presidente. **2.** Identificar pontos deficientes ou que podem ser melhorados para contribuir no incremento da receita da instituição, monitorando exposições ao risco. **3.** Executar outras atividades que lhe sejam determinadas pelo Presidente. **4.** Assinar em conjunto com outro Superintendente os documentos e atos que reclamem a assinatura de dois Superintendentes. **5.** Auxiliar o Superintendente Executivo sempre que necessário. **Art. 55** – A Superintendência atuará, nos limites da sua competência, sob a supervisão da autoridade eclesiástica da Arquidiocese de Olinda e Recifeenquanto perdurar a intervenção mencionada no art. 82 deste Estatuto. **Art. 56** - Os membros da Superintendência somentepoderão ser removidos de seus respectivos cargos pela autoridade eclesiástica da Arquidiocese de Olinda e Recife. **CAPÍTULO NONO** — **DA**

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

SANTA CASA

883975

NOMEAÇÃO E COMPETÊNCIA DA SUPERINTENDÊNCIA — **Art. 57** - Os membros da Superintendência e seus respectivos cargos submetem-se a supervisão e orientação da autoridade eclesiástica da Arquidiocese de Olinda e Recife. **Art. 58** - Compete à Superintendência exercer suas atividades, conforme o disposto no art. 49, observando, com a máxima diligência, as normas do Direito Canônico e Civil, deste Estatuto, como também as diretrizes e deliberações da autoridade eclesiástica da Arquidiocese de Olinda e Recife. **Parágrafo Único** - Mediante delegação de poderes, recebida da autoridade eclesiastica da Arquidiocese de Olinda e Recife, os membros da Superintendência poderão exercer as funções previstas no art. 43. **Art. 59** - Os atos de aquisição e alienação ou permutas de imóveis, bem como, a tomada de emprestimos, se incluem na Competência da Superintendência. **Parágrafo Único** – A aquisição, alienação ou permuta de imóveis, bem como a tomada de emprestimos dependerão de prévia anuência da autoridade eclesiástica da Arquidiocese de Olinda e Recife. **Art. 60** - Os membros da Superintendência poderão ser destituidos dos respectivos cargos por ato da autoridade eclesiática da Arquidiocese de Olinda e Recife, se for comprovado que houve cometimento de falta grave no exercicio do cargo ou que agiram, de qualquer modo, contra os interesses da Santa Casa. **CAPÍTULO DÉCIMO—DA SECRETARIA GERAL** – **Art. 61** - A equipe da Secretaria Geral – nomeada pelo Provedor de acordo com o art. 43 n.2 – compete a função de Assessorar permanentemente o Provedor de acordo com as orientações do mesmo. **Parágrafo Único** – Os mesmos componentes da Secretaria Geral poderão ser convocados para assessorar as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral. **CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE GESTÕES DELEGADAS** - **Art. 62**- O conselho de Administração de Gestões Delegadas se constitui órgão deliberativo e controlador, com poderes para planejar, orientar e fazer executar, exclusivamente, os planos e programas de trabalhos, cujas atribuições são especificas para as questões que dizem respeito às Unidades Públicas de Saúde sob gestão da **Santa Casa de Misericórdia**, delegadas por força de contratos de gestão ou convênios, firmados com a Administração Pública, sem prejuizo das demais disposições contidas no presente Estatuto. **Parágrafo Único** – As decisões do Conselho de Administração de Gestões Delegadas serão tomadas por maioria dos votos dos membros presentes às reuniões, cabendo ao seu Presidente, o voto de desempate, quando necessário. **Art. 63**- O Conselho Administrativo de Gestões Delegadas será constituido de 10 (dez) membros, sendo 7 (sete) natos e 3 (três) eleitos. **§1.º** Os membros natos do Conselho Administrativo de Gestões Delegadas serão: **I** – três representantes do Poder Público, a saber: um representante da Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco, o Diretor Presidente da FACEPE – Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco e um representante da Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco; **II** – dois representantes da Arquidiocese de Olinda e Recife, e dois representantes da Santa Casa de Misericórdia do Recife; **§2.º** Os outros três membros do Conselho de Administração de Gestões Delegadas serão eleitos pelos demais integrantes do Conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, com mandato de 4 (quatro) anos, admitida uma recondução, sendo que o primeiro mandato de dois desses conselheiros, a serem designados no ato de sua eleição, terá

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

SANTA CASA

883975

duração de apenas 2 (dois) anos. **§3.º** Em caso de vacância por renúncia, incapacidade ou morte de Conselheiro eleito, a substituição será efetuada por eleição com votos da maioria absoluta dos Conselheiros remanescentes. **§4º** O Presidente do Conselho de Administração de Gestões Delegadas será eleito dentre os membros natos. **§5º** O vice-presidente do Conselho de Administração de Gestões Delegadas, na ausência ou impedimento do Presidente, será o membro mais idoso dentre os membros do inciso II deste artigo. **Art. 64**- Compete ao Conselho de Administração de Gestões Delegadas: **I** - aprovar a proposta de celebração de contrato de gestão da unidade pública a ser gerenciada. **II** - aprovar a proposta de orçamento da unidade pública a ser gerenciada ou já sob gestão, bem como o programa de investimento a ela relativo. **III** - designar e dispensar os membros ocupantes de cargo de direção ou gestão da unidade pública sob gestão. **IV** - fixar remuneração dos membros ocupantes de cargo de direção ou gestão da unidade pública sob gestão. **V** - aprovar o Regimento Interno e Manual de Recursos Humanos da unidade pública sob gestão, que deverá dispor, no mínimo, sobre a estrutura, o gerenciamento, os cargos e as competências. **VI** - aprovar por maioria de, no mínimo de 2/3 (dois terços) de seus membros, o Regulamento próprio contendo os procedimentos para a contratação de obras e serviços, bem como, para compras e alienação que visem o cumprimento da finalidade do contrato de gestão. **VII** - aprovar o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da unidade pública sob gestão. **VIII** - aprovar e encaminhar ao órgão superior do contrato de gestão, os relatórios gerenciais e de atividades da unidade pública sob gestão, elaborado pela diretoria da mesma. **IX** - fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas para o contrato de gestão. **X** - aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis, bem como as contas anuais da unidade pública sob gestão, com auxílio de auditoria externa. **XI** - providenciar a publicação, anualmente, de Relatórios Financeiros e Relatórios de Execução dos Contratos de Gestão, no Diário Oficial de cada ente federativo a que se vincula o respectivo contrato de gestão. **Art. 65** - O Conselho de Administração de Gestões Delegadas se reunirá, ordinariamente, no mínimo, 3 (três) vezes ao ano, e, extraordinariamente, a qualquer tempo, mediante convocação de seu Presidente, ficando garantido a 1/5 (um quinto) de seus membros o direito de convocá-las, através de carta registrada encaminhada ao endereço de seus membros constantes dos registros da **Santa Casa de Misericórdia** com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, com a menção da pauta de assuntos, local, dia e hora da reunião, sendo instaurada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração de Gestões Delegadas, ou em caso de seu impedimento ou ausência, pelo vice-presidente e, na falta deste, por qualquer membro do Conselho de Administração de Gestões Delegadas, o qual designará um Secretário dentre os presentes. **§1.º** As deliberações do Conselho de Administração de Gestões Delegadas serão tomadas pela maioria de votos de seus membros presentes à reunião, competindo ao seu Presidente o voto de qualidade. **§2.º** Os membros do Conselho de Administração de Gestões Delegadas poderão votar e participar de reuniões por meio de videoconferência, quando assim, instaladas. **§. 3º** É vedada a representação de membro do Conselho de Administração de Gestões Delegadas em suas reuniões, por procurador. **§. 4º** O Superintendente Executivo da **Santa Casa de Misericórdia**, participará das reuniões do

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

885975

SANTA CASA

Conselho, sem direito a voto. **§5.º** O superintendente ou gestor responsável por cada unidade pública sob gestão da **Santa Casa de Misericórdia**, quando convocado, deve participar das reuniões do Conselho de Administração de Gestões Delegadas, sem direito a voto. **Art. 66** - O mandato dos membros eleitos para o Conselho de Administração de Gestões Delegadas será de 4 (quatro) anos, admitida uma recondução. **§1.º** O membro reconduzido poderá ser eleito novamente, observado o intervalo de um mandado. **§2.º** O primeiro mandato de metade dos membros eleitos será de 2 (dois) anos, obedecidos os parâmetros deste estatuto. **Art. 67**-Os conselheiros poderão receber ajuda de custo por reunião da qual participem, cujo valor será o equivalente a um salário mínimo vigente **Art. 68** - Ao presidente do Conselho de Administração de Gestões Delegadas, caberá: I - convocar e dirigir as reuniões do Conselho; II - nomear, entre os seus pares, um Secretário para exercer as funções decorrentes; III - assinar as correspondências e demais documentos atinentes ao Conselho endereçadas ao mesmo; IV - convocar a Assembléia Geral na ocorrência da hipótese prevista no § 2º do art. 16 deste Estatuto. **Art. 69** - Em caso de afastamento de algum membro do Conselho de Administração de Gestões Delegadas, durante a vigência do respectivo mandato, deverá ser eleito substituto no prazo máximo de 60 (sessenta) dias. **CAPÍTULO DÉCIMO SEGUNDO — DO PATRIMÔNIO DA SANTA CASA — Art. 70** - Constitui patrimônio da **Santa Casa de Misericórdia**todos os bens móveis e imóveis de sua propriedade e respectivas rendas, as contribuições mensais dos irmãos a teor do art. 15 e qualquer outra doação que lhe for feita sob qualquer título. **§1.º** Sendo a **Santa Casa de Misericórdia** uma Pessoa Jurídica Pública da Igreja Católica Apostólica Romana, todos os seus bens temporais são bens eclesiásticos e devem ser administrados conforme as vigentes normas do Direito Canônico e este Estatuto (cf. cân. 1257 do Código de Direito Canônico). **§2.º** Pela sua finalidade essencialmente religiosa e caritativa, todos os bens da **Santa Casa de Misericórdia**adquirem uma índole sacra que deve ser diligente e conscientemente respeitada, por seus adminsitradores. A apropriação indébita, a dilapidação, o desvio desses bens para outras finalidades ou para benefício privado, além de constituirem uma violação do sétimo mandamento da Lei de Deus, revestem-se também da malícia do sacrilégio. **Art. 71** - Os administradores do Patrimônio da **Santa Casa de Misericórdia** estão estritamente obrigados a observar as vigentes normas do Direito Canônico e Civil edeste Estatuto, como também as diretrizes da Assembléia Geral, da Diretoria e do Provedor, dentro de suas respectivas competências. **Art. 72** - É terminantemente proibido, sob pena de nulidade, alienar, locar, alugar, emprestar ou ceder, com qualquer tipo de contrato ou transação, os bens da **Santa Casa de Misericórdia** aos próprios Irmãos, seja àqueles que atuem diretamente nesses atos, seja por procurador ou por interposta pessoa. **Art. 73** - A administração do patrimônio da **Santa Casade Misericórdia**deve realizar-se sob a superior direção da autoridade eclesiástica da Arquidiocese de Olinda e Recife, à quem deverá ser enviados os relatórios mencionados nos artigos 30 e 50, n.º 3. **Parágrafo Único** - Paraqualquer alienação de imóveis da **Santa Casa de Misericórdia** requer-se a anuência da autoridade eclesiástica da Arquidiocesede Olinda e Recife. **Art. 74** - Os responsáveis pela violação dos artigos 58, 59 e 60 deste Estatuto, depois deassegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório, previsto no art. 5.º, inciso LV da Constituição

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

SANTA CASA

865975

Federal,poderão ser demitidos da Santa Casa e acionados judicialmente para indenizá-la dos prejuízos eventualmente apurados. **Art. 75** - A autoridade eclesiástica, em conformidade com o cânon 1263 do Código de Direito Canônico, pode, se o julgar oportuno, impor à Santa Casa um tributo moderado em favor da Arquidiocese de Olinda e Recife. **Art. 76** - Os membros Superitendência da Santa Casa não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais, conforme inciso V, Art. 46 do Código Civil. **CAPÍTULO DÉCIMO TERCEIRO — DISPOSIÇOES GERAIS — Art. 77** - Compete à autoridade eclesiástica da Arquidiocese de Olinda e Recife o direito-dever de realizar periodicamente uma auditoria (visita canônica) na **Santa Casa de Misericórdia** e em todas as suas dependências a fim de averiguar se estão sendo fielmente observados este Estatuto e demais normas vigentes do Direito Civil e Canônico. **Art. 78** - Por motivos graves, especialmente por irregularidades na administração do patrimônio, a autoridade Eclesiástica da Arquidiocese de Olinda e Recife pode depor de seus respectivos cargos o Provedor e demais membros da Diretoria da **Santa Casa do Misericórdia** e designar os membros da Superintendência, os quais regerão a entidade pelo tempo que a mesma autoridade eclesiásticajulgar conveniente, em conformidade com o cânon 318 do Código de Direito Canônico. **Art. 79 - DA EXTINÇÃO DA SANTA CASA** - Por causas graves e depois de ter consultado o Provedor e a Assembléia Geral a autoridade eclesiástica da Arquidiocese de Olinda e Recife poderá decretar a extinção da **Santa Casa do Misericórdia**, de acordo com o cânon 320 do Código de Direito Canônico. Considerando, entretanto, que a **Santa Casa de Misericórdia** se encontra sob intervenção conforme disposição do art. 82 deste Estatuto, a sua extinção, se for o caso, dependerá de ato exclusivo e próprio da autoridade eclesiástica da Arquidiocese de Olinda e Recife. **ParágrafoÚnico** - Extinguindo-se a **Santa Casa de Misericórdia**, os bens que constituirem seu patrimônio serão destinados a uma entidade congênere, indicada pela autoridade eclesiastica da Arquidiocese de Olinda e Recife, com reconhecida atuação na área da saúde, educação ou assistência social que esteja devidamente inscrita no Conselho Nacional de Assistência Social — CNAS — **Art. 80** - Se, a respeito de qualquer matéria, for constatada uma lacuna neste Estatuto, compete à autoridade eclesiástica da Arquidiocese de Olinda e Recife estabelecer uma norma para o caso, tendo em vista os princípios gerais do Direita Canônico, as normas anteriormente em vigor pelo Compromisso aprovado pelo Bispo de Olinda em 1892 e a índole própria da **Irmandade da Santa Casa de Misericórdia**. (Interpretação) **Art. 81** - A autoridade competente para interpretar autenticamente as normas deste Estatuto é a autoridade eclesiástica da Arquidiocese de Olinda e Recife. **CAPÍTULO DÉCIMO QUARTO — DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS — Art. 82 - A Santa Casade Misericordia**atualmente se encontra sob o regime de Intervenção decretada pela Arquidiocese de Olinda e Recife, através da Provisão datada de 16.05.1984 registrada no Cartório de Títulos e Documentos sob o nº 14968, Livro F, nº 29, fl. 167v, 168, até o tempo que entender conveniente, tendo a autoridade eclesiástica poderes para alterar, revogar e outorgar o Estatuto. Pelo presente ato a mesma autoridade revoga o antigo "Compromisso" e outorga o presente Estatuto, que deverá ser fielmente observados pelos dirigentes da Irmandade. Enquanto perdurar o regime de Intervenção, a

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296

SANTA CASA
DE MISERICÓRDIA DO RECIFE

autoridade eclesiástica da Arquidiocese de Olinda e Recife será o seu Presidente e exercerá todos os poderes, deveres e direitos outorgados neste Estatuto, podendo delegá-los à superintendência nos limites estabelecidos. **Art. 83** - Após o registro do presente Estatuto no cartório competente a autoridade eclesiástica da Arquidiocese de Olinda e Recife, no tempo e momento que entender conveniente, definirá os critérios para o encerramento do regime de intervenção. Poderá ao seu exclusivo critério e observadas as normas do Direito Canônico, erigir outra instituição eclesiástica.**Art. 84** - O foro da Comarca do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, é o único competente para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes da aplicação do presente Estatuto.

CONFERIDO PIGARI

Recife /Pernambuco, 09 de outubro de 2015.

+ Fernando Saburido, OP

Dom Antônio Fernando Saburido
Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife
Presidente da Santa Casa de Misericórdia do Recife
Brasileiro, solteiro, sacerdote católico, residente e domiciliado à Rua Bispo Coutinho, nº 492, Olinda/PE.
Cédula de identidade nº 705.1180SDS-PE
CPF. nº 028.448.184-04

CARTÓRIO DE NOTAS DO RECIFE
Reconhego por semelhança a firma de
[05044191]-ANTONIO FERNANDO SABURIDO
Em Test.º da verdade. Recife 15/10/2015
ROSELY GOMES DE OLIVEIRA ARAUJO-ESCREVENTE AUTORIZADA
Em:U R$ 3,29 TSNR (20%), R$ 0,66, TOTAL R$3,95 SELO DIGITAL
Nº 0074005.URF052.1503.24744

Márcio Miranda

1º REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS
1º RTD
OFICIAL: MABEL DE HOLLANDA COELHO
1º SUBSTITUTO: JOSÉ ALBERTO RAMOS LEDO
2º SUBSTITUTO: LÚCIA LEANDRO DA SILVA
3º SUBSTITUTO: SANDRA MARIA DA SILVA
SELO: 0077AAO.AAP07201501.03017
883975
APRESENTADO, PROTOCOLADO E REGISTRADO SOB Nº
O SELO DIGITAL FOI CONFERIDO
SVEP: N. 01A219 RECIFE-PE 16 out 2015
EMOLUMENTOS R$ 354,14
TX. DE FISC. R$ 70,84

Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:06:48 - c3f8296
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25051418063700100000087367832?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25051418063700100000087367832

da FONTE, advogados

EXCELENTISSMO SENHOR DOUTOR JUIZ TITULAR DA 24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE, PERNAMBUCO

Processo nº 0000442-27.2025.5.06.0024
Reclamante: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
Reclamado: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE, já qualificada nos autos, vem, por seu advogado constituído, manifestar-se quanto ao pedido de tutela antecipada formulado pela Reclamante, nos termos que seguem:

1. DA AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA

Conforme dispõe o artigo 300 do Código de Processo Civil (aplicável subsidiariamente ao Processo do Trabalho por força do art. 769 da CLT), a concessão de tutela de urgência exige a comprovação simultânea de dois requisitos objetivos:

(i) a probabilidade do direito e
(ii) o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

No caso em tela, **tais requisitos não estão configurados**:

- A Reclamante jamais esteve afastada por questões psiquiátricas durante a vigência do contrato de trabalho;
- Todos os exames ocupacionais obrigatórios foram realizados e não apontaram qualquer limitação à atividade profissional;
- O benefício previdenciário foi concedido apenas após a extinção do contrato de trabalho (mais de um mês após a dispensa);
- Não houve reconhecimento de natureza ocupacional da suposta enfermidade pelo INSS, tampouco laudo técnico demonstrando nexo causal.

2. DOS EXAMES MÉDICOS REALIZADOS DURANTE O PACTO LABORAL

A Reclamante realizou ASO's admissional, periódico e demissional, onde todos atestaram a sua capacidade laborativa.

Necessário esclarecer que todos os laudos médicos apresentados pela Reclamante têm datas posterior ao exame demissional realizado em **06/12/2023.**

Recife . São Paulo . Brasília | Av. Antônio de Góes, 60, Edf. JCPM Trade Center, 1º andar, 51.010-000, Pina, Recife/PE, Brasil | Tel.: +55 81 2126.0092 | www.dafonteadv.com.br

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:54:42 - 7aa422f

Nenhum dos laudos médicos indicou qualquer comprometimento de ordem psíquica ou qualquer condição incapacitante. Todos foram emitidos por médico do trabalho, profissional capacitado para avaliar a aptidão laboral com base em critérios clínicos e técnicos.

Dentre os aspectos avaliados, é necessário esclarecer que se foi avaliado os seguintes requisitos:

(iii) A existência de transtornos mentais ou psicológicos que comprometessem a capacidade laboral;
(iv) Identificação de possíveis vínculos entre a saúde mental da Reclamante e o ambiente ou condições de trabalho;
(v) Avaliar eventuais necessidades de acompanhamento psicológico ou psiquiátrico;
(vi) Determinar a existência de incapacidade laborativa e eventual relação com a pandemia.

Nenhuma dessas hipóteses foi confirmada, o que corrobora a ausência de qualquer enfermidade incapacitante na vigência do contrato de trabalho.

3. DA NÃO CONFIGURAÇÃO DE DOENÇA OCUPACIONAL OU DISPENSA DISCRIMINATÓRIA

A Reclamante apresenta narrativas genéricas e desprovidas de prova concreta quanto à alegada dispensa discriminatória.

Oportuno mencionar que jamais houve qualquer queixa formal ou informal à área médica ou ao setor de Recursos Humanos por parte da Reclamante;

A suposta ofensa mencionada ("foi chamada de doida") não encontra nenhum respaldo testemunhal ou documental;

A dispensa foi regular, por iniciativa da empresa, sem justa causa, sem qualquer indício de motivação discriminatória, e com o pagamento integral de todas as verbas rescisórias.

4. INAPLICABILIDADE DAS SÚMULAS 371 E 378 DO TST

A Reclamante busca amparo em jurisprudência consolidada (Súmulas 371 e 378 do TST) para sustentar sua estabilidade.

No entanto, o benefício do INSS (espécie 31) foi concedido em 10/01/2024, após o aviso prévio indenizado, cujo termo final ocorreu ainda em janeiro/2024 (contando-se a partir de 05/12/2023);

Recife . São Paulo . Brasília | Av. Antônio de Góes, 60, Edf. JCPM Trade Center, 1º andar, 51.010-000, Pina, Recife/PE, Brasil | Tel.: +55 81 2126.0092 | www.dafonteadv.com.br

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:54:42 - 7aa422f

Não se trata de benefício acidentário, nem de afastamento superior a 15 dias durante o vínculo contratual;

Não houve suspensão do contrato por motivo de auxílio-doença durante o aviso, como exigido pela jurisprudência aplicada.

Dessa forma, os requisitos para a garantia de emprego acidentária não estão presentes, afastando qualquer direito à reintegração com base nesses fundamentos.

5. DOS PEDIDOS DE MULTA, SALÁRIOS E PLANO DE SAÚDE – IMPROCEDÊNCIA LIMINAR

Os pedidos de pagamento de salários vencidos, multa diária de R$ 1.000,00, restabelecimento do plano de saúde, devem ser indeferidos, por ausência de vínculo empregatício vigente;

É necessário esclarecer que o plano de saúde é benefício vinculado à vigência do contrato, extinto regularmente.

Não há que se falar em tutela específica ou obrigação de fazer antes do reconhecimento do direito em sede de mérito.

6. CONCLUSÃO

Diante da ausência dos requisitos legais para concessão da tutela de urgência, da inexistência de comprovação mínima da alegada enfermidade ocupacional, bem como da regularidade da dispensa realizada, requer-se o indeferimento do pedido liminar de reintegração e demais pedidos acessórios.

Por cautela, requer a Reclamada que, caso o Juízo entenda necessária a apuração técnica, seja desde já determinada a realização de perícia médica, com quesitos específicos voltados à avaliação da:

- Capacidade laboral da Reclamante;
- Existência de doença psíquica;
- Eventual nexo de causalidade com o trabalho;
- Necessidade de tratamento ou readaptação.

Diante de todo o exposto, requer a Reclamada o indeferimento do pedido de tutela antecipada pela ausencia dos requisitos necessários para comprovação simultânea dos requisitos objetivos.

Pede deferimento.

Recife . São Paulo . Brasília | Av. Antônio de Góes, 60, Edf. JCPM Trade Center, 1º andar, 51.010-000, Pina, Recife/PE, Brasil | Tel.: +55 81 2126.0092 | www.dafonteadv.com.br

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:54:42 - 7aa422f

da FONTE, advogados

Recife/PE, 14 de maio de 2025.

CAMILLA SANTANA
OAB/PE 44.833

ISIS PIRES
OAB/PE 64.061

HENRIQUE CAMINHA LOUREIRO BORGES
OAB/PE 22.662

JULIANA ERBS
OAB/PE 32.783

Recife . São Paulo . Brasília | Av. Antônio de Góes, 60, Edf. JCPM Trade Center, 1º andar, 51.010-000, Pina, Recife/PE, Brasil | Tel.: +55 81 2126.0092 | www.dafonteadv.com.br

Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:54:42 - 7aa422f
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25051418510586800000087369794?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25051418510586800000087369794

SANTA CASA
DE MISERICÓRDIA DO RECIFE

Recife/PE, 13 de Maio 2025

Assistente: Katia Tatiana de Albuquerque Lima
Telefone: 81 99811.6200
Email: katialima@santacasarecife.org

ATSum 0000442-27.2025.5.06.0024
RECLAMANTE: Maria Rita de Cassia dos Santos
RECLAMADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

Quesitos Técnicos

1. **Avaliar a existência de transtornos mentais ou psicológicos que possam afetar a capacidade laboral do indivíduo.**
2. **Determinar se o trabalhador apresenta incapacidade parcial ou total para exercer suas funções devido a questões de saúde mental.**
3. **Verificar a relação entre a condição de saúde mental e o ambiente de trabalho ou atividades desempenhadas.**
4. **Avaliar a necessidade de tratamento, acompanhamento psicológico ou psiquiátrico.**
5. **Identificar se há necessidade de adaptação ou readaptação profissional devido às condições de saúde mental.**
6. **A condição de saúde mental do indivíduo interfere em sua capacidade de trabalho ou atividades diárias? É relacionada ao trabalho ou outro fator?**
7. **Houve alterações no funcionamento social, familiar ou profissional do indivíduo devido às condições geradas pela pandemia?**
8. **O indivíduo necessita de tratamento psicológico ou psiquiátrico específico em decorrência do impacto da pandemia?**
9. **A pandemia agravou alguma condição preexistente de saúde mental do avaliado?**
10. **Exponha detalhadamente o ciclo de atividade da Reclamante.**
11. **Qual era a função exercida pela Reclamante?**

Atenciosamente,

Katia Tatiana Lima

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:54:42 - dfc89a7

SANTA CASA
DE MISERICÓRDIA DO RECIFE

Katia Tatiana de Albuquerque Lima

CREA 33294 PE

Santa Casa de Misericórdia do Recife
CNPJ (MF) 10.869.782/0001-53
Av. Cruz Cabugá, 1563 - Santo Amaro - Recife/PE
Tel/Fax: 81 3412.3800 • sta-casa@santacasarecife.org.br
www.santacasarecife.org.br

PJe
Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:54:42 - dfc89a7
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25051418542729000000087369905?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25051418542729000000087369905

SANTA CASA
DE MISERICÓRDIA DO RECIFE

ASO - ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL

☐ Admissional ☐ Periódico ☑ Demissional ☐ Mudança de função/cargo ☐ Retorno ao trabalho

Empresa: **HOSPITAL SANTO AMARO -**

Atesto que MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS, cargo AUX DE CONS. E LIMPEZA, Setor CONSERVACAO LIMPEZA, documento RG nº 5.841.105 foi submetido(a) a exame(s) médico(s), sendo considerado(a):

☑ APTO(A) para as atividades da função
☐ INAPTO(A) para as atividades da função

EXAMES

Data 06/12/2023	**Responsável** ANA PAULA DE MEDEIROS MELO PETRIBU		**Situação SMT**
Exame Clínico		**Origem**	**Resultado**

RISCOS OCUPACIONAIS

Tipo	Agente
Biológico	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoário
Ergonômico	Trabalho em posturas incômodas ou pouco confortáveis por longos períodos

OBSERVAÇÕES

☑ Não há observação(ões) a ser(em) impressa(s) para este colaborador.

Recife , 6 de dezembro de 2023

ANA PAULA DE MEDEIROS MELO PETRIBU
Médico Examinador - CRM 016106

CLAUDIA CARMO RABELO FERREIRA
Médico Coordenador do PCMSO - CRM 16934 - RQE 4643

DECLARO QUE TOMEI CONHECIMENTO DO RESULTADO DESTE EXAME E RECEBI AS DEVIDAS ORIENTAÇÕES DO MÉDICO EXAMINADOR.

Ciente dos resultados dos exames e recebi cópia de igual teor

x Maria Rita de Cassia dos SANTOS 06/12/23

MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS

16.3.2 Produção (rh3)

PJe
Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:54:42 - 88cef1c
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25051418542767900000087369906?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25051418542767900000087369906

SANTA CASA
DE MISERICÓRDIA DO RECIFE

ASO - ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL

☐ Admissional ☑ Periódico ☐ Demissional ☐ Mudança de função/cargo ☐ Retorno ao trabalho

Empresa: **HOSPITAL SANTO AMARO -**

Atesto que MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS, cargo AUX DE CONS. E LIMPEZA, Setor CONSERVACAO LIMPEZA, documento RG nº 5.841.105 foi submetido(a) a exame(s) médico(s), sendo considerado(a):

☑ APTO(A) para as atividades da função
☐ INAPTO(A) para as atividades da função

EXAMES

Data 07/10/2021 **Responsável** MARIA CECILIA MARTINS FERREIRA DE MACEDO **Situação SMT**
Exame Clínico **Origem** **Resultado**

Data 07/10/2021 **Responsável** MARIA CECILIA MARTINS FERREIRA DE MACEDO **Situação SMT**
Exame Laboratorial Anticorpo Anti HBs **Origem** **Resultado**

RISCOS OCUPACIONAIS

Tipo	Agente
Biológico	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoário
Ergonômico	Trabalho em posturas incômodas ou pouco confortáveis por longos períodos

OBSERVAÇÕES

☑ Não há observação(ões) a ser(em) impressa(s) para este colaborador.

Santa Casa de Misericórdia
Drª Cecília Martins
Médica do Trabalho
CRM: 19741 - RQE: 10568

Recife , 7 de outubro de 2021

MARIA CECILIA MARTINS FERREIRA DE MACEDO
Médico do Trabalho - CRM 19741

CLAUDIA CARMO RABELO FERREIRA
Médico Coordenador do PCMSO - CRM 16934 - RQE 2643

DECLARO QUE TOMEI CONHECIMENTO DO RESULTADO DESTE EXAME E RECEBI AS DEVIDAS ORIENTAÇÕES DO MÉDICO EXAMINADOR.

Ciente dos resultados dos exames e recebi cópia de igual teor

Maria Rita de Cassia dos Santos 07/10/21

ARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS

14.3.3 Produção (rh3)

PJe
Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:54:42 - b2b0718
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25051418542822500000087369907?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25051418542822500000087369907

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE

ASO - ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL

☐ Admissional ☑ Periódico ☐ Demissional ☐ Mudança de função/cargo ☐ Retorno ao trabalho ☐ Assistencial

Empresa: HOSPITAL SANTO AMARO

Atesto que MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS, cargo AUX DE CONS. E LIMPEZA, documento RG nº 5.841.105, com 43 anos de idade foi submetido(a) a exame(s) médico(s), sendo considerado(a):

☑ APTO(A) para as atividades da função
☐ INAPTO(A) para as atividades da função

EXAMES

Data	08/10/2020	Responsável	DIEGO TORRES ALADIM DE ARAÚJO		Situação SMT
Exame	Clínico		Origem	Ocupacional	Resultado Normal

RISCOS OCUPACIONAIS

Tipo	Agente

☑ Não há risco(s) ocupacional(is) específico(s) para a atividade.

OBSERVAÇÕES

☑ Não há observação(ões) a ser(em) impressa(s) para este colaborador.

Diego Torres Aladim
Médico do Trabalho
CRM/PE 22.426 CRM/SP 191.466
RQE 10.227

8 de outubro de 2020

Diego Torres Aladim
Médico do Trabalho
CRM/PE 22.426 CRM/SP 191.466
RQE 10.227

DIEGO TORRES ALADIM DE ARAÚJO
Médico do Trabalho - CRM 22426

DIEGO TORRES ALADIM DE ARAÚJO
Médico Coordenador - CRM 22426

DECLARO QUE TOMEI CONHECIMENTO DO RESULTADO DESTE EXAME E RECEBI AS DEVIDAS ORIENTAÇÕES DO MÉDICO EXAMINADOR.

Ciente dos resultados dos exames e recebi cópia de igual teor

Maria Rita de Cassia dos Santos 08/08

MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS

13.4.1 Produção (rh3)

Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:54:42 - bd3eeb7
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25051418542880700000087369909?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25051418542880700000087369909

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE

ASO - ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL

☐ Admissional ☑ Periódico ☐ Demissional ☐ Mudança de função/cargo ☐ Retorno ao trabalho ☐ Assistencial

Empresa: **HOSPITAL SANTO AMARO**
ENDEREÇO: AV CRUZ CABUGA, 1563 - SANTO AMARO - RECIFE - PE

Atesto que MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS, cargo AUX DE CONS. E LIMPEZA, documento RG nº 5.841.105, com 39 anos de idade, foi submetido(a) a exame(s) médico(s), sendo considerado(a):

☑ APTO(A) para as atividades da função
☐ INAPTO(A) para as atividades da função
☐ APTO(A) COM RESTRIÇÃO, conforme abaixo:

4689

EXAMES

Data 28/10/2016	**Responsável** FABIO SILVA DE MIRANDA		**Situação SMT** Periódico	
Exame Laboratorial	Hemograma completo com plaquetas	**Origem**	**Resultado** Normal	
Data 28/10/2016	**Responsável** FABIO SILVA DE MIRANDA		**Situação SMT** Periódico	
Exame Laboratorial	Glicose (Glicemia)	**Origem**	**Resultado** Normal	
Data 28/10/2016	**Responsável** FABIO SILVA DE MIRANDA		**Situação SMT** Periódico	
Exame Laboratorial	ureia	**Origem**	**Resultado** Normal	
Data 28/10/2016	**Responsável** FABIO SILVA DE MIRANDA		**Situação SMT** Periódico	
Exame Laboratorial	Creatinina	**Origem**	**Resultado** Normal	
Data 28/10/2016	**Responsável** FABIO SILVA DE MIRANDA		**Situação SMT** Periódico	
Exame Laboratorial	Colesterol Total	**Origem**	**Resultado** Normal	
Data 28/10/2016	**Responsável** FABIO SILVA DE MIRANDA		**Situação SMT** Periódico	
Exame Laboratorial	Colesterol HDL	**Origem**	**Resultado** Normal	
Data 28/10/2016	**Responsável** FABIO SILVA DE MIRANDA		**Situação SMT** Periódico	
Exame Laboratorial	Trigliceridéos	**Origem**	**Resultado** Normal	
Data 28/10/2016	**Responsável** FABIO SILVA DE MIRANDA		**Situação SMT** Periódico	
Exame Laboratorial	Sumário de urina	**Origem**	**Resultado** Normal	

RISCOS OCUPACIONAIS

Tipo	Agente
Biológico	Biológicos: Vírus/Bactérias/Protozoários/Fungos
Ergonômico	Ergonômicos não DORT/Postural

OBSERVAÇÕES

☑ Não há observação(ões) a ser(em) impressa(s) para este colaborador.

17 de novembro de 2016

Tomé de Souza Magalhães Neto
Médico Coordenador do PCMSO
CRM 3167 Reg. MTE 12.145

FABIO SILVA DE MIRANDA
Técnico de Segurança do Trabalho

MÉDICO COORDENADOR DO PCMSO :TOMÉ DE SOUZA MAGALHÃES NETO CRM 3167

DECLARO QUE TOMEI CONHECIMENTO DO RESULTADO DESTE EXAME E RECEBI AS DEVIDAS ORIENTAÇÕES DO MÉDICO EXAMINADOR.

Giente dos resultados dos exames e recebi cópia de igual teor

Maria Rita

MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS

17/11/2016

9.3.1 Produção

PJe
Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:54:42 - 32f85af
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25051418542942000000087369910?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25051418542942000000087369910

SANTA CASA

ASO - ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL

☐ Admissional ☑ Periódico ☐ Demissional ☐ Mudança de função/cargo ☐ Retorno ao trabalho

Empresa: HOSPITAL SANTO AMARO -

Atesto que MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS, cargo AUX DE CONS. E LIMPEZA, Setor CONSERVACAO LIMPEZA, documento RG nº 5.841.105 foi submetido(a) a exame(s) médico(s), sendo considerado(a):

☑ APTO(A) para as atividades da função
☐ INAPTO(A) para as atividades da função

EXAMES

Data 12/06/2023	**Responsável** ANA PAULA DE MEDEIROS MELO PETRIBU			**Situação SMT**
Exame Laboratorial	Anticorpo Anti HBs		**Origem**	**Resultado**
Data 20/06/2023	**Responsável** ANA PAULA DE MEDEIROS MELO PETRIBU			**Situação SMT**
Exame Clinico			**Origem**	**Resultado**

RISCOS OCUPACIONAIS

Tipo	Agente
Biológico	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoário
Ergonômico	Trabalho em posturas incômodas ou pouco confortáveis por longos períodos

OBSERVAÇÕES

☑ Não há observação(ões) a ser(em) impressa(s) para este colaborador.

Dra. Ana Paula Melo Petribu
CRM - 16106
Medicina do Trabalho

Recife , 20 de junho de 2023

ANA PAULA DE MEDEIROS MELO PETRIBU
Médico Examinador - CRM 016106

CLAUDIA CARMO RABELO FERREIRA
Médico Coordenador do PCMSO - CRM 16934 - RQE 4643

DECLARO QUE TOMEI CONHECIMENTO DO RESULTADO DESTE EXAME E RECEBI AS DEVIDAS ORIENTAÇÕES DO MÉDICO EXAMINADOR.

Ciente dos resultados dos exames e recebi cópia de igual teor

x Maria Rita de Cassia dos SANTOS 20/06/23

MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS

16.1.2 Build 6 Produção (rh3)

Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:54:42 - 12fe379
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25051418542982000000087369911?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25051418542982000000087369911

4689

Secretaria de Saúde do Recife

ATESTADO MÉDICO

RECIFE
PREFEITURA DA CIDADE

Atesto que o(a) MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS

registro nº _____, necessita de 03

(Três) dia(s) de afastamento das suas atividades, a partir desta data por motivo de doença.

CID: J-45.9

Recife, 07 de 08 de 23

Dr Izidro A. B. Filho
Médico
CREMEPE: 9687

Assinatura - Conselho nº

Nota - Este atestado é válido para as finalidades precistas no art. 86 da RGPS, aprovado pelo decreto nº 60.501 de 14/03/67 e será expedido para justificativa de 1 a 15 dias de afastamento do trabalho.

DAS 7.209 BI 25 lls - Mar/13

Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:54:42 - 17c2e60
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25051418543011300000087369912?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25051418543011300000087369912

SANTA CASA
DE MISERICÓRDIA DO RECIFE

Santa Casa de Misericórdia do Recife
Av. Cruz Cabugá, 1563 - Santo Amaro - Recife - PE
Fone: PABX 3412-3800 | Email: sta-casa@santacasarecife.org.br
Site: www.santacasarecife.org.br

DADOS DO PACIENTE

REGISTRO: 300999
SEXO: Feminino
PRONTUÁRIO: 965928
NOME DO PACIENTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS *
NOME DA MÃE: JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS
NOME DO PAI:
RG OU CPF: 800.381.314-04
DATA DE NASCIMENTO: 21/03/77 IDADE: 46
CONVÊNIO: CLINICA
CARTÃO SUS: 700203962871430
MEDICA
UNIDADE DE INTERNAÇÃO: TRIAGEM
ENFERMARIA/QUARTO/LEITO: TRIAGEM 01

Atestado Médico

Atesto para os devidos fins que o(a) **Sr.(a) MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS *,**
foi atendido (a) neste serviço no dia 19/11/2023 CID: R51.

ESCOLHA UMA DAS SEGUINTES OPÇÕES

(X) Necessitado de 01 (um) dia de afastamento de suas atividades laborais

( ) Estando apto para voltar ao trabalho.

( ) Como acompanhante

( ) Outros: _____

RECIFE, 19 de Novembro de 2023

Beatriz Neves
Médica
CRM-PE: 31.163

Dr. BEATRIZ NEVES DE MOURA FERREIRA GOMES
CRM:31163

Esta conta deve ser paga com recursos públicos.

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:54:42 - 1d81043

Policlínica Prof. Waldemar de Oliveira (UPA)
Rua Marques do Pombal 115 - Sto Amaro

SUS

Secretaria de Saúde do Recife

ATESTADO MÉDICO

RECIFE

Atesto que o(a) [illegible]

registro nº _____ necessita de 7 (sete) dia(s) de afastamento das suas atividades, a partir desta data por motivo de doença.

CID: U071

Recife, 14 de 4 de 21

Dr. [illegible]
Médico
CRM 10006

Assinatura - Conselho nº

Decl. em 14/04/21
Fabiana Maia de Lucena
Coordenadora de Hotelaria
Hospital Santo Amaro

Nota - Este atestado é válido para as finalidades previstas no art. 86 da RGPS, aprovado pelo decreto nº 60.501 de 14/03/67 e será expedido para justificativa de 1 a 15 dias de afastamento do trabalho.

DAS 0300 8.25 fls - Mar/13

Aux. [illegible]

MERIM DE CÁSSIA DOS SANTOS
MAT. 4689

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:54:42 - 1d81043

4689 HSA

Policlínica Profº Waldemar de Oliveira US -
Rua Marques do Pombal 115 - Stº Amaro

SUS
Secretaria de Saúde do Recife

ATESTADO MÉDICO

RECIFE
PREFEITURA DA CIDADE

Atesto que o(a) maria nita da costa dos santos

registro nº _____, necessita de 10

(DZ) dia(s) de

afastamento das suas atividades, a partir desta data por motivo de doença.

CID: U07.2

Recife, 14 de 4 de 21

Dr. Tarcísio Figueirêdo
Médico
CRM 10006

Assinatura - Conselho nº

Nota - Este atestado é válido para as finalidades precistas no art. 86 da RGPS, aprovado pelo decredto nº 60.501 de 14/03/67 e será expedido para justificativa de 1 a 15 dias de afastamente do trabalho.

DAS 7.200 BI 25 fls - Mar/13

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:54:42 - 1d81043

4689 MSA

SUS
Secretaria de Saúde do Recife

ATESTADO MÉDICO

RECIFE

Atesto que o(a) Maria Rita de Cassia Dos Santos.

registro nº _____, necessita de 05 (Cinco) dia(s) de afastamento das suas atividades, a partir desta data por motivo de doença.

CID: V07.2

Recife, 23 de Abril de 2021

DR. HENRIQUE PAIVA
OTORRINOLARINGOLOGISTA
CRM-PE 16.232

Assinatura - Conselho nº

Fabiane Maria de Lucena
Fabiana Maria de Lucena
Coordenadora da Rotina
Hospital Santo Amaro

Nota - Este atestado é válido para as finalidades precistas no art. 86 da RGPS, aprovado pelo decredto nº 60.501 de 14/03/67 e será expedido para justificativa de 1 a 5 dias de afastamente do trabalho.

MAT. 4689

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:54:42 - 1d81043

OK
4689

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE
Santa Casa de Misericórdia do Recife
Av. Cruz Cabugá, 1563 - Santo Amaro - Recife - PE
Fone: PABX 3412-3800 | Email: sta-casa@santacasarecife.org.br
Site: www.santacasarecife.org.br

DADOS DO PACIENTE

REGISTRO: 300999
PRONTUÁRIO: 965928
SEXO: Feminino
NOME DO PACIENTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS *
NOME DA MÃE: JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS
NOME DO PAI:
RG OU CPF: 800.381.314-04
DATA DE NASCIMENTO: 21/03/77 IDADE: 45
CARTÃO SUS: 700203962871430
CONVÊNIO: SUS - AMB
UNIDADE DE INTERNAÇÃO: TRIAGEM
ENFERMARIA/QUARTO/LEITO: TRIAGEM 01

Atestado Médico

Atesto para os devidos fins que o(a) **Sr.(a) MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS ***,
foi atendido (a) neste serviço no dia 28/05/2022 CID: S79.9.

ESCOLHA UMA DAS SEGUINTES OPÇÕES

(X) Necessitado de 01 dia de afastamento de suas atividades (no trabalho ou escola).

( ) Estando apto para voltar ao trabalho.

( ) Como acompanhante

( ) Outros: _____

Caio Lima Ferreira
Médico
CRM-PE 29591

Dr. CAIO LIMA FERREIRA
CRM:29591

Fabiana Maia de Lucena
Coordenadora de Hotelaria
Hospital Santo Amaro

30/05/22

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:54:42 - 1d81043

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE
Santa Casa de Misericórdia do Recife
Av. Cruz Cabugá, 1563 - Santo Amaro - Recife - PE
Fone: PABX 3412-3800 | Email: sta-casa@santacasarecife.org.br
Site: www.santacasarecife.org.br

DADOS DO PACIENTE

REGISTRO: 300999
PRONTUÁRIO: 965928 SEXO: Feminino
NOME DO PACIENTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS *
NOME DA MÃE: JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS
NOME DO PAI:
RG OU CPF: 800.381.314-04
DATA DE NASCIMENTO: 21/03/77 IDADE: 46
CARTÃO SUS: 700203962871430 CONVÊNIO: CLINICA MEDICA
UNIDADE DE INTERNAÇÃO: TRIAGEM
ENFERMARIA/QUARTO/LEITO: TRIAGEM 04

Atestado Médico

Atesto para os devidos fins que o(a) **Sr.(a) MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS *,**
foi atendido (a) neste serviço no dia 30/03/2023 CID: C.I.D..

ESCOLHA UMA DAS SEGUINTES OPÇÕES

(X) Necessitado 03 (TRÊS) de dias de afastamento de suas atividades (no traballho ou escola).

) Estando apto para voltar ao trabalho.

( ) Como acompanhante

( ) Outros: _____

RECIFE, 30 de Março de 2023.

Deborah Almeida
Médica
CRM-PE 31278

Dr. DEBORAH OLIVEIRA DE ALMEIDA FERREIRA DA SILVA
CRM:31278

Esta conta deve ser paga com recursos públicos.

Recebi em 30/03/23
Fabiana Maria de Lucena
Coordenadora da Hotelaria
Hospital Santo Amaro

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:54:42 - 1d81043

SANTA CASA
DE MISERICÓRDIA DO RECIFE

Santa Casa de Misericórdia do Recife
Av. Cruz Cabugá, 1563 - Santo Amaro - Recife - PE
Fone: PABX 3412-3800 | Email: sta-casa@santacasarecife.org.br
Site: www.santacasarecife.org.br

DADOS DO PACIENTE

REGISTRO: 300999
PRONTUÁRIO: 965928 SEXO: Feminino
NOME DO PACIENTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS *
NOME DA MÃE: JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS
NOME DO PAI:
RG OU CPF: 800.381.314-04
DATA DE NASCIMENTO: 21/03/77 IDADE: 46
CARTÃO SUS: 700203962871430 CONVÊNIO: CLINICA MEDICA
UNIDADE DE INTERNAÇÃO: TRIAGEM
ENFERMARIA/QUARTO/LEITO: TRIAGEM 02

Atestado Médico

Atesto para os devidos fins que o(a) **Sr.(a) MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS *,**
foi atendido (a) neste serviço no dia 03/04/2023 CID: C.I.D..

ESCOLHA UMA DAS SEGUINTES OPÇÕES

(X) Necessitado de 01 (UM) dia de afastamento de suas atividades (no traballho ou escola).

( ) Estando apto para voltar ao trabalho.

( ) Como acompanhante

( ) Outros: _____

Gabriela Cavalcanti
Médica
CRM-PE 31164

RECIFE, 3 de Abril de 2023

Dr. GABRIELA PACHECO CAVALCANTI
CRM:31164

Esta conta deve ser paga com recursos públicos.

Recebi
Fabiana Maia de Lucena
Coordenadora de Hotelaria
Santa Casa Santo Amaro
03/04/23

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:54:42 - 1d81043

4689

SANTA CASA
DE MISERICÓRDIA DO RECIFE

RECEITUÁRIO

Atestado

Declaro para devidos fins que a paciente Maria Rita de Cassia dos Santos não está apta para realizar suas atividades habituais por 03 (Três) dias.

CIDIO: J15/ J14

05/04/2023

Anselmo Queiroz
Médico
CRM: 20771

Anselmo Queiroz Alves
CRM-PE 20.771

Av Cruz de Cabugá, nº 1603, Santo Amaro, CEP 50040-000 - Recife/PE Contato: (81) 3412-3800

Fabiana Maia
Coordenadora de Hotelaria
Hospital Santa Casa
05/04/23

Instituto Social das MEDIANEIRAS DA PAZ ISMEP

Governo de Pernambuco

UPA 24h UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO

Data: 06/04/2023 10:18

Nome: **MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS (Laudo para Revisão)**
Sexo: Feminino
DN: 21/03/1977
Mãe: JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS
Telefone: 81986124618
End.: RUA JOÃO PESSOA, 115, SANTO AMARO, RECIFE - PE

Pront.: **262118/REG:314551**
Idade: 46
Prof.:
Responsável:

Atestado Médico

Atesto para os devidos fins que o paciente acima citado, necessita de 03 dia(s) de repouso para tratamento médico.

CID: **J18**

Data:06/04/2023

Dr. IEHUDHE RAVEL FARIAS DE ALBUQUERQUE
CRM: 34405

INSTITUTO SOCIAL MEDIANEIRAS DA PAZ
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA OLINDA) - CNPJ 10.739.225/0021-61
Rod. Margens da PE 15 Dr. Joaquim Nabuco S/N - OLINDA - PE

Recebi em 06/04/23

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:54:42 - 1d81043

SUS
Secretaria de Saúde do Recife

ATESTADO MÉDICO

RECIFE
PREFEITURA DA CIDADE

232 - USF Santa Terezinha
End.: Rua Artemis, Nº 09 - Santo Amaro
Fone: 3355-4665
Secretaria de Saúde do Recife
Distrito Sanitário I

Atesto que o(a) MAILLA RUTA DE LAÉSSIA DOS SANTOS

registro nº _____, necessita de 01

(UM) dia(s) de afastamento das suas atividades, a partir desta data por motivo de doença.

CID: J-18

Recife, 19 de 04 de 2023

Dr Izidro A. B. Filho
Médico
CREMEPE: 9687

Assinatura - Conselho nº

232 - USF Santa Terezinha
End.: Rua Artemis, Nº 09 - Santo Amaro
Fone: 3355-4665
Secretaria de Saúde do Recife
Distrito Sanitário I

Nota - Este atestado é válido para as finalidades precistas no art. 86 da RGPS, aprovado pelo Decreto nº 60.501 de 14/03/67 e será expedido para justificativa de 1 a 15 dias de afastamento do trabalho.

GAS 7.200 Bl 25 lb - Mar/13

4689

Pernambuco

UPA 24h UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO

Data: 03/08/2023 14:37

MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS (Laudo para Revisão)

Sexo: Feminino
DN: 21/03/1977
Mãe: JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS
Telefone: 81986124618
End.: RUA JOÃO PESSOA, 115, SANTO AMARO, RECIFE - PE

Pront.: **262118/REG:314551**
Idade: 46
Prof.:
Responsável:

Atestado Médico

Atesto para os devidos fins que o paciente acima citado necessita de 02 dia(s) de repouso para tratamento médico.

Data:03/08/2023

Dra. MARIA EDUARDA RODRIGUES FERREIRA DE LIMA
CRM 34766

INSTITUTO SOCIAL MEDIANEIRAS DA PAZ
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA OLINDA) - CNPJ 10.739.225/0021-61
Rod. Margens da PE 15 Dr. Joaquim Nabuco S/N - OLINDA - PE

Maria Eduarda Rodrigues
Médica
CRM-PE 34.766

Maria José Bezerra

Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:54:42 - 1d81043
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25051418543527600000087369914?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25051418543527600000087369914

SANTA CASA
DE MISERICÓRDIA DO RECIFE

RELATÓRIO MÉDICO

EX-COLABORADORA: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS

- Admitida em 10/01/2015 na função de auxiliar de conservação e limpeza;
- Exame Periódico 17/11/2016, Apta;
- Exame Periódico 08/10/2020, Apta;
- Exame Periódico 07/10/2021, Apta;
- Exame Periódico 20/06/2023, Apta;
- Exame Demissional 06/12/2023, Apta;
- Não há afastamento previdenciario, por qualquer causa, durante o pacto laboral
- Não há atestados tendo como causa doença psiquiatrica durante o pacto laboral

Recife, 14 de maio de 2025.

Dra. Ana Paula Melo Petribú
CRM - 16106
Medicina do Trabalho

Ana Paula Melo Petribú
Medicina do trabalho
CRM: 16106

PJe
Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 14/05/2025, às 18:54:42 - 337755b
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25051418543581800000087369916?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25051418543581800000087369916

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE
ATOrd 0000442-27.2025.5.06.0024
RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
RECLAMADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

CERTIDÃO

De ordem, faço juntada dos documentos previdenciários do reclamante.

Em razão do exposto, submeto os autos à deliberação do Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) Federal desta Vara do Trabalho.

RECIFE/PE, 19 de maio de 2025.

NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA
Diretor de Secretaria

PREVIDÊNCIA SOCIAL
Instituto Nacional do Seguro Social

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
SABI - Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade
Laudo Médico Pericial

19/05/2025 08:42:46

Requerente: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS **NB:** 6473220040
Sexo: Feminino **Nasc.:** 21/03/1977 **Nº Requer.:** 314320517
Est. Civil: **RG.:** 5841105 **Emissão.:** **Data Exame:** 08/03/2024
Ocupação: **Ordem:** 1 .00

RESUMO

Data Exame: 08/03/2024 CID: F41

Considerações:
Considerando-se a função, a documentação médica apresentada e o exame físico atual, a segurada comprova inaptidão para realizar suas atividades laborativas.
DID fixada segundo informações da segurada, na ausência de

Resultado: Existe incapacidade laborativa.

Benefício:

Auxílio - Doença

História:

8/3/24 faxineira, trabalhou em hospital, 46 anos
Informa que cortou-se com material contaminado 2 vezes e trabalhou na pandemia covid19 no hospital e passou a ter crises de ansiedade, medo. Foi encaminhada para o psiquiatra e está em tratamento médico há 3 anos.
Refere que não obteve melhora com o tratamento realizado, tem crises de choro, tremores em mãos.
Laudo dr Izidro Filho CRM9687 13/12/23 tabagista, HAS DPOC, transtorno de ansiedade. usa hctz, losartana, sertralina 50mg, trazodona, quetiapina.

Laudo médico dr José Waldo Filho CRM9926 psiquiatra informa tratamento desde2022 crises ansiosas tipo pânico evoluindo com depressão. Agravamento com aumento da frequencia e intensidade das crises ansiosas, quadro atual demanda afastamento do trabalho por 60 dias CID F41 F32 10/1/24
Novo laudo do mesmo psiquiatra 22/2/24 mantendo indicação de afastamento 60 dias

Exame Físico:

Vem com sobrinha
fica só
labilidade emocional
chora
humor depressivo
tremores em mãos

Início da Doença: 01/01/2021
Cessação do Benefício: 10/04/2024
Início da Incapacidade: 10/01/2024
CID: F41

Considerações:

Considerando-se a função, a documentação médica apresentada e o exame físico atual, a segurada comprova inaptidão para realizar suas atividades laborativas.
DID fixada segundo informações da segurada, na ausência de elementos objetivos para confirmá-la, 2021
DII fixada conforme laudo psiquiatra 10/1/24

Resultado: Existe incapacidade laborativa.

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme art. 19, § 3° do Decreto 3.048/99.

PJe Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 19/05/2025, às 08:54:06 - 3c4ef84

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
SABI - Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade
Laudo Médico Pericial

19/05/2025 08:42:46

Requerente:	MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS			**NB:**	6473220040
Sexo:	Feminino	**Nasc.:**	21/03/1977	**Nº Requer.:**	314320517
Est. Civil:		**RG.:**	5841105	**Emissão.:** **Data Exame:**	08/03/2024
Ocupação:				**Ordem:**	1 .00

Ac. do Trabalho:	NÃO	**Encam. à Reab. Profissional:**	NÃO
Espécie de Nexo:			
Isenção de	NÃO		
Auxílio Acidente:		**Sug. de Apos. por Invalidez:**	NÃO
Vistoria Técnica:			

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme art. 19, § 3° do Decreto 3.048/99.

PJe Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 19/05/2025, às 08:54:06 - 3c4ef84

PREVIDÊNCIA SOCIAL
Instituto Nacional do Seguro Social

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
SABI - Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade
Laudo Médico Pericial

19/05/2025 08:42:46

Requerente: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS **NB:** 6473220040
Sexo: Feminino **Nasc.:** 21/03/1977 **Nº Requer.:** 314320517
Est. Civil: **RG.:** 5841105 **Emissão.:** **Data Exame:** 27/03/2024
Ocupação: **Ordem:** 2 .00

RESUMO

Data Exame: 27/03/2024 CID: F41

Considerações:
Pedido de Manutenção - Trata-se de prorrogação automática.

Resultado: Existe incapacidade laborativa.

Benefício:

Auxílio - Doença

História:

Exame Físico:

Início da Doença: 01/01/2021
Cessação do Benefício: 10/05/2024
Início da Incapacidade: 10/01/2024
CID: F41

Considerações:
Pedido de Manutenção - Trata-se de prorrogação automática.

Resultado: Existe incapacidade laborativa.

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme art. 19, § 3° do Decreto 3.048/99.

PJe Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 19/05/2025, às 08:54:06 - 3c4ef84

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
SABI - Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade
Laudo Médico Pericial

19/05/2025 08:42:46

Requerente:	MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS			**NB:**	6473220040
Sexo:	Feminino	**Nasc.:**	21/03/1977	**Nº Requer.:**	314320517
Est. Civil:		**RG.:**	5841105	**Emissão.:** **Data Exame:**	27/03/2024
Ocupação:				**Ordem:**	2 .00

Ac. do Trabalho:	NÃO	**Encam. à Reab. Profissional:**	NÃO
Espécie de Nexo:			
Isenção de	NÃO		
Auxílio Acidente:		**Sug. de Apos. por Invalidez:**	NÃO
Vistoria Técnica:			

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme art. 19, § 3° do Decreto 3.048/99.

PJe Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 19/05/2025, às 08:54:06 - 3c4ef84

PREVIDÊNCIA SOCIAL
Instituto Nacional do Seguro Social

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
SABI - Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade
Laudo Médico Pericial

19/05/2025 08:42:46

Requerente: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS **NB:** 6473220040
Sexo: Feminino **Nasc.:** 21/03/1977 **Nº Requer.:** 314320517
Est. Civil: **RG.:** 5841105 **Emissão.:** **Data Exame:** 26/04/2024
Ocupação: **Ordem:** 3 .00

RESUMO

Data Exame: 26/04/2024 CID: F41

Considerações:
Pedido de Manutenção - Trata-se de prorrogação automática.

Resultado: Existe incapacidade laborativa.

Benefício:

Auxílio - Doença

História:

Exame Físico:

Início da Doença: 01/01/2021
Cessação do Benefício: 09/06/2024
Início da Incapacidade: 10/01/2024
CID: F41

Considerações:
Pedido de Manutenção - Trata-se de prorrogação automática.

Resultado: Existe incapacidade laborativa.

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme art. 19, § 3° do Decreto 3.048/99.

PJe Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 19/05/2025, às 08:54:06 - 3c4ef84

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
SABI - Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade
Laudo Médico Pericial

19/05/2025 08:42:46

Requerente:	MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS			**NB:**	6473220040
Sexo:	Feminino	**Nasc.:**	21/03/1977	**Nº Requer.:**	314320517
Est. Civil:		**RG.:**	5841105	**Emissão.:** **Data Exame:**	26/04/2024
Ocupação:				**Ordem:**	3 .00

Ac. do Trabalho:	NÃO	**Encam. à Reab. Profissional:**	NÃO
Espécie de Nexo:			
Isenção de	NÃO		
Auxílio Acidente:		**Sug. de Apos. por Invalidez:**	NÃO
Vistoria Técnica:			

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme art. 19, § 3° do Decreto 3.048/99.

PJe Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 19/05/2025, às 08:54:06 - 3c4ef84

PREVIDÊNCIA SOCIAL
Instituto Nacional do Seguro Social

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
SABI - Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade
Laudo Médico Pericial

19/05/2025 08:42:46

Requerente: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS **NB:** 6473220040
Sexo: Feminino **Nasc.:** 21/03/1977 **Nº Requer.:** 314320517
Est. Civil: **RG.:** 5841105 **Emissão.:** **Data Exame:** 27/05/2024
Ocupação: **Ordem:** 4 .00

RESUMO

Data Exame: 27/05/2024 CID: F41

Considerações:
Pedido de Manutenção - Trata-se de prorrogação automática.

Resultado: Existe incapacidade laborativa.

Benefício:

Auxílio - Doença

História:

Exame Físico:

Início da Doença: 01/01/2021
Cessação do Benefício: 09/07/2024
Início da Incapacidade: 10/01/2024
CID: F41

Considerações:
Pedido de Manutenção - Trata-se de prorrogação automática.

Resultado: Existe incapacidade laborativa.

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme art. 19, § 3° do Decreto 3.048/99.

PJe Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 19/05/2025, às 08:54:06 - 3c4ef84

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
SABI - Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade
Laudo Médico Pericial

19/05/2025 08:42:46

Requerente:	MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS			**NB:**	6473220040
Sexo:	Feminino	**Nasc.:**	21/03/1977	**Nº Requer.:**	314320517
Est. Civil:		**RG.:**	5841105	**Emissão.:** **Data Exame:**	27/05/2024
Ocupação:				**Ordem:**	4 .00

Ac. do Trabalho:	NÃO	**Encam. à Reab. Profissional:**	NÃO
Espécie de Nexo:			
Isenção de	NÃO		
Auxílio Acidente:		**Sug. de Apos. por Invalidez:**	NÃO
Vistoria Técnica:			

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme art. 19, § 3° do Decreto 3.048/99.

PJe Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 19/05/2025, às 08:54:06 - 3c4ef84

PREVIDÊNCIA SOCIAL
Instituto Nacional do Seguro Social

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
SABI - Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade
Laudo Médico Pericial

19/05/2025 08:42:46

Requerente: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS **NB:** 6473220040
Sexo: Feminino **Nasc.:** 21/03/1977 **Nº Requer.:** 314320517
Est. Civil: **RG.:** 5841105 **Emissão.:** **Data Exame:** 25/06/2024
Ocupação: **Ordem:** 5 .00

RESUMO

Data Exame: 25/06/2024 CID: F41

Considerações:
Pedido de Manutenção - Trata-se de prorrogação automática.

Resultado: Existe incapacidade laborativa.

Benefício:

Auxílio - Doença

História:

Exame Físico:

Início da Doença: 01/01/2021
Cessação do Benefício: 08/08/2024
Início da Incapacidade: 10/01/2024
CID: F41

Considerações:
Pedido de Manutenção - Trata-se de prorrogação automática.

Resultado: Existe incapacidade laborativa.

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme art. 19, § 3° do Decreto 3.048/99.

PJe Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 19/05/2025, às 08:54:06 - 3c4ef84

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
SABI - Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade
Laudo Médico Pericial

19/05/2025 08:42:46

Requerente:	MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS			**NB:**	6473220040
Sexo:	Feminino	**Nasc.:**	21/03/1977	**Nº Requer.:**	314320517
Est. Civil:		**RG.:**	5841105	**Emissão.:** **Data Exame:**	25/06/2024
Ocupação:				**Ordem:**	5 .00

Ac. do Trabalho:	NÃO	**Encam. à Reab. Profissional:**	NÃO
Espécie de Nexo:			
Isenção de	NÃO		
Auxílio Acidente:		**Sug. de Apos. por Invalidez:**	NÃO
Vistoria Técnica:			

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme art. 19, § 3° do Decreto 3.048/99.

Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 19/05/2025, às 08:54:06 - 3c4ef84
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25051908442735900000087473162?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25051908442735900000087473162

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PREVJUD

HISTÓRICO DE CRÉDITOS

19/05/2025 08:42:54

IDENTIFICAÇÃO DO FILIADO

NIT:	164.44147.41-8	CPF:	800.381.314-04	Data Nasc.:	21/03/1977
Nome:	MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS				
Nome da Mãe:	JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS				
Compet. Inicial:	06/1994	Compet. Final:	05/2025		

CRÉDITOS DO BENEFÍCIO

NB:	6473220040		
Espécie:	31 - AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA PREVIDENCIÁRIO		
APS:	15001090 - AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RECIFE - ENCRUZILHADA		
Data de Início do Benefício (DIB):	10/01/2024	Data de Início do Benefício (DIB):	19/02/2025
Data de Início do Pagamento (DIP):	10/01/2024	MR:	R$ 1.577,60

Compet.	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
02/2024	10/01/2024 a 31/01/2024	R$ 1.054,04	CMG - CARTAO MAGNETICO		26/03/2024	04/04/2024	Não	Sim

Dados Bancários

Banco: 341 - ITAU OP: 14333 - RECIFE BAIRR ENCRUZILHAD Ocorrência: Pagamento efetivado

Data Cálculo: 09/03/2024 Origem: Concessão Validade Início: 26/03/2024 Fim: 31/05/2024

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R$ 1.054,04

PJe Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 19/05/2025, às 08:54:06 - 413c078

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PREVJUD

HISTÓRICO DE CRÉDITOS

19/05/2025 08:42:54

IDENTIFICAÇÃO DO FILIADO

NIT:	164.44147.41-8	CPF:	800.381.314-04	Data Nasc.:	21/03/1977
Nome:	MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS				
Nome da Mãe:	JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS				
Compet. Inicial:	06/1994	Compet. Final:	05/2025		

CRÉDITOS DO BENEFÍCIO

NB:	6473220040		
Espécie:	31 - AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA PREVIDENCIÁRIO		
APS:	15001090 - AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RECIFE - ENCRUZILHADA		
Data de Início do Benefício (DIB):	10/01/2024	Data de Início do Benefício (DIB):	19/02/2025
Data de Início do Pagamento (DIP):	10/01/2024	MR:	R$ 1.577,60

Compet.	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
02/2024	01/02/2024 a 29/02/2024	R$ 1.506,00	CMG - CARTAO MAGNETICO		26/03/2024	04/04/2024	Não	Sim

Dados Bancários

Banco: 341 - ITAU OP: 14333 - RECIFE BAIRR ENCRUZILHAD Ocorrência: Pagamento efetivado

Data Cálculo: 09/03/2024 Origem: Concessão Validade Início: 26/03/2024 Fim: 31/05/2024

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R$ 1.505,78
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R$ 0,22
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R$ 0,22

PJe Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 19/05/2025, às 08:54:06 - 413c078

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PREVJUD

HISTÓRICO DE CRÉDITOS

19/05/2025 08:42:54

IDENTIFICAÇÃO DO FILIADO

NIT:	164.44147.41-8	CPF:	800.381.314-04	Data Nasc.:	21/03/1977
Nome:	MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS				
Nome da Mãe:	JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS				
Compet. Inicial:	06/1994	Compet. Final:	05/2025		

CRÉDITOS DO BENEFÍCIO

NB:	6473220040		
Espécie:	31 - AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA PREVIDENCIÁRIO		
APS:	15001090 - AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RECIFE - ENCRUZILHADA		
Data de Início do Benefício (DIB):	10/01/2024	Data de Início do Benefício (DIB):	19/02/2025
Data de Início do Pagamento (DIP):	10/01/2024	MR:	R$ 1.577,60

Compet.	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
03/2024	01/03/2024 a 31/03/2024	R$ 1.506,00	CMG - CARTAO MAGNETICO		04/04/2024	04/04/2024	Não	Sim

Dados Bancários

Banco: 341 - ITAU OP: 14333 - RECIFE BAIRR ENCRUZILHAD Ocorrência: Pagamento efetivado

Data Cálculo: 11/03/2024 Origem: Maciça Validade Início: 04/04/2024 Fim: 31/05/2024

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R$ 1.505,78
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R$ 0,22
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R$ 0,44

PJe Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 19/05/2025, às 08:54:06 - 413c078

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PREVJUD

HISTÓRICO DE CRÉDITOS

19/05/2025 08:42:54

IDENTIFICAÇÃO DO FILIADO

NIT:	164.44147.41-8	CPF:	800.381.314-04	Data Nasc.:	21/03/1977
Nome:	MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS				
Nome da Mãe:	JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS				
Compet. Inicial:	06/1994	Compet. Final:	05/2025		

CRÉDITOS DO BENEFÍCIO

NB:	6473220040		
Espécie:	31 - AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA PREVIDENCIÁRIO		
APS:	15001090 - AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RECIFE - ENCRUZILHADA		
Data de Início do Benefício (DIB):	10/01/2024	Data de Início do Benefício (DIB):	19/02/2025
Data de Início do Pagamento (DIP):	10/01/2024	MR:	R$ 1.577,60

Compet.	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
04/2024	01/04/2024 a 30/04/2024	R$ 1.757,00	CMG - CARTAO MAGNETICO		07/05/2024	08/05/2024	Não	Sim

Dados Bancários

Banco: 341 - ITAU OP: 14333 - RECIFE BAIRR ENCRUZILHAD Ocorrência: Pagamento efetivado

Data Cálculo: 07/04/2024 Origem: Maciça Validade Início: 07/05/2024 Fim: 28/06/2024

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R$ 1.505,78
104	VALOR DO DECIMO-TERCEIRO SALARIO	R$ 250,96
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R$ 0,26
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R$ 0,70

PJe Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 19/05/2025, às 08:54:06 - 413c078

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PREVJUD

HISTÓRICO DE CRÉDITOS

19/05/2025 08:42:54

IDENTIFICAÇÃO DO FILIADO

NIT:	164.44147.41-8	CPF:	800.381.314-04	Data Nasc.:	21/03/1977
Nome:	MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS				
Nome da Mãe:	JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS				
Compet. Inicial:	06/1994	Compet. Final:	05/2025		

CRÉDITOS DO BENEFÍCIO

NB:	6473220040		
Espécie:	31 - AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA PREVIDENCIÁRIO		
APS:	15001090 - AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RECIFE - ENCRUZILHADA		
Data de Início do Benefício (DIB):	10/01/2024	Data de Início do Benefício (DIB):	19/02/2025
Data de Início do Pagamento (DIP):	10/01/2024	MR:	R$ 1.577,60

Compet.	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
05/2024	01/05/2024 a 31/05/2024	R$ 1.883,00	CMG - CARTAO MAGNETICO		06/06/2024	06/06/2024	Não	Sim

Dados Bancários

Banco: 341 - ITAU OP: 14333 - RECIFE BAIRR ENCRUZILHAD Ocorrência: Pagamento efetivado

Data Cálculo: 06/05/2024 Origem: Maciça Validade Início: 06/06/2024 Fim: 31/07/2024

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R$ 1.505,78
104	VALOR DO DECIMO-TERCEIRO SALARIO	R$ 627,40
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R$ 0,78
218	13. SALARIO PAGO COMPETENCIAS ANTERIORES	R$ 250,96
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R$ 1,48
323	ADIANTAMENTO DE 13 COMPETENCIA ANTERIOR	R$ 250,96

PJe Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 19/05/2025, às 08:54:06 - 413c078

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PREVJUD

HISTÓRICO DE CRÉDITOS

19/05/2025 08:42:54

IDENTIFICAÇÃO DO FILIADO

NIT:	164.44147.41-8	CPF:	800.381.314-04	Data Nasc.:	21/03/1977
Nome:	MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS				
Nome da Mãe:	JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS				
Compet. Inicial:	06/1994	Compet. Final:	05/2025		

CRÉDITOS DO BENEFÍCIO

NB:	6473220040		
Espécie:	31 - AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA PREVIDENCIÁRIO		
APS:	15001090 - AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RECIFE - ENCRUZILHADA		
Data de Início do Benefício (DIB):	10/01/2024	Data de Início do Benefício (DIB):	19/02/2025
Data de Início do Pagamento (DIP):	10/01/2024	MR:	R$ 1.577,60

Compet.	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
06/2024	01/06/2024 a 30/06/2024	R$ 1.506,00	CMG - CARTAO MAGNETICO		04/07/2024	04/07/2024	Não	Sim

Dados Bancários

Banco: 341 - ITAU OP: 14333 - RECIFE BAIRR ENCRUZILHAD Ocorrência: Pagamento efetivado

Data Cálculo: 09/06/2024 Origem: Maciça Validade Início: 04/07/2024 Fim: 30/08/2024

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R$ 1.505,78
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R$ 0,22
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R$ 1,70

PJe Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 19/05/2025, às 08:54:06 - 413c078

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PREVJUD

HISTÓRICO DE CRÉDITOS

19/05/2025 08:42:54

IDENTIFICAÇÃO DO FILIADO

NIT:	164.44147.41-8	CPF:	800.381.314-04	Data Nasc.:	21/03/1977
Nome:	MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS				
Nome da Mãe:	JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS				
Compet. Inicial:	06/1994	Compet. Final:	05/2025		

CRÉDITOS DO BENEFÍCIO

NB:	6473220040		
Espécie:	31 - AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA PREVIDENCIÁRIO		
APS:	15001090 - AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RECIFE - ENCRUZILHADA		
Data de Início do Benefício (DIB):	10/01/2024	Data de Início do Benefício (DIB):	19/02/2025
Data de Início do Pagamento (DIP):	10/01/2024	MR:	R$ 1.577,60

Compet.	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
07/2024	01/07/2024 a 31/07/2024	R$ 1.506,00	CMG - CARTAO MAGNETICO		06/08/2024	07/08/2024	Não	Sim

Dados Bancários

Banco: 341 - ITAU OP: 14333 - RECIFE BAIRR ENCRUZILHAD Ocorrência: Pagamento efetivado

Data Cálculo: 08/07/2024 Origem: Maciça Validade Início: 06/08/2024 Fim: 30/09/2024

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R$ 1.505,78
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R$ 0,22
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R$ 1,92

PJe Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 19/05/2025, às 08:54:06 - 413c078

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PREVJUD

HISTÓRICO DE CRÉDITOS

19/05/2025 08:42:54

IDENTIFICAÇÃO DO FILIADO

NIT:	164.44147.41-8	CPF:	800.381.314-04	Data Nasc.:	21/03/1977
Nome:	MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS				
Nome da Mãe:	JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS				
Compet. Inicial:	06/1994	Compet. Final:	05/2025		

CRÉDITOS DO BENEFÍCIO

NB:	6473220040		
Espécie:	31 - AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA PREVIDENCIÁRIO		
APS:	15001090 - AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RECIFE - ENCRUZILHADA		
Data de Início do Benefício (DIB):	10/01/2024	Data de Início do Benefício (DIB):	19/02/2025
Data de Início do Pagamento (DIP):	10/01/2024	MR:	R$ 1.577,60

Compet.	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
08/2024	01/08/2024 a 31/08/2024	R$ 1.506,00	CMG - CARTAO MAGNETICO		05/09/2024	06/09/2024	Não	Sim

Dados Bancários

Banco: 341 - ITAU OP: 14333 - RECIFE BAIRR ENCRUZILHAD Ocorrência: Pagamento efetivado

Data Cálculo: 11/08/2024 Origem: Maciça Validade Início: 05/09/2024 Fim: 31/10/2024

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R$ 1.505,78
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R$ 0,22
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R$ 2,14

PJe Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 19/05/2025, às 08:54:06 - 413c078

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PREVJUD

HISTÓRICO DE CRÉDITOS

19/05/2025 08:42:54

IDENTIFICAÇÃO DO FILIADO

NIT:	164.44147.41-8	CPF:	800.381.314-04	Data Nasc.:	21/03/1977
Nome:	MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS				
Nome da Mãe:	JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS				
Compet. Inicial:	06/1994	Compet. Final:	05/2025		

CRÉDITOS DO BENEFÍCIO

NB:	6473220040		
Espécie:	31 - AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA PREVIDENCIÁRIO		
APS:	15001090 - AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RECIFE - ENCRUZILHADA		
Data de Início do Benefício (DIB):	10/01/2024	Data de Início do Benefício (DIB):	19/02/2025
Data de Início do Pagamento (DIP):	10/01/2024	MR:	R$ 1.577,60

Compet.	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
09/2024	01/09/2024 a 30/09/2024	R$ 1.506,00	CMG - CARTAO MAGNETICO		04/10/2024	04/10/2024	Não	Sim

Dados Bancários

Banco: 341 - ITAU OP: 14333 - RECIFE BAIRR ENCRUZILHAD Ocorrência: Pagamento efetivado

Data Cálculo: 08/09/2024 Origem: Maciça Validade Início: 04/10/2024 Fim: 29/11/2024

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R$ 1.505,78
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R$ 0,22
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R$ 2,36

PJe Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 19/05/2025, às 08:54:06 - 413c078

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PREVJUD

HISTÓRICO DE CRÉDITOS

19/05/2025 08:42:54

IDENTIFICAÇÃO DO FILIADO

NIT:	164.44147.41-8	CPF:	800.381.314-04	Data Nasc.:	21/03/1977
Nome:	MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS				
Nome da Mãe:	JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS				
Compet. Inicial:	06/1994	Compet. Final:	05/2025		

CRÉDITOS DO BENEFÍCIO

NB:	6473220040		
Espécie:	31 - AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA PREVIDENCIÁRIO		
APS:	15001090 - AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RECIFE - ENCRUZILHADA		
Data de Início do Benefício (DIB):	10/01/2024	Data de Início do Benefício (DIB):	19/02/2025
Data de Início do Pagamento (DIP):	10/01/2024	MR:	R$ 1.577,60

Compet.	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
10/2024	01/10/2024 a 31/10/2024	R$ 1.506,00	CMG - CARTAO MAGNETICO		06/11/2024	07/11/2024	Não	Sim

Dados Bancários

Banco: 341 - ITAU OP: 14333 - RECIFE BAIRR ENCRUZILHAD Ocorrência: Pagamento efetivado

Data Cálculo: 11/10/2024 Origem: Maciça Validade Início: 06/11/2024 Fim: 30/12/2024

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R$ 1.505,78
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R$ 0,22
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R$ 2,58

PJe Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 19/05/2025, às 08:54:06 - 413c078

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PREVJUD

HISTÓRICO DE CRÉDITOS

19/05/2025 08:42:54

IDENTIFICAÇÃO DO FILIADO

NIT:	164.44147.41-8	CPF:	800.381.314-04	Data Nasc.:	21/03/1977
Nome:	MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS				
Nome da Mãe:	JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS				
Compet. Inicial:	06/1994	Compet. Final:	05/2025		

CRÉDITOS DO BENEFÍCIO

NB:	6473220040		
Espécie:	31 - AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA PREVIDENCIÁRIO		
APS:	15001090 - AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RECIFE - ENCRUZILHADA		
Data de Início do Benefício (DIB):	10/01/2024	Data de Início do Benefício (DIB):	19/02/2025
Data de Início do Pagamento (DIP):	10/01/2024	MR:	R$ 1.577,60

Compet.	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
11/2024	01/11/2024 a 30/11/2024	R$ 2.382,00	CMG - CARTAO MAGNETICO		05/12/2024	05/12/2024	Não	Sim

Dados Bancários

Banco: 341 - ITAU OP: 14333 - RECIFE BAIRR ENCRUZILHAD Ocorrência: Pagamento efetivado

Data Cálculo: 10/11/2024 Origem: Maciça Validade Início: 05/12/2024 Fim: 31/01/2025

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R$ 1.505,78
104	VALOR DO DECIMO-TERCEIRO SALARIO	R$ 1.505,78
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R$ 0,42
215	AJUSTE DO ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R$ 2,58
218	13. SALARIO PAGO COMPETENCIAS ANTERIORES	R$ 627,40
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R$ 0,42
323	ADIANTAMENTO DE 13 COMPETENCIA ANTERIOR	R$ 627,40

PJe Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 19/05/2025, às 08:54:06 - 413c078

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PREVJUD

HISTÓRICO DE CRÉDITOS

19/05/2025 08:42:54

IDENTIFICAÇÃO DO FILIADO

NIT:	164.44147.41-8	CPF:	800.381.314-04	Data Nasc.:	21/03/1977
Nome:	MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS				
Nome da Mãe:	JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS				
Compet. Inicial:	06/1994	Compet. Final:	05/2025		

CRÉDITOS DO BENEFÍCIO

NB:	6473220040		
Espécie:	31 - AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA PREVIDENCIÁRIO		
APS:	15001090 - AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RECIFE - ENCRUZILHADA		
Data de Início do Benefício (DIB):	10/01/2024	Data de Início do Benefício (DIB):	19/02/2025
Data de Início do Pagamento (DIP):	10/01/2024	MR:	R$ 1.577,60

Compet.	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
12/2024	01/12/2024 a 31/12/2024	R$ 1.506,00	CMG - CARTAO MAGNETICO		07/01/2025	09/01/2025	Não	Sim

Dados Bancários

Banco: 341 - ITAU OP: 14333 - RECIFE BAIRR ENCRUZILHAD Ocorrência: Pagamento efetivado

Data Cálculo: 08/12/2024 Origem: Maciça Validade Início: 07/01/2025 Fim: 28/02/2025

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R$ 1.505,78
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R$ 0,22
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R$ 0,64

PJe Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 19/05/2025, às 08:54:06 - 413c078

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PREVJUD

HISTÓRICO DE CRÉDITOS

19/05/2025 08:42:54

IDENTIFICAÇÃO DO FILIADO

NIT:	164.44147.41-8	CPF:	800.381.314-04	Data Nasc.:	21/03/1977
Nome:	MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS				
Nome da Mãe:	JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS				
Compet. Inicial:	06/1994	Compet. Final:	05/2025		

CRÉDITOS DO BENEFÍCIO

NB:	6473220040		
Espécie:	31 - AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA PREVIDENCIÁRIO		
APS:	15001090 - AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RECIFE - ENCRUZILHADA		
Data de Início do Benefício (DIB):	10/01/2024	Data de Início do Benefício (DIB):	19/02/2025
Data de Início do Pagamento (DIP):	10/01/2024	MR:	R$ 1.577,60

Compet.	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
01/2025	01/01/2025 a 31/01/2025	R$ 1.578,00	CMG - CARTAO MAGNETICO		06/02/2025	10/02/2025	Não	Sim

Dados Bancários

Banco: 341 - ITAU OP: 14333 - RECIFE BAIRR ENCRUZILHAD Ocorrência: Pagamento efetivado

Data Cálculo: 12/01/2025 Origem: Maciça Validade Início: 06/02/2025 Fim: 31/03/2025

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R$ 1.577,60
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R$ 0,40
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R$ 1,04

PJe Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 19/05/2025, às 08:54:06 - 413c078

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PREVJUD

HISTÓRICO DE CRÉDITOS

19/05/2025 08:42:54

IDENTIFICAÇÃO DO FILIADO

NIT:	164.44147.41-8	CPF:	800.381.314-04	Data Nasc.:	21/03/1977
Nome:	MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS				
Nome da Mãe:	JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS				
Compet. Inicial:	06/1994	Compet. Final:	05/2025		

CRÉDITOS DO BENEFÍCIO

NB:	6473220040		
Espécie:	31 - AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA PREVIDENCIÁRIO		
APS:	15001090 - AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RECIFE - ENCRUZILHADA		
Data de Início do Benefício (DIB):	10/01/2024	Data de Início do Benefício (DIB):	19/02/2025
Data de Início do Pagamento (DIP):	10/01/2024	MR:	R$ 1.577,60

Compet.	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
02/2025	01/02/2025 a 19/02/2025	R$ 1.261,03	CMG - CARTAO MAGNETICO		11/03/2025	12/03/2025	Não	Sim

Dados Bancários

Banco: 341 - ITAU OP: 14333 - RECIFE BAIRR ENCRUZILHAD Ocorrência: Pagamento efetivado

Data Cálculo: 09/02/2025 Origem: Maciça Validade Início: 11/03/2025 Fim: 30/04/2025

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R$ 999,14
104	VALOR DO DECIMO-TERCEIRO SALARIO	R$ 262,93
215	AJUSTE DO ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R$ 1,04

PJe

Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 19/05/2025, às 08:54:06 - 413c078
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25051908442852000000087473163?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25051908442852000000087473163

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
CARTA CONCESSÃO

19/05/2025 08:42:54

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS

Nit: 1644414741-8

Aps: 15.0.01.090 - AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RECIFE - ENCRUZILHADA

Número do Benefício: 647322004-0

Data de Concessão do Benefício: 08/03/2024

Comunicamos que lhe foi concedido **AUXILIO P/INCAPACIDADE TEMPORARIA PREVID (31)** número **647322004-0** requerido em **10/01/2024** com renda mensal de **R$ 1.505,78**, calculada conforme abaixo, com início de vigência a partir de **10/01/2024**.

Quem pediu o pagamento do benefício em conta corrente ou poupança, deve olhar o extrato da conta. Quem não fez essa opção, deve ir ao banco indicado abaixo, levando obrigatoriamente o documento de identificação usado para pedir o benefício. Os próximos pagamentos serão realizados no **4º** dia útil de cada

Mantenha seus dados atualizados. Se precisar alterar nome, telefone, e-mail ou endereço, acesse o Meu INSS ou entre em contrato pelo telefone 135.

Dados do Pagamento do Benefício

Órgão Pagador / Agência Bancária: 0814 / ITAU - RECIFE BAIRR ENCRUZILHAD

Endereço: AV JOAO DE BARROS 1665 - ESPINHEIRO

Cálculo de Benefícios segundo a Lei 9876, de 29/11/1999

Seq.	Data	Salário	Índice	Sal. Corrigido	Observação
001	11/2023	1.805,57	1,0065	1.817,31	
002	10/2023	1.731,66	1,0077	1.745,01	
003	09/2023	1.650,00	1,0088	1.664,55	
004	08/2023	1.650,00	1,0108	1.667,88	
005	07/2023	1.731,00	1,0099	1.748,18	
006	06/2023	1.650,00	1,0089	1.664,71	
007	05/2023	2.402,90	1,0125	2.433,06	
008	04/2023	1.707,75	1,0179	1.738,34	
009	03/2023	1.627,50	1,0244	1.667,26	
010	02/2023	1.627,50	1,0323	1.680,10	
011	01/2023	1.789,59	1,0370	1.855,93	
012	12/2022	1.762,47	1,0442	1.840,41	
013	11/2022	1.610,41	1,0481	1.688,02	
014	10/2022	1.515,00	1,0531	1.595,47	
015	09/2022	2.332,36	1,0497	2.448,39	
016	08/2022	1.768,26	1,0464	1.850,47	
017	07/2022	1.741,35	1,0402	1.811,38	
018	06/2022	1.515,00	1,0466	1.585,69	

PJe Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 19/05/2025, às 08:54:06 - 7c99397

019	05/2022	1.802,05	1,0513	1.894,63
020	04/2022	1.879,06	1,0623	1.996,14
021	03/2022	1.515,00	1,0804	1.636,92
022	02/2022	1.515,00	1,0912	1.653,29
023	01/2022	1.515,00	1,0985	1.664,36
024	12/2021	1.454,48	1,1066	1.609,54
025	11/2021	1.453,93	1,1159	1.622,45
026	10/2021	1.468,91	1,1288	1.658,18
027	09/2021	2.051,02	1,1423	2.343,08
028	08/2021	1.399,50	1,1524	1.612,85
029	07/2021	1.456,40	1,1642	1.695,55
030	06/2021	1.617,66	1,1711	1.894,59
031	05/2021	1.677,41	1,1824	1.983,42
032	04/2021	2.438,66	1,1869	2.894,51
033	03/2021	1.748,84	1,1971	2.093,59
034	02/2021	1.617,15	1,2069	1.951,82
035	01/2021	1.710,87	1,2102	2.070,51
036	12/2020	1.368,01	1,2278	1.679,75
037	11/2020	1.579,95	1,2395	1.958,41
038	10/2020	1.380,14	1,2505	1.725,97
039	09/2020	1.772,32	1,2614	2.235,70
040	08/2020	1.515,25	1,2659	1.918,30
041	07/2020	1.563,58	1,2715	1.988,19
042	06/2020	1.370,57	1,2753	1.748,00
043	05/2020	1.525,13	1,2721	1.940,26
044	04/2020	1.367,78	1,2692	1.736,08
045	03/2020	1.409,37	1,2715	1.792,09
046	02/2020	1.343,25	1,2737	1.710,91
047	01/2020	1.335,75	1,2761	1.704,59
048	12/2019	1.256,21	1,2917	1.622,65
049	10/2019	1.018,90	1,2991	1.323,75
050	09/2019	2.130,07	1,2985	2.766,00
051	08/2019	1.197,60	1,3001	1.557,00
052	07/2019	1.260,09	1,3014	1.639,89
053	06/2019	1.197,60	1,3015	1.558,72
054	05/2019	1.397,20	1,3034	1.821,23
055	04/2019	1.320,48	1,3113	1.731,55

PJe Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 19/05/2025, às 08:54:06 - 7c99397

056	03/2019	1.256,05	1,3214	1.659,75
057	02/2019	1.197,60	1,3285	1.591,06
058	01/2019	1.256,43	1,3333	1.675,23
059	12/2018	1.215,53	1,3351	1.622,96
060	11/2018	1.222,28	1,3318	1.627,89
061	10/2018	1.162,76	1,3371	1.554,82
062	09/2018	1.580,39	1,3411	2.119,60
063	08/2018	1.162,76	1,3411	1.559,48
064	07/2018	1.162,76	1,3445	1.563,38
065	06/2018	1.162,76	1,3637	1.585,74
066	05/2018	1.280,53	1,3696	1.753,86
067	04/2018	1.281,59	1,3725	1.759,00
068	03/2018	1.144,80	1,3734	1.572,35
069	02/2018	1.144,80	1,3759	1.575,18
070	01/2018	1.205,11	1,3791	1.661,98
071	12/2017	1.194,73	1,3826	1.651,95
072	11/2017	1.134,40	1,3851	1.571,35
073	10/2017	1.134,40	1,3903	1.577,16
074	09/2017	1.537,08	1,3900	2.136,59
075	08/2017	1.134,40	1,3896	1.576,38
076	07/2017	1.284,13	1,3919	1.787,48
077	06/2017	1.134,40	1,3878	1.574,32
078	05/2017	1.234,35	1,3928	1.719,20
079	04/2017	1.124,40	1,3939	1.567,31
080	03/2017	1.124,40	1,3983	1.572,33
081	02/2017	1.124,40	1,4017	1.576,10
082	01/2017	1.180,51	1,4076	1.661,70
083	12/2016	1.068,50	1,4095	1.506,14
084	11/2016	1.123,24	1,4105	1.584,41
085	10/2016	1.068,50	1,4129	1.509,76
086	09/2016	1.467,90	1,4141	2.075,76
087	08/2016	1.066,00	1,4184	1.512,10
088	07/2016	1.066,00	1,4275	1.521,78
089	06/2016	1.054,31	1,4342	1.512,17
090	05/2016	1.120,74	1,4483	1.623,20
091	04/2016	1.066,00	1,4576	1.553,80
092	03/2016	1.056,00	1,4640	1.545,99

PJe Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 19/05/2025, às 08:54:06 - 7c99397

093	02/2016	1.056,00	1,4779	1.560,68
094	01/2016	1.113,94	1,5002	1.671,17
095	12/2015	1.005,08	1,5137	1.521,43
096	11/2015	955,60	1,5305	1.462,58
097	10/2015	955,60	1,5423	1.473,84
098	09/2015	955,60	1,5501	1.481,36
099	08/2015	970,60	1,5540	1.508,38
100	07/2015	1.021,10	1,5630	1.596,06
101	06/2015	1.151,47	1,5751	1.813,70
102	05/2015	1.197,63	1,5907	1.905,08
103	04/2015	1.103,20	1,6020	1.767,33
104	03/2015	1.257,12	1,6261	2.044,32
105	02/2015	1.103,20	1,6450	1.814,83
106	01/2015	772,24	1,6694	1.289,18
107	09/2014	717,60	1,7033	1.222,34
108	08/2014	780,00	1,7064	1.331,03
109	07/2014	671,27	1,7086	1.146,97
110	06/2014	780,00	1,7131	1.336,22
111	05/2014	780,00	1,7233	1.344,24
112	04/2014	800,53	1,7368	1.390,38
113	03/2014	792,49	1,7510	1.387,70
114	02/2014	814,43	1,7622	1.435,25
115	01/2014	731,83	1,7733	1.297,81
116	12/2013	708,57	1,7861	1.265,61
117	01/2013	678,00	1,8720	1.269,23
118	12/2012	660,00	1,8858	1.244,68
119	11/2012	660,00	1,8960	1.251,40
120	10/2012	659,25	1,9095	1.258,85
121	09/2012	660,00	1,9215	1.268,22
122	08/2012	660,00	1,9302	1.273,93
123	07/2012	665,72	1,9385	1.290,50
124	06/2012	660,00	1,9435	1.282,74
125	05/2012	660,00	1,9542	1.289,79
126	04/2012	660,00	1,9667	1.298,05
127	03/2012	660,00	1,9702	1.300,38
128	02/2012	698,00	1,9779	1.380,62
129	01/2012	619,10	1,9880	1.230,80

PJe Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 19/05/2025, às 08:54:06 - 7c99397

130	12/2011	580,00	1,9981	1.158,95
131	11/2011	580,00	2,0095	1.165,55

Fator Previdenciário = $\frac{Tc \times a}{Es} \times \left(1 + \frac{(Id + Tc \times a)}{100}\right)$ = 0,0000

onde,

Tc - Tempo de contribuição = 10 grupos de 12 contribuicoes

Es - Expectativa de Sobrevida = 0,0 ano(s)

Id - Idade = 0 ano(s)

a - Alíquota = 0,00

Salário de Benefício = média X fator previdenciário = 1.654,71

onde,

média - Média dos 80% maiores salários de contribuição = 216.767,07 / 131 = 1.654,71

y - Número de meses, após a Publicação da Lei = 290

Renda Mensal Inicial = *Salário de Benefício* X *coeficiente* = **1.505,78**

onde, *Coeficiente* = 0.91

Cálculo de Benefícios segundo a Lei 9876, de 29/11/1999

Seq.	Data	Salário	Índice	Sal. Corrigido	Observação
001	11/2023	1.805,57	1,0065	1.817,31	
002	10/2023	1.731,66	1,0077	1.745,01	
003	09/2023	1.650,00	1,0088	1.664,55	
004	08/2023	1.650,00	1,0108	1.667,88	
005	07/2023	1.731,00	1,0099	1.748,18	
006	06/2023	1.650,00	1,0089	1.664,71	
007	05/2023	2.402,90	1,0125	2.433,06	
008	04/2023	1.707,75	1,0179	1.738,34	
009	03/2023	1.627,50	1,0244	1.667,26	
010	02/2023	1.627,50	1,0323	1.680,10	
011	01/2023	1.789,59	1,0370	1.855,93	
012	12/2022	1.762,47	1,0442	1.840,41	

PJe Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 19/05/2025, às 08:54:06 - 7c99397

Fator Previdenciário = $\frac{Tc \times a}{Es} \times \left(1 + \frac{(Id + Tc \times a)}{100}\right)$ = 0,0000

onde,

Tc - Tempo de contribuição = 10 grupos de 12 contribuicoes

Es - Expectativa de Sobrevida = 0,0 ano(s)

Id - Idade = 0 ano(s)

a - Alíquota = 0,00

Salário de Benefício = média X fator previdenciário =

onde,

média - Média dos 80% maiores salários de contribuição = 21.522,74 / 12 = 1.793,56

y - Número de meses, após a Publicação da Lei = 290

Renda Mensal Inicial = *Salário de Benefício* X *coeficiente* = **1.505,78**

onde, *Coeficiente* = 1.0

Após o saque do primeiro pagamento, do PIS/PASEP ou FGTS, não será mais possível renunciar ou reverter os benefícios de aposentadoria (seja aposentadoria por idade, tempo de contribuição ou especial).

Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 19/05/2025, às 08:54:06 - 7c99397
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25051908442955900000087473164?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25051908442955900000087473164

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PREVJUD

QUADRO DE RESUMO PREVIDENCIÁRIO

MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS

Mãe: JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS

Pai: IGNORADO

Sexo: FEMININO	Nacionalidade: BRASILEIRA
Estado Civil:	UF de Origem:
Grau de Instrução:	Município de Origem:
Data de Nascimento: 21/03/1977	Data de Óbito:

NIT	CPF	RG	CTPS
Principal: 164.44147.41-8	Número: 800.381.314-04	Número: 5841105 EMISSÃO 14/04/2004 UF PE	Número: Série: Número: 78652, Série: 79, UF: PE, Data de Emissão: 18/05/2004

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

1/1

AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA PREVIDENCIÁRIO

NB: 647.322.004-0

CESSADO

Despacho:

Indica DCA: SIM

Início da doença	Início do benefício	Entrada do Requerimento	Cessação
10/01/2024	10/01/2024	10/01/2024	19/02/2025

Início da incapacidade	Início do pagamento
10/01/2024	10/01/2024

Valor do salário do benefício: R$ 1.654,71

RMI: 91%

Valor da renda mensal inicial: R$ 1.505,78

Valor da renda mensal atualizada: R$ 1.577,60

Forma de filiação:	Ramo de atividade:	Tipo do segurado:
DESEMPREGADO	COMERCIÁRIOS	TITULAR

PJe Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 19/05/2025, às 08:54:06 - 8b0bd7c

EXTRATO PREVIDENCIÁRIO

Número do documento	Tipo do filiado	Fonte de Informação	Tipo da fonte de Informação	Data de início	Data fim	Vínculo trabalhista
10161994238	Empregado			01/11/2011	31/01/2013	SIM
10354611522	Empregado			02/12/2013	30/09/2014	SIM
0	Empregado			10/01/2015	05/12/2023	SIM
0	Não Informado			10/01/2024	19/02/2025	NÃO

PJe Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 19/05/2025, às 08:54:06 - 8b0bd7c

HISTÓRICO DE CRÉDITOS

Data de início período	Data de fim período	Data de pagamento de crédito	Crédito pago	Retorno banco	Valor líquido	Renda Mensal (RM)
10/01/2024	31/01/2024	04/04/2024	SIM	SIM	R$ 1.054,04	R$ 1.577,60
01/02/2024	29/02/2024	04/04/2024	SIM	SIM	R$ 1.506,00	R$ 1.577,60
01/03/2024	31/03/2024	04/04/2024	SIM	SIM	R$ 1.506,00	R$ 1.577,60
01/04/2024	30/04/2024	08/05/2024	SIM	SIM	R$ 1.757,00	R$ 1.577,60
01/05/2024	31/05/2024	06/06/2024	SIM	SIM	R$ 1.883,00	R$ 1.577,60
01/06/2024	30/06/2024	04/07/2024	SIM	SIM	R$ 1.506,00	R$ 1.577,60
01/07/2024	31/07/2024	07/08/2024	SIM	SIM	R$ 1.506,00	R$ 1.577,60
01/08/2024	31/08/2024	06/09/2024	SIM	SIM	R$ 1.506,00	R$ 1.577,60
01/09/2024	30/09/2024	04/10/2024	SIM	SIM	R$ 1.506,00	R$ 1.577,60
01/10/2024	31/10/2024	07/11/2024	SIM	SIM	R$ 1.506,00	R$ 1.577,60
01/11/2024	30/11/2024	05/12/2024	SIM	SIM	R$ 2.382,00	R$ 1.577,60
01/12/2024	31/12/2024	09/01/2025	SIM	SIM	R$ 1.506,00	R$ 1.577,60
01/01/2025	31/01/2025	10/02/2025	SIM	SIM	R$ 1.578,00	R$ 1.577,60
01/02/2025	19/02/2025	12/03/2025	SIM	SIM	R$ 1.261,03	R$ 1.577,60

Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 19/05/2025, às 08:54:06 - 8b0bd7c
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25051908443067300000087473166?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25051908443067300000087473166

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PREVJUD

DECLARAÇÃO DE BENEFÍCIOS

DATA DO DOSSIÊ: 19/05/2025 08:39:03

CONSTA no Sistema Único de Benefícios, a concessão do(s) seguinte(s) benefício(s) que possuam como titular o CPF nº 800.381.314-04 pertencente a MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS:

Número do Benefício	Situação	Espécie	Último Pgto.	Início	Cessação
647.322.004-0	CESSADO	AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA PREVIDENCIÁRIO	R$ 1.577,60	10/01/2024	19/02/2025

*Último Pgto: Refere-se ao valor atualizado da renda mensal inicial, reajustado pelos índices de correção monetária. Se a espécie for Pensão Alimentícia, o valor deverá ser consultado no histórico de créditos.

DOCUMENTO GERADO PELO PDPJ EM: 19/05/2025 08:42:54

PJe

Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 19/05/2025, às 08:54:06 - 45f78b9
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25051908443225700000087473167?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25051908443225700000087473167

PREVIDÊNCIA SOCIAL
Instituto Nacional do Seguro Social

INSS
CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais
Extrato Previdenciário

19/05/2025 08:42:54

Identificação do Filiado

NIT: 164.44147.41-8 CPF: 800.381.314-04 **Nome:** MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS

Data de nascimento: 21/03/1977 **Nome da mãe:** JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS

Relações Previdenciárias

Seq.	NIT	Código Emp.	Origem do Vínculo	Data Início	Data Fim	Tipo Filiado no Vínculo	Últ. Remun.	Indicadores
1	164.44147.41-8	03.485.324/0001-55	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL SENAC	01/11/2011	31/01/2013		01/2013	

Remunerações

Competência	Remuneração	Indicadores	Competência	Remuneração	Indicadores	Competência	Remuneração	Indicadores
11/2011	580,00		12/2011	580,00		01/2012	619,10	
02/2012	698,00		03/2012	660,00		04/2012	660,00	
05/2012	660,00		06/2012	660,00		07/2012	665,72	
08/2012	660,00		09/2012	660,00		10/2012	659,25	
11/2012	660,00		12/2012	660,00		01/2013	678,00	

Seq.	NIT	Código Emp.	Origem do Vínculo	Data Início	Data Fim	Tipo Filiado no Vínculo	Últ. Remun.	Indicadores
2	164.44147.41-8	03.485.324/0001-55	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL SENAC	02/12/2013	30/09/2014		09/2014	

Remunerações

Competência	Remuneração	Indicadores	Competência	Remuneração	Indicadores	Competência	Remuneração	Indicadores
12/2013	708,57		01/2014	731,83		02/2014	814,43	
03/2014	792,49		04/2014	800,53		05/2014	780,00	
06/2014	780,00		07/2014	671,27		08/2014	780,00	
09/2014	717,60							

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, observados os arts.19 ao 19-F do RPS aprovado pelo Decreto 3.048/99.
O segurado somente terá reconhecida como tempo de contribuição ao RGPS a competência cujo valor consolidado seja igual ou superior ao salário mínimo, sendo assegurados os ajustes de complementação, utilização ou agrupamento, conforme o caso, de acordo com o § 14 do art.195 da CF/1988 e art.29 da EC 103/2019.

PJe Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 19/05/2025, às 08:54:06 - 15d207c

PREVIDÊNCIA SOCIAL
Instituto Nacional do Seguro Social

INSS
CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais
Extrato Previdenciário

19/05/2025 08:42:54

Identificação do Filiado

NIT: 164.44147.41-8 CPF: 800.381.314-04 **Nome:** MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS

Data de nascimento: 21/03/1977 **Nome da mãe:** JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS

Relações Previdenciárias

Seq.	NIT	Código Emp.	Origem do Vínculo	Data Início	Data Fim	Tipo Filiado no Vínculo	Últ. Remun.	Indicadores
3	164.44147.41-8	10.869.782	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE	10/01/2015	05/12/2023		12/2023	IVIN-JORN-DIFERENCIADA, IREM-INDPEND

Remunerações

Competência	Remuneração	Indicadores	Competência	Remuneração	Indicadores	Competência	Remuneração	Indicadores
01/2015	772,24		02/2015	1.103,20		03/2015	1.257,12	
04/2015	1.103,20		05/2015	1.197,63		06/2015	1.151,47	
07/2015	1.021,10		08/2015	970,60		09/2015	955,60	
10/2015	955,60		11/2015	955,60		12/2015	1.005,08	
01/2016	1.113,94		02/2016	1.056,00		03/2016	1.056,00	
04/2016	1.066,00		05/2016	1.120,74		06/2016	1.054,31	
07/2016	1.066,00		08/2016	1.066,00		09/2016	1.465,40	
09/2016	2,50	IREM-ACD	10/2016	1.066,00		10/2016	2,50	IREM-ACD
11/2016	1.120,74		11/2016	2,50	IREM-ACD	12/2016	1.066,00	
12/2016	2,50	IREM-ACD	01/2017	1.180,51		02/2017	1.124,40	
03/2017	1.124,40		04/2017	1.124,40		05/2017	1.234,35	
06/2017	1.134,40		07/2017	1.284,13		08/2017	1.134,40	
09/2017	1.537,08		10/2017	1.134,40		11/2017	1.134,40	
12/2017	1.194,73		01/2018	1.205,11		02/2018	1.144,80	
03/2018	1.144,80		04/2018	1.263,63		04/2018	17,96	IREM-ACD
05/2018	1.262,57		05/2018	17,96	IREM-ACD	06/2018	1.144,80	
06/2018	17,96	IREM-ACD	07/2018	1.144,80		07/2018	17,96	IREM-ACD

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, observados os arts.19 ao 19-F do RPS aprovado pelo Decreto 3.048/99.
O segurado somente terá reconhecida como tempo de contribuição ao RGPS a competência cujo valor consolidado seja igual ou superior ao salário mínimo, sendo assegurados os ajustes de complementação, utilização ou agrupamento, conforme o caso, de acordo com o § 14 do art.195 da CF/1988 e art.29 da EC 103/2019.

PJe Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 19/05/2025, às 08:54:06 - 15d207c

PREVIDÊNCIA SOCIAL
Instituto Nacional do Seguro Social

INSS
CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais
Extrato Previdenciário

19/05/2025 08:42:54

Identificação do Filiado

NIT: 164.44147.41-8 CPF: 800.381.314-04 **Nome:** MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS

Data de nascimento: 21/03/1977 **Nome da mãe:** JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS

Relações Previdenciárias

Remunerações

Competência	Remuneração	Indicadores	Competência	Remuneração	Indicadores	Competência	Remuneração	Indicadores
08/2018	1.144,80		08/2018	17,96	IREM-ACD	09/2018	1.562,43	
09/2018	17,96	IREM-ACD	10/2018	1.144,80		10/2018	17,96	IREM-ACD
11/2018	1.204,32		11/2018	17,96	IREM-ACD	12/2018	1.215,53	
01/2019	1.256,43		02/2019	1.197,60		03/2019	1.256,05	
04/2019	1.320,48		05/2019	1.397,20		06/2019	1.197,60	
07/2019	1.260,09		08/2019	1.197,60		09/2019	2.130,07	
10/2019	1.018,90		11/2019	991,97	PSC-MEN-SM-EC103	12/2019	1.256,21	
01/2020	1.335,75		02/2020	1.343,25		03/2020	1.409,37	
04/2020	1.367,78		05/2020	1.525,13		06/2020	1.370,57	
07/2020	1.563,58		08/2020	1.515,25		09/2020	1.772,32	
10/2020	1.380,14		11/2020	1.579,95		12/2020	1.368,01	
01/2021	1.710,87		02/2021	1.617,15		03/2021	1.748,84	
04/2021	2.438,66		05/2021	1.677,41		06/2021	1.617,66	
07/2021	1.456,40		08/2021	1.399,50		09/2021	2.051,02	
10/2021	1.468,91		11/2021	1.453,93		12/2021	1.454,48	
01/2022	1.515,00		02/2022	1.515,00		03/2022	1.515,00	
04/2022	1.879,06		05/2022	1.802,05		06/2022	1.515,00	
07/2022	1.741,35		08/2022	1.768,26		09/2022	2.332,36	
10/2022	1.515,00		11/2022	1.610,41		12/2022	1.762,47	

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, observados os arts.19 ao 19-F do RPS aprovado pelo Decreto 3.048/99.
O segurado somente terá reconhecida como tempo de contribuição ao RGPS a competência cujo valor consolidado seja igual ou superior ao salário mínimo, sendo assegurados os ajustes de complementação, utilização ou agrupamento, conforme o caso, de acordo com o § 14 do art.195 da CF/1988 e art.29 da EC 103/2019.

PJe Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 19/05/2025, às 08:54:06 - 15d207c

PREVIDÊNCIA SOCIAL
Instituto Nacional do Seguro Social

INSS
CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais
Extrato Previdenciário

19/05/2025 08:42:54

Identificação do Filiado

NIT: 164.44147.41-8 CPF: 800.381.314-04 **Nome:** MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS

Data de nascimento: 21/03/1977 **Nome da mãe:** JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS

Relações Previdenciárias

Remunerações

Competência	Remuneração	Indicadores	Competência	Remuneração	Indicadores	Competência	Remuneração	Indicadores
01/2023	1.789,59		02/2023	1.627,50		03/2023	1.627,50	
04/2023	1.707,75		05/2023	2.402,90		06/2023	1.650,00	
07/2023	1.731,00		08/2023	1.650,00		09/2023	1.650,00	
10/2023	1.731,66		11/2023	1.805,57		12/2023	517,86	PSC-MEN-SM-EC103

Seq.	NIT	NB	Origem do Vínculo	Espécie	Data Início	Data Fim	Situação
4	164.44147.41-8	6473220040	Benefício	31 - AUXILIO DOENCA PREVIDENCIARIO	10/01/2024	19/02/2025	CESSADO

Remunerações

Competência	Remuneração	Indicadores	Competência	Remuneração	Indicadores	Competência	Remuneração	Indicadores
02/2025	999,14		01/2025	1.577,60		12/2024	1.505,78	
11/2024	1.505,78		10/2024	1.505,78		09/2024	1.505,78	
08/2024	1.505,78		07/2024	1.505,78		06/2024	1.505,78	
05/2024	1.505,78		04/2024	1.505,78		03/2024	1.505,78	
02/2024	1.505,78		02/2024	1.054,04				

Legenda de Indicadores

Indicador	Descrição
IREM-ACD	Remuneração possui parcela de Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo.

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, observados os arts.19 ao 19-F do RPS aprovado pelo Decreto 3.048/99.
O segurado somente terá reconhecida como tempo de contribuição ao RGPS a competência cujo valor consolidado seja igual ou superior ao salário mínimo, sendo assegurados os ajustes de complementação, utilização ou agrupamento, conforme o caso, de acordo com o § 14 do art.195 da CF/1988 e art.29 da EC 103/2019.

PJe Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 19/05/2025, às 08:54:06 - 15d207c

PREVIDÊNCIA SOCIAL
Instituto Nacional do Seguro Social

INSS
CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais
Extrato Previdenciário

19/05/2025 08:42:54

Identificação do Filiado

NIT: 164.44147.41-8 CPF: 800.381.314-04 **Nome:** MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS

Data de nascimento: 21/03/1977 **Nome da mãe:** JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS

IREM-INDPEND	Remunerações com indicadores/pendências
IVIN-JORN-DIFERENCIADA	Vínculo possui regime de jornada diferenciada
PSC-MEN-SM-EC103	Pendência na competência em que o somatório dos salários de contribuição é menor que o mínimo. Competência pode ser passível de complementação, utilização ou agrupamento, de acordo com a EC 103/2019.

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, observados os arts.19 ao 19-F do RPS aprovado pelo Decreto 3.048/99.
O segurado somente terá reconhecida como tempo de contribuição ao RGPS a competência cujo valor consolidado seja igual ou superior ao salário mínimo, sendo assegurados os ajustes de complementação, utilização ou agrupamento, conforme o caso, de acordo com o § 14 do art.195 da CF/1988 e art.29 da EC 103/2019.

PJe
Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 19/05/2025, às 08:54:06 - 15d207c
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25051908443315800000087473169?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25051908443315800000087473169

PREVIDÊNCIA SOCIAL
Instituto Nacional do Seguro Social

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais
Dados Cadastrais

19/05/2025 08:42:54

Dados Cadastrais

NIT	164.44147.41-8	**Fonte do NIT**	PIS
Administrador do NIT	PIS	**Fonte Cadastramento**	MTE
Ano da Administração		**Data de Cadastramento**	18/06/2004
Data de Atualização	25/07/2024		

Dados Básicos

Nome	MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS	**Município de Nascimento**	
Nome da Mãe	JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS	**País de Origem**	
Nome do Pai	IGNORADO	**Data de Chegada**	
Sexo	FEMININO	**Estado Civil**	
Data de Nascimento	21/03/1977	**Grau de Instrução**	
Nacionalidade	BRASILEIRA	**Data de Óbito**	

Documentos

CPF	800.381.314-04	**CTPS**	Número: 78652, Série: 79, UF: PE, Data de Emissão: 18/05/2004
CNH		**Doc. Estrangeiro**	
Carteira de Marítimo		**Passaporte**	

Identidade Número: 5841105, Órgão Emissor: SSP, UF: PE, Data de Emissão: 14/04/2004

Título de Eleitor Número: 75039090850

Certidões Civis Tipo: Certidão de Nascimento, Folha: 285, Livro: 14A, Termo: 15960, Data de Emissão de 2ª via: 18/11/2003

Contato

Endereço principal Logradouro: R JOAO PESSOA 115, Bairro: SANTO AMARO

Endereço secundário

Telefone 1 (55) - (81) 986124618 **Telefone 2** (55) - (0) 0 **Celular** (55) - (81) 986124618

E-mail mariacassia1515@gmail.com

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme art. 19, § 3° do Decreto 3.048/99.

PJe
Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 19/05/2025, às 08:54:06 - bf86e01
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25051908443397200000087473171?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25051908443397200000087473171

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE
ATOrd 0000442-27.2025.5.06.0024
RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
RECLAMADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA – ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

Vistos etc...

Vieram os autos conclusos para apreciação da tutela de urgência perseguida, a fim de que seja determinada a reintegração da reclamante ao trabalho, ante a alegação de demissão no período de estabilidade. Consectário da reintegração, pleiteia a manutenção do plano de saúde.

Narra a reclamante que trabalhou para a reclamada de 10/01/2015 até 05/12/2023, quando foi dispensada sem justa causa. Durante o período de projeção do aviso prévio, teve concedido o benefício de auxílio por incapacidade temporária previdenciário (B31), com vigência de 10/01/2024 a 19/02/2025.

Instada a se manifestar, a reclamada impugna o pedido da reclamante. Alega que os atestados de saúde ocupacional realizados durante o contrato de trabalho confirmam sua condição apta, e que os exames apresentados pela autora são posteriores os término do vínculo com a demandada.

Pois bem.

O instituto da antecipação dos efeitos da tutela de mérito, previsto no artigo 273 do antigo CPC agora é disciplinado no art. 300 *caput* e § 3º do NCPC sob a denominação “tutela provisória de urgência de natureza antecipada”.

Trata-se, portanto, de instrumento destinado a garantir a efetividade do processo, postulado do direito processual moderno.

Compulsando os autos, entretanto, não é possível constatar, *a priori*, a existência de prova inequívoca em relação ao direito pleiteado, uma vez que há controvérsia sobre a doença da reclamante e sua relação com a atividade laboral, visto que o benefício concedido não é indício de prova de que se trata de doença ocupacional, sendo certo que a análise do pleito demanda dilação probatória. Tenho

PJe Documento assinado eletronicamente por NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO, em 19/05/2025, às 11:10:31 - f0cd708

ainda que a concessão do B31 no curso do aviso prévio não invalida a dispensa, apenas posterga a data para após o término do benefício. Acrescente-se a isto que o pedido da autora foi apresentado 14 meses após a demissão, e 2 meses após o fim do benefício, afastando assim o requisito do perigo de dano.

INDEFIRO, portanto, o pedido de concessão de tutela antecipada por não vislumbrar os pressupostos do art. 300 do CPC, c/c art. 769 da CLT. Dê-se ciência à parte autora.

Em prosseguimento à triagem iniciam, reporto-me à certidão #id: befa898.

Fica a parte ciente de que se houver pedido fundado em normas coletivas, se isso até hoje não ocorreu, deverá providenciar sua juntada até a data da audiência inicial, ciente de que sua inércia implicará a presunção de inexistência do direito invocado e a consequente improcedência dos pedidos daí decorrentes.

Considerando que o ATO CONJUNTO TRT6 – GP – GVP – CRT n.o, de 17/11/2023, que revogou o art. 7º do Ato Conjunto TRT6-GP-GVP-CRT n. 1018/2023 /2022 e o art. 11 do Ato Conjunto TRT6 GP-GVP-CRT n. 01/2023; considerando os termos do Ofício Circular Conjunto TRT6-GP n.04/2022, de 16/12/2022, que viabilizou a realização de audiências presenciais na sobreloja do edifício sede deste Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, em esquema de rodízio semanal; e considerando os princípios de economia e celeridade processuais, bem como os termos do Ato TRT6-CRT n. 03/2024, de 19/02/2024, DETERMINO:

1.Encaminhem-se os autos à Central de Audiências Iniciais do Recife (para recebimento da resposta do réu, observância da regularidade de representação e concessão dos prazos para juntada de documentos e manifestações das partes respectivas, nos termos do art. 4º do ato), observando o marco inicial (a partir de 1º de março de 2024);

2.Em sendo o processo devolvido por manifestação das partes pela conciliação (art. 4º, §1º do referido ato), remetam-se os autos, eletronicamente, ao CEJUSC/Recife - 1º Grau, para audiência de tentativa de conciliação

3.Caso uma das partes não compareça à audiência realizada na Central, voltem os autos conclusos para novas determinações;

4.Devolvido o processo após apresentação da(s) defesa(s), deve a Secretaria incluir o feito em pauta para depoimento pessoal, nos termos da Súmula 74 do TST, e produção de prova oral. Em se tratando de matéria que prescinda da

PJe Documento assinado eletronicamente por NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO, em 19/05/2025, às 11:10:31 - f0cd708

produção de novas provas, devem as partes peticionar indicando tal circunstância. Nesse caso, inclua a Secretaria o processo em pauta para audiência de encerramento da instrução e adução de razões finais.

Cumpra-se.

RECIFE/PE, 19 de maio de 2025.

NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO
Juíza do Trabalho Titular

Documento assinado eletronicamente por NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO, em 19/05/2025, às 11:10:31 - f0cd708
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6A REGIAO:02566224000190
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25051909185971900000087474865?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25051909185971900000087474865

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE
ATOrd 0000442-27.2025.5.06.0024
RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
RECLAMADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência da Decisão ID f0cd708 proferida nos autos.

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA – ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

Vistos etc...

Vieram os autos conclusos para apreciação da tutela de urgência perseguida, a fim de que seja determinada a reintegração da reclamante ao trabalho, ante a alegação de demissão no período de estabilidade. Consectário da reintegração, pleiteia a manutenção do plano de saúde.

Narra a reclamante que trabalhou para a reclamada de 10/01/2015 até 05/12/2023, quando foi dispensada sem justa causa. Durante o período de projeção do aviso prévio, teve concedido o benefício de auxílio por incapacidade temporária previdenciário (B31), com vigência de 10/01/2024 a 19/02/2025.

Instada a se manifestar, a reclamada impugna o pedido da reclamante. Alega que os atestados de saúde ocupacional realizados durante o contrato de trabalho confirmam sua condição apta, e que os exames apresentados pela autora são posteriores os término do vínculo com a demandada.

Pois bem.

O instituto da antecipação dos efeitos da tutela de mérito, previsto no artigo 273 do antigo CPC agora é disciplinado no art. 300 *caput* e § 3º do NCPC sob a denominação “tutela provisória de urgência de natureza antecipada”.

Trata-se, portanto, de instrumento destinado a garantir a efetividade do processo, postulado do direito processual moderno.

Compulsando os autos, entretanto, não é possível constatar, *a priori*, a existência de prova inequívoca em relação ao direito pleiteado, uma vez que

há controvérsia sobre a doença da reclamante e sua relação com a atividade laboral, visto que o benefício concedido não é indício de prova de que se trata de doença ocupacional, sendo certo que a análise do pleito demanda dilação probatória. Tenho ainda que a concessão do B31 no curso do aviso prévio não invalida a dispensa, apenas posterga a data para após o término do benefício. Acrescente-se a isto que o pedido da autora foi apresentado 14 meses após a demissão, e 2 meses após o fim do benefício, afastando assim o requisito do perigo de dano.

INDEFIRO, portanto, o pedido de concessão de tutela antecipada por não vislumbrar os pressupostos do art. 300 do CPC, c/c art. 769 da CLT. Dê-se ciência à parte autora.

Em prosseguimento à triagem iniciam, reporto-me à certidão #id: befa898.

Fica a parte ciente de que se houver pedido fundado em normas coletivas, se isso até hoje não ocorreu, deverá providenciar sua juntada até a data da audiência inicial, ciente de que sua inércia implicará a presunção de inexistência do direito invocado e a consequente improcedência dos pedidos daí decorrentes.

Considerando que o ATO CONJUNTO TRT6 – GP – GVP – CRT n.o, de 17/11/2023, que revogou o art. 7º do Ato Conjunto TRT6-GP-GVP-CRT n. 1018/2023 /2022 e o art. 11 do Ato Conjunto TRT6 GP-GVP-CRT n. 01/2023; considerando os termos do Ofício Circular Conjunto TRT6-GP n.04/2022, de 16/12/2022, que viabilizou a realização de audiências presenciais na sobreloja do edifício sede deste Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, em esquema de rodízio semanal; e considerando os princípios de economia e celeridade processuais, bem como os termos do Ato TRT6-CRT n. 03/2024, de 19/02/2024, DETERMINO:

1.Encaminhem-se os autos à Central de Audiências Iniciais do Recife (para recebimento da resposta do réu, observância da regularidade de representação e concessão dos prazos para juntada de documentos e manifestações das partes respectivas, nos termos do art. 4º do ato), observando o marco inicial (a partir de 1º de março de 2024);

2.Em sendo o processo devolvido por manifestação das partes pela conciliação (art. 4º, §1º do referido ato), remetam-se os autos, eletronicamente, ao CEJUSC/Recife - 1º Grau, para audiência de tentativa de conciliação

3.Caso uma das partes não compareça à audiência realizada na Central, voltem os autos conclusos para novas determinações;

4.Devolvido o processo após apresentação da(s) defesa(s), deve a Secretaria incluir o feito em pauta para depoimento pessoal, nos termos da Súmula

74 do TST, e produção de prova oral. Em se tratando de matéria que prescinda da produção de novas provas, devem as partes peticionar indicando tal circunstância. Nesse caso, inclua a Secretaria o processo em pauta para audiência de encerramento da instrução e adução de razões finais.

Cumpra-se.

RECIFE/PE, 19 de maio de 2025.

NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO
Juíza do Trabalho Titular

Documento assinado eletronicamente por NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO, em 19/05/2025, às 11:11:31 - ec1aa83
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6A REGIAO:02566224000190
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25051911103185500000087480050?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25051911103185500000087480050

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
CENTRAL DE AUDIÊNCIAS INICIAIS DO RECIFE
ATOrd 0000442-27.2025.5.06.0024
RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
RECLAMADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

CERTIDÃO

Considerando as determinações contidas no ATO CONJUNTO TRT6 – GP – GVP – CRT n.º 03/2024, foi designada audiência inicial em formato **telepresencial** nestes autos, conforme discriminação abaixo:

DATA E HORA DA AUDIÊNCIA POR VIDEOCHAMADA: 03/07/2025 14:00

Segue abaixo o link e ID para acesso à sala (virtual) através do aplicativo ZOOM:

SALA E:

LINK: https://trt6-jus-br.zoom.us/j/5214134355

ID: 521 413 4355

Documentos anexados ao processo até o presente momento e respectivas chaves de acesso.

A consulta aos documentos deve ser realizada por meio do site https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao

Descrição	Tipo de documento	Chave de acesso**
Intimação	Intimação	2505191110318550 0000087480050
Decisão	Decisão	2505190918597190 0000087474865
DOSSIE_Dados_Cadastrais	Documento Diverso	2505190844339720 0000087473171
		2505190844331580

DOSSIE_Extrato_CNIS	Documento Diverso	0000087473169
DOSSIE_Declaracao_Beneficios	Documento Diverso	2505190844322570 0000087473167
DOSSIE_Quadro_Resumo	Documento Diverso	2505190844306730 0000087473166
DOSSIE_Carta_Concessao	Documento Diverso	2505190844295590 0000087473164
DOSSIE_Historico_Creditos	Documento Diverso	2505190844285200 0000087473163
DOSSIE_médico	Documento Diverso	2505190844273590 0000087473162
Juntada Prevjud	Certidão	2505190843396520 0000087473127
relatorio medico	Atestado Médico	2505141854358180 0000087369916
atestados	Atestado Médico	2505141854352760 0000087369914
atestado	Atestado Médico	2505141854301130 0000087369912
aso 20.06.2023	Atestado de Saúde Ocupacional (ASO)	2505141854298200 0000087369911
aso 17.11.2016	Atestado de Saúde Ocupacional (ASO)	2505141854294200 0000087369910
aso 08.10.2020	Atestado de Saúde Ocupacional (ASO)	2505141854288070 0000087369909
aso 07.10.2021	Atestado de Saúde Ocupacional (ASO)	2505141854282250 0000087369907
aso 06.12.2023	Atestado de Saúde Ocupacional (ASO)	2505141854276790 0000087369906
quesitos saúde mental	Documento Diverso	2505141854272900 0000087369905
		2505141851058680

Manifestação	Manifestação	0000087369794
1. santa casa - procuração e atos constitutivos kit	Procuração	2505141806370010 0000087367832
Habilitação	Solicitação de Habilitação	2505141806004890 0000087367759
Certidão de Oficial de Justiça	Certidão	2505120856463840 0000087225766
Despacho	Despacho	2505061805454220 0000087066247
Cota	Parecer do Ministério Público do Trabalho (MPT)	2505061525440000 0000087056535
Certidão de Oficial de Justiça	Certidão	2505051011207960 0000086987616
Custos Legis - Ministério Público do Trabalho	Intimação	2504291550509110 0000086851116
IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE	Mandado de Intimação / Notificação	2504281456395510 0000086802901
Intimação	Intimação	2504281004559100 0000086783767
Despacho	Despacho	2504221353512440 0000086596380
CERTIDAO TRIAGEM INICIAL	Certidão	2504221034277690 0000086581728
Certidão de Distribuição	Certidão	2504161648390440 0000086531668
PROCURAÇÃO	Procuração	2504151323419730 0000086493866
DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA	Declaração de Hipossuficiência	2504151323425720 0000086493869
CONTRATO HONORÁRIO TRABALISTA	Contrato	2504151323444280 0000086493875
	Carteira de Trabalho e	2504151323451870

CTPS DIGITAL	Previdência Social (CTPS)	0000086493879
RG	Carteira de Identidade /Registro Geral (RG)	2504151323460680 0000086493883
declaracao-de-beneficio-13	Documento Diverso	2504151323466610 0000086493885
LAUDO MÉDICO - DR. IZIDRO FILHO - 13.12.2023	Documento Diverso	2504151323473330 0000086493886
LAUDO MÉDICO - DR. JOSE WALDO - 10.01.2024	Documento Diverso	2504151323478770 0000086493887
LAUDO MÉDICO DR. IZIDRO ALENCAR 30.05.2024	Documento Diverso	2504151323484430 0000086493888
LAUDO MÉDICO DR. JOSE WALDO 06.06.2024	Documento Diverso	2504151323489820 0000086493890
laudos-medicos-pericial INSS	Documento Diverso	2504151323493960 0000086493891
RECEITUÁRIO ESPECIAL - DR. JOSE WALDO	Documento Diverso	2504151323500530 0000086493893
RECEITUÁRIO ESPECIAL - DR. JOSE WALDO (2)	Documento Diverso	2504151323505580 0000086493894
RECEITUÁRIO ESPECIAL - DR. JOSE WALDO	Documento Diverso	2504151323511230 0000086493896
RECEITUÁRIO MÉDICO CONTROLADO 23.05.2024	Documento Diverso	2504151323516880 0000086493899
RECEITUÁRIOS CONTROLE ESPECIAL - DR. JOSE WALDO (2)	Documento Diverso	2504151323531530 0000086493901
RECEITUÁRIOS CONTROLE ESPECIAL - DR. JOSE WALDO	Documento Diverso	2504151323574110 0000086493906
Petição Inicial	Petição Inicial	2504151319376400 0000086493603

RECIFE/PE, 25 de maio de 2025.

JOSELITO FERNANDES DE LUCENA
Diretor de Secretaria

Documento assinado eletronicamente por JOSELITO FERNANDES DE LUCENA, em 25/05/2025, às 14:13:55 - 4008e9d
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25052514123334700000087708913?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25052514123334700000087708913

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
CENTRAL DE AUDIÊNCIAS INICIAIS DO RECIFE
ATOrd 0000442-27.2025.5.06.0024
RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
RECLAMADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

DESTINATÁRIO DESTA INTIMAÇÃO:

MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS

-

Inicial por videoconferência para o dia 03/07/2025 14:00.

INTIMAÇÃO

Fica Vossa Senhoria NOTIFICADO **para comparecer à audiência inicial do processo em epígrafe a se realizar em 03/07/2025 14:00, no endereço Zoom abaixo indicado, uma vez que a audiência inaugural será no formato telepresencial**, considerando os termos do ATO CONJUNTO TRT6 – GP – GVP – CRT n.º 03/2024.

Para fins de acesso remoto, segue abaixo o link e ID para acesso à sala virtual através do aplicativo ZOOM:

- **SALA E:**
  LINK: https://trt6-jus-br.zoom.us/j/5214134355
  ID: 521 413 4355

Cabe ao(à) advogado(a) repassar o link acima às partes.

O não comparecimento do (a) autor (a) à audiência importará no arquivamento do feito e da reclamada (o) na revelia e pena de confissão quanto à matéria fática, nos exatos termos do artigo 844 da CLT.

Fica, de logo, dispensada a presença do representante do Ente Público na audiência inicial, nos termos da Resolução 02/2013 da CGJT e Recomendação 01/2013 da CRT.

Deverá o Réu apresentar sua(s) resposta(s) e os documentos que a(s) instruem, inclusive procuração e carta de preposição, de forma eletrônica,

consoante regulamentação do Ato n.º 58/2025 da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, até a realização da audiência (Art. 847, parágrafo único da CLT). **Deverá, ainda, observar os termos dos Art. 12 a 16 da Resolução n.º 185/2017 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.**

Manifeste-se a parte Ré, se for o caso, acerca de eventual pedido do reclamante do "Juízo 100% digital", no prazo de 05 (cinco) dias, conforme termos da resolução nº 345/2020 do CNJ, **sendo presumida a aceitação em caso de inércia**. Havendo a aceitação, deverá fornecer e-mail e número de telefone da parte e do(a) respectivo(a) Advogado(a), nos termos do nos termos do art. 5º do Ato TRT6 GP Nº 304 /2021. **Devendo também, se manifestar sobre qualquer aditamento já constante nos autos na data de apresentação de sua defesa.**

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, e nos termos da Lei 11.419/2006, que instituiu o Processo Judicial Eletrônico. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico "http://pje.trt6.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam", informando-se a chave numérica abaixo.
----------SITUAÇÃO DO CADASTRO DO PROCESSO ACIMA NO PJe-TRT6 NO MOMENTO DE EMISSÃO DESTE ATO:PROCESSO Nº 0000442-27.2025.5.06.0024RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOSADVOGADO(S): GABRIEL GONCALVES DIAS, OAB: 53444
JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, OAB: 37219
RAFAEL PYRRHO CORREIA DE MELO, OAB: 35791RECLAMADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFEADVOGADO(S): JULIANA ERBS, OAB: 32783----------/MTL

RECIFE/PE, 27 de maio de 2025.

MARIA TAVARES LEAL
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
CENTRAL DE AUDIÊNCIAS INICIAIS DO RECIFE
ATOrd 0000442-27.2025.5.06.0024
RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
RECLAMADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

DESTINATÁRIO DESTA INTIMAÇÃO:

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

-

Inicial por videoconferência para o dia 03/07/2025 14:00.

INTIMAÇÃO

Fica Vossa Senhoria NOTIFICADO **para comparecer à audiência inicial do processo em epígrafe a se realizar em 03/07/2025 14:00, no endereço Zoom abaixo indicado, uma vez que a audiência inaugural será no formato telepresencial**, considerando os termos do ATO CONJUNTO TRT6 – GP – GVP – CRT n.º 03/2024.

Para fins de acesso remoto, segue abaixo o link e ID para acesso à sala virtual através do aplicativo ZOOM:

- **SALA E:**
  LINK: https://trt6-jus-br.zoom.us/j/5214134355
  ID: 521 413 4355

Cabe ao(à) advogado(a) repassar o link acima às partes.

O não comparecimento do (a) autor (a) à audiência importará no arquivamento do feito e da reclamada (o) na revelia e pena de confissão quanto à matéria fática, nos exatos termos do artigo 844 da CLT.

Fica, de logo, dispensada a presença do representante do Ente Público na audiência inicial, nos termos da Resolução 02/2013 da CGJT e Recomendação 01/2013 da CRT.

Deverá o Réu apresentar sua(s) resposta(s) e os documentos que a(s) instruem, inclusive procuração e carta de preposição, de forma eletrônica,

consoante regulamentação do Ato n.º 58/2025 da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, até a realização da audiência (Art. 847, parágrafo único da CLT). **Deverá, ainda, observar os termos dos Art. 12 a 16 da Resolução n.º 185/2017 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.**

Manifeste-se a parte Ré, se for o caso, acerca de eventual pedido do reclamante do "Juízo 100% digital", no prazo de 05 (cinco) dias, conforme termos da resolução nº 345/2020 do CNJ, **sendo presumida a aceitação em caso de inércia**. Havendo a aceitação, deverá fornecer e-mail e número de telefone da parte e do(a) respectivo(a) Advogado(a), nos termos do nos termos do art. 5º do Ato TRT6 GP Nº 304 /2021. **Devendo também, se manifestar sobre qualquer aditamento já constante nos autos na data de apresentação de sua defesa.**

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, e nos termos da Lei 11.419/2006, que instituiu o Processo Judicial Eletrônico. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico "http://pje.trt6.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam", informando-se a chave numérica abaixo.
----------SITUAÇÃO DO CADASTRO DO PROCESSO ACIMA NO PJe-TRT6 NO MOMENTO DE EMISSÃO DESTE ATO:PROCESSO Nº 0000442-27.2025.5.06.0024RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOSADVOGADO(S): GABRIEL GONCALVES DIAS, OAB: 53444
JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, OAB: 37219
RAFAEL PYRRHO CORREIA DE MELO, OAB: 35791RECLAMADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFEADVOGADO(S): JULIANA ERBS, OAB: 32783----------/MTL

RECIFE/PE, 27 de maio de 2025.

MARIA TAVARES LEAL
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
CENTRAL DE AUDIÊNCIAS INICIAIS DO RECIFE
ATOrd 0000442-27.2025.5.06.0024
RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
RECLAMADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

DESTINATÁRIO DESTA INTIMAÇÃO:

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE
Endereço desconhecido

Data da audiência inicial: 03/07/2025 14:00

NOTIFICAÇÃO INICIAL

Fica Vossa Senhoria NOTIFICADO **para comparecer à audiência inicial do processo em epígrafe a se realizar em 03/07/2025 14:00, no endereço Zoom abaixo indicado, uma vez que a audiência inaugural será no formato telepresencial**, considerando os termos do ATO CONJUNTO TRT6 – GP – GVP – CRT n.º 03/2024.

Para fins de acesso remoto, segue abaixo o link e ID para acesso à sala virtual através do aplicativo ZOOM:

- **SALA E:**
  LINK: https://trt6-jus-br.zoom.us/j/5214134355
- **ID: 521 413 4355**

Cabe ao(à) advogado(a) repassar o link acima às partes.

O não comparecimento do (a) autor (a) à audiência importará no arquivamento do feito e da reclamada (o) na revelia e pena de confissão quanto à matéria fática, nos exatos termos do artigo 844 da CLT.

Fica, de logo, dispensada a presença do representante do Ente Público na audiência inicial, nos termos da Resolução 02/2013 da CGJT e Recomendação 01/2013 da CRT.

Havendo interesse na realização de acordo, as partes poderão apresentar a proposta ao Juízo para análise e, se for o caso, consequente

homologação. Na minuta porventura apresentada, as partes deverão informar as respectivas contas para crédito dos valores ajustados,nos termos do Provimento TRT6-CRT nº 01/2020.

A exordial, todos os documentos e despacho com os demais prazos processuais podem ser acessados pelo site https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao , digitando o código da certidão informado ao final desta notificação.

Deverá o Réu apresentar sua(s) resposta(s) e os documentos que a(s) instruem, inclusive procuração e carta de preposição, de forma eletrônica, **consoante regulamentação do Ato n.º 58/2025** da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, até a realização da audiência (Art. 847, parágrafo único da CLT). **Deverá, ainda, observar os termos dos Art. 12 a 16 da Resolução n.º 185/2017 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.**

Manifeste-se a parte Ré, se for o caso, acerca de eventual pedido do reclamante do "Juízo 100% digital", no prazo de 05 (cinco) dias, conforme termos da resolução nº 345/2020 do CNJ, **sendo presumida a aceitação em caso de inércia**. Havendo a aceitação, deverá fornecer e-mail e número de telefone da parte e do(a) respectivo(a) Advogado(a), nos termos do nos termos do art. 5º do Ato TRT6 GP Nº 304 /2021. **Devendo também, se manifestar sobre qualquer aditamento já constante nos autos na data de apresentação de sua defesa.**

RECIFE/PE, 27 de maio de 2025.

MARIA TAVARES LEAL
Diretor de Secretaria

da FONTE, advogados

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ TITULAR DA 24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE/PE

Processo nº 0000442-27.2025.5.06.0024
Reclamante: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
Reclamada: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE, já devidamente qualificado nos autos da reclamação trabalhista em referência, por seus advogados infra-assinados, devidamente constituídos na forma do instrumento de outorga anexo (doc. 01), com endereço profissional à Av. Engenheiro Antônio de Góes, nº 60, Edf. JCPM Trade Center, 1º andar, Pina, Recife/PE, CEP 51010-000, onde receberá as notificações e/ou intimações de estilo, citada para responder aos termos da reclamação trabalhista em referência, vem apresentar

CONTESTAÇÃO

ao inteiro teor da inicial, consoante os fundamentos de fato de direito adiante declinados, requerendo ao final o seguinte:

I. REQUERIMENTO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

O benefício da gratuidade da justiça pode ser requerido a qualquer tempo processual, nos termos do artigo 99 do Código de Processo Civil, utilizado supletivamente ao processo do trabalho.

Assim, pleiteia a Reclamada o deferimento do benefício da justiça gratuita, haja vista se enquadrar em entidade filantrópica, isenta do de depósito recursal, conforme autorizado pelo artigo 899, §10, da Consolidação das Leis do Trabalho:

§ 10. São isentos do depósito recursal os beneficiários da justiça gratuita, as entidades filantrópicas e as empresas em recuperação judicial.

Em que pese ser fato público e notório, a Reclamada é uma organização religiosa pública de fiéis da Igreja Católica Apostólica Romana, regida pelas regras do Direito Canônico, por estatuto próprio e subordinada à autoridade eclesiástica da Arquidiocese de Olinda e Recife, além disso, é também uma organização civil, sem fins lucrativos com fins assistenciais. A Santa Casa ampliou suas atividades e hoje, oferece serviços nas áreas da saúde, educação e assistência social. “Não obstante, a Recorrente apresenta anexo o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social –CEBAS, deferida mediante a Portaria nº 1.690, de1º de novembro de 2017, a fim de comprovar formalmente a sua natureza jurídica

Recife . São Paulo . Brasília | Av. Antônio de Góes, 60, Edf. JCPM Trade Center, 1º andar, 51.010-000, Pina, Recife/PE, Brasil | Tel.: +55 81 2126.0092 | www.dafonteadv.com.br

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 02/07/2025, às 18:15:20 - 2a1b627

Assim, requer que seja deferido o benefício da justiça gratuita.

II. DA APLICABILIDADE DA LEI Nº 13.467/2017.

Com relação a aplicação da lei processual no tempo, o ordenamento jurídico adota o sistema de isolamento dos atos processuais, o qual se traduz na ideia de que apesar do processo ser uma unidade, os atos praticados devem ser vistos de forma independente, isolada, para efeito da aplicação da nova lei.

Assim, os atos processuais já praticados na vigência da lei antiga não serão afetados pela nova lei, é o que dispõe o art. 6º da LINDB: *"Art. 6º A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada".*

Desta forma, tendo em vista que a presente ação foi ajuizada na vigência da Lei nº 13.467/2017, sua aplicação deve dar-se de forma integral quanto às questões processuais, bem como as normas de direito material aplicadas a partir da vigência das Leis.

Neste sentido, tendo em vista o que dispõe o artigo 840, §1ºda CLT, a Reclamada pugna, desde já, de que o valor indicado para cada título deverá ser o limite máximo de uma remota condenação, admitindo-se, apenas, a incidência dos acréscimos legais.

O Colendo Tribunal Superior do Trabalho firmou entendimento no sentido de que, havendo a especificação dos valores dos pedidos na peça vestibular é vedada a condenação do empregador em montante superior, em razão do artigo 492 do CPC.

> *PROCEDIMENTO ORDINÁRIO. PEDIDOS. LIQUIDAÇÃO. LIMITES. Atendendo a petição inicial a exigência do art. 840, § 1º, da CLT, a procedência dos pedidos há que observar, como limite máximo, aqueles valores liquidados pela autora, ressalvados os acréscimos legais. Precedentes do TST. (TRT-10 - RO: 00003643820195100022 DF, Data de Julgamento: 18/02/2021, Data de Publicação: 23/02/2021)*
>
> *RECURSO DE EMBARGOS. REGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. JULGAMENTO" ULTRA PETITA ". LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO AO VALOR ATRIBUÍDO AO PEDIDO NA PETIÇÃO INICIAL. 1. A Quarta Turma considerou que o requerimento, na petição inicial, de" pagamento de 432 horas ' in itinere' no valor de R$ 3.802,00 (fl. 11 - numeração eletrônica) "traduziu" mera estimativa, tendo o magistrado feito a adequação de acordo com as provas do processo ", razão pela qual não reputou violados os*

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 02/07/2025, às 18:15:20 - 2a1b627

arts. 141 e 492 do CPC. 2. Todavia, esta Corte Superior adota firme entendimento no sentido de que a parte autora, ao formular pedidos com valores líquidos na petição inicial, sem registrar qualquer ressalva, limita a condenação a tais parâmetros, por expressa dicção do art. 492 do CPC. Precedentes. Recurso de embargos conhecido e provido" (E-ARR-10472-61.2015.5.18.0211, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Rel. Min. Walmir Oliveira da Costa, DEJT 29/05/2020).

RECURSO DE REVISTA. VALOR DA CONDENAÇÃO. LIMITAÇÃO AOS VALORES ATRIBUÍDOS AOS PEDIDOS. CLT, ART. 840, § 1º. CPC, ARTS. 141 E 492. 1. Tratando-se de ação ajuizada após a entrada em vigor, em 11.11.2017, da Lei nº 13.467/2017, aplicam-se as diretrizes do art. 840, § 1º, da CLT (art. 12 da Instrução Normativa TST nº 41/2018). 2. Conforme preceitua o dispositivo celetista em questão,"sendo escrita, a reclamação deverá conter a designação do juízo, a qualificação das partes, a breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, o pedido, que deverá ser certo, determinado e com indicação de seu valor, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante". 3. Restando clara a existência de pedidos líquidos e certos na petição inicial, deve ser limitado o montante da condenação aos valores ali especificados (arts. 141 e 492 do CPC e 840, § 1º, da CLT). Recurso de revista não conhecido" (RR-366-07.2018.5.12.0048, 3ª Turma, Rel. Min. Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 22/11/2019).

Assim, a Reclamada pugna, na forma do artigo 840 da CLT, que o limite máximo de eventual condenação seja o valor do pedido formulado na ação.

II. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL

Em sede de defesa indireta, a Reclamada argui a incidência da prescrição quinquenal, consoante capitulado no artigo 7º, inciso XXIX, da Constituição Federal de 1988.

"Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
(...)
XXIX – ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho."

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 02/07/2025, às 18:15:20 - 2a1b627

A presente ação somente foi distribuída em 16/04/2025, sendo certo que o tempo possui eficácia extintiva em relação a direitos e obrigações, de forma que a Súmula 308 do TST determina que a contagem dos 05 anos seja efetuada da data do ajuizamento da ação trabalhista, logo prescritos os direitos em relação ao período anterior a 16/04/2020.

Desta forma, em homenagem ao princípio da eventualidade, urge a declaração da prescrição ora suscitada, o que impõe a extinção do processo com julgamento do mérito, relativamente a prescrição quinquenal ora suscitada.

III. DO CONTRATO DE EMPREGO. ADMISSÃO, FUNÇÃO E DISPENSA.

O Reclamante foi contratado em 10/01/2015 para exercer a função de Auxiliar de Conservação e Limpeza, na qual permaneceu até a data de sua dispensa sem justa causa, ocorrida em 05/12/2023.

A evolução salarial do Obreira encontra-se demonstrada na ficha de registro anexa.

Ao dispensar a Reclamante, a Reclamada quitou todos os haveres rescisórios tempestivamente, de forma que inexiste qualquer pendência contratual com o laborista.

Do acima exposto e da narrativa da exordial, tem-se que a Reclamante faz uma série de pedidos destituídos de qualquer fundamento legal ou fático, senão, vejamos:

III.1. DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

Sem qualquer compromisso com a verdade dos fatos, requer a Obreira, indenização por danos morais ao argumento A Reclamante foi submetida a um sofrimento psíquico intenso ao se ver obrigada a tomar antirretrovirais por 30 dias, em razão de acidentes com materiais cortantes contaminados.

Inicialmente, a Reclamada registra que tal fato ocorreu pela Reclamada cumprir especificamente o procedimento em situações que há contato com produtos cortantes.

Em verdade, a Reclamante requer a que a Reclamada seja condenada por respeitar os procedimentos médicos quando ocorrem tais situações.

Desta feita, considerando que a Reclamada adotou todos os procedimentos a fim de evitar eventual contágio da Reclamante com doenças e demonstrou cuidado com a situação da Reclamante, não há falar em indenização por danos morais.

Ademais, persegue indenização em razão das supostas condições de trabalho na pandemia pela ausência de EPI's.

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 02/07/2025, às 18:15:20 - 2a1b627

Novamente são inverídicas as alegações da Reclamante, tendo em vista que todos os colaboradores sempre laboraram com os EPI's necessários para função.

Cumpre ressaltar que a Reclamada sempre cumpriu a risca o controle dos EPI's dos seus colaboradores.

Inicialmente, a Reclamada registra que tal fato não aconteceu, ademais, *data venia*, é pouco razoável crer que, sob esta inverídica alegação, o Reclamante sofreu algum abalo à sua honra. O mais provável é que, banalizando o instituto, pretenda obter vantagem sabidamente indevida, o que evidencia má-fé da sua parte.

Portanto, o Reclamante jamais sofreu qualquer constrangimento que ocasionasse abalo à sua honra e dignidade, seja o alegado descumprimento de obrigações trabalhistas, seja em relação à alegada estabilidade provisória, sendo improcedente o pleito indenizatório.

Sobre o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, cabe transcrever o ensinamento do insigne INGO WOLFGANG SARLET[1], vejamos:

> "*Temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que asseguram a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos.*"

Desta feita, o princípio da dignidade da pessoa humana impõe a prática de condutas positivas tendentes a efetivar e proteger a pessoa humana, independente de credo, raça, sexo ou qualquer outro elemento discriminatório.

Nesse sentido, a Reclamada é empresa idônea, cumpridora de suas obrigações legais, incapaz de coadunar com os comportamentos narrados em inicial, sendo certo que a simples narrativa feita pela Autora fere a imagem e a honra da Reclamada, que prima pelo respeito e a dignidade de seus empregados, proporcionando-lhes ambiente saudável e salubre.

Ademais, apesar de demonstrada a inexistência de ato ilícito por parte da Reclamada (culpa ou dolo), bem assim a ausência do dano moral que aduz o Obreiro ter sido vítima, ou ainda qualquer abalo à honra, personalidade ou outro patrimônio imaterial tutelável, cumpre ainda demonstrar que a hipótese dos autos deve ser investigada à luz da Teoria da Responsabilidade Civil Subjetiva, contemplada como regra no ordenamento jurídico pátrio.

---

[1] SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007. p. 62.

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 02/07/2025, às 18:15:20 - 2a1b627

A doutrina pátria apresenta-se, por conseguinte, e com fundamento nos dispositivos legais aplicáveis, uníssona em consagrar a teoria da responsabilidade subjetiva, que exige o elemento anímico para configuração da obrigação de indenizar.

Em suma, o Código Civil vigente consagra a regra da responsabilidade civil subjetiva como princípio geral, exceto quando de forma diversa for determinado em lei ou se a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, grande risco para direitos de outrem (artigo 929, § único).

Da análise sistemática dos dispositivos mencionados, depreende-se que o ordenamento jurídico consagra três elementos essenciais ao nascimento da obrigação de indenizar, a saber:

(i) a conduta lesiva;
(ii) o dano experimentado pela vítima; e
(iii) o nexo de causa e efeito.

Assim, faz-se imprescindível à legitimidade da imputação do dever de indenizar a comprovação da existência conjunta dos requisitos acima elencados.

Por todo o exposto, dúvida não há de que no caso presente persiste o princípio da responsabilidade subjetiva, segundo a qual cada um responde pela própria culpa (*unuscuique sua culpa nocet*).

Isto posto, não há que se falar em culpa ou dolo da Reclamada, pois não concorreu com conduta culposa ou dolosa (ativa ou omissiva), haja vista que inexistentes os atos declinados pelo Obreiro para causa de pedir relativa.

Ademais, temos ainda que doutrina e jurisprudência são pacíficas ao ensinar que, para que exista dano moral, é necessário que a ofensa tenha grandeza e esteja revestida de gravidade – o que, com todo respeito, inexiste na espécie.

Como é cediço, ao Magistrado cabe a análise detalhada da configuração, ou não, do dano moral, uma vez que qualquer contratempo experimentado tende a ser supervalorizado, como se todo aborrecimento representasse um gravíssimo abalo psicológico.

E, diga-se, a excessiva valorização do dano moral acaba implicando seu próprio aviltamento, em sua banalização, tornando fonte de locupletamento ilícito por parte de pessoas que invocam situações que, em realidade, não lhe acarretaram danos morais.

Deve-se trabalhar casos como este com a visão do cidadão comum, do indivíduo visto como homem médio. Não com a visão daquele que tem uma sensibilidade extremada e doentia ou mesmo reações psicossomáticas diante do que é exibido na televisão ou divulgado na mídia impressa.

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 02/07/2025, às 18:15:20 - 2a1b627

Não se pode banalizar o conceito "dano moral" e se entender que sempre que houver um contratempo automaticamente haverá um dano moral. Não, nem sempre é assim. As pessoas também têm que absorver os pequenos reveses da vida.

Relativamente à cautela com que se deve pautar o magistrado em situações como a de que ora se cuida, veja-se o escólio de J.J. Calmon de Passos, em passagem que parece ter sido elaborada especialmente para o caso:

> *Nada mais suscetível de subjetivizar-se que a dor, nem nada mais fácil de ser objeto de mistificação. Assim como já existiram carpideiras que choravam a dor dos que eram incapazes de chorá-la, porque não a experimentavam, também nos tornamos extremamente hábeis em nos fazermos carpideiras de nós mesmos, chorando, para o espetáculo diante dos outros, a dor que em verdade não experimentamos. A possibilidade, inclusive, de retirarmos proveitos financeiros dessa nossa dor oculta, fez-nos atores excepcionais (...). Para ressarcir esses danos, deveríamos ter ao menos a decência ou a cautela de exigir a prova da efetiva dor do beneficiário, desocultando-a.2*

A doutrina também se desenvolveu no mesmo sentido dos acórdãos supra, valendo destacar, a esse respeito, a lição de Sergio Cavallieri Filho acerca dos fatos que constituiriam efetivo dano moral:

> *Se o dano moral é agressão à dignidade humana, não basta para configurá-lo qualquer contrariedade.*
> *Nessa linha de princípio, só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação, ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazerem parte da normalidade do nosso dia-a-dia, no trabalho, no trânsito, entre amigos e até em ambiente familiar, tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo. Se assim não entender, acabaremos por banalizar o dano moral pelos mais triviais aborrecimentos.3*

---

[2] CALMON DE PASSOS, José .Joaquim. "O Imoral nas Indenizações por Dano Moral", *in* Eduardo de Oliveira Leite (coord), Grandes Temas da Atualidade. Dano Moral. Aspectos Constitucionais, Civis, Penais e Trabalhistas. Rio, Forense, 2002; p. 259

[3] *In* "Programa de Responsabilidade Civil", Rio de Janeiro, Malheiros, 2002, p. 89.

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 02/07/2025, às 18:15:20 - 2a1b627

Enfim, ante a ausência de dano indenizável pela estreita via do dano moral, deve ser rejeitado o pedido da Reclamante, com o afastamento da indenização por danos morais.

Assim, é inequívoco que o Vindicante pretende obter vantagens indevidas através dessa Justiça Especializada e, para tanto, litiga de má-fé, alterando a verdade dos fatos.

Isto posto, temos que o Autor jamais foi exposto a situação constrangedora, tratamento não cordial ou que ensejasse abalo à sua honra, intimidade ou qualquer outro patrimônio imaterial tutelável.

Por esta razão, inexistente qualquer pressuposto necessário à caracterização do dano moral indenizável, portanto não há como creditar ao Reclamante a titularidade de qualquer benefício dessa ordem.

Improcedente, pois, o pleito em comento.

III.1.1. DA QUANTIFICAÇÃO DO DANO

Apenas a título argumentativo, apesar de cabalmente demonstrada a inexistência de obrigação de indenizar da Contestante, urge destacar que, na hipótese de eventual condenação, aqui admitida por mero apego ao debate, a quantificação do valor compensatório não pode deixar espaço para o estímulo ao enriquecimento sem causa.

O valor pago por quem causa o dano deve refletir, não uma indenização propriamente dita, mas uma compensação, um paliativo para a dor da vítima, não devendo ser encarada como forma de autorizar o enriquecimento sem causa, estimulando a "industrialização do dano moral".

Vale frisar que o artigo 223 – G da CLT, determina que a quantificação do dano moral, quando comprovado a prática do ato ilícito, impende a investigação pelo magistrado da (i) a natureza do bem jurídico tutelado; (ii) a intensidade do sofrimento ou da humilhação; (iii) a possibilidade de superação física ou psicológica; (iv) os reflexos pessoais e sociais da ação ou da omissão; (v) a extensão e a duração dos efeitos da ofensa; (vi) as condições em que ocorreu a ofensa ou o prejuízo moral; (vii) o grau de dolo ou culpa; (viii) a ocorrência de retratação espontânea; (ix) o esforço efetivo para minimizar a ofensa; (x) o perdão, tácito ou expresso; (xi) a situação social e econômica das partes envolvidas; (xii) o grau de publicidade da ofensa.

Deste modo, em caso de eventual condenação, pugna a Reclamada para que o montante arbitrado ao título em análise esteja limitado a três vezes o último salário do ofendido, tendo em vista a sua natura leve da ofensa, em consonância com o estabelecido pelo inciso I, do parágrafo 1º, do artigo 223-G da CLT.

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 02/07/2025, às 18:15:20 - 2a1b627

III.2. INEXISTÊNCIA DE DOENÇA OCUPACIONAL. IMPROCEDÊNCIA DA ESTABILIDADE PROVISÓRIA, DOS DANOS MORAIS, MATERIAIS E PENSÃO VITALÍCIA

Pois bem, de preâmbulo ressalta se que para nascer o direito à estabilidade de que trata o art. 118 da Lei n.º 8.213/91, mister que empregado tenha sido concedido auxílio-doença acidentário ou auxílio-acidente, o que de fato não ocorreu. A conferir o teor do artigo 118:

Art. 118. O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantia pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção de seu contrato de trabalho na empresa, após cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente da percepção de auxílio acidente.

Constitui, pois, pressuposto à aquisição da apregoada estabilidade provisória de 12 (doze) meses o afastamento superior a 15 (quinze)dias e a perceção de auxílio-doença acidentário (código 91), ou doença profissional que guarde relação com o seu mister, o que não é a hipótese dos autos, pelo que não há falar em obrigação da reclamada em emitir Comunicado de Acidente de Trabalho –CAT.

Este é o entendimento consubstanciado no Enunciado 378 do Excelso Tribunal Superior do Trabalho:

Súmula Nº 378 do TST. Estabilidade provisória. Acidente do trabalho. Art. 118 da Lei nº 8.213/1991. Constitucionalidade. Pressupostos. (conversão das Orientações Jurisprudenciais nºs 105 e 230 da SDI-1) -Res. 129/2005 -DJ 20.04.05

I -É constitucional o artigo 118 da Lei nº 8.213/1991 que assegura o direito à estabilidade provisória por período de 12 meses após a cessação do auxílio-doença ao empregado acidentado. (ex-OJ nº. 105 -Inserida em 01.10.1997);

II -São pressupostos para a concessão da estabilidade o afastamento superior a 15 dias e a consequente percepção do auxílio doença acidentário, salvo se constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego.

Temos, pois, que a Reclamante jamais contraiu doença ocupacional, pelo que eventual problema de saúde desta não a incapacita para o trabalho, tampouco guarda relação de causa e efeito com as atribuições desempenhadas enquanto empregado da ora Reclamada.

Nesse sentido, temos o recente julgado proferido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região:

> RECURSO ORDINÁRIO. DOENÇA OCUPACIONAL. NEXO CAUSAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. POSSIBILIDADE DE ROMPIMENTO DO VÍNCULO. INEXISTÊNCIA

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 02/07/2025, às 18:15:20 - 2a1b627

> DE ESTABILIDADE PROVISÓRIA.I -O poder potestativo de rescisão contratual, assegurado ao empregador pela legislação, não é absoluto, o que implica dizer que o seu exercício regular encontra limitações, pois a própria lei impõe restrições à dispensa sem justa causa, assegurando ao trabalhador o direito à manutenção no emprego em caso de acidente do trabalho, assim equiparadas as doenças profissionais e do trabalho, consoante arts. 20, 21 e 118, da Lei nº. 8.213/91. Imperioso, porém, a demonstração de que a patologia se desenvolveu em razão das condições especiais em que o labor foi realizado, o que não resultou evidenciado na espécie. II -Apelo desprovido. ACORDAM os Desembargadores da Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, observados os fundamentos supra, por unanimidade, preliminarmente, mediante atuação de ofício, não conhecer do apelo, no tocante ao pedido de pagamento das dobras de feriados e reflexos, por falta de interesse jurídico-processual. No mérito, por unanimidade, negar provimento ao recurso. (Processo: 0000726-02.2014.5.06.0192 -Classe Processual: Recurso Ordinário -Redator: Valeria Gondim Sampaio -órgão Colegiado: Primeira Turma -Data da Assinatura: 15/05/2018 -Data deJulgamento: 09/05/2018)

Desta forma, não há que se falar em estabilidade provisória, tampouco reintegração do empregado ou indenização substitutiva dos salários vencidos e vincendos, posto que a doença não se desenvolveu em virtude do trabalho, pelo que requer a improcedência de tais pedidos.

Quanto à indenização por danos morais, pelos mesmos argumentos anteriormente citados, a Reclamada não poderá se responsabilizar por um dano que não deu causa para ocorrer, sob o risco de configuração do enriquecimento sem causa da Reclamante.

Não há quaisquer evidências que apontem para o nexo de causalidade entre a doença e as atividades realizadas pelo ex-empregado.

Não obstante a reclamada jamais ter praticado qualquer dos atos lesivos à moral do Reclamante, tampouco à sua saúde, ou a existência do inventivo dano moral, o Laborista insiste na assertiva que estariam presentes os pressupostos necessários à caracterização dano moral reparável.

Temos, assim, que se o Autor jamais foi vítima de dano moral, igualmente não foi acometido de doença ocupacional, consoante pretende a todo custo induzir esse Douto Juízo.

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 02/07/2025, às 18:15:20 - 2a1b627

De outro vértice, cumpre demonstrar que a hipótese dos autos deve ser investigada à luz da teoria da responsabilidade civil subjetiva, contemplada como regra no ordenamento jurídico pátrio.

Instituto jurídico disciplinado pelo direito comum, a responsabilidade civil por danos morais e/ou materiais encontra-se albergada, no ordenamento jurídico brasileiro, pelo Código Civil, o qual consigna como preceito geral a teoria da culpa, à exceção da responsabilidade pelas atividades que exijam, por sua natureza, risco aos direitos alheios, conforme o texto discorrido no artigo 926 do Digesto Material Comum Brasileiro, ipsis litteris:

Art. 929. Aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, é obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Todavia, haverá a obrigação de reparar, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, grande risco para os direitos de outrem.

A propósito, veja-se a definição de ato ilícito dada pelo art. 186 do mesmo diploma legal:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, viola direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito

Por conseguinte, a obrigação de indenizar exige a comprovação de culpa ou dolo, máxime quando a atividade do Autor não está enquadrada nas hipóteses do artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Ademais, destaca-se que a Reclamada sempre realizou ASO esporádicos, e todos os estes confirmavam a aptidão da Reclamante!

Outrossim, urge salientar que a aptidão da Reclamante por ocasião do exame médico demissional, inexiste qualquer óbice à dispensa imotivada.

Com efeito, eventual problema de saúde da Reclamante não o incapacitou para o trabalho, conforme reconhecido nos ASOs anexos, muito menos possui nexo de causa e efeito como seu mister para a Reclamada.

Destaca-se que a Reclamante nunca se queixou de dores por eventuais doenças decorrente do seu problema de saúde.

Assim, o conto urdido nos autos não se sustenta!

Logo, a Reclamante foi demitida por poder diretivo na Reclamada, não por causa da sua suposta incapacidade, conforme alegado na exordial.

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 02/07/2025, às 18:15:20 - 2a1b627

Portanto, atestada a sua aptidão por ocasião de sua dispensa, conforme ASO anexo, sendo certo que a Obreira laborou normalmente até o último dia do seu contrato de trabalho, não há como atribuir nexo de causa e efeito do alegado problema de saúde com o seu mister para a Reclamada, bem como alegar que este estar incapacitado.

Ademais, com base nas frágeis alegações acima impugnadas, tendo em vista que a Reclamada jamais ter praticado qualquer dos atos lesivos à saúde do Reclamante, deve ser julgado improcedente o pedido de pensão vitalícia, uma vez que inexiste perda de incapacidade laborativa, improcedente é a pretensão quanto à pensão mensal.

Este é o entendimento dos nossos doutos tribunais trabalhistas.

RECURSO ORDINÁRIO. ACIDENTE DE TRABALHO. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. PENSÃO MENSAL VITALÍCIA INDEVIDA. Não havendo prova da atual incapacidade para o trabalho, não há que se falar em pensão mensal vitalícia decorrente de acidente de trabalho. Recurso ordinário patronal provido, no ponto. (Processo: ROT - 0000688-60.2019.5.06.0015, Redator: Jose Luciano Alexo da Silva, Data de julgamento: 15/07/2021, Quarta Turma, Data da assinatura: 15/07/2021) (TRT-6 - RO: 00006886020195060015, Data de Julgamento: 15/07/2021, Quarta Turma, Data de Publicação: 15/07/2021)

INCAPACIDADE TEMPORÁRIA. PENSÃO VITALÍCIA INDEVIDA. O reconhecimento da doença do trabalho, per se, não autoriza o deferimento de pensão vitalícia. O art. 950 do CC vincula o direito ao pensionamento a defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou se lhe diminua a capacidade de trabalho, condição essa não apurada no caso concreto. Tendo em vista que a incapacidade é temporária, correta a r. sentença ao limitar os lucros cessantes ao período estimado pelo perito. Recurso do autor a que se nega provimento, no particular. (TRT-2 10011590620155020211 SP, Relator: MOISES DOS SANTOS HEITOR, 1ª Turma - Cadeira 5, Data de Publicação: 14/10/2021)

Desta feita, ante a todo exposto, deve ser julgado improcedente o pedido de pensão vitalícia e seus reflexos, uma vez que inexiste perda da capacidade laboral da Reclamante.

A Contestante jamais praticou ato ilícito que possua nexo de causalidade com o inventivo dano moral sofrido pelo Autor, mormente quando o autor foi considerado apto para o trabalho quando de sua dispensa.

Isto posto, não há que se falar em culpa ou dolo da reclamada, pois não concorreu com conduta culposa ou dolosa (ativa ou omissiva) para o suposto infortúnio (abalo moral) do reclamante.

Improcedente, pois, a pretensão em relação à reparação de danos morais, materiais e a pensão vitalícia, pois, o que se extrai é exatamente o motivo que

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 02/07/2025, às 18:15:20 - 2a1b627

elimina o nexo de causalidade, elemento essencial à caracterização do dano moral, além da ausência de culpa ou dolo da ora Contestante.

III.2.1. DA QUANTIFICAÇÃO DO DANO

Apenas a título argumentativo, apesar de cabalmente demonstrada a inexistência de obrigação de indenizar da Contestante, urge destacar que, na hipótese de eventual condenação, aqui admitida por mero apego ao debate, a quantificação do valor compensatório não pode deixar espaço para o estímulo ao enriquecimento sem causa.

O valor pago por quem causa o dano deve refletir, não uma indenização propriamente dita, mas uma compensação, um paliativo para a dor da vítima, não devendo ser encarada como forma de autorizar o enriquecimento sem causa, estimulando a "industrialização do dano moral".

Vale frisar que o artigo 223 – G da CLT, determina que a quantificação do dano moral, quando comprovado a prática do ato ilícito, impende a investigação pelo magistrado da (i) a natureza do bem jurídico tutelado; (ii) a intensidade do sofrimento ou da humilhação; (iii) a possibilidade de superação física ou psicológica; (iv) os reflexos pessoais e sociais da ação ou da omissão; (v) a extensão e a duração dos efeitos da ofensa; (vi) as condições em que ocorreu a ofensa ou o prejuízo moral; (vii) o grau de dolo ou culpa; (viii) a ocorrência de retratação espontânea; (ix) o esforço efetivo para minimizar a ofensa; (x) o perdão, tácito ou expresso; (xi) a situação social e econômica das partes envolvidas; (xii) o grau de publicidade da ofensa.

Deste modo, em caso de eventual condenação, pugna a Reclamada para que o montante arbitrado ao título em análise esteja limitado a três vezes o último salário do ofendido, tendo em vista a sua natura leve da ofensa, em consonância com o estabelecido pelo inciso I, do parágrafo 1º, do artigo 223-G da CLT.

III.5. DA SUPOSTA DISPENSA DESCRIMINATÓRIA E IRREGULARIDADES DA DEMISSÃO. VERICIDADE DOS FATOS

Restaurando a realidade dos fatos, sabidamente invertidos, a Reclamante passou por exame períodico, que concluiu pela sua aptidão ao labor.

Considerando que o referido exame foi realizado no prazo de 90 (noventa) dias antecedentes à rescisão do contrato de trabalho, não foi necessário a realização do exame demissional, consoante previsto pela Norma Regulamentadora 7.

> 7.5.11. No exame demissional, o exame clínico deve ser realizado em até 10 (dez) dias contados do término do contrato, podendo ser dispensado caso o exame clínico ocupacional mais recente tenha sido realizado há menos de 135 (centro e trinta e cinco) dias, para as organizações graus de risco 1 e 2, e há menos de 90 (noventa) dias, para as organizações graus de risco 3 e 4.

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 02/07/2025, às 18:15:20 - 2a1b627

Portanto, não há falar em obrigatoriedade de realização de exame demissional, conforme faz crer a Reclamante, pelo que inexistente qualquer irregularidade na dispensa da Reclamante no particular.

Ademais, a dispensa da Reclamante não tem qualquer condão discriminatório, pois a Reclamante não se encontrava doente ou inapta ao trabalho por ocasião da sua dispensa, além de que a empresa não tinha conhecimento da suposta doença indicada.

É cediço ainda, que a dispensa discriminatória decorre da comprovação de o Obreiro ser portador de doença estigmatizante, nos termos da súmula 443 TST:

> "DISPENSA DISCRIMINATÓRIA. PRESUNÇÃO. EMPREGADO PORTADOR DE DOENÇA GRAVE. ESTIGMA OU PRECONCEITO. DIREITO À REINTEGRAÇÃO - Res. 185/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27.09.2012. Presume-se discriminatória a despedida de empregado portador do vírus HIV ou de outra doença grave que suscite estigma ou preconceito. Inválido o ato, o empregado tem direito à reintegração no emprego."

Assim, cumpre demonstrar que as alegações e pretensões são descabidas, tendo em vista que não houve qualquer discriminação em face da Autora, cabendo a esta comprovar as suas alegações iniciais, que restam impugnadas.

Nesse sentido, converge a jurisprudência dos nossos Doutos Tribunais:

> DISPENSA DISCRIMINATÓRIA. ÔNUS DA PROVA. Competia à autora, nos termos do art. 818 da CLT, o ônus de comprovar a alegada discriminação como motivo da dispensa, ônus do qual não se desvencilhou. Decisão de origem que se mantém. (TRT-2 10003339220205020311 SP, Relator: MERCIA TOMAZINHO, 3ªTurma - Cadeira 4, Data de Publicação: 13/07/2022)

> DISPENSA DISCRIMINATÓRIA. ÔNUS DA PROVA. Aplicável a todas as dispensas discriminatórias, a súmula nº 443 do C. TST acrescenta-se à Lei 9.029/95, criando presunção relativa da dispensa discriminatória. Portanto, a partir da súmula, o ônus da prova passa a ser do empregador, sendo seu encargo provar, quando alegado judicialmente, que a dispensa não foi discriminatória, demonstrando quais foram os reais motivos da resolução do contrato de trabalho. Desse encargo processual a reclamada não se desincumbiu. Recurso ordinário da ré a que se nega provimento. (TRT-2 10007416420165020201 SP, Relator: PAULO EDUARDO

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 02/07/2025, às 18:15:20 - 2a1b627

VIEIRA DE OLIVEIRA, 3ª Turma - Cadeira 3, Data de Publicação: 14/10/2020)

Ressalta-se que não há demonstração nos autos de que a empresa tenha realmente agido da forma relatada na inicial, sendo certo que a dispensa da Reclamante decorreu do poder diretivo da Reclamada, sobretudo porque reconhecida a aptidão da Obreira para o trabalho.

III.6 DO ALEGADO ASSÉDIO MORAL

Persegue a Reclamante, a condenação da ora Reclamada ao argumento que a supervisora Naiara desrespeitava a Reclamante.

Inicialmente a Reclamada registra que o tratamento entre os colaboradores é sempre de forma cordial, o que torna o ambiente de trabalho saudável, não tendo jamais ocorrido tais situações veiculadas pelo Reclamante em sua petição inicial.

Isto posto, temos que o Autora jamais foi exposto à situação constrangedora, tratamentos não cordiais que ensejassem abalo à sua honra, intimidade ou qualquer outro patrimônio pessoal imaterial tutelável.

Com efeito, não obstante a Reclamada jamais ter praticado qualquer dos atos lesivos à moral do Reclamante, tampouco à sua saúde, ou a existência do inventivo dano moral, o Laborista insiste na assertiva de que estariam presentes os pressupostos necessários à caracterização do dano em comento, o que não merece prosperar, *data venia*.

Uma vez reestabelecida a realidade fática distorcida na exordial, urge salientar que a causa de pedir correlata ao pedido de pagamento de indenização por danos morais está lastreada na configuração de assédio moral.

Ora, o assédio moral constitui uma das espécies do dano moral, pelo que para sua configuração mister estejam presentes os pressupostos necessários à caracterização do dano moral de forma geral, sem prejuízo daqueles específicos desta figura.

O assédio moral, consoante lições do Ministro João Oreste Dalazen, se caracteriza:

"pela violência psicológica extrema à qual uma pessoa é submetida por um chefe ou mesmo por um colega de trabalho".

Acrescenta, ainda, que:

"É preciso haver uma perseguição sistemática"; e que "A maioria dos casos é de reclamações contra assédios morais impostos por chefes hierárquicos a subordinados, aos quais submetem a situações de violência psicológica."

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 02/07/2025, às 18:15:20 - 2a1b627

Dos ensinamentos do insigne Ministro João Oreste Delazen[4], pois, extrai-se que é requisito indispensável à caracterização do assédio moral a coexistência de:

(i) violência psicológica extrema; e
(ii) prática reiterada e por um certo lapso temporal.

Daí concluir-se que um ato isolado ou, ainda que mais de um, não represente uma continuidade ou padrão de conduta sistêmica, não restará verificada a hipótese de caracterização de assédio moral.

Em idêntico sentido leciona Regina Célia Pezzuto Ruffino[5]:

"A violência psicológica se configura através de diversas práticas vexatórias. Porém, é a prática reiterada e durante um certo lapso temporal, deixando a vítima em situação de humilhação e desestabilizada emocionalmente que configurará o fenômeno." (grifos nossos)

De logo, cumpre demonstrar que a hipótese dos autos deve ser investigada à luz da teoria da responsabilidade civil subjetiva, contemplada como regra no ordenamento jurídico pátrio.

Instituto jurídico disciplinado pelo direito comum, a responsabilidade civil por danos morais e/ou materiais encontra-se albergada, no ordenamento jurídico brasileiro, pelo Código Civil, o qual consigna como preceito geral a teoria da culpa, à exceção da responsabilidade pelas atividades que exijam, por sua natureza, risco aos direitos alheios, conforme o texto discorrido no artigo 926 do Digesto Material Comum Brasileiro, ipsis litteris:

Art. 929. Aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, é obrigado a repará-lo.
Parágrafo único. Todavia, haverá a obrigação de reparar, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, grande risco para os direitos de outrem.

A propósito, veja-se a definição de ato ilícito dada pelo art. 186 do mesmo diploma legal:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

---

[4] FEIOJÓ, Carmen. Extraído do site: www.tst.gov.br/destaques/destaqueassediomoral.pdf em 29/08/2007.
[5] In RUFINO, Regina Célia Pezzuto. ASSÉDIO MORAL NO ÂMBITO DA EMPRESA. São Paulo: 2006. LTr, 1ª Ed. Pág. 61.

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 02/07/2025, às 18:15:20 - 2a1b627

A doutrina pátria apresenta-se, por conseguinte, e com fundamento no dispositivo trasladado, uníssona em consagrar a teoria da responsabilidade subjetiva, que exige o elemento anímico para configuração da obrigação de indenizar.

Em suma, o Código Civil vigente consagra a regra da responsabilidade civil subjetiva como princípio geral, exceto quando de forma diversa for determinado em lei ou se a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, grande risco para direitos de outrem (artigo 929, § único).

Tanto por tanto, apenas por exceção, nas hipóteses legalmente estabelecidas ou quando a atividade resultar em grande risco para terceiros, incidirá a regra da responsabilidade objetiva, onde não se investiga a presença da culpa ou dolo do agente, pelo que prevalece como regra a teoria da responsabilidade subjetiva, segundo a qual haverá a obrigação de indenizar quando comprovada a culpa ou dolo da empresa.

Entretanto, ainda que superado o apontamento acima, inexistência de ato ilícito, observamos que o caso nos autos não se amolda a quaisquer das exceções de que trata o § único do artigo 929 do Código Civil, o que afasta a possibilidade da incidência da responsabilidade objetiva do empregador e, por conseguinte, conduz à regra geral, qual seja: necessidade de prova do nexo de causalidade pelo ato ilícito do empregador (culpa ou dolo).

Da análise sistemática dos dispositivos mencionados, depreende-se que o ordenamento jurídico consagra três elementos essenciais ao nascimento da obrigação de indenizar, a saber, (i) a conduta lesiva, (ii) o dano experimentado pela vítima e (iii) o nexo de causa e efeito.

Assim, faz-se imprescindível à legitimidade da imputação do dever de indenizar a comprovação da existência conjunta dos requisitos acima elencados. Entretanto, no caso presente, vislumbramos a ausência não só de um, mas de todos os pressupostos necessários à caracterização do dano moral. E frise-se, o Reclamante não aponta qualquer prejuízo, dano experimentado, com o caso concreto

Por esta razão, ou seja, a ausência de dolo ou culpa da Reclamada ou ainda dos pressupostos necessários à caracterização do dano moral indenizável, não há como creditar ao Reclamante a titularidade de qualquer benefício dessa ordem. Isto posto, o Reclamante jamais foi exposto à situação constrangedora, por suposta ação da ora Reclamada, porquanto sem razão o pleito indenizatório ora perseguido.

Deste modo, a Reclamada pugna pelo indeferimento do pedido de sua condenação ao pagamento de indenização por prática de assédio moral.

III.6.1. DA QUANTIFICAÇÃO DO DANO

Apenas a título argumentativo, apesar de cabalmente demonstrada a inexistência de obrigação de indenizar da Contestante, urge destacar que, na

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 02/07/2025, às 18:15:20 - 2a1b627

hipótese de eventual condenação, aqui admitida por mero apego ao debate, a quantificação do valor compensatório não pode deixar espaço para o estímulo ao enriquecimento sem causa.

O valor pago por quem causa o dano deve refletir, não uma indenização propriamente dita, mas uma compensação, um paliativo para a dor da vítima, não devendo ser encarada como forma de autorizar o enriquecimento sem causa, estimulando a "industrialização do dano moral".

Vale frisar que o artigo 223 – G da CLT, determina que a quantificação do dano moral, quando comprovado a prática do ato ilícito, impende a investigação pelo magistrado da (i) a natureza do bem jurídico tutelado; (ii) a intensidade do sofrimento ou da humilhação; (iii) a possibilidade de superação física ou psicológica; (iv) os reflexos pessoais e sociais da ação ou da omissão; (v) a extensão e a duração dos efeitos da ofensa; (vi) as condições em que ocorreu a ofensa ou o prejuízo moral; (vii) o grau de dolo ou culpa; (viii) a ocorrência de retratação espontânea; (ix) o esforço efetivo para minimizar a ofensa; (x) o perdão, tácito ou expresso; (xi) a situação social e econômica das partes envolvidas; (xii) o grau de publicidade da ofensa.

Deste modo, em caso de eventual condenação, pugna a Reclamada para que o montante arbitrado ao título em análise esteja limitado a três vezes o último salário do ofendido, tendo em vista a sua natura leve da ofensa, em consonância com o estabelecido pelo inciso I, do parágrafo 1º, do artigo 223-G da CLT.

III.7. DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Aduz a Laborista que durante o contrato de trabalho trabalhou em contato à agentes insalubres. Pelo que persegue a condenação da Reclamada ao pagamento do adicional de insalubridade em grau máximo.

Cumpre destacar que a Reclamante sempre percebeu adicional em grau médio, haja vista a exposição do agentes insalubres, pelo que não há falar em diferença do adicional.

Contudo, cumpre esclarecer que o Reclamante sempre exerceu a função para qual foi contratado.

Ademais, a Reclamada fornece todos os EPI's necessários a todas as funções que desempenhou, bem como, cumpre à risca todos os procedimentos de medicina e segurança do trabalho.

Além disso, o Reclamante sempre exerceu suas atividades utilizando equipamento de proteção individual –EPI necessário à neutralização de eventuais agentes insalubres, consoante ficha de controle e entrega de EPIs anexa, devidamente assinada pelo Obreiro.

Saliente-se que todos os trabalhos obedecem a rigorosas regras de higiene e segurança de trabalho, mediante a utilização dos EPI's essenciais à neutralização

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 02/07/2025, às 18:15:20 - 2a1b627

de efeitos nocivos à saúde do trabalhador, tudo mediante o acompanhamento de técnico em segurança do trabalho e médico do trabalho.

Os equipamentos, além de devidamente entregues, eram renovados em respeito às normas de segurança e medicina do trabalho.

Outrossim, referidos EPI´s são certificados pelo Ministério do Trabalho, submetidos a testes técnicos para fins de certificação e comprovação de sua eficiência, suficientes para à neutralização dos níveis de tolerância de eventual exposição do reclamante a agentes insalubres.

Não há falar, portanto, em vida útil e prazo de troca não indicado pelo fabricante o pelo Ministério do Trabalho e Emprego, posto que não há fundamento legal no particular.

A própria Consolidação das Leis do Trabalho, em seu artigo 191, inciso II, estabelece que o fornecimento dos EPIs isenta a empresa fornecedora do ônus de pagar o adicional de insalubridade ao Obreiro, bem assim da competente ficha de controle de entrega de equipamentos individuais.

> Art. 191. A eliminação ou a neutralização da insalubridade ocorrerá:
> II – Com a utilização de equipamentos de proteção individual ao trabalhador, que diminuam a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância.

Ademais, o artigo 189 da Consolidação das Leis do Trabalho é claro quando define o que vem a ser atividades insalubres, vejamos:

> Art. 189. Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

O artigo 190 da CLT, a seu turno, reserva ao Ministério do Trabalho e Emprego a competência para determinar e discriminar aquelas atividades consideradas insalubres, bem assim como apontar o respectivo grau de insalubridade de cada uma delas (mínimo, médio ou máximo), o que é objeto de sua Norma Regulamentadora nº 15.

> Art. 190. O Ministério do Trabalho aprovará o quadro de atividades e operações insalubres e adotará normas sobre os critérios de caracterização da insalubridade, os limites de tolerância aos agentes agressivos, meios de proteção e o tempo máximo de exposição do empregado a esses agentes.

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 02/07/2025, às 18:15:20 - 2a1b627

Cumpre ainda salientar que, no caso da realização de perícia técnica, à luz dos dispositivos legais retro, temos que o trabalho do perito é perquerir sobre as condições de labor do obreiro.

Uma vez detectada condição adversa à saúde do trabalhador deve o *expert* verificar se há previsão legal para a hipótese, para finalmente, em caso afirmativo, enquadrá-la com estrita observância à norma específica, ou seja, de acordo com os ditames da NR 15. Qualquer distanciamento desse raciocínio encontra-se vetado pelos PRINCÍPIOS DA RESERVA LEGAL E DA LEGALIDADE, os quais constituem-se em sustentáculos de todo o ordenamento jurídico pátrio, por serem princípios fundamentais previstos na Constituição de 1988.

Desta forma, para que o Demandante tivesse direito ao pretenso adicional de insalubridade, imprescindível seria que a atividade por ele exercida estivesse capitulada como insalubre e ainda que os EPI´s utilizados não neutralizassem os efeitos adversos de forma a tornar o ambiente tolerável consoante as normas específicas e especiais aplicáveis à espécie.

Ante todo o exposto, improcede o pleito de pagamento de suposto adicional de insalubridade, pois está comprovado que o ambiente de trabalho do Reclamante não pode ser considerado insalubre, bem como havia a utilização e fiscalização do EPI, conforme notas fiscais e recibos de EPI anexos.

III.5.1. Da utilização do salário-mínimo como base de cálculo:

Finalmente, ainda que só para argumentar, acaso reconhecido o pleito formulado, no que verdadeiramente não se acredita, acrescenta a Reclamada que este deve incidir unicamente sobre o salário-mínimo nacional.

III.5.2. Das repercussões

De igual sorte, improcedem as repercussões de suposto adicional de insalubridade em outros títulos (RSR, verbas rescisórias, FGTS, férias, 13º salários, etc), haja vista a improcedência do principal, <u>sendo certo que em relação ao RSR, o adicional de insalubridade, por ser verba de natureza mensal, não gera repercussão</u>

III.3. DOS PEDIDOS RELACIONADOS À JORNADA DE TRABALHO – HORAS EXTRAS.

Alega o Obreiro que laborava em plantões extraordinários, de modo que pugna pelo seu pagamento de todas as horas laboradas como extraordinárias.

Em respeito aos princípios da primazia da realidade e da boa-fé, basilares no Direito do Trabalho, urge esclarecer que o Reclamante sempre cumpriu sua jornada de trabalho conforme indicado nos controles de frequência apensos, sempre

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 02/07/2025, às 18:15:20 - 2a1b627

desfrutando uma hora de intervalo intrajornada para descanso e alimentação, bem como das onze horas de intervalo entre jornadas.

Além do mais, todos as horas extras laboradas foram devidamente registradas e compensadas através do banco de horas e, as que não foram compensadas foram corretamente pagas, conforme demonstrado nos contracheques anexos.

Não havia labor em horas extras de forma habitual por parte da reclamante, o que por si só, pressupõe a improcedência do pleito, sendo o que se requer desde já.

Note Excelência, que a jornada cumprida pelo reclamante sempre teve a devida previsão nas Convenções Coletivas da categoria, a exemplo do parágrafo primeiro da cláusula vigésima sexta CCT de 2020/2021 e 2022/2023:

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Compensação de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DAS JORNADAS ESPECIAIS DE TRABALHO

O sindicato dos empregados convenente, reconhecendo a natureza especial das atividades ligadas à área de saúde, manifesta sua concordância prévia com a implantação de horário de trabalho, em regime de plantão, mediante escalas de **12x36; 12x48; 12x60 e 5(cinco) dias x 1(um) dia.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O horário de trabalho em regime de plantão, mediante qualquer das escalas acima previstas já consagra a compensação dos dias de repouso, não sendo devida o pagamento em dobro quando o trabalho recair em domingos, dias santos ou feriados.

Reconhecida a validade do regime de escala, conforme convenção coletiva, carreada aos autos, não há cabimento o deferimento de horas extras além da 8ª, 9ª ou 10ª hora diária, por consequência lógica:

> ESCALA 12X36. CELEBRAÇÃO REGULAR. HORAS EXTRAS ALÉM DA 8ª DIÁRIA INDEVIDAS. O TST vem recrudescendo as exigências formais para a legítima adoção da escala 12x36, tanto é que fez editar a sua Súmula nº 444ª. No caso concreto, constitui fato incontroverso a adoção da jornada 12x36. Ademais, **ressume-se dos autos a instituição válida e regular do regime de compensação, respaldado por normas coletivas vigentes ao tempo do trabalho**. Nesse quadro, **considerando a instituição válida e regular do regime de compensação, não são devidas as horas extras postuladas (seja excedente à 8ª diária ou à 44ª semanal)**. Recurso do reclamante improvido. (Processo: RO – 0001626-05.2016.5.06.0001, Redator: Maria das Graças de Arruda

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 02/07/2025, às 18:15:20 - 2a1b627

> França, Data de julgamento: 23/04/2018, Terceira Turma, Data da assinatura: 23/04/2018)
>
> ESCALA DE 12X36. HORAS EXTRAS EXCEDENTES À 12ª DIÁRIA. **Não configurada a irregularidade no cumprimento do sistema de escala de 12x36 a lhe retirar a validade, são indevidas as horas laboradas além da 8ª diária**. Apelo patronal provido no ponto. (TRT – 2 10008614720185020069 SP, Relator: KYONG MI LEE, 3ª Turma – Cadeira 2, Data de Publicação? 09/07/2020)

Delineia-se oportuno lembrar as inovações trazidas pela reforma trabalhista (Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017) quanto ao regime de jornada 12x36.

Com a entrada em vigor da Lei nº 13.467/17, foram introduzidos na CLT os arts. 59-A, 59-B e 60, os quais preveem: a possibilidade de as partes estabelecerem a jornada 12x36 por acordo individual escrito; a compensação não apenas do descanso semanal remunerado, mas também dos feriados e **a validade do acordo de compensação de jornada e do banco de horas mesmo quando houver prestação de horas extras habituais.**

Nesse passo, é importante ressaltar que, mesmo com a entrada em vigor da reforma trabalhista, a jornada 12x36 permaneceu sendo objeto de negociação nas Convenções Coletivas firmadas pelos sindicatos representantes das partes, estando sempre prevista nos instrumentos coletivos, como já destacado.

A par disso, está cristalina a validade do regime de 12x36, sendo certo também que **não havia o cumprimento de horas extras de forma habitual, e mesmo que houvesse, tal fato não tem o condão de invalidar o regime de jornada 12x36, conforme § único do art. 59-B da CLT.**

Convém destacar, ainda, o recente entendimento do TRT da 5ª Região, no tocante à **habitualidade de horas extras não descaracterizar o regime 12x36**, justamente pelo seu elástico período de descanso entre plantões, cuja decisão se deu, inclusive, em processo do ano de 2015, anterior à Reforma Trabalhista:

> **JORNADA 12 X 36. HORAS EXTRAS. HABITUALIDADE. DESCARACTERIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.** Dadas as peculiaridades do vantajoso regime de compensação de jornada, em que o empregado labora por doze horas, folgando nas trinta e seis horas seguintes, a prestação de horas extras habituais não desnatura a avença pactuada entre os entes sindicais, sendo, pois, **inaplicável, ao caso, o item IV da Súmula nº 85 do colendo TST**. (TRT-5 RO 0001164-07.2015.5.05.0035 – Relatora: MARIZETE MENEZES CORRÊA – Data de Julgamento: 08/07/2021 – 3ª Turma – Data de Publicação: 13/07/2021)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 02/07/2025, às 18:15:20 - 2a1b627

Ressalta-se que a jornada 12x36, a qual sempre foi cumprida pela reclamante, é mais benéfica ao trabalhador, haja vista que labora 12 horas e descansa 36 horas ininterruptas, de modo que mensalmente trabalha bem menos do que aqueles que cumprem jornada de 8 horas diárias.

Assim, por qualquer ângulo que se analise, é evidente a **improcedência dos pedidos horas extras acima da 8ª diária e da 44ª semanal**, sob pena de repetição de pagamento à reclamante, haja vista que sempre foi remunerada pelas horas cumpridas, sendo o que se requer.

Cumpre esclarecer que as dobras de plantão não decorrem de um quadro de empregados reduzido, de uma decisão empresarial em determinar que os empregados permaneçam além do horário ou de qualquer tentativa de usurpar direitos dos empregados.

As dobras têm uma única e justa razão: **A FALTA AO TRABALHO DO RENDEIRO.**

Como se pode observar na CCT abaixo o paragrafo sétimo permite a permuta de até 2 plantões mensais entre empregados do mesmo hospital, vejamos:

PARÁGRAFO SÉTIMO: Será permitida a permuta de até 2 (dois) plantões mensais entre empregados de um mesmo hospital, desde que respeitado ao intervalo entre jornadas de, no mínimo, 11 (onze) horas, para ambos os permutantes. Esta troca deverá ser informada por escrito e com a assinatura dos permutantes no prazo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a sua realização. A comunicação conterá todas as referências necessárias à substituição, tais como: indicação do dia, nome do empregado substituto e demais informações exigidas pelo empregador à efetivação da permuta, sob pena de não ser permitida.

Exclusivamente por essa razão que no caso da falta de um empregado há orientação de que seja realizada a dobra, a fim de atender as normas e diretrizes da ANS. E este é um problema padrão enfrentado por toda e qualquer unidade hospitalar que, nas hipóteses de falta de um profissional, tem que optar pelas vidas.

A dobra somente ocorre na falta de outro profissional, em que é conferido ao empregado que precisará dobrar outra folga, bem como há, também, a possibilidade do pagamento do trabalho extraordinário desenvolvido.

Durante todo o contrato de trabalho, a própria reclamante registrou a sua jornada em controle de frequência eletrônico, cujos registros refletem a realidade fática.

Cabe destacar ainda que, nos dias em que ultrapassou sua jornada em alguns minutos, não só constam na folha de ponto do Reclamante como também eram devidamente compensadas mediante atrasos, saída do labor mais cedo ou folgas, consoante se depreende dos registros de ponto em anexo e como autorizado por CCT.

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 02/07/2025, às 18:15:20 - 2a1b627

Assim, o sistema de **COMPENSAÇÃO** das horas após a jornada prevista está devidamente inserido na CCT celebrada entre os sindicatos representantes das categorias das partes e era devidamente aplicada para a obreira, conforme cláusula vigésima quinta da CCT de 2023/2024, cujo trecho foi acima acostado, a título de exemplo:

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - BANCO DE HORAS E COMPENSAÇÃO DE JORNADA

Admite-se que sejam estabelecidos nas empresas os sistemas de compensação de jornada e de Banco de Horas, previsto no § 2º do Art. 59 da CLT, sendo dispensado o acréscimo de salário se **o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de 6 (seis) meses ou 1 (um) ano**, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

PARÁGRAFO ÚNICO:

Para homologação do banco de horas, pactuado com período superior a seis meses, será cobrada uma taxa de R$ 30,00 (trinta reais) por empregado assistido pelo banco.

Controle da Jornada

Outrossim, é fato que, em algumas ocasiões, o reclamante veio a dobrar seu plantão, tendo sido combinado com a autora e cuja possibilidade também está prevista em CCT, porém houve a devida **compensação com folgas**, em razão dos diversos dias em que obreira não trabalhou e não sofreu descontos por faltas, inclusive folgas logo após a dobra de plantão.

Com base em uma simples análise no controle de ponto é possível observar que todas as folgas eram concedidas no prazo correto.

No que compete à absurda alegação de que o intervalo intrajornada era concedido de forma parcial, não condiz com a realidade dos fatos, convém repisar que, durante todo o vínculo contratual, a reclamante sempre o gozou de uma hora, **e por diversas vezes até mais**, embora em alguns pouquíssimos dias, em completa desobediência a orientação passada por esta reclamada aos seus funcionários, não o tenha registrado. Em verdade, a autora tinha liberdade para gozar do intervalo de 1h e assim o fazia, pelo que requer seja julgado tal pleito improcedente, bem como seus reflexos.

Outrossim, quanto aos ínfimos períodos não registrados nos cartões de ponto, deve ser aplicado o entendimento da parte final da Súmula nº 18 desse Regional e, por analogia, o disposto na OJ nº 233 da SDI-I do C. TST, com a seguinte redação:

> **"OJ 233. HORAS EXTRAS. COMPROVAÇÃO DE PARTE DO PERÍODO ALEGADO.** (nova redação - DJ 20.04.2005). A decisão que defere horas extras com base em prova oral ou documental não ficará limitada ao tempo por ela abrangido, desde que o julgador fique convencido de que o procedimento questionado superou aquele período."

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 02/07/2025, às 18:15:20 - 2a1b627

Neste sentido, válida a transcrição de ementa do TRT da 5ª Região:

> "Ementa: **HORAS EXTRAORDINÁRIAS. PERÍODO DESCOBERTO PELOS CARTÕES DE PONTO**. Não é razoável aplicar a pena de confissão para os meses em descoberto por cartões de ponto, aplicando a jornada declinada na inicial, tendo se posicionado a jurisprudência mais abalizada que, em casos como tais, **a jornada deve ser apurada pela média dos registros nos meses demonstrados**. Tal entendimento se coaduna não só com a OJ n. 233, da SDI-I, do TST como também com a parte final da Súmula 18 desse Regional, segundo a qual: "Presume-se verdadeira a jornada de trabalho alegada na inicial para o período laboral não acobertado pelos controles de ponto acostados aos autos, admitindo-se, no entanto, a fixação de outro horário de trabalho para o período respectivo de acordo com as circunstâncias do caso e com o livre convencimento motivado do juiz." (Proc. 0000108-66.2015.5.05.0122, Relatora Desembargadora Marizete Menezes, 3ª Turma, DJ 10/11/16 - g.n.)

Registre-se ainda que, em alguns pouquíssimos dias, a reclamante registou o intervalo com ínfimos minutos inferior a 60 (sessenta), de modo que, nos termos do entendimento da Jurisprudência abaixo, devem ser desconsiderados, por aplicação analógica do § 1º do art. 58 da CLT.

> INTERVALO INTRAJORNADA. AUSÊNCIA DE FRUIÇÃO DE POUCOS MINUTOS. HORAS EXTRAS NÃO CONFIGURADAS. Os controles de ponto demonstram que, além da pré-assinalação, conforme autoriza o § 2º, do artigo 74, da CLT, existe o regular registro do intervalo para repouso e alimentação. E a pretensão voltada ao recebimento de uma hora extra diária afigura-se desproporcional, haja vista que os controles de ponto em questão indicam a ausência de fruição de tempo extremamente reduzido que não desnaturou os objetivos dos artigos 71 da CLT e 7º, XXII, da CF, no sentido de proporcionar ao empregado tempo suficiente para refeição e descanso, não havendo se falar, portanto, em desrespeito às medidas de higiene, saúde e segurança do trabalhador. Nesse sentido o **§ 1º do artigo 58 da CLT, aplicado por analogia, a hipótese dos autos, haja vista que a variação do intervalo de poucos minutos não implica na condenação ao pagamento de uma hora extra diária, mormente em se considerando os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.** (TRT-2 10001998320185020263 SP, Relator: DORIS RIBEIRO

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 02/07/2025, às 18:15:20 - 2a1b627

> TORRES PRINA, 7ª Turma - Cadeira 4, Data de Publicação: 31/01/2019)
>
> INTERVALO INTRAJORNADA. SONEGAÇÃO DE POUCOS MINUTOS. APLICAÇÃO DO ART. 58, § 1º DA CLT. **Limitada a supressão do intervalo a poucos minutos, não é razoável compelir o empregador a pagar integralmente o período, pois a conduta redundaria em enriquecimento sem causa do trabalhador**. Motivo pelo qual, correta a aplicação, por analogia, da lógica inserida no § 1º do art. 58 da CLT. (TRT-12 - RO: 00013120820145120019 SC 0001312-08.2014.5.12.0019, Relator: TERESA REGINA COTOSKY, SECRETARIA DA 3A TURMA, Data de Publicação: 22/03/2017)

Outrossim, os cartões de ponto acostados à presente peça processual devem ser considerados como prova para todos os fins em direito permitidos. Isto porque, além de o controle de jornada da reclamante ser eletrônico, deste faz parte leitor biométrico, o qual é infalível quanto a fraudes, sendo inclusive certificado pela empresa DIMEP, conforme atestado técnico e termo de responsabilidade, em anexo, visto exigir a devida individualização do indivíduo, in casu, empregado.

> "**A biometria** é o estudo estatístico das características físicas ou comportamentais dos seres vivos. Recentemente, este termo também foi associado à medida de características físicas ou comportamentais das pessoas como forma de identificá-las unicamente. Hoje a biometria é usada na identificação criminal, controle de acesso, etc. Os sistemas chamados biométricos podem basear o seu funcionamento em características de diversas partes do corpo humano, por exemplo: os olhos, a palma da mão, as digitais do dedo, a retina ou íris dos olhos. **A premissa em que se fundamentam é a de que cada indivíduo é único e possuí características físicas e de comportamento (a voz, a maneira de andar, etc.) distintas, traços aos quais são característicos de cada ser humano**."

Desta feita, temos que, ao inserir a digital no leitor biométrico, acostado ao Sistema de Ponto Eletrônico, o indivíduo empregado, está assinando-o, aquiescendo ao horário ali demarcado, não havendo que se falar em registro apócrifo.

O sistema que utiliza a Biometria Digital reduz as fraudes e possibilita uma maior gestão dos recursos de administração, pois o funcionário registra o ponto com suas próprias digitais. Assim não há como burlar o sistema, diferentemente dos meios tradicionais de controle de ponto.

Ainda assim, temos que, segundo reza o art. 74, § 2º, da CLT, não há que se falar em necessidade de assinatura manual dos cartões de ponto pelo empregado

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 02/07/2025, às 18:15:20 - 2a1b627

como condição de sua validade. Ou seja, a falta de assinatura do empregado nos registros de frequência configuraria tão somente irregularidade administrativa, e não é suficiente, por si mesma, para tornar inválida a prova documental a ser apresentada. Veja-se:

> "§ 2º Para os estabelecimentos de mais de dez trabalhadores será obrigatória a anotação da hora de entrada e de saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho, devendo haver pré-assinalação do período de repouso".
>
> Nesse sentido, é o recente entendimento do TRT da 5ª Região:
>
> CARTÕES DE PONTO APÓCRIFOS - A falta de assinatura do empregado nos cartões de ponto não enseja a conclusão de que são inválidos, não inverte automaticamente o encargo da prova, e, também não tem como consequência o reconhecimento da da jornada descrita na inicial - Súmula 27 deste Regional. (TRT-5 RO 0000966-78.2016.5.05.0020 – Relatora: YARA RIBEIRO DIAS TRINDADE – Data de Julgamento: 25/11/2020 – 3ª Turma – Data de Publicação: 01/12/2020)

Ademais, em análise do controle de ponto visualizamos que este não é uniforme, demonstrando, assim, a liberdade em que a obreira tinha de registrar, devidamente, seu horário de labor.

Portanto, Nobre Julgador, eventual condenação em horas extras, minimamente provadas pela autora, nos termos dos arts. 818, I, da CLT e 373, I, do CPC, importaria em enriquecimento ilícito para a reclamante, o que deve ser coibido por essa Justiça Especializada.

Dessa forma, é totalmente descabido o requerimento autoral quanto a horas extras realizadas de forma habitual, visto que não há nos autos qualquer comprovação relativa ao labor em sobrejornada sem compensação e, se ocorresse, tal fato não tem o condão de invalidar o regime de escala, estando demonstrada no registro de ponto realidade contrária da alegada, bem como as CCTs são claras quanto a possibilidade de aplicação da jornada em regime de plantão de 12 horas por 36 horas de descanso, o que comprova, com redobrada intensidade, a validade do referido regime, pelo que requer o julgamento improcedente de todos os pleitos de horas extras.

Assim, na remotíssima hipótese de condenação, requer que seja considerada a hora laborada acima da 12ª diária, a fim de evitar enriquecimento ilícito.

Ad argumentantum tantum, caso prevaleça o entendimento de descaracterização do regime de compensação de jornada, o que não se espera, a condenação ao pagamento de horas extras deverá ser limitado as horas que excederem a jornada máxima semanal, sendo devido apenas o valor do adicional as horas destinadas a compensação, conforme inteligência da Súmula 85 do TST, vejamos:

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 02/07/2025, às 18:15:20 - 2a1b627

> Súmula nº 85 do TST
> COMPENSAÇÃO DE JORNADA (inserido o item VI) - Res. 209/2016, DEJT divulgado em 01, 02 e 03.06.2016
> (...)
> III. O mero não atendimento das exigências legais para a compensação de jornada, inclusive quando encetada mediante acordo tácito, não implica a repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária, se não dilatada a jornada máxima semanal, sendo devido apenas o respectivo adicional. (ex-Súmula nº 85 - segunda parte - alterada pela Res. 121/2003, DJ 21.11.2003)
> IV. A prestação de horas extras habituais descaracteriza o acordo de compensação de jornada. Nesta hipótese, as horas que ultrapassarem a jornada semanal normal deverão ser pagas como horas extraordinárias e, quanto àquelas destinadas à compensação, deverá ser pago a mais apenas o adicional por trabalho extraordinário. (ex-OJ nº 220 da SBDI-1 - inserida em 20.06.2001)

Nesta mesma linha de entendimento, é o Art. 59-B da CLT, vejamos:

> Art. 59-B. O não atendimento das exigências legais para compensação de jornada, inclusive quando estabelecida mediante acordo tácito, não implica a repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária se não ultrapassada a duração máxima semanal, sendo devido apenas o respectivo adicional.

Assim, ainda que descaracterizada a jornada 12x36 exercida pelo reclamante, a condenação deve ser limitada conforme Art. 59-B da CLT e súmula 85 do TST, sob pena de configuração de bis in idem e enriquecimento ilícito da parte autora.

Quanto aos domingos e feriados, em que pese a Súmula 444 do TST estabeleça ser devido o pagamento de feriados na escal 12x36, a CCT da categoria autoriza a compensação dos domingos e feriados, não sendo devido o pagamento em dobro pelo trabalho nesses dias, devendo prevalecer o negociado nesse caso.

a.1) Das repercussões.

Prejudicado resta o pedido de repercussão de supostas horas extras ou diferença de adicional de horas extras em outros títulos e verbas rescisórias, haja vista a improcedência do principal, pois a coisa acessória – REPERCUSSÃO – segue a sorte da principal, consoante disciplinado no Código Civil Brasileiro.

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 02/07/2025, às 18:15:20 - 2a1b627

No que tange à repercussão das horas extras no repouso semanal remunerado, sobreleva salientar que a demandante era mensalista. In casu, faz-se mister analisarmos o conteúdo dos parágrafos do artigo 7º do mencionado diploma legal, in litteris:

> Art. 7º. A remuneração do repouso semanal remunerado corresponderá:
> (...)
> § 1º Os empregados cujos salários não sofram descontos por motivos de feriados civis ou religiosos são considerados já remunerados nesses mesmos dias de repouso, conquanto tenham direito à remuneração dominical.
> § 2º **Consideram-se já remunerados os dias de repouso semanal do empregado mensalista** ou quinzenalista, cujo cálculo de salário mensal ou quinzenal, ou cujos descontos por faltas sejam efetuados na base do número de dias do mês ou de trinta (30) e quinze (diárias), respectivamente. (grifos apostos)

Qualquer espécie de hermenêutica utilizada, literal, sistemática ou teleológica, leva a conclusão de que sendo a autora mensalista, o valor correspondente ao repouso semanal remunerado já vem embutido no salário.

Ademais, quanto ao cômputo dos reflexos apurados de RSR sobre os demais pleitos (13º salários, férias + 1/3, aviso prévio e FGTS + 40%), oriundo de extraordinários sobre as parcelas acessórias, caracteriza-se bis in idem, o que é vedado pela OJ 394 da SDI I do TST, transcrita abaixo:

> OJ 394. REPOUSO SEMANAL REMUNERADO - RSR. INTEGRAÇÃO DAS HORAS EXTRAS. NÃO REPERCUSSÃO NO CÁLCULO DAS FÉRIAS, DO DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO, DO AVISO PRÉVIO E DOS DEPÓSITOS DO FGTS. (DEJT divulgado em 09, 10 e 11.06.2010) A majoração do valor do repouso semanal remunerado, em razão da integração das horas extras habitualmente prestadas, não repercute no cálculo das férias, da gratificação natalina, do aviso prévio e do FGTS, sob pena de caracterização de "bis in idem".

E o referido entendimento prevalece no âmbito do Colendo TST, conforme inteiro teor das decisões a seguir:

> REPOUSO SEMANAL REMUNERADO. REFLEXOS. Nos termos da Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1 desta Corte, a majoração do valor do repouso semanal remunerado, em razão da integração das horas extras habitualmente prestadas, não repercute no cálculo das férias, da gratificação natalina, do aviso prévio e do FGTS, sob pena de caracterização

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 02/07/2025, às 18:15:20 - 2a1b627

de "bis in idem". (Processo: Ag-AIRR; Orgão Judicante: 5ª Turma; Relator: BRENO MEDEIROS; Julgamento: 07/08/2019; Publicação: 16/08/2019; Tipo de Documento: Acordão)

Assim, na remota hipótese de condenação em horas extras, se verifica ser totalmente indevida a integração dos repousos semanais remunerados ao salário e sua repercussão sobre aviso prévio, férias + 1/3, décimo terceiro salário e FGTS + 40%, já que contraria o entendimento do TST.

Por fim, deve observar que na jornada 12x36, a remuneração mensal abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados, e serão considerados compensados os feriados, conforme Parágrafo único do Art. 59-A da CLT.

a.2) Da compensação/dedução.

Por extrema cautela, ainda que só para argumentar, acaso seja deferida alguma hora extra, no que verdadeiramente não se acredita, requer a contestante a compensação/dedução com as folgas compensatórias concedidas.

Requer ainda sejam considerados apenas os dias efetiva e comprovadamente laborados, **excluindo os dias de falta, folga, apresentação de atestado médico, afastamento previdenciário ou quaisquer outros em que não tenha a Reclamante comprovado o labor extraordinário**, bem como que seja considerada a evolução salarial, conforme ficha financeira em anexo (e não a última remuneração), devendo ainda haver limitação aos valores indicados na exordial, sob pena de julgamento ultra petita.

Por fim, saliente-se que há nas fichas financeiras o pagamento sob as rubricas “adicional noturno”, “adicional de feriado” e “descanso semanal remunerado”.

III.6. DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS

Tendo em vista a improcedência dos pedidos formulados na inicial, requer seja julgado improcedente o pedido de condenação da Reclamada ao pagamento de honorários advocatícios.

Por outro lado, requer a condenação do Reclamante ao pagamento de honorários sucumbenciais na forma do artigo 791-A da CLT.

IV. DA LITIGÃNCIA DE MÁ-FÉ.

Os artigos 79 e 80 do NCPC, utilizado subsidiariamente no processo trabalhista, por força do que determina o artigo 769 da CLT, expõe de forma bastante clara as hipóteses em que restará configurada a litigância de má fé, *verbis*:

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 02/07/2025, às 18:15:20 - 2a1b627

> *Art. 79. Responde por perdas e danos aquele que litigar de má-fé como autor, réu ou interveniente.*
>
> *Art. 80. Considera-se litigante de má-fé aquele que:*
>
> *II - alterar a verdade dos fatos;*
>
> *III - usar do processo para conseguir objetivo ilegal;*
>
> *V - proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo;*

Ante a inafastável caracterização da alteração da verdade dos fatos, o que constitui conduta atentatória à dignidade da justiça, máxime quando para angariar vantagens indevidas, distorcendo a finalidade do processo e assoberbando essa Justiça Especializada, alternativa plausível não resta a esse MM Juízo senão condenar o Reclamante por litigância de má-fé e, com fulcro no artigo 940 do Código Civil, determinar o pagamento à Reclamada do valor equivalente aos pleitos declinados.

> Art. 940. Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressalvar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição. (original sem grifos)

V. DAS DEDUÇÕES LEGAIS

"*Ad cautelam*", caso seja concedido eventualmente qualquer crédito ao reclamante, requer o reclamado a retenção da contribuição previdenciária e do imposto de renda.

V.1. da contribuição previdenciária

A contribuição ao INSS é devida pelo reclamante (art. 20 da Lei nº 8.212/91), cabendo à reclamada recolhê-la (art. 30, I, "a", da Lei nº 8.212/91 e art. 195, II, da Constituição Federal de 1988).

Outrossim, a teor dos artigos 43 e 44 da Lei nº 8.212/91, com a redação da Lei nº 8.620/93, os descontos e recolhimentos se processam por determinação do juízo, quando objeto da condenação. Requer a reclamada a retenção da contribuição previdenciária.

Requer, ainda, a contestante que este Juízo decline na sentença a natureza jurídica das parcelas para fins de incidência da previdência social, inclusive o

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 02/07/2025, às 18:15:20 - 2a1b627

limite de responsabilidade devido pelas partes, consoante disposto no artigo 832 da CLT com as alterações introduzidas pela Lei nº 1.035/00.

V.2. do imposto de renda

Sobre a propriedade da retenção do imposto de renda na fonte dispõe expressamente o artigo 46 da Lei nº 8.541/92. Ainda nesse mesmo sentido, mas de forma específica, tem-se o Provimento nº 01/96 do TST, que dispõe sobre a dedução do Imposto de Renda na Fonte em juízo. Tanto por tanto, requer o reclamado a sua retenção.

VI. DOS REQUERIMENTOS

Pelo todo acima exposto, requer o contestante:

a) seja-lhe deferido provar o alegado por todos os meios de provas permitidos em direito, inclusive depoimento pessoal do Reclamante sob pena de confissão (Enunciado nº 74 do C. TST), documentos, testemunhas etc;

b) por fim, requer seja acolhida a contestação em sua integralidade, para julgar-se totalmente improcedente os pleitos formulados pelo autor, sem prejuízo da sua condenação nas penas previstas ao litigante de má-fé, além das custas processuais.

Ainda, na forma do artigo 830 da CLT, os advogados que subscrevem a presente contestação se responsabilizam pelas cópias apresentadas, declarando que elas conferem com os originais respectivos.

Nestes termos,
Pede deferimento.
Recife/PE, 02 de julho de 2025.

EDUARDO OERTLI DIAS
OAB/PE 45.034

HENRIQUE CAMINHA LOUREIRO BORGES
OAB/PE 22.662

JULIANA ERBS
OAB/PE 32.783

SIMONY BRAGA
OAB/PE 1.251-B

Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 02/07/2025, às 18:15:20 - 2a1b627
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25070218143807100000088940624?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25070218143807100000088940624

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
Central de Audiências Iniciais do Recife
ATOrd 0000442-27.2025.5.06.0024
RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
RECLAMADO(A): IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

ATA DE AUDIÊNCIA

Em 3 de julho de 2025, na sala de sessões da MM. Central de Audiências Iniciais do Recife, sob a direção do(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) do Trabalho SUELLEN SAMPAIO DE ANDRADE COELHO, realizou-se audiência relativa à Ação Trabalhista - Rito Ordinário número 0000442-27.2025.5.06.0024, supramencionada.

Às 14h20, aberta a audiência, foram apregoadas as partes.

Presente a parte reclamante MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS, pessoalmente, acompanhado(a) de seu(a) advogado(a), Dr(a). GABRIEL GONCALVES DIAS, OAB 53444/PE.

Presente a parte reclamada IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE, representado(a) pelo(a) preposto(a) Sr.(a) ANA CAROLINE OLIVEIRA SILVA, acompanhado(a) de seu(a) advogado(a), Dr(a). ISIS DE SANTANA PIRES CARVALHO, OAB 64061/PE.

Instalada a audiência.

Recusada a primeira proposta de acordo.

A(s) ré(s) ratifica(m) os termos da(s) contestação(ões) já inserida(s) no PJe-JT.

Retirado o sigilo da(s) defesa(s) e documentos.

Alçada fixada pela inicial.

Determinou o Juízo que a secretaria observe o requerimento de notificação exclusiva formulado pelas partes, em observância ao art. 272, §5º do CPC c/c Súmula n.º 427 do TST. Providências pela Secretaria. Cientes as partes de que o cumprimento da determinação supra ficará condicionada à regular habilitação do causídico no sistema PJe-JT.

Concede-se às partes o prazo, comum e preclusivo, de **5 (cinco) dias para a complementação da prova documental - PRAZO FINAL: 10/07/2025** - incluindo carta de preposição, procuração, substabelecimento, mídia, não sendo permitida

posterior juntada de outros - art. 223 do CPC c/c art. 769 da CLT - salvo se, a critério do Juízo, forem considerados necessários à instrução do processo (art. 765 da CLT c/c art. 370 do CPC).

Se a parte ré ainda não trouxe aos autos carta de preposição, atos constitutivos e procuração, deverá providenciar a regularização de sua capacidade processual no prazo acima assinalado para a produção de prova documental, sob pena de aplicação do disposto no artigo 76, § 1º, II, do CPC.

No Processo Judicial Eletrônico, o protocolo de petições e documentos deverá ser realizado exclusivamente por meio eletrônico e a juntada de mídias (imagens, sons e vídeos) mediante armazenamento direto no sistema PJe, por meio da opção de "Anexar documentos", os quais farão parte do acervo digital e estarão disponíveis às partes na timeline do processo. Mídias de áudio e vídeo devem ser juntadas diretamente pelo (a) advogado (a) da parte, no próprio Pje, pela aba "anexar petições e documentos", sob pena de não conhecimento ou desconsideração da prova juntada em desconformidade. Outrossim, apenas os formatos mp3 (áudio) e mp4 (vídeo) serão aceitos pelo sistema, até o limite de 200MB por arquivo. Na juntada dos documentos, as partes devem observar a Resolução n.º 185/2017, do CSJT.

Findo o prazo para produção de prova documental, faculta-se às partes o prazo, comum e preclusivo de **5 (cinco) dias - PRAZO FINAL: 18/07/2025** - inclusive, independentemente de notificação, para que se **manifestem sobre os documentos apresentados pela parte contrária**, oportunidade em que também é facultado à parte autora manifestar-se sobre as preliminares e prejudiciais de mérito suscitadas na defesa, em consonância com o disposto no artigo 10 e 351 do CPC. Considerando os termos do art. 4º, §2º, I, do ATO CONJUNTO TRT6 – GP – GVP – CRT n. º 03/2024, devolvam-se os autos à Vara de origem para prosseguimento do feito.

Declaram as partes que pretendem produzir prova oral em audiência de instrução.

A parte autora requereu o que segue: "Requer realização de perícias médica psiquiátrica e ortopédica, e, também técnica de insalubridade, pretendendo que sejam determinadas antes da instrução."

A reclamada concorda que as perícias sejam realizadas antes da instrução.

Pela Magistrada foi dito que o momento de realização da prova técnica será determinado pela Vara Originária.

As partes não apresentaram outros requerimentos.

Considerando os termos do art. 4º, § 2º, I e IV, do ATO CONJUNTO TRT6 – GP – GVP – CRT n.º 03/2024, devolvam-se os autos à Vara de origem para prosseguimento do feito.

Esta ata vale como declaração de comparecimento das pessoas cujos nomes nela constam, servindo para justificar a ausência do empregado ao seu trabalho, e salvaguardar o seu direito à percepção do seu salário, na forma da lei, e, estando assinada eletronicamente pela Juíza que presidiu esta sessão, é desnecessária a expedição de certidão para tal finalidade.

Audiência encerrada às 14h25.

SUELLEN SAMPAIO DE ANDRADE COELHO
Juiz(a) do Trabalho

Ata redigida por *MARIA DO SOCORRO RODRIGUES DA SILVA*, *Secretário(a) de Audiência.*

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE
ATOrd 0000442-27.2025.5.06.0024
RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
RECLAMADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

DESPACHO

Reporto-me à ata #id:3bac377 e retorno dos autos da Central de Audiências Iniciais.

As partes declararam que pretendem produzir prova oral em audiência.

Pois bem.

1.Considerando o disposto no ATO CONJUNTO TRT6 – GP – GVP – CRT No 14/2024 que pôs fim ao rodízio das Varas, de forma que as audiências poderão ser realizadas de forma presencial em todas as semanas, cabendo a esta vara o turno da tarde, determino a realização da audiência no formato **PRESENCIAL** para o dia **02/09/2025, às 15h00min**.

Local: Av. Cais do Apolo, 739 - Bairro do Recife, Recife-PE, sobreloja.

A ausência injustificada da parte implicará a pena de confissão quanto à matéria de fato (Súmula 74 do C.TST).

As testemunhas, estas no máximo de 3 (três), comparecerão independentemente de notificação judicial e, caso estas não se façam presentes, deverá ser comprovado que as mesmas foram convidadas, sob pena de preclusão, observados os termos do artigo 455 do CPC.

_____

2.Defiro, ainda, o pedido de realização de perícia técnica e determino, de logo, a realização de perícia para apuração de insalubridade, nomeando como perito do juízo o(a) Dr.(a) **Renata Lima Wanderley Cavalcanti**, devendo ser cientificado(a) do encargo para o qual foi nomeado(a), bem assim de que terá o prazo

de 20 dias para confecção e entrega do competente laudo pericial, contados a partir da realização do exame (art. 465, NCPC);

O(A) Sr(a). perito(a) judicial deverá informar o agendamento da (s) diligência(s) e do(s) exame(s) que realizará, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, em conformidade com os artigos 466, § 2º e 474, ambos do CPC, para que a Secretaria deste Juízo comunique às partes, competindo a estas cientificar seus assistentes técnicos.

Concede-se às partes prazo comum e preclusivo de 15 dias para eventual arguição de impedimento ou suspeição do expert, mantido o prazo de ata (Aplicação do art. 191 do CPC).

Faculta-se às partes a quesitação e indicação de assistentes técnicos no prazo comum e preclusivo de 05 dias, quando poderão arguir eventual suspeição/impedimento do perito.

Local da perícia: AVENIDA CRUZ CABUGA , 1563 ,SANTO AMARO - RECIFE - PE - Enfermaria Santo Antônio

Uma vez apresentado o laudo, as partes devem ser intimadas para manifestação no prazo de 05 dias. Por economia e celeridade processual,deixo de aplicar o artigo 477, § 1º do NCPC.

Em caso de pedido de esclarecimento pelas partes, o(a) perito(a) deverá ser intimado(a) para respondê-los, no prazo de 10 dias úteis.

3.Defiro, também, o pedido de realização de perícia médica psiquiátrica e determino, de logo, a realização de perícia médica, para apuração do grau de incapacidade laboral/nexo causal, nomeando como perito do juízo o(a) Dr.(a) **Luiz Eduardo Barbosa Rebouças Freitas**, devendo ser cientificado(a) do encargo para o qual foi nomeado(a), bem assim de que terá o prazo de 20 dias para confecção e entrega do competente laudo pericial, contados a partir da realização do exame (art. 465, NCPC);

O(A) Sr(a). Perito(a) judicial deverá informar o agendamento da (s) diligência(s) e do(s) exame(s) que realizará, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, em conformidade com os artigos 466, § 2º e 474, ambos do CPC, para que a Secretaria deste Juízo comunique às partes, competindo a estas cientificar seus assistentes técnicos.

Determino que a Secretaria providencie a juntada do dossiê médico e previdenciário pelo sistema PREVJUD, intimando-se as partes para se manifestarem em 5 dias.

Concede-se às partes prazo comum e preclusivo de 15 dias para eventual arguição de impedimento ou suspeição do expert, mantido o prazo de ata (Aplicação do art. 191 do CPC).

Faculta-se às partes a quesitação e indicação de assistentes técnicos no prazo comum e preclusivo de 05 dias, quando poderão arguir eventual suspeição/impedimento do perito.

Uma vez apresentado o laudo, as partes devem ser intimadas para manifestação no prazo de 05 dias. Por economia e celeridade processual,deixo de aplicar o artigo 477, § 1º do NCPC.

Em caso de pedido de esclarecimento pelas partes, o(a) perito(a) deverá ser intimado(a) para respondê-los, no prazo de 10 dias úteis.

4.Por derradeiro, deixo de determinar, por ora, perícia médica para apuração de nexo relacionado a alegação de doença osteomuscular, ante a ausência de comprovação da doença. Destaco que a perícia destina-se a apuração do nexo com a atividade laboral, devendo haver indício da moléstia alegada. A parte poderá juntar documentos no prazo já determinado na ata #id:3bac377.

Intimem-se as partes e os *experts*

RECIFE/PE, 07 de julho de 2025.

NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO
Juíza do Trabalho Titular

Documento assinado eletronicamente por NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO, em 07/07/2025, às 10:18:12 - 1f28f15
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25070708451717500000089033961?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25070708451717500000089033961

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE
ATOrd 0000442-27.2025.5.06.0024
RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
RECLAMADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 1f28f15 proferido nos autos.

DESPACHO

Reporto-me à ata #id:3bac377 e retorno dos autos da Central de Audiências Iniciais.

As partes declararam que pretendem produzir prova oral em audiência.

Pois bem.

1.Considerando o disposto no ATO CONJUNTO TRT6 – GP – GVP – CRT No 14/2024 que pôs fim ao rodízio das Varas, de forma que as audiências poderão ser realizadas de forma presencial em todas as semanas, cabendo a esta vara o turno da tarde, determino a realização da audiência no formato **PRESENCIAL** para o dia **02/09/2025, às 15h00min**.

Local: Av. Cais do Apolo, 739 - Bairro do Recife, Recife-PE, sobreloja.

A ausência injustificada da parte implicará a pena de confissão quanto à matéria de fato (Súmula 74 do C.TST).

As testemunhas, estas no máximo de 3 (três), comparecerão independentemente de notificação judicial e, caso estas não se façam presentes, deverá ser comprovado que as mesmas foram convidadas, sob pena de preclusão, observados os termos do artigo 455 do CPC.

_____

2.Defiro, ainda, o pedido de realização de perícia técnica e determino, de logo, a realização de perícia para apuração de insalubridade, nomeando como perito do juízo o(a) Dr.(a) **Renata Lima Wanderley Cavalcanti**, devendo ser cientificado(a) do encargo para o qual foi nomeado(a), bem assim de que terá o prazo de 20 dias para confecção e entrega do competente laudo pericial, contados a partir da realização do exame (art. 465, NCPC);

O(A) Sr(a). perito(a) judicial deverá informar o agendamento da (s) diligência(s) e do(s) exame(s) que realizará, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, em conformidade com os artigos 466, § 2º e 474, ambos do CPC, para que a Secretaria deste Juízo comunique às partes, competindo a estas cientificar seus assistentes técnicos.

Concede-se às partes prazo comum e preclusivo de 15 dias para eventual arguição de impedimento ou suspeição do expert, mantido o prazo de ata (Aplicação do art. 191 do CPC).

Faculta-se às partes a quesitação e indicação de assistentes técnicos no prazo comum e preclusivo de 05 dias, quando poderão arguir eventual suspeição/impedimento do perito.

Local da perícia: AVENIDA CRUZ CABUGA , 1563 ,SANTO AMARO - RECIFE - PE - Enfermaria Santo Antônio

Uma vez apresentado o laudo, as partes devem ser intimadas para manifestação no prazo de 05 dias. Por economia e celeridade processual,deixo de aplicar o artigo 477, § 1º do NCPC.

Em caso de pedido de esclarecimento pelas partes, o(a) perito(a) deverá ser intimado(a) para respondê-los, no prazo de 10 dias úteis.

3.Defiro, também, o pedido de realização de perícia médica psiquiátrica e determino, de logo, a realização de perícia médica, para apuração do grau de incapacidade laboral/nexo causal, nomeando como perito do juízo o(a) Dr.(a) **Luiz Eduardo Barbosa Rebouças Freitas**, devendo ser cientificado(a) do encargo para o qual foi nomeado(a), bem assim de que terá o prazo de 20 dias para confecção e entrega do competente laudo pericial, contados a partir da realização do exame (art. 465, NCPC);

O(A) Sr(a). Perito(a) judicial deverá informar o agendamento da (s) diligência(s) e do(s) exame(s) que realizará, com antecedência mínima de 05 (cinco)

dias, em conformidade com os artigos 466, § 2º e 474, ambos do CPC, para que a Secretaria deste Juízo comunique às partes, competindo a estas cientificar seus assistentes técnicos.

Determino que a Secretaria providencie a juntada do dossiê médico e previdenciário pelo sistema PREVJUD, intimando-se as partes para se manifestarem em 5 dias.

Concede-se às partes prazo comum e preclusivo de 15 dias para eventual arguição de impedimento ou suspeição do expert, mantido o prazo de ata (Aplicação do art. 191 do CPC).

Faculta-se às partes a quesitação e indicação de assistentes técnicos no prazo comum e preclusivo de 05 dias, quando poderão arguir eventual suspeição/impedimento do perito.

Uma vez apresentado o laudo, as partes devem ser intimadas para manifestação no prazo de 05 dias. Por economia e celeridade processual,deixo de aplicar o artigo 477, § 1º do NCPC.

Em caso de pedido de esclarecimento pelas partes, o(a) perito(a) deverá ser intimado(a) para respondê-los, no prazo de 10 dias úteis.

4.Por derradeiro, deixo de determinar, por ora, perícia médica para apuração de nexo relacionado a alegação de doença osteomuscular, ante a ausência de comprovação da doença. Destaco que a perícia destina-se a apuração do nexo com a atividade laboral, devendo haver indício da moléstia alegada. A parte poderá juntar documentos no prazo já determinado na ata #id:3bac377.

Intimem-se as partes e os *experts*

RECIFE/PE, 07 de julho de 2025.

NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO
Juíza do Trabalho Titular

Documento assinado eletronicamente por NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO, em 07/07/2025, às 10:19:12 - e3a16de
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25070710181302400000089039714?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25070710181302400000089039714

TRT-6ª REGIÃO Pernambuco

HENRIQUE JOSE LINS DA COSTA <henrique.lins@trt6.jus.br>

RE: Documentos previdenciários Processo: 0000442-27.2025.5.06.0024

2 mensagens

JOAO LUIZ COSTA COUCEIRO <joao.couceiro@inss.gov.br> 7 de julho de 2025 às 15:25
Para: 24ª Vara do Trabalho de Recife <vararecife24@trt6.jus.br>

Solicitamos o CPF do segurado.

att,

JOAO LUIZ COSTA COUCEIRO
CHEFE DO SEST-MAN DA GEXREC
MAT:0903858

De: 24ª Vara do Trabalho de Recife <vararecife24@trt6.jus.br>
Enviado: segunda-feira, 7 de julho de 2025 14:33
Para: EquipePE Oficios DBENEF Recife <oficios.dbenef15501@inss.gov.br>
Assunto: Documentos previdenciários Processo: 0000442-27.2025.5.06.0024

CUIDADO: E-mail externo. Não clique em links ou abra anexos, a menos que reconheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

REFERÊNCIA: DOSSIÊ PREVIDENCIÁRIO E AVALIAÇÕES E LAUDOS MÉDICOS
Processo: 0000442-27.2025.5.06.0024

Prezado(a) Senhor(a) Diretor(a),
No interesse do processo supracitado, solicita-se a Vossa Senhoria que envie a este Juízo cópia do dossiê previdenciário e de todas as avaliações e laudos médicos que fundamentaram a concessão do(s) Benefício(s) Previdenciário(s) para o(a) Sr(a). IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE, CPF: 10.869.782/0001-53, parte autora nos presentes autos.

Fixa-se o prazo de 10 dias para resposta.

Atenciosamente,
Neysângela Souza
24ª VT de Recife

HENRIQUE JOSE LINS DA COSTA <henrique.lins@trt6.jus.br> 7 de julho de 2025 às 15:47
Para: JOAO LUIZ COSTA COUCEIRO <joao.couceiro@inss.gov.br>

Boa tarde.
Segue o solicitado
CPF da segurada
800.381.314-04
MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
0000442-27.2025.5.06.0024

[Texto das mensagens anteriores oculto]

PJe
Documento assinado eletronicamente por HENRIQUE JOSE LINS DA COSTA, em 07/07/2025, às 15:48:54 - 27971ab
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25070715485134100000089059957?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25070715485134100000089059957

da FONTE, advogados

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) TITULAR DA 24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE – PE

PROCESSO Nº 0000442-27.2025.5.06.0024
RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
RECLAMADA: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE, já devidamente qualificada nos autos da reclamação trabalhista em referência, vem tempestivamente, por seu advogado ao final eletronicamente assinado, requerer a juntada da documentação processual, conforme prazo concedido em ata de audiência (3bac377).

Pede deferimento.
Recife/PE, 08 de julho de 2025.

JULIANA ERBS
OAB/PE 32.783

HENRIQUE CAMINHA
OAB/PE 22.662

Recife . São Paulo . Brasília | Av. Antônio de Góes, 60, Edf. JCPM Trade Center, 1º andar, 51.010-000, Pina, Recife/PE, Brasil | Tel.: +55 81 2126.0092 | www.dafonteadv.com.br

PJe
Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - c16ec56
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25070815021810700000089102077?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25070815021810700000089102077

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:06:38

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/01/2023 à 31/01/2023

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/dom									CONFRATERNIZAÇÃO UNIVERSAL BANCO DE HORAS DÉBITO (09:00)				0321					11:00
02/seg									FOLGA									
03/ter	07:06	13:03	14:03	19:05									0321					
04/qua									FOLGA									
05/qui	06:57	13:16	14:16	19:03									0321					
06/sex									FOLGA									
07/sáb	07:06	13:02	14:01	19:01									0321					
08/dom									FOLGA									
09/seg									BANCO DE HORAS DÉBITO (09:00)				0321					11:00
10/ter									FOLGA									
11/qua	07:08	13:28	14:30	19:04									0321					
12/qui									FOLGA									
13/sex	07:06	13:10	14:19	19:10									0321					
14/sáb									FOLGA									
15/dom	07:03	12:32	13:33	19:02									0321					
16/seg									FOLGA									
17/ter	06:58	13:01		19:11					JUSTIFICADO (ESQUECIMENTO PONTO) (04:57)				0321					
18/qua									FOLGA									
19/qui	06:56	13:22	14:22	19:01									0321					
20/sex									FOLGA									
21/sáb	07:35	14:06	15:19	19:02					ATRASO				0321					00:46
22/dom									FOLGA									
23/seg									BANCO DE HORAS DÉBITO (09:00)				0321					11:00
24/ter									FOLGA									
25/qua	07:08	13:03	14:06	19:00					ATRASO				0321					00:11
26/qui									FOLGA									
27/sex	06:57	13:15	14:16	19:20									0321				00:22	
28/sáb									FOLGA									
29/dom	06:55	12:03	13:04	19:06									0321					
30/seg									FOLGA									
31/ter	07:00	13:02	14:02	19:00									0321					
									Totais								00:22	33:57

Horário

1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	19:00

Horas extras por evento:

Banco de horas

Saldo anterior	30:31
Crédito banco de horas	00:22
Débito banco de horas	-33:57
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	-33:35
Saldo atual	-03:04

* Batimento tratado pelo usuário

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3d1617c

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:06:38

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/01/2023 à 31/01/2023

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant.	Quant.	Quant.	Código	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída		Extra	Falta	Ad. Nt	Horário	Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3d1617c

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:12:34

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/12/2023 à 31/12/2023

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/sex	06:59	13:05	14:18	19:11									0321					
02/sáb									FOLGA									
03/dom	06:57	13:06	14:06	19:17									0321				00:20	
04/seg									FOLGA									
05/ter	06:59								Rescisão sem justa causa(Iniciativa do empregador) RESCISÃO (11:00)				0321					
06/qua									Rescisão sem justa causa(Iniciativa do empregador)									
07/qui									Rescisão sem justa causa(Iniciativa do empregador)									
08/sex									08 DE DEZEMBRO - DIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEICAO Rescisão sem justa causa(Iniciativa do empregador)									
09/sáb									Rescisão sem justa causa(Iniciativa do empregador)									
10/dom									Rescisão sem justa causa(Iniciativa do empregador)									
11/seg									Rescisão sem justa causa(Iniciativa do empregador)									
12/ter									Rescisão sem justa causa(Iniciativa do empregador)									
13/qua									Rescisão sem justa causa(Iniciativa do empregador)									
14/qui									Rescisão sem justa causa(Iniciativa do empregador)									
15/sex									Rescisão sem justa causa(Iniciativa do empregador)									
16/sáb									Rescisão sem justa causa(Iniciativa do empregador)									
17/dom									Rescisão sem justa causa(Iniciativa do empregador)									
18/seg									Rescisão sem justa causa(Iniciativa do empregador)									
19/ter									Rescisão sem justa									

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3d1617c

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:12:35

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/12/2023 à 31/12/2023

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
									causa(Iniciativa do empregador)									
20/qua									Rescisão sem justa causa(Iniciativa do empregador)									
21/qui									Rescisão sem justa causa(Iniciativa do empregador)									
22/sex									Rescisão sem justa causa(Iniciativa do empregador)									
23/sáb									Rescisão sem justa causa(Iniciativa do empregador)									
24/dom									Rescisão sem justa causa(Iniciativa do empregador)									
25/seg									DIA DE NATAL Rescisão sem justa causa(Iniciativa do empregador)									
26/ter									Rescisão sem justa causa(Iniciativa do empregador)									
27/qua									Rescisão sem justa causa(Iniciativa do empregador)									
28/qui									Rescisão sem justa causa(Iniciativa do empregador)									
29/sex									Rescisão sem justa causa(Iniciativa do empregador)									
30/sáb									Rescisão sem justa causa(Iniciativa do empregador)									
31/dom									Rescisão sem justa causa(Iniciativa do empregador)									
									Totais								00:20	

Horário		
1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	19:00

Horas extras por evento:

Banco de horas	
Saldo anterior	03:33
Crédito banco de horas	00:20
Débito banco de horas	00:00
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	00:20
Saldo atual	03:53

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3d1617c

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:12:35

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/12/2023 à 31/12/2023

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3d1617c

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:12:04

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/11/2023 à 30/11/2023

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/qua	06:57	12:21	13:26	19:11									0321					
02/qui									DIA DE FINADO FOLGA									
03/sex	06:56	13:05	14:03	19:05									0321				00:11	
04/sáb									FOLGA									
05/dom	06:56	13:15	14:16	19:06									0321					
06/seg									FOLGA									
07/ter	06:57	13:06	14:06	19:04									0321					
08/qua									FOLGA									
09/qui	06:59	13:11	14:10	19:11									0321				00:13	
10/sex									FOLGA									
11/sáb	06:55	13:15	14:15	19:05									0321					
12/dom									FOLGA									
13/seg	07:00	13:13	14:14	19:04									0321					
14/ter									FOLGA									
15/qua	07:00	13:08	14:08	19:09					PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA				0321					
16/qui									FOLGA									
17/sex	06:59	13:02	14:02	19:03									0321					
18/sáb									FOLGA									
19/dom	06:57								Ativo(Doença (-15 dias))				0321					
20/seg									FOLGA									
21/ter	06:56	13:11	14:11	19:13									0321				00:17	
22/qua									FOLGA									
23/qui	06:55	13:10	14:10	19:11									0321				00:16	
24/sex									FOLGA									
25/sáb	07:01	13:12	14:13	19:18									0321				00:16	
26/dom									FOLGA									
27/seg	06:56	13:08	14:17	19:18									0321				00:13	
28/ter									FOLGA									
29/qua	06:56	13:15	14:15	19:15									0321				00:19	
30/qui									FOLGA									
									Totais								01:45	

Horário

1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	19:00

Horas extras por evento:

Banco de horas

Saldo anterior	01:48
Crédito banco de horas	01:45
Débito banco de horas	00:00
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	01:45
Saldo atual	03:33

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3d1617c

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:12:04

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/11/2023 à 30/11/2023

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3d1617c

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:11:28

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/10/2023 à 31/10/2023

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/dom									FOLGA									
02/seg	06:57	13:32	14:32	19:07									0321					
03/ter									FOLGA									
04/qua	07:00	13:20	14:23	19:07									0321					
05/qui									FOLGA									
06/sex	06:58	13:20	14:21	19:15									0321				00:16	
07/sáb									FOLGA									
08/dom	07:03	13:16	14:20	19:11									0321					
09/seg									FOLGA									
10/ter	07:04	13:19	14:21	19:16									0321					
11/qua									FOLGA									
12/qui	07:02	13:14	14:14	18:22					NOSSA SENHORA APARECIDA BANCO DE HORAS DÉBITO (00:40)				0321					00:40
13/sex									FOLGA									
14/sáb	07:00	13:15	14:16	19:09									0321					
15/dom									FOLGA									
16/seg	07:00	13:32	14:36	19:09									0321					
17/ter									FOLGA									
18/qua	07:00	13:22	14:22	19:11									0321				00:11	
19/qui									FOLGA									
20/sex	06:57	13:15	14:15	19:14									0321				00:17	
21/sáb									FOLGA									
22/dom	07:02	13:13	14:16	19:07									0321					
23/seg									FOLGA									
24/ter	07:00	13:37	14:38	19:12									0321				00:11	
25/qua									FOLGA									
26/qui	06:59	13:34	14:34*	19:08									0321	14:34	I	ESQUECEU		
27/sex									FOLGA									
28/sáb	06:57	13:17	14:18	19:06									0321					
29/dom									FOLGA									
30/seg	07:05	13:07	14:08	19:02									0321					
31/ter									FOLGA									
									Totais								00:55	00:40

Horário

1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	19:00

Horas extras por evento:

Banco de horas

Saldo anterior	01:33
Crédito banco de horas	00:55
Débito banco de horas	-00:40
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	00:15
Saldo atual	01:48

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3d1617c

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:11:28

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/10/2023 à 31/10/2023

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3d1617c

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:10:56

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/09/2023 à 30/09/2023

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/sex									FOLGA									
02/sáb	07:08	13:09	14:09	18:00					BANCO DE HORAS DÉBITO (01:08)				0321					01:08
03/dom									FOLGA									
04/seg	06:58	13:27	14:32	19:04									0321					
05/ter									FOLGA									
06/qua	06:56	13:12	14:15	19:05									0321					
07/qui	06:56	13:07	14:09	19:12					INDEPENDÊNCIA DO BRASIL FOLGA BANCO DE HORAS CRÉDITO (09:14)								11:14	
08/sex	06:57	13:21	14:21	19:09									0321				00:12	
09/sáb									FOLGA									
10/dom	06:56	13:14	14:14	19:03									0321					
11/seg									FOLGA									
12/ter	06:10	13:19	14:18	19:07									0321				00:58	
13/qua									FOLGA									
14/qui	06:56	13:18	14:18	19:10									0321				00:14	
15/sex									FOLGA									
16/sáb	06:56	13:02	14:03	19:09									0321				00:12	
17/dom									FOLGA									
18/seg									BANCO DE HORAS DÉBITO (11:00)				0321					11:00
19/ter									FOLGA									
20/qua	07:26	13:25	14:37	19:11					BANCO DE HORAS DÉBITO (00:27)				0321					00:27
21/qui									FOLGA									
22/sex	07:00			19:09									0321				01:09	
23/sáb									FOLGA									
24/dom	06:59	13:11	14:12	18:51									0321					
25/seg									FOLGA									
26/ter	07:05	13:39	14:41	19:21									0321				00:14	
27/qua									FOLGA									
28/qui	06:59	13:32	14:33	19:04									0321					
29/sex									FOLGA									
30/sáb	06:59	13:21	14:25	19:03									0321					
									Totais								14:13	12:35

Horário

1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	19:00

Horas extras por evento:

Banco de horas

Saldo anterior	-00:05
Crédito banco de horas	14:13
Débito banco de horas	-12:35
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	01:38
Saldo atual	01:33

* Batimento tratado pelo usuário

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3d1617c

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:10:57

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/09/2023 à 30/09/2023

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3d1617c

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:10:22

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/08/2023 à 31/08/2023

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/ter									BANCO DE HORAS DÉBITO (02:00) DECLARACAO MEDICA (05:50) BANCO DE HORAS DÉBITO (03:10)				0321					05:10
02/qua									FOLGA									
03/qui	07:14	09:34							Ativo(Doença (-15 dias))				0321					
04/sex									Ativo(Doença (-15 dias))									
05/sáb	07:06	13:16	14:28	19:05					BANCO DE HORAS DÉBITO (00:13)				0321					00:13
06/dom									FOLGA									
07/seg									Ativo(Doença (-15 dias))				0321					
08/ter									Ativo(Doença (-15 dias))									
09/qua									Ativo(Doença (-15 dias))				0321					
10/qui									FOLGA									
11/sex	06:59	13:25	14:30	19:09									0321					
12/sáb									FOLGA									
13/dom	07:20	13:10	14:12	19:09					BANCO DE HORAS DÉBITO (00:13)				0321					00:13
14/seg									FOLGA									
15/ter	06:58	13:14	14:15	19:12									0321				00:13	
16/qua									FOLGA									
17/qui	06:58	13:31	14:38	19:18									0321				00:13	
18/sex									FOLGA									
19/sáb	07:12	13:18	14:19	19:11									0321					
20/dom									FOLGA									
21/seg	07:03	13:42	14:48	19:16									0321					
22/ter									FOLGA									
23/qua	06:58	13:25	14:27	19:07									0321					
24/qui									FOLGA									
25/sex	06:58	13:28	16:07	19:08					DECLARACAO MEDICA (01:29)				0321					
26/sáb									FOLGA									
27/dom	07:00	13:03	14:05	19:14									0321				00:12	
28/seg									FOLGA									
29/ter	07:02	13:31	14:33	19:09									0321					
30/qua									FOLGA									
31/qui	07:02	13:26	14:27	19:13									0321					

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3d1617c

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:10:23

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/08/2023 à 31/08/2023

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
									Totais								00:38	05:36

Horário

1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	19:00

Horas extras por evento:

Banco de horas

Saldo anterior	04:53
Crédito banco de horas	00:38
Débito banco de horas	-05:36
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	-04:58
Saldo atual	-00:05

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3d1617c

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:09:53

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/07/2023 à 31/07/2023

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/sáb									BANCO DE HORAS DÉBITO (09:00)				0030					11:00
02/dom									FOLGA									
03/seg	06:56			19:08					Ativo(Acidente de Trabalho (-15d))				0030				01:12	
04/ter	06:57	13:16	14:16	19:09					FOLGA	09:12							02:00	
05/qua			14:08	19:02					DECLARACAO MEDICA (05:00)				0030					01:06
06/qui									FOLGA									
07/sex	06:56	13:17	14:23	17:28									0026				01:26	
08/sáb									FOLGA									
09/dom									FOLGA									
10/seg	07:03	13:01	14:03	17:02									1341					
11/ter	06:55	13:03	14:03	17:32									1341				00:37	
12/qua	07:01	13:07	14:06	17:06									1341					
13/qui	06:55	13:17	14:18	17:05									1341					
14/sex	06:57	13:08	14:09	16:26									0026				00:28	
15/sáb									ABONADAS PELO GESTOR (11:00)				0030					
16/dom									PADROEIRA DO RECIFE FOLGA									
17/seg	06:59	13:23	14:47	19:05					ATRASO				0030					00:18
18/ter									FOLGA									
19/qua	06:59	13:27	14:27	19:04									0030					
20/qui									FOLGA									
21/sex	06:57	13:17	14:22	19:02									0030					
22/sáb									FOLGA									
23/dom	06:55	13:12	14:14	19:05									0030					
24/seg									FOLGA									
25/ter	06:59	13:30	14:30	19:02									0030					
26/qua									FOLGA									
27/qui	06:55	13:19	14:20	18:13					ATRASO				0030					00:43
28/sex	06:56	13:26	14:31	19:07					FOLGA BANCO DE HORAS CRÉDITO (09:06)					07:00	D	Batimento desconsiderado	11:06	
29/sáb	06:55	13:04	14:06	19:15									0030				00:18	
30/dom									FOLGA									
31/seg									ABONADAS PELO GESTOR (11:00)				0030					

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3d1617c

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:09:53

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/07/2023 à 31/07/2023

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
									Totais	09:12							17:07	13:07

Horário		
1ª Jornada	07:00	11:00
2ª Jornada	12:00	16:00
1ª Jornada	07:00	12:00
2ª Jornada	13:00	17:00
1ª Jornada	07:00	12:00
2ª Jornada	13:00	19:00

Horas extras por evento:

HORAS EXTRAS 100% 09:12

Banco de horas	
Saldo anterior	00:53
Crédito banco de horas	17:07
Débito banco de horas	-13:07
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	04:00
Saldo atual	04:53

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3d1617c

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:09:27

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/06/2023 à 30/06/2023

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/qui									FOLGA									
02/sex	07:01	13:08	14:12	19:12									0321					
03/sáb									FOLGA									
04/dom	06:59	13:10	14:10	19:09									0321					
05/seg									FOLGA									
06/ter	06:59	13:03	14:05	19:11									0321					
07/qua									FOLGA									
08/qui	07:01	13:16	14:18	19:06									0321					
09/sex									FOLGA									
10/sáb	07:09	13:11	14:27	19:11					ATRASO				0321					00:14
11/dom									FOLGA									
12/seg	07:06	13:32	14:33	19:14									0321					
13/ter									FOLGA									
14/qua	06:58	13:35	14:34	19:02									0321					
15/qui									FOLGA									
16/sex									ABONO (ANIVERSARIO) (11:00)				0321					
17/sáb									FOLGA									
18/dom	06:55	13:13	14:15	19:12									0321				00:15	
19/seg									FOLGA									
20/ter	07:01	13:34	14:34	19:06									0321					
21/qua									FOLGA									
22/qui	06:56	13:06	14:03	19:08									0321				00:15	
23/sex									FOLGA									
24/sáb	06:57	13:11	14:12	19:03					DIA DE SÃO JOÃO				0321					
25/dom									FOLGA									
26/seg	06:57	13:02	14:03	19:09									0321				00:11	
27/ter									FOLGA									
28/qua	06:58	13:02	14:02	19:11									0321				00:13	
29/qui									FOLGA									
30/sex	07:00	13:07	14:08	19:11									0321					
									Totais								00:54	00:14

Horário

1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	19:00

Horas extras por evento:

Banco de horas

Saldo anterior	00:13
Crédito banco de horas	00:54
Débito banco de horas	-00:14
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	00:40
Saldo atual	00:53

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____ _____

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3d1617c

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:09:28

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/06/2023 à 30/06/2023

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant.	Quant.	Quant.	Código	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída		Extra	Falta	Ad. Nt	Horário	Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3d1617c

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:09:02

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/05/2023 à 31/05/2023

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/seg									DIA DO TRABALHO Ativo(Férias)									
02/ter									Ativo(Férias)									
03/qua									Ativo(Férias)									
04/qui									Ativo(Férias)									
05/sex									Ativo(Férias)									
06/sáb									Ativo(Férias)									
07/dom									Ativo(Férias)									
08/seg									Ativo(Férias)									
09/ter									Ativo(Férias)									
10/qua									Ativo(Férias)									
11/qui									Ativo(Férias)									
12/sex									Ativo(Férias)									
13/sáb									Ativo(Férias)									
14/dom									Ativo(Férias)									
15/seg									Ativo(Férias)									
16/ter									Ativo(Férias)									
17/qua									Ativo(Férias)									
18/qui									Ativo(Férias)									
19/sex									Ativo(Férias)									
20/sáb									Ativo(Férias)									
21/dom									Ativo(Férias)									
22/seg									Ativo(Férias)									
23/ter									Ativo(Férias)									
24/qua									Ativo(Férias)									
25/qui									Ativo(Férias)									
26/sex									Ativo(Férias)									
27/sáb									Ativo(Férias)									
28/dom									Ativo(Férias)									
29/seg									Ativo(Férias)									
30/ter									Ativo(Férias)									
31/qua	06:57	13:01	14:01	19:04									0321					
									Totais									

Horário

1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	19:00

Horas extras por evento:

Banco de horas

Saldo anterior	00:13
Crédito banco de horas	00:00
Débito banco de horas	00:00
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	00:00
Saldo atual	00:13

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3d1617c

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:09:02

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/05/2023 à 31/05/2023

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3d1617c

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:08:25

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/04/2023 à 30/04/2023

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/sáb									Ativo(Doença (-15 dias))				0321					
02/dom									FOLGA									
03/seg									Ativo(Doença (-15 dias))				0321					
04/ter									FOLGA									
05/qua									Ativo(Doença (-15 dias))				0321					
06/qui									Ativo(Doença (-15 dias))									
07/sex									SEXTA FEIRA SANTA Ativo(Doença (-15 dias))				0321					
08/sáb									Ativo(Doença (-15 dias))									
09/dom									BANCO DE HORAS DÉBITO (09:00)				0321					11:00
10/seg									FOLGA									
11/ter	08:10	13:18	14:28	19:10					ATRASO				0321					01:10
12/qua									FOLGA									
13/qui	06:57	13:10	14:16	19:03									0321					
14/sex									FOLGA									
15/sáb	07:07	12:00	13:00	19:05									0321					
16/dom									FOLGA									
17/seg	06:56	13:06	14:07	19:06									0321					
18/ter									FOLGA									
19/qua									Ativo(Doença (-15 dias))				0321					
20/qui									FOLGA									
21/sex	06:59	13:05	14:05	19:00					21 DE ABRIL TIRADENTES				0321					
22/sáb									FOLGA									
23/dom	07:05	12:10	13:11	19:02									0321					
24/seg									FOLGA									
25/ter									BANCO DE HORAS DÉBITO (09:00)				0321					11:00
26/qua									FOLGA									
27/qui	07:10	13:11	14:18	19:04					ATRASO				0321					00:13
28/sex									FOLGA									
29/sáb	06:58	13:24	14:30	19:10									0321					
30/dom									FOLGA									
									Totais									23:23

Horário

1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	19:00

Horas extras por evento:

Banco de horas

Saldo anterior	23:36
Crédito banco de horas	00:00
Débito banco de horas	-23:23
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	-23:23
Saldo atual	00:13

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3d1617c

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:08:25

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/04/2023 à 30/04/2023

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3d1617c

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:07:58

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/03/2023 à 31/03/2023

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/qua	06:55	13:01	14:01	19:03					FOLGA BANCO DE HORAS CRÉDITO (09:08)								11:08	
02/qui	07:00	13:22	14:22	19:03									0321					
03/sex									FOLGA									
04/sáb	07:07	13:03							BANCO DE HORAS DÉBITO (03:04)				0321					05:04
05/dom									FOLGA									
06/seg	06:55	13:09	14:09	19:05					DATA MAGNA DE PE				0321					
07/ter									FOLGA									
08/qua	06:57	13:02	14:02	19:00									0321					
09/qui									FOLGA									
10/sex	06:59	13:01	14:02	19:00									0321					
11/sáb									FOLGA									
12/dom	06:55	13:03	14:03	19:01									0321					
13/seg									FOLGA									
14/ter	06:55	13:16	14:18	19:03									0321					
15/qua									FOLGA									
16/qui	06:56	13:13	14:14	19:06									0321					
17/sex	06:57	13:00	14:02	19:02					FOLGA BANCO DE HORAS CRÉDITO (09:03)								11:03	
18/sáb	07:02	13:03	14:03	19:02									0321					
19/dom									FOLGA									
20/seg	06:55	13:03	14:04	19:01									0321					
21/ter									FOLGA									
22/qua	06:56	13:02	14:01	19:02									0321					
23/qui									FOLGA									
24/sex	06:57	13:16	14:16	19:04									0321					
25/sáb									FOLGA									
26/dom	06:55	13:00	14:00	19:02									0321					
27/seg									FOLGA									
28/ter	07:05	13:01	14:01	19:02									0321					
29/qua	06:59	13:25	14:23	19:02					FOLGA BANCO DE HORAS CRÉDITO (09:05)								11:05	
30/qui	06:58	13:15	14:22	16:37					Ativo(Doença (-15 dias))				0321					
31/sex									Ativo(Doença (-15 dias))									

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3d1617c

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:07:58

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/03/2023 à 31/03/2023

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
									Totais								33:16	05:04

Horário

1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	19:00

Horas extras por evento:

Banco de horas

Saldo anterior	-04:36
Crédito banco de horas	33:16
Débito banco de horas	-05:04
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	28:12
Saldo atual	23:36

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3d1617c

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:07:27

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/02/2023 à 28/02/2023

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/qua									FOLGA									
02/qui	06:56	13:08	14:09	19:04									0321					
03/sex									FOLGA									
04/sáb	07:11	13:22	14:49	19:03					ATRASO				0321					00:35
05/dom									FOLGA									
06/seg	07:13	13:01	14:08	19:06					ATRASO				0321					00:14
07/ter									FOLGA									
08/qua	07:04	12:39	13:42	19:04									0321	13:49	D	Batimento desconsiderado		
09/qui									FOLGA									
10/sex	07:13	13:04	14:03	19:00					ATRASO				0321					00:12
11/sáb									FOLGA									
12/dom	06:55	12:01	13:05	19:03									0321					
13/seg									FOLGA									
14/ter	07:00	13:24	14:24	19:01									0321					
15/qua									FOLGA									
16/qui	07:05	13:06	14:06	19:10									0321					
17/sex									FOLGA									
18/sáb	07:03	13:05	14:19	19:00					ATRASO				0321					00:17
19/dom									FOLGA									
20/seg	07:06	13:02	14:10	19:00					ATRASO				0321					00:14
21/ter									FOLGA									
22/qua	07:00	12:22	13:25	19:00									0321					
23/qui									FOLGA									
24/sex	07:10	13:16	14:16	19:07									0321					
25/sáb									FOLGA									
26/dom	07:04	12:08	13:09	19:00									0321					
27/seg									FOLGA									
28/ter	06:51	13:16	14:18	19:03									0321					
									Totais									01:32

Horário

1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	19:00

Horas extras por evento:

Banco de horas

Saldo anterior	-03:04
Crédito banco de horas	00:00
Débito banco de horas	-01:32
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	-01:32
Saldo atual	-04:36

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3d1617c
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25070815055510400000089102292?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25070815055510400000089102292

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:00:01

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/01/2022 à 31/01/2022

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/sáb									CONFRATERNIZAÇÃO UNIVERSAL FOLGA									
02/dom									BANCO DE HORAS DÉBITO (09:00)				0321					11:00
03/seg									FOLGA									
04/ter	07:00	13:05	14:06	19:05									0321					
05/qua									FOLGA									
06/qui	07:10	12:00	13:05	19:10									0321					
07/sex	07:10	12:05	13:05	19:07					FOLGA BANCO DE HORAS CRÉDITO (08:57)								10:57	
08/sáb	07:03	12:18	13:18	19:11									0321					
09/dom									FOLGA									
10/seg	07:06	12:30	13:30	19:10									0321					
11/ter									FOLGA									
12/qua	07:07	12:39	13:59	19:06					ATRASO				0321					00:21
13/qui									FOLGA									
14/sex	07:08	13:08	14:08	19:10									0321					
15/sáb									FOLGA									
16/dom	07:03	12:16	13:07	19:04									0321					
17/seg									FOLGA									
18/ter	10:04	12:14	13:14	19:07					(JUSTIFICADO) (02:57)				0321					
19/qua									FOLGA									
20/qui	07:09	13:02	14:03	19:05									0321					
21/sex									FOLGA									
22/sáb	07:09	12:02	13:02	19:03									0321					
23/dom									FOLGA									
24/seg	07:04	13:06	14:06	19:08									0321					
25/ter									FOLGA									
26/qua	07:06	13:05	14:10	19:06									0321					
27/qui									FOLGA									
28/sex	07:08	13:03	14:04	18:00					ATRASO				0321					01:09
29/sáb									FOLGA									
30/dom	07:03	12:02	13:08	19:03									0321					
31/seg									FOLGA									
									Totais								10:57	12:30

Horário

1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	19:00

Horas extras por evento:

Banco de horas

Saldo anterior	07:06
Crédito banco de horas	10:57
Débito banco de horas	-12:30
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	-01:33
Saldo atual	05:33

* Batimento tratado pelo usuário

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3a9c5f8

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:00:01

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/01/2022 à 31/01/2022

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant.	Quant.	Quant.	Código	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída		Extra	Falta	Ad. Nt	Horário	Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

_____
Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3a9c5f8

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:06:09

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/12/2022 à 31/12/2022

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/qui	07:04	13:10	14:05	19:05					FOLGA BANCO DE HORAS CRÉDITO (09:06)								11:06	
02/sex	07:01	12:30	13:31	15:07					BANCO DE HORAS DÉBITO (01:55)				0321					03:55
03/sáb									FOLGA									
04/dom	07:12	12:05	13:05	19:02									0321					
05/seg									FOLGA									
06/ter	06:59	12:14	13:14	19:02									0321					
07/qua									FOLGA									
08/qui	06:57	12:03	13:04	19:01					08 DE DEZEMBRO - DIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEICAO				0321					
09/sex									FOLGA									
10/sáb	06:57	12:04	13:05	19:01									0321					
11/dom									FOLGA									
12/seg	07:01	13:42	14:43	19:00									0321					
13/ter									FOLGA									
14/qua	06:57	13:19	14:19	19:03									0321					
15/qui									FOLGA									
16/sex	06:59	13:03	14:05	19:01									0321					
17/sáb									FOLGA									
18/dom	06:57	12:05	13:05	19:05									0321					
19/seg									FOLGA									
20/ter	07:01	13:05	14:04	19:01									0321					
21/qua									FOLGA									
22/qui	18:56	22:07	00:07	07:07					ATRASO			08:00	0321					00:49
23/sex									FOLGA									
24/sáb	07:57	12:21	13:36	18:59					ATRASO				0321					01:13
25/dom									DIA DE NATAL FOLGA									
26/seg	06:57	13:10	14:11	19:05									0321					
27/ter									FOLGA									
28/qua	06:57	13:06	14:07	19:03									0321					
29/qui									FOLGA									
30/sex	07:08	12:02	13:03	19:01									0321					
31/sáb									FOLGA									
									Totais			08:00					11:06	05:57

Horário

1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	19:00

Horas extras por evento:

Banco de horas

Saldo anterior	25:22
Crédito banco de horas	11:06
Débito banco de horas	-05:57
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	05:09
Saldo atual	30:31

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3a9c5f8

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:06:10

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/12/2022 à 31/12/2022

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant.	Quant.	Quant.	Código	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída		Extra	Falta	Ad. Nt	Horário	Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3a9c5f8

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:05:41

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/11/2022 à 30/11/2022

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/ter									FOLGA									
02/qua	06:59	13:08	14:11	19:05					DIA DE FINADO				0321					
03/qui									FOLGA									
04/sex	07:00	13:01	14:04	19:03									0321					
05/sáb	06:53	12:37	13:42	19:07					FOLGA BANCO DE HORAS CRÉDITO (09:09)								11:09	
06/dom									BANCO DE HORAS DÉBITO (09:00)				0321					11:00
07/seg									FOLGA									
08/ter	06:58	13:09	14:09	19:08									0321					
09/qua	07:02	13:03	14:03	19:08					FOLGA BANCO DE HORAS CRÉDITO (09:06)								11:06	
10/qui	07:01	12:43	13:35	19:00									0321					
11/sex									FOLGA									
12/sáb	07:02	12:34	13:32	19:07									0321					
13/dom	07:02	13:05	14:05	19:02					FOLGA BANCO DE HORAS CRÉDITO (09:00)								11:00	
14/seg	06:52	13:02	14:04	19:01									0321					
15/ter	07:00	12:00	13:01	19:05					PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA FOLGA BANCO DE HORAS CRÉDITO (09:04)								11:04	
16/qua									BANCO DE HORAS DÉBITO (09:00)				0321					11:00
17/qui									FOLGA									
18/sex	06:58	13:04	14:05	19:03									0321					
19/sáb									FOLGA									
20/dom	07:04	13:16	14:19	19:01									0321					
21/seg									FOLGA									
22/ter	06:56	13:16	14:16	19:00									0321					
23/qua									FOLGA									
24/qui	07:01	13:00	14:02	19:03									0321					
25/sex	07:01	13:00	14:00	19:01					FOLGA BANCO DE HORAS CRÉDITO (09:00)								11:00	
26/sáb									BANCO DE HORAS DÉBITO (09:00)				0321					11:00
27/dom									FOLGA									
28/seg	06:57	13:06	14:08	19:00									0321					
29/ter									FOLGA									
30/qua	07:02	13:06	14:06	19:06									0321					

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3a9c5f8

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:05:41

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/11/2022 à 30/11/2022

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
									Totais								55:19	33:00

Horário

1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	19:00

Horas extras por evento:

Banco de horas

Saldo anterior	03:03
Crédito banco de horas	55:19
Débito banco de horas	-33:00
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	22:19
Saldo atual	25:22

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3a9c5f8

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:05:07

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/10/2022 à 31/10/2022

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/sáb	06:59	12:05	13:06	19:04									0321					
02/dom									FOLGA									
03/seg	06:55	13:39	14:37	19:05									0321				00:12	
04/ter									FOLGA									
05/qua	06:56	13:00	14:00	19:08									0321				00:12	
06/qui									FOLGA									
07/sex	06:56	13:03	14:05	19:07									0321					
08/sáb									FOLGA									
09/dom	06:56	12:10	13:10	19:04									0321					
10/seg									FOLGA									
11/ter	06:52	13:09	14:12	19:03									0321					
12/qua									NOSSA SENHORA APARECIDA FOLGA									
13/qui	06:55	13:00	14:01	19:05									0321					
14/sex									FOLGA									
15/sáb	06:55	12:02	13:03	19:04									0321					
16/dom	06:55	12:32	13:45	19:07					FOLGA BANCO DE HORAS CRÉDITO (08:59)								10:59	
17/seg									BANCO DE HORAS DÉBITO (09:00)				0321					11:00
18/ter									FOLGA									
19/qua	06:55	13:00	14:00	19:02									0321					
20/qui									FOLGA									
21/sex	06:55	13:03	14:05	19:03									0321					
22/sáb	07:02	13:00	14:00	19:02					FOLGA BANCO DE HORAS CRÉDITO (09:00)								11:00	
23/dom									BANCO DE HORAS DÉBITO (09:00)				0321					11:00
24/seg									FOLGA									
25/ter	06:58	13:00	14:00	19:02									0321					
26/qua									FOLGA									
27/qui	07:00	13:07	14:09	19:08									0321					
28/sex									FOLGA									
29/sáb	06:56	12:46	13:49	19:07									0321					
30/dom	06:58	12:21	13:22	19:03					FOLGA BANCO DE HORAS CRÉDITO (09:04)								11:04	
31/seg									BANCO DE HORAS DÉBITO (09:00)				0321					11:00

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3a9c5f8

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:05:08

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/10/2022 à 31/10/2022

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
									Totais								33:27	33:00

Horário

1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	19:00

Horas extras por evento:

Banco de horas

Saldo anterior	02:36
Crédito banco de horas	33:27
Débito banco de horas	-33:00
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	00:27
Saldo atual	03:03

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3a9c5f8

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:04:37

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/09/2022 à 30/09/2022

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/qui									Ativo(Férias)									
02/sex									Ativo(Férias)									
03/sáb									Ativo(Férias)									
04/dom									Ativo(Férias)									
05/seg									Ativo(Férias)									
06/ter									Ativo(Férias)									
07/qua									INDEPENDÊNCIA DO BRASIL Ativo(Férias)									
08/qui									Ativo(Férias)									
09/sex									Ativo(Férias)									
10/sáb									Ativo(Férias)									
11/dom									Ativo(Férias)									
12/seg									Ativo(Férias)									
13/ter									Ativo(Férias)									
14/qua									Ativo(Férias)									
15/qui									Ativo(Férias)									
16/sex									Ativo(Férias)									
17/sáb									Ativo(Férias)									
18/dom									Ativo(Férias)									
19/seg									Ativo(Férias)									
20/ter									Ativo(Férias)									
21/qua									Ativo(Férias)									
22/qui									Ativo(Férias)									
23/sex									Ativo(Férias)									
24/sáb									Ativo(Férias)									
25/dom									Ativo(Férias)									
26/seg									Ativo(Férias)									
27/ter									Ativo(Férias)									
28/qua									Ativo(Férias)									
29/qui									Ativo(Férias)									
30/sex									Ativo(Férias)									
									Totais									

Horário	Horas extras por evento:	Banco de horas	
		Saldo anterior	02:36
		Crédito banco de horas	00:00
		Débito banco de horas	00:00
		Horas env. para Folha**	00:00
		Saldo mensal**	00:00
		Saldo atual	02:36

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3a9c5f8

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:04:37

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/09/2022 à 30/09/2022

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3a9c5f8

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:04:10

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/08/2022 à 31/08/2022

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/seg									FOLGA									
02/ter	07:11	13:00	14:00	19:03									2241					
03/qua									FOLGA									
04/qui	06:59	13:13	14:15	19:02									2241					
05/sex									FOLGA									
06/sáb	06:55	12:37	13:37	19:05									2241					
07/dom									FOLGA									
08/seg	06:53	12:32	13:39	19:03									2241					
09/ter									FOLGA									
10/qua	06:50	13:00	14:00	19:00									2241					
11/qui									FOLGA									
12/sex	06:55	13:00	14:01	19:01									2241					
13/sáb									FOLGA									
14/dom	06:56	12:03	13:03	19:03									2241					
15/seg									FOLGA									
16/ter	06:59	12:35	13:37	19:02									2241					
17/qua									FOLGA									
18/qui	06:56	13:03	14:05	19:01									2241					
19/sex									FOLGA									
20/sáb	07:00	13:00	14:00	19:06									2241					
21/dom									FOLGA									
22/seg	06:55	13:15	14:15	19:03									2241					
23/ter									FOLGA									
24/qua	07:08	13:00	14:01	19:09									2241					
25/qui									FOLGA									
26/sex	06:58	13:01	14:04	19:01									2241					
27/sáb									FOLGA									
28/dom	07:01	13:17	14:20	19:01									2241					
29/seg									FOLGA									
30/ter	07:01	13:03	14:05	19:01									2241					
31/qua									FOLGA									
									Totais									

Horário

1ª Jornada	07:00	14:00
2ª Jornada	15:00	19:00

Horas extras por evento:

Banco de horas

Saldo anterior	02:36
Crédito banco de horas	00:00
Débito banco de horas	00:00
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	00:00
Saldo atual	02:36

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3a9c5f8

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:04:11

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/08/2022 à 31/08/2022

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3a9c5f8

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:03:27

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/07/2022 à 31/07/2022

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/sex	19:01	00:02	02:02	07:31								08:00	1021				00:30	
02/sáb									FOLGA									
03/dom	19:03	00:04	02:03	07:08								08:00	1021					
04/seg									FOLGA									
05/ter	19:00	00:07	02:38	07:21								08:00	1021					
06/qua									FOLGA									
07/qui	19:07	00:04	02:06	07:23								08:00	1021				00:14	
08/sex									FOLGA									
09/sáb	19:09	00:01	02:01	07:00								08:00	1021					
10/dom									FOLGA									
11/seg	18:55	00:04	02:35	07:11					ATRASO			08:00	1021					00:15
12/ter									FOLGA									
13/qua	18:59	00:07	02:07	07:31								08:00	1021				00:32	
14/qui									FOLGA									
15/sex	18:52	00:03	02:03	07:04								08:00	1021				00:12	
16/sáb									PADROEIRA DO RECIFE FOLGA									
17/dom	18:58	00:01	02:01	07:08								08:00	1021					
18/seg									FOLGA									
19/ter	18:58	00:09	02:06	07:21								08:00	1021				00:26	
20/qua									FOLGA									
21/qui	18:55	00:05	02:05	07:17								08:00	1021				00:22	
22/sex									FOLGA									
23/sáb	18:54	00:16	02:18	07:34								08:00	1021				00:38	
24/dom									FOLGA									
25/seg	18:55	00:04	02:03	06:59	07:20	12:08	13:09	19:01	HORA EXTRA AUTORIZADA PELO GESTOR (02:00)	10:45		08:00	1021					
26/ter									FOLGA									
27/qua	18:54	00:07	02:08	07:11								08:00	1021				00:16	
28/qui									FOLGA									
29/sex	19:00	00:00	02:00	07:17								08:00	1021				00:17	
30/sáb									FOLGA									
31/dom	07:08	12:08	13:08	19:02									1021				00:54	
									Totais	10:45		120:00					04:21	00:15

Horário

1ª Jornada	19:00	22:00
2ª Jornada	00:00	07:00

Horas extras por evento:

HORAS EXTRAS 100% 10:45

Banco de horas

Saldo anterior	-01:30
Crédito banco de horas	04:21
Débito banco de horas	-00:15
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	04:06
Saldo atual	02:36

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3a9c5f8

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:03:27

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/07/2022 à 31/07/2022

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3a9c5f8

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:03:01

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/06/2022 à 30/06/2022

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/qua	06:42	13:01	14:01	19:02									0321				00:20	
02/qui									FOLGA									
03/sex	06:57	13:05	14:06	19:04									0321					
04/sáb									FOLGA									
05/dom	06:50	12:03	13:02	19:03									0321				00:14	
06/seg									FOLGA									
07/ter	06:59	13:10	14:11	19:01									0321					
08/qua									FOLGA									
09/qui	07:01	13:03	14:03	19:02									0321					
10/sex									FOLGA									
11/sáb	07:14	13:00	14:01	19:02					ATRASO				0321					00:13
12/dom									FOLGA									
13/seg		13:10	14:11	19:02					ABONADAS PELO GESTOR (06:09)				0321					
14/ter									FOLGA									
15/qua	07:08	13:03	14:03	19:02									0321					
16/qui									FOLGA									
17/sex	07:09	13:01	14:04	19:03									0321					
18/sáb									FOLGA									
19/dom	06:54	12:03	13:03	19:02									0321					
20/seg									FOLGA									
21/ter	06:55	13:02	14:01	19:02									0321					
22/qua									FOLGA									
23/qui	06:53	13:15	14:16	19:02									0321					
24/sex									DIA DE SÃO JOÃO FOLGA									
25/sáb	07:05	13:02	14:03	19:02									0321					
26/dom	07:04	12:10	13:11	19:02					FOLGA BANCO DE HORAS CRÉDITO (08:57)								10:57	
27/seg									BANCO DE HORAS DÉBITO (09:00)				0321					11:00
28/ter									FOLGA									
29/qua	07:13	13:03	14:05	19:04					ATRASO				0321					00:11
30/qui									FOLGA									
									Totais								11:31	11:24

Horário

1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	19:00

Horas extras por evento:

Banco de horas

Saldo anterior	-01:30
Crédito banco de horas	00:00
Débito banco de horas	00:00
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	00:00
Saldo atual	-01:30

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3a9c5f8

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:03:01

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/06/2022 à 30/06/2022

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3a9c5f8

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:02:21

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/05/2022 à 31/05/2022

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/dom									DIA DO TRABALHO FOLGA									
02/seg									BANCO DE HORAS DÉBITO (09:00)				0321					11:00
03/ter									FOLGA									
04/qua	06:41	13:00	14:05	19:02									0321				00:16	
05/qui									FOLGA									
06/sex	07:35	12:04	13:04	19:03					ATRASO				0321					00:32
07/sáb									FOLGA									
08/dom	07:24	12:03	13:03	19:01					ATRASO				0321					00:23
09/seg									FOLGA									
10/ter	06:51	12:04	13:05	19:03									0321				00:11	
11/qua									FOLGA									
12/qui	07:02	12:31	13:32	19:04									0321					
13/sex	06:46	13:19	14:38	19:05					FOLGA BANCO DE HORAS CRÉDITO (09:00)								11:00	
14/sáb	07:14	12:01	13:01	19:04									0321					
15/dom									FOLGA									
16/seg	06:53	12:33	13:33	19:05									0321				00:12	
17/ter									FOLGA									
18/qua	06:50	12:09	13:08	19:02									0321				00:13	
19/qui									FOLGA									
20/sex	06:54	12:22	13:23	19:01									0321					
21/sáb									FOLGA									
22/dom	07:16	12:00	13:01	19:02					ATRASO				0321					00:15
23/seg									FOLGA									
24/ter	06:55	12:33	13:33	19:01									0321					
25/qua									FOLGA									
26/qui	06:59	12:33	13:34	19:03									0321					
27/sex									FOLGA									
28/sáb	07:35								Ativo(Doença (-15 dias))				0321					
29/dom									FOLGA									
30/seg	06:44	12:18	13:19	19:01									0321				00:16	
31/ter									FOLGA									
									Totais								12:08	12:10

Horário

1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	19:00

Horas extras por evento:

Banco de horas

Saldo anterior	-01:28
Crédito banco de horas	12:08
Débito banco de horas	-12:10
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	-00:02
Saldo atual	-01:30

* Batimento tratado pelo usuário

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3a9c5f8

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:02:21

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/05/2022 à 31/05/2022

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant.	Quant.	Quant.	Código	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída		Extra	Falta	Ad. Nt	Horário	Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3a9c5f8

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:01:46

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/04/2022 à 30/04/2022

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/sex									FOLGA									
02/sáb	06:55	12:03	13:05	19:03									0321					
03/dom									FOLGA									
04/seg	06:41	13:00	14:01	19:03									0321				00:21	
05/ter									FOLGA									
06/qua	07:08	13:14	14:16	19:06									0321					
07/qui									FOLGA									
08/sex	06:59	13:02	14:21	19:00					ATRASO				0321					00:18
09/sáb									FOLGA									
10/dom	08:28	12:01	13:00	19:03					ATRASO				0321					01:24
11/seg									FOLGA									
12/ter	06:48	13:01	14:01	19:00									0321				00:12	
13/qua									FOLGA									
14/qui	06:45	12:11	13:01	19:01	19:27	22:04	00:26	08:28	HORA EXTRA AUTORIZADA PELO GESTOR (02:00)	11:05		08:00	0321					
15/sex									SEXTA-FEIRA SANTA FOLGA									
16/sáb	07:01	12:01	13:02	19:02									0321					
17/dom									FOLGA									
18/seg	06:59	13:00	14:02	19:03									0321					
19/ter									FOLGA									
20/qua	06:59	13:00	14:00	19:00									0321					
21/qui									21 DE ABRIL TIRADENTES FOLGA									
22/sex	06:58	13:00	14:01	19:07									0321					
23/sáb									FOLGA									
24/dom	07:36	12:05	13:06	19:02					ATRASO				0321					00:35
25/seg									FOLGA									
26/ter	06:52	13:02	14:03	19:04									0321				00:11	
27/qua									FOLGA									
28/qui	06:54	13:02	14:03	19:03									0321					
29/sex									FOLGA									
30/sáb	07:49	12:06	13:08	19:02					ATRASO				0321					00:49
									Totais	11:05		08:00					00:44	03:06

Horário

1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	19:00

Horas extras por evento:

HORAS EXTRAS 100% 11:05

Banco de horas

Saldo anterior	00:54
Crédito banco de horas	00:44
Débito banco de horas	-03:06
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	-02:22
Saldo atual	-01:28

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3a9c5f8

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:01:46

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/04/2022 à 30/04/2022

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3a9c5f8

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:01:09

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/03/2022 à 31/03/2022

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/ter	06:47	12:09	13:08	19:11									0321				00:25	
02/qua									FOLGA									
03/qui	07:06	13:15	14:16	19:06									0321					
04/sex									FOLGA									
05/sáb	07:08	12:14	13:18	19:04									0321	13:21	D	Batimento desconsiderado		
06/dom									DATA MAGNA DE PE FOLGA									
07/seg	06:59	12:38	13:45	19:04									0321					
08/ter									FOLGA									
09/qua	06:58	13:24	14:26	19:04									0321					
10/qui									FOLGA									
11/sex	06:49	13:10	14:21	17:36					ATRASO				0321					01:24
12/sáb									FOLGA									
13/dom	07:14	12:10	13:11	19:01					ATRASO				0321					00:14
14/seg									FOLGA									
15/ter	06:54	13:14	14:15	19:04									0321					
16/qua									FOLGA									
17/qui	06:35	13:13	14:14	19:08									0321				00:32	
18/sex									FOLGA									
19/sáb	06:49	12:40	13:43	19:04									0321				00:12	
20/dom									FOLGA									
21/seg	06:44	12:08	13:10	19:04									0321				00:18	
22/ter									FOLGA									
23/qua	06:50	12:45	13:45	19:02									0321				00:12	
24/qui									FOLGA									
25/sex	06:39	13:01	14:03	19:05									0321				00:24	
26/sáb									FOLGA									
27/dom	06:41	12:03	13:03	19:01									0321				00:20	
28/seg									FOLGA									
29/ter	06:44	13:00	14:01	19:00	19:15	00:00	02:00	07:48	HORA EXTRA AUTORIZADA PELO GESTOR (02:00)	10:48		08:00	0321					
30/qua									FOLGA HORA EXTRA AUTORIZADA PELO GESTOR (02:00)									
31/qui	06:48	13:01	14:02	19:00									0321				00:11	
									Totais	10:48		08:00					02:34	01:38

Horário

1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	19:00

Horas extras por evento:

HORAS EXTRAS 100% 10:48

Banco de horas

Saldo anterior	-00:02
Crédito banco de horas	02:34
Débito banco de horas	-01:38
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	00:56
Saldo atual	00:54

* Batimento tratado pelo usuário

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3a9c5f8

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:01:09

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/03/2022 à 31/03/2022

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant.	Quant.	Quant.	Código	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída		Extra	Falta	Ad. Nt	Horário	Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3a9c5f8

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:00:36

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/02/2022 à 28/02/2022

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/ter	07:05	13:03	14:05	19:03									0321					
02/qua									FOLGA									
03/qui	07:04	13:04	14:04	19:07									0321					
04/sex									FOLGA									
05/sáb	07:11	12:03	13:08	19:06									0321					
06/dom									FOLGA									
07/seg	07:03	13:04	14:04	19:09									0321					
08/ter									FOLGA									
09/qua	07:07	13:07	14:08	19:07									0321					
10/qui									FOLGA									
11/sex	07:12	13:05	14:04	19:06									0321					
12/sáb									FOLGA									
13/dom	07:06	12:27	13:23	19:03									0321					
14/seg									FOLGA									
15/ter	07:11	12:16	13:16	19:02									0321					
16/qua									FOLGA									
17/qui	07:04	13:15	14:16	19:03									0321					
18/sex									FOLGA									
19/sáb	07:44	13:11	14:12	19:02					ATRASO				0321					00:43
20/dom									FOLGA									
21/seg	06:44	13:05	14:04	19:03									0321				00:20	
22/ter									FOLGA									
23/qua	07:00	13:00	14:03	19:02									0321					
24/qui									FOLGA									
25/sex	07:06	13:02	14:08	19:01					ATRASO				0321					00:11
26/sáb									FOLGA									
27/dom	07:01	13:00							BANCO DE HORAS DÉBITO (03:01)				0321					05:01
28/seg									FOLGA									
									Totais								00:20	05:55

Horário

1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	19:00

Horas extras por evento:

Banco de horas

Saldo anterior	05:33
Crédito banco de horas	00:20
Débito banco de horas	-05:55
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	-05:35
Saldo atual	-00:02

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3a9c5f8

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 12:00:36

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/02/2022 à 28/02/2022

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada									Quant.	Quant.	Quant.	Código	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Observações	Extra	Falta	Ad. Nt	Horário	Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3a9c5f8
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25070815055781500000089102295?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25070815055781500000089102295

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:49:16

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/01/2021 à 31/01/2021

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/sex									CONFRATERNIZAÇÃO UNIVERSAL FOLGA									
02/sáb									BANCO DE HORAS DÉBITO (09:00)				0030					11:00
03/dom									FOLGA									
04/seg	06:57	13:16	14:16	19:02					ATRASO				0030				01:21	01:16
05/ter	06:59	13:01	14:05	19:07					FOLGA HORA EXTRA AUTORIZADA PELO GESTOR (02:00)	11:04								
06/qua	06:59	13:23	14:22	19:08					ATRASO				0030				01:32	01:22
07/qui									FOLGA									
08/sex	07:07	13:26	14:31	19:05					ATRASO				0030				01:31	01:38
09/sáb									FOLGA									
10/dom	06:57	12:11	12:23	13:27	19:03				(JUSTIFICADO) (05:33)				0030				00:51	
11/seg	07:04	13:05	14:08	19:04					FOLGA HORA EXTRA AUTORIZADA PELO GESTOR (02:00)	10:57								
12/ter	07:02	13:21	14:26	19:00					ATRASO				0030				01:21	01:28
13/qua									FOLGA									
14/qui	07:01	13:18	14:27	19:06					ATRASO				0030				01:24	01:28
15/sex									FOLGA									
16/sáb	06:54	12:00	13:00	19:01									0030				00:06	
17/dom	07:01	13:18	14:18	19:05					FOLGA BANCO DE HORAS CRÉDITO (09:04)								11:04	
18/seg	07:01	13:23	14:23	19:05					ATRASO				0030				01:28	01:24
19/ter									FOLGA									
20/qua									BANCO DE HORAS DÉBITO (09:00)				0030					11:00
21/qui									FOLGA									
22/sex	07:05	13:05	14:08	19:09					ATRASO				0030				01:14	01:13
23/sáb									FOLGA									
24/dom	07:17	13:04	14:05	19:05					ATRASO				0030				01:09	01:22
25/seg									FOLGA									
26/ter	07:26	13:12	14:12	19:00					ATRASO				0030				01:12	01:38
27/qua	06:59	13:00	14:00	19:00					FOLGA HORA EXTRA AUTORIZADA PELO GESTOR (02:00)	11:01								
28/qui	06:56	13:09	14:10	19:05					ATRASO				0030				01:18	01:10
29/sex									FOLGA									
30/sáb	07:04		13:17	19:01					(JUSTIFICADO) (05:17)				0030					
31/dom									FOLGA									

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 8bcb5ab

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:49:16

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/01/2021 à 31/01/2021

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
									Totais	33:02							25:31	35:59

Horário

1ª Jornada	07:00	12:00
2ª Jornada	13:00	19:00

Horas extras por evento:

HORAS EXTRAS 100% 33:02

Banco de horas

Saldo anterior	03:17
Crédito banco de horas	25:31
Débito banco de horas	-35:59
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	-10:28
Saldo atual	-07:11

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

_____
Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 8bcb5ab

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:58:21

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/12/2021 à 31/12/2021

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/qua	06:56	13:00	14:00	19:05									0321					
02/qui									FOLGA									
03/sex	06:49	12:05	13:05	19:06									0321				00:17	
04/sáb									FOLGA									
05/dom	07:16	12:19	13:19	19:02					ATRASO				0321					00:14
06/seg									FOLGA									
07/ter	06:47	13:00	14:02	19:05									0321				00:16	
08/qua	06:48	12:19	13:17	19:04					08 DE DEZEMBRO - DIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEICAO FOLGA BANCO DE HORAS CRÉDITO (09:18)								11:18	
09/qui	06:54	12:02	13:03	19:00									0321					
10/sex									FOLGA									
11/sáb	06:58	12:02	13:01	19:05									0321					
12/dom									FOLGA									
13/seg	07:00	12:30	13:35	19:04									0321					
14/ter									FOLGA									
15/qua	06:51	12:02	13:03	19:03									0321				00:11	
16/qui									FOLGA									
17/sex	06:57	12:11	13:11						(JUSTIFICADO) (05:49)				0321					
18/sáb	06:55	12:04	13:04	19:06					FOLGA BANCO DE HORAS CRÉDITO (09:11)								11:11	
19/dom	06:55	12:01	13:03	19:10									0321	12:02	D	Batimento desconsiderado	00:13	
20/seg									FOLGA									
21/ter	06:51	12:03	13:06	19:09									0321				00:15	
22/qua									FOLGA									
23/qui	07:02	12:03	13:00	19:04									0321					
24/sex									FOLGA									
25/sáb	07:37								DIA DE NATAL BANCO DE HORAS DÉBITO (09:00)				0321					11:00
26/dom									FOLGA									
27/seg									BANCO DE HORAS DÉBITO (09:00)				0321					11:00
28/ter									FOLGA									
29/qua	07:03	12:03	13:05	19:04									0321					
30/qui									FOLGA									
31/sex	07:15	12:05	13:04	19:01					ATRASO				0321					00:13

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 8bcb5ab

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:58:21

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/12/2021 à 31/12/2021

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
									Totais								23:41	22:27

Horário

1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	19:00

Horas extras por evento:

Banco de horas

Saldo anterior	05:52
Crédito banco de horas	23:41
Débito banco de horas	-22:27
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	01:14
Saldo atual	07:06

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 8bcb5ab

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:57:27

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/11/2021 à 30/11/2021

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/seg									FOLGA									
02/ter	06:51	12:31	13:39	19:08					DIA DE FINADO				0321					
03/qua									FOLGA									
04/qui	06:53	12:47	13:47	19:06									0321				00:13	
05/sex									FOLGA									
06/sáb	06:50	12:01	13:00	19:09									0321				00:20	
07/dom									FOLGA									
08/seg	06:50	12:02	13:02	19:03									0321				00:13	
09/ter									FOLGA									
10/qua	06:59	12:07	13:07	19:05									0321					
11/qui									FOLGA									
12/sex	06:56	12:14	13:14	19:03									0321					
13/sáb									FOLGA									
14/dom	07:00	12:00	13:00	19:07									0321					
15/seg									PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA FOLGA									
16/ter	06:43	12:18	13:24	19:03									0321				00:14	
17/qua									FOLGA									
18/qui	06:50	12:03	13:03	19:03									0321				00:13	
19/sex									FOLGA									
20/sáb	06:36	12:00	13:01	19:02									0321				00:25	
21/dom									FOLGA									
22/seg									BANCO DE HORAS DÉBITO (09:00)				0321					11:00
23/ter									FOLGA									
24/qua	06:44	13:07	14:06	19:10									0321				00:27	
25/qui									FOLGA									
26/sex	06:48	13:01	14:16	19:05									0321					
27/sáb									FOLGA									
28/dom	07:12	12:00	13:00	19:03									0321					
29/seg									FOLGA									
30/ter	06:46	12:07	13:04	19:04									0321				00:21	
									Totais								02:26	11:00

Horário

1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	19:00

Horas extras por evento:

Banco de horas

Saldo anterior	14:26
Crédito banco de horas	02:26
Débito banco de horas	-11:00
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	-08:34
Saldo atual	05:52

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 8bcb5ab

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:57:27

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/11/2021 à 30/11/2021

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 8bcb5ab

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:56:25

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/10/2021 à 31/10/2021

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/sex	06:49	13:15	14:15	19:07									0321				00:18	
02/sáb									FOLGA									
03/dom	07:36	12:00	13:02	19:03					ATRASO				0321					00:35
04/seg									FOLGA									
05/ter	06:43	12:17	13:17	19:08									0321				00:25	
06/qua									FOLGA									
07/qui	06:52	12:06	13:06	19:07									0321				00:15	
08/sex									FOLGA									
09/sáb	06:56	12:01	13:01	19:08									0321				00:12	
10/dom									FOLGA									
11/seg	06:54	12:04	13:03	19:08									0321				00:15	
12/ter	06:40	12:00	13:00	19:05					NOSSA SENHORA APARECIDA FOLGA BANCO DE HORAS CRÉDITO (09:25)								11:25	
13/qua	06:53	12:00	13:00	19:03									0321					
14/qui									FOLGA									
15/sex	06:51	12:03	13:03	19:08									0321				00:17	
16/sáb	06:55	12:04	13:05	19:03					FOLGA BANCO DE HORAS CRÉDITO (09:07)								11:07	
17/dom									BANCO DE HORAS DÉBITO (09:00)				0321					11:00
18/seg									FOLGA									
19/ter									BANCO DE HORAS DÉBITO (09:00)				0321					11:00
20/qua	06:46	13:05	14:05	19:03					FOLGA BANCO DE HORAS CRÉDITO (09:17)								11:17	
21/qui									BANCO DE HORAS DÉBITO (09:00)				0321					11:00
22/sex	06:44	13:01	14:01	19:03					FOLGA BANCO DE HORAS CRÉDITO (09:19)								11:19	
23/sáb	07:00	12:03	13:14	19:01									0321					
24/dom									FOLGA									
25/seg	06:52	12:04	13:04	19:04									0321				00:12	
26/ter									FOLGA									
27/qua	07:01	12:07	13:07	19:05									0321					
28/qui									FOLGA									
29/sex	06:57	13:02	14:02	19:04									0321					
30/sáb	07:01	12:12	13:16	19:05					FOLGA BANCO DE HORAS CRÉDITO (09:00)								11:00	
31/dom	07:00	12:01	13:01	19:08									0321					

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 8bcb5ab

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:56:26

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/10/2021 à 31/10/2021

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
									Totais								58:02	33:35

Horário

1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	19:00

Horas extras por evento:

Banco de horas

Saldo anterior	-10:01
Crédito banco de horas	58:02
Débito banco de horas	-33:35
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	24:27
Saldo atual	14:26

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 8bcb5ab

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:55:27

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/09/2021 à 30/09/2021

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/qua									Ativo(Férias)									
02/qui									Ativo(Férias)									
03/sex									Ativo(Férias)									
04/sáb									Ativo(Férias)									
05/dom									Ativo(Férias)									
06/seg									Ativo(Férias)									
07/ter									INDEPENDÊNCIA DO BRASIL Ativo(Férias)									
08/qua									Ativo(Férias)									
09/qui									Ativo(Férias)									
10/sex									Ativo(Férias)									
11/sáb									Ativo(Férias)									
12/dom									Ativo(Férias)									
13/seg									Ativo(Férias)									
14/ter									Ativo(Férias)									
15/qua									Ativo(Férias)									
16/qui									Ativo(Férias)									
17/sex									Ativo(Férias)									
18/sáb									Ativo(Férias)									
19/dom									Ativo(Férias)									
20/seg									Ativo(Férias)									
21/ter									Ativo(Férias)									
22/qua									Ativo(Férias)									
23/qui									Ativo(Férias)									
24/sex									Ativo(Férias)									
25/sáb									Ativo(Férias)									
26/dom									Ativo(Férias)									
27/seg									Ativo(Férias)									
28/ter									Ativo(Férias)									
29/qua									Ativo(Férias)									
30/qui									Ativo(Férias)									
									Totais									

Horário	Horas extras por evento:	Banco de horas	
		Saldo anterior	-10:01
		Crédito banco de horas	00:00
		Débito banco de horas	00:00
		Horas env. para Folha**	00:00
		Saldo mensal**	00:00
		Saldo atual	-10:01

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 8bcb5ab

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:55:28

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/09/2021 à 30/09/2021

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 8bcb5ab

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:55:01

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/08/2021 à 31/08/2021

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/dom									FOLGA									
02/seg	06:46	13:13	14:13	19:03					ATRASO				0321				00:30	00:13
03/ter									FOLGA									
04/qua	06:54	13:02	14:03	19:03					ATRASO				0321				00:11	00:03
05/qui									FOLGA									
06/sex	06:45	13:05	14:05	19:02					ATRASO				0321				00:22	00:05
07/sáb									FOLGA									
08/dom	07:03	12:00	13:02	19:01					ATRASO				0321				00:59	01:03
09/seg									FOLGA									
10/ter	06:57	13:09	14:18	19:00					ATRASO				0321				00:12	00:18
11/qua									FOLGA									
12/qui	06:49	13:05	14:06	19:01					ATRASO				0321				00:17	00:06
13/sex									FOLGA									
14/sáb	06:56	13:12	14:14	19:01					ATRASO				0321				00:17	00:14
15/dom									FOLGA									
16/seg	06:48	12:00	13:03	19:05					ATRASO				0321	12:01	D	Batimento desconsiderado	01:14	01:00
17/ter									FOLGA									
18/qua	06:49	13:10	14:16	19:05					ATRASO				0321				00:26	00:16
19/qui									FOLGA									
20/sex	06:58	13:05	14:04	19:01					ATRASO				0321				00:08	00:04
21/sáb									FOLGA									
22/dom	07:35	12:14	13:13	19:02					ATRASO				0321				00:49	01:21
23/seg									FOLGA									
24/ter	06:59	13:08	14:14	19:05					ATRASO				0321				00:14	00:14
25/qua									FOLGA									
26/qui	06:56	13:05	14:06	19:05					ATRASO				0321				00:14	00:06
27/sex									FOLGA									
28/sáb	06:56	12:00	13:01	19:03					ATRASO				0321	06:58	D	Batimento desconsiderado	01:06	01:00
29/dom									FOLGA									
30/seg									BANCO DE HORAS DÉBITO (09:00)				0321					11:00
31/ter									FOLGA									
									Totais								06:59	17:03

Horário		
1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	19:00

Horas extras por evento:

Banco de horas	
Saldo anterior	00:03
Crédito banco de horas	06:59
Débito banco de horas	-17:03
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	-10:04
Saldo atual	-10:01

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 8bcb5ab

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:55:01

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/08/2021 à 31/08/2021

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 8bcb5ab

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:54:16

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/07/2021 à 31/07/2021

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/qui	06:51	13:18	14:19	19:05					ATRASO				0030				01:32	01:19
02/sex									FOLGA									
03/sáb	07:13	12:41	13:42	17:05					BANCO DE HORAS DÉBITO (00:50)				0030				00:41	02:50
04/dom									FOLGA									
05/seg	06:52	12:32	13:32	19:03					ATRASO				0030				00:43	00:32
06/ter									FOLGA									
07/qua	06:49	13:01	14:02	19:01					ATRASO				0030				01:13	01:02
08/qui									FOLGA									
09/sex	06:49	13:07	14:05	19:05					ATRASO				0030				01:23	01:05
10/sáb									FOLGA									
11/dom	07:31	12:10	13:10	19:02					ATRASO				0030				00:12	00:41
12/seg									FOLGA									
13/ter									FALECIMENTO FAMILIAR (10:00)				0030					01:00
14/qua									FOLGA									
15/qui	06:45	13:07	14:08	19:00					ATRASO				0030				01:22	01:08
16/sex									PADROEIRA DO RECIFE FOLGA									
17/sáb	06:52	12:00	13:01	19:03									0030				00:11	
18/dom									FOLGA									
19/seg	06:48	13:13	14:12	19:05					ATRASO				0030				01:30	01:12
20/ter									FOLGA									
21/qua	06:42	13:01	14:00	19:06					ATRASO				0030				01:25	01:00
22/qui									FOLGA									
23/sex	06:44	13:02	14:00	19:03					ATRASO				0030				01:21	01:00
24/sáb									FOLGA									
25/dom	06:52	12:01	13:01	19:07									0030				00:16	
26/seg									FOLGA									
27/ter	06:41	13:08	14:09	19:09					ATRASO				0030				01:36	01:09
28/qua									FOLGA									
29/qui									DECLARACAO MEDICA (11:00)				0030					
30/sex									FOLGA									
31/sáb									BANCO DE HORAS DÉBITO (09:00)				0030					11:00
									Totais								13:25	24:58

Horário

1ª Jornada	07:00	12:00
2ª Jornada	13:00	19:00

Horas extras por evento:

Banco de horas

Saldo anterior	11:36
Crédito banco de horas	13:25
Débito banco de horas	-24:58
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	-11:33
Saldo atual	00:03

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 8bcb5ab

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:54:16

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/07/2021 à 31/07/2021

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 8bcb5ab

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:53:49

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/06/2021 à 30/06/2021

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/ter	06:54	13:05	14:06	19:00					ATRASO				0321				00:11	00:06
02/qua									FOLGA									
03/qui	06:59	12:02	13:02	19:00					ATRASO				0321				00:59	00:58
04/sex									FOLGA									
05/sáb	06:46	12:07	13:07	19:04					ATRASO				0321				01:11	00:53
06/dom									FOLGA									
07/seg									BANCO DE HORAS DÉBITO (09:00)				0321					11:00
08/ter									FOLGA									
09/qua	06:54	13:10	14:03	19:08									0321				00:24	
10/qui									FOLGA									
11/sex	06:58	12:10	13:12	14:55					BANCO DE HORAS DÉBITO (02:55)				0321				00:50	04:55
12/sáb									FOLGA									
13/dom	06:51	12:01	13:00	19:05					ATRASO				0321				01:14	00:59
14/seg	07:07	13:01	14:00	19:02					FOLGA BANCO DE HORAS CRÉDITO (08:56)								10:56	
15/ter									BANCO DE HORAS DÉBITO (09:00)				0321					11:00
16/qua									FOLGA									
17/qui	06:41	13:01	14:02	19:00									0321				00:20	
18/sex	06:50	13:03	14:04	19:01					FOLGA HORA EXTRA AUTORIZADA PELO GESTOR (02:00)	11:10								
19/sáb	06:54	12:04	13:04	19:08					ATRASO				0321				01:10	00:56
20/dom									FOLGA									
21/seg	06:41	12:53	13:43	19:03					ATRASO				0321				00:39	00:07
22/ter									FOLGA									
23/qua	06:57	13:05	14:05	19:05									0321				00:13	
24/qui									DIA DE SÃO JOÃO FOLGA									
25/sex	06:48	13:01	14:00	19:05									0321				00:18	
26/sáb									FOLGA									
27/dom	06:57	11:40	12:40	19:03					ATRASO				0321				01:26	01:20
28/seg									FOLGA									
29/ter	06:49	13:00	14:00	19:01									0321				00:12	
30/qua									FOLGA									

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 8bcb5ab

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:53:49

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/06/2021 à 30/06/2021

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
									Totais	11:10							20:03	32:14

Horário

1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	19:00

Horas extras por evento:

HORAS EXTRAS 100% 11:10

Banco de horas

Saldo anterior	23:47
Crédito banco de horas	20:03
Débito banco de horas	-32:14
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	-12:11
Saldo atual	11:36

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 8bcb5ab

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:53:15

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/05/2021 à 31/05/2021

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/sáb									DIA DO TRABALHO FOLGA									
02/dom	06:53	12:00	13:01	19:00					ATRASO				0321				01:06	01:00
03/seg	07:12	12:30	13:30	19:06					FOLGA BANCO DE HORAS CRÉDITO (08:54)					19:07	D	Batimento desconsiderado	10:54	
04/ter	06:55	12:30	13:31	19:00					ATRASO				0321				00:34	00:30
05/qua									FOLGA									
06/qui	06:48	12:32	13:34	19:04					ATRASO				0321				00:42	00:28
07/sex	06:56	12:00	13:04	19:02					FOLGA HORA EXTRA AUTORIZADA PELO GESTOR (02:00)	11:02								
08/sáb	06:56	12:00	13:00	17:23					BANCO DE HORAS DÉBITO (00:37)				0321				01:04	02:37
09/dom									FOLGA									
10/seg									BANCO DE HORAS DÉBITO (09:00)				0321					11:00
11/ter									FOLGA									
12/qua	06:51	13:01	14:01	19:00									0321				00:09	
13/qui									FOLGA									
14/sex	06:57	12:35	13:36	19:03					ATRASO				0321				00:30	00:25
15/sáb	06:55	12:02	13:04	19:12					FOLGA BANCO DE HORAS CRÉDITO (09:15)								11:15	
16/dom	06:57	12:20	13:24	19:00					ATRASO				0321				00:39	00:40
17/seg									FOLGA									
18/ter	06:49	12:05	13:03	19:03					ATRASO				0321				01:11	00:55
19/qua									FOLGA									
20/qui	06:47	13:18	14:23	19:03					ATRASO				0321				00:34	00:23
21/sex	06:55	13:00	14:00	19:01					FOLGA HORA EXTRA AUTORIZADA PELO GESTOR (02:00)	11:06								
22/sáb	06:49	12:00	13:00	19:02					ATRASO				0321				01:13	01:00
23/dom	06:53	12:14	13:14	19:06					FOLGA BANCO DE HORAS CRÉDITO (09:13)								11:13	
24/seg									BANCO DE HORAS DÉBITO (09:00)				0321					11:00
25/ter									FOLGA									
26/qua	06:52	12:00	13:01	19:00					ATRASO				0321	19:01	D	Batimento desconsiderado	01:07	01:00
27/qui	06:48	13:18	14:31	19:02					FOLGA HORA EXTRA AUTORIZADA PELO GESTOR (02:00)	11:01								
28/sex	06:51	12:34	13:39	19:00					ATRASO				0321				00:30	00:26
29/sáb	06:49	12:04	13:05	19:02					FOLGA								11:12	

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 8bcb5ab

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:53:16

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/05/2021 à 31/05/2021

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
									BANCO DE HORAS CRÉDITO (09:12)									
30/dom	06:50	12:03	13:00	19:01					ATRASO				0321				01:11	00:57
31/seg									FOLGA									
									Totais	33:09							55:04	32:21

Horário

1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	19:00

Horas extras por evento:

HORAS EXTRAS 100% 33:09

Banco de horas

Saldo anterior	01:04
Crédito banco de horas	55:04
Débito banco de horas	-32:21
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	22:43
Saldo atual	23:47

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 8bcb5ab

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:52:04

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/04/2021 à 30/04/2021

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/qui									FOLGA									
02/sex	06:48	12:00	13:07	19:08					SEXTA-FEIRA SANTA ATRASO				0321				01:13	01:00
03/sáb	07:30	12:00	13:00	19:03					FOLGA HORA EXTRA AUTORIZADA PELO GESTOR (02:00)	10:33								
04/dom	06:53	12:00	13:00	19:07					ATRASO				0321				01:14	01:00
05/seg									FOLGA									
06/ter	06:54	13:11	14:11	19:04					ATRASO				0321				00:21	00:11
07/qua	06:53	13:06	14:05	19:00					FOLGA BANCO DE HORAS CRÉDITO (09:08)								11:08	
08/qui	06:59	13:03	14:03	19:02									0321					
09/sex									FOLGA									
10/sáb	08:06	12:15	13:16	19:08					ATRASO				0321				00:52	01:51
11/dom	10:14	13:00	14:01	19:18					FOLGA HORA EXTRA AUTORIZADA PELO GESTOR (02:00)	08:03								
12/seg									BANCO DE HORAS DÉBITO (09:00)				0321					11:00
13/ter									FOLGA									
14/qua	06:56	07:12							Ativo(Doença (-15 dias))				0321					
15/qui									Ativo(Doença (-15 dias))									
16/sex									Ativo(Doença (-15 dias))				0321					
17/sáb									Ativo(Doença (-15 dias))									
18/dom									Ativo(Doença (-15 dias))				0321					
19/seg									Ativo(Doença (-15 dias))									
20/ter									Ativo(Doença (-15 dias))				0321					
21/qua									21 DE ABRIL TIRADENTES Ativo(Doença (-15 dias))									
22/qui									Ativo(Doença (-15 dias))				0321					
23/sex									Ativo(Doença (-15 dias))									
24/sáb									Ativo(Doença (-15 dias))				0321					
25/dom									Ativo(Doença (-15 dias))									
26/seg									Ativo(Doença (-15 dias))				0321					
27/ter									Ativo(Doença (-15 dias))									
28/qua	07:02	13:00	14:06	19:07					ATRASO				0321				00:07	00:06
29/qui	06:46	13:13	14:16	19:04					FOLGA BANCO DE HORAS CRÉDITO (09:15)								11:15	
30/sex	06:49	13:07	14:08	19:04					ATRASO				0321				00:22	00:08

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 8bcb5ab

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:52:05

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/04/2021 à 30/04/2021

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
									Totais	18:36							26:32	15:16

Horário

1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	19:00

Horas extras por evento:

HORAS EXTRAS 100% 18:36

Banco de horas

Saldo anterior	-10:12
Crédito banco de horas	26:32
Débito banco de horas	-15:16
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	11:16
Saldo atual	01:04

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 8bcb5ab

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:50:26

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/03/2021 à 31/03/2021

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/seg	18:40	00:10	02:10	07:00					ATRASO			08:00	0042				00:30	00:10
02/ter									FOLGA									
03/qua	18:40	00:00	02:19	07:04	07:23	13:15	14:15	19:01	HORA EXTRA AUTORIZADA PELO GESTOR (02:00)	11:02		08:00	0042					00:19
04/qui									FOLGA									
05/sex	18:40	00:00	02:01	07:09								08:00	0042				00:29	
06/sáb									DATA MAGNA DE PE FOLGA									
07/dom	18:44	00:00	02:02	06:53	07:23	13:13	14:10	19:03	HORA EXTRA AUTORIZADA PELO GESTOR (02:00)	10:59		08:00	0042					00:07
08/seg									FOLGA					00:01	D	Batimento desconsiderado		
09/ter	18:47	00:33	02:33	07:20					ATRASO			08:00	0042				01:06	00:33
10/qua									FOLGA									
11/qui	18:32	00:01	02:01	07:03								08:00	0042				00:32	
12/sex									FOLGA									
13/sáb	18:42	00:01	02:00	07:15								08:00	0042				00:34	
14/dom									FOLGA									
15/seg	07:18	12:32	13:32	19:08	19:18	00:19	02:19*	07:06	HORA EXTRA AUTORIZADA PELO GESTOR (02:00)	09:58		08:00	3461					00:20
16/ter									FOLGA					02:19	I	ESQUECEU		
17/qua	18:47	00:00	02:04	07:20								08:00	0042				00:33	
18/qui									FOLGA									
19/sex	18:47	00:01	02:01	07:02								08:00	0042				00:16	
20/sáb									FOLGA									
21/dom	18:44	00:00		07:17					(JUSTIFICADO) (05:00)			08:00	0042				00:16	
22/seg									FOLGA									
23/ter	18:38	00:02	02:03	07:06								08:00	0042				00:30	
24/qua									FOLGA									
25/qui	18:44	00:35	02:33	07:11					ATRASO			08:00	0042				01:02	00:33
26/sex									FOLGA									
27/sáb	18:43	00:02	02:02	07:07								08:00	0042				00:26	
28/dom									FOLGA									
29/seg	18:55	00:01	02:04	07:27								08:00	0042				00:33	
30/ter									FOLGA									
31/qua	18:41	22:17	00:17	07:09					BANCO DE HORAS CRÉDITO (00:11)			08:00	0042				02:11	01:43
									Totais	31:59		128:00					08:58	03:45

Horário

1ª Jornada	07:00	12:30
2ª Jornada	13:30	19:00
1ª Jornada	19:00	00:00
2ª Jornada	02:00	07:00

Horas extras por evento:

HORAS EXTRAS 100% 31:59

Banco de horas

Saldo anterior	-15:25
Crédito banco de horas	08:58
Débito banco de horas	-03:45
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	05:13
Saldo atual	-10:12

* Batimento tratado pelo usuário

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 8bcb5ab

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:50:27

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/03/2021 à 31/03/2021

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant.	Quant.	Quant.	Código	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída		Extra	Falta	Ad. Nt	Horário	Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 8bcb5ab

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:49:47

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/02/2021 à 28/02/2021

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/seg									BANCO DE HORAS DÉBITO (09:00)				0030					11:00
02/ter									FOLGA									
03/qua	06:59	13:08	14:09	19:09					ATRASO				0030				01:18	01:09
04/qui									FOLGA									
05/sex	06:58	13:24	14:27	19:06					ATRASO				0030				01:32	01:27
06/sáb									FOLGA									
07/dom	06:51	12:11	13:11	19:09					ATRASO				0030				00:29	00:11
08/seg									FOLGA									
09/ter	06:52	13:20	14:20	19:01					ATRASO				0030				01:29	01:20
10/qua									FOLGA									
11/qui	06:53	12:05	12:57	13:55	19:05				(JUSTIFICADO) (05:05)				0030	13:06	D	Batimento desconsiderado	00:15	
12/sex									FOLGA									
13/sáb	06:52	12:06	13:34	19:06					ATRASO				0030				00:20	00:34
14/dom									FOLGA									
15/seg	06:50	13:00	14:00	19:04					ATRASO				0030				01:14	01:00
16/ter									FOLGA									
17/qua	06:54	13:10	14:09	19:02					ATRASO				0030				01:18	01:09
18/qui									FOLGA									
19/sex	06:52	13:00	14:02	19:06					ATRASO				0030				01:14	01:02
20/sáb									FOLGA									
21/dom	06:54			19:05									0030				01:11	
22/seg									FOLGA									
23/ter	06:50	13:18	14:18	19:02					ATRASO				0030				01:30	01:18
24/qua									FOLGA									
25/qui	06:56	12:05	13:16	19:05					ATRASO				0030				00:14	00:16
26/sex									FOLGA									
27/sáb	06:52	12:00	13:01	19:00									0030				00:08	
28/dom									FOLGA									
									Totais								12:12	20:26

Horário

1ª Jornada	07:00	12:00
2ª Jornada	13:00	19:00

Horas extras por evento:

Banco de horas

Saldo anterior	-07:11
Crédito banco de horas	12:12
Débito banco de horas	-20:26
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	-08:14
Saldo atual	-15:25

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 8bcb5ab

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:49:47

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/02/2021 à 28/02/2021

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada									Quant.	Quant.	Quant.	Código	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Observações	Extra	Falta	Ad. Nt	Horário	Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 8bcb5ab
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25070815060048800000089102299?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25070815060048800000089102299

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:39:31

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/01/2020 à 31/01/2020

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/qua									CONFRATERNIZAÇÃO UNIVERSAL FOLGA									
02/qui	07:08	13:14	14:14	19:05					ATRASO				0321				00:19	00:22
03/sex									FOLGA									
04/sáb	06:39	13:14	14:33	19:03					ATRASO				0321				00:38	00:33
05/dom									FOLGA									
06/seg	06:57	13:01	14:02	19:10									0321	06:58	D	Batimento desconsiderado	00:14	
07/ter									FOLGA									
08/qua	06:56	13:18	14:23	19:17					ATRASO				0321				00:39	00:23
09/qui									FOLGA									
10/sex	07:04	13:14	14:14	19:05					ATRASO				0321				00:19	00:18
11/sáb									FOLGA									
12/dom	06:56	13:06	14:25	19:10					ATRASO				0321				00:20	00:25
13/seg									FOLGA									
14/ter	06:58	13:02	14:02	19:07									0321				00:11	
15/qua									FOLGA									
16/qui	07:01	13:20	14:19	19:06					ATRASO				0321				00:26	00:20
17/sex									FOLGA									
18/sáb	06:58	13:12	14:17	19:03					ATRASO				0321				00:17	00:17
19/dom									FOLGA									
20/seg	06:54	13:03	14:03	19:12									0321				00:21	
21/ter									FOLGA									
22/qua	07:00	13:20	14:21	19:02					ATRASO				0321				00:22	00:21
23/qui									FOLGA									
24/sex	06:56	13:14	14:18	19:07					ATRASO				0321				00:25	00:18
25/sáb									FOLGA									
26/dom	07:15	13:07	14:08	19:04					ATRASO				0321				00:11	00:23
27/seg									FOLGA									
28/ter	07:00	13:12	14:14	19:01					ATRASO				0321				00:13	00:14
29/qua									FOLGA									
30/qui	06:57	13:16	14:20	19:09					ATRASO				0321				00:28	00:20
31/sex									FOLGA									
									Totais								05:23	04:14

Horário

1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	19:00

Horas extras por evento:

Banco de horas

Saldo anterior	00:00
Crédito banco de horas	05:23
Débito banco de horas	-04:14
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	01:09
Saldo atual	01:09

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 0e16d23

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:39:31

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/01/2020 à 31/01/2020

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 0e16d23

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:48:17

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/12/2020 à 31/12/2020

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/ter	06:55	12:22	13:23	19:00					ATRASO				0030				00:27	00:23
02/qua	06:48	13:02	14:02	19:00					FOLGA HORA EXTRA AUTORIZADA PELO GESTOR (02:00)	11:12								
03/qui	06:55	12:32	13:33	16:29					BANCO DE HORAS DÉBITO (01:04)				0030				00:37	03:04
04/sex									FOLGA									
05/sáb	06:53	12:01	13:05	19:00									0030				00:07	
06/dom	07:03	13:14	14:19	19:00					FOLGA HORA EXTRA AUTORIZADA PELO GESTOR (02:00)	10:52								
07/seg	06:48	12:00	13:00	19:00									0030				00:12	
08/ter									08 DE DEZEMBRO - DIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEICAO FOLGA									
09/qua	06:45	12:40	13:52	19:00					ATRASO				0030				00:55	00:52
10/qui	08:18	13:00	14:22	19:06					FOLGA HORA EXTRA AUTORIZADA PELO GESTOR (02:00)	09:26								
11/sex	06:49	13:00	14:00	16:04					BANCO DE HORAS DÉBITO (01:56)				0030				01:11	03:56
12/sáb									FOLGA									
13/dom	06:49	12:01	13:00	19:00									0030				00:12	
14/seg									FOLGA									
15/ter	06:50	12:01	13:01	19:01									0030				00:12	
16/qua									FOLGA									
17/qui	06:45	12:01	13:02	19:00									0030				00:16	
18/sex	06:55	12:09	13:10	19:00					FOLGA HORA EXTRA AUTORIZADA PELO GESTOR (02:00)	11:04								
19/sáb	06:58	11:30	12:31	19:00					ATRASO				0030				00:31	00:30
20/dom	06:45	12:02	13:02	19:01					FOLGA BANCO DE HORAS CRÉDITO (09:16)								11:16	
21/seg									BANCO DE HORAS DÉBITO (09:00)				0030					11:00
22/ter	07:32	13:11	14:21	19:01					FOLGA BANCO DE HORAS CRÉDITO (08:19)								10:19	
23/qua	06:50	11:35	12:39	19:01					ATRASO				0030				00:32	00:25
24/qui									FOLGA									
25/sex	07:15	11:34	12:41	19:00					DIA DE NATAL ATRASO				0030				00:19	00:41
26/sáb									FOLGA									
27/dom	06:56	11:33	12:40	19:02					ATRASO				0030	06:57	D	Batimento desconsiderado	00:26	00:27

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 0e16d23

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:48:17

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/12/2020 à 31/12/2020

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
28/seg									FOLGA									
29/ter	06:54	12:08	13:08	19:01					ATRASO				0030				00:15	00:08
30/qua									FOLGA									
31/qui	06:51	12:10	13:12	19:00					ATRASO				0030				00:19	00:12
									Totais	42:34							28:06	21:38

Horário

1ª Jornada	07:00	12:00
2ª Jornada	13:00	19:00

Horas extras por evento:

HORAS EXTRAS 100% 42:34

Banco de horas

Saldo anterior	-03:11
Crédito banco de horas	28:06
Débito banco de horas	-21:38
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	06:28
Saldo atual	03:17

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 0e16d23

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:47:36

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/11/2020 à 30/11/2020

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/dom	06:53	11:14	12:03	19:04					ATRASO				0030				01:08	00:46
02/seg									DIA DE FINADO FOLGA									
03/ter	07:07	12:03	13:05	19:03					ATRASO				0030					00:12
04/qua									FOLGA									
05/qui	07:05	12:20	13:25	19:11					ATRASO				0030				00:31	00:30
06/sex									FOLGA									
07/sáb	07:07	11:33	12:33	19:05					ATRASO				0030				00:32	00:34
08/dom									FOLGA									
09/seg	07:10	11:21	12:21	19:02					ATRASO				0030				00:41	00:49
10/ter									FOLGA									
11/qua	07:05	12:29	13:29	19:09					ATRASO				0030				00:38	00:34
12/qui									FOLGA									
13/sex	07:06	12:00	13:00	19:10					ATRASO				0030				00:10	00:06
14/sáb									FOLGA									
15/dom	06:52	11:02	12:04	19:00					PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA ATRASO				0030				01:04	00:58
16/seg									FOLGA									
17/ter	07:00	12:02	13:07	19:06					ATRASO				0030				00:06	00:07
18/qua									FOLGA									
19/qui	07:10	12:29	13:30	19:00					ATRASO				0030				00:29	00:40
20/sex									FOLGA									
21/sáb	07:10	12:02	13:02	19:00					ATRASO				0030					00:12
22/dom									FOLGA									
23/seg	07:02	12:05	13:10	19:12					ATRASO				0030				00:17	00:12
24/ter									FOLGA									
25/qua	07:00	12:07	13:02	19:09									0030				00:16	
26/qui									FOLGA									
27/sex	07:04	12:02	13:07	19:08					ATRASO				0030				00:08	00:11
28/sáb									FOLGA									
29/dom	07:05	12:04	13:03	19:00									0030					
30/seg									FOLGA									
									Totais								06:00	05:51

Horário

1ª Jornada	07:00	12:00
2ª Jornada	13:00	19:00

Horas extras por evento:

Banco de horas

Saldo anterior	-03:20
Crédito banco de horas	06:00
Débito banco de horas	-05:51
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	00:09
Saldo atual	-03:11

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 0e16d23

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:47:37

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/11/2020 à 30/11/2020

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 0e16d23

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:46:59

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/10/2020 à 31/10/2020

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/qui									Ativo(Férias)									
02/sex	07:01	13:13	14:21	19:06					ATRASO				0030				01:19	01:22
03/sáb									FOLGA									
04/dom	06:55	12:08	13:09	19:08					ATRASO				0030				00:21	00:09
05/seg	07:14	13:11	14:11	19:04					FOLGA HORA EXTRA AUTORIZADA PELO GESTOR (02:00)	10:50								
06/ter	07:00	13:20	14:20	19:06					ATRASO				0030	19:07	D	Batimento desconsiderado	01:26	01:20
07/qua									FOLGA									
08/qui	07:08	12:07	13:06	19:06					ATRASO				0030				00:13	00:14
09/sex	07:06	11:11	12:18	16:46					FOLGA HORA EXTRA AUTORIZADA PELO GESTOR (02:00)	08:33								
10/sáb	07:01	11:06	12:17	19:04					ATRASO				0030				00:47	00:55
11/dom									FOLGA									
12/seg	06:59	11:07	12:06	19:02					NOSSA SENHORA APARECIDA ATRASO				0030				00:57	00:53
13/ter									FOLGA									
14/qua	07:03	12:54	13:56	19:01					ATRASO				0030				00:55	00:59
15/qui									FOLGA									
16/sex	07:03	11:04	12:03	19:06					ATRASO				0030				01:03	00:59
17/sáb									FOLGA									
18/dom	07:08	11:12	12:15						(JUSTIFICADO) (06:56)				0030					
19/seg									FOLGA									
20/ter	07:06	12:09	13:10	19:01					ATRASO				0030				00:09	00:16
21/qua									FOLGA									
22/qui	07:01	12:36	13:42	19:01					ATRASO				0030				00:37	00:43
23/sex	07:21	13:00	14:01	19:02					FOLGA HORA EXTRA AUTORIZADA PELO GESTOR (02:00)	10:40								
24/sáb	07:01		13:09						(JUSTIFICADO) (11:00)				0030					
25/dom									FOLGA									
26/seg	06:51	13:26	14:26	19:00					ATRASO				0030				01:35	01:26
27/ter									FOLGA									
28/qua	07:00	13:01	14:02	19:30					ATRASO				0030				01:31	01:02
29/qui									FOLGA									
30/sex	06:48	11:23	12:25	19:02					ATRASO				0030				00:49	00:37
31/sáb									FOLGA									

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 0e16d23

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:46:59

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/10/2020 à 31/10/2020

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
									Totais	30:03							11:42	10:55

Horário

1ª Jornada	07:00	12:00
2ª Jornada	13:00	19:00

Horas extras por evento:

HORAS EXTRAS 100% 30:03

Banco de horas

Saldo anterior	-04:07
Crédito banco de horas	11:42
Débito banco de horas	-10:55
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	00:47
Saldo atual	-03:20

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 0e16d23

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:45:59

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/09/2020 à 30/09/2020

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/ter									FOLGA									
02/qua									Ativo(Férias)									
03/qui									Ativo(Férias)									
04/sex									Ativo(Férias)									
05/sáb									Ativo(Férias)									
06/dom									Ativo(Férias)									
07/seg									INDEPENDÊNCIA DO BRASIL Ativo(Férias)									
08/ter									Ativo(Férias)									
09/qua									Ativo(Férias)									
10/qui									Ativo(Férias)									
11/sex									Ativo(Férias)									
12/sáb									Ativo(Férias)									
13/dom									Ativo(Férias)									
14/seg									Ativo(Férias)									
15/ter									Ativo(Férias)									
16/qua									Ativo(Férias)									
17/qui									Ativo(Férias)									
18/sex									Ativo(Férias)									
19/sáb									Ativo(Férias)									
20/dom									Ativo(Férias)									
21/seg									Ativo(Férias)									
22/ter									Ativo(Férias)									
23/qua									Ativo(Férias)									
24/qui									Ativo(Férias)									
25/sex									Ativo(Férias)									
26/sáb									Ativo(Férias)									
27/dom									Ativo(Férias)									
28/seg									Ativo(Férias)									
29/ter									Ativo(Férias)									
30/qua									Ativo(Férias)									
									Totais									

Horário	Horas extras por evento:	Banco de horas	
		Saldo anterior	-04:07
		Crédito banco de horas	00:00
		Débito banco de horas	00:00
		Horas env. para Folha**	00:00
		Saldo mensal**	00:00
		Saldo atual	-04:07

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 0e16d23

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:45:59

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/09/2020 à 30/09/2020

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 0e16d23

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:44:59

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/08/2020 à 31/08/2020

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/sáb	07:01	12:24	13:21	19:06					ATRASO				0030				00:30	00:22
02/dom									FOLGA									
03/seg	06:56	13:00	14:02	19:06					ATRASO				0030				01:10	01:02
04/ter									FOLGA									
05/qua	06:47	12:47	13:50	19:02					ATRASO				0030				01:02	00:50
06/qui									FOLGA									
07/sex	06:56	11:42	12:56	19:05					ATRASO				0030				00:13	00:18
08/sáb									FOLGA									
09/dom	07:06	11:01	12:01	19:00					ATRASO				0030				00:59	01:05
10/seg									FOLGA									
11/ter	07:06	13:02	14:02	19:14					ATRASO				0030				01:16	01:08
12/qua									FOLGA									
13/qui	07:09	12:08	13:07	19:02					ATRASO				0030				00:08	00:16
14/sex									FOLGA									
15/sáb	07:11	12:01	13:06	19:00					ATRASO				0030					00:17
16/dom									FOLGA									
17/seg	07:00	12:20	13:21	19:01					ATRASO				0030				00:21	00:21
18/ter									FOLGA									
19/qua	07:02	12:48	13:49	19:00					ATRASO				0030				00:48	00:51
20/qui									FOLGA									
21/sex	07:02	12:25	13:30	19:05					ATRASO				0030				00:30	00:32
22/sáb									FOLGA									
23/dom	07:11	12:04	13:07	19:05					ATRASO				0030					00:18
24/seg									FOLGA									
25/ter	07:09	12:09	13:13	19:03					ATRASO				0030				00:12	00:22
26/qua									FOLGA									
27/qui	07:02	12:16	13:17	19:15					ATRASO				0030				00:31	00:19
28/sex									FOLGA									
29/sáb	07:19	12:03	13:05	19:03					ATRASO				0030					00:24
30/dom									FOLGA									
31/seg	06:56	12:14	13:14	14:58					BANCO DE HORAS DÉBITO (02:16)				0030				00:18	04:16
									Totais								07:58	12:41

Horário		
1ª Jornada	07:00	12:00
2ª Jornada	13:00	19:00

Horas extras por evento:

Banco de horas	
Saldo anterior	00:36
Crédito banco de horas	07:58
Débito banco de horas	-12:41
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	-04:43
Saldo atual	-04:07

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 0e16d23

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:44:59

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/08/2020 à 31/08/2020

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 0e16d23

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:44:20

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/07/2020 à 31/07/2020

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/qua									FOLGA									
02/qui	19:00	00:04	02:00	07:22								08:00	0042				00:26	
03/sex									FOLGA					07:23	D	Batimento desconsiderado		
04/sáb	18:56	00:07	02:02	07:06								08:00	0042				00:17	
05/dom									FOLGA									
06/seg	19:01	00:00	02:00	07:13								08:00	0042				00:13	
07/ter									FOLGA									
08/qua	19:00	00:19	02:19	07:00					ATRASO			08:00	0042				00:19	00:19
09/qui									FOLGA									
10/sex	18:56	00:03	02:03	07:00								08:00	0042					
11/sáb									FOLGA									
12/dom	18:51	00:04	02:04	07:38								08:00	0042				00:51	
13/seg									FOLGA									
14/ter	18:50	00:03	02:30	07:08					ATRASO			08:00	0042				00:21	00:30
15/qua									FOLGA									
16/qui	19:02	00:00	02:00	07:01					PADROEIRA DO RECIFE			08:00	0042					
17/sex									FOLGA									
18/sáb	18:57	00:01	02:00	07:23								08:00	0042				00:27	
19/dom									FOLGA									
20/seg	18:56	00:05	02:04	07:38								08:00	0042				00:47	
21/ter									FOLGA									
22/qua	18:53	00:11	02:11	07:19					ATRASO			08:00	0042				00:37	00:11
23/qui									FOLGA									
24/sex	18:56	00:04	02:02	07:33								08:00	0042				00:41	
25/sáb									FOLGA									
26/dom	18:56	00:02	02:00	07:40								08:00	0042				00:46	
27/seg									FOLGA									
28/ter	19:05	00:07	02:01	07:32								08:00	0042				00:39	
29/qua									FOLGA									
30/qui	18:54	00:07	02:03	07:20								08:00	0042				00:33	
31/sex									FOLGA									
									Totais			120:00					06:57	01:00

Horário

1ª Jornada	19:00	00:00
2ª Jornada	02:00	07:00

Horas extras por evento:

Banco de horas

Saldo anterior	-05:21
Crédito banco de horas	06:57
Débito banco de horas	-01:00
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	05:57
Saldo atual	00:36

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 0e16d23

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:44:20

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/07/2020 à 31/07/2020

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 0e16d23

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:43:46

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/06/2020 à 30/06/2020

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/seg									FOLGA									
02/ter	07:00	12:00	13:06	19:04					ATRASO				0030					00:06
03/qua									FOLGA									
04/qui	07:05	12:30	13:34	19:02					ATRASO				0030				00:32	00:39
05/sex									FOLGA									
06/sáb	06:54	12:34	13:34	19:01					ATRASO				0030				00:41	00:34
07/dom									FOLGA									
08/seg	06:58	12:03	13:05	19:04									0030					
09/ter									FOLGA									
10/qua	07:06	12:17	13:25	19:06					ATRASO				0030				00:23	00:31
11/qui									FOLGA									
12/sex	07:06	12:24	13:28	19:04					ATRASO				0030				00:28	00:34
13/sáb									FOLGA									
14/dom	07:01	12:30	13:30	19:02					ATRASO				0030				00:32	00:31
15/seg									FOLGA									
16/ter	07:02	12:10	13:11	19:12					ATRASO				0030				00:22	00:13
17/qua									FOLGA									
18/qui	07:11	12:30	13:36	19:00					ATRASO				0030	13:37	D	Batimento desconsiderado	00:30	00:47
19/sex									FOLGA									
20/sáb	06:57	12:09	13:10	19:02					ATRASO				0030				00:14	00:10
21/dom									FOLGA									
22/seg	06:57	12:35	13:39	19:03					ATRASO				0030				00:41	00:39
23/ter									FOLGA									
24/qua	06:55	12:37	13:37	19:02					DIA DE SÃO JOÃO ATRASO				0030				00:44	00:37
25/qui									FOLGA									
26/sex	07:03	12:35	13:36	19:01					ATRASO				0030				00:36	00:39
27/sáb									FOLGA									
28/dom	07:03	12:01	13:02	19:01									0030					
29/seg									FOLGA									
30/ter	07:05	12:42	13:42	19:09					ATRASO				0030				00:51	00:47
									Totais								06:34	06:47

Horário

1ª Jornada	07:00	12:00
2ª Jornada	13:00	19:00

Horas extras por evento:

Banco de horas

Saldo anterior	-05:08
Crédito banco de horas	06:34
Débito banco de horas	-06:47
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	-00:13
Saldo atual	-05:21

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 0e16d23

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:43:46

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/06/2020 à 30/06/2020

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 0e16d23

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:43:10

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/05/2020 à 31/05/2020

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/sex	07:01	12:08	13:10	19:12					DIA DO TRABALHO ATRASO				0030				00:20	00:11
02/sáb									FOLGA									
03/dom	07:03	13:03	14:03	19:01					ATRASO				0030				01:04	01:06
04/seg									FOLGA									
05/ter	06:46	12:00	13:03	19:00									0030				00:14	
06/qua									FOLGA									
07/qui	06:57	12:23	13:24	19:20					ATRASO				0030				00:46	00:24
08/sex									FOLGA									
09/sáb	07:03	13:00	14:01	19:09					ATRASO				0030				01:09	01:04
10/dom	07:16								FOLGA									
11/seg									BANCO DE HORAS DÉBITO (09:00)				0030					11:00
12/ter									FOLGA									
13/qua	06:59	12:08	13:20	19:13					ATRASO				0030				00:22	00:20
14/qui									FOLGA									
15/sex	07:04	12:11	13:06	19:05					ATRASO				0030				00:16	00:06
16/sáb									FOLGA									
17/dom	06:47	12:00	13:00	19:05									0030				00:18	
18/seg									FOLGA									
19/ter	07:03	12:06	13:07	19:01					ATRASO				0030	13:08	D	Batimento desconsiderado	00:06	00:07
20/qua									FOLGA									
21/qui	07:02	12:28	13:29	19:09					ATRASO				0030				00:37	00:31
22/sex									FOLGA									
23/sáb	07:11	12:03	13:03	19:10					ATRASO				0030				00:13	00:14
24/dom									FOLGA									
25/seg	07:06	12:23	13:26	19:09					ATRASO				0030	07:07	D	Batimento desconsiderado	00:32	00:32
26/ter									FOLGA									
27/qua	07:05	12:00	13:04	19:06									0030				00:06	
28/qui									FOLGA									
29/sex	07:00	12:03	13:04	19:00									0030					
30/sáb									FOLGA									
31/dom	07:14	12:00	13:01	19:01					ATRASO				0030					00:15
									Totais								06:03	15:50

Horário

1ª Jornada	07:00	12:00
2ª Jornada	13:00	19:00

Horas extras por evento:

Banco de horas

Saldo anterior	04:39
Crédito banco de horas	06:03
Débito banco de horas	-15:50
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	-09:47
Saldo atual	-05:08

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 0e16d23

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:43:11

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/05/2020 à 31/05/2020

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 0e16d23

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:42:31

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/04/2020 à 30/04/2020

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/qua	06:56	11:52	12:52	19:00					ATRASO				0321				01:12	01:08
02/qui									FOLGA									
03/sex	06:53	11:51	12:53	19:10					ATRASO				0321				01:24	01:09
04/sáb									FOLGA									
05/dom	06:48	12:14	13:14	19:00					ATRASO				0321				00:58	00:46
06/seg									FOLGA									
07/ter	06:47	12:00	13:00	19:13					ATRASO				0321				01:26	01:00
08/qua									FOLGA									
09/qui	07:03	12:50	13:44	19:15					ATRASO				0321				00:31	00:13
10/sex									SEXTA-FEIRA SANTA FOLGA									
11/sáb	07:18	12:02	13:10	19:04					ATRASO				0321				00:54	01:16
12/dom	06:57	12:15	13:16	17:06					FOLGA BANCO DE HORAS CRÉDITO (07:08)								09:08	
13/seg	07:15	11:44	12:47	19:02					ATRASO				0321				01:15	01:31
14/ter									FOLGA									
15/qua	07:07	12:00	13:02	19:05					ATRASO				0321				01:03	01:07
16/qui	06:45	12:00	13:00	19:00					FOLGA HORA EXTRA AUTORIZADA PELO GESTOR (02:00)	11:15								
17/sex	06:50	12:00	13:00	19:14					ATRASO				0321				01:24	01:00
18/sáb									FOLGA									
19/dom	07:18	13:04	14:05	19:00					ATRASO				0321					00:23
20/seg									FOLGA									
21/ter	07:00	12:01	13:03	19:01					21 DE ABRIL TIRADENTES ATRASO				0321				00:58	00:59
22/qua	07:03	12:00	13:00	19:00					FOLGA HORA EXTRA AUTORIZADA PELO GESTOR (02:00)	10:57								
23/qui	06:50	12:00	13:04	19:00					ATRASO				0321				01:06	01:00
24/sex									FOLGA									
25/sáb	07:22	12:10	13:07	19:01					ATRASO				0321	13:08	D	Batimento desconsiderado	00:54	01:12
26/dom	07:04	12:37							FOLGA BANCO DE HORAS CRÉDITO (03:33)								05:33	
27/seg	06:42	11:42	12:43	19:01					ATRASO				0321				01:36	01:18
28/ter									FOLGA									
29/qua	06:47	12:10	13:15	19:00					ATRASO				0321				00:58	00:50
30/qui									FOLGA									

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 0e16d23

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:42:31

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/04/2020 à 30/04/2020

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
									Totais	22:12							30:20	14:52

Horário

1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	19:00

Horas extras por evento:

HORAS EXTRAS 100% 22:12

Banco de horas

Saldo anterior	-10:49
Crédito banco de horas	30:20
Débito banco de horas	-14:52
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	15:28
Saldo atual	04:39

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 0e16d23

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:40:49

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/03/2020 à 31/03/2020

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/dom									FOLGA									
02/seg	07:06	13:21	14:20	19:05					ATRASO				0321				00:26	00:26
03/ter									FOLGA									
04/qua	06:56	13:29	14:32	19:00					ATRASO				0321				00:33	00:32
05/qui									FOLGA									
06/sex	06:40	12:09	13:10	19:04					DATA MAGNA DE PE ATRASO				0321				01:14	00:51
07/sáb									FOLGA									
08/dom	07:02								Ativo(Doença (-15 dias))				0321					
09/seg									FOLGA									
10/ter	06:50	13:15	14:15	19:07					ATRASO				0321				00:32	00:15
11/qua									FOLGA									
12/qui	07:01								BANCO DE HORAS DÉBITO (09:00)				0321					11:00
13/sex									FOLGA									
14/sáb	06:48	13:10	14:13	19:09					ATRASO				0321				00:31	00:13
15/dom									FOLGA									
16/seg	06:56	13:00	14:01	19:11									0321				00:15	
17/ter									FOLGA									
18/qua	07:03	11:33	12:37	19:06					ATRASO				0321				01:29	01:30
19/qui									FOLGA									
20/sex	06:55	11:50	12:48	19:01					ATRASO				0321				01:18	01:10
21/sáb									FOLGA									
22/dom	07:04	11:44	12:48	19:00					ATRASO				0321				01:12	01:20
23/seg									FOLGA									
24/ter	06:47	11:44	12:48	19:02					ATRASO				0321				01:27	01:16
25/qua									FOLGA									
26/qui	06:53	11:43	12:44	19:06					ATRASO				0321				01:29	01:17
27/sex									FOLGA									
28/sáb	07:03	12:00	13:01	19:12					ATRASO				0321				01:11	01:03
29/dom									FOLGA									
30/seg	07:02	11:53	12:53	19:03					ATRASO				0321				01:10	01:09
31/ter									FOLGA									
									Totais								12:47	22:02

Horário

1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	19:00

Horas extras por evento:

Banco de horas

Saldo anterior	-01:34
Crédito banco de horas	12:47
Débito banco de horas	-22:02
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	-09:15
Saldo atual	-10:49

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 0e16d23

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:40:49

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/03/2020 à 31/03/2020

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 0e16d23

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:40:08

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/02/2020 à 29/02/2020

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/sáb	07:00	12:05	13:05	19:20					ATRASO				0321				01:15	00:55
02/dom									FOLGA									
03/seg	06:50	13:16	14:17	19:14					ATRASO				0321				00:40	00:17
04/ter									FOLGA									
05/qua	07:03	13:21	14:23	19:11					ATRASO				0321				00:32	00:26
06/qui									FOLGA									
07/sex	07:01	13:04	14:04	19:07									0321				00:11	
08/sáb									FOLGA									
09/dom	07:03	12:04	13:04	19:06					ATRASO				0321				01:02	00:59
10/seg									FOLGA									
11/ter	07:09	13:11	14:17	19:15					ATRASO				0321				00:26	00:26
12/qua									FOLGA									
13/qui	07:00	13:18		19:15					BANCO DE HORAS DÉBITO (03:00)				0321				00:18	05:00
14/sex									FOLGA									
15/sáb	07:02	12:02	13:03	19:12					ATRASO				0321				01:09	01:00
16/dom									FOLGA									
17/seg									BANCO DE HORAS DÉBITO (09:00)				0321					11:00
18/ter									FOLGA									
19/qua	07:01	13:14	14:15	19:14					ATRASO				0321				00:28	00:16
20/qui									FOLGA									
21/sex	07:04	13:20	14:24	19:05					ATRASO				0321				00:25	00:28
22/sáb	06:56	12:04	13:04	19:00					FOLGA BANCO DE HORAS CRÉDITO (09:04)								11:04	
23/dom	07:08	12:00	13:01	19:12					ATRASO				0321				01:11	01:08
24/seg									FOLGA									
25/ter	06:52	13:01	14:01	19:03									0321				00:12	
26/qua									FOLGA									
27/qui	06:57	13:00	14:02	19:09									0321				00:12	
28/sex									FOLGA									
29/sáb	07:07	13:07		19:09					(JUSTIFICADO) (05:07)				0321				00:07	
									Totais								19:12	21:55

Horário

1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	19:00

Horas extras por evento:

Banco de horas

Saldo anterior	01:09
Crédito banco de horas	19:12
Débito banco de horas	-21:55
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	-02:43
Saldo atual	-01:34

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 0e16d23

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:40:09

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/02/2020 à 29/02/2020

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada									Quant.	Quant.	Quant.	Código	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Observações	Extra	Falta	Ad. Nt	Horário	Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 0e16d23
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25070815060322000000089102303?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25070815060322000000089102303

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:21:59

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/01/2019 à 31/01/2019

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/ter	07:15	12:26	13:34	19:00					CONFRATERNIZAÇÃO UNIVERSAL ATRASO				0321				00:26	00:49
02/qua									FOLGA									
03/qui	06:42	13:15	14:15	19:01					ATRASO				0321				00:34	00:15
04/sex									FOLGA									
05/sáb	06:51	11:11	12:19	19:00					ATRASO				0321				01:50	01:49
06/dom									FOLGA									
07/seg	06:44	13:15	14:15	19:00					ATRASO				0321				00:31	00:15
08/ter									FOLGA									
09/qua	06:53	13:15		19:01					(JUSTIFICADO) (05:00)				0321				00:22	
10/qui									FOLGA									
11/sex	07:14	13:07	14:07	19:00					ATRASO				0321				00:07	00:21
12/sáb									FOLGA									
13/dom	06:51	12:01	13:00	19:03					ATRASO				0321				01:12	00:59
14/seg									FOLGA									
15/ter	06:58	13:00	14:02	19:00									0321					
16/qua									FOLGA									
17/qui	06:51	13:14	14:14	19:02					ATRASO				0321				00:25	00:14
18/sex									FOLGA									
19/sáb	06:58	11:10	12:11	19:08					ATRASO				0321				01:59	01:50
20/dom									FOLGA									
21/seg	06:43	13:13	14:15	19:01					ATRASO				0321				00:31	00:15
22/ter									FOLGA									
23/qua	06:55	13:21	14:20	19:03					ATRASO				0321				00:29	00:20
24/qui									FOLGA									
25/sex	06:55	13:10	14:16	19:01					ATRASO				0321				00:16	00:16
26/sáb									FOLGA									
27/dom	07:02	12:05	13:05	19:01					ATRASO				0321				00:56	00:57
28/seg									FOLGA									
29/ter	06:50	13:21	14:23	19:00					ATRASO				0321				00:31	00:23
30/qua									FOLGA									
31/qui	06:52	13:00	14:00	19:01									0321				00:08	
									Totais								10:17	08:43

Horário

1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	19:00

Horas extras por evento:

Banco de horas

Saldo anterior	-04:26
Crédito banco de horas	10:17
Débito banco de horas	-08:43
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	01:34
Saldo atual	-02:52

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - b80f68b

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:21:59

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/01/2019 à 31/01/2019

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - b80f68b

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:38:29

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/12/2019 à 31/12/2019

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/dom	06:50	11:47							BANCO DE HORAS DÉBITO (04:13)				0321				00:10	06:13
02/seg									FOLGA									
03/ter	06:47	13:05	14:05	19:21									0321				00:39	
04/qua									FOLGA									
05/qui	06:57	13:10	14:14	19:14					ATRASO				0321				00:27	00:14
06/sex									FOLGA									
07/sáb	06:53	13:09	14:10	19:06					ATRASO				0321				00:22	00:10
08/dom									08 DE DEZEMBRO - DIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEICAO FOLGA									
09/seg	06:39	13:02	14:05	19:10									0321				00:33	
10/ter									FOLGA									
11/qua	06:58	13:02	14:02	19:11									0321				00:15	
12/qui									FOLGA									
13/sex	06:47	13:01	14:01	19:05									0321				00:19	
14/sáb									FOLGA									
15/dom	07:14	13:00	14:02	19:01					ATRASO				0321					00:16
16/seg									FOLGA									
17/ter	06:59	13:00	14:01	19:02									0321	19:03	D	Batimento desconsiderado		
18/qua									FOLGA									
19/qui	06:54	13:09	14:09	19:03					ATRASO				0321	06:55	D	Batimento desconsiderado	00:18	00:09
20/sex									FOLGA									
21/sáb	07:03	13:03	14:04	19:04									0321					
22/dom									FOLGA									
23/seg	06:49	13:17	14:17	19:15					ATRASO				0321				00:43	00:17
24/ter									FOLGA									
25/qua	07:19	13:01	14:08	19:01					DIA DE NATAL ATRASO				0321					00:27
26/qui									FOLGA									
27/sex	06:40	13:08	14:08	19:12					ATRASO				0321				00:40	00:08
28/sáb									FOLGA									
29/dom	06:55	13:10	14:10	19:00					ATRASO				0321				00:15	00:10
30/seg									FOLGA									
31/ter	06:59	13:01	14:03	19:08									0321	19:09	D	Batimento desconsiderado	00:08	
									Totais								04:49	08:04

Horário

1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	19:00

Horas extras por evento:

Banco de horas

Saldo anterior	-08:03
Crédito banco de horas	04:49
Débito banco de horas	-08:04
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	-03:15
Saldo atual	-11:18

* Batimento tratado pelo usuário

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - b80f68b

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:38:29

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/12/2019 à 31/12/2019

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - b80f68b

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:37:44

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/11/2019 à 30/11/2019

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/sex	06:59	13:01	14:02	19:05									0321					
02/sáb									DIA DE FINADO FOLGA									
03/dom	07:03	13:02	14:03	19:01									0321					
04/seg									FOLGA									
05/ter	06:41	13:01	14:01	19:04									0321				00:24	
06/qua									FOLGA									
07/qui	06:44	13:04	14:06	19:03					ATRASO				0321				00:23	00:06
08/sex									FOLGA									
09/sáb	07:04	13:05	14:05	19:02									0321					
10/dom									FOLGA									
11/seg	06:45	13:04	14:03	19:00									0321				00:19	
12/ter									FOLGA									
13/qua	06:41	13:04	14:03	19:08									0321				00:31	
14/qui									FOLGA									
15/sex	07:06	13:07	14:06	19:00					PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA ATRASO				0321				00:07	00:12
16/sáb									FOLGA									
17/dom	06:51	13:03	14:03	19:00									0321				00:12	
18/seg									FOLGA									
19/ter	06:44	13:18	14:18	19:02					ATRASO				0321				00:36	00:18
20/qua									FOLGA									
21/qui	06:44	13:04	14:04	19:05									0321				00:25	
22/sex									FOLGA									
23/sáb	06:36	13:01	14:01	19:04									0321				00:29	
24/dom									FOLGA									
25/seg	06:46	13:19	14:19	19:00					ATRASO				0321				00:33	00:19
26/ter									FOLGA									
27/qua	07:04	13:02	14:04	19:08									0321				00:08	
28/qui									FOLGA									
29/sex	06:42	13:02	14:02	19:10									0321				00:30	
30/sáb									FOLGA									
									Totais								04:37	00:55

Horário

1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	19:00

Horas extras por evento:

Banco de horas

Saldo anterior	-08:03
Crédito banco de horas	00:00
Débito banco de horas	00:00
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	00:00
Saldo atual	-08:03

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - b80f68b

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:37:45

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/11/2019 à 30/11/2019

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - b80f68b

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:37:06

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/10/2019 à 31/10/2019

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/ter									Ativo(Férias)									
02/qua	07:10	13:22	14:21	19:12					ATRASO				0321				00:34	00:31
03/qui									FOLGA									
04/sex	07:12	13:17	14:19	19:11					ATRASO				0321	19:12	D	Batimento desconsiderado	00:28	00:31
05/sáb									FOLGA									
06/dom	07:09	12:01	13:01	19:04					ATRASO				0321				01:03	01:08
07/seg									FOLGA									
08/ter	06:46	13:20	14:37	19:08					ATRASO				0321				00:42	00:37
09/qua									FOLGA									
10/qui	06:54	13:16	14:17	19:09					ATRASO				0321				00:31	00:17
11/sex									FOLGA									
12/sáb	06:52	12:03	13:05	19:00					NOSSA SENHORA APARECIDA ATRASO				0321				01:03	00:57
13/dom									FOLGA									
14/seg	06:51	13:10	14:10	19:04					ATRASO				0321				00:23	00:10
15/ter									FOLGA									
16/qua	06:48	13:00	14:01	19:08									0321				00:20	
17/qui									FOLGA									
18/sex	06:42	13:05	14:05	19:03									0321				00:26	
19/sáb									FOLGA									
20/dom	06:56	12:00	13:04	19:06					ATRASO				0321				01:06	01:00
21/seg									FOLGA									
22/ter	07:08	13:04	14:05	19:03					ATRASO				0321					00:13
23/qua									FOLGA									
24/qui	06:42	13:06	14:08	19:06					ATRASO				0321				00:30	00:08
25/sex									FOLGA									
26/sáb	06:53	13:02	14:03	16:48					BANCO DE HORAS DÉBITO (00:15)				0321				00:07	02:15
27/dom									FOLGA									
28/seg	06:46	13:02	14:03	19:09									0321				00:25	
29/ter									FOLGA									
30/qua	07:18	13:03	14:04	19:05					ATRASO				0321					00:22
31/qui									FOLGA									
									Totais								07:38	08:09

Horário

1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	19:00

Horas extras por evento:

Banco de horas

Saldo anterior	-07:32
Crédito banco de horas	07:38
Débito banco de horas	-08:09
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	-00:31
Saldo atual	-08:03

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - b80f68b

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:37:06

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/10/2019 à 31/10/2019

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - b80f68b

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:35:52

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/09/2019 à 30/09/2019

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/dom									FOLGA									
02/seg									Ativo(Férias)									
03/ter									Ativo(Férias)									
04/qua									Ativo(Férias)									
05/qui									Ativo(Férias)									
06/sex									Ativo(Férias)									
07/sáb									INDEPENDÊNCIA DO BRASIL Ativo(Férias)									
08/dom									Ativo(Férias)									
09/seg									Ativo(Férias)									
10/ter									Ativo(Férias)									
11/qua									Ativo(Férias)									
12/qui									Ativo(Férias)									
13/sex									Ativo(Férias)									
14/sáb									Ativo(Férias)									
15/dom									Ativo(Férias)									
16/seg									Ativo(Férias)									
17/ter									Ativo(Férias)									
18/qua									Ativo(Férias)									
19/qui									Ativo(Férias)									
20/sex									Ativo(Férias)									
21/sáb									Ativo(Férias)									
22/dom									Ativo(Férias)									
23/seg									Ativo(Férias)									
24/ter									Ativo(Férias)									
25/qua									Ativo(Férias)									
26/qui									Ativo(Férias)									
27/sex									Ativo(Férias)									
28/sáb									Ativo(Férias)									
29/dom									Ativo(Férias)									
30/seg									Ativo(Férias)									
									Totais									

Horário	Horas extras por evento:	Banco de horas	
		Saldo anterior	-07:32
		Crédito banco de horas	00:00
		Débito banco de horas	00:00
		Horas env. para Folha**	00:00
		Saldo mensal**	00:00
		Saldo atual	-07:32

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - b80f68b

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:35:52

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/09/2019 à 30/09/2019

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - b80f68b

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:34:51

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/08/2019 à 31/08/2019

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/qui	06:52	13:18	14:21	19:05					ATRASO				0321				00:31	00:21
02/sex									FOLGA									
03/sáb	06:49	13:01	14:04	19:00									0321				00:12	
04/dom									FOLGA									
05/seg	06:50	13:01	14:08	19:02					ATRASO				0321				00:13	00:08
06/ter									FOLGA									
07/qua	06:56	13:16	14:19	19:05					ATRASO				0321				00:25	00:19
08/qui									FOLGA									
09/sex	07:01	13:15	14:15	18:41					ATRASO				0321				00:15	00:35
10/sáb									FOLGA									
11/dom	06:58	12:23	13:23	19:00					ATRASO				0321				00:39	00:37
12/seg									FOLGA									
13/ter	06:49	13:18	14:18	19:01					ATRASO				0321				00:30	00:18
14/qua									FOLGA									
15/qui	06:59	13:15	14:16	19:07					ATRASO				0321				00:23	00:16
16/sex									FOLGA									
17/sáb	07:02		13:33						BANCO DE HORAS DÉBITO (09:00)				0321					11:00
18/dom									FOLGA									
19/seg	06:51	13:15	14:14	19:03					ATRASO				0321				00:27	00:14
20/ter									FOLGA									
21/qua	06:53	13:00		19:00					BANCO DE HORAS DÉBITO (03:00)				0321				00:07	05:00
22/qui									FOLGA									
23/sex	06:56	13:21	14:23	19:03					ATRASO				0321				00:28	00:23
24/sáb									FOLGA									
25/dom	06:54	12:02	13:02	19:00					ATRASO				0321				01:04	00:58
26/seg									FOLGA									
27/ter	07:07	13:14	14:14	19:00					ATRASO				0321				00:14	00:21
28/qua									FOLGA									
29/qui	06:59	13:19	14:21	19:04					ATRASO				0321				00:24	00:21
30/sex									FOLGA									
31/sáb	07:00	12:03	13:02	19:09					ATRASO				0321				01:07	00:57
									Totais								06:59	21:48

Horário

1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	19:00

Horas extras por evento:

Banco de horas

Saldo anterior	07:17
Crédito banco de horas	06:59
Débito banco de horas	-21:48
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	-14:49
Saldo atual	-07:32

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - b80f68b

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:34:51

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/08/2019 à 31/08/2019

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - b80f68b

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:33:11

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/07/2019 à 31/07/2019

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/seg	08:14	13:16	14:18	19:01					FOLGA BANCO DE HORAS CRÉDITO (07:45)								09:45	
02/ter	07:59	13:01	14:02	19:01					ATRASO				0321	14:03	D	Batimento desconsiderado		01:01
03/qua									FOLGA									
04/qui	06:42	13:14	14:14	19:01					ATRASO				0321				00:33	00:14
05/sex									FOLGA									
06/sáb	07:08								BANCO DE HORAS DÉBITO (09:00)				0321					11:00
07/dom									FOLGA									
08/seg	06:41	13:03	14:03	19:00									0321				00:22	
09/ter									FOLGA									
10/qua	06:54	13:12	14:15	19:04					ATRASO				0321				00:22	00:15
11/qui									FOLGA									
12/sex	06:56	13:09	14:09						BANCO DE HORAS DÉBITO (03:00)				0321				00:13	05:00
13/sáb									FOLGA									
14/dom	06:44	13:01	14:01	19:06									0321				00:23	
15/seg									FOLGA									
16/ter	06:42	12:13	13:14	19:00					PADROEIRA DO RECIFE ATRASO				0321				01:04	00:47
17/qua									FOLGA									
18/qui	06:48	13:11	14:11	19:01					ATRASO				0321				00:24	00:11
19/sex	06:49	13:18	14:18	17:08					FOLGA BANCO DE HORAS CRÉDITO (07:19)								09:19	
20/sáb	06:49	13:00	14:00	19:00									0321				00:11	
21/dom									FOLGA									
22/seg	06:46	13:18	14:18	19:04					ATRASO				0321				00:36	00:18
23/ter									FOLGA									
24/qua	06:48	13:14	14:15	19:00					ATRASO				0321				00:26	00:15
25/qui									FOLGA									
26/sex	06:55	13:06	14:07	19:02					ATRASO				0321				00:13	00:07
27/sáb									FOLGA									
28/dom	06:48	13:00	14:00	19:00									0321				00:12	
29/seg									FOLGA									
30/ter	06:45	13:11	14:12	19:00					ATRASO				0321				00:26	00:12
31/qua									FOLGA									

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - b80f68b

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:33:11

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/07/2019 à 31/07/2019

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
									Totais								24:29	19:20

Horário

1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	19:00

Horas extras por evento:

Banco de horas

Saldo anterior	02:08
Crédito banco de horas	24:29
Débito banco de horas	-19:20
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	05:09
Saldo atual	07:17

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - b80f68b

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:32:28

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/06/2019 à 30/06/2019

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/sáb									FOLGA (LIBERADO PELA EMPRESA) (08:00)				0026					
02/dom									FOLGA									
03/seg	09:40	13:20	14:22	19:07					ATRASO				0401				00:47	00:22
04/ter	09:46	13:21	14:22	19:05					ATRASO				0401				00:40	00:22
05/qua	09:40	13:14	14:18	19:10					ATRASO				0401				00:44	00:18
06/qui	10:46	13:22	14:22	19:00					ATRASO				0401				00:22	01:08
07/sex	09:42	13:26	14:26	19:05					ATRASO				0401				00:49	00:26
08/sáb	07:03	12:50	13:50	19:05					BANCO DE HORAS CRÉDITO (02:55)				0026				04:55	01:53
09/dom									FOLGA									
10/seg	09:41	13:20	14:24	19:01					ATRASO				0401				00:40	00:24
11/ter		11:52		19:00					BANCO DE HORAS DÉBITO (06:00)				0401					08:00
12/qua	09:42	13:21	14:21	19:05					ATRASO				0401				00:44	00:21
13/qui	09:42	13:19	14:21	15:31					BANCO DE HORAS DÉBITO (01:50)				0401				00:37	03:50
14/sex	09:43	13:19	14:29	19:03					ATRASO				0401				00:39	00:29
15/sáb									FOLGA (LIBERADO PELA EMPRESA) (08:00)				0026					
16/dom									FOLGA									
17/seg	10:14	13:21	14:25	19:00					ATRASO				0401				00:21	00:39
18/ter	09:47	13:26	14:26	19:08					ATRASO				0401				00:47	00:26
19/qua	09:58	13:17	14:17	19:01					ATRASO				0401				00:20	00:17
20/qui	09:47	13:10	14:10	19:07					ATRASO				0401				00:30	00:10
21/sex	09:43	13:13	14:13	19:04					BANCO DE HORAS DÉBITO (01:13)				0401				00:34	00:13
22/sáb									BANCO DE HORAS DÉBITO (06:00)				0026					08:00
23/dom									FOLGA									
24/seg									DIA DE SÃO JOÃO FOLGA									
25/ter	09:06	13:19	14:18	19:06					ATRASO				0401				01:19	00:18
26/qua	08:22	13:23	14:23	19:12					BANCO DE HORAS CRÉDITO (00:13)				0401				02:13	00:23
27/qui	08:45	13:10	14:14	19:03					ATRASO				0401				01:28	00:14
28/sex	08:52	13:03	14:04	18:25					ATRASO				0401	08:53	D	Batimento desconsiderado	01:11	00:39
29/sáb	06:53			14:27					ATRASO				0026				01:07	01:33
30/dom									FOLGA									

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - b80f68b

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:32:28

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/06/2019 à 30/06/2019

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
									Totais								20:47	30:25

Horário

1ª Jornada	10:00	13:00
2ª Jornada	14:00	19:00
1ª Jornada	07:00	11:00
2ª Jornada	12:00	16:00

Horas extras por evento:

Banco de horas

Saldo anterior	11:46
Crédito banco de horas	20:47
Débito banco de horas	-30:25
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	-09:38
Saldo atual	02:08

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - b80f68b

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:30:10

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/05/2019 à 31/05/2019

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/qua									DIA DO TRABALHO FOLGA									
02/qui	06:52	13:00	14:00	17:04									3941				00:12	
03/sex	06:42	13:07	14:09	17:09					ATRASO				1782	14:10	D	Batimento desconsiderado	01:34	00:09
04/sáb									FOLGA									
05/dom									FOLGA									
06/seg	06:41	13:01	14:02	17:10									3941				00:30	
07/ter	06:50	13:02	14:02	17:05									3941				00:17	
08/qua	06:43	13:00	14:00	17:30									3941				00:47	
09/qui	06:41	13:02	14:02	18:10									3941				01:31	
10/sex	06:47	13:10	14:09	17:00					ATRASO				1782				01:23	00:09
11/sáb									FOLGA									
12/dom									FOLGA									
13/seg	06:41	13:15	14:15	17:16					BANCO DE HORAS DÉBITO (04:15)				3941				00:50	00:15
14/ter	06:49	13:20	14:18	17:41					ATRASO				3941				01:12	00:18
15/qua	06:44	13:18	14:22	17:23					ATRASO				3941				00:57	00:22
16/qui	06:50	13:11	14:11	17:04					ATRASO				3941				00:25	00:11
17/sex	06:41	13:20	14:26	16:34					ATRASO				1782				01:13	00:26
18/sáb									FOLGA									
19/dom									FOLGA									
20/seg	06:42	13:11	14:11	17:21					ATRASO				3941				00:50	00:11
21/ter	06:54	13:10							BANCO DE HORAS DÉBITO (01:00)				3941				00:16	03:00
22/qua	07:06	13:23	14:24	17:23					ATRASO				3941				00:46	00:30
23/qui	06:42	13:22	14:25	17:50					ATRASO				3941				01:30	00:25
24/sex	06:50	13:09	14:11	17:01					ATRASO				1782				01:20	00:11
25/sáb									FOLGA									
26/dom									FOLGA									
27/seg	06:49	13:16	14:19	17:31					ATRASO				3941				00:58	00:19
28/ter	06:44	13:13	14:13	17:37					ATRASO				3941				01:06	00:13
29/qua	06:45			17:16									3941				01:31	
30/qui	06:46	13:12	14:12	17:34					ATRASO				3941	13:13	D	Batimento desconsiderado	01:00	00:12
31/sex	06:52	13:11	14:11	16:28					ATRASO				1782				00:47	00:11
									Totais								20:55	07:02

Horário

1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	17:00
1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	16:00

Horas extras por evento:

Banco de horas

Saldo anterior	-02:07
Crédito banco de horas	20:55
Débito banco de horas	-07:02
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	13:53
Saldo atual	11:46

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - b80f68b

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:30:10

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/05/2019 à 31/05/2019

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - b80f68b

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:28:43

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/04/2019 à 30/04/2019

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/seg	06:52	13:18	14:19	19:02					ATRASO				0321				00:28	00:19
02/ter									FOLGA									
03/qua	06:55	13:11	14:14	19:05					ATRASO				0321				00:21	00:14
04/qui									FOLGA									
05/sex	06:55	13:27	14:28	19:01					ATRASO				0321				00:33	00:28
06/sáb	06:57	16:06							FOLGA BANCO DE HORAS CRÉDITO (07:09)								09:09	
07/dom	06:51	13:00	14:00	19:03									0321				00:12	
08/seg									FOLGA									
09/ter	06:49	13:00	14:03	19:05									0321				00:16	
10/qua									FOLGA									
11/qui	06:52	13:13	14:17	19:02					ATRASO				0321				00:23	00:17
12/sex									FOLGA									
13/sáb	06:57	12:03	13:02	19:04					ATRASO				0321				01:05	00:57
14/dom									FOLGA									
15/seg	06:50	13:26	14:34	19:07					ATRASO				0321				00:43	00:34
16/ter									FOLGA									
17/qua	06:55	13:00	14:00	19:00									0321					
18/qui									FOLGA									
19/sex	06:51	12:04	13:05	19:00					SEXTA FEIRA SANTA ATRASO				0321				01:04	00:56
20/sáb	06:57								FOLGA									
21/dom	06:48	12:04	13:14	19:01					21 DE ABRIL TIRADENTES ATRASO				0321				00:59	00:56
22/seg									FOLGA									
23/ter	06:41	13:02	14:04	19:02									0321				00:23	
24/qua									FOLGA									
25/qui	06:50	13:19	14:19	19:03					ATRASO				0321				00:32	00:19
26/sex									FOLGA									
27/sáb	06:51	13:00	14:00	17:45					ATRASO				0321				00:09	01:15
28/dom									FOLGA									
29/seg									BANCO DE HORAS DÉBITO (09:00)				0321					11:00
30/ter									FOLGA									
									Totais								16:17	17:15

Horário

1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	19:00

Horas extras por evento:

Banco de horas

Saldo anterior	-01:09
Crédito banco de horas	16:17
Débito banco de horas	-17:15
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	-00:58
Saldo atual	-02:07

* Batimento tratado pelo usuário

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - b80f68b

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:28:44

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/04/2019 à 30/04/2019

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - b80f68b

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:26:58

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/03/2019 à 31/03/2019

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/sex									FOLGA									
02/sáb	06:48	13:02	14:08	19:04					ATRASO				0321	13:03	D	Batimento desconsiderado	00:18	00:08
03/dom	07:03	13:04	14:07	19:01					FOLGA BANCO DE HORAS CRÉDITO (08:55)								10:55	
04/seg									BANCO DE HORAS DÉBITO (09:00)				0321					11:00
05/ter									FOLGA									
06/qua	06:52	13:02	14:41	19:04					DATA MAGNA DE PE ATRASO				0321				00:14	00:41
07/qui									FOLGA									
08/sex	06:57	13:01	14:02	19:01									0321					
09/sáb									FOLGA									
10/dom	06:55	13:04	14:06	19:02					ATRASO				0321				00:11	00:06
11/seg									FOLGA									
12/ter	06:50	13:20	14:20	19:00					ATRASO				0321				00:30	00:20
13/qua									FOLGA									
14/qui	06:57	13:00	14:00	19:04									0321					
15/sex									FOLGA									
16/sáb	07:07	13:00	14:00	19:00					ATRASO				0321					00:07
17/dom									FOLGA									
18/seg	06:57	13:18	14:18	19:04					ATRASO				0321				00:25	00:18
19/ter									FOLGA									
20/qua	07:02	13:17	14:26	19:04					ATRASO				0321				00:21	00:28
21/qui									FOLGA									
22/sex	06:56	13:15	14:15	19:00					ATRASO				0321				00:19	00:15
23/sáb									FOLGA									
24/dom	07:00	13:02	14:02	19:00									0321					
25/seg									FOLGA									
26/ter	06:51	13:01	14:02	19:00									0321				00:09	
27/qua									FOLGA									
28/qui	06:58	13:15	14:14	19:06					ATRASO				0321				00:23	00:14
29/sex									FOLGA									
30/sáb	06:59	13:00	14:03	19:05									0321					
31/dom									FOLGA									
									Totais								13:45	13:37

Horário

1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	19:00

Horas extras por evento:

Banco de horas

Saldo anterior	-01:17
Crédito banco de horas	13:45
Débito banco de horas	-13:37
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	00:08
Saldo atual	-01:09

* Batimento tratado pelo usuário

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - b80f68b

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:26:58

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/03/2019 à 31/03/2019

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant.	Quant.	Quant.	Código	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída		Extra	Falta	Ad. Nt	Horário	Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito

** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - b80f68b

ESPELHO DE PONTO

Emissão: 07/07/2025 11:26:04

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Matrícula: 004689 | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CPF: 800.381.314-04

Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Crachá: | Carteira de trabalho: 078652 | Série: 0079 | Admissão: 10/01/2015 | Período: 01/02/2019 à 28/02/2019

Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/sex									FOLGA									
02/sáb	06:58	12:09	13:11	19:00					ATRASO				0321				00:51	00:51
03/dom									FOLGA									
04/seg	06:56	13:20	14:19	19:01					ATRASO				0321				00:25	00:19
05/ter									FOLGA									
06/qua	06:55	13:09	14:15	19:02					ATRASO				0321				00:16	00:15
07/qui									FOLGA									
08/sex	06:50	13:11	14:12	19:01					ATRASO				0321				00:22	00:12
09/sáb									FOLGA									
10/dom	06:44	12:05	13:08	19:00					ATRASO				0321				01:08	00:55
11/seg									FOLGA									
12/ter	06:42	13:22	14:21	19:03					ATRASO				0321				00:43	00:21
13/qua									FOLGA									
14/qui	06:47	13:20	14:23	19:01					ATRASO				0321				00:34	00:23
15/sex									FOLGA									
16/sáb	07:11	13:00	14:11	19:00					ATRASO				0321					00:22
17/dom									FOLGA									
18/seg	06:49	13:19	14:19	19:05					ATRASO				0321				00:35	00:19
19/ter									FOLGA									
20/qua	06:51	13:16	14:16	19:01					ATRASO				0321				00:26	00:16
21/qui									FOLGA									
22/sex	06:57	13:13	14:12	19:02					ATRASO				0321				00:18	00:12
23/sáb									FOLGA									
24/dom	07:31	12:10	13:10						(JUSTIFICADO) (06:21)				0321					
25/seg									FOLGA									
26/ter	06:51	13:13	14:13	19:00					ATRASO				0321				00:22	00:13
27/qua									FOLGA									
28/qui	06:49	13:14	14:13	19:01					ATRASO				0321				00:26	00:13
									Totais								06:26	04:51

Horário

1ª Jornada	07:00	13:00
2ª Jornada	14:00	19:00

Horas extras por evento:

Banco de horas

Saldo anterior	-02:52
Crédito banco de horas	06:26
Débito banco de horas	-04:51
Horas env. para Folha**	00:00
Saldo mensal**	01:35
Saldo atual	-01:17

* Batimento tratado pelo usuário
** Total de créditos - total de débitos do período
*** Total de créditos - total de débitos gerados pelas modificações de usuário em dias com pagamento

Confirmo a frequência _____ / _____ / _____

Assinatura

Em conformidade com portaria Nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009

18.1.2 Build 6 Produção (rh3)

Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - b80f68b
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25070815060610000000089102305?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25070815060610000000089102305

REGISTRO DE EMPREGADOS

(MTE Portaria N° 41 de 28/03/2007)

Empresa	HOSPITAL SANTO AMARO			CNPJ	CNPJ: 10.869.782/0004-04
Endereço	AV CRUZ CABUGA, N° 1563			Complemento	
Bairro	SANTO AMARO			Cód. Municipal	261160
Cidade	RECIFE	UF	PE	CEP	50.040-000
Emissão	16/03/2015				

N° de ordem	Nome	Sexo
004689	MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS	Feminino

Endereço	Bairro	Cidade	UF	CEP
Rua RUA JOAO PESSOA, N° 115	SANTO AMARO	Recife	PE	50.110-745

Filiação	
Pai	
Mãe	JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS

Dados pessoais		Dados contratuais			
Estado civil	Solteiro	Departamento	08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA		
Telefone	(81) 3231--2095	Cargo	3158 - AUX DE CONS. E LIMPEZA		
Nascimento	21/3/1977	Vínculo	10 - Trabalhador urbano vinculado a pessoa jurídica		
Naturalidade	Recife - PE	Data opção FGTS	10/1/2015		
Nacionalidade	10 - Brasileira	Situação	Ativo		
Ano chegada		C.B.O.	5143-20 - Faxineiro		
Grau instrução	45 - Segundo grau completo	Banco / Agência	033 - BANCO SANTANDER / 4036		
R.	5.841.105 - SDS - 24/11/2010	Conta	0000000000-0	Admissão	10/1/2015
C.P.F.	800.381.314-04	Adiant. Salarial		Demissão	
CTPS / Série	078652 / 0079 - PE - 23/11/2010	Dep. sal. família		Causa	
Reservista		Dep. IRRF		Horário de trabalho	
PIS	16444147418	Mês Contr. Sindical	Março	Entrada	07:00
Título eleitor	075039090850 Zona: 004 Seção: 201	Carga horária	36,00	Intervalo	
Raça / Cor	Parda	Salário contratual	R$ 788,00	Saída	19:00
Def. física	Não possui	Pagamento	Por mês	Repouso	

Dependentes	Grau de parentesco	Nascimento	Sal. Família	IRRF	Inválido	Sexo

Férias concedidas		Alterações salariais			Alterações de cargo	
Período aquisitivo	Período de gozo	Data	Salário	Motivo	Data	Cargo

Alterações de Departamento	
Data	Departamento

Contribuições sindicais		
Mês / Ano	Sindicato	Valor

Anotações gerais

Maria Rita de Cassia

Assinatura do empregado

Assinatura do empregador

Visto do Ministério do Trabalho

8.0.1 Produção (rh3)

Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 643d509
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25070815113090900000089102912?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25070815113090900000089102912

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Emitido em: 05/12/2023
Página: 2 de 2

FICHA FINANCEIRA

Referência: 2023

Funcionário: 004689 - MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Salário: 1.348,20 | Admissão: 10/01/2015 | Rescisão: / / | Carga Horária: 180,00h | DEP.IR:
Departamento : 080902006001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CBO: 514320 | PIS: 16444147418 | CPF: 800.381.314-04 | CTPS: 078652 | Série: 0079 - PE | DEP.SF:

Evento	Descrição	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
	TOTAL DE DESCONTOS	**577,73**	**509,69**	**510,56**	**517,78**	**2.271,78**	**512,50**	**519,79**	**512,50**	**512,50**	**519,84**	**556,78**	**682,89**	**8.204,34**
	* Não contabiliza na totalização | ** Evento de adiantamento (Não contabiliza na totalização)													
CIRF	Compensação base IR férias	0,00	0,00	0,00	0,00	2.290,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.290,99
DESC	Total de descontos	577,73	509,69	510,56	517,78	2.271,78	512,50	519,79	512,50	512,50	519,84	556,78	1.505,64	9.027,09
FG13	Fundo de Garantia - 13° Sal.	0,00	0,00	0,00	0,00	65,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70,00	135,82
	REFERÊNCIA*	0,00	0,00	0,00	0,00	822,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	875,02	1.697,77
FGBA	Base de cálculo do FGTS	1.789,59	1.627,50	1.627,50	1.707,75	3.225,65	1.650,00	1.731,00	1.650,00	1.650,00	1.731,66	1.805,57	2.604,19	22.800,41
FGNO	FUNDO DE GARANTIA	143,17	130,21	130,21	136,63	192,24	132,01	138,49	132,01	132,01	138,53	144,44	138,33	1.688,28
	REFERÊNCIA*	1.789,59	1.627,50	1.627,50	1.707,75	2.402,90	1.650,00	1.731,00	1.650,00	1.650,00	1.731,66	1.805,57	1.729,17	21.102,64
IRB3	Base IR bruto - 13° Salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.697,77	1.697,77
IRBF	Base IR bruto - Férias	0,00	0,00	0,00	0,00	31,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31,21
IRBN	Base IR bruto	1.789,59	1.627,50	1.627,50	1.707,75	80,70	1.650,00	1.731,00	1.650,00	1.650,00	1.731,66	1.805,57	0,00	17.051,27
IRL3	Base IR líquido - 13° Salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.564,78	1.564,78
IRLF	Base IR líquido - Férias	0,00	0,00	0,00	0,00	31,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31,21
IRLN	Base IR líquido	1.648,06	1.500,56	1.500,56	1.573,59	0,00	1.521,30	1.595,01	1.521,30	1.521,30	1.595,62	1.662,87	0,00	15.640,17
PIS3	PIS/13º Salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16,97	16,97
	REFERÊNCIA*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.697,77	1.697,77
PISF	PIS/Férias	0,00	0,00	0,00	0,00	23,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23,22
	REFERÊNCIA*	0,00	0,00	0,00	0,00	2.322,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.322,20
PISN	PIS	17,89	16,27	16,27	17,07	0,80	16,50	17,31	16,50	16,50	17,31	18,05	17,29	187,76
	REFERÊNCIA*	1.789,59	1.627,50	1.627,50	1.707,75	80,70	1.650,00	1.731,00	1.650,00	1.650,00	1.731,66	1.805,57	1.729,17	18.780,44
PROV	Total de proventos	1.789,59	1.627,50	1.627,50	1.707,75	3.225,65	1.650,00	1.731,00	1.650,00	1.650,00	1.731,66	1.805,57	3.426,94	23.623,16
PS13	B. Prev. Social - 13° Salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.697,77	1.697,77
	REFERÊNCIA*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.697,77	1.697,77
PSFE	B. Prev. Social - Férias	0,00	0,00	0,00	0,00	2.322,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.322,20
	REFERÊNCIA*	0,00	0,00	0,00	0,00	2.322,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.322,20
PSNO	Base Previdência Social	1.789,59	1.627,50	1.627,50	1.707,75	80,70	1.650,00	1.731,00	1.650,00	1.650,00	1.731,66	1.805,57	1.729,17	18.780,44
	REFERÊNCIA*	1.789,59	1.627,50	1.627,50	1.707,75	80,70	1.650,00	1.731,00	1.650,00	1.650,00	1.731,66	1.805,57	1.729,17	18.780,44
SALF	Base salário-família	1.789,59	1.627,50	1.627,50	1.707,75	1.830,15	1.650,00	1.731,00	1.650,00	1.650,00	1.731,66	1.805,57	1.729,17	20.529,89
TLIQ	Total líquido	1.211,86	1.117,81	1.116,94	1.189,97	953,87	1.137,50	1.211,21	1.137,50	1.137,50	1.211,82	1.248,79	1.921,30	14.596,07
VLTR	Base Vale Transporte	1.302,00	1.302,00	1.302,00	1.302,00	0,00	1.320,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.528,00

Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - c59dd0b
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25070815113120400000089102913?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25070815113120400000089102913

HOSPITAL SANTO AMARO **CNPJ: 10.869.782/0004-04**

AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

Emitido em: 01/07/2025
Página: 1 de 2

FICHA FINANCEIRA

Referência: 2019

Funcionário: 004689 - MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Salário: 998,00 | Admissão: 10/01/2015 | Rescisão: / / | Carga Horária: 180,00h | DEP.IR:

Departamento : 080902006001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CBO: 514320 | PIS: 16444147418 | CPF: 800.381.314-04 | CTPS: 078652 | Série: 0079 - PE | DEP.SF:

Evento	Descrição	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
0001	SALARIO-BASE	998,00	998,00	998,00	998,00	998,00	998,00	998,00	998,00	33,27	964,73	998,00	998,00	10.978,00
0005	DIFERENCA DE SALARIO	20,00	29,76	0,00	14,88	14,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	79,52
0035	INSALUBRIDADE (20%)	199,60	199,60	199,60	199,60	0,00	199,60	199,60	199,60	0,22	186,52	199,60	199,60	1.983,14
0150	ADIANT. 13 SALARIO**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	598,80	0,00	0,00	0,00	598,80
0152	13 SALARIO (PARC.FINAL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	998,00	998,00
0200	FERIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.572,43	0,00	0,00	0,00	1.572,43
0201	1/3 FERIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	524,15	0,00	0,00	0,00	524,15
0202	FERIAS PROXIMO MES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54,22	0,00	0,00	0,00	54,22
0203	1/3 FERIAS PROXIMO MES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18,07	0,00	0,00	0,00	18,07
0206	DIFERENCA DE FERIAS	0,00	0,00	24,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24,37
0224	HORAS TRAB. NOS FERIADOS	58,83	0,00	58,45	122,88	0,00	0,00	62,49	0,00	0,00	61,49	60,50	58,61	483,25
0282	INSALUBRIDADE (40%) SM	0,00	0,00	0,00	0,00	399,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	399,20
9224	MEDIA H.TRAB. FERIADOS 13º	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40,27	40,27
9998	MEDIA INSALUBRIDADE 20% 13º	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	199,60	199,60
TOTAL DE VANTAGENS		**1.276,43**	**1.227,36**	**1.280,42**	**1.335,36**	**1.412,08**	**1.197,60**	**1.260,09**	**1.197,60**	**2.202,36**	**1.212,74**	**1.258,10**	**2.494,08**	**17.354,22**
** Evento de adiantamento (Não contabiliza na totalização)														
0508	REFEICAO (1%)	9,98	9,98	9,98	9,98	9,98	9,98	9,98	9,98	0,33	9,65	9,98	9,98	109,78
0510	I.N.S.S.	102,11	98,18	100,48	106,82	112,96	95,80	100,80	95,80	3,01	75,73	79,35	100,49	1.071,53
0512	I.N.S.S. S/ FERIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	188,69	0,00	0,00	0,00	188,69
0516	DIF. I.N.S.S. S/ FERIAS	0,00	0,00	1,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,95
0563	INSS S/FERIAS PROXIMO MES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,78	0,00	0,00	0,00	5,78
0582	TAXA ASSISTENCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45,00	45,00
0588	EMP. CONSIG. SANTANDER I	130,66	130,66	130,66	130,66	0,00	131,75	131,75	131,75	131,75	131,75	131,75	131,75	1.444,89
0602	DESC.1 PARC. 13 SALARIO**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	598,80	598,80
0656	LIQUIDO DE FERIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.842,65	0,00	0,00	0,00	1.842,65
0662	INSS S/13 SALARIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99,02	99,02
0668	INSS FERIAS MESES ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,78	0,00	0,00	5,78
0797	DESC. PAGTO INDEVIDO S/FERIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	266,13	266,13	0,00	532,26
TOTAL DE DESCONTOS		**242,75**	**238,82**	**243,07**	**247,46**	**122,94**	**237,53**	**242,53**	**237,53**	**2.172,21**	**489,04**	**487,21**	**386,24**	**5.347,33**
** Evento de adiantamento (Não contabiliza na totalização)														
CIRF	Compensação base IR férias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.168,87	0,00	0,00	0,00	2.168,87
DESC	Total de descontos	242,75	238,82	243,07	247,46	122,94	237,53	242,53	237,53	2.172,21	483,26	487,21	985,04	5.940,35
FG13	Fundo de Garantia - 13° Sal.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95,80	0,00	0,00	51,12	146,92
FGBA	Base de cálculo do FGTS	1.276,43	1.227,36	1.280,42	1.335,36	1.412,08	1.197,60	1.260,09	1.197,60	2.728,87	1.018,90	991,97	1.895,28	16.821,96
FGNO	FUNDO DE GARANTIA	202,62	98,18	303,38	106,82	224,74	95,80	100,80	191,61	340,81	81,51	79,35	200,99	2.026,61
IRB3	Base IR bruto - 13° Salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.237,87	1.237,87
IRBF	Base IR bruto - Férias	0,00	0,00	24,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.168,87	0,00	0,00	0,00	2.193,24
IRBN	Base IR bruto	1.276,43	1.227,36	1.256,05	1.335,36	1.412,08	1.197,60	1.260,09	1.197,60	33,49	1.212,74	1.258,10	1.256,21	13.923,11
IRL3	Base IR líquido - 13° Salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.237,48	1.237,48
IRLF	Base IR líquido - Férias	0,00	0,00	24,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.974,40	0,00	0,00	0,00	1.998,77
IRLN	Base IR líquido	1.174,32	1.129,18	1.155,57	1.228,54	1.299,12	1.101,80	1.159,29	1.101,80	30,48	870,88	912,62	1.155,72	12.319,32
PIS3	PIS/13º Salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12,36	12,36

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - c53dd55

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Emitido em: 01/07/2025
Página: 2 de 2

FICHA FINANCEIRA

Referência: 2019

Funcionário: 004689 - MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Salário: 998,00 | Admissão: 10/01/2015 | Rescisão: / / | Carga Horária: 180,00h | DEP.IR:
Departamento : 080902006001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CBO: 514320 | PIS: 16444147418 | CPF: 800.381.314-04 | CTPS: 078652 | Série: 0079 - PE | DEP.SF:

Evento	Descrição	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
PISF	PIS/Férias	0,00	0,00	0,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21,68	0,00	0,00	0,00	21,92
PISN	PIS	12,76	12,26	12,56	13,34	14,11	11,97	12,60	11,97	0,33	9,46	9,91	12,57	133,84
PROV	Total de proventos	1.276,43	1.227,36	1.280,42	1.335,36	1.412,08	1.197,60	1.260,09	1.197,60	2.801,16	1.212,74	1.258,10	2.494,08	17.953,02
PS13	B. Prev. Social - 13° Salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.237,87	1.237,87
PSFE	B. Prev. Social - Férias	0,00	0,00	24,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.193,16	72,29	0,00	0,00	4.289,82
PSNO	Base Previdência Social	2.532,86	1.227,36	3.768,15	1.335,36	2.809,28	1.197,60	1.260,09	2.395,20	66,98	946,61	991,97	2.512,42	21.043,88
RAIS	Remuneração para RAIS	1.276,43	1.227,36	1.280,42	1.335,36	1.412,08	1.197,60	1.260,09	1.197,60	2.202,36	946,61	991,97	1.256,21	15.584,09
RAT3	RAT/13º Salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29,37	29,37
RATF	RAT/Férias	0,00	0,00	0,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49,76	1,71	0,00	0,00	52,04
RATN	RAT	30,29	29,12	29,81	31,69	33,51	28,42	29,90	28,42	0,79	22,46	23,54	29,81	317,76
SALF	Base salário-família	1.276,43	1.227,36	1.280,42	1.335,36	1.412,08	1.197,60	1.260,09	1.197,60	1.605,92	1.000,83	991,97	1.256,21	15.041,87
TLIQ	Total líquido	1.033,68	988,54	1.037,35	1.087,90	1.289,14	960,07	1.017,56	960,07	628,95	729,48	770,89	1.509,04	12.012,67
VLTR	Base Vale Transporte	998,00	998,00	998,00	998,00	998,00	998,00	998,00	998,00	33,27	964,73	998,00	998,00	10.978,00

Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - c53dd55
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25070815113135700000089102914?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25070815113135700000089102914

HOSPITAL SANTO AMARO **CNPJ: 10.869.782/0004-04**

AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

Emitido em: 01/07/2025
Página: 1 de 2

FICHA FINANCEIRA

Referência: 2020

Funcionário: 004689 - MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Salário: 1.045,00 | Admissão: 10/01/2015 | Rescisão: / / | Carga Horária: 180,00h | DEP.IR:

Departamento : 080902006001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CBO: 514320 | PIS: 16444147418 | CPF: 800.381.314-04 | CTPS: 078652 | Série: 0079 - PE | DEP.SF:

Evento	Descrição	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
0001	SALARIO-BASE	1.039,00	1.045,00	1.045,00	1.045,00	1.045,00	1.045,00	1.045,00	1.045,00	34,83	1.010,17	1.045,00	1.045,00	11.489,00
0002	HORAS NORMAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	154,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	209,21	0,00	363,31
0021	ADIC NOTURNO (20%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	167,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	167,20
0025	QUINQUENIO	51,95	52,25	52,25	52,25	52,25	52,25	52,25	52,25	1,74	50,51	52,25	52,25	574,45
0028	MEDIA ADIC. NOT.(20%) 13º	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13,93	13,93
0035	INSALUBRIDADE (20%)	207,80	209,00	209,00	209,00	209,00	209,00	209,00	0,00	0,23	195,30	209,00	209,00	2.075,33
0150	ADIANT. 13 SALARIO**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	757,63	0,00	0,00	0,00	757,63
0152	13 SALARIO (PARC.FINAL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.045,00	1.045,00
0189	MEDIA HORAS NORMAIS 13º	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30,28	30,28
0200	FERIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.301,64	0,00	0,00	0,00	1.301,64
0201	1/3 FERIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	433,88	0,00	0,00	0,00	433,88
0202	FERIAS PROXIMO MES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44,88	0,00	0,00	0,00	44,88
0203	1/3 FERIAS PROXIMO MES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14,96	0,00	0,00	0,00	14,96
0224	HORAS TRAB. NOS FERIADOS	0,00	0,00	66,12	61,53	64,78	64,32	57,98	0,00	0,00	64,32	64,49	61,76	505,30
0226	DSR - ADIC. NOTURNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32,15
0282	INSALUBRIDADE (40%) SM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	418,00	0,00	0,00	0,00	0,00	418,00
0348	ABONO	37,00	37,00	37,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	111,00
9224	MEDIA H.TRAB. FERIADOS 13º	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42,11	42,11
9226	MEDIA DSR ADIC. NOTURNO 13º	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,68	2,68
9995	MEDIA QUINQUÊNIO 13º	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52,25	52,25
9998	MEDIA INSALUBRIDADE 20% 13º	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	209,00	209,00
TOTAL DE VANTAGENS		**1.335,75**	**1.343,25**	**1.409,37**	**1.367,78**	**1.525,13**	**1.370,57**	**1.563,58**	**1.515,25**	**1.832,16**	**1.320,30**	**1.579,95**	**2.763,26**	**18.926,35**
** Evento de adiantamento (Não contabiliza na totalização)														
0508	REFEICAO (1%)	10,39	10,45	10,45	10,45	10,45	10,45	10,45	10,45	0,35	10,10	10,45	10,45	114,89
0510	I.N.S.S.	106,86	107,46	111,16	107,42	121,58	107,67	125,04	120,69	3,31	104,05	126,51	107,44	1.249,19
0512	I.N.S.S. S/ FERIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140,51	0,00	0,00	0,00	140,51
0563	INSS S/FERIAS PROXIMO MES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,48	0,00	0,00	0,00	4,48
0582	TAXA ASSISTENCIAL	45,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45,00
0588	EMP. CONSIG. SANTANDER I	131,75	131,75	131,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	129,88	129,88	0,00	0,00	655,01
0602	DESC.1 PARC. 13 SALARIO**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	757,63	757,63
0656	LIQUIDO DE FERIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.650,37	0,00	0,00	0,00	1.650,37
0662	INSS S/13 SALARIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	109,89	109,89
0668	INSS FERIAS MESES ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,48	0,00	0,00	4,48
TOTAL DE DESCONTOS		**294,00**	**249,66**	**253,36**	**117,87**	**132,03**	**118,12**	**135,49**	**131,14**	**1.928,90**	**248,51**	**136,96**	**227,78**	**3.973,82**
** Evento de adiantamento (Não contabiliza na totalização)														
CIRF	Compensação base IR férias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.795,36	0,00	0,00	0,00	1.795,36
DESC	Total de descontos	294,00	249,66	253,36	117,87	132,03	118,12	135,49	131,14	1.928,90	244,03	136,96	985,41	4.726,97
FG13	Fundo de Garantia - 13° Sal.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121,22	0,00	0,00	51,00	172,22
FGBA	Base de cálculo do FGTS	1.335,75	1.343,25	1.409,37	1.367,78	1.525,13	1.370,57	1.563,58	1.515,25	2.529,95	1.380,14	1.579,95	2.005,63	18.926,35
FGNO	FUNDO DE GARANTIA	320,58	107,46	225,49	218,84	244,02	328,94	375,26	242,44	283,57	110,41	126,39	218,88	2.802,28
IRB3	Base IR bruto - 13° Salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.395,25	1.395,25
IRBF	Base IR bruto - Férias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.795,36	0,00	0,00	0,00	1.795,36

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - d7c0b39

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Emitido em: 01/07/2025
Página: 2 de 2

FICHA FINANCEIRA

Referência: 2020

Funcionário: 004689 - MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Salário: 1.045,00 | Admissão: 10/01/2015 | Rescisão: / / | Carga Horária: 180,00h | DEP.IR:
Departamento : 080902006001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CBO: 514320 | PIS: 16444147418 | CPF: 800.381.314-04 | CTPS: 078652 | Série: 0079 - PE | DEP.SF:

Evento	Descrição	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
IRBN	Base IR bruto	1.335,75	1.343,25	1.409,37	1.367,78	1.525,13	1.370,57	1.563,58	1.515,25	36,80	1.320,30	1.579,95	1.368,01	15.735,74
IRL3	Base IR líquido - 13° Salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.285,36	1.285,36
IRLF	Base IR líquido - Férias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.650,37	0,00	0,00	0,00	1.650,37
IRLN	Base IR líquido	1.228,89	1.235,79	1.298,21	1.260,36	1.403,55	1.262,90	1.438,54	1.394,56	33,49	1.216,25	1.453,44	1.260,57	14.486,55
PIS3	PIS/13º Salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13,95	13,95
PISF	PIS/Férias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17,95	0,00	0,00	0,00	17,95
PISN	PIS	13,35	13,43	14,09	13,67	15,25	13,70	15,63	15,15	0,36	13,20	15,79	13,68	157,30
PROV	Total de proventos	1.335,75	1.343,25	1.409,37	1.367,78	1.525,13	1.370,57	1.563,58	1.515,25	2.589,79	1.320,30	1.579,95	2.763,26	19.683,98
PS13	B. Prev. Social - 13° Salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.395,25	1.395,25
PSFE	B. Prev. Social - Férias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.471,04	59,84	0,00	0,00	3.530,88
PSNO	Base Previdência Social	4.007,25	1.343,25	2.818,74	2.735,56	3.050,26	4.111,71	4.690,74	3.030,50	73,60	1.320,30	1.579,95	2.736,02	31.497,88
RAIS	Remuneração para RAIS	1.335,75	1.343,25	1.409,37	1.367,78	1.525,13	1.370,57	1.563,58	1.515,25	1.832,16	1.320,30	1.579,95	1.368,01	17.531,10
RAT3	RAT/13º Salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32,69	32,69
RATF	RAT/Férias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40,67	1,40	0,00	0,00	42,07
RATN	RAT	62,60	31,48	33,02	32,05	35,74	32,12	36,64	35,51	0,86	30,94	37,02	32,06	400,04
SALF	Base salário-família	1.335,75	1.343,25	1.409,37	1.367,78	1.525,13	1.370,57	1.563,58	1.515,25	1.338,44	1.365,18	1.579,95	1.368,01	17.082,26
TLIQ	Total líquido	1.041,75	1.093,59	1.156,01	1.249,91	1.393,10	1.252,45	1.428,09	1.384,11	660,89	1.076,27	1.442,99	1.777,85	14.957,01
VLTR	Base Vale Transporte	1.039,00	1.045,00	1.045,00	1.045,00	1.045,00	1.045,00	1.045,00	1.045,00	34,83	1.010,17	1.045,00	1.045,00	11.489,00

Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - d7c0b39
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25070815113147000000089102915?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25070815113147000000089102915

HOSPITAL SANTO AMARO **CNPJ: 10.869.782/0004-04**

AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

Emitido em: 01/07/2025
Página: 1 de 2

FICHA FINANCEIRA

Referência: 2021

Funcionário: 004689 - MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Salário: 1.110,00 | Admissão: 10/01/2015 | Rescisão: / / | Carga Horária: 180,00h | DEP.IR:

Departamento : 080902006001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CBO: 514320 | PIS: 16444147418 | CPF: 800.381.314-04 | CTPS: 078652 | Série: 0079 - PE | DEP.SF:

Evento	Descrição	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
0001	SALARIO-BASE	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.110,00	0,00	1.110,00	1.110,00	1.110,00	12.140,00
0002	HORAS NORMAIS	293,33	242,15	0,00	0,00	134,64	242,66	81,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	994,18
0008	HORAS EXTRAS 100%	34,32	0,00	0,00	540,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	574,86
0021	ADIC NOTURNO (20%)	0,00	0,00	187,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	187,74
0025	QUINQUENIO	55,00	55,00	55,00	55,00	55,00	55,00	55,00	55,50	0,00	55,50	55,50	55,50	607,00
0028	MEDIA ADIC. NOT.(20%) 13º	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,65	15,65
0029	MEDIA H. EXTRAS (100%) 13º	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47,91	47,91
0035	INSALUBRIDADE (20%)	220,00	220,00	220,00	0,00	220,00	220,00	220,00	220,00	0,00	220,00	220,00	220,00	2.200,00
0036	INSALUBRIDADE (40%) SB	0,00	0,00	0,00	440,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	440,00
0115	DSR - SOBRE H. EXTRAS	8,22	0,00	0,00	135,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	143,34
0136	MEDIA DSR SOBRE H. EXTRAS 13º	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11,95	11,95
0150	ADIANT. 13 SALARIO**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	692,75	0,00	0,00	0,00	692,75
0152	13 SALARIO (PARC.FINAL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.110,00	1.110,00
0164	GRATIF. (AUX. S. GERAIS)	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00
0189	MEDIA HORAS NORMAIS 13º	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82,85	82,85
0200	FERIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.514,00	0,00	0,00	0,00	1.514,00
0201	1/3 FERIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	504,67	0,00	0,00	0,00	504,67
0206	DIFERENCA DE FERIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13,76	0,00	0,00	0,00	13,76
0208	DIA EMPREG HOSP. - 12/MAIO	0,00	0,00	0,00	0,00	67,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67,77
0224	HORAS TRAB. NOS FERIADOS	0,00	0,00	0,00	68,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69,41	68,43	68,98	274,82
0226	DSR - ADIC. NOTURNO	0,00	0,00	36,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36,10
0348	ABONO	0,00	0,00	100,00	100,00	100,00	0,00	0,00	14,00	14,00	14,00	0,00	0,00	342,00
0367	DIF 1/3 S/FERIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,59	0,00	0,00	0,00	4,59
9164	MEDIA GRATIF. (A.S.G) 13º	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,17	4,17
9224	MEDIA H.TRAB. FERIADOS 13º	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17,15	17,15
9226	MEDIA DSR ADIC. NOTURNO 13º	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,01	3,01
9995	MEDIA QUINQUÊNIO 13º	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55,50	55,50
9997	MEDIA INSALUBRIDADE 40% - 13º	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	440,00	440,00
9998	MEDIA INSALUBRIDADE 20% 13º	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	220,00	220,00
TOTAL DE VANTAGENS		**1.710,87**	**1.617,15**	**1.748,84**	**2.438,66**	**1.677,41**	**1.617,66**	**1.456,40**	**1.399,50**	**2.051,02**	**1.468,91**	**1.453,93**	**3.462,67**	**22.103,02**

** Evento de adiantamento (Não contabiliza na totalização)

0508	REFEICAO (1%)	11,00	11,00	11,00	11,00	11,00	11,00	11,00	11,10	0,00	11,10	11,10	11,10	121,40
0510	I.N.S.S.	137,47	129,04	140,89	210,03	134,46	129,08	114,57	109,45	1,26	115,70	114,35	114,40	1.450,70
0512	I.N.S.S. S/ FERIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	165,18	0,00	0,00	0,00	165,18
0516	DIF. I.N.S.S. S/ FERIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,65	0,00	0,00	0,00	1,65
0520	I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00	24,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24,34
0602	DESC.1 PARC. 13 SALARIO**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	692,75	692,75
0656	LIQUIDO DE FERIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.853,49	0,00	0,00	0,00	1.853,49
0662	INSS S/13 SALARIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	164,23	164,23
TOTAL DE DESCONTOS		**148,47**	**140,04**	**151,89**	**245,37**	**145,46**	**140,08**	**125,57**	**120,55**	**2.021,58**	**126,80**	**125,45**	**289,73**	**3.780,99**

** Evento de adiantamento (Não contabiliza na totalização)

BHCR	Banco de horas - extras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,43	0,00	2,43

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 9bf5147

HOSPITAL SANTO AMARO **CNPJ: 10.869.782/0004-04**

AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

Emitido em: 01/07/2025
Página: 2 de 2

FICHA FINANCEIRA

Referência: 2021

Funcionário: 004689 - MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Salário: 1.110,00 | Admissão: 10/01/2015 | Rescisão: / / | Carga Horária: 180,00h | DEP.IR:

Departamento : 080902006001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CBO: 514320 | PIS: 16444147418 | CPF: 800.381.314-04 | CTPS: 078652 | Série: 0079 - PE | DEP.SF:

Evento	Descrição	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
BHDB	Banco de horas - compensadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11,00	0,00	11,00
CIRF	Compensação base IR férias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.018,67	0,00	0,00	0,00	2.018,67
DESC	Total de descontos	148,47	140,04	151,89	245,37	145,46	140,08	125,57	120,55	2.021,58	126,80	125,45	982,48	4.473,74
FG13	Fundo de Garantia - 13° Sal.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55,42	0,00	0,00	105,23	160,65
FGBA	Base de cálculo do FGTS	1.710,87	1.617,15	1.748,84	2.438,66	1.677,41	1.617,66	1.456,40	1.399,50	2.743,77	1.468,91	1.453,93	2.769,92	22.103,02
FGNO	FUNDO DE GARANTIA	136,86	258,74	139,90	195,09	134,19	129,41	116,51	111,96	164,08	117,51	116,31	116,35	1.736,91
IRB3	Base IR bruto - 13° Salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.008,19	2.008,19
IRBF	Base IR bruto - Férias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.037,02	0,00	0,00	0,00	2.037,02
IRBN	Base IR bruto	1.710,87	1.617,15	1.748,84	2.438,66	1.677,41	1.617,66	1.456,40	1.399,50	14,00	1.468,91	1.453,93	1.454,48	18.057,81
IRL3	Base IR líquido - 13° Salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.843,96	1.843,96
IRLF	Base IR líquido - Férias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.871,84	0,00	0,00	0,00	1.871,84
IRLN	Base IR líquido	1.573,40	1.488,11	1.607,95	2.228,63	1.542,95	1.488,58	1.341,83	1.290,05	12,74	1.353,21	1.339,58	1.340,08	16.607,11
PIS3	PIS/13º Salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20,08	20,08
PISF	PIS/Férias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20,37	0,00	0,00	0,00	20,37
PISN	PIS	17,10	16,17	17,48	24,38	16,77	16,17	14,56	13,99	0,14	14,68	14,53	14,54	180,51
PROV	Total de proventos	1.710,87	1.617,15	1.748,84	2.438,66	1.677,41	1.617,66	1.456,40	1.399,50	2.743,77	1.468,91	1.453,93	3.462,67	22.795,77
PS13	B. Prev. Social - 13° Salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.008,19	2.008,19
PSFE	B. Prev. Social - Férias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.037,02	0,00	0,00	0,00	2.037,02
PSNO	Base Previdência Social	1.710,87	3.234,30	1.748,84	2.438,66	1.677,41	1.617,66	1.456,40	1.399,50	14,00	1.468,91	1.453,93	1.454,48	19.674,96
RAIS	Remuneração para RAIS	1.710,87	1.617,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.328,02
RATN	RAT	40,09	37,89	40,54	56,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	175,06
SALF	Base salário-família	1.710,87	1.617,15	1.748,84	2.438,66	1.677,41	1.617,66	1.456,40	1.399,50	1.546,35	1.468,91	1.453,93	1.454,48	19.590,16
TLIQ	Total líquido	1.562,40	1.477,11	1.596,95	2.193,29	1.531,95	1.477,58	1.330,83	1.278,95	722,19	1.342,11	1.328,48	2.480,19	18.322,03
VLTR	Base Vale Transporte	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.110,00	0,00	1.110,00	1.110,00	1.110,00	12.140,00

Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 9bf5147
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25070815113158500000089102916?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25070815113158500000089102916

HOSPITAL SANTO AMARO **CNPJ: 10.869.782/0004-04**

AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

Emitido em: 01/07/2025
Página: 1 de 2

FICHA FINANCEIRA

Referência: 2022

Funcionário: 004689 - MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Salário: 1.240,20 | Admissão: 10/01/2015 | Rescisão: / / | Carga Horária: 180,00h | DEP.IR:

Departamento : 080902006001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CBO: 514320 | PIS: 16444147418 | CPF: 800.381.314-04 | CTPS: 078652 | Série: 0079 - PE | DEP.SF:

Evento	Descrição	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
0001	SALARIO-BASE	1.212,00	1.212,00	1.212,00	1.212,00	1.212,00	1.212,00	1.212,00	1.212,00	0,00	1.212,00	1.240,20	1.240,20	13.388,40
0008	HORAS EXTRAS 100%	0,00	0,00	0,00	169,36	178,57	0,00	0,00	168,87	0,00	0,00	0,00	0,00	516,80
0021	ADIC NOTURNO (20%)	0,00	0,00	0,00	25,86	0,00	0,00	142,21	51,71	0,00	0,00	0,00	0,00	219,78
0025	QUINQUENIO	60,60	60,60	60,60	60,60	60,60	60,60	60,60	60,60	0,00	60,60	62,01	62,01	669,42
0028	MEDIA ADIC. NOT.(20%) 13º	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18,32	18,32
0029	MEDIA H. EXTRAS (100%) 13º	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43,07	43,07
0030	GRATIF. ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120,00
0035	INSALUBRIDADE (20%)	242,40	242,40	242,40	242,40	242,40	242,40	242,40	242,40	0,00	242,40	242,40	242,40	2.666,40
0115	DSR - SOBRE H. EXTRAS	0,00	0,00	0,00	42,36	34,35	0,00	0,00	25,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101,71
0136	MEDIA DSR SOBRE H. EXTRAS 13º	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,48	8,48
0150	ADIANT. 13 SALARIO**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	757,50	0,00	0,00	0,00	757,50
0152	13 SALARIO (PARC.FINAL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.240,20	1.240,20
0164	GRATIF. (AUX. S. GERAIS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00
0200	FERIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.749,27	0,00	0,00	0,00	1.749,27
0201	1/3 FERIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	583,09	0,00	0,00	0,00	583,09
0208	DIA EMPREG HOSP. - 12/MAIO	0,00	0,00	0,00	0,00	74,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74,13
0224	HORAS TRAB. NOS FERIADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	152,06	152,06
0226	DSR - ADIC. NOTURNO	0,00	0,00	0,00	6,48	0,00	0,00	34,14	7,68	0,00	0,00	0,00	0,00	48,30
0348	ABONO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65,80	65,80	131,60
9164	MEDIA GRATIF. (A.S.G) 13º	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,17	4,17
9224	MEDIA H.TRAB. FERIADOS 13º	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12,67	12,67
9226	MEDIA DSR ADIC. NOTURNO 13º	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,03	4,03
9995	MEDIA QUINQUÊNIO 13º	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62,01	62,01
9998	MEDIA INSALUBRIDADE 20% 13º	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	242,40	242,40
TOTAL DE VANTAGENS		**1.515,00**	**1.515,00**	**1.515,00**	**1.879,06**	**1.802,05**	**1.515,00**	**1.741,35**	**1.768,26**	**2.332,36**	**1.515,00**	**1.610,41**	**3.397,82**	**22.106,31**
** Evento de adiantamento (Não contabiliza na totalização)														
0508	REFEICAO (1%)	12,12	11,31	12,12	12,12	12,12	12,12	12,12	12,12	0,00	12,12	12,40	12,40	133,07
0510	I.N.S.S.	118,17	118,17	118,17	150,93	144,00	118,17	138,54	140,96	0,00	118,17	126,75	140,44	1.432,47
0512	I.N.S.S. S/ FERIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	191,73	0,00	0,00	0,00	191,73
0521	I.R.R.F S/FERIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32,12	0,00	0,00	0,00	32,12
0588	EMP. CONSIG. SANTANDER I	371,41	371,41	371,41	371,41	371,41	371,41	371,41	371,41	371,41	371,41	371,41	370,60	4.456,11
0602	DESC.1 PARC. 13 SALARIO**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	757,50	757,50
0656	LIQUIDO DE FERIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.737,10	0,00	0,00	0,00	1.737,10
0662	INSS S/13 SALARIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	129,00	129,00
0988	DESC. LOJINHA HSA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59,67	52,58	52,58	164,83
TOTAL DE DESCONTOS		**501,70**	**500,89**	**501,70**	**534,46**	**527,53**	**501,70**	**522,07**	**524,49**	**2.332,36**	**561,37**	**563,14**	**705,02**	**8.276,43**
** Evento de adiantamento (Não contabiliza na totalização)														
CIRF	Compensação base IR férias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.332,36	0,00	0,00	0,00	2.332,36
DESC	Total de descontos	501,70	500,89	501,70	534,46	527,53	501,70	522,07	524,49	2.332,36	561,37	563,14	1.462,52	9.033,93
FG13	Fundo de Garantia - 13° Sal.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60,60	0,00	0,00	70,23	130,83
FGBA	Base de cálculo do FGTS	1.515,00	1.515,00	1.515,00	1.879,06	1.802,05	1.515,00	1.741,35	1.768,26	3.089,86	1.515,00	1.610,41	2.640,32	22.106,31
FGNO	FUNDO DE GARANTIA	121,20	121,20	121,20	150,32	144,16	121,20	139,30	141,46	186,58	121,20	128,84	141,00	1.637,66

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - e300768

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Emitido em: 01/07/2025
Página: 2 de 2

FICHA FINANCEIRA

Referência: 2022

Funcionário: 004689 - MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Salário: 1.240,20 | Admissão: 10/01/2015 | Rescisão: / / | Carga Horária: 180,00h | DEP.IR:
Departamento : 080902006001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CBO: 514320 | PIS: 16444147418 | CPF: 800.381.314-04 | CTPS: 078652 | Série: 0079 - PE | DEP.SF:

Evento	Descrição	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
IRB3	Base IR bruto - 13° Salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.635,35	1.635,35
IRBN	Base IR bruto	1.515,00	1.515,00	1.515,00	1.879,06	1.802,05	1.515,00	1.741,35	1.768,26	0,00	1.515,00	1.610,41	1.762,47	18.138,60
IRL3	Base IR líquido - 13° Salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.506,35	1.506,35
IRLN	Base IR líquido	1.396,83	1.396,83	1.396,83	1.728,13	1.658,05	1.396,83	1.602,81	1.627,30	0,00	1.396,83	1.483,66	1.622,03	16.706,13
PIS3	PIS/13º Salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16,35	16,35
PISF	PIS/Férias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23,32	0,00	0,00	0,00	23,32
PISN	PIS	15,15	15,15	15,15	18,79	18,02	15,15	17,41	17,68	0,00	15,15	16,10	17,62	181,37
PROV	Total de proventos	1.515,00	1.515,00	1.515,00	1.879,06	1.802,05	1.515,00	1.741,35	1.768,26	3.089,86	1.515,00	1.610,41	3.397,82	22.863,81
PS13	B. Prev. Social - 13° Salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.635,35	1.635,35
PSFE	B. Prev. Social - Férias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.332,36	0,00	0,00	0,00	2.332,36
PSNO	Base Previdência Social	1.515,00	1.515,00	1.515,00	1.879,06	1.802,05	1.515,00	1.741,35	1.768,26	0,00	1.515,00	1.610,41	1.762,47	18.138,60
SALF	Base salário-família	1.515,00	1.515,00	1.515,00	1.879,06	1.802,05	1.515,00	1.741,35	1.768,26	1.749,27	1.515,00	1.610,41	1.762,47	19.887,87
TLIQ	Total líquido	1.013,30	1.014,11	1.013,30	1.344,60	1.274,52	1.013,30	1.219,28	1.243,77	757,50	953,63	1.047,27	1.935,30	13.829,88
VLTR	Base Vale Transporte	1.212,00	1.212,00	1.212,00	1.212,00	1.212,00	1.212,00	1.212,00	1.212,00	0,00	1.212,00	1.240,20	1.240,20	13.388,40

Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - e300768
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25070815113170700000089102917?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25070815113170700000089102917

HOSPITAL SANTO AMARO **CNPJ: 10.869.782/0004-04**

AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

Emitido em: 01/07/2025
Página: 1 de 2

FICHA FINANCEIRA

Referência: 2023

Funcionário: 004689 - MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Salário: 1.348,20 | Admissão: 10/01/2015 | Rescisão: 05/12/2023 | Carga Horária: 180,00h | DEP.IR:

Departamento : 080902006001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CBO: 514320 | PIS: 16444147418 | CPF: 800.381.314-04 | CTPS: 078652 | Série: 0079 - PE | DEP.SF:

Evento	Descrição	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
0001	SALARIO-BASE	1.302,00	1.302,00	1.302,00	1.302,00	0,00	1.320,00	1.320,00	1.320,00	1.320,00	1.320,00	1.348,20	0,00	13.156,20
0021	ADIC NOTURNO (20%)	13,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13,89
0025	QUINQUENIO	65,10	65,10	65,10	65,10	0,00	66,00	66,00	66,00	66,00	66,00	67,41	11,24	669,05
0035	INSALUBRIDADE (20%)	260,40	260,40	260,40	260,40	0,00	264,00	264,00	264,00	264,00	264,00	264,00	44,00	2.669,60
0150	ADIANT. 13 SALARIO**	0,00	0,00	0,00	0,00	822,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	822,75
0152	13 SALARIO (PARC.FINAL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.580,99	1.580,99
0200	FERIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	1.718,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.718,24
0201	1/3 FERIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	572,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	572,75
0206	DIFERENCA DE FERIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	23,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23,41
0224	HORAS TRAB. NOS FERIADOS	79,75	0,00	0,00	80,25	80,70	0,00	81,00	0,00	0,00	81,66	76,40	0,00	479,76
0226	DSR - ADIC. NOTURNO	2,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,65
0300	AVISO PREVIO (INDENIZADO)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.120,55	3.120,55
0302	13º SAL. INDEN. (RESCISAO)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	287,45	287,45
0306	FERIAS PROP.(RESCISAO)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.580,99	1.580,99
0307	1/3 S/ FERIAS PROP. (RESCISAO)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	527,00	527,00
0309	SALDO DE SALARIO (RESCISAO)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	224,70	224,70
0348	ABONO	65,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49,56	198,24	313,60
0367	DIF 1/3 S/FERIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	7,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7,80
9986	FERIAS S AVISO PREV IND	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	287,45	287,45
9987	ADC FERIAS 1/3 AV PREVIO IND	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95,82	95,82
9993	CREDITO BANCO DE HORAS 50%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39,68	39,68
TOTAL DE VANTAGENS		**1.789,59**	**1.627,50**	**1.627,50**	**1.707,75**	**2.402,90**	**1.650,00**	**1.731,00**	**1.650,00**	**1.650,00**	**1.731,66**	**1.805,57**	**7.998,11**	**27.371,58**
** Evento de adiantamento (Não contabiliza na totalização)														
0508	REFEICAO (1%)	13,02	12,15	13,02	13,02	0,00	13,20	13,20	13,20	13,20	13,20	13,48	2,25	132,94
0510	I.N.S.S.	141,53	126,94	126,94	134,16	7,27	128,70	135,99	128,70	128,70	136,04	142,70	38,83	1.376,50
0512	I.N.S.S. S/ FERIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	186,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	186,38
0516	DIF. I.N.S.S. S/ FERIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	2,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,81
0533	EMP. CONSIG.SANTANDER RESCISÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	370,60	370,60
0568	TAXA ASSISTENCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30,00	30,00	60,00
0588	EMP. CONSIG. SANTANDER I	370,60	370,60	370,60	370,60	370,60	370,60	370,60	370,60	370,60	370,60	370,60	0,00	4.076,60
0602	DESC.1 PARC. 13 SALARIO**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	822,75	822,75
0656	LIQUIDO DE FERIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	1.704,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.704,72
0662	INSS S/13 SALARIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	148,35	148,35
0988	DESC. LOJINHA HSA	52,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52,58
1002	LIQUIDO DE RESCISAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.585,33	6.585,33
TOTAL DE DESCONTOS		**577,73**	**509,69**	**510,56**	**517,78**	**2.271,78**	**512,50**	**519,79**	**512,50**	**512,50**	**519,84**	**556,78**	**7.175,36**	**14.696,81**
** Evento de adiantamento (Não contabiliza na totalização)														
CIRF	Compensação base IR férias	0,00	0,00	0,00	0,00	2.290,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.290,99
DESC	Total de descontos	577,73	509,69	510,56	517,78	2.271,78	512,50	519,79	512,50	512,50	519,84	556,78	7.998,11	15.519,56
DS13	Dedução simplificada IR 13°	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	528,00	528,00
DSFE	Dedução simplificada IR Férias	0,00	0,00	0,00	0,00	528,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	528,00
DSNO	Dedução simplificada IR Mensal	0,00	0,00	0,00	0,00	528,00	528,00	528,00	528,00	528,00	528,00	528,00	528,00	4.224,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 47f20c8

HOSPITAL SANTO AMARO
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000

CNPJ: 10.869.782/0004-04

Emitido em: 01/07/2025
Página: 2 de 2

FICHA FINANCEIRA

Referência: 2023

Funcionário: 004689 - MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS | Salário: 1.348,20 | Admissão: 10/01/2015 | Rescisão: 05/12/2023 | Carga Horária: 180,00h | DEP.IR:
Departamento : 080902006001 - CONSERVACAO LIMPEZA | Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA | CBO: 514320 | PIS: 16444147418 | CPF: 800.381.314-04 | CTPS: 078652 | Série: 0079 - PE | DEP.SF:

Evento	Descrição	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
FG13	Fundo de Garantia - 13° Sal.	0,00	0,00	0,00	0,00	65,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60,65	126,47
FG3G	FGTS - GRRF 13º salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60,65	60,65
FGBA	Base de cálculo do FGTS	1.789,59	1.627,50	1.627,50	1.707,75	3.225,65	1.650,00	1.731,00	1.650,00	1.650,00	1.731,66	1.805,57	1.276,10	21.472,32
FGMU	Multa Rescisória do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.972,55	5.972,55
FGNG	FGTS - GRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	314,06	314,06
FGNO	FUNDO DE GARANTIA	143,17	130,21	130,21	136,63	192,24	132,01	138,49	132,01	132,01	138,53	144,44	314,06	1.864,01
FGRE	Base de cálc. FGTS rescisório	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.408,00	3.408,00
IRBF	Base IR bruto - Férias	0,00	0,00	0,00	0,00	31,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31,21
IRBN	Base IR bruto	1.789,59	1.627,50	1.627,50	1.707,75	80,70	1.650,00	1.731,00	1.650,00	1.650,00	1.731,66	1.805,57	0,00	17.051,27
IRLF	Base IR líquido - Férias	0,00	0,00	0,00	0,00	31,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31,21
IRLN	Base IR líquido	1.648,06	1.500,56	1.500,56	1.573,59	0,00	1.521,30	1.595,01	1.521,30	1.521,30	1.595,62	1.662,87	0,00	15.640,17
PIS3	PIS/13º Salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18,68	18,68
PISF	PIS/Férias	0,00	0,00	0,00	0,00	23,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23,22
PISN	PIS	17,89	16,27	16,27	17,07	0,80	16,50	17,31	16,50	16,50	17,31	18,05	5,17	175,64
PROV	Total de proventos	1.789,59	1.627,50	1.627,50	1.707,75	3.225,65	1.650,00	1.731,00	1.650,00	1.650,00	1.731,66	1.805,57	7.998,11	28.194,33
PS13	B. Prev. Social - 13° Salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.868,44	1.868,44
PSFE	B. Prev. Social - Férias	0,00	0,00	0,00	0,00	2.322,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.322,20
PSNO	Base Previdência Social	1.789,59	1.627,50	1.627,50	1.707,75	80,70	1.650,00	1.731,00	1.650,00	1.650,00	1.731,66	1.805,57	517,86	17.569,13
SALF	Base salário-família	1.789,59	1.627,50	1.627,50	1.707,75	1.830,15	1.650,00	1.731,00	1.650,00	1.650,00	1.731,66	1.805,57	478,18	19.278,90
TLIQ	Total líquido	1.211,86	1.117,81	1.116,94	1.189,97	953,87	1.137,50	1.211,21	1.137,50	1.137,50	1.211,82	1.248,79	0,00	12.674,77
VLTR	Base Vale Transporte	1.302,00	1.302,00	1.302,00	1.302,00	0,00	1.320,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.528,00

Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 47f20c8
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25070815113183100000089102918?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25070815113183100000089102918

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADOR

01 CNPJ/CEI	02 Razão Social/Nome			
10.869.782/0004-04	HOSPITAL SANTO AMARO			
03 Endereço (logradouro, nº andar, apto)				04 Bairro
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563				SANTO AMARO
05 Município	06 UF	07 CEP	08 CNAE	09 CNPJ/CEI Tomador/Obra
RECIFE	PE	50.040-000	8610-1/01	

IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHADOR

10 PIS / PASEP	11 Nome			
164.44147.41-8	MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS			
12 Endereço (logradouro, nº andar, apto)				13 Bairro
RUA JOAO PESSOA, Nº 115				SANTO AMARO
14 Município	15 UF	16 CEP	17 Carteira de trabalho (Nº,Série,UF)	18 CPF
Recife	PE	50.110-745	Nº 078652 Série: 0079-PE	800.381.314-04
19 Data de nascimento	20 Nome da mãe			
21/03/1977	JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS			

DADOS DO CONTRATO

21 Tipo de Contrato
Contrato de trabalho por prazo indeterminado

22 Causa do afastamento
Despedida sem justa causa, pelo empregador

23 Remun. Mês Anterior Afast.	24 Data de admissão	25 Data aviso prévio	26 Data afastamento	27 Cód. afastamento
1.805,57	10/01/2015	05/12/2023	05/12/2023	SJ2

28 Pensão alim. (%) (TRCT)	29 Pensão alim.(%)(Saque FGTS)	30 Categoria do Trabalhador
0.00%	0.00%	01 - Empregado

31 Código sindical	32 CNPJ/Nome Entidade Sindical Laboral
021313891908	40.814.220/0001-73 - FEDERAÇÃO TRAB. ESTABEL. SERVICOS DE SAUDE DO NORDI

DISCRIMINAÇÃO DAS VERBAS RESCISÓRIAS

VERBAS RESCISÓRIAS

Rubrica	Valor	Rubrica	Valor	Rubrica	Valor
50 SALDO DE SALARIO (RESCISAO) 5 dias (liquido de 0	224,70	51 Comissões	0,00	52 Gratificações	0,00
53 Adicional Insalubridade	0,00	54 Adicional Periculosidade	0,00	55 Adicional Noturno	0,00
56.1 Horas extras	0,00	57 Gorjetas	0,00	58 Descanso Semanal Remunerado	0,00
59 Reflexo DSR sobre Salário Variável	0,00	60 Multa Art. 477 8º CLT	0,00	62 SALARIO-FAMILIA	0,00
63 13 SALARIO (PARC.FINAL) 11 /12 avos	1.580,99	64.1 13º Salário Exercício Ant. (2023)	0,00	65 FERIAS PROP.(RESCISAO)	1.580,99
66.1 FERIAS VENCIDAS (RESCISAO)	0,00	68 1/3 S/FERIAS VENCIDAS RESCISAO	0,00	69 AVISO PREVIO (INDENIZADO) 54 dias	3.120,55
70 13º SAL. INDEN. (RESCISAO) 2 /12 avos	287,45	71 FERIAS S AVISO PREV IND	287,45	95.1 QUINQUENIO	11,24
95.2 INSALUBRIDADE (20%)	44,00	95.3 1/3 S/ FERIAS PROP. (RESCISAO)	527,00	95.4 ABONO	198,24
95.5 ADC FERIAS 1/3 AV PREVIO IND	95,82	95.6 CREDITO BANCO DE HORAS 3,53h	39,68	99 Ajuste do saldo devedor	0,00
				TOTAL BRUTO	**7.998,11**

DEDUÇÕES

Desconto	Valor	Desconto	Valor	Desconto	Valor
100 Pensão alimentícia	0,00	101 Adiantamento salarial	0,00	102 DESC.1 PARC. 13 SALARIO	822,75
103 DESC. AVISO PREVIO	0,00	112.1 I.N.S.S. 7,5 %	38,83	112.2 INSS S/13 SALARIO 9 %	148,35
114.1 I.R.R.F.	0,00	114.2 IRRF S/13 SALARIO	0,00	115.1 REFEICAO (1%)	2,25
115.2 EMP. CONSIG.SANTANDER	370,60	115.3 TAXA ASSISTENCIAL	30,00		
				TOTAL DEDUÇÕES	**1.412,78**
				VALOR LÍQUIDO	**6.585,33**

16.3.2 Produção (rh3)

Portaria MTE nº 1.057/2012 de 06 de julho de 2012
Código: 004689 Departamento: 080902006001 - CONSERVACAO LIMPEZA Cargo: 3158 - AUX DE CONS. E LIMPEZA

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 2f1bf87

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR

01 CNPJ/CEI	02 Razão Social/Nome
10.869.782/0004-04	HOSPITAL SANTO AMARO

TRABALHADOR

10 PIS / PASEP	11 Nome
164.44147.41-8	MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS

17 Carteira de trabalho (Nº,Série,UF)	18 CPF	19 Data de nascimento	20 Nome da mãe
Nº 078652 Série: 0079-PE	800.381.314-04	21/03/1977	JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS

DADOS DO CONTRATO

22 Causa do afastamento
Despedida sem justa causa, pelo empregador

24 Data de admissão	25 Data aviso prévio	26 Data afastamento	27 Cód. afastamento	29 Pensão alim.(%)(Saque FGTS)
10/01/2015	05/12/2023	05/12/2023	SJ2	0,00%

30 Categoria do Trabalhador
01 - Empregado

31 Código sindical	32 CNPJ/Nome Entidade Sindical Laboral
021313891908	40.814.220/0001-73 - FEDERAÇÃO TRAB. ESTABEL. SERVICOS DE SAUDE DO NORDI

Foi prestada, gratuitamente, assistência na rescisão do contrato de trabalho, nos termos do artigo nº. 477, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sendo comprovado neste ato o efetivo pagamento das verbas rescisórias especificadas no corpo do TRCT, no valor líquido de R$ 6.585,33 (Seis mil, quinhentos e oitenta e cinco Reais e trinta e três centavos), o qual, devidamente rubricado pelas partes, é parte integrante do presente Termo de Homologação.

As partes assistidas no presente ato de rescisão contratual foram identificadas como legítimas conforme previsto na Instrução Normativa/SRT nº 15/2010.

Fica ressalvado o direito de o trabalhador pleitear judicialmente os direitos informados no campo 155, abaixo.

14 de 12 de 23

Angela Hermida
Analista de Adm. de Pessoal
Santa Casa de Misericórdia

150 Assinatura do Empregador ou Preposto

Maria Rita de Cassia dos Santos

151 Assinatura do Trabalhador

152 Assinatura do Responsável Legal do Trabalhador

153 Carimbo e Assinatura do Assistente

154 Nome do Órgão Homologador

155 Ressalvas

156 Informações a CAIXA:

A ASSISTÊNCIA NO ATO DE RESCISÃO CONTRATUAL É GRATUITA.
Pode o trabalhador iniciar ação judicial quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho (Inc. XXIX, Art. 7º da Constituição Federal/1988).

Portaria MTE nº 1.057/2012 de 06 de julho de 2012
Código: 004689 Departamento: 080902006001 - CONSERVACAO LIMPEZA Cargo: 3158 - AUX DE CONS. E LIMPEZA

Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 2f1bf87
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25070815113229100000089102919?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25070815113229100000089102919

FGTS
FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

Demonstrativo do Trabalhador de Recolhimento FGTS Rescisório

Identificador: 34035764908697822

Versão do Aplicativo: 3.3.17 - 24/01/2020

Dados do Empregador

Razão Social: HOSPITAL SANTO AMARO

CNPJ/CEI: 10.869.782/0004-04

Endereço

Logradouro: AV CRUZ CABUGA

Bairro: SANTO AMARO

Cidade: RECIFE

UF: PE

CEP: 50.040-000

FPAS: 639

Simples: 1

CNAE: 8610101

CNPJ/CEI Tomador de serviço:

Dados do Trabalhador

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS

PIS/PASEP: 16444147418

Admissão: 10/01/2015

Categoria: 01

Data Nascimento: 21/03/1977

Data Opcão: 10/01/2015

CTPS: 0078652/00079

Movimentação: 05/12/2023 - I1

Aviso Prévio: 2

Dissídio/Acordo:

Informações Financeiras

	Mês Anterior a Rescisão	Mês Rescisão	Aviso Prévio Indenizado	Multa Rescisória
Remuneração/Saldo	0,00	1.276,10	3.408,00	14.931,36
Depósito	0,00	102,08	272,64	5.972,54
JAM	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Social	0,00	0,00	0,00	0,00

Valor Trabalhador: 6.347,26

Valor Devido pela Empresa: 6.347,26

Cabe ao trabalhador os valores de Depósito e JAM

PJe
Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - b3b3693
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25070815113250100000089102920?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25070815113250100000089102920

TERMO ADITIVO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2022/2023

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PE001198/2022
DATA DE REGISTRO NO MTE: 23/11/2022
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR060191/2022
NÚMERO DO PROCESSO: 14021.143994/2022-38
DATA DO PROTOCOLO: 21/11/2022

NÚMERO DO PROCESSO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL: 13623.104843/2022-12
DATA DE REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL: 03/11/2022

Confira a autenticidade no endereço http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/.
FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE SERVICOS DE SAUDE DO NORDESTE , CNPJ n. 40.814.220/0001-73, neste ato representado(a) por seu ;

E

SINDICATO HOSPITAIS CLIN C SAUDE LB PESQ AN CLIN EST PE, CNPJ n. 24.129.058/0001-06, neste ato representado(a) por seu ;

celebram o presente TERMO ADITIVO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de abril de 2022 a 31 de março de 2023 e a data-base da categoria em 01º de abril.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAUDE**, com abrangência territorial em **PE**.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA TERCEIRA - PISOS SALARIAIS E REAJUSTE PARA OS EMPREGADOS QUE RECEBE ACIMA DO PISO

O presente aditivo visa modificar o parágrafo primeiro da Cláusula terceira que passará a vigorar com a seguinte redação:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Aos empregados que recebem acima dos pisos salariais previstos nesta Convenção será concedido um reajuste de 11,73% (onze vírgula setenta e três por cento), aplicado em 3 (três) parcelas, da seguinte forma:

5% (cinco por cento) a partir de 1º de abril de 2022, sobre os salários percebidos **em 01.04.2021**, com pagamentos retroativos dos meses de abril, maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro de 2022.

9% (nove por cento) a partir de 1º de novembro de 2022, sobre os salários percebidos 1º de abril 2021, sem pagamentos retroativos e sem sobreposição de valores.

11,73% (onze vírgula setenta e três por cento), a partir de 1º de janeiro de 2023 a 31 de março de 2023, sobre os salários percebidos em 1º de abril de 2021, sem pagamentos retroativos e sem sobreposição de valores.

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 0bd82eb

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES

OUTRAS NORMAS REFERENTES A CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO TRABALHO

CLÁUSULA QUARTA - DO AUXÍLIO CRECHE

O presente aditivo visa modificar alínea “c” da Cláusula vigésima segunda que passará a vigorar com a seguinte redação:

c) pagar por filho (a) a importância de R$ 77,57 (setenta e sete reais e cinquenta e sete centavos) mensais. As diferenças relativas ao período de 01.04.2022 e 31.10.2022, deverão ser pagas até o 5.º dia útil do mês de **JANEIRO 2023**. Este valor não possui natureza salarial.

MARIO JORGE DOS SANTOS FILHO
PRESIDENTE
FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE SERVICOS DE SAUDE DO NORDESTE

GEORGE MEIRA TRIGUEIRO
PRESIDENTE
SINDICATO HOSPITAIS CLIN C SAUDE LB PESQ AN CLIN EST PE

ANEXOS

ANEXO I - ATA DA AGE

Anexo (PDF)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço http://www.mte.gov.br.

Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 0bd82eb
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25070815113268600000089102921?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25070815113268600000089102921

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/2024

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PE001154/2023
DATA DE REGISTRO NO MTE: 13/11/2023
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR061949/2023
NÚMERO DO PROCESSO: 13623.201599/2023-16
DATA DO PROTOCOLO: 10/11/2023

Confira a autenticidade no endereço http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/.

SINDICATO HOSPITAIS CLIN C SAUDE LB PESQ AN CLIN EST PE, CNPJ n. 24.129.058/0001-06, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). GEORGE MEIRA TRIGUEIRO e por seu Procurador, Sr(a). SOLANGE LUIZA BEZERRA DE OLIVEIRA;

E

FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE SERVICOS DE SAUDE DO NORDESTE , CNPJ n. 40.814.220/0001-73, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARIO JORGE DOS SANTOS FILHO e por seu Procurador, Sr(a). MIRCIA GOUVEIA FERREIRA DOS SANTOS;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de abril de 2023 a 31 de março de 2024 e a data-base da categoria em 01º de abril.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO NORDESTE** , com abrangência territorial em **PE**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA TERCEIRA - PISOS SALARIAIS E REAJUSTE PARA OS EMPREGADOS QUE RECEBEM ACIMA DO PISO

Os pisos salariais dos empregados que trabalham em hospitais, casas de saúde e Organizações socais (OS) abrangidos por esta convenção serão os seguintes:

HOSPITAIS DE GRANDE PORTE (Hospital Memorial São José, Real Hospital Português, Hospital Esperança, com exceção do Hospital Santa Joana por ter feito acordo coletivo):

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3068775

Pessoal de Secretaria e Burocracia.....R$ 1.399,59

Pessoal de Serviços Gerais.....R$ 1.377,25

HOSPITAIS PORTE INTERMEDIÁRIO e OFTALMOLÓGICO, HOME CARE E HOSPITAL RESIDÊNCIA:

Pessoal de Secretaria e Burocracia.....R$ 1.377,25

Pessoal de Serviços Gerais.....R$ 1.363,84

HOSPITAIS CONVENIADOS AO SUS, HOSPITAIS DE FILANTROPIA E MISERICÓRDIA, HOSPITAIS COM ATIVIDADE PREPONDERANTE LIGADA AO SUS E OS (ORGANIZAÇÕES SOCIAIS), independentemente do número de leitos:

Pessoal de Secretaria e Burocracia.....R$ 1.351,56

Pessoal de Serviços Gerais.....R$ 1.348,20

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Aos empregados que recebem acima dos pisos salariais previstos nesta Convenção será concedido um reajuste de 4,36% (quatro virgula trinta e seis por cento), aplicado em 2 (duas) parcelas, da seguinte forma:

3% (três por cento) sobre o salário de 31 de março de 2023, a ser pago a partir de 01.º de abril de 2023 a 30 de setembro de 2023;

4,36% (quatro virgula trinta e seis por cento) sobre o salário de 31 de março de 2023 pagos a partir de 01º de outubro de 2023 até 30 de março de 2024;

PARÁGRAFO SEGUNDO: O reajuste concedido incidirá sobre o salário efetivamente recebido em 01.04.2022, compensando-se todas as antecipações salariais concedidas no período compreendido entre 01.04.2022 até 31.10.2023.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os reajustes salariais serão efetivados à oportunidade do pagamento na folha salarial do mês de novembro/2023, com quitação até o quinto dia útil do mês de dezembro/2023. As diferenças salariais decorrentes do atraso no registro da convenção serão pagas em forma de **ABONO** dividido em até 5 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, pagas a partir da folha salarial do mês de novembro/2023.

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3068775

PARÁGRAFO QUARTO: Para os empregados com salário superiores a dois tetos da previdência social (R$ 15.014,98), fica a critério da empresa a aplicação do índice desta convenção no salário do empregado ou pagamento de um prêmio, de uma única vez, nos termos do parágrafo 2 do artigo 457 da CLT.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA QUARTA - DO ADIANTAMENTO SALARIAL

As antecipações, adiantamentos, empréstimos e vales salariais que forem fornecidos aos empregados serão, obrigatoriamente, documentados em recibo ou vale passado em duas vias, uma das quais será entregue ao empregado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os pagamentos referentes à aquisição de medicamentos, material escolar ou outras utilidades que os empregadores quiserem adiantar em favor dos empregados, serão comprovados pelas correspondentes notas fiscais que permanecerão disponíveis para conferência pelo prazo de 30(trinta) dias contados da data do primeiro ou do único desconto em folha de pagamento.

Descontos Salariais

CLÁUSULA QUINTA - DO DESCONTO ALIMENTAÇÃO

O desconto correspondente ao fornecimento de alimentação, de qualquer natureza, obrigatório para os empregadores que possuam cozinha própria, incidirá sobre o salário base (sem adicionais) do empregado consumidor e não excederá de 2% (dois por cento), calculado sobre essa faixa.

CLÁUSULA SEXTA - INDENIZAÇÃO DOS DANOS E PREJUÍZOS

Os empregados da categoria obreira ficam obrigados a indenizar aos empregadores pelos danos ou prejuízos que causarem observando-se as determinações contidas no art. 462 § 1. º da CLT, efetuando-se o desconto em folha de pagamento, de uma só vez, ou, em até 04 (quatro) parcelas mensais sucessivas.

PARÁGRAFO ÚNICO: O valor do dano ou prejuízo será comprovado pelo documento legal de compra ou execução de serviços, conforme seja o caso de reposição ou de reparo, permanecendo o comprovante disponível à conferência do empregado pelo prazo de 30 (trinta) dias.

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3068775

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA SÉTIMA - DO SALÁRIO DO SUBSTITUTO

Ao empregado que for designado para exercer função, em substituição a outro, por motivo de férias regulares, afastamento, férias do substituído quando este optar pelo abono pecuniário de 10 (dez) dias, será garantido igual salário ao substituto, excluídas as vantagens de caráter pessoal do substituído.

PARÁGRAFO ÚNICO: Excetua-se desta cláusula, não ensejando a percepção do salário do substituído, os casos de treinamento na função que será levado a efeito, sob supervisão do empregador e por prazo não superior a 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

As empresas convenentes registrarão no e-Social ou outro sistema informatizado da Administração Pública que o substitua os atos contratuais habituais e os que se referirem à classificação profissional, promoção, vantagens e gratificações. Obrigando-se também a fornecendo-lhes contracheques com discriminação dos valores.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA NONA - DAS HORAS EXTRAS

As horas extras trabalhadas serão pagas com o adicional de 50%(cinquenta por cento) à 1ª(primeira) e 2ª(segunda) hora e de 100%(cem por cento) para as demais, ou seja, da 3º(terceira) hora em diante.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os plantonistas que por necessidade imperiosa do serviço, tiverem de dobrar o plantão, terão direito ao pagamento das horas extras com o adicional de 100% (cem por cento) a partir da primeira hora.

Adicional de Tempo de Serviço

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS ADICIONAIS POR TEMPO DE SERVIÇO

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3068775

Ao empregado que completar 05 (cinco) anos de serviços na empresa, será concedido um adicional de 5% (cinco por cento); ao que completar 10 (dez) anos de serviço, um adicional de 10% (dez por cento), assim sucessivamente, calculando-se os adicionais sobre o salário base e efetuando-se o pagamento mensalmente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregados que receberem salários superiores a um teto e meio da previdência social receberão adicional de até 15% para o terceiro quinquênio, sendo este o limite máximo de concessão de adicional por tempo de serviço.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica respeitado o direito adquirido dos empegados que tenham mais de 20 (vinte) anos de empresa e por isso tenham adicionais superiores a 15% por cento de quinquênio.

Adicional de Insalubridade

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE:

As empresas se obrigam ao pagamento do adicional de insalubridade ou de periculosidade, aos empregados que trabalham em condições nocivas ou perigosas, desde que tais condições sejam detectadas por perícia técnica legal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O percentual do Adicional de Insalubridade será calculado nos termos da legislação vigente (CLT e Portaria 3.214/78).

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica estipulado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data do registro desta convenção, para o empregador realizar perícia técnica objetivando averiguar a existência de agentes insalubre ou periculosos, salvo nos casos em que já houve a realização da perícia e a comprovação desta à Federação por meio do envio de cópia do laudo técnico.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A cópia do laudo técnico deverá ser entregue na FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO NE (mediante protocolo) no prazo máximo de 30 (trinta), após o requerimento pela Federação, podendo ser enviado por e-mail.

Seguro de Vida

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO SEGURO DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS

Fica garantido a todos os Empregados da Categoria um **SEGURO DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS** para os casos de Morte (natural ou acidentária) ou Invalidez por Acidente. O custeio será de responsabilidade exclusiva do empregador e não integrará a remuneração do empregado para nenhum efeito legal, sendo o capital segurado será de:

Morte (natural ou acidentária) ----------R$ 10.000,00.

Invalidez ----------R$ 10.000,00.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas que oferecerem seguro de vida e acidentes pessoais aos seus empregados, em condições mais vantajosas, ficam desobrigados de cumprir o benefício acima estabelecido.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO CONTRATUAL E REVERSÃO DE ESTABILIDADE

Fica facultado as empresas realizar as homologações das rescisões dos contratos de trabalho dos empregados na FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO NE , neste caso deverão eles encaminhar o pedido de homologação com antecedência, para evitar retardamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na data designada para homologação da rescisão contratual se o empregado, previamente avisado por escrito, não comparecer a Federação no dia e hora marcados, a Federação ficará obrigado a fornecer ao empregador documento comprovando a ausência do empregado, para fins de liberação do pagamento da multa do art. 477 da CLT.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No ato homologatório deverá o empregador comparecer munido da seguinte documentação do empregado: CTPS, devidamente atualizada, com anotação e baixa do contrato do trabalho; exame demissional; Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT); extrato do FGTS do empregado emitido pela conectividade social, independentemente do motivo da ruptura do contrato de trabalho; guia do depósito da multa dos 40% (quarenta por cento) sobre o FGTS; guias do seguro desemprego (quando a demissão se der por iniciativa do empregador); Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) e carta de referência.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Por ocasião da rescisão contratual, caso a empregada apresente comprovação de gravidez através de exame médico com teste de BHCG, esta deverá ser reintegrada pelo empregador nas mesmas condições anteriores a demissão, em consequência, devolverá os valores recebidos das verbas rescisória.

PARÁGRAFO QUARTO: Na hipótese da empregada ser laqueada, desde que apresente comprovação por declaração de próprio punho ou laudo médico, idosa maior de 60 anos e empregadas transgênero com Certidão de Nascimento constante como sexo feminino, não se faz necessária apresentação do referido exame.

PARÁGRAFO QUINTO: Aos contratos de trabalho que encerrarem no período compreendido entre 01 a 30 de março (seja por projeção do aviso prévio indenizado, seja pelo cumprimento do aviso prévio trabalhado), deverá ser acrescido às verbas rescisórias a multa prevista na Lei 6.708/89 e a Lei 7.238/89 que corresponde a um mês de salário do empregado.

PARÁGRAFO SEXTO: Havendo atraso no registro da convenção, os reajustes salariais ressalvados na homologação das rescisões de contrato feitas a partir de 01 de abril de cada ano, deverão ser pagos no prazo de sessenta dias após o registro da convenção no Ministerio do Trabalho e Emprego.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Nos casos de reintegração após o recebimento das verbas rescisórias e multa do FGTS, o (a) empregado (a) deverá devolver os referidos valores à empresa através de depósito em conta corrente de titularidade da empresa e apresentar comprovação, podendo parcelar o valor em até quatro

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3068775

vezes, sendo o montante descontado em contracheque, o desconto não poderá incidir sobre o vale refeição/alimentação e vale transporte.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA COMUNICAÇÃO DA DISPENSA POR JUSTA CAUSA

Quando o empregador romper o contrato de trabalho alegando justa causa, deverá comunicar o empregado por escrito e mencionar a falta grave cometida.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Normas Disciplinares

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - UTILIZAÇÃO DE CELULAR, DISPOSITIVOS E APLICATIVOS ELETRÔNICOS

No horário destinado ao trabalho e em caso de necessidade, deverá ser utilizado exclusivamente o celular corporativo para ligações telefônicas. Assim, resta proibido o uso de quaisquer outros dispositivos e aplicativos eletrônicos (a título exemplificativo: tablets, smartphones, Iwatch, facebook, whatsapp, instagram, entre outros) e fones de ouvido, durante a jornada de trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Diversamente, no horário destinado aos intervalos intra e inter jornadas, não poderá haver utilização do celular corporativo pelo empregado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O descumprimento das hipóteses contidas no caput e no parágrafo anterior é passível de punição disciplinar.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO AFASTAMENTO DO LOCAL DE TRABALHO

O empregado só poderá afastar-se do local de trabalho comunicando ao seu chefe ou qualquer outro superior hierárquico, sob pena de praticar ato de indisciplina punível conforme legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO CIENTE EM DOCUMENTOS

Os empregados ficam obrigados a colocar o seu “ciente” em todo e qualquer aviso, circular, correspondência, carta ou documento similar de natureza informativa que lhes for entregue pelo empregador, tendo, todavia, o direito a receber cópia do documento.

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3068775

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA ADOÇÃO DE FILHOS

Nos termos do Art.392-A da CLT, as empresas concederão licença remunerada de 120 (cento e vinte) dias para as empregadas que adotarem judicialmente criança.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ESTABILIDADE DA GESTANTE

Fica assegurada à empregada gestante, a estabilidade no emprego até 60 (sessenta) dias após o término da licença prevista no artigo 392 da CLT.

PARÁGRAFO ÚNICO: Veda-se ao empregador a utilização do prazo fixado nesta cláusula para concessão de férias ou de aviso prévio.

Estabilidade Pai

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA LICENÇA PATERNIDADE

O empregado fará jus a licença paternidade de 5(cinco) dias, a partir da data do nascimento do filho, devendo comprovar em 48 (quarenta e oito) horas úteis o fato mediante declaração do hospital ou profissional de saúde responsável pelo parto. Devendo esta ser entregue pessoalmente ou por meio de e-mail informado pela empresa.

Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA ESTABILIDADE PRÉ-APOSENTADORIA

Fica assegurada aos empregados que contam com mais de 05 (cinco) anos na empresa a estabilidade no emprego, durante os 12 (doze) meses que antecederem à concessão de sua aposentadoria, ressalvada os casos de rescisão por justa causa.

PARÁGRAFO ÚNICO:

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3068775

No início do período de 12 (dozes) meses que antecede a data de concessão da aposentadoria, o empregado obriga-se a informar ao empregador tal circunstância, sob pena de não ser beneficiado pela garantia prevista no caput desta cláusula.

Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO AUXÍLIO CRECHE

Para atendimento aos filhos **das profissionais** abrangidas por esta convenção, durante o período compreendido entre 5 (cinco) meses a 5 (cinco) anos 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias de vida destes filhos, as empresas poderão se utilizar de uma das 3 (três) alternativas a seguir descritas:

a) instalar a creche no próprio estabelecimento;

b) fazer convênio com entidade capacitada para o atendimento;

c) pagar por filho (a) a importância de **R$ 80,95 (oitenta reais e noventa e cinco centavos)** mensais. As diferenças relativas ao período de 01.04.2023 e 31.10.2023, deverão ser pagas até o 5.º dia útil do mês de janeiro **2024**. Este valor não possui natureza salarial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O ressarcimento se dará após a entrega no departamento de pessoal da empresa do recibo (que poderá ser de pessoa física que "cuida" da criança) ou nota fiscal, cabendo ao departamento de pessoal da empresa protocolar e controlar os recibos ou notas fiscais recebidas atendendo a determinação do art. 28, item 9, letra “s” da lei 8.212/91.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para que a empregada faça jus a este benefício deverá entregar a seguinte documentação ao departamento pessoal da empresa: certidão de nascimento do filho e carteira de vacinação atualizada. Este benefício só será devido a partir do momento que a documentação citada for entregue oficialmente a empresa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO VALE TRANSPORTE E DA SUSPENSÃO DO DEPÓSITO DOS VALORES NO CARTÃO

As empresas concederão aos seus empregados vales-transportes nos termos da Lei nº 7.418/85 e do Decreto nº 92.180/85, descontando 6% (seis por cento) do salário base, excluídos quaisquer adicionais ou vantagens.

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3068775

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas poderão deixar de inserir créditos no cartão **(sistema de passagens de transporte coletivo instituído em substituição ao vale transporte de papel),** quando for verificado que há acúmulo de valores que contabilizem superiores 60 (sessenta) dias de passagens.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Suspenso os créditos não poderá haver o desconto de 6% (seis por cento) feitos a título de vale transporte, previsto no Art.4.º, Parágrafo único da Lei 7.418/85.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O retorno do depósito de créditos no cartão, dar-se-á com a utilização dos créditos acumulados. Neste momento a empresa efetivará os créditos e o desconto salarial de 6% (seis por cento) previsto em Lei.

PARÁGRAFO QUARTO: O EMPREGADOR poderá optar por efetuar o pagamento do vale transporte em dinheiro, sem que isto caracterize-se como verba de natureza salarial.

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA ASSISTÊNCIA MÉDICA DE URGÊNCIA

Os empregadores se obrigam a proporcionar assistência médica de urgência aos seus empregados, desde que este esteja em serviço, não sendo abrangidas internações ou exames de alta complexidade.

PARÁGRAFO ÚNICO: O atendimento será sem ônus para os empregados, contudo, os empregadores que já prestarem assistência médica mais completa ou integral, ainda que mediante desconto módico, continuarão a proporcioná-la nas mesmas condições.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Compensação de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DAS JORNADAS ESPECIAIS DE TRABALHO

O sindicato dos empregados convenente, reconhecendo a natureza especial das atividades ligadas à área de saúde, manifesta sua concordância prévia com a implantação de horário de trabalho, em regime de plantão, mediante escalas de **12x36; 12x48; 12x60 e 5(cinco) dias x 1(um) dia.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O horário de trabalho em regime de plantão, mediante qualquer das escalas acima previstas já consagra a compensação dos dias de repouso, não sendo devida o pagamento em dobro quando o trabalho recair em domingos, dias santos ou feriados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os empregados que trabalharem nos horários definidos nesta cláusula registrarão a entrada e a saída dos plantões, sendo facultado o registro do intervalo de refeições, **que deverá ser de uma hora.**

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em face da especificidade do setor os empregados que trabalhem em Home Care e estiverem prestando serviços nas residências dos pacientes poderão ter o intervalo intrajornada fracionado em até quatro períodos.

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3068775

PARÁGRAFO QUARTO: A observância das escalas previstas na presente cláusula não gerará direito às horas extras desde que não ultrapassado o limite mensal de 220 horas, quando o regime de trabalho compreenda as 220 h trabalhadas. Não se aplica ao caso os regimes especiais que compreendam jornadas inferiores, cujo limite mensal deve observar o número de horas mensalmente trabalhadas. Inteligência da Súmula 431 do TST.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso o empregado já usufrua habitualmente de maior vantagem, inclusive com folga extra, fica garantida essa vantagem contratual.

PARÁGRAFO SEXTO: Conforme disposto no inciso III do artigo 611-A, a empresa poderá instituir 30 (trinta) minutos de intervalo intrajornada para os empregados, exceto os plantonistas, desde que a jornada seja superior a seis horas diárias. Em consequência, o empregado deverá deduzir esses minutos na sua jornada diária, podendo ser no início ou no fim, a escolha do empregador.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Será permitida a permuta de até 2 (dois) plantões mensais entre empregados de um mesmo hospital, desde que respeitado ao intervalo entre jornadas de, no mínimo, 11 (onze) horas, para ambos os permutantes. Esta troca deverá ser informada por escrito e com a assinatura dos permutantes no prazo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a sua realização. A comunicação conterá todas as referências necessárias à substituição, tais como: indicação do dia, nome do empregado substituto e demais informações exigidas pelo empregador à efetivação da permuta, sob pena de não ser permitida.

PARAGRAFO OITAVO: Nos casos em que a permuta seja solicitada pelo empregado, fica previamente autorizada a redução das 36h (trinta e seis horas), 48h (quarenta e oito horas) ou 60h (sessenta horas) de descanso prevista no caput desta cláusula, sem que isto implique no pagamento de horas extras.

PARÁGRAFO NONO: Em caso de falta do profissional substituto, apenas este poderá ser penalizado pela falta, visto que assumiu o compromisso de cumprir com o plantão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - BANCO DE HORAS E COMPENSAÇÃO DE JORNADA

Admite-se que sejam estabelecidos nas empresas os sistemas de compensação de jornada e de Banco de Horas, previsto no § 2º do Art. 59 da CLT, sendo dispensado o acréscimo de salário se **o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de 6 (seis) meses ou 1 (um) ano**, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

PARÁGRAFO ÚNICO:

Para homologação do banco de horas, pactuado com período superior a seis meses, será cobrada uma taxa de R$ 30,00 (trinta reais) por empregado assistido pelo banco.

Controle da Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - SISTEMA ALTERNATIVO DE CONTROLE DE PONTO

Fica convencionado que os empregadores poderão adotar em seus estabelecimentos diferentes sistemas de controle de jornada, podendo estes ser: manuais, eletrônicos, alternativo ou telemáticos (aplicativos ou quaisquer outros equipamentos / software mobile) observando sempre as especificidades previstas nos Art. 1.º e 2.º da Portaria n.º 373 de 25.02.11 ou de outra legislação acerca da matéria que a substitua.

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3068775

PARÁGRAFO PRIMEIRO: CONSIDERANDO que os registros de jornada são realizados pelos próprios empregados por meio de identificação digital, facial ou eletrônica, que conferem autenticidade aos apontamentos, fica ajustado que a **EMPRESA** está dispensada da obrigatoriedade de coleta de assinatura nos espelhos de ponto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica estabelecido que o EMPREGADO poderá ter acesso às informações a qualquer momento para consulta e acompanhamento via portal ou impressão do documento.

Faltas

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DA FALTA PARA ACOMPANHAMENTO DE PARENTES

A ausência do empregado ao trabalho, por motivo de internamento hospitalar de urgência, devidamente comprovado, de filhos, ascendentes, cônjuges, companheiro(a) com quem viva maritalmente e sejam reconhecidos pela Previdência Social, será considerada justa e não acarretará desconto de salário ou punição disciplinar, até o limite de três dias por semestre, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da **emissão** do atestado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Desde que comprovado por meio de atestado médico, as empregadas que se ausentarem do trabalho para acompanhar filhos de até 12 (doze) anos de idade, por período superior a três dias semestrais, não poderão ser punidas com advertência, suspensão ou dispensa por justa acusa por abandono de emprego. Todavia, o empregador não será obrigado a pagar salário após os três dias previstos nesta cláusula.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DA COMUNICAÇÃO ANTECIPADA DE AUSÊNCIA

O empregado que por antecipação tiver conhecimento de motivo legal previsto que o impeça de comparecer ao trabalho, deverá avisar ao empregador da sua futura ausência, sob pena de ser advertido e se reincidente suspenso.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - ATESTADO PARA JUSTIFICAÇÃO DE FALTA

A falta ao serviço por motivo de doença somente será justificada com a apresentação de atestado médico, que poderá ser fornecido pelo médico de plantão, médico da empresa, médico da Previdência Social, médicos de convênios particulares e pelo médico do sindicato profissional convenente, quando não existir médico na especialidade da doença. O atestado deverá ser entregue no prazo de 2 (dois) dias a contar da data da emissão do atestado.

Férias e Licenças

Licença Aborto

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DA LICENÇA POR ABORTO

Fica assegurado à empregada gestante que, involuntariamente ou por acidente, tenha sua gravidez interrompida em consequência de aborto, o repouso de 30 (trinta) dias, nestes incluídos os dias determinados pelo artigo 395 da CLT.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Não haverá perda salarial no período de repouso de que trata esta cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A concessão do repouso dependerá da apresentação do atestado médico elucidativo passado pelo médico que acompanhar a empregada gestante.

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DO FERIADO DA CATEGORIA

O dia 12 (doze) de maio será consagrado como a data aos profissionais pertencentes a essa categoria no Estado de Pernambuco, ficando assegurado aos profissionais que trabalhem nesse dia, o recebimento do salário a ele correspondente em dobro.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Condições de Ambiente de Trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DO LOCAL PARA DESCANSO

As empresas com mais de 20 (vinte) empregados se esforçarão para proporcionar local adequado à realização das refeições durante o intervalo previsto no art. 71 da CLT.

PARÁGRAFO ÚNICO: Em face da especificidade do setor, ante as próprias condições de acomodação existentes na residência dos pacientes, fica reconhecida como cumprida a obrigatoriedade da empresa manter local de descanso para os empregados que trabalhem em Home Care e estiverem prestando serviços nas residências dos pacientes.

Equipamentos de Proteção Individual

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DA OBRIGAÇÃO DO USO DO EPI

O empregado que trabalhar em local insalubre ou periculoso, fica obrigado a usar os equipamentos de proteção individual (EPI) fornecido gratuitamente pelo empregador, sob pena desta recusa configurará ato de insubordinação, justificando a suspensão ou a dispensa por falta grave (indisciplina).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DA ENTREGA, USO E CONSERVAÇÃO DOS EPI´S

Os Equipamentos de Proteção Individual (EPI’ s), ou materiais necessários ao trabalho, serão entregues aos empregados, mediante recibo, obrigando-se os mesmos a usá-los, conservá-los e devolvê-los, em perfeito estado de conservação e funcionamento, ressalvados os casos de desgaste natural pelo uso.

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3068775

Uniforme

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DO USO OBRIGATÓRIO DE FARDAMENTO

Adotado nos estabelecimentos patronais, o uso obrigatório de fardamento, ficará o empregador obrigado a, mediante recibo, fornecê-los gratuitamente, até 2(dois) uniformes por ano, obrigando-se o empregado ao seu uso, exclusivamente em serviço, bem como à sua conservação, ressarcindo o empregador nos casos de dano, venda ou extravio.

PARÁGRAFO ÚNICO: Entende-se por fardamento o vestuário padrão de todos os empregados, tendo o mesmo um único estilo, corte, cor e, quando exigido, gravado com o logotipo da empresa.

CIPA – composição, eleição, atribuições, garantias aos cipeiros

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DA ELEIÇÃO DA CIPA

Quando solicitado, as empresas comunicarão à Federação convenente a realização de eleições da CIPA, com antecedência de 30 (trinta) dias, cientificando-se ainda do resultado do pleito, tudo nos termos da NR-05 item 5.14.1 da Portaria 3214/78.

Profissionais de Saúde e Segurança

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - SESMT COMUM

Fica ajustado que as empresas pertencentes a um mesmo grupo econômico, que estejam localizadas em um mesmo município ou em municípios limítrofes, podem constituir SESMT comum conforme previsto na NR 4 em seu item 4.14.4, que dispõe:

4.14.4 - As empresas que desenvolvem suas atividades em um mesmo pólo industrial ou comercial podem constituir SESMT comum, organizado pelas próprias empresas interessadas, desde que previsto nas Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho das categorias envolvidas.

Garantias a Portadores de Doença não Profissional

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - ACIDENTE DE TRABALHO

Ao empregado afastado por acidente de trabalho será assegurado o valor do 13º salário integral, como se em atividade estivesse.

Relações Sindicais

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3068775

Sindicalização (campanhas e contratação de sindicalizados)

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - DO PLANO DE ASSISTÊNCIA FAMILAR - PAF

Fica criado o Plano de Assistência Familiar -PAF que dispõe das assistências: I- odontológica completa de acordo com todos os procedimentos previstos pela ANS e II- telemedicina, nas especialidades: (clínico geral, psicologia, pediatria, cardiologia, nutrição, dermatologia, genecologia\obstetrícia, urologia, mastologia, psiquiatria), concedidos aos membros da categoria e seus dependentes que optarem pela sua aquisição, no valor mensal de R$ 14,00 (quatorze reais) por vida;

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Federação encaminhará ao departamento pessoal da empresa a relação de empregados e/ou seus dependentes através de ficha de adesão, que aderiram ao PAF, para que seja abatido de seu salário, o valor relativo à mensalidade do plano.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A empresa repassará à gestora do PAF (AGIBEN BENEFÍCIOS LTDA - CNPJ 46.731.059/0001-50), os valores descontados dos empregados e/ou seus dependentes que aderiram ao plano, de forma mensal, através de faturamento emitido pela gestora Agiben.

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DO ACESSO AOS DIRIGENTES SINDICAIS ÀS EMPRESAS

Fica assegurado aos diretores do Sindicato dos empregados, o direito de ingresso, no recinto de qualquer entidade patronal convenente, desde que a visita seja previamente comunicada à direção do estabelecimento a ser visitado e ajustada entre as partes com antecedência, de modo a prever dia, hora e finalidade da visita que se efetivará depois do segundo dia do ajuste.

Representante Sindical

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - LIBERAÇÃO DOS DIRIGENTES SINDICAIS

Assegura-se a frequência livre dos dirigentes sindicais para atenderem à realização de assembleias, congressos, seminários, cursos pertinentes e reuniões sindicais devidamente convocados pelo diretor presidente do sindicato dos empregados. A convocação deverá ser feita por escrito com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas. A participação nos mencionados eventos, por parte dos dirigentes, será limitada a 01 (um) congresso e a 02 (dois) seminários ou cursos por ano e a 01 (um) expediente por semana para reuniões de diretoria, sempre sem prejuízo da remuneração, limitando-se 01 (um) dirigente por estabelecimento.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA DOS

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3068775

EMPREGADORES:

As empresas pertencentes as categorias econômicas, associadas ou não ao SINDICATO DOS HOSPITAIS, CLÍNICAS, CASAS DE SAÚDE, LABORATÓRIOS DE PESQUISAS E ANÁLISES CLÍNICAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO – SINDHOSPE, obrigam-se a recolher à sua entidade patronal a contribuição confederativa prevista no inciso IV do artigo 8º da Constituição Federal, da seguinte forma:

1ª PARCELA: Equivalente à aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor bruto da folha de pagamento do mês de fevereiro de cada ano, com vencimento em 31 de março de cada ano.
2ª PARCELA: Equivalente à aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor bruto da folha de pagamento do mês de agosto de cada ano, com vencimento em 30 de setembro de cada ano.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em caso de mora, multa de 10% (dez por cento) e correção monetária do débito com base na variação do IPCA.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O valor mínimo do recolhimento para as empresas será de R$ 85,00 (oitenta e cinco reais), mesmo que sua folha de pagamento seja inferior ao valor supra referido ou não tenha empregados.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL:

Fica estabelecida a contribuição assistencial patronal no importe de 10% (dez por cento), a ser paga em duas parcelas de 5% (cinco por cento) cada uma, incidindo referido percentual sobre a folha de pagamento dos meses de fevereiro e agosto de cada ano, devendo o recolhimento ser efetuado em 31 de março e 30 de setembro de cada ano respectivamente.

Os estabelecimentos de serviços de saúde que pagarem a contribuição confederativa estarão **isentos** do recolhimento da contribuição assistencial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas terão o prazo de 30 (trinta) dias para se pronunciarem contra o pagamento da referida contribuição, sob pena de não o fazendo serem consideradas devedores, sujeitando-se a ação de cumprimento perante a justiça do trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os estabelecimentos de serviços de saúde que pagarem a contribuição confederativa estarão isentos do recolhimento da contribuição assistencial.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - TAXA ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS

A Taxa Assistencial regulamentada por força soberana de Assembleia Geral Extraordinária corresponde a um percentual sobre o salário de todos os empregados abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho. Dessa forma, a respectiva contribuição deverá ser recolhida a favor da FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO NE, em duas parcelas de R$ 30,00 (trinta reais) pagas da seguinte forma:

1ª parcela – Até o quinto dia útil do mês de dezembro/2023.

2ª parcela – Até o quinto dia útil do mês de janeiro/2024.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregadores ficam obrigados a repassar à Federação os valores e a relação nominal dos empregados que permitiram o desconto, dentro do prazo de dez dias a contar de sua efetivação, sob pena de responsabilidade.

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3068775

Os valores pagos serão entregues diretamente na tesouraria da Federação, mediante recibo prestado por esta ou serem depositados na conta bancária da Federação: Banco do Brasil, Agência 0697-1, conta corrente 71031-8.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Dar-se-á o prazo de **10(dez) dias**, após o registro da presente Convenção Coletiva para que os empregados se manifestem através de carta de oposição para o desconto da respectiva taxa. A formalização da oposição quanto ao desconto, deverá ser através de carta individual a próprio punho, direcionada ao presidente da entidade, onde deverá constar as seguintes informações, sob pena de não ser recebida: (nome completo, função, RG, CPF, endereço residencial e empresa onde trabalha). A carta de oposição deverá ser em duas vias e ser entregue pelo próprio empregado oponente, na sede da Federação, no horário das 8h às 14h. A cópia da carta de oposição protocolada pela federação, deverá ser entregue pelo empregado ao departamento pessoal da empresa em até 48 (quarenta e oito) horas após a formalização da oposição ao desconto.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Neste instrumento a Federação confessa que é o único e exclusivamente responsável por qualquer pedido de devolução de contribuição que tenha recebido e posteriormente seja considerada indevida ou irregular, isentando as empresas e o sindicato patronal por quais quer responsabilidades sejam elas judiciais ou extrajudiciais, inclusive inquéritos e processos apresentados pelo Ministério Público do Trabalho. A empresa empregadora, tem ciência, neste ato, que não poderá colocar modelo de carta de oposição a taxa assistencial em seus quadros de avisos ou por meio de intranet e fomentar carro institucional da empresa com intuito de levar os empregados para o ato da entrega de oposição.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA DOS EMPREGADOS

Fica assegurado o desconto em folha de pagamento da **CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ASSOCIATIVA** dos empregados, conforme estatuto. O empregador será obrigado a recolher e repassar ao sindicato dos empregados as quantias descontadas repassando os valores diretamente na tesouraria do sindicato obreiro ou depositá-las no Banco Bradesco, Agência 0290-9, Conta poupança 1005700-0 até o **5º (quinto) dia útil** do mês subsequente ao desconto.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor da CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ASSOCIATIVA, será comunicado aos estabelecimentos patronais até o dia 30 (trinta) de cada mês.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As empresas comprometem-se a encaminhar ao sindicato dos empregados, no prazo de até 15 (quinze) dias após o desconto, cópia da guia de **CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ASSOCIATIVA** com a relação nominal dos empregados e respectivos salários.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Para a efetivação do referido desconto deverá ser encaminhado ao setor de RH ou de Pessoal, conforme o caso, a autorização do empregado.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - DO QUADRO DE AVISO

As empresas manterão a disposição da FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO NE quadro de avisos, destinado à divulgação de assuntos do interesse dos empregados, vedada matéria ofensiva a quem quer que seja.

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3068775

PARÁGRAFO ÚNICO: As comunicações a serem afixadas no quadro de avisos serão encaminhadas pela Federação dos empregados às empresas, obrigando-se estas a afixá-las no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado do recebimento e deixá-las afixadas pelo período que for sugerido pela Federação.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - QUITAÇÃO ANUAL DAS VERBAS TRABALHISTAS

Conforme artigo 507-B da CLT, fica facultado ao empregador a quitação anual das verbas trabalhistas com a assistência da FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO NE mediante o pagamento de uma taxa de R$ 100,00 (cem reais) por cada quitação, para cobrir as atividades técnicas da Federação. **A empresa deverá levar no ato as comprovações de pagamento do INSS, FGTS, entrega de PPP dos últimos 5 (cinco) anos e média de cálculo que utilizou para a quitação**

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - DA PRÁTICA DO ASSÉDIO MORAL, SEXUAL E ANTISSINDICAL

A empresa observará e coibirá qualquer tipo de assédio que tomar conhecimento, principalmente Moral, Sexual e a prática de políticas antissindicais.

Outras disposições sobre representação e organização

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.

Com base no que dispõe o artigo 513 da CLT, fica estabelecida a **TAXA DE CUSTEIO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL** no valor de R$ 6,00 (seis reais) por empregado ativo pertencente a categoria profissional representada pela FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO NE no mês de janeiro de 2023.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As EMPRESAS realizarão o pagamento à FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO NE no mês de **janeiro/24**, através de depósito bancário na conta bancária da Federação: Banco do Brasil, Agência 0697-1, conta corrente 71031-8.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A contribuição referida no *caput* desta cláusula destina-se à qualificação profissional dos trabalhadores e seu aprimoramento técnico constante, para elevação dos níveis de produtividade com qualidade do setor, a FEDERAÇÃO colocará à disposição dos trabalhadores seu Programa de Capacitação e Desenvolvimento Profissional através de cursos voltados para a área da saúde ou não. Dentro das normas estabelecidas pela FEDERAÇÃO, os cursos devem também versar sobre os temas relacionados a: *compliance*, ética no trabalho, LGPD para recepcionistas, DP e RH, atendimento com excelência, faturamento de contas médicas/hospitalares, auditoria de contas médicas/hospitalares, glosas.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A FEDERAÇÃO promoverá também Programa de Capacitação e Desenvolvimento Profissional específicos para Deficientes Físicos, buscando aproximar as necessidades

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3068775

especiais destes às atividades desenvolvidas pelas empresas na área de saúde, informando ao SINDICATO PATRONAL a existência destes trabalhadores capacitados e dando oportunidade de contratação pelos seus associados para o cumprimento do disposto na Lei Federal n° 7.853/89.

PARÁGRAFO QUARTO - A contribuição referida no caput desta cláusula substitui integralmente toda e qualquer outra contribuição ou nomenclatura que venha a ser criada, determinada por lei ou decisão judicial, na qual o ônus do pagamento recaia à custa das EMPRESAS, valendo como total quitação sobre as mesmas.

PARÁGRAFO QUINTO - O custeio mencionado nesta cláusula não se incorpora às futuras convenções coletivas, salvo nova negociação entre as partes, reservando-se o SINDICATO PATRONAL ao direito de não renovar esta cláusula, caso o programa de capacitação promovido pela FEDERAÇÃO não tenha alcançado seu objetivo, no ano anterior, aos propósitos para o qual foi criado.

PARÁGRAFO SEXTO – Caberá a FEDERAÇÃO a divulgação deste programa as empresas e aos trabalhadores da categoria.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - DA REPRESENTAÇÃO PELA FEDERAÇÃO

Conforme determinado em Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 11.03.2022 a FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO NE representará os trabalhadores pertencentes a categoria do SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM, TÉCNICOS, DUCHISTAS, MASSAGISTAS E EMPREGADOS EM HOSPITAIS E CASAS DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO para fins desta Convenção Coletiva de Trabalho, que vigorará no período de 01.04.2022 a 31.03.2024.

Disposições Gerais

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - DA MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

Fica estipulado a aplicação de uma multa contra o empregador que descumprir quaisquer das cláusulas desta Convenção Coletiva de Trabalho (independentemente do número de infrações) no valor do salário base do empregado lesado, sendo esta revertida 50% (cinquenta por cento) a favor dele e 50% (cinquenta por cento), a favor da FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO NE.

.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - DA AÇÃO DE CUMPRIMENTO

As empresas representadas pelo sindicato patronal reconhecem legitimidade da FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO NE, exceto para ajuizar ação de

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3068775

cumprimento da presente convenção coletiva, que poderá ser proposta independentemente de outorga de poderes dos empregados.

Outras Disposições

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - ENTREGA DE DOCUMENTOS À FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS

Este ano, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do registro da presente Convenção Coletiva de Trabalho, os empregadores fornecerão à FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO NE a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) ou documento que a substitua em razão da implantação do sistema E-Social.

}

GEORGE MEIRA TRIGUEIRO
Presidente
SINDICATO HOSPITAIS CLIN C SAUDE LB PESQ AN CLIN EST PE

SOLANGE LUIZA BEZERRA DE OLIVEIRA
Procurador
SINDICATO HOSPITAIS CLIN C SAUDE LB PESQ AN CLIN EST PE

MARIO JORGE DOS SANTOS FILHO
Presidente
FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE SERVICOS DE SAUDE DO NORDESTE

MIRCIA GOUVEIA FERREIRA DOS SANTOS
Procurador
FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE SERVICOS DE SAUDE DO NORDESTE

ANEXOS
ANEXO I - ATA DE AGE FETESSNE

Anexo (PDF)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço http://www.mte.gov.br.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO - PPP

DADOS ADMINISTRATIVOS

1 - CNPJ do Domicílio Tributário/CEI/CAEPF/CNO	2 - Nome Empresarial	3 - CNAE
CNPJ:10.869.782/0004-04	HOSPITAL SANTO AMARO	861010-1

4 - Nome do Trabalhador	5 - BR/PDH	6 - CPF
MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS	NA	800.381.314-04

7 - Data do Nascimento	8 - Sexo(F/M)	9 - Matrícula do Trabalhador no eSocial	10 - Data de Admissão	11 - Regime revezament
21/03/1977	F	F01008004689	10/01/2015	NA

12 - CAT REGISTRADA

12.1 - Data do Registro	12.2 - Número da CAT	12.1 - Data do Registro	12.2 - Número da CAT
03/07/2023		08/07/2016	201625746-8/101

13 - LOTAÇÃO E ATRIBUIÇÃO

13.1 - Período	13.2 - CNPJ/ CEI/ CAEPF/CNO	13.3 - Setor	13.4 - Cargo	13.5 - Função	13.6 - CBO	13.7 - Cód GFIP/eSo
10/01/2015 a 05/12/2023	10.869.782/0004-04	CONSERVACAO L	AUX DE CONS. E LIMP	NA	514320	04

14 - PROFISSIOGRAFIA

14.1 - Período	14.2 - Descrição das Atividades
10/01/2015 a 05/12/2023	Organização e higienização dos equipamentos e instrumentos de trabalho, abastecimentos e identificação de bombonas d produtos, uso de enceradeira industrial, limpeza concorrente e terminal, coleta de resíduos comuns e infectantes, armazenamento e transporte até o abrigo temporário, uso de EPIS, uso de fardamento, tratamento de piso.

REGISTROS AMBIENTAIS

15 - EXPOSIÇÃO A FATORES DE RISCOS

15.1 - Período	15.2 - Tipo	15.3 - Fator de Risco	15.4 - Intensidade/ Concentração	15.5 - Técnica Utilizada	15.6 - EPC Eficaz (S/N)	15.7 - EPI Eficaz (S/N)	15.8 - CA EPI
10/01/2015 a 05/12/2023	B	Biológicos: Vírus/Bact	NA	QUALITATIVA	Sim	Sim	27785,132 1,41772,3 564

15.9 - Atendimento aos requisitos das NR-06 e NR-01 do MTP pelos EPIs informados (*)	Sim/Não
Medida de Proteção:Foi tentada a implementação de medidas de proteção coletiva, de caráter administrativo ou de organização do trabalho, optando-se pelo Equipamento de Proteção Individual - EPI por inviabilidade técnica, insuficiência ou interinidade, ou ainda em caráter complementar ou emergencial?	Sim
Condição de Funcionamento do EPI: Foram observadas as condições de funcionamento e do uso ininterrupto do EPI-ao longo do tempo, conforme especificação técnica do fabricante, ajustada às condições?	Sim
Prazo de Validade do EPI: Foi observado o prazo de validade, conforme Certificado de Aprovação - CA do MTP?	Sim
Periocidade da Troca do EPI:Foi observada a periodicidade de troca definida pelos programas ambientais, comprovada mediante recibo assinado pelo usuário em época própria?	Sim
Higienização do EPI: Foi observada a higienização?	Sim

16 - RESPONSÁVEL PELOS REGISTROS AMBIENTAIS

16.1 - Período	16.2 - CPF	16.3 - Registro Conselho de Classe	16.4 - Nome do Profissional Legalmente Habilitado
01/01/2022 a 05/12/2023	022.863.304-41	CREA - 049232	RICARDO DAQUINO FONSECA FILHO
01/11/2021 a 31/12/2022	025.926.954-94	CREA - 32614	EBENEZER DE FRANCA SANTOS
10/01/2015 a 31/10/2021	616.611.474-53	MTE - 31/00404-1	FABIO SILVA DE MIRANDA

RESPONSÁVEIS PELAS INFORMAÇÕES

Declaramos, para todos fins de direito, que as informações prestadas neste documento são verídicas e foram transcritas fielmente dos regist administrativos, das demonstrações ambientais e dos programas médicos de responsabilidade da empresa. É de nosso conhecimento que a prestaç de informações falsas neste documento constitui crime de falsificação de documento público, nos termos do art. 297 do Código Penal e, também, c tais informações são de caráter privativo do trabalhador, constituindo crime, nos termos da Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, práticas discriminatór decorrentes de sua exigibilidade por outrem, bem como de sua divulgação para terceiros, ressalvado quando exigida pelos órgãos públicos competent

17 - Data Emissão PPP	18 - Representante Legal da Empresa	
07/12/2023	18.1 - CPF do Representante Legal 026.802.884-24	18.2 - Nome do Representante Legal KATIA TATIANA DE ALBUQUERQUE LIMA
	10.869.782/0004-04 (Carimbo da Empresa) Santa Casa de Misericórdia do Recife Hospital Santo Amaro Av. Dos Coqueiros, 623 Santo Amaro - CEP: 50040-000 Recife - PE	(Assinatura física ou eletrônica)

OBSERVAÇÕES

As informações constantes da Seção III, Resultados de Monitoração Biológica foram revogadas pelo Memorando-Circular Conjunto nº 02/INSS/DIRBEN/DIREP, de 15/01/2004 em função da vigência da Resolução 1715/2004, do CFM.

Matrícula: 004689

Produção (rh3) - 1

Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 91ae8b2
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25070815113336900000089102923?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25070815113336900000089102923

MANUAL DE NORMAS E PROCEDIMENTOS DO SERVIÇO MÉDICO PESSOAL

	PROCEDIMENTO	CÓDIGO	REVISÃO
Setor	Controle de Fornecimento de EPI e outros assessórios	P 31.01	0

Maria Rita Cassia dos Santos
ASG (4689)

NOME | CARTEIRA PROFISSIONAL/SÉRIE | REGISTRO | DATA ADMISSÃO

Calçado			Diâmetros dos condutores auditivos						Uso óculos grau?
BOTA Nº	CONCHA Nº	SAPATO Nº	OD	M G	OE	P	M. G.	SU	SIM NÃO

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro para todos os fins legais [illegible] Equipamentos de Proteção Individual [illegible] recebidos [illegible] como também [illegible] bem como [illegible] os riscos. Estou ciente da [illegible] responsabilizar-se por sua guarda e conservação [illegible] Nº 1, [illegible] sendo feito na folha de ficha de user EPI's [illegible] fornecido pela Empresa incorrerei nas penalidades previstas [illegible] Nº 1, [illegible] Parágrafo 3º [illegible] o desconto por [illegible] do custo da reposição do item que eventualmente [illegible] o provocou. No EPI [illegible] que [illegible]

08/01/15 Maria Rita de Cassia dos Santos
Assinatura do colaborador

Código dos EPI's

16 – Luva [illegible]	41 – [illegible]	
17 – Luva [illegible]	[illegible]	
18 – [illegible] de limpeza (par)	[illegible]	
19 – [illegible]	[illegible]	
20 – [illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	
25 – Cinto [illegible]	[illegible]	
26 – Colete [illegible]	41	
27 – Cinto [illegible]		
[illegible]		
[illegible]		

Nº	Código	Data Entrega	Assinatura	Nº	Código	Data Entrega	Assinatura
01	04	08/01/15	Maria Rita	01	013	01-08/16	Maria Rita
01	13	08/01/15	Maria Rita	01	13	04/10/16	Maria Rita
01	39	08/01/15	Maria Rita	01	13	16/11/16	Maria Rita
01	35	08/01/15	Maria Rita	01	39	16/11/16	Maria Rita
01	25	08/01/15	Maria Rita	01	13		
01	39	17/04/15	Maria Rita				
01	015	26/06/15	Maria Rita				
01	13	02/07/15	Maria Rita				
02	13	02/09/15	Maria Rita				
01	15	25/09/15	Maria Rita				
02	13	04/01/16	Maria Rita				
01	39	22/01/16	Maria Rita				
01	13	22/01/16	Maria Rita				
01	39	17/02/16	Maria Rita				
01	14	05/04/16	Maria Rita				
02	14	08/07/16	Maria Rita				
01	39	08/07/16	Maria Rita				

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3c34491

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE

CONTROLE DE ENTREGA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E OUTROS ACESSÓRIOS

EMPRESA: ***Santa Casa de Misericórdia do Recife – Hospital Santo Amaro -***
C.N.P.J. n° 10.869.782/0004-04
Av. Cruz Cabugá , 1563 Santo Amaro

NOME: Maria Rita Cassia dos Santos
FUNÇÃO: ASG (4689)

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro para todos os efeitos legais, ter recebido os Equipamentos de Proteção Individual relacionados abaixo, como também ter sido treinado quanto ao uso dos mesmos. Estou ciente das obrigações constantes da NR 6, Portaria 3.214, sub-item 6.7.1, a saber: usá-lo apenas para a finalidade a que se destina; responsabilizar-se pela sua guarda e conservação e comunicar qualquer alteração que o torne impróprio para o uso. Estou ainda ciente de que a Empresa disponibiliza nos locais de trabalho, de forma a garantir o imediato fornecimento ou reposição, sempre que necessário os EPI´s para utilização/prevenção e concordo ser ato faltoso a recusa injustificada de usar EPI's ora fornecido pela Empresa incorrendo nas penalidades previstas na Lei (NR 1, sub-item 1.8.1 da Portaria 3.214), como também, atesto tê-lo recebido em perfeitas condições.

Estou ciente de que o EPI recebido deve ser impreterivelmente utilizado nos procedimentos relacionados do seu campo de aplicação e que os do tipo descartável, devo utilizá-lo várias vezes por dia, sendo que um por vez, ou seja, apenas um uso por vez.

Recife, 13 / 12 -/2016 Maria Rita de Cassia dos SANTOS
Assinatura do empregado

Códigos dos EPI's

01 -Avental de PVC
02 -Avental de tecido
03 - Bata em tecido longa
04 -Bota de PVC (par)
05 -Bota de couro (par)
06 -Capa de chuva
07 -Calça em tecido
08 -Camisa em tecido
09 -Cinto de segurança tipo paraquedista
10 -Creme protetor para pele
11 -Filtro químico p/ respirador
12 -Filtro mecânico p/ respirador
13 – Luva de látex (par)
14 - Luva de malha (par)
15 - Luva de PVC (par)
16 - Luva de procedimentos cirúrgicos (par)
17 -Luva para solventes (par)
18 -Luva para produtos químicos/material de limpeza (par)
19 -Luva de vaqueta cano curto (par)
20 -Luva de vaqueta cano longo (par)
21 -Luva de raspa cano curto (par)
22 -Luva de raspa cano longo (par)
23 - Óculos seg. ampla visão incolor
24 - Óculos seg. ampla visão escuro
25 -Óculos seg. Incolor
26 - Óculos seg. Incolor c/ lente de grau
27 - Óculos seg. escuro
28 - Protetor auricular tipo concha
29 – Protetor auditivo tipo plug
30 – Protetor de braço
31 - Protetor facial
32 – Máscara Resp. p/poeiras
33 – Máscara Resp. p/gases/vapores/poeiras/fumos
34 – Máscara N95
35 - Respirador descartável
36 - Respirador p/procedimentos cirúrgicos
37 - Roupa impermeável
38 - Touca
39 - Sapato de segurança (par)
40 - Capacete completo
41 - Outros Sapato Soft works

QTD	CÓDIGO	N° CA	DATA ENTREGA	ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO	DATA DEVOLUÇÃO
01	13	34141	13-12-16	Maria Rita	
01	13	30133	13-12-16	Maria Rita	
01	13	34794	03-02-17	Maria Rita	
01	13	34141	03-02-17	Maria Rita	
01	14	37930	09-03-17	Maria Rita	
01	13	34141	20-04-17	Maria Rita	
01	13	34141	20-04-17	Maria Rita	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3c34491

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE

CONTROLE DE ENTREGA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E OUTROS ACESSÓRIOS

EMPRESA: ***Santa Casa de Misericórdia do Recife – Hospital Santo Amaro -***
C.N.P.J. N° 10.869.782/0004-04
Av. Cruz Cabugá, 1563 Santo Amaro

NOME: Maria Rita Cassia dos Santos
FUNÇÃO: ASG

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro para todos os efeitos legais, ter recebido os Equipamentos de Proteção Individual relacionados abaixo, como também ter sido treinado quanto ao uso dos mesmos. Estou ciente das obrigações constantes da NR 6, Portaria 3.214, sub-item 6.7.1, a saber: usá-lo apenas para a finalidade a que se destina; responsabilizar-se pela sua guarda e conservação e comunicar qualquer alteração que o torne impróprio para o uso. Estou ainda ciente de que a Empresa disponibiliza nos locais de trabalho, de forma a garantir o imediato fornecimento ou reposição, sempre que necessário os EPI´s para utilização/prevenção e concordo ser ato faltoso a recusa injustificada de usar EPI's ora fornecido pela Empresa incorrendo nas penalidades previstas na Lei (NR 1, sub-item 1.8.1 da Portaria 3.214), como também, atesto tê-lo recebido em perfeitas condições.

Estou ciente de que o EPI recebido deve ser impreterivelmente utilizado nos procedimentos relacionados do seu campo de aplicação e que os do tipo descartável devem utilizá-lo várias vezes por dia, sendo que um por vez, ou seja, apenas um uso por vez.

Recife, ____/____/2020 – Maria Rita
Assinatura do empregado

Códigos dos EPI's

01 -Avental de PVC
02 -Avental de tecido
03 –Bata em tecido longa
04 -Bota de PVC (par)
05 -Bota de couro (par)
06 -Capa de chuva
07 -Calça em tecido
08 -Camisa em tecido
09 -Cinto de segurança tipo paraquedista
10 -Creme protetor para pele
11 -Filtro químico p/ respirador
12 -Filtro mecânico p/ respirador
13 – Luva de látex (par)
14 – Luva de malha (par)
15 – Luva de PVC (par)
16 – Luva de procedimentos cirúrgicos (par)
17 -Luva para solventes (par)
18 -Luva para produtos químicos/material de limpeza (par)
19 -Luva de vaqueta cano curto (par)
20 - Luva de vaqueta cano longo (par)
21 -Luva de raspa cano curto (par)
22 -Luva de raspa cano longo (par)
23 – Óculos seg. ampla visão incolor
24 –Óculos seg. ampla visão escuro
25 –Óculos seg. Incolor
26 – Óculos seg. Incolor c/ lente de grau
27 – Óculos seg. escuro
28 – Protetor auricular tipo concha
29 – Protetor auditivo tipo plug
30 – Protetor de braço
31 – Protetor facial
32 – Másc. Resp. p/poeiras
33 – Másc. Resp. p/gases/vapores/poeiras/fumos
34 – Máscara N95
35 – Respirador descartável
36 – Respirador p/procedimentos cirúrgicos
37 – Roupa impermeável
38– Touca
39 – Sapato de segurança (par)
40 –Capacete completo
41 - Outros ____

QTD	CÓDIGO	N° CA	DATA ENTREGA	ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO	DATA DEVOLUÇÃO
02	13		19/05/2020	Maria Rita	
01	34.		25/05/2020	Maria Rita	
01	34		26/06/20	Maria Rita	
01	34	41514	08.9.20	Maria Rita	
01	13		16/10/2020	Maria Rita	
02	34		16/10/2020	Maria Rita	
01	34		26/10/2020	Maria Rita	
01	34		03/12/2020	Maria Rita	

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3c34491

QTD	CÓDIGO	Nº CA	DATA ENTREGA	ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO	DATA DEVOLUÇÃO
02	13	34794	05.06.17	Maria Rita	
01	13	34794	07.06.17	Maria Rita	
01	41	27921	19/06/17	Maria Rita	
02	13	34794	04/07/17	Maria Rita	
02	13	34794	03/10/17	Maria Rita	
01	13	11.872	05/10/17	Maria Rita	
01	34	8357	05/10/17	Maria Rita	
02	13	11.872	17.01.18	Maria Rita	
02	13	11.872	13.04.18	Maria Rita	
01	34	13211	18.04.18	Maria Rita	
01	13	11872	22/05/18	Maria Rita	
01	04		07.06.18	Maria Rita	
01	39		29.06.18	Maria Rita	
01	13	11872	20.08.18	Maria Rita	
01	34	8357	20.08.18	Maria Rita	
02	13	11872	17.10.18	Maria Rita	
01	34	8357	17.10.18	Maria Rita	
01	34	8357	12.02.19	Maria Rita	
02	13	11872	17.02.19	Maria Rita	
01	34	13211	01/04/19	Maria Rita	
01	34	13211	06/05/19	Maria Rita	
01	13	26547	04/07/19	Maria Rita	
01	39	41772	30/10/19	Maria Rita	
01	34	8357	13.11.19	Maria Rita	
01	34	13211	18/03/2020	Maria Rita	
01	34		15/04/2020	Maria Rita	
01	13		15/05/2020	Maria Rita	
01	34		15/05/2020	Maria Rita	

Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 3c34491
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25070815113414400000089102924?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25070815113414400000089102924

11086978200015311086978200015320250702003547

C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L

FGTS - EXTRATO ANALITICO DO TRABALHADOR

SOLICITADO EM: 01/07/2025 AS 16:37:45

NOME DO TRABALHADOR	NUM.CONTA CAT	TX	PAG
MARIA RITA CASSIA SANTOS	481432 01	3	1/ 11

PIS/PASEP	CART.TRAB.	UNID.TRABALHO	DTA.ADM.	SITUACAO CTA
16444147418	0078652-00079		10/01/2015	OPTANTE

DATA DE OPCAO	OPCAO RETROAT.	DATA DE AFAST.	MATRICULA
10/01/2015	00/00/0000	05/12/2023 - I1	80038131404

NOME DO EMPREGADOR	INSCRICAO EMPREGADOR
SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE	10869782000404

COD. EMPREGADOR	BASE DA CONTA	VALOR BASE PARA FINS RESCISORIOS
00923600000450	PE	3.349,72*

* OBS.: CONTA COM BLOQUEIO E/OU EMPRESA BLOQUEADA.

HISTORICO DOS LANCAMENTOS

DATA	LANCAMENTOS	VALOR
	SALDO ANTERIOR	0,00
06/02/2015	DEPOSITO JANEIRO/2015	61,77
10/03/2015	CREDITO DE JAM 0,002634	0,16
06/03/2015	DEPOSITO FEVEREIRO/2015	88,25
10/04/2015	CREDITO DE JAM 0,003765	0,56
07/04/2015	DEPOSITO MARCO/2015	100,56
07/05/2015	DEPOSITO ABRIL/2015	88,25
10/05/2015	CREDITO DE JAM 0,003542	0,89
05/06/2015	DEPOSITO MAIO/2015	95,81
10/06/2015	CREDITO DE JAM 0,003622	1,23
10/07/2015	CREDITO DE JAM 0,004283	1,87
07/07/2015	DEPOSITO JUNHO/2015	92,11
10/08/2015	CREDITO DE JAM 0,004776	2,53
07/08/2015	DEPOSITO JULHO/2015	81,68
04/09/2015	DEPOSITO AGOSTO/2015	77,64
10/09/2015	CREDITO DE JAM 0,004337	2,67
10/10/2015	CREDITO DE JAM 0,004390	3,05
10/11/2015	CREDITO DE JAM 0,004260	2,97
10/12/2015	CREDITO DE JAM 0,003766	2,64
07/12/2015	DEPOSITO NOVEMBRO/2015	114,67
07/01/2016	DEPOSITO DEZEMBRO/2015	121,36
10/01/2016	CREDITO DE JAM 0,004721	3,86
04/02/2016	TRANSF. RECEBIDA P/ FUSAO-DEP	152,88
04/02/2016	TRANSF. RECEBIDA P/ FUSAO-JAM	1,61
10/02/2016	CREDITO DE JAM 0,003789	4,16
05/02/2016	DEPOSITO JANEIRO/2016	89,11

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - b04874b

10/03/2016	CREDITO DE JAM 0,003425	4,08
07/03/2016	DEPOSITO FEVEREIRO/2016	84,48
	SALDO A TRANSPORTAR	1.280,85

****

#EXTERNO.CONFIDENCIAL

C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L

FGTS - EXTRATO ANALITICO DO TRABALHADOR

SOLICITADO EM: 01/07/2025 AS 16:37:45

NOME DO TRABALHADOR	NUM.CONTA	CAT	TX	PAG
MARIA RITA CASSIA SANTOS	481432	01	3	2/ 11

PIS/PASEP	CART.TRAB.	UNID.TRABALHO	DTA.ADM.	SITUACAO CTA
16444147418	0078652-00079		10/01/2015	OPTANTE

DATA DE OPCAO	OPCAO RETROAT.	DATA DE AFAST.	MATRICULA
10/01/2015	00/00/0000	05/12/2023 - I1	80038131404

NOME DO EMPREGADOR	INSCRICAO EMPREGADOR
SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE	10869782000404

COD. EMPREGADOR	BASE DA CONTA	VALOR BASE PARA FINS RESCISORIOS
00923600000450	PE	3.349,72*

* OBS.: CONTA COM BLOQUEIO E/OU EMPRESA BLOQUEADA.

HISTORICO DOS LANCAMENTOS

DATA	LANCAMENTOS	VALOR
	TRANSPORTE	1.280,85
07/04/2016	DEPOSITO MARCO/2016	84,48
10/04/2016	CREDITO DE JAM 0,004639	5,94
10/05/2016	CREDITO DE JAM 0,003773	5,17
06/05/2016	DEPOSITO ABRIL/2016	85,28
10/06/2016	CREDITO DE JAM 0,004003	5,85
07/06/2016	DEPOSITO MAIO/2016	89,65
07/07/2016	DEPOSITO JUNHO/2016	84,34
10/07/2016	CREDITO DE JAM 0,004514	7,02
05/08/2016	DEPOSITO JULHO/2016	85,28
10/08/2016	CREDITO DE JAM 0,004091	6,74
06/09/2016	DEPOSITO AGOSTO/2016	85,28
10/09/2016	CREDITO DE JAM 0,005017	8,73
10/10/2016	CREDITO DE JAM 0,004045	7,42
07/10/2016	DEPOSITO SETEMBRO/2016	159,87
10/11/2016	CREDITO DE JAM 0,004071	8,14
07/11/2016	DEPOSITO OUTUBRO/2016	85,28
07/12/2016	DEPOSITO NOVEMBRO/2016	89,65
10/12/2016	CREDITO DE JAM 0,003897	8,16
10/01/2017	CREDITO DE JAM 0,004319	9,47
06/01/2017	DEPOSITO DEZEMBRO/2016	129,52

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - b04874b

10/02/2017	CREDITO DE JAM 0,004170	9,72
07/02/2017	DEPOSITO JANEIRO/2017	94,44
07/03/2017	DEPOSITO FEVEREIRO/2017	89,95
10/03/2017	CREDITO DE JAM 0,002769	6,74
10/04/2017	CREDITO DE JAM 0,003989	10,10
07/04/2017	DEPOSITO MARCO/2017	89,95
05/05/2017	DEPOSITO ABRIL/2017	89,95
	SALDO A TRANSPORTAR	2.722,97

****

#EXTERNO.CONFIDENCIAL

C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L

FGTS - EXTRATO ANALITICO DO TRABALHADOR

SOLICITADO EM: 01/07/2025 AS 16:37:45

NOME DO TRABALHADOR	NUM.CONTA	CAT	TX	PAG
MARIA RITA CASSIA SANTOS	481432	01	3	3/ 11

PIS/PASEP	CART.TRAB.	UNID.TRABALHO	DTA.ADM.	SITUACAO CTA
16444147418	0078652-00079		10/01/2015	OPTANTE

DATA DE OPCAO	OPCAO RETROAT.	DATA DE AFAST.	MATRICULA
10/01/2015	00/00/0000	05/12/2023 - I1	80038131404

NOME DO EMPREGADOR	INSCRICAO EMPREGADOR
SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE	10869782000404

COD. EMPREGADOR	BASE DA CONTA	VALOR BASE PARA FINS RESCISORIOS
00923600000450	PE	3.349,72*

* OBS.: CONTA COM BLOQUEIO E/OU EMPRESA BLOQUEADA.

HISTORICO DOS LANCAMENTOS

DATA	LANCAMENTOS	VALOR
	TRANSPORTE	2.722,97
10/05/2017	CREDITO DE JAM 0,002466	6,49
07/06/2017	DEPOSITO MAIO/2017	98,74
07/06/2017	DEPOSITO MAIO/2017	0,80
10/06/2017	CREDITO DE JAM 0,003232	8,82
10/07/2017	CREDITO DE JAM 0,003003	8,52
07/07/2017	DEPOSITO JUNHO/2017	90,75
10/08/2017	CREDITO DE JAM 0,003090	9,07
10/08/2017	AC CRED DIST RESULTADO ANO BA 0/ 0	42,49
07/08/2017	DEPOSITO JULHO/2017	102,73
10/09/2017	CREDITO DE JAM 0,002976	9,19
06/09/2017	DEPOSITO AGOSTO/2017	90,75
10/10/2017	CREDITO DE JAM 0,002466	7,86
06/10/2017	DEPOSITO SETEMBRO/2017	168,34
10/11/2017	CREDITO DE JAM 0,002466	8,30
07/11/2017	DEPOSITO OUTUBRO/2017	90,75

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - b04874b

07/12/2017	DEPOSITO NOVEMBRO/2017	90,75
10/12/2017	CREDITO DE JAM 0,002466	8,54
10/01/2018	CREDITO DE JAM 0,002466	8,79
05/01/2018	DEPOSITO DEZEMBRO/2017	143,11
10/02/2018	CREDITO DE JAM 0,002466	9,16
07/02/2018	DEPOSITO JANEIRO/2018	96,40
10/03/2018	CREDITO DE JAM 0,002466	9,42
07/03/2018	DEPOSITO FEVEREIRO/2018	91,58
10/04/2018	CREDITO DE JAM 0,002466	9,67
06/04/2018	DEPOSITO MARCO/2018	91,58
10/05/2018	CREDITO DE JAM 0,002466	9,92
07/05/2018	DEPOSITO ABRIL/2018	101,09
	SALDO A TRANSPORTAR	4.136,58

****

#EXTERNO.CONFIDENCIAL

C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L

FGTS - EXTRATO ANALITICO DO TRABALHADOR

SOLICITADO EM: 01/07/2025 AS 16:37:45

NOME DO TRABALHADOR	NUM.CONTA	CAT	TX	PAG
MARIA RITA CASSIA SANTOS	481432	01	3	4/ 11

PIS/PASEP	CART.TRAB.	UNID.TRABALHO	DTA.ADM.	SITUACAO CTA
16444147418	0078652-00079		10/01/2015	OPTANTE

DATA DE OPCAO	OPCAO RETROAT.	DATA DE AFAST.	MATRICULA
10/01/2015	00/00/0000	05/12/2023 - I1	80038131404

NOME DO EMPREGADOR	INSCRICAO EMPREGADOR
SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE	10869782000404

COD. EMPREGADOR	BASE DA CONTA	VALOR BASE PARA FINS RESCISORIOS
00923600000450	PE	3.349,72*

* OBS.: CONTA COM BLOQUEIO E/OU EMPRESA BLOQUEADA.

HISTORICO DOS LANCAMENTOS

DATA	LANCAMENTOS	VALOR
	TRANSPORTE	4.136,58
10/06/2018	CREDITO DE JAM 0,002466	10,20
07/06/2018	DEPOSITO MAIO/2018	101,00
10/07/2018	CREDITO DE JAM 0,002466	10,47
06/07/2018	DEPOSITO JUNHO/2018	91,58
10/08/2018	CREDITO DE JAM 0,002466	10,72
10/08/2018	AC CRED DIST RESULTADO ANO BA 0/ 0	61,41
10/09/2018	CREDITO DE JAM 0,002466	10,90
06/09/2018	DEPOSITO AGOSTO/2018	91,58
10/10/2018	CREDITO DE JAM 0,002466	11,15
05/10/2018	DEPOSITO SETEMBRO/2018	170,78

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - b04874b

10/11/2018	CREDITO DE JAM 0,002466	11,60
07/11/2018	DEPOSITO OUTUBRO/2018	91,58
07/08/2018	DEPOSITO JULHO/2018	91,58
15/11/2018	AC AUT JAM RECOLHIMENTO	0,66
10/12/2018	CREDITO DE JAM 0,002466	12,08
07/12/2018	DEPOSITO NOVEMBRO/2018	96,34
10/01/2019	CREDITO DE JAM 0,002466	12,35
07/01/2019	DEPOSITO DEZEMBRO/2018	146,22
07/01/2019	DEPOSITO DEZEMBRO/2018	0,80
10/02/2019	CREDITO DE JAM 0,002466	12,74
07/02/2019	DEPOSITO JANEIRO/2019	1,60
07/02/2019	DEPOSITO JANEIRO/2019	100,51
10/03/2019	CREDITO DE JAM 0,002466	13,03
03/04/2019	DEPOSITO EM ATRASO FEVEREIRO/2019	2,38
03/04/2019	DEPOSITO EM ATRASO FEVEREIRO/2019	95,80
10/04/2019	CREDITO DE JAM 0,002466	13,30
05/04/2019	DEPOSITO MARCO/2019	100,48
	SALDO A TRANSPORTAR	5.509,42

****

#EXTERNO.CONFIDENCIAL

C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L

FGTS - EXTRATO ANALITICO DO TRABALHADOR

SOLICITADO EM: 01/07/2025 AS 16:37:45

NOME DO TRABALHADOR	NUM.CONTA	CAT	TX	PAG
MARIA RITA CASSIA SANTOS	481432	01	3	5/ 11

PIS/PASEP	CART.TRAB.	UNID.TRABALHO	DTA.ADM.	SITUACAO CTA
16444147418	0078652-00079		10/01/2015	OPTANTE

DATA DE OPCAO	OPCAO RETROAT.	DATA DE AFAST.	MATRICULA
10/01/2015	00/00/0000	05/12/2023 - I1	80038131404

NOME DO EMPREGADOR	INSCRICAO EMPREGADOR
SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE	10869782000404

COD. EMPREGADOR	BASE DA CONTA	VALOR BASE PARA FINS RESCISORIOS
00923600000450	PE	3.349,72*

* OBS.: CONTA COM BLOQUEIO E/OU EMPRESA BLOQUEADA.

HISTORICO DOS LANCAMENTOS

DATA	LANCAMENTOS	VALOR
	TRANSPORTE	5.509,42
05/04/2019	DEPOSITO MARCO/2019	1,94
10/05/2019	CREDITO DE JAM 0,002466	13,59
07/05/2019	DEPOSITO ABRIL/2019	105,63
07/05/2019	DEPOSITO ABRIL/2019	1,19
10/06/2019	CREDITO DE JAM 0,002466	13,88

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - b04874b

07/06/2019	DEPOSITO MAIO/2019	111,77
07/06/2019	DEPOSITO MAIO/2019	1,19
10/07/2019	CREDITO DE JAM 0,002466	14,20
05/07/2019	DEPOSITO JUNHO/2019	95,80
10/08/2019	CREDITO DE JAM 0,002466	14,47
07/08/2019	DEPOSITO JULHO/2019	100,80
10/08/2019	AC CRED DIST RESULTADO ANO BA 0/ 0	154,73
10/09/2019	CREDITO DE JAM 0,002466	15,13
10/10/2019	CREDITO DE JAM 0,002466	15,17
25/10/2019	SAQUE DEP - COD 50 AG 10413594/RS	-39,13
25/10/2019	SAQUE JAM - COD 50 AG 10413594/RS	-460,87
10/11/2019	CREDITO DE JAM 0,002466	13,97
07/11/2019	DEPOSITO OUTUBRO/2019	81,51
10/12/2019	CREDITO DE JAM 0,002466	14,21
06/12/2019	DEPOSITO NOVEMBRO/2019	79,35
10/01/2020	CREDITO DE JAM 0,002466	14,44
07/01/2020	DEPOSITO DEZEMBRO/2019	151,62
10/02/2020	CREDITO DE JAM 0,002466	14,85
07/02/2020	DEPOSITO JANEIRO/2020	106,86
10/03/2020	CREDITO DE JAM 0,002466	15,15
05/03/2020	DEPOSITO FEVEREIRO/2020	107,46
10/04/2020	CREDITO DE JAM 0,002466	15,45
	SALDO A TRANSPORTAR	6.283,78

****

#EXTERNO.CONFIDENCIAL

C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L

FGTS - EXTRATO ANALITICO DO TRABALHADOR

SOLICITADO EM: 01/07/2025 AS 16:37:45

NOME DO TRABALHADOR	NUM.CONTA	CAT	TX	PAG
MARIA RITA CASSIA SANTOS	481432	01	3	6/ 11

PIS/PASEP	CART.TRAB.	UNID.TRABALHO	DTA.ADM.	SITUACAO CTA
16444147418	0078652-00079		10/01/2015	OPTANTE

DATA DE OPCAO	OPCAO RETROAT.	DATA DE AFAST.	MATRICULA
10/01/2015	00/00/0000	05/12/2023 - I1	80038131404

NOME DO EMPREGADOR	INSCRICAO EMPREGADOR
SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE	10869782000404

COD. EMPREGADOR	BASE DA CONTA	VALOR BASE PARA FINS RESCISORIOS
00923600000450	PE	3.349,72*

* OBS.: CONTA COM BLOQUEIO E/OU EMPRESA BLOQUEADA.

HISTORICO DOS LANCAMENTOS

DATA	LANCAMENTOS	VALOR
	TRANSPORTE	6.283,78

15/04/2020	DEPOSITO EM ATRASO AGOSTO/2019	95,80
15/04/2020	JAM RECOLHIDO PELA AGOSTO/2019	1,66
10/05/2020	CREDITO DE JAM 0,002466	15,73
10/06/2020	CREDITO DE JAM 0,002466	15,77
10/07/2020	CREDITO DE JAM 0,002466	15,81
13/07/2020	SAQUE DEP - COD 19E AG 10419976/BU	-907,96
13/07/2020	SAQUE JAM - COD 19E AG 10419976/BU	-137,04
08/07/2020	DEPOSITO EM ATRASO JUNHO/2020	109,64
24/07/2020	DEPOSITO EM ATRASO MARCO/2020	112,74
24/07/2020	JAM RECOLHIDO PELA MARCO/2020	0,81
10/08/2020	CREDITO DE JAM 0,002466	13,82
10/08/2020	AC CRED DIST RESULTADO ANO BA 0/ 0	108,07
07/08/2020	DEPOSITO JULHO/2020	125,08
10/09/2020	CREDITO DE JAM 0,002466	14,43
04/09/2020	DEPOSITO AGOSTO/2020	121,22
06/10/2020	DEPOSITO EM ATRASO ABRIL/2020	109,42
06/10/2020	JAM RECOLHIDO PELA ABRIL/2020	1,07
10/10/2020	CREDITO DE JAM 0,002466	15,04
07/10/2020	DEPOSITO SETEMBRO/2020	202,39
10/11/2020	CREDITO DE JAM 0,002466	15,57
06/11/2020	DEPOSITO OUTUBRO/2020	110,41
04/12/2020	DEPOSITO EM ATRASO MAIO/2020	122,01
04/12/2020	JAM RECOLHIDO PELA MAIO/2020	1,50
10/12/2020	CREDITO DE JAM 0,002466	16,19
07/12/2020	DEPOSITO NOVEMBRO/2020	126,39
10/01/2021	CREDITO DE JAM 0,002466	16,54
07/01/2021	DEPOSITO DEZEMBRO/2020	160,45
	SALDO A TRANSPORTAR	6.886,34

****

#EXTERNO.CONFIDENCIAL

C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L

FGTS - EXTRATO ANALITICO DO TRABALHADOR

SOLICITADO EM: 01/07/2025 AS 16:37:45

NOME DO TRABALHADOR	NUM.CONTA	CAT	TX	PAG
MARIA RITA CASSIA SANTOS	481432	01	3	7/ 11

PIS/PASEP	CART.TRAB.	UNID.TRABALHO	DTA.ADM.	SITUACAO CTA
16444147418	0078652-00079		10/01/2015	OPTANTE

DATA DE OPCAO	OPCAO RETROAT.	DATA DE AFAST.	MATRICULA
10/01/2015	00/00/0000	05/12/2023 - I1	80038131404

NOME DO EMPREGADOR	INSCRICAO EMPREGADOR
SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE	10869782000404

COD. EMPREGADOR	BASE DA CONTA	VALOR BASE PARA FINS RESCISORIOS
00923600000450	PE	3.349,72*

* OBS.: CONTA COM BLOQUEIO E/OU EMPRESA BLOQUEADA.

HISTORICO DOS LANCAMENTOS

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - b04874b

DATA	LANCAMENTOS	VALOR
	TRANSPORTE	6.886,34
10/02/2021	CREDITO DE JAM 0,002466	16,98
05/02/2021	DEPOSITO JANEIRO/2021	136,86
10/03/2021	CREDITO DE JAM 0,002466	17,36
05/03/2021	DEPOSITO FEVEREIRO/2021	129,37
10/04/2021	CREDITO DE JAM 0,002466	17,40
07/04/2021	DEPOSITO MARCO/2021	139,90
10/05/2021	CREDITO DE JAM 0,002466	18,11
07/05/2021	DEPOSITO ABRIL/2021	195,09
10/06/2021	CREDITO DE JAM 0,002466	18,63
20/06/2021	AC JAM CREDITADO PELA CAIXA	0,31
08/06/2021	DEPOSITO EM ATRASO MAIO/2021	134,19
10/07/2021	CREDITO DE JAM 0,002466	19,01
07/07/2021	DEPOSITO JUNHO/2021	129,41
10/08/2021	CREDITO DE JAM 0,002466	19,38
06/08/2021	DEPOSITO JULHO/2021	116,51
10/08/2021	AC CRED DIST RESULTADO ANO BA 0/ 0	125,02
10/09/2021	CREDITO DE JAM 0,002466	20,02
06/09/2021	DEPOSITO AGOSTO/2021	111,96
10/10/2021	CREDITO DE JAM 0,002466	20,34
07/10/2021	DEPOSITO SETEMBRO/2021	219,50
10/11/2021	CREDITO DE JAM 0,002466	20,94
05/11/2021	DEPOSITO OUTUBRO/2021	117,51
10/12/2021	CREDITO DE JAM 0,002466	21,28
07/12/2021	DEPOSITO NOVEMBRO/2021	116,31
10/01/2022	CREDITO DE JAM 0,002955	25,90
07/01/2022	DEPOSITO DEZEMBRO/2021	221,59
10/02/2022	CREDITO DE JAM 0,003072	27,69
	SALDO A TRANSPORTAR	9.042,91

****

#EXTERNO.CONFIDENCIAL

C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L

FGTS - EXTRATO ANALITICO DO TRABALHADOR

SOLICITADO EM: 01/07/2025 AS 16:37:45

NOME DO TRABALHADOR	NUM.CONTA	CAT	TX	PAG
MARIA RITA CASSIA SANTOS	481432	01	3	8/ 11

PIS/PASEP	CART.TRAB.	UNID.TRABALHO	DTA.ADM.	SITUACAO CTA
16444147418	0078652-00079		10/01/2015	OPTANTE

DATA DE OPCAO	OPCAO RETROAT.	DATA DE AFAST.	MATRICULA
10/01/2015	00/00/0000	05/12/2023 - I1	80038131404

NOME DO EMPREGADOR	INSCRICAO EMPREGADOR
SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE	10869782000404

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - b04874b

COD. EMPREGADOR	BASE DA CONTA	VALOR BASE PARA FINS RESCISORIOS
00923600000450	PE	3.349,72*

* OBS.: CONTA COM BLOQUEIO E/OU EMPRESA BLOQUEADA.

HISTORICO DOS LANCAMENTOS

DATA	LANCAMENTOS	VALOR
	TRANSPORTE	9.042,91
07/02/2022	DEPOSITO JANEIRO/2022	121,20
10/03/2022	CREDITO DE JAM 0,002466	22,59
07/03/2022	DEPOSITO FEVEREIRO/2022	121,20
10/04/2022	CREDITO DE JAM 0,003439	32,00
07/04/2022	DEPOSITO MARCO/2022	121,20
04/05/2022	SAQUE DEP - COD 50E AG 10424400/ES	-587,09
04/05/2022	SAQUE JAM - COD 50E AG 10424400/ES	-412,91
10/05/2022	CREDITO DE JAM 0,003022	25,56
05/05/2022	DEPOSITO ABRIL/2022	150,32
07/06/2022	DEPOSITO MAIO/2022	144,16
10/06/2022	CREDITO DE JAM 0,004133	35,69
06/07/2022	DEPOSITO JUNHO/2022	121,20
10/07/2022	CREDITO DE JAM 0,003953	34,85
10/07/2022	AC CRED DIST RESULTADO ANO BA 0/ 0	241,00
04/08/2022	DEPOSITO JULHO/2022	139,30
10/08/2022	CREDITO DE JAM 0,004101	37,78
06/09/2022	DEPOSITO AGOSTO/2022	141,46
10/09/2022	CREDITO DE JAM 0,004881	45,83
10/10/2022	CREDITO DE JAM 0,004275	40,94
07/10/2022	DEPOSITO SETEMBRO/2022	247,18
04/11/2022	DEPOSITO OUTUBRO/2022	121,20
10/11/2022	CREDITO DE JAM 0,003963	39,10
07/12/2022	DEPOSITO NOVEMBRO/2022	128,83
10/12/2022	CREDITO DE JAM 0,003976	39,86
05/01/2023	DEPOSITO DEZEMBRO/2022	211,22
10/01/2023	CREDITO DE JAM 0,004543	46,31
07/02/2023	DEPOSITO JANEIRO/2023	143,16
	SALDO A TRANSPORTAR	10.596,05

****

#EXTERNO.CONFIDENCIAL

C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L

FGTS - EXTRATO ANALITICO DO TRABALHADOR

SOLICITADO EM: 01/07/2025 AS 16:37:45

NOME DO TRABALHADOR	NUM.CONTA	CAT	TX	PAG
MARIA RITA CASSIA SANTOS	481432	01	3	9/ 11

PIS/PASEP	CART.TRAB.	UNID.TRABALHO	DTA.ADM.	SITUACAO CTA
16444147418	0078652-00079		10/01/2015	OPTANTE

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - b04874b

DATA DE OPCAO	OPCAO RETROAT.	DATA DE AFAST.	MATRICULA
10/01/2015	00/00/0000	05/12/2023 - I1	80038131404

NOME DO EMPREGADOR	INSCRICAO EMPREGADOR
SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE	10869782000404

COD. EMPREGADOR	BASE DA CONTA	VALOR BASE PARA FINS RESCISORIOS
00923600000450	PE	3.349,72*

* OBS.: CONTA COM BLOQUEIO E/OU EMPRESA BLOQUEADA.

HISTORICO DOS LANCAMENTOS

DATA	LANCAMENTOS	VALOR
	TRANSPORTE	10.596,05
10/02/2023	CREDITO DE JAM 0,004552	47,58
10/03/2023	CREDITO DE JAM 0,003298	35,10
13/03/2023	DEPOSITO EM ATRASO FEVEREIRO/2023	130,20
10/04/2023	CREDITO DE JAM 0,004864	52,57
10/04/2023	DEPOSITO EM ATRASO MARCO/2023	130,20
05/05/2023	DEPOSITO ABRIL/2023	136,62
10/05/2023	CREDITO DE JAM 0,003289	36,15
10/06/2023	CREDITO DE JAM 0,004618	51,55
19/06/2023	DEPOSITO EM ATRASO MAIO/2023	258,05
10/07/2023	CREDITO DE JAM 0,004269	48,98
10/07/2023	AC CRED DIST RESULTADO ANO BA12/2022	250,95
10/08/2023	CREDITO DE JAM 0,004051	47,69
15/08/2023	DEPOSITO EM ATRASO JUNHO/2023	132,00
15/08/2023	JAM RECOLHIDO PELA JUNHO/2023	0,53
15/08/2023	DEPOSITO EM ATRASO JULHO/2023	138,48
10/09/2023	CREDITO DE JAM 0,004631	56,00
10/10/2023	CREDITO DE JAM 0,003599	43,72
10/11/2023	CREDITO DE JAM 0,003524	42,96
21/11/2023	DEPOSITO EM ATRASO AGOSTO/2023	132,00
21/11/2023	JAM RECOLHIDO PELA AGOSTO/2023	0,94
10/12/2023	CREDITO DE JAM 0,003243	40,11
13/12/2023	DEP RESCISOR12/2023 SBPC 10/01/2024	102,08
13/12/2023	DEP MULTA RE12/2023 SBPC 10/01/2024	5.972,54
13/12/2023	DEP VERBAS I 0/0000 SBPC 00/00/ 0	272,64
09/01/2024	SAQUE DEP - COD 01M AG 10422562/GO	-5.972,54
09/01/2024	AC REPOSICAO DEP EM 09/01/2024	5.972,54
10/01/2024	SAQUE DEP - COD 01M AG 10439714/BU	-5.972,54
	SALDO A TRANSPORTAR	12.783,15

****

#EXTERNO.CONFIDENCIAL

C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L

FGTS - EXTRATO ANALITICO DO TRABALHADOR

SOLICITADO EM: 01/07/2025 AS 16:37:45

NOME DO TRABALHADOR	NUM.CONTA	CAT	TX	PAG

MARIA RITA CASSIA SANTOS 481432 01 3 10/ 11

PIS/PASEP	CART.TRAB.	UNID.TRABALHO	DTA.ADM.	SITUACAO CTA
16444147418	0078652-00079		10/01/2015	OPTANTE

DATA DE OPCAO	OPCAO RETROAT.	DATA DE AFAST.	MATRICULA
10/01/2015	00/00/0000	05/12/2023 - I1	80038131404

NOME DO EMPREGADOR	INSCRICAO EMPREGADOR
SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE	10869782000404

COD. EMPREGADOR	BASE DA CONTA	VALOR BASE PARA FINS RESCISORIOS
00923600000450	PE	3.349,72*

* OBS.: CONTA COM BLOQUEIO E/OU EMPRESA BLOQUEADA.

HISTORICO DOS LANCAMENTOS

DATA	LANCAMENTOS	VALOR
	TRANSPORTE	12.783,15
10/01/2024	CREDITO DE JAM 0,003157	39,17
10/02/2024	CREDITO DE JAM 0,003343	42,86
01/03/2024	SAQUE DEP - COD 60 AG 10401427/UB	-115,87
01/03/2024	SAQUE JAM - COD 60F AG 10401405/JF	-931,83
01/03/2024	SAQUE DEP - COD 60F AG 10401405/JF	-2.032,07
10/03/2024	CREDITO DE JAM 0,002545	24,90
10/04/2024	CREDITO DE JAM 0,002798	27,44
21/04/2024	REGULARIZACAO CREDITO DE JAM	10,07
24/04/2024	DEPOSITO EM ATRASO SETEMBRO/2023	132,00
24/04/2024	JAM RECOLHIDO PELA SETEMBRO/2023	2,61
24/04/2024	DEPOSITO EM ATRASO OUTUBRO/2023	138,53
24/04/2024	JAM RECOLHIDO PELA OUTUBRO/2023	2,24
24/04/2024	DEPOSITO EM ATRASO NOVEMBRO/2023	144,44
24/04/2024	JAM RECOLHIDO PELA NOVEMBRO/2023	1,86
21/05/2024	CREDITO DE JAM 0,003491	34,37
21/05/2024	REGULARIZACAO CREDITO DE JAM	35,85
21/05/2024	REGULARIZACAO DEBITO JAM	-34,37
21/06/2024	CREDITO DE JAM 0,003338	34,39
21/07/2024	CREDITO DE JAM 0,002832	29,28
21/07/2024	AC CRED DIST RESULTADO ANO BA12/2023	505,13
21/08/2024	CREDITO DE JAM 0,003207	34,87
21/09/2024	CREDITO DE JAM 0,003175	34,63
21/10/2024	CREDITO DE JAM 0,003142	34,38
21/11/2024	CREDITO DE JAM 0,003445	37,81
21/12/2024	CREDITO DE JAM 0,003116	34,32
21/01/2025	CREDITO DE JAM 0,003290	36,35
21/02/2025	CREDITO DE JAM 0,004160	46,11
	SALDO A TRANSPORTAR	11.132,62

****

#EXTERNO.CONFIDENCIAL

C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - b04874b

FGTS - EXTRATO ANALITICO DO TRABALHADOR

SOLICITADO EM: 01/07/2025 AS 16:37:45

NOME DO TRABALHADOR	NUM.CONTA	CAT	TX	PAG
MARIA RITA CASSIA SANTOS	481432	01	3	11/ 11

PIS/PASEP	CART.TRAB.	UNID.TRABALHO	DTA.ADM.	SITUACAO CTA
16444147418	0078652-00079		10/01/2015	OPTANTE

DATA DE OPCAO	OPCAO RETROAT.	DATA DE AFAST.	MATRICULA
10/01/2015	00/00/0000	05/12/2023 - I1	80038131404

NOME DO EMPREGADOR	INSCRICAO EMPREGADOR
SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE	10869782000404

COD. EMPREGADOR	BASE DA CONTA	VALOR BASE PARA FINS RESCISORIOS
00923600000450	PE	3.349,72*

* OBS.: CONTA COM BLOQUEIO E/OU EMPRESA BLOQUEADA.

HISTORICO DOS LANCAMENTOS

DATA	LANCAMENTOS	VALOR
	TRANSPORTE	11.132,62
05/03/2025	SAQUE DEP - COD 60F AG 10402215/RJ	-2.048,65
05/03/2025	SAQUE JAM - COD 60F AG 10402215/RJ	-427,11
13/03/2025	SAQUE DEP - COD 60 AG 10402237/SP	-341,52
21/03/2025	CREDITO DE JAM 0,003793	31,54
14/04/2025	SAQUE DEP - COD 50S AG 10449730/BA	-17,36
14/04/2025	SAQUE JAM - COD 50S AG 10449730/BA	-31,54
21/04/2025	CREDITO DE JAM 0,003560	29,54
21/05/2025	CREDITO DE JAM 0,004159	34,63
17/06/2025	SAQUE JAM - COD 50S AG 10430200/SP	-64,17
21/06/2025	CREDITO DE JAM 0,004182	34,70

SALDO	DEPOSITO	JAM	TOTAL
	8.297,98*	34,70*	8.332,68*

* VALOR EXPRESSO EM REAIS

DATA/HORA DE GERACAO: 02/07/2025 00:35:47 015070

#EXTERNO.CONFIDENCIAL

11086978200015311086978200015300000001

Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - b04874b
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25070815113441000000089102925?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25070815113441000000089102925

CAIXA

Conta com Bloqueio e/ou Empresa Bloqueada

:: Extrato de Conta do Fundo de Garantia - FGTS

Data / Hora Consulta: 05/12/2023 14:50:34 014685

Nome:	**MARIA RITA CASSIA SANTOS**		
PIS/PASEP/NIT:	**164.44147.41-8**		
Empresa:	STA CASA MISERICORDIA RECIFE		
CNPJ/CEI/CPF:	10.869.782/0004-04		
Cód. Estab.:	00923600000450	Categoria:	01
Nº Conta FGTS:	00000481432	Data Admissão:	10/01/2015
Data/Cód. Movimentação:	-	Data Opção:	10/01/2015
Taxa Juros:	3 %	Tipo Conta:	OPTANTE
Valor Base para Fins Rescisórios:	R$ 14.141,66 = 14.556,64	Base:	PE
SALDO:	**R$ 12.368,32**	Atualizado em:	05/12/2023

Histórico dos Lançamentos

Data	Descrição dos Lançamentos	Valor R$	Total R$
	SALDO ANTERIOR		11.128,32
10/05/2023	CREDITO DE JAM	36,15	11.164,47
10/06/2023	CREDITO DE JAM	51,55	11.216,02
19/06/2023	DEPOSITO EM ATRASO MAIO/2023	258,05	11.474,07
10/07/2023	CREDITO DE JAM	48,98	11.523,05
10/07/2023	CRED DIST RESULTADO ANO BASE 12/2022	250,95	11.774,00
10/08/2023	CREDITO DE JAM	47,69	11.821,69
15/08/2023	DEPOSITO EM ATRASO JUNHO/2023	132,00	11.953,69
15/08/2023	JAM RECOLHIDO PELA EMPRESA JUNHO/2023	0,53	11.954,22
15/08/2023	DEPOSITO EM ATRASO JULHO/2023	138,48	12.092,70
10/09/2023	CREDITO DE JAM	56,00	12.148,70
10/10/2023	CREDITO DE JAM	43,72	12.192,42
10/11/2023	CREDITO DE JAM	42,96	12.235,38
21/11/2023	DEPOSITO EM ATRASO AGOSTO/2023	132,00	12.367,38
21/11/2023	JAM RECOLHIDO PELA EMPRESA AGOSTO/2023	0,94	12.368,32

#EXTERNO.CONFIDENCIAL

IMPRIMIR

Set. 132,01
OUT. 138,53
NOV. 144,44

414,98

Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 8f7b21a
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25070815113459100000089102926?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25070815113459100000089102926

FORMULÁRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL (MP)

Código: FOR.GPE.008	Revisão: 02	Emissão: 30/01/2023	Validade: 30/01/2025

TIPO DE MOVIMENTAÇÃO: ( ) ADMISSÃO (X) DEMISSÃO ( ) ALTERAÇÃO FUNCIONAL

ADMISSÃO

MOTIVO: ( ) AUMENTO DE QUADRO ( ) CRIAÇÃO DE NOVO CARGO ( ) SUBSTITUIÇÃO

JUSTIFICATIVA PARA AUMENTO DE QUADRO OU CRIAÇÃO DE NOVO CARGO:

JUSTIFICATIVA PARA SUBSTITUIÇÃO: ( ) FÉRIAS ( ) LICENÇA MATERNIDADE ( ) INSS ( ) APOSENTADORIA ( ) TRANSFERÊNCIA ( ) PEDIDO DE DEMISSÃO ( ) DEMISSÃO INICIATIVA EMPRESA ( ) OUTROS. QUAL?

NOME DO COLABORADOR A SER SUBSITUÍDO:

TIPO DE CONTRATO: ( ) EFETIVO ( ) PRAZO DETERMINADO ( ) JOVEM APRENDIZ ( ) ESTAGIÁRIO

CONTRATO DETERMINADO - DURAÇÃO: DATA INÍCIO: DATA FIM:

CARGO: UNIDADE/SETOR:

SALÁRIO: GRATIFICAÇÕES/ADICIONAIS:

JORNADA: ( ) DIARISTA ( ) PLANTONISTA ( ) OUTROS: HORÁRIO DE TRABALHO:

PERFIL DA VAGA: ESCOLARIDADE:

EXPERIÊNCIA ANTERIOR: ( ) NÃO ( ) SIM. DESCREVA:

NOME DO CONTRATADO: DATA DE ADMISSÃO:

DEMISSÃO

MOTIVO: ( ) PEDIDO DE DEMISSÃO (X) DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA ( ) DEMISSÃO COM JUSTA CAUSA* ( ) COMUM ACORDO ( ) TÉRMINO DE CONTRATO *REQUER ASSINATURA DO SUPERINTENDENTE

TIPO: (X) AVISO PRÉVIO INDENIZADO ( ) AVISO PRÉVIO TRABALHADO - QTDE DE DIAS: ÚLTIMO DIA TRAB.:

DEMISSÃO COM SUBSTITUIÇÃO? ( ) NÃO (X) SIM. SE SIM, DEMITIR APENAS APÓS A SELEÇÃO DO SUBSTITUTO? (X) SIM ( ) NÃO

NOME DO COLABORADOR: MARIA RITA DE CÁSSIA DOS SANTOS MATRÍCULA: 4689

CARGO: AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA SALÁRIO: R4 1.320,00

UNIDADE: HSA SETOR: CONSERVAÇÃO E LIMPEZA

DATA ADMISSÃO: 10/01/2015 DATA DEMISSÃO: 05/12/2023

LÍDER VERIFICOU SE O COLABORADOR POSSUI ALGUM TIPO DE ESTABILIDADE ?

(X) NÃO HÁ ESTABILIDADES. ( ) HÁ ESTABILIDADES. DESLIGAMENTO CANCELADO / SUSPENSO ATÉ O FIM DA ESTABILIDADE.

CASO HAJA ESTABILIDADE, QUAL É? DATA DO FIM DA ESTABILIDADE:

JUSTIFICATIVA: (X) BAIXO DESEMPENHO (X) PROBLEMAS COMPORTAMENTAIS ( ) AUSÊNCIAS INJUSTIFICADAS ( ) OUTROS

ALTERAÇÃO

TIPO: ( ) PRORROGAÇÃO DE CONTRATO ( ) PROMOÇÃO/MUDANÇA SALARIAL ( ) TRANSFERÊNCIA DE UNIDADE ( ) MUDANÇA DE SETOR/CENTRO DE CUSTO ( ) MUDANÇA DE FUNÇÃO ( ) EFETIVAÇÃO

NOME DO COLABORADOR: MATRÍCULA:

NOVO PERÍODO DE CONTRATO (PRORROGAÇÃO): DATA DA MUDANÇA:

ATUAL	PROPOSTO
CARGO ATUAL:	CARGO PROPOSTO:
SALÁRIO ATUAL:	SALÁRIO PROPOSTO:
GRATIFICAÇÕES / ADICIONAIS ATUAIS:	GRATIFICAÇÕES / ADICIONAIS PROPOSTOS:
UNIDADE ATUAL:	UNIDADE PROPOSTA:
SETOR ATUAL:	SETOR PROPOSTO:
JORNADA/HORÁRIO ATUAL:	JORNADA/HORÁRIO PROPOSTO:

EM CASO DE TRANSFERÊNCIA, LÍDER VERIFICOU SE O COLABORADOR POSSUI MUDANÇA DE RISCOS OCUPACIONAIS? ( ) SIM ( ) NÃO

OBSERVAÇÕES:
(Para todos dos tipos de movimentação acima)

A COLABORADORA APRESENTA BAIXA PROATIVIDADE, DESÍDIA, COMPORTAMENTO INADEQUADO E QUEIXAS CONSTANTES DE DOR DE CABEÇA E CANSAÇO (FUMANTE CRÔNICA). O QUE A FAZ PARAR O SERVIÇO E SOBRECARREGAR OS DEMAIS COLEGAS.NÃO APRESENTA POSTURA PROFISSIONAL ADEQUADA PARA SE MANTER NA EQUIPE.

GESTOR SOLICITANTE	DIRETORIA/ GERÊNCIA SOLICIT.	DIRETORIA FINANCEIRA	DIRETORIA ADMINISTRATIVA	COORD. ADM. PESSOAL	COORD. GESTÃO PESSOAS
02/10/23	Najara Felisberto Diretora de Gestão Hospitalar Hospital Santo Amaro	Pedro Lopes Diretor Financeiro Santa Casa de Misericórdia do Recife 11/10/2023	/ /	/ /	Luciana Ferreira 23/10/2

Simone Araújo
Gerente Administrativo
Hospital Santo Amaro
Mat. 7906

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 1d4e4a1

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE

Fabiana Hotelaria <admhsa@santacasarecife.org.br>

PARECER SOBRE ESTABILIDADE

3 mensagens

Fabiana Hotelaria <admhsa@santacasarecife.org.br> 27 de setembro de 2023 às 16:17
Para: Claudia Ferreira <claudiaferreira@santacasarecife.org>

Vimos solicitar parecer médico da colaboradora Mª Rita de Cássia dos Santos Mat. 4689 , Aux. de Conservação e Limpeza, para que possamos seguir com processo de pedido de desligamento da mesma, pois não está mais atendendo as expectativas da empresa.

Atenciosamente,

Atenciosamente,

Fabiana Lucena
Coordenadora de Hotelaria
Hospital Santo Amaro
Santa Casa de Misericórdia do Recife
Fone: (81) 3412-3930 / 3412-3886 / 9 9269-0897 / 9 9465-9442
www.santacasarecife.org.br
Antes de imprimir, veja se realmente é necessário.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE

Claudia Ferreira <claudiaferreira@santacasarecife.org> 28 de setembro de 2023 às 09:55
Para: Fabiana Hotelaria <admhsa@santacasarecife.org.br>

Bom dia,

A colaboradora em questão está em acompanhamento/investigação de doença de natureza comum (não ocupacional), que neste momento não a incapacita para suas atividades habituais, nem para um eventual desligamento (baixo risco). Ela não tem ASO válido para este fim, sendo necessário passar por exame demissional.

Att,
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Fabiana Hotelaria <admhsa@santacasarecife.org.br> 28 de setembro de 2023 às 10:28
Para: Claudia Ferreira <claudiaferreira@santacasarecife.org>

Obrigada!

Atenciosamente,

Fabiana Lucena
Coordenadora de Hotelaria
Hospital Santo Amaro
Santa Casa de Misericórdia do Recife
Fone: (81) 3412-3930 / 3412-3886 / 9 9269-0897 / 9 9465-9442
www.santacasarecife.org.br
Antes de imprimir, veja se realmente é necessário.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE

[Texto das mensagens anteriores oculto]

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 1d4e4a1

SANTA CASA

Fabiana Hotelaria <admhsa@santacasarecife.org.br>

CÁLCULO RESCISÓRIO

2 mensagens

Fabiana Hotelaria <admhsa@santacasarecife.org.br> 27 de setembro de 2023 às 16:23
Para: Dayanne Magalhães <dayannemagalhaes@santacasarecife.org>
Cc: Simone Araujo <simonearaujo@santacasarecife.org>

Dayane, boa tarde!

Solicitamos cálculo rescisório da colaboradora Mª RITA DE CÁSSIA DOS SANTOS Mat. 4689, para o dia 05/12/23, para que possamos apresentar aos gestores para análise e autorização.

Atenciosamente,

Fabiana Lucena
Coordenadora de Hotelaria
Hospital Santo Amaro
Santa Casa de Misericórdia do Recife
Fone: (81) 3412-3930 / 3412-3886 / 9 9269-0897 / 9 9465-9442
www.santacasarecife.org.br
Antes de imprimir, veja se realmente é necessário.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE

Angela Hermida <angelahermida@santacasarecife.org> 29 de setembro de 2023 às 16:33
Para: Dayanne Magalhães <dayannemagalhaes@santacasarecife.org>
Cc: Luciana <lucianaferreira@santacasarecife.org>, Fabiana Hotelaria <admhsa@santacasarecife.org.br>

- Mª RITA DE CÁSSIA DOS SANTOS Mat. 4689 valor simulado R$ 10.637,59

CUSTO FGTS / RESCISÃO			
Saldo para fins rescisórios	(saldo projetado pelo sistema) 13.909,47	Líquido de rescisão	4.584,74
		FGTS Rescisão	349,33
		Multa FGTS 40%	5.703,52
		Contribuição Social 0%	0,00
		TOTAL	10.637,59

--
Atenciosamente,

Angela Hermida
Administração de Pessoal
Santa Casa de Misericórdia do Recife
Fone: (81) 3412-3864
www.santacasarecife.org.br
Antes de imprimir, veja se realmente é necessário.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE

Em qua., 27 de set. de 2023 às 17:29, Dayanne Magalhães <dayannemagalhaes@santacasarecife.org> escreveu:
Angela, boa tarde!

Incluir na programação.

At.te,

PJe
Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 1d4e4a1
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25070815113519300000089102927?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25070815113519300000089102927

SANTA CASA
DE MISERICÓRDIA DO RECIFE

A(o)
Colaborador:**MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS**
Cargo:**AUX DE CONS. E LIMPEZA**
Matrícula:**4689**

Vimos pelo presente aplicar-lhe a pena de **ADVERTÊNCIA ESCRITA**, a começar na data de hoje **(12/06/2023),** em virtude da seguinte ocorrência:

DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA: V.Sa., no dia 08/06/2023, descumpriu as normas e regras empresariais, quando, sem comunicação e autorização prévia do seu líder imediato,durante o seu horário de trabalho, abandonou as suas atividades e, durante a ronda da Coordenação de Hotelaria, foi flagrada, aproximadamente às 15:20, dormindo no vestiário feminino. Tal desídia é considerada como falta grave, tendo em vista que a higienização dos setores sob sua responsabilidade é descontinuada, ocasionando prejuízo e transtornos à área de Conservação e Limpeza.
Como é de conhecimento, de acordo com a descrição do seu cargo e das normas da equipe de Conservação e Limpeza, para se ausentar do setor durante o horário de trabalho é necessário comunicar previamente ao seu líder imediato para que um outro profissional, com os mesmos conhecimentos técnicoslaborais, seja convocado à rendição/substituição, garantindo a continuidade das suas atividades.

Esclarecemos, ainda, que a repetição de procedimentos como este poderá ser considerada como ato faltoso, passível de dispensa por justa causa. Solicitamos-lhe observar as normas reguladoras da relação de emprego, para que não tenhamos, no futuro, de tomar medidas cabíveis à legislação vigente.

Fabiana Maia de Lucena
Coordenadora de Hotelaria
Hospital Santo Amaro

Assinatura do Gestor

Ciente, 12 / 06 / 23

Maria Rita de Cassia dos Santos
MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS

Nayara
Mat. 8196

Testemunhas:

Nome: _____ CPF: _____

Nome: _____ CPF: _____

Santa Casa de Misericórdia do Recife
CNPJ (MF) 10.869.782/0001-53
Av. Cruz Cabugá, 1563 - Santo Amaro - Recife/PE
Tel/Fax: 81 3412.3800 • sta. casa@santacasarecife.org.br
www.santacasarecife.org.br

Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 14f7553
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25070815113545300000089102928?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25070815113545300000089102928

SANTA CASA
DE MISERICÓRDIA DO RECIFE

PROCESSO:	PROCEDIMENTO:	CÓDIGO	REVISÃO
Gestão de Pessoas	Carta de Advertência Escrita	D.GP.01	00

Recife (PE), 26 de junho de 2015.

A
Srª. Maria Rita de Cássia dos Santos
Mat.: 4689

Assunto: ADVERTÊNCIA ESCRITA

Tem a presente, o fim especial de comunicar-lhe que a Direção do (a) Hospital Santo Amaro , resolveu aplicar-lhe a pena de ADVERTÊNCIA ESCRITA a V. Sª. em razão de descumprimento de norma administrativa, referente ao registro incorreto do intervalo do almoço, gerando risco de multa para a empresa, mesmo tendo ciência da importância do cumprimento da norma.

Diante do exposto, esperamos que tal procedimento não torne a ocorrer.

Solicitamos seu ciente na cópia desta.

Atenciosamente,

Fabiana Lucena
Coordenadora de Hotelaria

Ciente:
Maria Rita de Cássia dos Santos
Aux. de Conservação e Limpeza

Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - e36f379
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25070815113561400000089102930?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25070815113561400000089102930

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE

PROCESSO:	PROCEDIMENTO:	CÓDIGO	REVISÃO
Gestão de Pessoas	Carta de Dispensa do Colaborador	D.GP.DEM.01	00

CARTA DE DISPENSA

A(o) Sr(a).
MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS_4689
AUX DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA

Vimos, por meio desta, comunicar que, a partir de **05/12/2023**, seus serviços não serão mais utilizados **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE – HSA**. Como seu desligamento é imediato, V.S.ª receberá na rescisão do contrato o Aviso Prévio Indenizado.

Neste momento, também é necessária a devolução do crachá, fardamento, EPI's e de quaisquer outros itens, materiais e equipamentos pertencentes ao patrimônio da empresa. A não devolução desses itens pode ocasionar descontos de suas verbas rescisórias.

Em face de sua demissão, deverá V.Sa., no dia **06/12/2023** às **12:15h,** procurar a área da Saúde Ocupacional (Hospital Santo Amaro) para realização do exame demissional.

Deverá também comparecer no **HOSPITAL SANTO AMARO**, na sala de reunião do térreo, situado na Av. Cruz Cabugá, 1563 –Santo Amaro – Recife-PE, no dia **14/12/2023 (Quinta feira)** às **15:20h** para recebimento dos documentos rescisórios e as devidas anotações na carteira de trabalho e previdência social (CTPS) física, caso seja de seu interesse.

Atenciosamente,

Juliana Maia de Lucena
Coordenadora de Hotelaria
Hospital Santo Amaro
05/12/23

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

Nayara Vasconcelos
Supervisora de Hotelaria
Hospital Santo Amaro

Ciente:

Maria Rita de Cassia dos Santos
MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS_4689
AUX DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA

Telefone de Contato: (M) 986124618 / (81) 97616 54
E-mail: mariaconic1515@gmail.com
Endereço: RUA JOAO PESSOA, 115, STO AMARO
P.R: PRÓXIMO A ADOLESCER (PROJETO SOCIAL)

PJe
Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - 10b3866
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25070815113583700000089102931?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25070815113583700000089102931

CARTA DE PREPOSIÇÃO

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 10.869.782/0001-53, com sede na Av. Cruz Cabugá, n° 1563, Santo Amaro, Recife/PE, CEP: 50.040-000, representada por Sabrina Graziele Farias Rodrigues, brasileira, solteira, advogada, inscrito no CPF/MF sob o nº 107.238.294-62 e portador da Cédula de Identidade nº 8.941.794 - SDS/PE, residente e domiciliado na Rua Real da Torre, nº 255, apartamento 609, bairro da Madalena, cidade do Recife, estado de Pernambuco, com endereço eletrônico sabrinarodrigues@santacasarecife.org, **ANA CAROLINE OLIVEIRA SILVA**, inscrito no CPF/ME sob o n° 063.659.414-98, e-mail: anacaroline@santacasarecife.org, para representá-la na qualidade de PREPOSTO na Ação tombada sob o nº 0000442-27.2025.5.06.0024, que tramita perante a 24ª Vara do Trabalho de Recife/PE, conferindo-lhe poderes para conciliar, podendo transigir, fazer acordos, firmar e aceitar compromissos, estabelecer condições, aceitar composições amigáveis e praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

Recife/PE, 01 de Julho de 2025.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE
Sabrina Graziele Farias Rodrigues
OAB/PE nº 58.249

Santa Casa de Misericórdia do Recife
CNPJ (MF) 10.869.782/0001-53
Av. Cruz Cabugá, 1563 - Santo Amaro - Recife/PE
Tel/Fax: 81 3412.3800 • sta-casa@santacasarecife.org.br
www.santacasarecife.org.br

Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 08/07/2025, às 15:14:13 - f08bf9c
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25070815113622800000089102932?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25070815113622800000089102932

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE
ATOrd 0000442-27.2025.5.06.0024
RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
RECLAMADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

Destinatário: RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI

Fica V.Sa intimado para tomar ciência que foi designado como perito, devendo entregar o laudo pericial até 20 dia após a perícia.

RECIFE/PE, 08 de julho de 2025.

NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE
ATOrd 0000442-27.2025.5.06.0024
RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
RECLAMADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

Destinatário: LUIZ EDUARDO BARBOSA REBOUCAS FREITAS

Fica V.Sa intimado para tomar ciência que foi designado como perito, devendo entregar o laudo pericial até 20 dias após a perícia.

RECIFE/PE, 08 de julho de 2025.

NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA
Diretor de Secretaria

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DA 24ª VARA DO TRABALHO DE RECIFE – PE

PROCESSO:	**0000442-27.2025.5.06.0024**
AUTOR(ES):	**MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS**
RÉU(RÉ):	**IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE**

Excelentíssimo(a) Senhor(a):

Renata Lima Wanderley, Engenheira Civil e de Segurança do Trabalho, Perita nomeada e compromissada nos autos da reclamação em epígrafe, vem respeitosamente e com acato de estilo, informar:

Esta Perita do Juízo vem através desta informar que, conforme determinação deste Juízo, solicita de Vossa Exa., **que determine que as partes sejam notificadas para tomarem ciência de que a Visita Técnica será realizada no próximo dia 17/07/2025 (quinta-feira), às 14:00 horas**, com encontro na **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE**, localizada na Avenida Cruz Cabugá, nº1563, Santo Amaro, Recife- PE.

O telefone desta Perita do Juízo para contato é (81) 988167624

Sem mais para o momento, coloco-me mais uma vez a disposição deste juízo.

Atenciosamente,

Recife, 08 de julho de 2025.

Renata Lima Wanderley
CREA nº 53.394-D/PE

Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 08/07/2025, às 20:15:16 - b406af6
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25070820150119000000089115539?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25070820150119000000089115539

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE
ATOrd 0000442-27.2025.5.06.0024
RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
RECLAMADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

CERTIDÃO

De ordem, faço juntada dos documentos previdenciários do reclamante.

Em razão do exposto, submeto os autos à deliberação do Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) Federal desta Vara do Trabalho.

RECIFE/PE, 09 de julho de 2025.

NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA
Diretor de Secretaria

PERÍCIA MÉDICA FEDERAL

Perícia Médica de Benefício de Incapacidade

Perícia Médica Conclusiva

Dados Cadastrais			
Requerimento:	1704788943	**Protocolo Tarefa PMF:**	96314506
Nome do Requerente:	MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS		
Nome Social:			
Data de Nascimento:	21/03/1977 - 47 anos		
Nome da Mãe:	JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS		
NIT:	164.44147.41-8	**CPF:**	800.381.314-04
RG:	5841105	**Orgão Emissor:**	SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA
Gênero:	Feminino	**Estado Civil:**	
Escolaridade:			
Logradouro:	R JOAO PESSOA 115	**Tipo Logradouro:**	
Bairro:	SANTO AMARO	**CEP:**	
Número:		**Complemento:**	
Município:		**UF:**	
Telefone:	+55 81 81-98612		

História Clínica
PPMC 19/02/25- Segurada desempregada desde 12/2023, ultimo vinculo como faxineira BI cid F32/F41 desde 01/2024 Afirma vir tendo crises de ansiedade desde novembro/24, sendo tomada por angustia e tremores, ficando deitada, sem realziar nenhuma atividade. Laudo Dra Izidro Filho crm 9687 17/02/25 cid F32 F41

Documentação Médica/Odontológica
Requerimento Atual
Não existem documentos cadastrados
Requerimentos Anteriores
Não existem documentos cadastrados.

Exame Físico	
Ectoscopia	
Estado geral bom, consciente, orientada no tempo e espaço Curso e conteudo do pensamento preservados Memoria preservada Aparencia preservada Discurso adequado Humor estavel	
Exames Específicos	
Sistemas/Segmentos Examinados	**Descrição**
Sistemas/Segmentos sem alterações dignas de nota	

Diagnóstico	
Dados da Perícia Anterior	
CID Principal informado na perícia anterior	F41 - Outros transtornos ansiosos
CID Secundário informado na perícia anterior	F32 - Episódios depressivos
Análise do Diagnóstico	
Deseja alterar o CID Principal?	Não

PJe Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 09/07/2025, às 08:29:51 - 5a1b0f9

Avaliado: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS

Capacidade Laborativa	
Houve/Há comprovação da incapacidade que justifique a prorrogação do benefício?	Não
Considerações Médico Periciais	
Segurada sem alterações na presente avaliação que resultem em incapacidade para sua atividade habitual	
Indicação de Auxílio Acidente - AA?	Não
A Data de Cessação do Benefício (DCB) será mantida em 19/02/2025	

Conclusão	
Dados Técnicos	
CID Principal	F41 - Outros transtornos ansiosos
Capacidade Laborativa	Não houve comprovação da incapacidade que justifique a prorrogação do benefício
Indicação de Auxílio Acidente - AA	Não

Perito Médico	
CADMED	1503030

RECIFE - PE, 19 de Fevereiro de 2025.

PJe Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 09/07/2025, às 08:29:51 - 5a1b0f9

Avaliado: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS

PERÍCIA MÉDICA FEDERAL

Perícia Médica de Benefício de Incapacidade

Perícia Médica Conclusiva

Dados Cadastrais			
Requerimento:	1902825612	**Protocolo Tarefa PMF:**	181123753
Nome do Requerente:	MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS		
Nome Social:			
Data de Nascimento:	21/03/1977 - 47 anos		
Nome da Mãe:	JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS		
NIT:	164.44147.41-8	**CPF:**	800.381.314-04
RG:	5841105	**Orgão Emissor:**	SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA
Gênero:	Feminino	**Estado Civil:**	
Escolaridade:			
Logradouro:	R JOAO PESSOA 115	**Tipo Logradouro:**	
Bairro:	SANTO AMARO	**CEP:**	
Número:		**Complemento:**	
Município:		**UF:**	
Telefone:	+55 81 81-98612		

História Clínica
Faxineira, trabalhou em hospital, 47 anos Informa que cortou-se com material contaminado 2 vezes e trabalhou na pandemia covid19 no hospital e passou a ter crises de ansiedade, medo. Foi encaminhada para o psiquiatra e está em tratamento médico. Laudo dr Izidro Filho CRM9687 13/12/23 tabagista, HAS DPOC, transtorno de ansiedade. usa hctz, losartana, sertralina 50mg, trazodona, quetiapina. L audo médico dr José Waldo Filho CRM9926 psiquiatra informa tratamento desde2022 crises ansiosas tipo pânico evoluindo com depressão. Agravamento com aumento da frequencia e intensidade das crises ansiosas, quadro atual demanda afastamento do trabalho por 60 dias CID F41 F32 10/1/24 mantém queixas de crises de ansiedade a despeito do tratamento instituido, laudo médico rg5841105 laudo médico 09/10 /2024 dr izidro b filho crm ilegivel usf 232 Pref recife tratament o psiquiatrico para depressão com sertralina clinazepan e quetiapina apresentando associado crises de ansiedade (...ilegivel) de 09/10/2024 cid10 f41/f32. Laudo médico santa casa santo amaro 26/09/2024 dr jose waldo solicita afastamento laboral por tempo indetemrinado crises ansiosas tipo panico e depressao dr crm9926.

Documentação Médica/Odontológica
Requerimento Atual
Não existem documentos cadastrados
Requerimentos Anteriores
Não existem documentos cadastrados.

Exame Físico	
Ectoscopia	
Pericianda com queixas de crises de falta de ar, palpitações e angustia com sensação de sufocamento com frequencia de duas crises há cerca de 15 dias auto cuidado com desleixo bradipsiquismo consciente orientada comparece só acv=rcr em 2 t, bnf sem sopros. ar= mvn sem ra sem queixas de cunho produtivo	
Exames Específicos	
Sistemas/Segmentos Examinados	**Descrição**
Sistemas/Segmentos sem alterações dignas de nota	

PJe Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 09/07/2025, às 08:29:51 - 5a1b0f9

Avaliado: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS

Diagnóstico	
Dados da Perícia Anterior	
CID Principal informado na perícia anterior	F41
CID Secundário informado na perícia anterior	F32 - Episódios depressivos
Isenção de Carência informado na perícia anterior	Não
Análise do Diagnóstico	
Deseja alterar o CID Principal?	Não

Capacidade Laborativa	
Houve/Há comprovação da incapacidade que justifique a prorrogação do benefício?	Sim
Considerações Médico Periciais	
PERSISTE INCAPACIDADE LABORAL PELO APRESENTADO AO EXAME FÍSICO E LAUDO MEDICO NO MOMENTO	
Classificação da Incapacidade	
Tipo de Grau de Incapacidade	Total e temporária
Data de Cessação do Benefício (DCB)	05/01/2025

Conclusão	
Dados Técnicos	
CID Principal	F41
Capacidade Laborativa	Houve comprovação da incapacidade que justifique a prorrogação do benefício
Classificação da Incapacidade	Total e temporária
DCB	05/01/2025

Perito Médico	
CADMED	1503774

RECIFE - PE, 05 de Novembro de 2024.

PJe Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 09/07/2025, às 08:29:51 - 5a1b0f9

Avaliado: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

SABI - Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade

Laudo Médico

Requerente: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
NB: 6473220040
Sexo: Feminino
Nasc: 21/03/1977
Nº Requer: 314320517
Est. Civil:
RG: 5841105
Emissão:
Dt Exame: 08/03/2024
Ocupação:
Ordem: 1.0
CADMED: 1503936

Benefício:

Auxílio - Doença

História:

8/3/24 faxineira, trabalhou em hospital, 46 anos Informa que cortou-se com material contaminado 2 vezes e trabalhou na pandemia covid19 no hospital e passou a ter crises de ansiedade, medo. Foi encaminhada para o psiquiatra e está em tratamento médico há 3 anos. Refere que não obteve melhora com o tratamento realizado, tem crises de choro, tremores em mãos. Laudo dr Izidro Filho CRM9687 13/12/23 tabagista, HAS DPOC, transtorno de ansiedade. usa hctz, losartana, sertralina 50mg, trazodona, quetiapina. Laudo médico dr José Waldo Filho CRM9926 psiquiatra informa tratamento desde2022 crises ansiosas tipo pânico evoluindo com depressão. Agravamento com aumento da frequencia e intensidade das crises ansiosas, quadro atual demanda afastamento do trabalho por 60 dias CID F41 F32 10/1/24 Novo laudo do mesmo psiquiatra 22/2/24 mantendo indicação de afastamento 60 dias

Exame Físico:

Vem com sobrinha fica só labilidade emocional chora humor depressivo tremores em mãos

Ac do Trabalho: Não **Reab. Profissional:** Não
Espécie de Nexo:
Isenção de Carência: Não
Auxílio Acidente: Não **Apos. por Invalidez:** Não
Vistoria Técnica:

Início da Doença: 01/01/2021
Cessação do Benefício: 10/04/2024
Início da Incapacidade: 10/01/2024
CID: F41

Considerações:

Considerando-se a função, a documentação médica apresentada e o exame físico atual, a segurada comprova inaptidão para realizar suas atividades laborativas. DID fixada segundo informações da segurada, na ausência de elementos objetivos para confirmá-la, 2021 DII fixada conforme laudo psiquiatra 10/1/24

Resultado: Existe incapacidade laborativa.

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes neste extrato, conforme art. 19, § 3° do Decreto 3.048/99.

Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 09/07/2025, às 08:29:51 - 5a1b0f9
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25070908294779000000089122232?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25070908294779000000089122232

PREVIDÊNCIA SOCIAL
Instituto Nacional do Seguro Social

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

09/07/2025 08:13:39

Declaração de Benefícios

Declaramos que CONSTA no Sistema Único de Benefícios, nesta data, a concessão do(s) seguinte(s) benefício(s) que possuam como titular o CPF nº ***800.381.314-04*** pertencente a ***MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS***:

Número do Benefício	Situação	Espécie	Último Pgto.	Início	Cessação
647.322.004-0	CESSADO	AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA PREVIDENCIÁRIO	R$ 1.577,60	10/01/2024	19/02/2025

Brasília, DF, 09/07/2025

Gilberto Waller Júnior
Presidente do INSS

Você pode conferir a autenticidade do documento em
https://meu.inss.gov.br/central/#/autenticidade
com o código 2507096K7WCEDHZ71ENZ46

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme art. 19, § 3° do Decreto 3.048/99.

Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 09/07/2025, às 08:29:51 - 4f3a5c8
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25070908294800000000089122233?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25070908294800000000089122233

PREVIDÊNCIA SOCIAL
Instituto Nacional do Seguro Social

INSS
CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais
Relações Previdenciárias

09/07/2025 08:14:04

Identificação do Filiado

NIT: 164.44147.41-8 **CPF:** 800.381.314-04 **Nome:** MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
Data de nascimento: 21/03/1977 **Nome da mãe:** JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS

Relações Previdenciárias

Seq.	NIT	Código Emp./NB	Origem do Vínculo	Tipo Filiado no Vínculo	Matrícula do Trabalhador	Data Início	Data Fim	Últ. Remun.	Indicadores
1	164.44147.41-8	03.485.324/0001-55	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL SENAC	Empregado ou Agente Público		01/11/2011	31/01/2013	01/2013	
2	164.44147.41-8	03.485.324/0001-55	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL SENAC	Empregado ou Agente Público		02/12/2013	30/09/2014	09/2014	
3	164.44147.41-8	10.869.782	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE	Empregado ou Agente Público		10/01/2015	05/12/2023	12/2023	IVIN-JORN-DIFERENCIADA, IREM-INDPEND
4	164.44147.41-8	6473220040	31 - AUXILIO DOENCA PREVIDENCIARIO	Não Informado		10/01/2024	19/02/2025		

Legenda de Indicadores

Indicador	Descrição	Indicador	Descrição
IREM-INDPEND	Remunerações com indicadores/pendências	IVIN-JORN-DIFERENCIADA	Vínculo possui regime de jornada diferenciada

Você pode conferir a autenticidade do documento em
https://meu.inss.gov.br/central/#/autenticidade
com o código 2507093I-KIGXI8VB2R500

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, observados os arts.19 ao 19-F do RPS aprovado pelo Decreto 3.048/99. O segurado somente terá reconhecida como tempo de contribuição ao RGPS a competência cujo valor consolidado seja igual ou superior ao salário mínimo, sendo assegurados os ajustes de complementação, utilização ou agrupamento, conforme o caso, de acordo com o § 14 do art.195 da CF/1988 e art.29 da EC 103/2019.

Documento assinado eletronicamente por NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA, em 09/07/2025, às 08:29:51 - 56d9190
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25070908294816600000089122234?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25070908294816600000089122234

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE
ATOrd 0000442-27.2025.5.06.0024
RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
RECLAMADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

DESPACHO

Reporto-me à petição #id:b406af6 , com indicação de data e local para realização da perícia.

Ficam intimadas as partes para ciência, bem como para as providências solicitadas pelo(a) perito(a).

Nos autos, ainda, certidão #id:a852cb9, com juntada dos documentos previdenciários da reclamante. Vistas às partes, que poderão apresentar manifestação no prazo de 5 dias.

RECIFE/PE, 09 de julho de 2025.

NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO
Juíza do Trabalho Titular

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE
ATOrd 0000442-27.2025.5.06.0024
RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
RECLAMADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 860b1cb proferido nos autos.

DESPACHO

Reporto-me à petição #id:b406af6 , com indicação de data e local para realização da perícia.

Ficam intimadas as partes para ciência, bem como para as providências solicitadas pelo(a) perito(a).

Nos autos, ainda, certidão #id:a852cb9, com juntada dos documentos previdenciários da reclamante. Vistas às partes, que poderão apresentar manifestação no prazo de 5 dias.

RECIFE/PE, 09 de julho de 2025.

NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO
Juíza do Trabalho Titular

JÉSSICA DIAS & GABRIEL DIAS
ADVOGADOS

EXCELENTISSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE/PE

PROCESSO Nº 0000442-27.2025.5.06.0024

MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, por meio de seu advogado que abaixo subscreve, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, **colacionar documentação complementar.**

Nesses termos em que, pede deferimento.
Recife, 09 de julho de 2025.

JÉSSICA CAROLINA GONÇALVES DIAS
OAB/PE Nº 37.219

GABRIEL GONÇALVES DIAS
OAB/PE 53.444

LAYS CRISTINA DA SILVA SOBRAL
OAB/PE 50.362

(81) 9 8225-1888
(81) 3039-1529
contato@jgdiasadvogados.com.br
@jgdiasadvogados

RECIFE - Empresarial Isaac Newton, Av. Gov. Agamenon Magalhães, Nº 4779, Sala 702 - Ilha do Leite, Recife/PE, CEP: 50070-160

CARUARU - R. Felipe Camarão, Nº 73 - 1º andar - Sala 102 - Nossa Sra. das Dores, Caruaru/PE, CEP: 55004-350

PJe
Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 09/07/2025, às 22:58:04 - 1d2eda6
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25070922440901000000089159398?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25070922440901000000089159398

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE
Santa Casa de Misericórdia do Recife
Av. Cruz Cabugá, 1563 - Santo Amaro - Recife - PE
Fone: PABX 3412-3800 | Email: sta-casa@santacasarecife.org.br
Site: www.santacasarecife.org.br

DADOS DO PACIENTE

REGISTRO: 300999
PRONTUÁRIO: 965928 SEXO: Feminino
NOME DO PACIENTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS *
NOME DA MÃE: JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS
NOME DO PAI:
RG OU CPF: 800.381.314-04
DATA DE NASCIMENTO: 21/03/77 IDADE: 47
CARTÃO SUS: 700203962871430 CONVÊNIO: SUS - AMB
UNIDADE DE INTERNAÇÃO:
ENFERMARIA/QUARTO/LEITO:

RELATÓRIO MÉDICO

A sra. Maria Rita de Cassia dos Santos iniciou psiquiátrico sob meus cuidados profissionais em 2022 no ambulatório da Santa Casa. Quadro psicopatológico caracterizado por crises ansiosas tipo pânico evoluindo com depressão como comorbidade. Apresenta agravamento psicopatológico com aumento da frequência e intensidade das crises ansiosas após situações descritas de assédio no ambiente de trabalho culminando com inesperada demissão. Quadro psicopatológico acarreta incapacidade laboral por um período de prazo indeterminado.

CID 10: F41+F32

Data: 20/02/2025

José Waldo Saraiva C. Filho
CRM / PE 9926
CPF: 4[illegible].270.294-68

Dr. JOSE WALDO SARAIVA CAMARA FILHO
CRM:9926

Digitalizado com CamScanner

PJe
Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 09/07/2025, às 22:58:04 - 8b972b8
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25070922573082000000089159615?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25070922573082000000089159615

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE
Santa Casa de Misericórdia do Recife
Av. Cruz Cabugá, 1563 - Santo Amaro - Recife - PE
Fone: PABX 3412 3800 | Email: sta-casa@santacasarecife.org.br
Site: www.santacasarecife.org.br

DADOS DO PACIENTE

REGISTRO: 300999
PRONTUÁRIO: 965928 SEXO: Feminino
NOME DO PACIENTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS *
NOME DA MÃE: JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS
NOME DO PAI:
RG OU CPF: 800.381.314-04
DATA DE NASCIMENTO: 21/03/77 IDADE: 48
CARTÃO SUS: 700203962871430 CONVÊNIO: SIM
UNIDADE DE INTERNAÇÃO:
ENFERMARIA/QUARTO/LEITO:

RELATÓRIO MÉDICO

A sra. Maria Rita de Cassia dos Santos iniciou psiquiátrico sob meus cuidados profissionais em 2022 no ambulatório da Santa Casa. Quadro psicopatológico caracterizado por crises ansiosas tipo pânico evoluindo com depressão como comorbidade. Apresenta agravamento psicopatológico com aumento da frequência e intensidade das crises ansiosas após situações descritas de assédio no ambiente de trabalho culminando com inesperada demissão. Quadro psicopatológico acarreta incapacidade laboral por um período de prazo indeterminado.

CID 10: F41+F32

Data: 24/04/2025

José Waldo Saraiva C. Filho
CRM / PE 9926
CPF: 149.270.294-68

Dr. JOSE WALDO SARAIVA CAMARA FILHO
CRM:9926

Digitalizado com CamScanner

PJe
Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 09/07/2025, às 22:58:04 - 10c85a8
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25070922573145200000089159616?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25070922573145200000089159616

HOSPITAL EDUARDO CAMPOS DA PESSOA IDOSA

FGH SUS | RECIFE CUIDA Secretaria de Saúde RECIFE

TOMOGRAFIA - HEC

Paciente:	MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS		
Registro:	556879	N° do Atendimento:	1599812
Convênio:	SUS - AMBULATORIO	Dt. Nasc:	21/03/1977 (47a 0m 12d)
Nome da Mãe	JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS		
N° do Pedido:	562447	Data do Pedido:	26/03/2024 07:29
Data da Realização:	26/03/2024 07:49	Data do Laudo:	
Setor Solicitante:	SADT EXTERNO - HEC	Médico Solicitante:	JANDILENE MARIA DE FREITAS SUCUPIRA

Exame: TC DE COLUNA LOMBO-SACRA

DR(A). THOMAZ CAMINHA DE AZEVEDO GALLINDO
CRM- 19284

Digitalizado com CamScanner

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 09/07/2025, às 22:58:04 - bf18a6b

HOSPITAL EDUARDO CAMPOS DA PESSOA IDOSA

FGH

RECIFE CUIDA

TOMOGRAFIA - HEC

Paciente:	MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS		
Registro:	556879	N° do Atendimento:	1599812
Convênio:	SUS - AMBULATORIO	Dt. Nasc:	21/03/1977 (47a 0m 12d)
Nome da Mãe	JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS		
N° do Pedido:	562447	Data do Pedido:	26/03/2024 07:29
Data da Realização:	26/03/2024 07:49	Data do Laudo:	
Setor Solicitante:	SADT EXTERNO - HEC	Médico Solicitante:	JANDILENE MARIA DE FREITAS SUCUPIRA

Exame: TC DE COLUNA LOMBO-SACRA

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DA COLUNA LOMBAR

INDICAÇÃO: Lombalgia

TÉCNICA: Foram obtidas aquisições da coluna lombossacra em tomógrafo computadorizado de multidetectores, sem a administração venosa do contraste iodado.

ANÁLISE:
Escoliose lombar com convexidade para direita.

Leve redução dos espaços discais de L4-L5 e L5-S1.

Corpos vertebrais de altura normal, com osteofitose marginal incipiente.

Pedículos visibilizados íntegros.

Lâminas e apófises vertebrais de morfologia e contornos preservados.

Alterações degenerativas leves nas articulações interfacetárias lombares, principalmente L4-L5 e L5-S1.

Pequeno abaulamento discal difuso de L4-L5. Promove leve impressão sobre a face anterior do saco dural e leve redução do aspecto inferior do forame de conjugação esquerdo, sem conflitos nervosos com a raiz nervosa emergente correspondente.
Complexo disco-osteofitário assimétrico de L5-S1, maior à direita. Promove compressão sobre a face anterior do saco dural e em conjunto com a hipertrofia facetária determinam acentuada estenose foraminal direita, comprimindo a raiz nervosa emergente de L5 direita.
Não há evidências de protrusões discais significativas nos demais interespaços estudados.

Demais neuroforames livres.

Canal vertebral com dimensões normais em toda a extensão do segmento estudado.

Compartimentos paravertebrais conservados.

DR(A). THOMAZ CAMINHA DE AZEVEDO GALLINDO
CRM- 19284

Digitalizado com CamScanner

PJe
Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 09/07/2025, às 22:58:04 - bf18a6b
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25070922573309900000089159617?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25070922573309900000089159617

Poder Judiciário de Pernambuco
PJe - Processo Judicial Eletrônico

09/07/2025

Número: **0042690-70.2024.8.17.2001**

Classe: **Procedimento Comum Cível**
Órgão julgador: **1ª Vara de Acidentes de Trabalho da Capital**
Última distribuição : **19/04/2024**
Valor da causa: **R$ 20.000,00**
Assuntos: **Auxílio-Doença Acidentário**
Nível de Sigilo: **0 (Público)**
Justiça gratuita? **SIM**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS (AUTOR(A))	
	JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS (ADVOGADO(A)) **GABRIEL GONCALVES DIAS (ADVOGADO(A))** **RAFAEL PYRRHO CORREIA DE MELO (ADVOGADO(A))**
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)	

Outros participantes	
21º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital (FISCAL DA ORDEM JURÍDICA)	

Documentos

Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
192262419	10/01/2025 07:43	Decisão	Decisão

Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
1ª Vara de Acidentes de Trabalho da Capital

Avenida Desembargador Guerra Barreto - Fórum do Recife, 200, 1º andar - norte - Fórum Des. Rodolfo Aureliano, Ilha Joana Bezerra, RECIFE - PE - CEP: 50080-900 - F:(81) 31810094

Processo nº **0042690-70.2024.8.17.2001**

AUTOR(A): MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS

RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Vistos etc.

Compulsando os autos, verifico que na decisão de id nº 177074808 fora concedido o benefício acidentário em favor da parte autora, por um período de 60 (sessenta) dias.

Requer a parte autora, na petição de id 190361467, a prorrogação do benefício.

Foi acostado aos autos laudo médico datado de 10/2024 ao id 186217445, atestando que a parte autora está incapacitada para realizar atividades laborais.

O seguro social é financiado, em parte, pelo empregador, o qual se encontra obrigado a prestar contribuições sociais sobre a folha de salários de sua empresa, sobre a receita ou o faturamento e sobre o lucro, nos termos do art. 195, I, alíneas ‘a’ a ‘c’ da CF, não sendo razoável que ele deva ser obrigado a remunerar pelo prazo superior a 15 (quinze) dias, art. 59 da Lei 8.213/91, empregado seu incapacitado para o exercício de suas atividades laborais.

Por seu turno, a parte autora, na qualidade de segurada, também contribui para o seguro social, mediante o desconto de um percentual sobre sua remuneração, nos termos previstos no art. 195, II da CF, não sendo razoável pois que seja obrigada a voltar ao trabalho quando diagnosticada sua incapacidade para o trabalho.

De acordo com o art. 20 da Lei nº 8.212/91 (Lei de Custeio da Previdência Social), essa alíquota não é irrisória, visto que varia de 8% a 11% sobre o salário de contribuição, não sendo razoável pois que seja o segurado obrigado a voltar ao trabalho quando diagnosticada sua incapacidade para o trabalho, visto que ele custeia o Seguro Social exatamente para ser utilizado nos casos em que se encontre sob risco social.

Convém registrar que o direito à previdência social constitui-se em direito social, nos termos previstos no art. 6º da Constituição Federal, devendo o seguro social procurar melhorar a condição social dos trabalhadores urbanos e rurais, na forma prevista no art. 7º, caput da Carta Magna.

Por outro lado, o Estado existe em função da pessoa humana, sendo seu dever a obtenção do bem-estar social desta.

Este documento foi gerado pelo usuário 081.***.***-54 em 09/07/2025 22:42:07
Número do documento: 25011007434788900000187435152
https://pje.cloud.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25011007434788900000187435152
Assinado eletronicamente por: CARLOS ANTONIO ALVES DA SILVA - 10/01/2025 07:43:48

Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 09/07/2025, às 22:58:04 - 470c02f

A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem estar e a justiça sociais, conforme estabelecido no art. 193 da Constituição Federal.

É necessário que seja levado em conta o **princípio da proteção ao segurado**: "Este princípio ainda que não aceito de modo uniforme pela doutrina previdenciarista, vem sendo admitido com cada vez mais frequência o postulado de que as normas dos sistemas de proteção social devem ser fundadas na ideia de proteção ao menos favorecido. Na relação jurídica existente entre o indivíduo trabalhador e o Estado, em que este fornece àquele as prestações de caráter social, não há razão para gerar proteção ao sujeito passivo – como, certas vezes acontece em matéria de discussões jurídicas sobre o direito dos beneficiários do sistema a determinado reajuste ou revisão de renda mensal, por dubiedade de interpretação da norma. Daí decorre, como no Direito do Trabalho, a regra de interpretação *in dubio pro misero*, ou *pro operario*, pois este é o principal destinatário da norma previdenciária"[1].

O princípio da universalidade da cobertura e do atendimento também deve ser aplicado à presente hipótese.

"Por universalidade da cobertura entende-se que a proteção social deve alcançar todos os eventos cuja reparação seja premente, afim de manter a subsistência de quem dela necessite. A universalidade do atendimento significa, por seu turno, a entrega das ações, prestações e serviços de seguridade social a todos os que necessitem, tanto em termos de previdência social – obedecido o princípio contributivo – como no caso da saúde e da assistência social"[2].

Acrescente-se que de acordo com o texto do art. XXV, nº. 1, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, **doença, invalidez**, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle (g.n.).

Registre-se que o art. 21 da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, acrescentado pela Convenção Nacional francesa de 1793, estipulava que "(...) os socorros públicos são uma espécie de dívida sagrada. A sociedade deve a subsistência aos infelizes, seja lhes dando trabalho, seja assegurando os meios de existência àqueles que não podem trabalhar."[3].

Ressalte-se que, para a Organização Mundial da Saúde, a incapacidade laborativa se define como algo genérico que envolve deficiências, limitações da atividade e restrições na participação, apresentando-se como algo complexo que envolve a **interação entre as funções físicas de uma pessoa e as funções da sociedade na qual ela vive**.

A doutrina previdenciária ensina que:

> "A incapacidade para o trabalho não pode ser identificada apenas a partir de uma perspectiva médica. Não são raros os casos em que o segurado, embora portador de uma incapacidade funcionalmente parcial, se encontra incapacitado para o exercício de qualquer atividade que possa lhe garantir subsistência. É o caso típico do trabalhador braçal, que desempenha suas atividades mediante intenso esforço físico. Uma vez que se encontre incapacitado para o exercício de atividades que demandem esforço físico acentuado, conte com idade relativamente avançada e não apresente formação social ou educacional para desempenho de função que dispense tal esforço físico, na verdade ele se encontra sem condições reais de autoprover-se. A baixa qualificação e a reduzida aptidão para atividades estranhas às credenciais apresentadas pelo trabalhador implicam ausência de condições para o desempenho de qualquer trabalho decente. A análise da incapacidade para o trabalho deve levar em conta, assim, não apenas a limitação de saúde da pessoa, mas igualmente a limitação imposta pela sua história de vida e pelo seu universo social"[4]

Considere-se ainda o fato de que o Brasil e um dos recordistas mundiais em matéria de acidente do trabalho.

Este documento foi gerado pelo usuário 081.***.***-54 em 09/07/2025 22:42:07
Número do documento: 25011007434788900000187435152
https://pje.cloud.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25011007434788900000187435152
Assinado eletronicamente por: CARLOS ANTONIO ALVES DA SILVA - 10/01/2025 07:43:48

Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 09/07/2025, às 22:58:04 - 470c02f

Por seu turno, dados divulgados pela Associação Internacional de Seguridade Social revelam que aproximadamente 15% da população mundial se encontra sob incapacidade laboral por problemas de saúde, e apenas, cerca de 6% desse mesmo contingente se encontra em gozo efetivo de benefícios previdenciários.

Mauro Cappeletti, segundo Melissa Folmann, ressalta que: "A corte não deve apenas estar na comunidade, mas precisa ser percebida por seus membros como uma opção séria quando eles considerem os meios de encaminhar uma queixa"[5].

"Embora criado pelo legislador, o Welfare State é mantido hoje, bem ou mal, pelo Judiciário"[6].

Dados levantados pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ revelam que o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS figura como a entidade pública mais demandada do país.

Assim, considerando os termos dos documentos mencionados acima e as considerações tecidas, percebe-se que a parte autora se encontra alijada da própria condição de dignidade.

Segundo o Juiz Federal Jose Antônio Savaris: "Não se pode jamais olvidar que a realidade administrativa é a de ineficiência na prestação do serviço público ao segurado ou dependente do RGPS, pois o serviço social inexiste, e o processo administrativo com participação interessada do agente público – exigência de boa-fé – é ainda uma miragem distante"[7].

"Na América Latina e outros países periféricos, infelizmente a realidade social, fruto da herança histórica principalmente, ainda não conseguiu sensibilizar culturalmente as suas nações da importância de se proteger os direitos fundamentais e direitos humanos em geral."[8]

Saliente-se o fato de que o sistema pericial adotado pelo INSS se encontra defasado, causando maiores prejuízos aos segurados do que propriamente benefícios, visto que passa ao largo a consideração dos componentes de origem social, pessoal e econômica da vida dos segurados[9].

Desta forma, com fundamento no art. 300, caput, do CPC, **defiro o pedido de tutela de urgência**, para determinar a intimação do INSS para que proceda com a prorrogação do benefício concedido à parte autora ao id nº 177074808, pelo **prazo de 12 (doze) meses a contar do dia seguinte ao da DCB do benefício concedido nos presentes autos** ao id 177074808, ficando o INSS desde já advertido de que o não cumprimento da presente decisão acarretará a multa diária a ser estipulada por este juízo, **sem prejuízo de nova apreciação do pedido após o final do mencionado prazo.**

Deve a parte autora em gozo do benefício acidentário submeter-se a exame médico a cargo da previdência social, nos termos do art. 101 da Lei nº. 8.213/91, que dispõe que o segurado em gozo de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e o pensionista inválido estão obrigados, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico a cargo da Previdência Social, processo de reabilitação profissional por ela prescrito e custeado, e tratamento dispensado gratuitamente, exceto o cirúrgico e a transfusão de sangue, que são facultativos. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995).

"Não obstante seja necessário comprovar a incapacidade total e definitiva para a obtenção da aposentadoria por invalidez, sua duração não é vitalícia, podendo ser cancelada caso o trabalhador recupere a capacidade laborativa. Por tal razão, **o INSS pode (e sempre pôde) convocar o segurado beneficiário a comparecer a perícias médicas de revisão**, no intuito de comprovar se permanece a situação de incapacidade total e definitiva, conforme permissivo constante do art. 101 da Lei n. 8.213/91"[10] (g.n.).

Registre-se, ainda, que esta Vara de Acidentes do Trabalho, em razão de sua competência para analisar causas acidentárias, as quais têm um **caráter social**, não fica adstrita ao pedido da inicial, podendo conceder ao autor benefício diverso do requerido, desde que atendidos os requisitos legais. Nesse sentido:

Este documento foi gerado pelo usuário 081.***.***-54 em 09/07/2025 22:42:07
Número do documento: 25011007434788900000187435152
https://pje.cloud.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25011007434788900000187435152
Assinado eletronicamente por: CARLOS ANTONIO ALVES DA SILVA - 10/01/2025 07:43:48

Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 09/07/2025, às 22:58:04 - 470c02f

> PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DIVERSO. DECISÃO EXTRA PETITA. NÃO CONFIGURAÇÃO. PRECEDENTES. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. 1. Em matéria previdenciária, deve-se flexibilizar a análise do pedido contido na petição inicial, não entendendo como julgamento extra ou ultra petita a concessão de benefício diverso do requerido na inicial, desde que o autor preencha os requisitos legais do benefício deferido. Precedentes. 2. Na hipótese dos autos, o Tribunal a quo reformou a sentença (fls. 156/163, e-STJ) que concedeu ao autor o restabelecimento de sua aposentadoria rural, na condição de segurado especial. Considerando a implementação de todos os requisitos, foi concedido ao autor o beneficio de aposentadoria por idade, nos termos da Lei n. 11.718/2008, a contar do ajuizamento da ação. Incidência da Súmula 83/STJ. Agravo regimental improvido. (STJ - AgRg no REsp: 1367825 RS 2013/0036415-1, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 18/04/2013, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 29/04/2013, undefined)

Ressalte-se ainda que "impõe-se considerar que nas causas da espécie prepondera o princípio do in dúbio pro misero e que, 'os pleitos previdenciários possuem relevante valor social de proteção ao Trabalhador Segurado da Previdência Social, sendo, portanto, julgados sob tal orientação exegética' (STJ, REsp 1.067.972, 5ª Turma, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 27.04.2009)".[11]

> Um questionamento se faz oportuno: quando o segurado acometido de mal incapacitante busca a prestação jurisdicional com o intuito de obter auxílio-doença, mas a perícia constata que a incapacidade não é temporária, poderá o juiz conceder a aposentadoria por invalidez?
>
> Essa situação é bastante comum no meio judiciário, Nesses casos, o juiz poderá conceder a invalidez, sem que isso caracterize julgamento *extra ou ultra petita*, pois, constatada a incapacidade, **é dever de ofício do INSS conceder o benefício correspondente (pelo princípio da seletividade).** Nesse sentido:
>
> Em matéria previdenciária, deve-se flexibilizar a análise do pedido contido na petição inicial, não entendendo como julgamento *extra* ou *outra petita* a concessão de benefício diverso do requerido na inicial, desde que o autor preencha os requisitos legais do benefício deferido (AgRg no REsp 1.367.825-RS, 2ª Turma, Rel. Min. Humberto Martins, DJe 29.04.2013).[12]

Convém registrar que em várias hipóteses é cabível o julgamento extra ou ultra petita nas ações que envolvem acidentes do trabalho. Assim, mencionamos que "comprovados os requisitos para a aposentadoria por invalidez e sobrevindo o óbito do autor no curso do processo, é possível a conversão daquele benefício em pensão por morte, não caracterizando julgamento *ultra* ou *extra petita*, por ser este benefício consequência daquele. Nesse sentido: STJ, REsp 1.108.079/PR, 6ª Turma, Rel. Min. Maria Tereza de Assis Moura, DJe 03.11.2011."[13]

Em consequência, o Juízo acidentário não se encontra preso aos termos dos arts. 490 e 492, ambos do CPC.

Assim, ante a urgente necessidade de intimação do réu para proceder à implantação do benefício em favor da parte demandante, proceda o gabinete à **intimação do INSS, através do Diário Eletrônico (MiniPac),** para cumprir a presente decisão, no prazo de 10 (dez) dias, observando-se a tabela abaixo.

PRORROGAÇÃO DO BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-DOENÇA POR ACIDENTE DO TRABALHO:

Este documento foi gerado pelo usuário 081.***.***-54 em 09/07/2025 22:42:07
Número do documento: 25011007434788900000187435152
https://pje.cloud.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25011007434788900000187435152
Assinado eletronicamente por: CARLOS ANTONIO ALVES DA SILVA - 10/01/2025 07:43:48

Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 09/07/2025, às 22:58:04 - 470c02f

Benefício a ser implantado/restabelecido/PRORROGADO	**Auxílio-doença acidentário (B91)**
*** DIB (data de início do benefício)**	**Dia seguinte ao da DCB do benefício concedido nos presentes autos** ao id 177074808.
DCB (data de cessação do benefício)	**12 (doze) meses após a prorrogação do benefício.**
Reabilitação profissional	( ) Sim (X) Não

* Nos casos de restabelecimento de auxílio-doença, deve-se restabelecer o benefício (NB) imediatamente anterior à data do ajuizamento da ação acidentária;

**A DIB da aposentadoria por invalidez ou auxílio-acidente deve ser o dia posterior à data da cessação administrativa do auxílio-doença, imediatamente anterior à data do ajuizamento da ação acidentária;

Obs: Se o auxílio-acidente for concedido na sentença, e houver concessão de tutela de urgência anterior restabelecendo auxílio-doença, a DIB do auxílio-acidente será o dia posterior à cessação do auxílio-doença concedido por tutela.

Após, proceda a DEFFA à **intimação da parte autora** para, no prazo de 10 (dez) dias, tomar ciência da presente decisão.

Após, voltem-me conclusos.

Recife, 09 de janeiro de 2025.

Carlos Antonio Alves da Silva

Juiz de Direito

Este documento foi gerado pelo usuário 081.***.***-54 em 09/07/2025 22:42:07
Número do documento: 25011007434788900000187435152
https://pje.cloud.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25011007434788900000187435152
Assinado eletronicamente por: CARLOS ANTONIO ALVES DA SILVA - 10/01/2025 07:43:48

Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 09/07/2025, às 22:58:04 - 470c02f

dmor

1 LAZZARI, João Batista [et al]. Prática processual previdenciária: administrativa e judicial. 8. ed. ver., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2016, pág. 19 e 20.

2 LAZZARI, João Batista [et al]. Prática processual previdenciária: administrativa e judicial. 8. ed. ver., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2016, pág. 21.

3 FERRARO, Suzani Andrade. Previdência Social: em busca da Justiça Social. São Paulo. LTr, 2015.

4 SAVARIS, Jose Antonio. Direito Processual Previdenciário, 1ª edição, Juruá Editora, Curitiba/PR, 2008, p. 225-226

5 *Apud.* FOLMANN, Melissa. Previdência Social: em busca da Justiça Social. São Paulo. LTr, 2015.

6 VAZ, Paulo Afonso Brum. Previdência Social: em busca da Justiça Social. São Paulo. LTr, 2015.

7 Apud. SCHUSTER, Diego Henrique. Previdência Social: em busca da Justiça Social. São Paulo. LTr, 2015.

8 RODRIGUES, Leonardo Ziccareli. Previdência Social: em busca da Justiça Social. São Paulo. LTr, 2015.

9 COSTA, José Ricardo Caetano. Previdência Social: em busca da Justiça Social. São Paulo. LTr, 2015.

10 VIANNA, Claudia Salles Vilela. Acidente do trabalho: abordagem completa e atualizada. São Paulo: LTr, 2015, p. 146-147.

11 LAZZARI, João Batista [et al]. Prática processual previdenciária: administrativa e judicial. 8. ed. ver., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2016, pág. 348.

12 LAZZARI, João Batista [et al]. Prática processual previdenciária: administrativa e judicial. 8. ed. ver., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2016, pág. 375.

13 LAZZARI, João Batista [et al]. Prática processual previdenciária: administrativa e judicial. 8. ed. ver., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2016, pág. 381.

Este documento foi gerado pelo usuário 081.***.***-54 em 09/07/2025 22:42:07
Número do documento: 25011007434788900000187435152
https://pje.cloud.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25011007434788900000187435152
Assinado eletronicamente por: CARLOS ANTONIO ALVES DA SILVA - 10/01/2025 07:43:48

Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 09/07/2025, às 22:58:04 - 470c02f
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25070922573356800000089159618?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25070922573356800000089159618

SAÚDE e-SUS
ATENÇÃO BÁSICA

MINISTÉRIO DA SAÚDE
ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE RECIFE
US 232 USF ILHA SANTA TEREZINHA

ORIENTAÇÕES

CIDADÃO

MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
CPF: 80038131404 **CNS:** 700203962871430
48 anos e 2 meses no dia deste atendimento

ORIENTAÇÕES

LAUDO MÉDICO:
ATESTO, PARA FINS INSS, QIE A PACIENTE MARIA RITA DE CÁSSIA DOS SANTOS, 47 ANOS, PORTADORA DAS PATOLOGIAS (CID: F-32 , F-41, I-10, J459), EM TRATAMENTO PSIQUIATRA, EM USO DE CLONAZEPAM 2MG. SERTRALINA 100MG, TRAZODONA 50MG, EVOLUINDO C/ AGRAVAMENTO DO QUADRO PSICOPATOLÓGICO, C/ AUMENTO DAS CRISES ANSIOSAS, TIPO PÂNICO, ACARRETANDO INCAPACIDADE LABORAL, POR TEMPO INDETERMINADO. FAZ USO TBM DE HCTZ 25MG, LOSARTANA 50MG, ANLODIPINO 5MG, SERETIDE SPRAY.

Dr. Izidro A. B. Filho
Médico
CRM: 9687

Izidro de Alencar Bezerra Filho - CRM - PE 9687
MÉDICO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA
Recife - PE, 03 de junho de 2025

Digitalizado com CamScanner

PJe
Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 09/07/2025, às 22:58:04 - a5c8fdb
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25070922573460500000089159619?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25070922573460500000089159619

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE
ATOrd 0000442-27.2025.5.06.0024
RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
RECLAMADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

DESPACHO

Reporto-me à petição #id:1d2eda6, da reclamante, com juntada de documentos médicos.

Defiro, assim, o pedido de realização de perícia médica e determino, de logo, a realização de perícia médica, para apuração do grau de incapacidade laboral/nexo causal, nomeando como perito do juízo o(a) Dr.(a) **Breno Domingos Gusmão De Melo**, devendo ser cientificado(a) do encargo para o qual foi nomeado(a), bem assim de que terá o prazo de 20 dias para confecção e entrega do competente laudo pericial, contados a partir da realização do exame (art. 465, NCPC);

O(A) Sr(a). Perito(a) judicial deverá informar o agendamento da (s) diligência(s) e do(s) exame(s) que realizará, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, em conformidade com os artigos 466, § 2º e 474, ambos do CPC, para que a Secretaria deste Juízo comunique às partes, competindo a estas cientificar seus assistentes técnicos.

Determino que a Secretaria providencie a juntada do dossiê médico e previdenciário pelo sistema PREVJUD, intimando-se as partes para se manifestarem em 5 dias.

Concede-se às partes prazo comum e preclusivo de 15 dias para eventual arguição de impedimento ou suspeição do expert, mantido o prazo de ata (Aplicação do art. 191 do CPC).

Faculta-se às partes a quesitação e indicação de assistentes técnicos no prazo comum e preclusivo de 05 dias, quando poderão arguir eventual suspeição/impedimento do perito.

Intimem-se as partes e os *experts*.

Uma vez apresentado o laudo, as partes devem ser intimadas para manifestação no prazo de 05 dias. Por economia e celeridade processual,deixo de aplicar o artigo 477, § 1º do NCPC.

Em caso de pedido de esclarecimento pelas partes, o(a) perito(a) deverá ser intimado(a) para respondê-los, no prazo de 10 dias úteis.

Ficam as partes cientes, por meio das respectivas assessorias jurídicas.

RECIFE/PE, 10 de julho de 2025.

NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO
Juíza do Trabalho Titular

Documento assinado eletronicamente por NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO, em 10/07/2025, às 08:32:17 - 4a3f3e9
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25071008174354200000089162662?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25071008174354200000089162662

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE
ATOrd 0000442-27.2025.5.06.0024
RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
RECLAMADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 4a3f3e9 proferido nos autos.

DESPACHO

Reporto-me à petição #id:1d2eda6, da reclamante, com juntada de documentos médicos.

Defiro, assim, o pedido de realização de perícia médica e determino, de logo, a realização de perícia médica, para apuração do grau de incapacidade laboral/nexo causal, nomeando como perito do juízo o(a) Dr.(a) **Breno Domingos Gusmão De Melo**, devendo ser cientificado(a) do encargo para o qual foi nomeado(a), bem assim de que terá o prazo de 20 dias para confecção e entrega do competente laudo pericial, contados a partir da realização do exame (art. 465, NCPC);

O(A) Sr(a). Perito(a) judicial deverá informar o agendamento da (s) diligência(s) e do(s) exame(s) que realizará, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, em conformidade com os artigos 466, § 2º e 474, ambos do CPC, para que a Secretaria deste Juízo comunique às partes, competindo a estas cientificar seus assistentes técnicos.

Determino que a Secretaria providencie a juntada do dossiê médico e previdenciário pelo sistema PREVJUD, intimando-se as partes para se manifestarem em 5 dias.

Concede-se às partes prazo comum e preclusivo de 15 dias para eventual arguição de impedimento ou suspeição do expert, mantido o prazo de ata (Aplicação do art. 191 do CPC).

Faculta-se às partes a quesitação e indicação de assistentes técnicos no prazo comum e preclusivo de 05 dias, quando poderão arguir eventual suspeição/impedimento do perito.

Intimem-se as partes e os *experts*.

Uma vez apresentado o laudo, as partes devem ser intimadas para manifestação no prazo de 05 dias. Por economia e celeridade processual,deixo de aplicar o artigo 477, § 1º do NCPC.

Em caso de pedido de esclarecimento pelas partes, o(a) perito(a) deverá ser intimado(a) para respondê-los, no prazo de 10 dias úteis.

Ficam as partes cientes, por meio das respectivas assessorias jurídicas.

RECIFE/PE, 10 de julho de 2025.

NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO
Juíza do Trabalho Titular

Documento assinado eletronicamente por NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO, em 10/07/2025, às 08:33:17 - cafafe9
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25071008321837500000089163280?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25071008321837500000089163280

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE
ATOrd 0000442-27.2025.5.06.0024
RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
RECLAMADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

Destinatário: BRENO DOMINGOS DE GUSMAO MELO

Fica V.Sa intimado para tomar ciência que foi designado como perito, devendo entregar o laudo pericial até 20 dias após a perícia.

RECIFE/PE, 10 de julho de 2025.

NEYSANGELA DE ALMEIDA SOUZA
Diretor de Secretaria

Dr. Breno Melo - Perícias Médicas
CRM : 28908 PE

EXCELENTÍSSIMO(a) SENHOR(a) DOUTOR(a) JUIZ(a) DO TRABALHO DA ª VARA DO TRABALHO DA COMARCA DE RECIFE/PE.

Processo Nº: 0000442-27.2025.5.06.0024
RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
RECLAMADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

BRENO DOMINGOS DE GUSMÃO MELO, brasileiro, solteiro, médico inscrito no CRM PE sob o n. 28908, perito nomeado nos autos da ação em epígrafe para proceder ao exame pericial em **MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS** já devidamente qualificado nos Autos, vem, muito respeitosamente perante Vossa Excelência, informar que **ACEITA O ENCARGO** ao qual foi nomeado, oportunidade em que apresenta o agendamento pericial para o dia **05 de Agosto de 2025 às 09:10**, na Clínica Ergocardio, localizada na **Rua Inácio de Souza Morais, n. 83, Piedade, Jaboatão dos Guararapes**, CEP 54410-130, descrevendo com verdade e com todas as circunstâncias o que vir a descobrir e observar, bem como responder aos quesitos das partes.

SOLICITO:
1- Se houve atendimentos médicos, solicito: cópia de prontuário (pode ser solicitado ao profissional ou serviço no qual era atendido), atestados, declarações, receitas, laudos e outros documentos que as partes julguem importantes, a fim de possibilitar uma análise pericial minuciosa. Obs: O prontuário médico é um documento que reúne diversas informações sobre o histórico de atendimentos de pacientes. É um registro de toda a assistência à saúde, especialidades e tratamentos realizados. Ou seja, prontuário médico não é a mesma coisa que Laudo médico ou Relatório médico. O paciente pode solicitar diretamente ao(s) médico(s) que o assistiram no tratamento ou solicitar ao serviço/clínica/hospital que recebeu assistência. Por lei o prontuário médico é do paciente, podendo ser solicitado cópia a qualquer momento pelo mesmo.

2- Solicito que se possível seja incluído nos autos o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) do reclamante.

3- Solicito, ainda, o arbitramento dos honorários periciais, sugerindo o valor de R$ 5.600,00 (cinco mil e seicentos reais), correspondente a 4 salários mínimos, considerando o referencial de procedimentos médicos, o tempo dedicado, o deslocamento e o trabalho de pesquisa técnica, científica e intelectual, bem como o múnus público exercido pelo perito, de forma equidistante das partes.

DADOS PARA DEPÓSITO
Banco Bradesco S.A
Agência :1232
Conta Corrente: 92909 -3

Breno Domingos De Gusmão Melo – Jaboatão Dos Guararapes/PE - CEP 54410-130
Celular: (81) 988597177
E-mail: Drbrenomelo@outlook.com

PJe Documento assinado eletronicamente por BRENO DOMINGOS DE GUSMAO MELO, em 15/07/2025, às 16:37:51 - 7a7e0f7

Dr. Breno Melo - Perícias Médicas
CRM : 28908 PE

4- Sejam informados, também, que serão tolerados 15 minutos de atraso e que o(a) Reclamante venha portando sua CNH, se possuir, CTPS e demais documentos pertinentes ao caso.

Coloco-me à disposição dos Assistentes Técnicos para contatos necessários para a efetivação da perícia.

Termos em que, pede deferimento.

Recife/PE, 15 de Julho de 2025.

Breno Domingos de Gusmão Melo
CRM-PE 28908

Breno Domingos De Gusmão Melo – Jaboatão Dos Guararapes/PE - CEP 54410-130
Celular: (81) 988597177
E-mail: Drbrenomelo@outlook.com

Documento assinado eletronicamente por BRENO DOMINGOS DE GUSMAO MELO, em 15/07/2025, às 16:37:51 - 7a7e0f7
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25071516375050100000089327659?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25071516375050100000089327659

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE
ATOrd 0000442-27.2025.5.06.0024
RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
RECLAMADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

DESPACHO

Reporto-me à petição #id:7a7e0f7 , com indicação de data e local para realização da perícia.

Ficam intimadas as partes para ciência, bem como para as providências solicitadas pelo(a) perito(a).

Fica a parte autora advertida de que a ausência injustificada na data do exame pericial não ensejará a designação de nova data para a perícia, implicando desistência da prova em questão.

RECIFE/PE, 15 de julho de 2025.

NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO
Juíza do Trabalho Titular

Documento assinado eletronicamente por NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO, em 15/07/2025, às 17:23:49 - 4b73b08
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25071516473410000000089328400?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25071516473410000000089328400

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE
ATOrd 0000442-27.2025.5.06.0024
RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
RECLAMADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 4b73b08 proferido nos autos.

DESPACHO

Reporto-me à petição #id:7a7e0f7 , com indicação de data e local para realização da perícia.

Ficam intimadas as partes para ciência, bem como para as providências solicitadas pelo(a) perito(a).

Fica a parte autora advertida de que a ausência injustificada na data do exame pericial não ensejará a designação de nova data para a perícia, implicando desistência da prova em questão.

RECIFE/PE, 15 de julho de 2025.

NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO
Juíza do Trabalho Titular

Documento assinado eletronicamente por NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO, em 15/07/2025, às 17:24:49 - 7c8ef97
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25071517234977300000089329984?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25071517234977300000089329984

PYRRHO ADVOGADOS

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DA 24ª VARA DO TRABALHO DE RECIFE– PE.

PROCESSO: 0000442-27.2025.5.06.0024

MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, por seu advogado in fine assinado, vem respeitosamente perante V. Exc.ª, apresentar os quesitos para a perícia médica**:**

DA NECESSIDADE DE PERÍCIAS MÉDICAS DISTINTAS – PSIQUIÁTRICA E ORTOPÉDICA

A Reclamante ajuizou a presente reclamação trabalhista alegando o desenvolvimento de patologias de natureza ortopédica e psiquiátrica em decorrência das atividades laborais desempenhadas. Consta dos autos que a Reclamante apresenta lesões osteomusculares, bem como transtornos psíquicos, compatíveis com episódios de depressão, ansiedade generalizada, síndrome do pânico, ou similares, cujos sintomas foram agravados pelo ambiente e ritmo de trabalho.

Diante da natureza multifatorial e complexa das doenças apontadas, requer-se a designação de perícias médicas distintas, a serem realizadas por especialistas em ortopedia e psiquiatria, de modo a garantir a adequada apuração dos seguintes pontos relevantes ao deslinde da controvérsia:

- A existência de nexo causal ou concausal entre as atividades laborais e cada uma das patologias alegadas;
- A presença de incapacidade laborativa parcial ou total, temporária ou permanente, associada a cada uma das doenças;
- A possibilidade de agravamento do quadro clínico em razão das condições de trabalho;
- A necessidade de afastamento e/ou readaptação funcional da Reclamante.

Tal providência encontra respaldo no artigo 156 do Código de Processo Civil, aplicado subsidiariamente ao processo do trabalho por força do artigo 769 da CLT, o qual estabelece a possibilidade de nomeação de peritos especializados para elucidação de matéria técnica:

PJe Documento assinado eletronicamente por RAFAEL PYRRHO CORREIA DE MELO, em 17/07/2025, às 18:45:25 - 5edcce1

PYRRHO
ADVOGADOS

"Art. 156. O juiz será assistido por perito quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico."

Portanto, diante da complexidade do caso e da coexistência de enfermidades de natureza ortopédica e psiquiátrica, pugna-se pela realização de perícias independentes, conduzidas por peritos distintos, um da área ortopédica e outro da área psiquiátrica, como forma de assegurar a produção de prova técnica adequada, efetiva e respeitosa aos princípios constitucionais do contraditório, ampla defesa e verdade real.

DESCONTITUIÇÃO DO PERITO MÉDICO – DESCRUMPRIMENTO DO ARTIGO 2º, II e III DA RESOLUÇÃO Nº 2.297/2021 DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA E VIOLAÇÃO AO ART. 5º, LV da CF/88

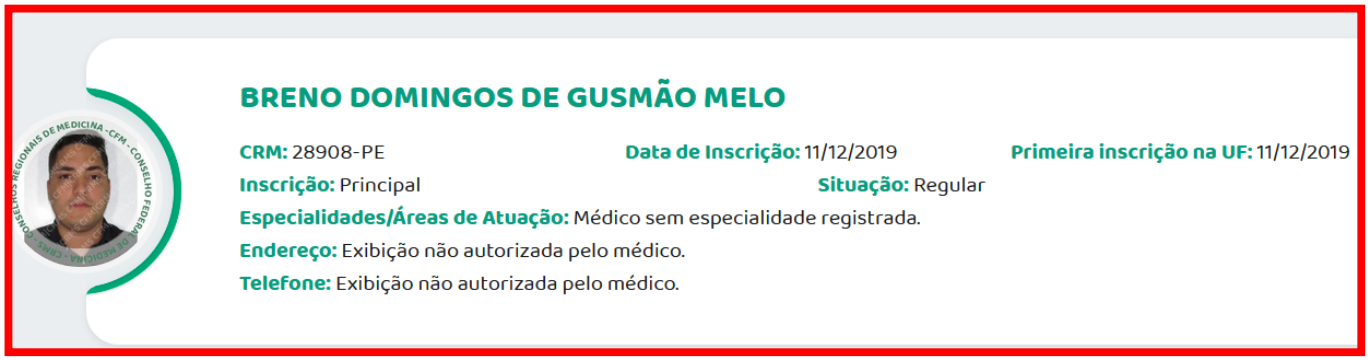
Requer a destituição do perito designado - **BRENO DOMINGOS DE GUSMAO MELO** –, haja vista que, *data máxima vênia,* este não realiza perícia ergonômica/cinesiofuncional, com análise do ambiente laboral do reclamante, sendo esta obrigatória conforme determina o artigo 2º, II e III da Resolução nº 2.297/2021 do Conselho Federal de Medicina, de modo que, a negativa de tal perícia in loco além de afrontar a Resolução do CFM também afronta ao artigo 5º, LV, da CF/1988, estando sujeito a nulidade processual.

Além de que, a nobre expert quando do cumprimento encargo na Comarca de Caruaru/PE, recusou-se a proceder com a análise no ambiente laboral do reclamante do processo do referido município.

Insta destacar que, o nobre perito designado por este MM. Juízo não possui especialização médica RQE em medicina do trabalho, pelo que se constata não possuir embasamento médico suficiente para analisar patologias de cunho ocupacional, principalmente da área ortopédica e tampouco psiquiátrica. Vejamos a consulta ao CRM do expert:

PJe Documento assinado eletronicamente por RAFAEL PYRRHO CORREIA DE MELO, em 17/07/2025, às 18:45:25 - 5edcce1

PYRRHO
ADVOGADOS



BRENO DOMINGOS DE GUSMÃO MELO

CRM: 28908-PE **Data de Inscrição:** 11/12/2019 **Primeira inscrição na UF:** 11/12/2019
Inscrição: Principal **Situação:** Regular
Especialidades/Áreas de Atuação: Médico sem especialidade registrada.
Endereço: Exibição não autorizada pelo médico.
Telefone: Exibição não autorizada pelo médico.

O referido profissional atuou recentemente no processo nº 0001327-81.2024.5.06.0313, em trâmite perante a SC de Caruaru, também sob a relatoria da Excelentíssima Magistrada Kátia Keitiane da Rocha Porter. Naquela oportunidade, sua atuação foi marcada por inconsistências técnicas relevantes, que motivaram inclusive a formulação de quesitos suplementares por parte do próprio Juízo, diante de falhas graves no laudo pericial apresentado.

Dentre os pontos levantados, destacam-se: erro de análise cronológica ao desconsiderar exames realizados ainda durante o vínculo empregatício; omissão quanto a achados clínico-radiológicos sugestivos de sobrecarga mecânica; contradições metodológicas na aplicação dos chamados “Critérios de Penteado” e, ainda, a ausência de fundamentação técnica que justificasse a desconexão entre sintomas clínicos e lesões objetivamente identificadas em exames de imagem.

As falhas apontadas, além de comprometerem a confiança nas conclusões da perícia realizada, revelam um padrão de atuação que inspira cautela, especialmente quando se trata da análise de questões sensíveis como o nexo causal entre doença e trabalho. A atuação pericial deve pautar-se pela imparcialidade, exatidão técnica e aderência aos elementos constantes dos autos, requisitos que, na experiência deste patrono, não vêm sendo adequadamente observados pelo profissional ora nomeado.

Não se trata aqui de desmerecimento pessoal ou de alegação de parcialidade no sentido estrito, mas sim de legítima reserva técnica diante de conduta reiterada que compromete a credibilidade da prova pericial e, por consequência, a segurança do processo.

Diante do exposto, requer-se a substituição do perito nomeado por outro profissional que possa conduzir o trabalho pericial com o rigor técnico e a imparcialidade exigidos, inclusive, que seja designado perito distintos para analise das lesões osteomuscular e para as patologias psiquiátricas.

PJe Documento assinado eletronicamente por RAFAEL PYRRHO CORREIA DE MELO, em 17/07/2025, às 18:45:25 - 5edcce1

PYRRHO ADVOGADOS

DA NECESSIDADE DE PERÍCIA ERGONÔMICA PARA LESÕES ORTOPEDICAS.

Requer, desde já, a designação de **perícia ergonômica** como medida indispensável à completa instrução do feito, considerando a natureza das atividades desempenhadas pela Reclamante, que laborava como auxiliar de serviços gerais em ambiente hospitalar, submetida a esforço físico intenso, jornadas prolongadas e ausência de pausas adequadas.

A prova técnica ergonômica é necessária para verificar se a Reclamada adotou medidas de prevenção e adequação das condições de trabalho às capacidades da obreira, nos termos da **NR-17 da Portaria 3.214/78**, especialmente diante das **patologias osteomusculares.**

A ausência de documentação específica por parte da empresa — como análise ergonômica do trabalho e programa de prevenção — reforça a necessidade da perícia, a fim de apurar o eventual nexo causal ou concausal entre as condições laborais e o adoecimento da trabalhadora.

Diante do exposto, requer a designação da perícia ergonômica sob pena de cerceamento de defesa com intimação das partes para apresentarem quesitos.

DOS QESITOS

PATOLOGIAS PSÍQUICAS

1. A Reclamante apresenta atualmente algum quadro psiquiátrico ou transtorno mental diagnosticável, como episódios depressivos (CID F32) ou transtorno de ansiedade (CID F41)? Qual o diagnóstico completo?

2. Existe nexo causal ou concausal entre as atividades desempenhadas pela Reclamante no ambiente hospitalar e o quadro psíquico identificado? Justifique com base nos relatos, documentos médicos e histórico ocupacional.

3. O ambiente hospitalar onde a Reclamante trabalhou, especialmente na ala da COVID-19, com exposição à morte, sofrimento, pressão emocional, transporte de cadáveres, ausência de

PJe Documento assinado eletronicamente por RAFAEL PYRRHO CORREIA DE MELO, em 17/07/2025, às 18:45:25 - 5edcce1

suporte psicológico e assédio moral, pode ser considerado fator desencadeante ou agravante de distúrbios psiquiátricos?

4. O uso de medicamentos psiquiátricos e a realização de tratamento psicológico e/ou psiquiátrico ao longo do vínculo laboral ou após a dispensa reforçam o diagnóstico e a relação com o trabalho? Houve agravamento do quadro após a dispensa?

5. Há incapacidade laborativa atual (total ou parcial, temporária ou permanente) decorrente do quadro psiquiátrico? A Reclamante está apta a retornar à função anteriormente exercida ou há necessidade de readaptação?

6. O afastamento previdenciário concedido à Reclamante no curso do aviso prévio (espécie B31) guarda compatibilidade com a gravidade do quadro clínico?

7. Quais as limitações funcionais (cognitivas, emocionais ou relacionais) que a Reclamante apresenta em razão da enfermidade psiquiátrica? Essas limitações impactam sua empregabilidade?

PATOLOGIAS OSTEOMUSCULARES

1. A Reclamante apresenta patologias osteomusculares atualmente diagnosticadas, como gonartrose (CID M17.1), lombalgia (CID M54.5) e/ou neuropatia periférica (CID G57.1)? Qual o grau de comprometimento funcional?

2. Há nexo causal ou concausal entre as funções laborais desempenhadas pela Reclamante — incluindo atividades de limpeza hospitalar, esforço físico repetitivo, jornadas extensas (12x36 com dobra), transporte de corpos, ausência de ergonomia — e as doenças musculoesqueléticas mencionadas?

3. As condições ergonômicas e organizacionais às quais a Reclamante esteve submetida (ausência de pausas, sobrecarga física, postura inadequada) são compatíveis com o surgimento ou agravamento das lesões diagnosticadas?

PJe Documento assinado eletronicamente por RAFAEL PYRRHO CORREIA DE MELO, em 17/07/2025, às 18:45:25 - 5edcce1

PYRRHO
ADVOGADOS

4. Existe perda da capacidade laborativa atual (total ou parcial, temporária ou permanente)? Há limitações funcionais que impedem o exercício da função de auxiliar de serviços gerais?

5. O quadro clínico atual da Reclamante requer afastamento permanente do trabalho, reabilitação ou readaptação profissional?

6. As lesões são passíveis de tratamento com possibilidade de regressão, estabilização ou evolução para agravamento? Há sequelas definitivas?

7. A Reclamante sofreu redução de sua capacidade funcional de forma permanente, tornando-se economicamente menos apta para o exercício de sua profissão habitual?

Protesta pela apresentação de quesitos complementares e/ou esclarecimentos quando da entrega do laudo pelo Sr. Perito.

Nesses termos em que, pede deferimento.
Recife, 17 de julho de 2025.

RAFAEL PYRRHO CORREIA DE MELO
OAB/PE nº 35.791

VANDRIELY GLAUCIA DA SILVA
OAB/PE 60.797

LUANA CAVALCANTI RAMOS
OAB/PE 60.317

Rua Frei Matias Tevis, nº 280 - Salas 615 e 617 | Ilha do Leite | CEP: 50.070-465 | Recife-PE
rafaelpyrrho@gmail.com | (81) 9 8809-8192

PJe
Documento assinado eletronicamente por RAFAEL PYRRHO CORREIA DE MELO, em 17/07/2025, às 18:45:25 - 5edcce1
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25071712004962600000089394189?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25071712004962600000089394189

Processo Judicial Eletrônico
Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - 1º Grau

Certidão de Disponibilização e Publicação - DJEN

Número do Processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Órgão Julgador: 24ª Vara do Trabalho do Recife
Documento Publicado: Intimação(Intimação) - 7c8ef97
Data de Disponibilização: 17/07/2025
Data de Publicação: 18/07/2025

Documento assinado eletronicamente por PROCEDIMENTO AUTOMATIZADO - PJE, em 18/07/2025, às 00:41:55 - 4069ef6
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25071800415583500000089426172?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25071800415583500000089426172

Processo Judicial Eletrônico

Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - 1º Grau

Certidão de Disponibilização e Publicação - DJEN

Número do Processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Órgão Julgador: 24ª Vara do Trabalho do Recife
Documento Publicado: Intimação(Intimação) - 7c8ef97
Data de Disponibilização: 17/07/2025
Data de Publicação: 18/07/2025

Documento assinado eletronicamente por PROCEDIMENTO AUTOMATIZADO - PJE, em 18/07/2025, às 00:41:58 - c6596a8
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25071800415803800000089426177?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25071800415803800000089426177

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE
ATOrd 0000442-27.2025.5.06.0024
RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
RECLAMADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

DESPACHO

Reporto-me à petição de #id:5edcce1 na qual a parte autora se manifesta sobre contestação e documentos. Fica o registro.

No mais, aguarde-se a audiência.

RECIFE/PE, 18 de julho de 2025.

NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO
Juíza do Trabalho Titular

JÉSSICA DIAS & GABRIEL DIAS
ADVOGADOS

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DA 24ª VARA DO TRABALHO DE RECIFE/PE.

Processo: 0000442-27.2025.5.06.0024

MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, por meio de seu advogado que abaixo subscreve, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, apresentar impugnação aos documentos, bem como informar sobre as provas que pretende produzir:

Inicialmente, cumpre esclarecer que a manifestação de ID 5edcce1 se trata de impugnação ao perito médico judicial indicado nos autos e quesitos, não se tratando pois da impugnação aos documentos e manifestação a contestação da ré, o que apresenta abaixo.

DA NÃO LIMITAÇÃO DO VALOR DA CAUSA

Como já tratado em sede inicial, a redação dada ao art. 840 da CLT prevê a indicação de valor do pedido, e não a liquidação; assim, a interpretação dada ao dispositivo legal é a de que o dever da parte é apenas dar estimativa de sua pretensão, o que foi feito pela Reclamante.

Este é o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, conforme art. 12, §2º, da Resolução nº 221/2018 que edita a Instrução Normativa 41/2018, que regulamenta a aplicação de normas processuais da CLT:

> *Art. 12. [...] § 2º Para fim do que dispõe o art. 840, §§ 1º e 2º, da CLT, o valor da causa será estimado, observando-se, no que couber, o disposto nos arts. 291 a 293 do Código de Processo Civil. (g.n.)*

(81) 9 8225-1888
(81) 3039-1529
contato@jgdiasadvogados.com.br
@jgdiasadvogados
RECIFE - Empresarial Isaac Newton, Av. Gov. Agamenon Magalhães, Nº 4779, Sala 702 - Ilha do Leite, Recife/PE, CEP: 50070-160
CARUARU - R. Felipe Camarão, Nº 73 - 1º andar - Sala 102 - Nossa Sra. das Dores, Caruaru/PE, CEP: 55004-350

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 18/07/2025, às 20:17:26 - bcf8a89

A Reclamante indicou e estimou os valores dos pedidos, satisfazendo os requisitos legais. É importante, ainda, ressaltar que a mera estimativa não limita nem vincula eventual condenação.

A exigência contida no art. 840 da CLT não se refere liquidez. E por consequência, o valor da causa e o valor atribuído a cada pedido não limitam a prestação jurisdicional, sendo apenas estimativo e tem por finalidade servir de base para o valor dos encargos e definir a alçada, sem impor limites à condenação.

O valor da causa não pode ser reconhecido como limite máximo de condenação, ou mesmo de eventual crédito exequendo, pois se destina especificamente à atribuição de competência, à fixação do rito procedimental e às custas processuais arbitradas ao sucumbente no objeto da demanda.

> *LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO AO VALOR DA CAUSA.* ***O artigo 840, § 1º, da CLT, ao dispor que a reclamação escrita deverá conter a indicação do valor do pedido, refere-se a uma mera estimativa, não de liquidação antecipada, mormente porque muitos cálculos demandam análise da documentação a ser apresentada pela empresa demanda.*** *(TRT-4 - AP: 00201072220185040641, Data de Julgamento: 17/11/2020, Seção Especializada em Execução).*
>
> *LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO. VALOR DA CAUSA.* ***Os valores apontados na petição inicial representam apenas uma estimativa do conteúdo econômico dos pedidos, objetivando tal quantificação ao propósito de fixar a alçada e determinar o rito processual. Assim, não sendo líquida a sentença, os valores da condenação serão apurados em momento próprio, não havendo falar em limitação aos valores apontados na inicial.*** *(TRT-3 - RO: 00110096820205030027 MG 0011009-68.2020.5.03.0027, Relator: Adriana Goulart de Sena Orsini, Data de Julgamento: 30/11/2021, Primeira Turma, Data de Publicação: 02/12/2021.) Grifos nossos.*
>
> *LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO. VALOR DA CAUSA.* ***Prevalece nesta d. Turma o entendimento segundo o qual os valores apontados na petição inicial representam apenas uma estimativa do conteúdo***

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 18/07/2025, às 20:17:26 - bcf8a89

> ***econômico dos pedidos, objetivando tal quantificação ao propósito de fixar a alçada e determinar o rito processual. Assim, não sendo líquida a sentença, os valores da condenação serão apurados em momento próprio, não se havendo falar em limitação aos valores apontados na inicial. Nesse sentido, inclusive, foi editada a Tese Jurídica Prevalecente nº 16, a qual, embora relativa ao rito sumaríssimo, contempla lógica aplicável também ao rito ordinário.*** *(TRT-3 - RO: 00104969220215030180 MG 0010496-92.2021.5.03.0180, Relator: Jose Marlon de Freitas, Data de Julgamento: 01/04/2022, Oitava Turma, Data de Publicação: 01/04/2022.)*

O art. 879, § 2º da CLT mantém a previsão de que a conta deverá ser elaborada e tornada líquida; se a intenção do legislador fosse que a petição inicial liquidasse os valores das pretensões, teria revogado a previsão do art. 879, o que não ocorreu, concluindo-se, portanto, pela perfeita coexistência e harmonização dos comandos dos arts. 840 e 879 da CLT, com a mera indicação dos valores estimados das postulações e a sua posterior liquidação, após o deferimento das parcelas postuladas, sem que um limite ou restrinja o outro.

Descabida, portanto, a tese de limitação da condenação, ou do eventual crédito, aos valores estimados pela peça inicial, razão pela qual se requer a pronta e plena rejeição das preliminares arguidas pela Reclamada neste sentido.

Nestes termos, a Reclamante pleiteia que o quantum condenatório seja apurado em liquidação de sentença, atentando-se apenas para o título da verba deferida, nos termos do art. 879, § 2º, CLT e art. 5º, XXXV, CF.

DA PEÇA CONTESTATÓRIA/RÉPLICA

Inegável seria se a reclamada confessar a forma desumana e injusta que submetia aos seus funcionários e em especial ao reclamante a prestar os serviços profissionais, prevalecendo-se da qualidade de empregador, sabendo que a parte frágil deste polo e hipossuficiente estaria disposta a suportar todas as ilegalidades delineadas na peça vestibular em detrimento da necessidade do emprego para sua subsistência e da sua família.

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 18/07/2025, às 20:17:26 - bcf8a89

Durante todo o pacto laboral, desempenhou suas funções em regime de jornada 12x36 das 7h às 19h, sendo constantemente submetida a dobrar plantões, permanecendo 3 a 4 dias consecutivos no hospital sem qualquer pagamento adicional ou compensação.

Importante destacar que, a reclamada alega que todas as horas extraordinárias realizadas pela reclamante foram devidamente registradas e compensadas através de banco de horas.

Ocorre que, o regime de trabalho 12x36 é incompatível com o regime de compensação de horas através de banco de horas, sendo este entendimento pacificado na jurisprudência, vejamos:

> Utilização simultânea do regime de escala 12x36 e banco de horas. Incompatibilidade. Horas extras habituais. A adoção do banco de horas para os empregados que trabalham em regime de escala de 12x36 representa extrapolação do limite já elástico de 12 horas de labor. Incompatibilidade entre os regimes. Prestação habitual de horas extras que invalida a compensação no regime de 12x36. Horas extras devidas a partir da 8ª diária e/ou 44ª semanal. (TRT-2 10011842120195020262 SP, Relator.: CATARINA VON ZUBEN, 17ª Turma - Cadeira 1, Data de Publicação: 20/06/2022)

De modo que resta claro que a reclamante sempre laborou acima das 12 horas diárias, o que a jornada 12x36 da autora sendo devidas as horas extras acima da 8ª dia e/ou da 44ª semanal.

Tal irregularidade é visível nos controles de jornada da autora, o que corrobora com a tese da petição inicial.

Ademais, com o início da pandemia da COVID-19, a Reclamante foi deslocada para atuar na Enfermaria Santo Antônio, ala específica para pacientes contaminados, onde passou a conviver diariamente com cenas de morte, sofrimento e pressão

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 18/07/2025, às 20:17:26 - bcf8a89

extrema. Por falta de maqueiros, era obrigada a auxiliar no transporte de corpos, liberando leitos e executando tarefas totalmente alheias à sua função contratual.

A sobrecarga física e emocional culminou em uma série de adoecimentos, entre eles: crises de ansiedade, episódios depressivos, asma provocada por uso constante de produtos como formol, e patologias musculoesqueléticas devido ao esforço repetitivo e à ausência de treinamentos ou avaliações ergonômicas.

Nos últimos oito meses do contrato, passou a ser perseguida por sua superiora Naiara, que constantemente lhe dirigia palavras depreciativas, inclusive a chamando de "doida" na frente de colegas. Três dias após uma dessas agressões verbais, a Reclamante teve uma crise emocional grave e precisou ser atendida na própria unidade hospitalar onde trabalhava. Foi dispensada logo em seguida, sob a alegação de não estar mais no perfil da empresa.

Entretanto, a reclamante fora dispensada doente, destacando que no curso do aviso prévio trabalhado, a Reclamante foi acometida por agravamento de seu quadro de saúde psíquica, tendo sido reconhecida pelo INSS como incapacitada para o trabalho, com a concessão do benefício de auxílio-doença (espécie 31, NB 800.381.314-04), a partir de 10/01/2024. Tal concessão ocorreu no curso do aviso prévio da Reclamante, o que, à luz da Súmula 371 do TST, impõe a integração do aviso prévio ao contrato de trabalho, gerando, por consequência, a estabilidade provisória prevista no art. 118 da Lei 8.213/91.

Outrossim, autora foi vítima de dois acidentes típicos de trabalho, ambos decorrentes de perfurações com materiais cortantes contaminados que haviam sido descartados de forma totalmente indevida no lixo comum da unidade hospitalar.

Os acidentes ocorreram no exercício da função de limpeza, ao manusear sacos de lixo e recipientes de descarte. Em ambas as situações, ao ser perfurada por material biológico, a Reclamante foi imediatamente submetida a exames laboratoriais para investigação de contaminações por HIV, hepatites virais e outras doenças infectocontagiosas. Por protocolo médico, teve de iniciar tratamento profilático com

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 18/07/2025, às 20:17:26 - bcf8a89

antirretrovirais — popularmente conhecido como "coquetel" — durante aproximadamente 30 dias após cada acidente.

É evidente a responsabilidade objetiva da Reclamada, uma vez que deixou de observar as normas mínimas de segurança e saúde no trabalho, em violação direta às NR's 32 (segurança e saúde em serviços de saúde) e 6 (EPI), bem como ao art. 157, I da CLT. O empregador responde pela inobservância dos deveres de proteção, fiscalização e prevenção de acidentes.

Vejamos a súmula 371 do TST:

A Súmula 371 do TST garante a anulação da dispensa ilegal, haja vista a concessão do auxílio doença ao autor no curso do aviso prévio, caso dos autos, vejamos:

> **SÚMULA Nº 371 - AVISO PRÉVIO INDENIZADO. EFEITOS. SUPERVENIÊNCIA DE AUXÍLIO-DOENÇA NO CURSO DESTE**
>
> A projeção do contrato de trabalho para o futuro, pela concessão do aviso prévio indenizado, tem efeitos limitados às vantagens econômicas obtidas no período de pré-aviso, ou seja, salários, reflexos e verbas rescisórias. No caso de concessão de auxílio-doença no curso do aviso prévio, todavia, só se concretizam os efeitos da dispensa depois de expirado o benefício previdenciário.

Vejamos o item II da súmula 378 do TST:

> Súmula 378/TST- **Seguridade social. Acidente de trabalho. Garantia de emprego. Estabilidade provisória. Pressupostos. Auxílio-acidente.** Lei 8.213/1991, art. 118 **(constitucionalidade).** Lei 8.213/1991, art. 86**.**
>
> I - É constitucional o art. 118 da Lei 8.213/1991 que assegura o direito à estabilidade provisória por período de 12 meses após a cessação do auxílio-doença ao empregado acidentado. (ex-OJ 105/TST-SDI-I - Inserida em 01/10/97).

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 18/07/2025, às 20:17:26 - bcf8a89

> II - São pressupostos para a concessão da estabilidade o afastamento superior a 15 dias e a conseqüente percepção do auxílio doença acidentário, salvo se constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego. *(Primeira parte - ex-OJ 230/TST-SDI-I - Inserida em 20/06/2001).*

Pede-se vênia para transcrever julgado do TRT da 14ª Região que diz:

> NORMAS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO. NEGLIGÊNCIA. ÔNUS. EMPREGADOR. DOENÇA OCUPACIONAL. RESPONSABILIDADE. Nos termos dos incisos I e II do art. 157 da CLT, é ônus do empregador cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, bem como ordenar a seus empregados que as cumpram, de modo que se adotar uma postura negligente, a ponto de permitir o surgimento de doença ocupacional, deverá submeter-se a responsabilidade civil daí advinda.

Neste entendimento, pede-se vênia para transcrever jurisprudência do TRT da 2ª Região:

> ESTABILIDADE DO ACIDENTADO – OMISSÃO DO EMPREGADOR NO FORNECIMENTO DA CAT EFEITOS – Irrelevante se mostra, contudo, a exigência de afastamento para os efeitos do art. 118 da Lei nº 8.213/91, quando a concessão do auxílio-doença acidentário vincula-se à comunicação do acidente do trabalho, que deixou de ser expedido por omissão do empregador. Possível admitir-se, diante da realidade indesmentida de nossos dias, que o trabalhador, por sua vez, oculte a moléstia para manter o emprego. O fato é que o exame demissional não pode assumir feição de mais um formalismo cartorário que se encerra com a assinatura do clínico. Sua finalidade está, exatamente, na constatação de possível mal que impeça a dispensa arbitrária. (TRT 2ª R. – RO 20000489233 – (20010805979) – 8ª T. – Rel. Juiz Jose Carlos da Silva Arouca – DOESP 15.01.2002).

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 18/07/2025, às 20:17:26 - bcf8a89

No mesmo sentido:

> "Por força da ficção jurídica estabelecida no art. 20 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que considera acidente de trabalho a doença profissional - assim entendida, de acordo com o seu inciso I, a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social -, o trabalhador cuja integridade físico-psicológica foi assim afetada tem direito à garantia de emprego prevista no art. 118 desse mesmo diploma legislativo. Recurso ordinário não-acolhido." (Proc. TRT-RO 5734/95 - 1ª Turma) Relator: Juiz Nelson Soares da Silva Júnior. Em 06.02.96 - Pub. DOE 12.03.96
>
> EMENTA: ESTABILIDADE ACIDENTÁRIA (ARTIGO 118, DO ARTIGO 118, DA LEI N. 8.213/91. DOENÇAPROFISSIONAL. DESNECESSIDADE DE PERCEPÇÃO DE AUXÍLO-DOENÇAACIDENTÁRIO. A garantia de emprego preconizada no artigo 118, da Lei n. 8213/91, pois a percepção do benefício previdenciário em questão somente delimita o prazo inicial para o direito à garantia de emprego. Quando há robusta comprovação do nexo causal entre a atividade e a doença por meio de prova técnica, não há como se indeferir a estabilidade acidentária, vez que o requisito primordial para a estabilidade, decorrente da doença, é o nexo causal. Além disso, a doença profissional ou do trabalho, ao contrário do acidente, não se perfaz em único instante, pois vai minando a saúde do trabalhador paulatinamente, de forma insidiosa, sendo constatada, na maior partes dos casos, quando o trabalhador já deixou o emprego. (grifo nosso)

A jurisprudência, a doutrina e o próprio sistema previdenciário (via NTEP – Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário) reconhecem que determinadas patologias estão estatisticamente vinculadas a certos grupos de atividades econômicas.

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 18/07/2025, às 20:17:26 - bcf8a89

No presente caso, a empresa possui CNAE 8610-1/01 (atividades hospitalares), que segundo a Tabela NTEP, está associado a uma presunção de nexo técnico com os CID's:

- F32 e F41 (episódios depressivos e transtornos ansiosos),
- M17.1, M54.5, G57.1 (gonartrose, lombalgia e neuropatias periféricas).

A atuação diária da Reclamante em tarefas de alta exigência física, associadas à sobrecarga emocional provocada pelo enfrentamento de situações de morte constante, ausência de apoio psicológico, tarefas além da função contratual (transporte de cadáveres), e jornadas dobradas sem descanso, cria um ambiente propício ao adoecimento físico e mental, o que efetivamente se concretizou.

A Reclamante era reiteradamente cobrada por metas excessivas, muitas vezes inalcançáveis, sob ameaça de advertências e penalizações injustificadas. Além disso, era exposta, de forma pública e constrangedora, a críticas quanto ao seu desempenho, sendo constantemente desvalorizada profissionalmente diante de colegas de trabalho, o que contribuiu para um ambiente hostil e degradante.

Tal dispensa configura-se como **discriminatória**, presumida nos termos da **Súmula 443 do TST.** A reclamante ainda permanece doente, inclusive com benefício previdenciário ativo e o mesmo quadro clínico acima denunciado. Tanto isso é verdade que, no ato da demissão, além da autora estar em estabilidade acidentária, também estava em posse de atestado médico e encaminhamentos médicos, a qual não pode ser realizada em função da suspensão do plano de saúde.

O que se verifica, de fato, é que a autora não estava apta para ser desligada, visto que continua doente. Conclui-se, portanto, que a dispensa imotivada se constituiu num abuso de direito, infringindo a dignidade humana do reclamante, ao passo que com o desligamento ele perdeu benefícios, a exemplo do plano de saúde, num momento em que mais precisava destes. Além de lhe deixar aflito pois não possui residência própria e paga aluguel.

A dispensa de um empregado que se encontra gravemente doente, como é o caso dos autos, fere o direito à saúde, não sendo mero dissabor ou transtorno comum do dia a dia. Pior, cabe à reclamada zelar pela saúde do empregado, principalmente quando ela foi responsável direta pelas moléstias que o acometem.

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 18/07/2025, às 20:17:26 - bcf8a89

Registra-se ainda que, não se admite no ordenamento jurídico pátrio contestação genérica, cabendo às rés alegar toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito, com que impugna o pedido do autor. Neste sentido, os fatos não contestados presumem-se verdadeiros. É o que se depreende dos arts. 336 e 341 do CPC, de aplicação subsidiária ao processo do trabalho.

A jurisprudência é uníssona quanto a falta de impugnação específica aos fatos apresentados na atrial, vejamos:

> CONTESTAÇÃO GENÉRICA. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS NÃO IMPUGNADOS ESPECIFICAMENTE. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 336 E 341 DO CPC. Não se admite no ordenamento jurídico pátrio contestação genérica, cabendo ao réu alegar toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito, com que impugna o pedido do autor. Os fatos não contestados presumem-se verdadeiros. É o que se depreende dos arts. 336 e 341 do CPC, de aplicação subsidiária ao processo do trabalho. (TRT-1 - ROT: 01013417620195010058 RJ, Relator.: GUSTAVO TADEU ALKMIM, Data de Julgamento: 29/04/2022, Primeira Turma, Data de Publicação: 17/05/2022)
>
> CONTESTAÇÃO GENÉRICA. CONFISSÃO. Nos termos do art. 341 do NCPC, a apresentação de defesa genérica, sem impugnação específica dos fatos narrados na petição inicial, indica confissão ficta e autoriza reputá-los verdadeiros, como ocorreu na hipótese. (TRT-3 - ROT: 0010218-33.2023.5.03 .0112, Relator.: Milton V.Thibau de Almeida, Terceira Turma)
>
> CONTESTAÇÃO GENÉRICA. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS NÃO IMPUGNADOS ESPECIFICAMENTE. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 336 E 341 DO CPC . Não se admite no ordenamento jurídico pátrio contestação genérica, cabendo ao réu alegar toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito, com que impugna o pedido do autor. Os fatos não contestados presumem-se verdadeiros. É o que se depreende dos arts. 336 e 341 do CPC, de aplicação subsidiária ao processo do trabalho.

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 18/07/2025, às 20:17:26 - bcf8a89

(TRT-1 - Recurso Ordinário Trabalhista: 0100174-28.2023.5.01 .0561, Relator.: ANGELO GALVAO ZAMORANO, Data de Julgamento: 15/04/2024, Sexta Turma, Data de Publicação: DEJT)

Ademais, é importante salientar que o princípio da aptidão da prova bem como o artigo 818, II, da CLT, são claros no sentido que a partir do momento que a empresa – embora genericamente – negue os fatos da peça atrial, recai sobre si o ônus da prova, em especial quanto se tratar de fato impeditivo, extintivo ou modificativo do direito do reclamante.

DOS ESPELHOS DE PONTO / REGISTRO DE PAGAMENTO/COMPENSAÇÃO DE BANCO DE HORAS

Restam impugnados os referidos espelhos de ponto, vez que não retratam a realidade dos fatos, bem como não trazem os horários reais laborados pelo reclamante.

O art. 59, §2º, da CLT prevê a possibilidade de instituição de compensação de jornada através de banco de horas. Contudo, para tanto, a pactuação deve observar a jornada máxima diária de 10 horas e desde que, no período de um ano, o total de horas trabalhadas não ultrapasse a soma das jornadas semanais previstas.

Importante destacar que, não é compatível com o regime de jornada 12x36 a compensação de jornada por meio de banco de horas, o que deve ser descaracterizada a escala 12x36, vejamos abaixo o controle de ponto da autora que demonstra jornada laboral de 3 dias seguidos, bem como concessão de folgas por meio de banco de horas irregular:

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 18/07/2025, às 20:17:26 - bcf8a89

JÉSSICA DIAS & GABRIEL DIAS
ADVOGADOS

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS Matrícula: 004689 Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA CPF: 800.381.314-04
Departamento: 08.09.02.006.001 - CONSERVACAO LIMPEZA Crachá: Carteira de trabalho: 078652 Série: 0079 Admissão: 10/01/2015 Período: 01/09/2023 à 30/09/2023
Horário e jornada contratual do empregado: Mensal: 180 Hrs. Semanal: 36 Hrs. DSR: 11 Hrs.

Dia	Jornada realizada								Observações	Quant. Extra	Quant. Falta	Quant. Ad. Nt	Código Horário	Tratamentos efetuados sobre os dados originais			Banco de horas	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída						Hora	Ocor.	Motivo	Crédito	Débito
01/sex									FOLGA									
02/sáb	07:08	13:09	14:09	18:00					BANCO DE HORAS DÉBITO (01:08)				0321					01:08
03/dom									FOLGA									
04/seg	06:58	13:27	14:32	19:04									0321					
05/ter									FOLGA									
06/qua	06:56	13:12	14:15	19:05									0321					
07/qui	06:56	13:07	14:09	19:12					INDEPENDÊNCIA DO BRASIL FOLGA BANCO DE HORAS CRÉDITO (09:14)								11:14	
08/sex	06:57	13:21	14:21	19:09									0321				00:12	
09/sáb									FOLGA									
10/dom	06:56	13:14	14:14	19:03									0321					
11/seg									FOLGA									
12/ter	06:10	13:19	14:18	19:07									0321				00:58	
13/qua									FOLGA									
14/qui	06:56	13:18	14:18	19:10									0321				00:14	
15/sex									FOLGA									
16/sáb	06:56	13:02	14:03	19:09									0321				00:12	
17/dom									FOLGA									
18/seg									BANCO DE HORAS DÉBITO (11:00)				0321					11:00
19/ter									FOLGA									
20/qua	07:26	13:25	14:37	19:11					BANCO DE HORAS DÉBITO (00:27)				0321					00:27
21/qui									FOLGA									
22/sex	07:00			19:09									0321				01:09	
23/sáb									FOLGA									
24/dom	06:59	13:11	14:12	18:51									0321					
25/seg									FOLGA									
26/ter	07:05	13:39	14:41	19:21									0321				00:14	
27/qua									FOLGA									
28/qui	06:59	13:32	14:33	19:04									0321					
29/sex									FOLGA									
30/sáb	06:59	13:21	14:25	19:03									0321					
									Totais								14:13	12:35

Desta forma, desrespeitadas as condições legais, resta evidente a descaracterização do banco de horas, sem que se configure violação aos art. 7º, XIII e XXVI, da CF/1988, uma vez que a própria empregadora descumpriu os limites impostos pela legislação aplicável à espécie. ***Reitera o reclamante que NUNCA gozou do banco de horas!***

Sendo assim, são devidas ao autor as horas extras excedentes a 8ª diária e 44ª semanal, as quais NÃO foram acrescentadas nos contracheques.

O obreiro era obrigado a assinar os espelhos de ponto constando as horas extras trabalhadas a menor, tudo para que pudesse manter seu emprego, pois se não assinasse era repreendido pelo seu supervisor, como também não recebia a cesta básica fornecida pela reclamada.

(81) 9 8225-1888
(81) 3039-1529
contato@jgdiasadvogados.com.br
@jgdiasadvogados
RECIFE - Empresarial Isaac Newton, Av. Gov. Agamenon Magalhães, Nº 4779, Sala 702 - Ilha do Leite, Recife/PE, CEP: 50070-160
CARUARU - R. Felipe Camarão, Nº 73 - 1º andar - Sala 102 - Nossa Sra. das Dores, Caruaru/PE, CEP: 55004-350

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 18/07/2025, às 20:17:26 - bcf8a89

Na decisão abaixo, do Egrégio Regional da 6ª, podemos verificar que a manipulação dos espelhos é reconhecida e tem entendimento sedimentado na jurisprudência majoritária, vejamos:

> **DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO DO AUTOR. MANIPULAÇÃO DOS CARTÕES DE PONTO. HORAS EXTRAS. CONFIGURAÇÃO.** A demonstração da jornada e frequência de trabalho ocorre através da prova pré-constituída, a cargo do empregador, que consiste em cartões de ponto, por incidência dos artigos 2º e 74, § 2º, da CLT combinados com o art. 373, II do NCPC e a Súmula nº 338, I do TST. Na hipótese, o autor se desincumbiu satisfatoriamente do seu ônus probandi no tocante à manipulação dos cartões de ponto, bem como à prestação de horas extras além das consignadas nas folhas de frequência, por meio da prova oral. Recurso parcialmente provido. (Processo: RO - 0001726-13.2014.5.06.0006, Redator: Sergio Torres Teixeira, Data de julgamento: 29/11/2018, Primeira Turma, Data da assinatura: 06/12/2018) (TRT-6 - RO: 00017261320145060006, Data de Julgamento: 29/11/2018, Primeira Turma)

Reitera o autor que não gozava de qualquer meio de compensação de horas, QUE NUNCA GOZOU DE BANCO DE HORAS, devendo, por isso, as horas excedentes serem indenizadas, acrescidas com o percentual determinado nas Convenções Coletivas da Categoria, conforme rechaçado na exordial. Desta forma restam todos os documentos impugnados!

Nesta senda, pugna pelo reconhecimento da manipulação dos espelhos de ponto trazidos aos autos, bem como a condenação da empresa ré no pagamento das horas extras devidas e seus respectivos reflexos.

CONTRACHEQUES

Impugna-se os referidos documentos supramencionados, haja vista que não apresentam a realidade dos fatos pois não fora incluído as horas extras realizadas pelo reclamante.

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 18/07/2025, às 20:17:26 - bcf8a89

Registra-se ainda que, a reclamante não recebia a comissão a que tinha direito em razão das vendas que era fazia em benefício da ré.

DO TRCT / AVISO PREVIO

Impugnam-se os documentos acostados aos autos vez que apresentam pagamentos deficitários, nos cálculos dos pagamentos ora questionados não foram incluídas as reais horas trabalhadas pela Reclamante.

DO RECEBIMENTO DOS EPI's

Impugnam-se os comprovantes de recebimento de EPI juntadas aos autos pois nelas somente contém camisa polo e calça, sem restar discriminado os CA's dos mesmos, de modo que afronta o orientado pelo MPT nas Normas Regulamentadoras.

Registra-se que, os equipamentos de proteção não eram trocados de maneria regular ainda mais para o exercício das atividades laborais do reclamante.

Pelo exposto, os documentos em nada corroboram com a tese da defesa, estando estes impugnados, pugnando o obreiro para que seja realizada perícia técnica para verificar exposição ao ruído, químico, dentre outros agentes insalubres.

DO PCMSO E PPRA

No que pese o PCMSO e PPRA terem como objetivo principal a promoção e preservação da saúde do conjunto dos seus trabalhadores, com o caráter de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos relacionados à saúde do trabalho, e colhemos dos autos é que o documento é raso, ou seja, não houve qualquer aplicação/efetividade em ações para prevenir e afastar os riscos inerentes à saúde do trabalhador.

Tanto é assim que a Autora está sendo vítima da conduta omissiva da Reclamada, que mesmo sabendo que mantem um ambiente do trabalho nocivo à

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 18/07/2025, às 20:17:26 - bcf8a89

saúde do trabalhador nada faz para mudar. Razão pela qual impugna o documento supramencionado.

DA RETIFICAÇÃO DO PPP

É importante destacar que, durante todo o pacto laboral, a Reclamante exerceu suas funções de limpeza hospitalar em ambiente nitidamente insalubre, especialmente nos setores de maior risco biológico como a Enfermaria Santo Antônio, ala destinada ao atendimento exclusivo de pacientes com COVID-19, além de UTIs e salas vermelhas.

Diariamente, manuseava resíduos hospitalares, realizava a assepsia de locais contaminados, atuava diretamente em ambientes com pacientes infectados por doenças contagiosas e, não raro, era convocada para auxiliar no transporte de cadáveres em razão da ausência de maqueiros no turno da noite.

Apesar de tais circunstâncias, que claramente configuram grau máximo de insalubridade nos moldes do Anexo 14 da NR-15 da Portaria 3.214/78 do MTE (trabalho em contato permanente com pacientes em isolamento por doenças infectocontagiosas, bem como coleta de lixo hospitalar), a Reclamante recebia apenas o adicional em grau médio (20%), devido assim a complementação do referido adicional de insalubridade.

Esta prática revela violação direta ao direito adquirido da autora, o entendimento dos tribunais é uníssono quanto ao tema.

Vejamos:

> **CONDIÇÕES DE HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO. CONTATO PERMANENTE COM PACIENTES PORTADORES DE DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS. HIGIENIZAÇÃO E COLETA DE LIXO DE BANHEIRO DE USO COLETIVO COM GRANDE CIRCULAÇÃO DE PESSOAS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 448, II, DO C. TST. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE EM GRAU MÁXIMO. DEVIDO**. Demonstrado que a trabalhadora desenvolveu suas tarefas em setores com isolamento de pacientes portadores de doenças infectocontagiosas, tarefa

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 18/07/2025, às 20:17:26 - bcf8a89

> indissociável da sua prestação de serviços, há contato efetivo e permanente da trabalhadora com agentes insalubres biológicos. Constatado, ainda, que as atividades habituais da empregada abrangiam a limpeza de banheiros coletivos de grande circulação de pessoas e o recolhimento do lixo do hospital, situação que não se assemelha à limpeza de banheiro residencial ou de pequenos escritórios, o que faz incidir o item II da Súmula 448 do C. TST. Assim, por ambos os fundamentos, trata-se de insalubridade em grau máximo, nos termos da NR 15, Anexo 14, sendo devido o respectivo adicional de 40%. Recurso ordinário da ré improvido no particular. (TRT-9 - RORSum: 0000832-28.2021.5.09 .0129, Relator.: PAULO RICARDO POZZOLO, Data de Julgamento: 12/09/2022, 6ª Turma, Data de Publicação: 16/09/2022) Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/trt-9/2094485294

Ademais, em face da exposição da Reclamante a agentes insalubres e/ou perigosos, é evidente o direito à emissão do **Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP)** retificado, refletindo a real condição do ambiente de trabalho, nos termos do artigo 58 da Lei nº 8.213/91.

A jurisprudência é unânime no sentido de que, **mesmo sem condenação pecuniária, é devido o reconhecimento da efetiva exposição para fins previdenciários**, sendo obrigação legal da empregadora fornecer o documento corretamente preenchido.

DA PRODUÇÃO DE PROVA E DA POSSIBILIDADE DE AUDIENCIA PRESENCIAL

Informa a parte Autora que concorda que a realização da audiência de instrução seja realizada no formato presencial. Informando ainda que as testemunhas se farão presentes, independente de intimação.

Quanto as provas ressaltas que as matérias discutidas no presente feito, informa que é necessário a designação **DE PERÍCIA MÉDICA, ERGONÔMICA E PERÍCIA DE INSALUBRIDADE**, bem como ratifica seu interesse e requerimento na realização de

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 18/07/2025, às 20:17:26 - bcf8a89

JÉSSICA DIAS & GABRIEL DIAS
ADVOGADOS

audiência de instrução para **<u>OITIVA DE TESTEMUNHAS</u> e depoimento pessoal da reclamada.**

Ante o exposto, requer a Vossa Excelência, que acolha as impugnações e observações supracitadas, requerendo, ainda, a procedência total da reclamatória, por ser dá mais salutar Justiça.

Pede deferimento.
Recife, 18 de julho de 2025.

JESSICA CAROLINA GONÇALVES DIAS
OAB/PE 37.219

GABRIEL GONÇALVES DIAS
OAB/PE 53.444

LAYS CRISTINA DA SILVA SOBRAL
OAB/PE 50.362

(81) 9 8225-1888
(81) 3039-1529
contato@jgdiasadvogados.com.br
@jgdiasadvogados

RECIFE - Empresarial Isaac Newton, Av. Gov. Agamenon Magalhães, Nº 4779, Sala 702 - Ilha do Leite, Recife/PE, CEP: 50070-160

CARUARU - R. Felipe Camarão, Nº 73 - 1º andar - Sala 102 - Nossa Sra. das Dores, Caruaru/PE, CEP: 55004-350

PJe
Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 18/07/2025, às 20:17:26 - bcf8a89
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25071820162249900000089464249?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25071820162249900000089464249

Dr. Eduardo Freitas - Perícias Psiquiátricas

CRM: 28.817 PE - RQE: 17.660

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DO TRABALHO DA 24ª VARA DO TRABALHO DA COMARCA DE RECIFE/PE.

Numeração CNJ: 0000442-27.2025.5.06.0024
AUTOR: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
RÉU: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

LUIZ EDUARDO BARBOSA REBOUÇAS FREITAS, brasileiro, solteiro, médico inscrito no CRM PE sob o n. 28.817, RQE 17.660, perito nomeado nos autos da ação em epígrafe para proceder ao exame pericial em **MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS**, já devidamente qualificada nos autos, vem, muito respeitosamente, perante Vossa Excelência, informar que ACEITA O ENCARGO ao qual foi nomeado.

Informo o aceite da perícia para análise exclusiva das condições médicas psiquiátricas. O signatário apenas tem capacidade técnica para realizar avaliações de cunho psiquiátrico. Perícias médicas de outras naturezas excedem a especialidade do perito nomeado.

Local: Riomar Trade Center, Torre 4, Sala 116. Pina, Recife / PE - Brasil - CEP 51110-160.

Data e Horário: 22/08/2025 as 15h.

Orientações: Serão tolerados 15 minutos de atraso e solicito que não compareça ao local antes das 14h45. O(a) Reclamante venha portando sua CNH, se possuir, CTPS, exames de imagem, laudos médicos e demais documentos pertinentes ao caso.

Solicito, ainda, o arbitramento dos honorários periciais, sugerindo a importância de R$ 4.554,00 (quatro mil quinhentos e cinquenta e quatro reais), valor correspondente a três salários mínimos, considerando o referencial de procedimentos médicos, o tempo dedicado, científica e intelectual, custos para manutenção do local de realização do ato pericial, bem como o múnus público exercido pelo perito, equidistante das partes

Coloco-me à disposição dos Assistentes Técnicos para contatos necessários para a efetivação da perícia.

Termos em que,
Pede deferimento.

Luiz Eduardo Barbosa Rebouças Freitas
CRM-PE 28.817
RQE: 17.660

PJe Documento assinado eletronicamente por LUIZ EDUARDO BARBOSA REBOUCAS FREITAS, em 19/07/2025, às 17:10:45 - 2ddf494

Dr. Eduardo Freitas - Perícias Psiquiátricas

CRM: 28.817 PE - RQE: 17.660

Luiz Eduardo Barbosa Rebouças Freitas
Av. República do Líbano, 256 - Riomar Trade Center, Torre 4, sala 116
Recife/PE - CEP 51110-160
Celular: (81) 98267-1004
E-mail: leduardofreitas@outlook.com

Documento assinado eletronicamente por LUIZ EDUARDO BARBOSA REBOUCAS FREITAS, em 19/07/2025, às 17:10:45 - 2ddf494
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25071917104406000000089469456?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25071917104406000000089469456

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE
ATOrd 0000442-27.2025.5.06.0024
RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
RECLAMADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

DESPACHO

Vistos, etc.

Reporto-me à petição #id:2ddf494 , com indicação de data e local para realização da perícia.

Ficam intimadas as partes para ciência, bem como para as providências solicitadas pelo(a) perito(a).

Fica a parte autora advertida de que a ausência injustificada na data do exame pericial não ensejará a designação de nova data para a perícia, implicando desistência da prova em questão.

RECIFE/PE, 21 de julho de 2025.

NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO
Juíza do Trabalho Titular

Documento assinado eletronicamente por NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO, em 21/07/2025, às 08:15:49 - 4c5abb6
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25071917480147000000089469827?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25071917480147000000089469827

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE
ATOrd 0000442-27.2025.5.06.0024
RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
RECLAMADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 4c5abb6 proferido nos autos.

DESPACHO

Vistos, etc.

Reporto-me à petição #id:2ddf494 , com indicação de data e local para realização da perícia.

Ficam intimadas as partes para ciência, bem como para as providências solicitadas pelo(a) perito(a).

Fica a parte autora advertida de que a ausência injustificada na data do exame pericial não ensejará a designação de nova data para a perícia, implicando desistência da prova em questão.

RECIFE/PE, 21 de julho de 2025.

NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO
Juíza do Trabalho Titular

Processo Judicial Eletrônico

Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - 1º Grau

Certidão de Disponibilização e Publicação - DJEN

Número do Processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Órgão Julgador: 24ª Vara do Trabalho do Recife
Documento Publicado: Intimação(Intimação) - 825e6e3
Data de Disponibilização: 22/07/2025
Data de Publicação: 23/07/2025

Documento assinado eletronicamente por PROCEDIMENTO AUTOMATIZADO - PJE, em 23/07/2025, às 00:49:01 - 6f0d41c
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25072300490178300000089578906?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25072300490178300000089578906

Processo Judicial Eletrônico
Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - 1º Grau

Certidão de Disponibilização e Publicação - DJEN

Número do Processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Órgão Julgador: 24ª Vara do Trabalho do Recife
Documento Publicado: Intimação(Intimação) - 825e6e3
Data de Disponibilização: 22/07/2025
Data de Publicação: 23/07/2025

Documento assinado eletronicamente por PROCEDIMENTO AUTOMATIZADO - PJE, em 23/07/2025, às 00:49:02 - 301f8e1
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25072300490225700000089578907?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25072300490225700000089578907

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE
ATOrd 0000442-27.2025.5.06.0024
RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
RECLAMADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

DESPACHO

Em constante inspeção dos autos, verifico que, conforme despacho #id:1f28f15 foi deferido prazo de 05 dias para apresentação de quesitos. Tal prazo findou em 17/07/2025 (expediente #id:e3a16de).

A petição #id:47b9445, pela reclamante com apresentação de quesitos da perícia técnica foi protocolada em 18/07/2025. Portanto, intempestiva. Assim, coloco a manifestação em sigilo, para evitar tumulto processual.

Aguarde-se a entrega do laudo.

RECIFE/PE, 23 de julho de 2025.

NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO
Juíza do Trabalho Titular

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE
ATOrd 0000442-27.2025.5.06.0024
RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
RECLAMADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 8610c27 proferido nos autos.

DESPACHO

Em constante inspeção dos autos, verifico que, conforme despacho #id:1f28f15 foi deferido prazo de 05 dias para apresentação de quesitos. Tal prazo findou em 17/07/2025 (expediente #id:e3a16de).

A petição #id:47b9445, pela reclamante com apresentação de quesitos da perícia técnica foi protocolada em 18/07/2025. Portanto, intempestiva. Assim, coloco a manifestação em sigilo, para evitar tumulto processual.

Aguarde-se a entrega do laudo.

RECIFE/PE, 23 de julho de 2025.

NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO
Juíza do Trabalho Titular

da FONTE, advogados

EXCELENTISSMO SENHOR DOUTOR JUIZ TITULAR DA 14ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE, PERNAMBUCO

Processo nº 0000442-27.2025.5.06.0024
Reclamante: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
Reclamado: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE, já qualificada nos autos da Reclamação Trabalhista em referência, inconformada com a sentença, por seus advogados subscritos, vem, tempestivamente, requerer a juntada de quesitos e assistente tecnico.

Pede deferimento.
Recife/PE, 21 de julho de 2024.

CAMILLA SANTANA
OAB/PE 44.833

ISIS PIRES
OAB/PE 64.061

HENRIQUE CAMINHA LOUREIRO BORGES
OAB/PE 22.662

JULIANA ERBS
OAB/PE 32.783

Recife . São Paulo . Brasília | Av. Antônio de Góes, 60, Edf. JCPM Trade Center, 1º andar, 51.010-000, Pina, Recife/PE, Brasil | Tel.: +55 81 2126.0092 | www.dafonteadv.com.br

PJe
Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 23/07/2025, às 18:20:10 - 4c1a5e5
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25072318195780400000089615482?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25072318195780400000089615482

Título do documento: Quesitos judiciais
Reclamante: Maria Rita de Cassia dos Santos
Reclamada: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Recife
Nº do Processo: 0000442-27.2025.5.06.0024

01 - Queira o Sr. Perito informar quais as funções e atividades desempenhadas pela Reclamante durante o pacto laborativo com a Reclamada.

02 - Confirma o Sr. Perito que todos os laudos/atestados médicos referindo o quadro de adoecimento mental foram emitidos após a Reclamante ter sido desligada e após ter se submetido ao Exame Médico Demissional em 06.12.2023 (Fls.141) no qual foi considerada Apta.

03 - Confirma o Sr. Perito que à época do desligamento a reclamante estava trabalhando normalmente, sem ter apresentado atestados médicos, não havia incapacidade laboral, portanto estando Apta ao trabalho.

04 - Confirma o Sr. Perito que conforme legislação previdenciária art.20 da Lei Nº8213/91, as doenças que não produzem incapacidade laboral não são consideradas doenças do Trabalho.

05 - Confirma o Sr. Perito que a Reclamante foi submetida a exame médico ocupacional demissional em 06.12.2023 (Fls.141), sendo considerado Apta.

06 - Confirma o Sr. Perito que o único Auxílio por incapacidade que a reclamante gozou teve início após o seu desligamento. Portanto não houve afastamento previdenciário durante o vinculo com a reclamada.

07 - Confirma o Sr. Perito que a Reclamante gozou de Auxílio por incapacidade temporária previdenciário (fls. 46), ou seja, não acidentário (espécie 31), denotando que o Perito Médico Federal (INSS) considerou não haver nexo causal, nem concausal com suas atividades laborais.

08 - Queira o Sr. Perito informar se a Reclamante comprova ser portadora de alguma doença. Favor, informar o CID e especificar os elementos clínicos que permitiram firmar tal/tais diagnóstico(s).

09 - Queira o Sr. Perito informar se há sinais de descompensação clínica no momento. Se positivo, especificar quais sinais clínicos encontrados.

10 - Queira o Sr. Perito informar se a Reclamante encontra-se em gozo de benefício por incapacidade pelo INSS. Caso positivo, especificar a espécie do benefício.

11 - Queira o Sr. Perito informar se a Reclamante encontra-se vinculada ou teve vínculo(s) empregatício(s) após o desligamento da Reclamada. Caso afirmativo, se foi submetida a exames médicos ocupacionais, admissional e demissional, por exemplo. Informar sobre trabalhos informais.

12 - Queira o Sr. Perito informar se a reclamante comprova estar realizando algum tratamento no momento.

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 23/07/2025, às 18:20:10 - 9f5d441

Se sim, especificar qual o tratamento.

13 – Queira o Sr. Perito informar se a reclamante encontra-se Apta ao exercício de suas atividades laborais habituais. Caso haja incapacidade laboral, informar se é total ou parcial, temporária ou definitiva. Justifique.

14 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo causal ou concausal entre o quadro alegado pela reclamante e suas atividades laborais. Caso a resposta seja afirmativa, que elementos comprobatórios foram encontrados.

15 - Confirma o Sr. Perito que, conforme literatura técnica médica, adoecimento mental não tem causa definida, no entanto, sabe-se da sua origem multifatorial, com relevância especial para causa genética e para predisposição individual.

Recife, 23 de julho de 2025

Sílvia Helena Santos Mamede

Dra. Sílvia Helena Santos Mamede CRM PE: 15734 RQE:10763 RQE:13538

Médica especialista em Medicina do Trabalho pela ANAMT/AMB

Médica especialista em Perícia Médica pela ABMLPM/AMB

Pós-graduada em Psiquiatria pela CENBRAP

Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 23/07/2025, às 18:20:10 - 9f5d441
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25072318200866400000089615513?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25072318200866400000089615513

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DA 24ª VARA DO TRABALHO DE RECIFE – PE

PROCESSO: **0000442-27.2025.5.06.0024**
AUTOR(ES): **MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS**
RÉU(RÉ): **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE**

Excelentíssimo(a) Senhor(a):

Renata Lima Wanderley, Engenheira Civil e de Segurança do Trabalho, infra-assinada, inscrita no CREA/PE sob o nº 53394-D/PE, tendo sido designada por V. Exa. para atuar como perita técnica nos autos do processo supramencionado, vem apresentar o laudo pericial, para que sejam atingidos os objetivos propostos. Tendo concluído o laudo pericial, vem, mui respeitosamente, requerer que seja expedido mandado de pagamento de seus honorários profissionais, fixados em R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), corrigidos monetariamente na data de seu efetivo pagamento.

Permanecendo à disposição de Vossa Excelência para quaisquer esclarecimentos que porventura se tornarem necessários.

Termos em que,
Pede deferimento,

Recife, 23 de julho de 2025.

Renata Lima Wanderley
CREA nº 53.394-D/PE

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

SUMÁRIO

1. OBJETIVOS DA PERÍCIA....3
2. CONSIDERAÇÕES DA REALIZAÇÃO DA PERÍCIA....3
3. ATIVIDADE DA RECLAMADA....3
4. ATIVIDADES EXERCIDAS PELA RECLAMANTE....4
5. DESCRIÇÃO NO LOCAL DE TRABALHO....6
6. ENTREVISTA....7
7. FUNDAMENTO LEGAL....8
8. INSALUBRIDADE – BASE LEGAL E DEFINIÇÕES....9
9. NORMA REGULAMENTAR APLICADA AO CASO CONCRETO....12
9.1 INSALUBRIDADE....12
9.1.1 AGENTES BIOLÓGICOS....14
9.1.2 AGENTES QUÍMICOS....23
10. EPI....32
11. QUESITOS DA RECLAMANTE....38
12. QUESITOS DA RECLAMADA....38
13. CONCLUSÃO....39
14. ANEXOS....43

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

1. OBJETIVOS DA PERÍCIA

O objetivo da perícia realizada foi identificar se existiam nas atividades desempenhadas pela Reclamante condições no ambiente de trabalho que possam ser caracterizadas como **insalubres**, conforme o disposto nas Normas Regulamentadoras da Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, e, se identificadas tais condições, determinar qual o grau de insalubridade. Para isso, foram levantadas informações necessárias para descrever neste documento as condições de trabalho da Reclamante, a fim de apresentar as considerações feitas para análise e parecer final deste laudo.

2. CONSIDERAÇÕES DA REALIZAÇÃO DA PERÍCIA

Para realizar a perícia para a qual fui designada, conforme determinado na ata de audiência dos autos, e para bem poder avaliar os elementos referentes ao trabalho efetuado pela Reclamante, foi realizada visita na **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE**, localizada na Avenida Cruz Cabugá, nº1563, Santo Amaro, Recife- PE, local onde laborou a Reclamante em favor da Reclamada, a qual foi iniciada às 14:00 horas no dia 17/07/2025.

Participaram da Perícia as seguintes pessoas:

1. **MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS**
   – Reclamante
2. **KÁTIA TATIANA DE ALBUQUERQUE LIMA**
   – Engenheira de Segurança da Reclamada
   – CPF: 026.802.884-24
3. **SHIRLENE MARIA BARBOSA DE DANTOS**
   – Técnica de Segurança do Trabalho da Reclamada
   – CPF: 024.095.244-86

Deve ser salientado que as partes litigantes foram comunicadas sobre local, a data e a hora da perícia, via notificação expedida em 21/07/2025, após a comunicação realizada, por esta Perita, em 19/07/2025.

Durante a perícia, foram realizadas entrevistas com envolvidos, vistoriadas as instalações nas quais laborou a Reclamante, coletadas evidências técnicas e realizado registro fotográfico.

3. ATIVIDADE DA RECLAMADA

Empregador: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE.
Endereço: Avenida Cruz Cabugá, n. 1563, Santo Amaro, Recife - PE, CEP: 50.040-000.
CNPJ: 10.869.782/0001-53.
Atividade: 86.10-1-01 - Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências.

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

4. ATIVIDADES EXERCIDAS PELA RECLAMANTE

A Reclamante foi admitida pela Reclamada, em 10/01/2015, na função de Auxiliar de Serviços e Limpeza, a qual exerceu até o final do contrato laboral, ocorrido em 01/05/2024, conforme petição inicial Id. babb882:

> ***"DOS FATOS E FUNDAMENTOS DO CONTRATO DE TRABALHO***
>
> *A Reclamante foi contratada em 10/01/2015 para exercer a função de* ***AUXILIAR DE SERVIÇOS E LIMPEZA*** *junto à IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE, onde laborou até sua dispensa em 05/12/2023.*
>
> *Durante todo o pacto laboral, desempenhou suas funções em regime de jornada 12x36 das 7h às 19h, sendo constantemente submetida a dobrar plantões, permanecendo 3 a 4 dias consecutivos no hospital sem qualquer pagamento adicional ou compensação.*
>
> *Com o início da pandemia da COVID-19, a Reclamante foi deslocada para atuar na Enfermaria Santo Antônio, ala específica para pacientes contaminados, onde passou a conviver diariamente com cenas de morte, sofrimento e pressão extrema. Por falta de maqueiros, era obrigada a auxiliar no transporte de corpos, liberando leitos e executando tarefas totalmente alheias à sua função contratual.*
>
> *A sobrecarga física e emocional culminou em uma série de adoecimentos, entre eles: crises de ansiedade, episódios depressivos, asma provocada por uso constante de produtos como formol, e patologias musculoesqueléticas devido ao esforço repetitivo e à ausência de treinamentos ou avaliações ergonômicas.*
>
> *Nos últimos oito meses do contrato, passou a ser perseguida por sua superiora Naiara, que constantemente lhe dirigia palavras depreciativas, inclusive a chamando de "doida" na frente de colegas. Três dias após uma dessas agressões verbais, a Reclamante teve uma crise emocional grave e precisou ser atendida na própria unidade hospitalar onde trabalhava. Foi dispensada logo em seguida, sob a alegação de não estar mais no perfil da empresa.*
>
> *Importante destacar que, no curso do aviso prévio trabalhado, a Reclamante foi acometida por agravamento de seu quadro de saúde psíquica, tendo sido reconhecida pelo INSS como incapacitada para o trabalho, com a concessão do benefício de auxílio-doença (espécie 31, NB 800.381.314-04), a partir de 10/01/2024. Tal concessão ocorreu no curso do aviso prévio da Reclamante, o que, à luz da Súmula 371 do TST, impõe a integração do aviso prévio ao contrato de trabalho, gerando, por*

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

consequência, a estabilidade provisória prevista no art. 118 da Lei 8.213/91.

DA DIFERENÇA DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Durante todo o pacto laboral, a Reclamante exerceu suas funções de limpeza hospitalar em ambiente nitidamente insalubre, especialmente nos setores de maior risco biológico como a Enfermaria Santo Antônio, ala destinada ao atendimento exclusivo de pacientes com COVID-19, além de UTIs e salas vermelhas.

Diariamente, manuseava resíduos hospitalares, realizava a assepsia de locais contaminados, atuava diretamente em ambientes com pacientes infectados por doenças contagiosas e, não raro, era convocada para auxiliar no transporte de cadáveres em razão da ausência de maqueiros no turno da noite.

Apesar de tais circunstâncias, que claramente configuram grau máximo de insalubridade nos moldes do Anexo 14 da NR-15 da Portaria 3.214/78 do MTE (trabalho em contato permanente com pacientes em isolamento por doenças infectocontagiosas, bem como coleta de lixo hospitalar), a Reclamante recebia apenas o adicional em grau médio (20%).

Desta forma, pleiteia-se a condenação da Reclamada ao pagamento da ***diferença do adicional de insalubridade do grau médio para o grau máximo (40%)****, com os devidos reflexos legais em férias + 1/3, 13º salário, FGTS + 40%, horas extras, aviso prévio, dentre outros.*

A ausência de fornecimento regular de EPIs eficazes, a não realização de treinamentos adequados e a exposição constante da trabalhadora a agentes nocivos físicos, químicos e biológicos comprovam a omissão patronal em adotar as medidas previstas na legislação de segurança e saúde no trabalho (arts. 157 e 166 da CLT; NR-32, NR-15 e NR-6).

Requer-se, portanto, a condenação da Reclamada ao pagamento da diferença do adicional de insalubridade em grau máximo, com todos os reflexos legais cabíveis.

(...)".

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

5. DESCRIÇÃO NO LOCAL DE TRABALHO

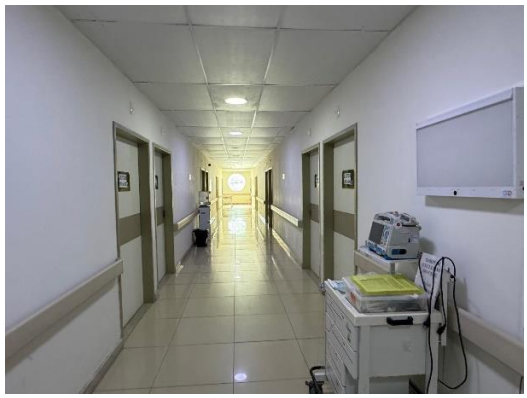
A Santa Casa de Misericórdia do Recife representa uma das instituições de saúde de maior tradição no Nordeste, com um hospital clínico-cirúrgico (Hospital Santo Amaro) bem estruturado e integrado a redes de ensino, assistência social e saúde pública. Sua atuação técnica combina atendimento SUS, práticas ambulatoriais e cirúrgicas, diagnóstico por imagem e formação médica especializada.

A Santa Casa de Misericórdia do Recife, por meio do Hospital Santo Amaro, apresenta atualmente a seguinte configuração estrutural:

- **08 enfermarias**, com capacidade total instalada de **102 leitos**;
- **01 bloco cirúrgico** com centro operatório equipado para procedimentos de média complexidade;
- **01 Unidade de Terapia Intensiva (UTI)** com **10 leitos instalados**.

Contudo, em razão da **desativação temporária de duas enfermarias**, a unidade encontra-se **atendendo, atualmente, com aproximadamente 72 leitos operacionais**.

O Hospital da Santa Casa de Misericórdia do Recife apresenta ambientes variados, compostos por áreas internas fechadas e setores semiabertos, com circulação natural de ar em parte dos corredores. As enfermarias são climatizadas com **sistema de ar-condicionado** e dispõem de **ventilação artificial e natural**, além de iluminação mista (**natural e artificial**). O **pé-direito** das áreas internas é de altura **mediana**, compatível com padrões hospitalares tradicionais. Os pisos variam entre **cerâmica esmaltada lisa** e **granilite**, a depender do setor, com fácil higienização e manutenção.



PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

6. ENTREVISTA

A Reclamante declarou que exerceu suas atividades na função de **conservação e limpeza** no Hospital Santa Casa de Misericórdia do Recife. Informou que atuou em diferentes jornadas e escalas, incluindo:

- Regime **diarista**, no horário de **07h às 16h**;
- Regime **plantonista**, em escala **12x36**, no horário de **07h às 19h**;
- Regime **noturno**, no horário de **19h às 07h**.

Relatou que laborou em **todos os setores do hospital**, desempenhando as seguintes atividades:

- **Limpeza dos leitos**, incluindo o entorno e superfícies de apoio;
- **Recolhimento de lixo das enfermarias**, com transporte até o **Depósito de Material de Limpeza (DML)**;
- **Limpeza dos corredores**, de forma eventual e não habitual;
- Informou que **não realizava a coleta externa do lixo até o expurgo**, atividade esta atribuída a outro grupo de trabalhadores ("coletores").

Esclareceu que, ao realizar o recolhimento dos resíduos provenientes das enfermarias, **depositava o material diretamente no DML**, sem necessidade de deslocamento prolongado ou saída do setor. Indicou ainda que, **quando atribuídas duas enfermarias ao mesmo trabalhador**, é prática usual que **um único DML sirva a ambas**, estando este **localizado entre as duas unidades ou imediatamente ao lado das mesmas**, o que **dispensa o transporte de resíduos para áreas externas ou distantes** do posto de trabalho.

Afirmou que, na rotina de trabalho, **ficava responsável, em geral, por duas enfermarias adjacentes**, que eram fisicamente próximas.

Durante os plantões noturnos, declarou que **chegou a encaminhar corpos ao necrotério**, mas ressaltou que essa **não era sua atribuição habitual**, sendo a atividade normalmente executada por outros profissionais designados para tal função.

Quanto à **limpeza de banheiros**, a Reclamante declarou que, **ao ingressar na empresa, realizava tal atividade**, mas que posteriormente houve a **institucionalização de separação de função**, atribuindo essa tarefa a profissionais específicos. Declarou ainda que, **nos meses em que eventualmente voltava a exercer a limpeza de banheiros**, como em substituição a férias de outros profissionais, **recebia o adicional de insalubridade em grau máximo (40%)**, fato confirmado pela documentação fornecida pela Reclamada e apresentada à perita.

Segundo a **assistente técnica da Reclamada**, Sra. Kátia Lima, essa separação funcional já era implementada **antes de 2020**, e a Reclamante **não realizava a limpeza de banheiros de forma contínua ou diária** desde então. Reforçou que apenas trabalhadores designados para tal atividade recebiam o adicional de insalubridade em grau máximo de forma permanente.

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

Diante da **data de ajuizamento da ação (16/04/2025)**, o período prescricional trabalhista considerado é de **cinco anos**, ou seja, de **16/04/2020 a 16/04/2025**. Quando questionada sobre o desempenho de atividades de limpeza de banheiro durante esse período, a Reclamante confirmou que, **de 2020 a 2023 (último dia de trabalho em 05/12/2023)**, **já havia a separação funcional**, e, **nos meses em que substituía outro funcionário nessa função, recebia o adicional de 40%** no contracheque.

Em relação à pandemia de COVID-19, a Reclamante informou que **trabalhou durante o ano de 2020 na UTI do hospital**, mais especificamente na **Enfermaria Santo Antônio**, setor que foi designado como **UTI COVID**. Confirmou que **atuou na referida unidade exclusivamente durante os meses de maio, junho e julho de 2020**, período em que o hospital recebeu pacientes com diagnóstico confirmado de COVID-19. Essa informação foi **corroborada pela assistente técnica da Reclamada**, que esclareceu que **a presença de pacientes em isolamento por COVID-19 limitou-se a esses três meses**, não havendo continuidade dessa condição após esse período.

Importante destacar que, conforme informado pela assistente técnica, o **Hospital Santa Casa de Misericórdia do Recife atua permanentemente como unidade de retaguarda do Hospital Getúlio Vargas**, recebendo **pacientes previamente regulados para internação clínica e realização de cirurgias eletivas**, sobretudo com **ênfase na especialidade ortopédica**, dada a vocação do hospital de origem. Ressalte-se que a Santa Casa **não é um hospital de portas abertas**, ou seja, **não realiza atendimentos diretos ao público**, sendo o ingresso de pacientes realizado **exclusivamente por meio da Central de Regulação Hospitalar** – mecanismo oficial que organiza o fluxo de pacientes entre unidades do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme critérios técnicos, clínicos e logísticos definidos pelas autoridades de saúde.

Por fim, a própria Reclamante **confirmou que sua atuação no setor com pacientes em isolamento por COVID-19 restringiu-se exclusivamente aos meses de maio, junho e julho de 2020**, **não havendo divergência entre as partes sobre esse ponto**.

7. FUNDAMENTO LEGAL

Os critérios adotados para delimitar as funções e locais insalubres atendem a legislação específica a seguir elencada:

- Lei nº 6.514/77 que introduz alterações no capítulo V do título II da Consolidação das leis do Trabalho - CLT, relativo à Segurança e Medicina do Trabalho (arts. 189 a 192, 200, 253);
- Portaria Ministerial nº 3.214/78, que regulamenta a Lei nº 6.514/77, instituindo as Normas Regulamentadoras - NR´S;
- NR15/ portaria 3.214/78 do MTE,
- Lei nº 6.514/77 que introduz alterações no capítulo V do título II da Consolidação das leis do Trabalho - CLT, relativo à Segurança e Medicina do Trabalho art. 253.

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

8. INSALUBRIDADE – BASE LEGAL E DEFINIÇÕES

- **O art. 189 da CLT define:** "*Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos*";

- **Riscos Ambientais:** consideram-se riscos ambientais os agentes físicos, químicos e biológicos existentes nos ambientes de trabalho que, em função de sua natureza, concentração ou intensidade e tempo de exposição, são capazes de causar danos à saúde do trabalhador (item 9.1.5 da Norma Regulamentadora - NR-9).

- **Agentes Físicos:** consideram-se agentes físicos as diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como: ruído, vibrações, pressões anormais, temperaturas extremas, radiações ionizantes, radiações não ionizantes, bem como o infrassom e o ultrassom (item 9.1.5.1 da NR-9).

- **Agentes Químicos:** consideram-se agentes químicos as substâncias, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória, nas formas de poeiras, fumos, névoas, neblinas, gases ou vapores, ou que, pela natureza da atividade de exposição, possam ter contato ou ser absorvidos pelo organismo através da pele ou por ingestão (item 9.1.5.2 da NR-9).

- **Agentes Biológicos:** Consideram-se agentes biológicos as bactérias, fungos, bacilos, parasitas, protozoários, vírus, entre outros (item 9.1.5.3 da NR-9).

- **Tempo de exposição:** a NR 15 em seu anexo 14 define tempo de exposição como contato permanente. Assim, considera-se como contato permanente a obrigatoriedade diária de realizar funções de risco com exposição aos agentes insalubres, cuja execução das tarefas nessas condições possa ser inquestionavelmente caracterizada nas atividades cotidianas e no conjunto de atividades do profissional.

- Essa definição foi normatizada no Art. 65 do Decreto 3.048 de 06 de maio de 1190- Regulamento da Previdência Social com a seguinte redação: "*Considera-se tempo de trabalho permanente aquele que é exercido de forma não ocasional nem intermitente, no qual a exposição do empregado, do trabalhador avulso ou do cooperado ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço. (Redação dada pelo Decreto nº 8.123, de 2013)*.

  Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput aos períodos de descanso determinados pela legislação trabalhista, inclusive férias, aos de afastamento decorrentes de gozo de benefícios de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez acidentários, bem como aos de percepção de salário-maternidade, desde que, à data do afastamento, o segurado estivesse exposto aos fatores de risco de que trata o art. 68. (Redação dada pelo Decreto nº 8.123, de 2013)."

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

- **Equipamento de Proteção Individual – EPI:** é todo dispositivo de uso individual, destinado a proteger a saúde e a integridade física do trabalhador. Deve ser fornecido gratuitamente ao empregado, de acordo com o risco a que está submetido e, em perfeito estado de conservação e funcionamento (NR 06). É responsabilidade das chefias orientar os empregados para o porte adequado do EPI e cobrar o seu uso.

- **Equipamentos de Proteção Coletiva:** é todo dispositivo destinado a proteger a saúde e a integridade física de uma coletividade de trabalhadores expostos a um determinado risco, por exemplo: enclausuramento acústico de uma fonte de ruído, proteção de partes móveis de máquinas e equipamentos, sinalização de segurança, uso de extintores de incêndio, entre outros.

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

GRAUS DE INSALUBRIDADE

Anexo	Atividades ou operações que exponham o trabalhador	%
1	Níveis de ruído contínuo ou intermitente superiores aos limites de tolerância fixados no Quadro constante do Anexo 1 e no item 6do mesmo Anexo.	20%
2	Níveis de ruído de impacto superiores aos limites de tolerância fixados nos itens 2 e 3 do Anexo 2.	20%
3	Exposição ao calor com valores de IBUTG, superiores aos limites de tolerância fixados nos Quadros 1 e 2	20%
4	Níveis de iluminamento inferiores aos mínimos fixados no Quadro 1	20%
5	Níveis de radiações ionizantes com radioatividade superior aos limites de tolerância fixados neste Anexo.	40%
6	Ar comprimido	40%
7	Radiações não-ionizantes consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
8	Vibrações consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
9	Frio considerado insalubre em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
10	Umidade considerada insalubre em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
11	Agentes químicos cujas concentrações sejam superiores aos limites de tolerância fixados no Quadro 1	10%, 20% 40%
12	Poeiras minerais cujas concentrações sejam superiores aos limites de tolerância fixados neste Anexo.	40%
13	Atividades ou operações, envolvendo agentes químicos, consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	10% 20% 40%
14	Agentes biológicos.	20% 40%

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

9. NORMA REGULAMENTAR APLICADA AO CASO CONCRETO

9.1 INSALUBRIDADE

O conceito legal de insalubridade é dado pelo art. 189 da CLT:

> *"Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos."*

Na obra Segurança e Saúde no Trabalho: NRs 1 a 36 comentadas e descomplicadas (2015) Método, a autora MARA QUEIROGA esclarece riscos e enquadramento quanto a insalubridade, como se vê a seguir:

> *A palavra insalubre tem origem no latim (insalubris) e significa "o que faz mal à saúde". O trabalho insalubre, portanto, é aquele que expõe o trabalhador a agentes que podem causar danos à sua saúde. A insalubridade não se confunde com a periculosidade: enquanto esta coloca em risco a **vida** do trabalhador, aquela coloca em risco a **saúde** do trabalhador.*
>
> *A NR15 tem por objetivo determinar quais atividades deverão ser consideradas insalubres e indicar como essa caracterização deve ser feita: se por meio de avaliação **qualitativa** ou **quantitativa**. Nos casos em que a avaliação quantitativa deva ser realizada, a norma determina os limites de exposição ou remete expressamente à adoção dos limites constantes em outras normas, como é o caso do Anexo 5 (Radiações Ionizantes). São fundamentais para o entendimento da norma os conceitos de limite de tolerância e avaliação qualitativa e quantitativa, que veremos adiante. Atualmente, a NR15 possui treze anexos em vigor, como mostra a tabela a seguir. Cada anexo trata da exposição a determinado agente químico, físico ou biológico1. Já o Anexo 10 compreende atividades que expõem o trabalhador à **umidade** – a umidade não é agente ambiental, e, sim, uma condição presente no ambiente de trabalho. O Anexo 4 que tratava de Iluminação Deficiente foi revogado em 1990. Atualmente, iluminação deficiente é considerada risco ergonômico, e não situação motivadora para caracterizar a atividade como insalubre.*

Anexo	Título
1	Limites de Tolerância para Ruído Contínuo ou Intermitente
2	Limites de Tolerância para Ruídos de Impacto
3	Limites de Tolerância para Exposição ao Calor
4	(Revogado)
5	Radiações Ionizantes
6	Trabalho sob Condições Hiperbáricas

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

7	Radiações Não Ionizantes
8	Vibrações
9	Frio
10	Umidade
11	Agentes Químicos Cuja Insalubridade é Caracterizada por Limite de Tolerância e Inspeção no Local de Trabalho
12	Limites de Tolerância para Poeiras Minerais
13	Agentes Químicos
13-A	Benzeno
14	Agentes Biológicos

É importante destacar que a NR15 está intimamente ligada à NR 9 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, pois, enquanto esta define, entre outras informações, quais os agentes ambientais presentes no ambiente de trabalho, aquela estabelece, para cada agente apresentado, os critérios de caracterização de insalubridade nas atividades que expõem os trabalhadores a tais agentes e respectivos limites de tolerância, quando aplicáveis. Existem, porém, dois agentes físicos presentes na NR 9, o ultrassom e o infrassom, para os quais a NR15 não estabeleceu limites de tolerância tampouco determinou sua avaliação pelo método qualitativo. Destaco, porém, que existem limites de tolerância para esses agentes estabelecidos por organismos normativos internacionais e também pela American Conference of Governmental Industrial Hygienists (ACGIH), porém, pela ausência de referência expressa na NR15, sua observância não obrigatória para fins de caracterização de insalubridade.

A NR15, aprovada pela Portaria 3.214, de 08.06.1978, foi baseada nos parâmetros publicados pela ACGIH, naquele ano. A ACGIH é uma instituição privada científica, sem fins lucrativos. Seus membros são profissionais da área de higiene ocupacional que se organizam em comitês responsáveis pela publicação de guias de orientação relativos a Limites de Exposição (TLV – Thereshold Limit Values) e Índices de Exposição Biológica (BEI – Biological Exposure Index).

A ACGIH não é um organismo normativo, ou seja, não se pode dizer que as publicações dessa entidade sejam normas internacionais, pois não o são: suas publicações são referências técnicas, cuja observância pelos órgãos reguladores dos diversos países é facultativa, e não obrigatória. Entretanto, a importância e a qualidade de suas publicações são reconhecidas internacionalmente, sendo suas recomendações seguidas pela maioria das agências e órgãos reguladores internacionais. Os Limites de Tolerância e Índices de Exposição Biológica constantes nos guias de orientação da ACGIH são reavaliados anualmente, com base em novos conhecimentos e publicações científicas.

O trabalho perigoso e insalubre é regulamentado na CLT, mas, em relação à penosidade, até o momento, não foi elaborada qualquer norma definindo a conceituação,

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

os critérios de caracterização, o valor do adicional, dentre outros com exceção para servidor público federal, em exercício em zonas de fronteiras ou de localidades cujas condições de vida o justifiquem (art.71, Lei n. 8.112/90).

9.1.1 AGENTES BIOLÓGICOS

Agentes biológicos, de acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 (NR-15), referem-se a microrganismos e outros organismos vivos, ou ainda a produtos derivados deles, que podem representar risco à saúde humana, especialmente em razão de seu potencial para causar doenças infecciosas ou parasitárias. Essa categoria inclui vírus, bactérias, fungos, protozoários, helmintos e outros agentes microscópicos capazes de gerar impactos adversos à saúde dos trabalhadores, especialmente em contextos de exposição ocupacional.

No ambiente laboral, o risco biológico pode ocorrer em diversas formas, por meio de contato direto com materiais contaminados, secreções humanas, resíduos biológicos ou pacientes infectados. A gravidade da exposição dependerá de fatores como a frequência, a duração e a intensidade do contato, bem como da via de exposição e da eficácia das medidas de proteção adotadas.

A NR-15, por meio do seu Anexo 14, trata especificamente das atividades e operações que envolvem exposição a agentes biológicos e que são classificadas como insalubres. A caracterização da insalubridade, nesses casos, é realizada com base em uma avaliação qualitativa da exposição permanente, considerando-se a natureza da atividade, o ambiente em que é executada e a possibilidade (ou não) de adoção de medidas eficazes de controle. O adicional de insalubridade pode ser reconhecido em grau **médio** ou **máximo**, conforme o tipo de atividade e o nível de risco envolvido.

Dessa forma, para fins de análise técnica e enquadramento legal das condições insalubres decorrentes da exposição a agentes biológicos no ambiente de trabalho, aplica-se o disposto no Anexo 14 da Norma Regulamentadora nº 15, do Ministério do Trabalho e Emprego, que estabelece as atividades e operações passíveis de caracterização como insalubres em função do contato permanente com tais agentes. Abaixo, transcreve-se o teor normativo aplicável:

NR 15 – ANEXO 14 - AGENTES BIOLÓGICOS

"Relação das atividades que envolvem agentes biológicos, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa.

<u>Insalubridade de grau máximo</u>

Trabalho ou operações, em contato permanente com:

- pacientes em isolamento por doenças infectocontagiosas, bem como objetos de seu uso, não previamente esterilizados;
- carnes, glândulas, vísceras, sangue, ossos, couros, pêlos e dejeções de animais portadores de doenças infectocontagiosas (carbunculose, brucelose, tuberculose);
- esgotos (galerias e tanques);

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

- lixo urbano (coleta e industrialização).

Insalubridade de grau médio

*Trabalhos e operações em contato **permanente** com pacientes, animais ou com material infectocontagiante, em:*

- hospitais, serviços de emergência, enfermarias, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados aos cuidados da saúde humana (aplica-se unicamente ao pessoal que tenha contato com os pacientes, bem como aos que manuseiam objetos de uso desses pacientes, não previamente esterilizados);
- hospitais, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados ao atendimento e tratamento de animais (aplica-se apenas ao pessoal que tenha contato com tais animais);
- contato em laboratórios, com animais destinados ao preparo de soro, vacinas e outros produtos;
- laboratórios de análise clínica e histopatologia (aplica-se tão-só ao pessoal técnico);
- gabinetes de autópsias, de anatomia e histoanatomopatologia (aplica-se somente ao pessoal técnico);
- cemitérios (exumação de corpos);
- estábulos e cavalariças;
- resíduos de animais deteriorados."

A Portaria n.12, de 12.11.1979, acrescentou a esse texto o conceito de contato permanente conforme redação que se segue:

*"Parágrafo único. Contato permanente com pacientes, animais ou material infecto-contagiante é o trabalho resultante da prestação de **serviço contínuo e obrigatório**, decorrente de exigência firmada no próprio contrato de trabalho, com **exposição permanente aos agentes insalubres**." **(grifo meu)***

Na obra *Insalubridade e Periculosidade – Aspectos Técnicos e Práticos* (Ed. LTr, 2019), de autoria de Tuffi Messias Saliba e Márcia Angelim Chaves Corrêa, a questão referente à insalubridade decorrente do contato do trabalhador com agentes biológicos é esclarecida com ênfase na caracterização do **grau máximo**, aplicável às situações em que há **exposição direta e habitual a pacientes portadores de doenças infectocontagiosas**. Tal condição é tratada de forma objetiva e fundamentada pelos autores, conforme se vê a seguir.

"A análise da insalubridade por agentes biológicos é feita de maneira qualitativa, isto é, não há limites de tolerância fixados, o que torna a análise mais difícil e complexa.

Assim, a norma estabeleceu três condições para o enquadramento da atividade como insalubre de grau máximo: contato

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

permanente, pacientes portadores de doenças infectocontagiosas e em isolamento: (grifo meu)

- Contato permanente está definido no parágrafo único do anexo 14;
- Doenças infectocontagiosas, de forma bastante simplificada, são doenças por diferentes agentes (bactérias e vírus, na sua maioria) que podem ser transmitidas diretamente de um ser humano doente para outro.
- Isolamento é uma técnica utilizada para prevenir a transmissão de micro-organismos a partir de pacientes infectados para outros pacientes, profissionais de saúde e visitantes.

As categorias de isolamento podem ser agrupadas em três categorias baseadas na maneira de transmissão: contato, respiratórias por gotícula e aerossóis.

Há ainda o isolamento reverso (proteção), neste caso, a finalidade do isolamento é evitar a possibilidade de contágio do paciente imunodeprimido com outros micro-organismos. Neste caso, o paciente é que deve ser protegido de possível contato com outras doenças.

Desse modo, o anexo 14 não definiu explicitamente qual tipo de isolamento deverá estar submetido o paciente, para que seja caracterizada a insalubridade de grau máximo.

Assim, é importante que o perito analise, durante a diligência, os seguintes itens: se o local de trabalho do reclamante se localiza em hospital de referência em tratamento de doenças infectocontagiosas ou hospitais gerais, se existem alas e ou quartos específicos para tratamento de portadores de doenças infectocontagiosas, qual o protocolo existente no hospital no caso de atendimento a portadores dessas doenças, qual o percentual de doenças infectocontagiosas atendidas no hospital, que tipo de isolamento deverá ser adotado para essas doenças, se existe equipe específica para atendimento dessas doenças, deverão também ser consultadas as notificações compulsórias à Vigilância Sanitária, lembrando que nem todas as doenças comunicadas são infectocontagiosas e nem exige isolamento total. A NR-32 que trata da saúde dos profissionais da área de saúde também deverá ser consultada.

A orientação normativa da secretaria de gestão pública do ministério do planejamento, orçamento e gestão – SEGEP n.6 de 18.03.2013, que estabelece critérios de concessão de adicionais de insalubridade e periculosidade para servidores públicos da união, em seu quadro anexo define que a ***concessão do adicional de insalubridade ocorrerá somente com o contato com pacientes em isolamento por bloqueio.*** *Segundo essa norma,* ***o isolamento por bloqueio é aquele em que há o afastamento do paciente do convívio coletivo com visitas a impedir a transmissão de agentes infecciosos a indivíduos suscetíveis****. Neste isolamento, além das precauções universais, são compulsoriamente adotadas barreiras físicas secundárias.*

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

Portanto, com base no exposto, a nosso ver, o isolamento, para fins de caracterização de insalubridade, deve ser entendido como definido anteriormente."

Ainda assim, na obra *Insalubridade e Periculosidade: Aspectos Técnicos e Práticos* (Ed. LTr, 2019), o autor Tuffi Messias Saliba dispõe sobre o que estabelece a norma técnica no que se refere ao **direito ao adicional de insalubridade em razão do contato com esgoto e lixo urbano**, fazendo um **paralelo com a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST)** sobre a matéria, **como se vê a seguir**.

"Ainda no grupo de insalubridade de grau máximo, insere-se o contato com esgoto (em galerias e tanques) e o lixo urbano (coleta e urbanização), a respeito do que é necessário comentar:

*- **O pré-requisito para o enquadramento é o contato com o lixo.** Segundo Aurélio Buarque de Holanda, contato é o sentido de tato. **Assim, o empregado que trabalha próximo ao depósito de lixo não terá sua atividade enquadrada como insalubre se não tiver contato direto com o lixo.***

*- Outro aspecto importante a ser considerado é que **a norma restringe o contato ao lixo urbano.** Embora exista entendimento que equipare lixo urbano a lixo de escritório, a nosso ver, eles são bem diferentes. **O lixo urbano é coletado em diversos locais de uma cidade, num volume bastante intenso e de materiais de todo tipo, enquanto o lixo de escritório é proveniente de um só local e de volume pequeno, geralmente com pouca variedade de materiais, ou seja, grande parte é papel.** Neste sentido, o TST, por meio da Orientação Jurisprudencial n. 170, exclui o direito à insalubridade a limpeza em residências e escritórios e a respectiva coleta de lixo [(42).]*

A Súmula n. 448/TST adotou o mesmo entendimento, todavia, considera que higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação, e a respectiva coleta de lixo é considera insalubre por não se equiparar a residência e escritório [(43)].

A Súmula n. 448 é confusa e pode levar à interpretação subjetiva da norma técnica na caracterização da insalubridade, tendo em vista os seguintes fundamentos:

O anexo 14 da NR-15 dispõe:

Insalubridade de grau máximo.
Trabalho ou operações, em contato permanente com:
- esgotos (galerias e tanques); e
- lixo urbano (coleta e industrialização).

No mesmo sentido, o Decreto n. 3.048/99 determina que a aposentadoria por agentes biológicos é devida nas seguintes situações:

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

- trabalhos em galerias, fossas e tanques de esgoto; esvaziamento de biodigestores; coleta e industrialização do lixo.

Examinando os dispositivos normativos, verifica-se que sua finalidade foi conceder o adicional para os serviços em contato com lixo urbano (coleta industrialização) e esgoto (galerias e tanques). Sendo assim, na interpretação da norma, é importante definir esses parâmetros.

A Lei n. 11.445/07 estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, em seu art. 3º, inciso I, dispõe:

I - saneamento básico: conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:
a).....
b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;
c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

O art. 1º da Resolução Conama n. 5/93 estabelece, de acordo, com a NBR n. 10.004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, os resíduos nos estados sólidos e semissólidos, são aqueles que resultam de atividades da comunidade de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. A industrialização do lixo é realizada em usinas, que têm como característica básica a transformação e ou beneficiamento de resíduos (lixo/sucata) coletados e comercializados (por terceiros), tais como: papel, alumínio, plástico, vidro, madeira entre outros.

Portanto, a coleta do lixo urbano mencionado no anexo 14, é realizada em diversos locais de uma cidade, onde o trabalhador tem contato direto com resíduos contaminados provenientes de várias fontes. *Após a coleta, esse lixo é transportado até os aterros sanitários onde é industrializado.*

O esgoto sanitário é a denominação genérica para despejos líquidos residenciais, comerciais, águas de infiltração na rede coletora, os quais podem conter parcela de efluentes industriais e efluentes não domésticos (Resolução n. 430 do CONAMA, de 13 de maio de 2011).

Vale ressaltar, ainda, que, segundo Aurélio Buarque de Holanda, é sistema subterrâneo de canalização destinado a receber as águas pluviais os detritos de um aglomerado populacional e levá-los para lugar afastado.

Portanto, o trabalho com esgoto em galerias e tanques, mencionado anexo 14 da NR-15, é aquele onde o trabalhador

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

mantém contato direto os resíduos e águas pluviais contendo detritos provenientes de várias de determinada cidade, residências, indústrias, estabelecimentos comerciais e hospitalares entre outros.

Com base no exposto, equiparar a higienização de sanitários e coleta de lixo em locais de uso coletivo e grande circulação ao contato com esgoto e lixo urbano, como ocorre com trabalhadores de limpeza urbana e saneamento básico, não é a melhor interpretação técnica da norma, vez que a exposição a agentes biológicos é bem diferente. Além disso, a redação da súmula pode trazer interpretações muito controvertidas, tendo em vista que um banheiro utilizado por mais de uma pessoa já é considerado coletivo, além de que não foi definido o que se entende por "grande circulação". *Todavia, em cada caso concreto, o perito deve realizar análise detalhada, com objetivo de verificar se a exposição aos agentes biológicos nos locais de uso coletivo e de grande circulação pode ser equiparada a tanques e galerias de esgoto; industrialização de lixo urbano.*

(42) OJ n. 170 - Adicional de insalubridade. Lixo urbano. A limpeza em residências e escritórios e a respectiva coleta de lixo não podem ser consideradas atividades insalubres, ainda que constatadas por laudo pericial, porque não se encontram dentre as classificadas como lixo urbano, na Portaria do Ministério do Trabalho.

(43) SÚMULA N. 448/TST - ATIVIDADE INSALUBRE. CARACTERIZAÇÃO. PREVISÃO NA NORMA REGULAMENTADORA N. 15 DA PORTARIA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO N. 3.214/78. INSTALAÇÕES SANITÁRIAS. I - Não basta a constatação da insalubridade por meio de laudo pericial para que o empregado tenha direito ao respectivo adicional, sendo necessária a classificação da atividade insalubre na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho. II - A higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação, e a respectiva coleta de lixo, por não se equiparar à limpeza em residências e escritórios, enseja o pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo, incidindo o disposto no Anexo 14 da NR-15 da Portaria do MTE n. 3.214/78 quanto à coleta e industrialização de lixo urbano."

Como forma de elucidação complementar, destaca-se que a **Instrução Normativa n° 13, de 18 de dezembro de 2012 (Lista Brasileira de Resíduos Sólidos – IBAMA)**, bem como a **Lei Federal n° 12.305, de 2 de agosto de 2010**, esclarecem de forma objetiva a **diferença entre resíduos provenientes de limpeza urbana (lixo urbano)** e quaisquer **outros tipos de resíduos sólidos**, contribuindo para uma interpretação técnica mais precisa quanto à caracterização das atividades descritas na NR-15, Anexo 14.

LEI N° 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010.

Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

"(...)

Art. 2º. Para fins de cumprimento desta Instrução Normativa, entende-se por: I - ***resíduos sólidos****: todo material, substância,*

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível;"

(...)"

Abaixo, transcreve-se o trecho pertinente da **Instrução Normativa n° 13, de 18 de dezembro de 2012 – Lista Brasileira de Resíduos Sólidos (IBAMA)**, que trata da classificação dos resíduos oriundos de limpeza urbana:

LISTA BRASILEIRA DE RESÍDUOS SÓLIDOS
LISTAGEM DOS RESÍDUOS
Conforme constante na IN n° 13, de 18 de dezembro de 2012
Este texto não substitui o publicado no D.O.U - Seção 1, n° 245, quinta-feira, 20 de dezembro de 2012

20 02 - Resíduos de limpeza urbana:

20 02 01 - Resíduos de varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana biodegradáveis.

20 02 02 - Terras e pedras.

20 02 03 - Outros resíduos de varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana não biodegradáveis.

Considera-se tempo de trabalho permanente aquele que é exercido de forma **não ocasional nem intermitente**, no qual a exposição do empregado, do trabalhador avulso ou do cooperado ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço. Essa é a conclusão que se extrai da leitura do §1°, do art. 64, do Decreto n° 8.123, de 2013.

O Anexo 14 da NR 15, Portaria 3.214/78, dispõe que o adicional de insalubridade em grau máximo é devido somente aos trabalhadores em **contato permanente com pacientes em isolamento por doenças infectocontagiosas**, bem como objeto de uso, não previamente esterilizados.

Assim, considera-se como contato permanente a **obrigatoriedade diária de realizar funções de risco com exposição aos agentes insalubres**, cuja execução das tarefas nessas condições possa ser inquestionavelmente caracterizada nas atividades cotidianas e no conjunto de atividades do profissional.

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

Importante, também, ressaltar a necessidade da diferenciação entre pacientes com Bactérias Multirresistentes (MR) e pacientes com doenças infectocontagiosas.

O fato de haver pacientes com Bactérias Multirresistentes (MR) em nada se confunde com doenças infectocontagiosas. Os pacientes com bactérias multirresistentes, a depender do caso, ficam em **precaução** de isolamento pelo próprio paciente, pois estes pacientes se encontram com o sistema imunológico mais fragilizado. **Ou seja, não existe infecção, a bactéria multirresistente indica que está colonizado e não infectado.**

A multirresistência das bactérias acontece principalmente devido ao uso incorreto ou frequente de antibióticos, favorecendo o surgimento de mutações e mecanismos de resistência e adaptação dessas bactérias contra os antibióticos, tornando o tratamento difícil. As principais superbactérias são: **Staphylococcus aureus,** *Klebsiella pneumoniae (KPC), Acinetobacter baumannii, Pseudomonas aeruginosa, Enterococcus faecium,* **Proteus sp,** *Neisseria gonorrhoeae etc.*

A **precaução** é a aplicação de técnicas **em qualquer paciente hospitalizado**, **independente do isolamento físico ou como complemento deste**, visando especificamente bloquear a transmissão de microrganismos. O **isolamento** é a técnica utilizada para prevenir a transmissão de microrganismos a partir de **pacientes infectados ou colonizados** para outros pacientes, profissionais de saúde e visitantes. Os tipos de isolamento são baseados no conhecimento da forma de transmissão do microrganismo. **Ou seja, o fato de haver pacientes em isolamento, o mesmo não quer dizer que o paciente possui doenças infectocontagiosas.**

Com base na entrevista técnica realizada com a Reclamante, restou evidenciado que a mesma laborou na função de **conservação e limpeza** no Hospital Santa Casa de Misericórdia do Recife, em diversos setores e escalas, incluindo plantões diurnos, noturnos e em regime 12x36. De acordo com o relato prestado, a Reclamante afirmou que, durante o período contratual, **atuou por três meses (maio, junho e julho de 2020) em enfermaria destinada ao isolamento de pacientes com COVID-19**, especificamente na **UTI Santo Antônio**, ocasião em que houve efetiva exposição a **pacientes portadores de doenças infectocontagiosas em isolamento**.

Conforme os critérios estabelecidos no **Anexo 14 da NR-15 da Portaria nº 3.214/78**, e reforçado pela doutrina especializada (Saliba, 2019), a caracterização da insalubridade em **grau máximo (40%)** exige o **contato permanente com pacientes portadores de doenças infectocontagiosas, mantidos em isolamento**. Assim, à luz da norma vigente e com base nas informações prestadas, conclui-se que a Reclamante **faz jus ao adicional de insalubridade em grau máximo apenas nos meses de maio, junho e julho de 2020**, período em que efetivamente exerceu atividades em setor isolado para pacientes com diagnóstico confirmado de COVID-19.

Nos demais períodos, **não há elementos técnicos que sustentem o enquadramento da atividade da Reclamante como insalubre em grau máximo por agentes biológicos**, uma vez que o hospital **não é classificado como unidade de referência para doenças infectocontagiosas**, mas sim como **unidade de retaguarda do Hospital Getúlio Vargas**, recebendo pacientes regulados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), inclusive para realização de cirurgias eletivas, com perfil predominantemente clínico e ortopédico. Ressalte-se que o Hospital Santa Casa de Misericórdia do Recife **não**

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

é hospital de portas abertas, ou seja, os atendimentos são realizados **exclusivamente mediante regulação hospitalar**, conforme diretrizes da rede pública de saúde.

Ainda no tocante às atividades desempenhadas pela Reclamante, observou-se que **não havia contato habitual com lixo urbano ou esgoto sanitário**, sendo suas tarefas concentradas na limpeza de enfermarias internas e recolhimento de resíduos hospitalares comuns, depositados diretamente em DMLs localizados ao lado das enfermarias. Com relação à **limpeza de sanitários**, a Reclamante declarou que, no início do contrato, realizava tal atividade, e que, **nos períodos em que eventualmente substituía colegas, recebia adicional de insalubridade em grau máximo (40%)**, o que foi confirmado pela documentação fornecida pela Reclamada.

Contudo, é necessário esclarecer que, à luz da **NR-15, Anexo 14**, a **limpeza de banheiros, não caracteriza insalubridade em grau máximo**, por não se enquadrar como atividade em contato com esgoto ou lixo urbano. Ainda que o pagamento do adicional tenha ocorrido em caráter administrativo pela Reclamada, tal pagamento **não configura, por si só, reconhecimento técnico da insalubridade**, devendo prevalecer o critério normativo estabelecido pela regulamentação vigente. Portanto, a menção à execução dessa atividade de forma pontual, ou a ocorrência de pagamento em folha, **não alteram a conclusão técnica quanto à ausência de enquadramento legal da insalubridade nos demais períodos**.

Dessa forma, **a única hipótese em que se reconhece a insalubridade em grau máximo por agentes biológicos corresponde ao período em que a Reclamante atuou em unidade de isolamento destinada a pacientes com COVID-19**, conforme relatado na entrevista técnica, nos meses de **maio, junho e julho de 2020**, **não se estendendo aos demais períodos ou atividades** desenvolvidas durante o vínculo empregatício.

HOSPITAL SANTO AMARO — CNPJ: 10.869.782/0004-04 — Fls.: 2
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000 — Emitido em: 01/07/2025 — Página: 1 de 2
FICHA FINANCEIRA — Referência: 2021

Funcionário: 004689 - MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS — Salário: 1.110,00 — Admissão: 10/01/2015 — Rescisão: / / — Carga Horária: 180,00h — DEP.IR:
Departamento : 080902006001 - CONSERVACAO LIMPEZA — Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA — CBO: 514320 — PIS: 16444147418 — CPF: 800.381.314-04 — CTPS: 078652 — Série: 0079 - PE — DEP.SF:

Evento	Descrição	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
0001	SALARIO-BASE	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.110,00	0,00	1.110,00	1.110,00	1.110,00	12.140,00
0002	HORAS NORMAIS	293,33	242,15	0,00	0,00	134,64	242,66	81,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	994,18
0008	HORAS EXTRAS 100%	34,32	0,00	0,00	540,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	574,86
0021	ADIC NOTURNO (20%)	0,00	0,00	187,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	187,74
0025	QUINQUENIO	55,00	55,00	55,00	55,00	55,00	55,00	55,00	55,50	0,00	55,50	55,50	55,50	607,00
0028	MEDIA ADIC. NOT.(20%) 13º	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,65	15,65
0029	MEDIA H. EXTRAS (100%) 13º	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47,91	47,91
0035	INSALUBRIDADE (20%)	220,00	220,00	220,00	0,00	220,00	220,00	220,00	220,00	0,00	220,00	220,00	220,00	2.200,00
0036	INSALUBRIDADE (40%) SB	0,00	0,00	0,00	440,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	440,00
0115	DSR - SOBRE H. EXTRAS	8,22	0,00	0,00	135,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	143,34
0136	MEDIA DSR SOBRE H. EXTRAS 13º	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11,95	11,95
0150	ADIANT. 13 SALARIO**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	692,75	0,00	0,00	0,00	692,75
0152	13 SALARIO (PARC.FINAL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.110,00	1.110,00
0164	GRATIF. (AUX. S. GERAIS)	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00
0189	MEDIA HORAS NORMAIS 13º	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82,85	82,85
0200	FERIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.514,00	0,00	0,00	0,00	1.514,00
0201	1/3 FERIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	504,67	0,00	0,00	0,00	504,67
0206	DIFERENCA DE FERIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13,76	0,00	0,00	0,00	13,76
0208	DIA EMPREG HOSP. - 12/MAIO	0,00	0,00	0,00	0,00	67,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67,77

HOSPITAL SANTO AMARO — CNPJ: 10.869.782/0004-04 — Fls.: 2
AV CRUZ CABUGA, Nº 1563, SANTO AMARO, RECIFE - PE - 50.040-000 — Emitido em: 01/07/2025 — Página: 1 de 2
FICHA FINANCEIRA — Referência: 2019

Funcionário: 004689 - MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS — Salário: 998,00 — Admissão: 10/01/2015 — Rescisão: / / — Carga Horária: 180,00h — DEP.IR:
Departamento : 080902006001 - CONSERVACAO LIMPEZA — Cargo: AUX DE CONS. E LIMPEZA — CBO: 514320 — PIS: 16444147418 — CPF: 800.381.314-04 — CTPS: 078652 — Série: 0079 - PE — DEP.SF:

Evento	Descrição	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
0001	SALARIO-BASE	998,00	998,00	998,00	998,00	998,00	998,00	998,00	998,00	33,27	964,73	998,00	998,00	10.978,00
0005	DIFERENCA DE SALARIO	20,00	29,76	0,00	14,88	14,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	79,52
0035	INSALUBRIDADE (20%)	199,60	199,60	199,60	199,60	0,00	199,60	199,60	199,60	0,22	186,52	199,60	199,60	1.983,14
0150	ADIANT. 13 SALARIO**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	598,80	0,00	0,00	0,00	598,80
0152	13 SALARIO (PARC.FINAL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	998,00	998,00
0200	FERIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.572,43	0,00	0,00	0,00	1.572,43
0201	1/3 FERIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	524,15	0,00	0,00	0,00	524,15
0202	FERIAS PROXIMO MES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54,22	0,00	0,00	0,00	54,22
0203	1/3 FERIAS PROXIMO MES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18,07	0,00	0,00	0,00	18,07
0206	DIFERENCA DE FERIAS	0,00	0,00	24,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24,37
0224	HORAS TRAB. NOS FERIADOS	58,83	0,00	58,45	122,88	0,00	0,00	62,49	0,00	0,00	61,49	60,50	58,61	483,25
0282	INSALUBRIDADE (40%) SM	0,00	0,00	0,00	0,00	399,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	399,20
9224	MEDIA H.TRAB. FERIADOS 13º	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40,27	40,27
9998	MEDIA INSALUBRIDADE 20% 13º	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	199,60	199,60
	TOTAL DE VANTAGENS	**1.276,43**	**1.227,36**	**1.280,42**	**1.335,36**	**1.412,08**	**1.197,60**	**1.260,09**	**1.197,60**	**2.202,36**	**1.212,74**	**1.258,10**	**2.494,08**	**17.354,22**
	** Evento de adiantamento (Não contabiliza na totalização)													
0508	REFEICAO (1%)	9,98	9,98	9,98	9,98	9,98	9,98	9,98	9,98	0,33	9,65	9,98	9,98	109,78
0510	I.N.S.S.	102,11	98,18	100,48	106,82	112,96	95,80	100,80	95,80	3,01	75,73	79,35	100,49	1.071,53
0512	I.N.S.S. S/ FERIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	188,69	0,00	0,00	0,00	188,69
0516	DIF. I.N.S.S. S/ FERIAS	0,00	0,00	1,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,95

Conforme demonstrado pelos relatórios financeiros apresentados nos autos, verifica-se o pagamento do adicional de insalubridade em grau máximo (40%) nos meses em que a Reclamante executou atividades de limpeza de sanitários, em regime de substituição. Id. 9bf5147 e Id. c53dd55

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

9.1.2 AGENTES QUÍMICOS

No contexto da higiene ocupacional, agentes químicos são substâncias ou misturas presentes no ambiente de trabalho que, sob determinadas condições de exposição, podem representar risco à saúde dos trabalhadores. Esses agentes podem estar presentes sob diferentes formas físicas, como vapores, poeiras, névoas, fumos ou gases, e sua avaliação deve considerar as características da atividade, a forma de exposição e os limites definidos em norma técnica.

A Norma Regulamentadora nº 15 da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho estabelece os critérios legais para caracterização de insalubridade por exposição a agentes químicos, por meio de avaliação **quantitativa** (Anexo 11) ou **qualitativa** (Anexo 13), conforme a natureza da substância e do processo de trabalho envolvido.

A seguir, transcreve-se a norma técnica aplicável ao presente caso, conforme previsto na legislação vigente.

NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES - ANEXO N.º 11

AGENTES QUÍMICOS CUJA INSALUBRIDADE É CARACTERIZADA POR LIMITE DE TOLERÂNCIA E INSPEÇÃO NO LOCAL DE TRABALHO

1. Nas atividades ou operações nas quais os trabalhadores ficam expostos a agentes químicos, a caracterização de insalubridade ocorrerá quando forem ultrapassados os limites de tolerância constantes do Quadro n.º 1 deste Anexo.

2. Todos os valores fixados no Quadro n.º 1 - Tabela de Limites de Tolerância são válidos para absorção apenas por via respiratória.

3. Todos os valores fixados no Quadro n.º 1 como "Asfixiantes Simples" determinam que nos ambientes de trabalho, em presença destas substâncias, a concentração mínima de oxigênio deverá ser 18 (dezoito) por cento em volume. As situações nas quais a concentração de oxigênio estiver abaixo deste valor serão consideradas de risco grave e iminente.

4. Na coluna "VALOR TETO" estão assinalados os agentes químicos cujos limites de tolerância não podem ser ultrapassados em momento algum da jornada de trabalho.

5. Na coluna "ABSORÇÃO TAMBÉM PELA PELE" estão assinalados os agentes químicos que podem ser absorvidos, por via cutânea, e, portanto, exigindo na sua manipulação o uso das luvas adequadas, além do EPI necessário à proteção de outras partes do corpo.

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

6. A avaliação das concentrações dos agentes químicos através de métodos de amostragem instantânea, de leitura direta ou não, deverá ser feita pelo menos em 10 (dez) amostragens, para cada ponto - ao nível respiratório do trabalhador. Entre cada uma das amostragens deverá haver um intervalo de, no mínimo, 20 (vinte) minutos.

7. Uma das concentrações obtidas nas referidas amostragens não deverá ultrapassar os valores obtidos na equação que segue, sob pena de ser considerada situação de risco grave e iminente.

Valor máximo = L.T. x F. D. Onde:

L.T. = limite de tolerância para o agente químico, segundo o Quadro n.° 1.

F.D. = fator de desvio, segundo definido no Quadro n.° 2.

QUADRO N.° 2	
L.T.	F.D.
(pp, ou mg/m³)	
0 a 1	3
1 a 10	2
10 a 100	1,5
100 a 1000	1,25
acima de 1000	1,1

1. O limite de tolerância será considerado excedido quando a média aritmética das concentrações ultrapassar os valores fixados no Quadro n.° 1.

2. Para os agentes químicos que tenham "VALOR TETO" assinalado no Quadro n.° 1 (Tabela de Limites de Tolerância) considerar-se-á excedido o limite de tolerância, quando qualquer uma das concentrações obtidas nas amostragens ultrapassar os valores fixados no mesmo quadro.

3. Os limites de tolerância fixados no Quadro n.° 1 são válidos para jornadas de trabalho de até 48 (quarenta e oito) horas por semana, inclusive.

10.1 Para jornadas de trabalho que excedam as 48 (quarenta e oito) horas semanais dever-se-á cumprir o disposto no art. 60 da CLT.

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

QUADRO N.° 1
TABELA DE LIMITES DE TOLERÂNCIA

AGENTES QUÍMICOS	Valor teto	Absorção também p/pele	Até 48 horas/semana		Grau de insalubridade a ser considerado no caso de sua caracterização
			ppm*	mg/m3**	
Acetaldeído			78	140	máximo
Acetato de cellosolve		+	78	420	médio
Acetato de éter monoetílico de etileno glicol (vide acetado de cellsolve)			-	-	-
Acetato de etila			310	1090	mínimo
Acetato de 2-etóxi etila (vide acetato de cellosolve)			-	-	-
Acetileno			Axfixiante	simples	-
Acetona			780	1870	mínimo
Acetonitrila			30	55	máximo
Ácido acético			8	20	médio
Ácido cianídrico		+	8	9	máximo
Ácido clorídrico	+		4	5,5	máximo
Ácido crômico (névoa)			-	0,04	máximo
Ácido etanóico (vide ácido acético)			-	-	-
Ácido fluorídrico			2,5	1,5	máximo
Ácido fórmico			4	7	médio
Ácido metanóico (vide ácido fórmico)			-	-	-
Acrilato de metila		+	8	27	máximo
Acrilonitrila		+	16	35	máximo
Álcool isoamílico			78	280	mínimo
Álcool n-butílico	+	+	40	115	máximo
Álcool isobutílico			40	115	médio
Álcool sec-butílico (2-butanol)			115	350	médio
Álcool terc-butílico			78	235	médio
Álcool etílico			780	1480	mínimo
Álcool furfurílico		+	4	15,5	médio
Álcool metil amílico (vide metil isobutil carbinol)			-	-	-
Álcool metílico		+	156	200	máximo
Álcool n-propílico		+	156	390	médio
Álcool isopropílico		+	310	765	médio
Aldeído acético (vide acetaldeído)			-	-	-
Aldeído fórmico (vide formaldeído)			-	-	-
Amônia			20	14	médio
Anidro sulfuroso (vide dióxido de enxofre)			-	-	-
Anilina		+	4	15	máximo
Argônio			Asfixante	simples	-
Arsina (arsenamina)			0,04	0,16	máximo
~~Benzeno~~	*(Excluído pela Portaria n.° 03, de 10 de março de 1994)*				
Brometo de etila			156	695	máximo
Brometo de metila		+	12	47	máximo
Bromo			0,08	0,6	máximo
Bromoetano (vide brometo de etila)			-	-	-

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

Bromofórmio		+	0,4	4	médio
Bromometano (vide brometo de metila)			-	-	-
1,3 Butadieno			780	1720	médio
n-Butano			470	1090	médio
n-Butano (vide álcoo n-butílico)			-	-	-
sec-Butanol (vide álcool sec-butílico)			-	-	-
Butanona (vide metil etil cetona)			-	-	-
1-Butanotiol (vide butil mercaptana)			-	-	-
n-Butilamina	+	+	4	12	máximo
Butil cellosolve		+	39	190	médio
n-Butil mercaptana			0,4	1,2	médio
2-Butóxi etanol (vide butil cellosolve)			-	-	-
Cellosolve (vide 2-etóxi etanol)			-	-	-
Chumbo			-	0,1	máximo
Cianeto de metila (vide acetonitrila)			-	-	-
Cianeto de vinila (vide acrilonitrila)			-	-	-
Cianogênio			8	16	máximo
Ciclohexano			235	820	médio
Ciclohexanol			40	160	máximo
Ciclohexilamina		+	8	32	máximo
Cloreto de carbonila (vide fosgênio)			-	-	-
Cloreto de etila			780	2030	médio
Cloreto de fenila (vide cloro benzeno)			-	-	-
Cloreto de metila			78	165	máximo
Cloreto de metileno			156	560	máximo
Cloreto de vinila	+		156	398	máximo
Cloreto de vinilideno			8	31	máximo
Cloro			0,8	2,3	máximo
Clorobenzeno			59	275	médio
Clorobromometano			156	820	máximo
Cloroetano (vide cloreto de etila)			-	-	-
Cloroetílico (vide cloreto de vinila)			-	-	-
Clorodifluometano (freon 22)			780	2730	mínimo
Clorofórmio			20	94	máximo
1-Cloro 1-nitropropano			16	78	máximo
Cloroprene		+	20	70	máximo
Cumeno		+	39	190	máximo
Decaborano		+	0,04	0,25	máximo
Demeton		+	0,008	0,08	máximo
Diamina (vide hidrazina)			-	-	-
Diborano			0,08	0,08	máximo
1,2-Dibramoetano		+	16	110	médio
o-Diclorobenzeno			39	235	máximo
Diclorodifluormetano (freon 12)	+		780	3860	mínimo
1,1 Dicloroetano			156	640	médio
1,2 Dicloroetano			39	156	máximo
1,1 Dicloreotileno (vide cloreto de vinilideno)			-	-	-
1,2 Dicloroetileno			155	615	médio
Diclorometano (vide cloreto de metilino)			-	-	-
1,1 Dicloro-1-nitroetano	+		8	47	máximo
1,2 Dicloropropano			59	275	máximo
Diclorotetrafluoretano (freon 114)			780	5460	mínimo
Dietil amina			20	59	médio
Dietil éter (vide éter etílico)			-	-	-
2,4 Diisocianato de tolueno (TDI)	+		0,016	0,11	máximo
Diisopropilamina		+	4	16	máximo
Dimetilacetamida		+	8	28	máximo
Dimetilamina			8	14	médio
Dimetiformamida			8	24	médio
l,l Dimetil hidrazina		+	0,4	0,8	máximo

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

Dióxido de carbono			3900	7020	mínimo
Dióxido de cloro			0,08	0,25	máximo
Dióxido de enxofre			4	10	máximo
Dióxido de nitrogênio	+		4	7	máximo
Dissulfeto de carbono		+	16	47	máximo
Estibina			0,08	0,4	máximo
Estireno			78	328	médio
Etanol (vide acetaldeído)			-	-	-
Etano			Asfixiante	simples	-
Etanol (vide etílico)			-	-	-
Etanotiol (vide etil mercaptana)			-	-	-
Éter decloroetílico		+	4	24	máximo
Éter etílico			310	940	médio
Éter monobutílico do etileno glicol (vide butil cellosolve			–	–	–
Éter monoetílico do etileno glicol (vide cellosolve)			–	–	–
Éter monometílico do etileno glicol (vide metil cellosolve)			–	–	–
Etilamina			8	14	máximo
Etilbenzeno			78	340	médio
Etileno			Asfixiante	simples	-
Etilenoimina		+	0,4	0,8	máximo
Etil mercaptana			0,4	0,8	médio
n-Etil morfolina		+	16	74	médio
2-Etoxietanol		+	78	290	médio
Fenol		+	4	15	máximo
Fluortriclorometano (freon 11)			780	4370	médio
Formaldeído (formol)	+		1,6	2,3	máximo
Fosfina (fosfamina)			0,23	0,3	máximo
Fosgênio			0,08	0,3	máximo
Freon 11 (vide flortriclorometano)			-	-	-
Freon 12 (vide diclorodiflormetano)			-	-	-
Freon 22 (vide clorodifluormetano)			-	-	-
Freon 113 (vide 1,1,2,tricloro-1,2,2-trifluoretano)			-	-	-
Freon 114 (vide declrorotetrafloretano)			-	-	-
Gás amoníaco (vide amônia)			-	-	-
Gás carbônico (vide dióxido de carbono			-	-	-
Gás cianídrico (vide ácido cianídrico)			-	-	-
Gás clorídrico (vide ácido clorídrico)			-	-	-
Gás sulfídrico			8	12	máximo
Hélio			Asfixiante	simples	-
Hidrazina		+	0,08	0,08	máximo
Hidreto de antimônio (vide estibina)			-	-	-
Hidrogênio			Asfixiante	simples	-
Isobutanol (vide álcool isobutílico)			-	-	-
Isopropilamina			4	9,5	médio
Isopropil benzeno (vide cumeno)			-	-	-
Mercúrio (todas as formas exceto orgânicas)			–	0,04	máximo
Metacrilato de metila			78	320	mínimo
Metano			Asfixiante	simples	-
Metanol (vide álcool metílico)			-	-	-
Metilamina			8	9,5	máximo
Metil cellosolve		+	20	60	máximo
Metil ciclohexanol			39	180	médio
Metilclorofórmio			275	1480	médio
Metil demeton		+	_	0,4	máximo
metil etil cetona			155	460	médio

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

Metil isobutilcarbinol		+	20	78	máximo
Metil mercaptana (metanotiol)			0,04	0,8	médio
2-Metoxi etanol (vide metil cellosolve)			-	-	-
Monometil hidrazina	+	+	0,16	0,27	máximo
Monóxido de carbono			39	43	máximo
Negro de fumo(1)				3,5	máximo
Neônio			Asfixiante	simples	-
Níquel carbonila (níquel tetracarbonila)			0,04	0,28	máximo
Nitrato de n-propila			20	85	máximo
Nitroetano			78	245	médio
Nitrometano			78	195	máximo
1 - Nitropropano			20	70	médio
2 - Nitropropano			20	70	médio
Oxido de etileno			39	70	maximo
xido nítrico (NO)			20	23	máximo
Oxido nitroso (N_2O)			Asfixiante	simples	-
Ozona			0,08	0,16	máximo
Pentaborano			0,004	0,008	máximo
n-Pentano		+	470	1400	mínimo
Percloroetíleno			78	525	médio
Piridina			4	12	médio
n-propano			Asfixiante	simples	-
n-Propanol (vide álcool n-propílico)			-	-	-
iso-Propanol (vide álcool isopropílico)			-	-	-
Propanona (vide acetona)			-	-	-
Propileno			Asfixiante	simples	-
Propileno imina		+	1,6	4	máximo
Sulfato de dimetila	+	+	0,08	0,4	máximo
Sulfeto de hidrogênio (vide gás sulfídrico)			-	-	-
Systox (vide demeton)			-	-	-
1,1,2,2,Tetrabromoetano			0,8	11	médio
Tetracloreto de carbono		+	8	50	máximo
Tetracloroetano		+	4	27	máximo
Tetracloroetileno (vide percloroetileno)			-	-	-
Tetrahidrofurano			156	460	máximo
Tolueno (toluol)		+	78	290	médio
Tolueno-2,4-diisocianato (TDI) (vide 2,4 diisocianato de tolueno)			-	-	-
Tribromometano (vide bromofórmio)			-	-	-
Tricloreto de vinila (vide 1,1,2 tricloroetano)			-	-	-
1,1,1 Tricloroetano (vide metil clorofórmio)			-	-	-
1,1,2 Tricloroetano		+	8	35	médio
Tricloroetileno			78	420	máximo
Triclorometano (vide clorofórmio)			-	-	-
1,2,3 Tricloropropano			40	235	máximo
1,1,2 Tricloro-1,2,2 trifluoretano (freon 113)			780	5930	médio
Trietilamina			20	78	máximo
Trifluormonobramometano			780	4760	médio
Vinibenzeno (vide estireno)			-	-	-
Xileno (xilol)			78	340	médio

(1) *(Incluído pela Portaria DNSST n.º 09, de 09 de outubro de 1992)*

* ppm - partes de vapor ou gás por milhão de partes de ar contaminado.

** mg/m^3 - miligramas por metro cúbico de ar.

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

NR 15 – ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES – ANEXO N.° 13

Relação das atividades e operações envolvendo agentes químicos, consideradas, insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho. Excluam-se cesta relação as atividades ou operações com os agentes químicos constantes dos Anexos 11 e 12.

HIDROCARBONETOS E OUTROS COMPOSTOS DE CARBONO

INSALUBRIDADE DE GRAU MÁXIMO

- Destilação do alcatrão da hulha.
- Destilação do petróleo.
- Manipulação de alcatrão, breu, betume, antraceno, óleos minerais, óleo - queimado, parafina ou outras substâncias cancerígenas afins.
- Manipulação do negro de fumo. (Excluído pela Portaria DNSST n.° 9, de 09 de outubro de 1992)
- Fabricação de fenóis, cresóis, naftóis, nitroderivados, aminoderivados, derivados halogenados e outras substâncias tóxicas derivadas de hidrocarbonetos cíclicos.
- Pintura a pistola com esmaltes, tintas, vernizes e solventes contendo hidrocarbonetos aromáticos.

Insalubridade de grau médio

- Emprego de defensivos organoclorados: DDT (diclorodifeniltricloretano) DDD (diclorodifenildicloretano), metoxicloro (dimetoxidifeniltricloretano), BHC (hexacloreto de benzeno) e seus compostos e isômeros.
- Emprego de defensivos derivados do ácido carbônico.
- Emprego de cresol, naftaleno e derivados tóxicos.
- Emprego de aminoderivados de hidrocarbonetos aromáticos (homólogos da anilina).
- Emprego de isocianatos na formação de poliuretanas (lacas de desmoldagem, lacas de dupla composição, lacas protetoras de madeira e metais, adesivos especiais e outros produtos à base de poliisocianetos e poliuretanas).
- Emprego de produtos contendo hidrocarbonetos aromáticos como solventes ou em limpeza de peças.
- Fabricação de artigos de borracha, de produtos para impermeabilização e de tecidos impermeáveis à base de hidrocarbonetos.
- Fabricação de linóleos, celulóides, lacas, tintas, esmaltes, vernizes, solventes, colas, artefatos de ebonite, gutapercha, chapéus de palha e outros à base de hidrocarbonetos.
- Limpeza de peças ou motores com óleo diesel aplicado sob pressão (nebulização). - Pintura a pincel com esmaltes, tintas e vernizes em solvente contendo hidrocarbonetos aromáticos.

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

OPERAÇÕES DIVERSAS

INSALUBRIDADE DE GRAU MÁXIMO

Operações com as seguintes substâncias:

- Éter bis (cloro-metílico)
- Benzopireno
- Berílio
- Cloreto de dimetil-carbamila
- 3,3' – dicloro-benzidina
- Dióxido de vinil ciclohexano
- Epicloridrina
- Hexametilfosforamida
- 4,4' - metileno bis (2-cloro anilina)
- 4,4' - metileno dianilina
- Nitrosaminas
- Propano sultone
- Betapropiolactona
- Tálio
- Produção de trióxido de amônio ustulação de sulfeto de níquel.

INSALUBRIDADE DE GRAU MÉDIO

Aplicação a pistola de tintas de alumínio.
Fabricação de pós de alumínio (trituração e moagem).
Fabricação de emetina e pulverização de ipeca.
Fabricação e manipilação de ácido oxálico, nítrico sulfúrico, bromídrico, fosfórico, pícrico.
Metalização a pistola.
Operações com o timbó.
Operações com bagaço de cana nas fases de grande exposição à poeira.
Operações de galvanoplastia: douração, prateação, niquelagem, cromagem, zincagem, cobreagem, anodização de alumínio.
Telegrafia e radiotelegrafia, manipulação em aparelhos do tipo Morse e recepção de sinais em fones.
Trabalhos com escórias de Thomás: remoras, trituração, moagem e acondicionamento.
Trabalho de retirada, raspagem a seco e queima de pinturas.
Trabalhos na extração de sal (salinas).
Fabricação e manuseio de álcalis cáusticos.
Trabalho em convés de navios. (Revogado pela Portaria SSMT n.º 12, de 06 de junho de 1983)

INSALUBRIDADE DE GRAU MÍNIMO

Fabricação e transporte de cal e cimento nas fases de grande exposição a poeiras.
Trabalhos de carregamento, descarregamento ou remoção de enxofre ou sulfitos em geral, em sacos ou a granel.

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

Deve ser dada uma atenção especial ao enquadramento de atividades quanto a "fabricação e manuseio de álcalis cáusticos". De acordo com SALIBA, Tuffi Messias, na obra Insalubridade e Periculosidade: Aspectos Técnicos e Práticos, Ed. LTr, 2016:

> "Álcalis ou bases são consideradas substâncias capazes de neutralizar ácidos ou elevar o pH de misturas entre 7 e 14. Força alcalina é a capacidade da substância de liberar íons hidroxila (-OH), isto é, um álcali é considerado forte se libera altas concentrações de hidroxila.
>
> Existem outras substâncias que não liberam diretamente hidroxila, mas que possuem importante força alcalina, tais como carbonato de sódio ou soda barrilha (Na2CO3), óxido de cálcio ou cal (CaO), entre outros.
>
> O termo "cáustico" é utilizado para classificar as substâncias que têm ação agressiva (cáustica) quando em contato com a pele. Segundo J.M. Lachepelle, em seu livro Dermatologia profissionalle, os agentes cáusticos são capazes de provocar queimaduras químicas. Os álcalis produzem dissolução de proteínas, destruição do colágeno, saponificação de gorduras e emulsificação das membranas celulares (necrose de liquefação), quando o pH da substância é igual ou superior a 12 (BERNAL,2003. P.145).
>
> Desse modo, álcalis cáusticos são as substâncias alcalinas corrosivas à pele ou quaisquer tecidos vivos. Os álcalis cáusticos ou álcalis fortes possuem ação sobre o homem semelhante à provocada pelo hidróxido de sódio (NaOH, tais como hidróxido de potássio (KOH), óxido de cálcio, carbonato de sódio etc.
>
> Assim, somente o fato de o pH de uma substância ser superior a 7 não é condição suficiente para se enquadrar a insalubridade nesse item, vez que o PH é também função da concentração da substância na solução. Desse modo, mesmo um álcali forte em uma solução muito diluída pode ter um pH de apenas 8, não possuindo,
>
> assim, efeito cáustico no organismo e, portanto, não gerando insalubridade nesse agente.

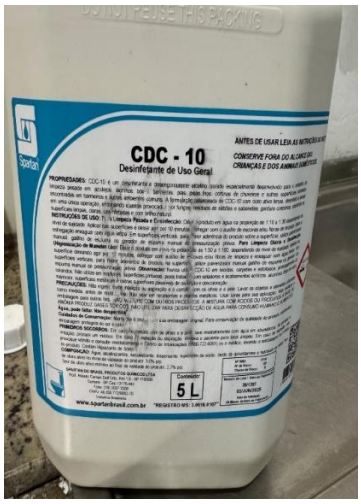
Quanto à exposição a **agentes químicos**, a Reclamante declarou que utilizava o produto **CDC-10**, classificado como **desinfetante**, durante a limpeza de leitos hospitalares. Conforme verificado por meio da **Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ)** do referido produto, **não há enquadramento nos Anexos 11 ou 13 da NR-15 da Portaria n° 3.214/78**.

Apurou-se, ainda, que o **CDC-10 era entregue à Reclamante já diluído**, por meio de sistema de diluição controlado pela Reclamada. A Reclamante **não manipulava o produto em sua forma concentrada**, tampouco realizava o preparo da solução. Dessa

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

forma, **não havia exposição ao produto bruto em sua composição plena**, conforme exigido para fins de enquadramento no **Anexo 13 da NR-15**, que trata especificamente do **manuseio de álcalis cáusticos**.

Assim, com base nos elementos técnicos analisados, **não se verifica condição de insalubridade relacionada ao agente químico utilizado nas atividades descritas**, razão pela qual **a atividade é considerada SALUBRE no tocante ao agente químico**, **salvo melhor juízo**.



10. EPI

O objetivo do EPI é **proteger o trabalhador,** individualmente, **contra riscos que ameacem sua segurança, saúde e integridade física** durante sua atividade laboral.

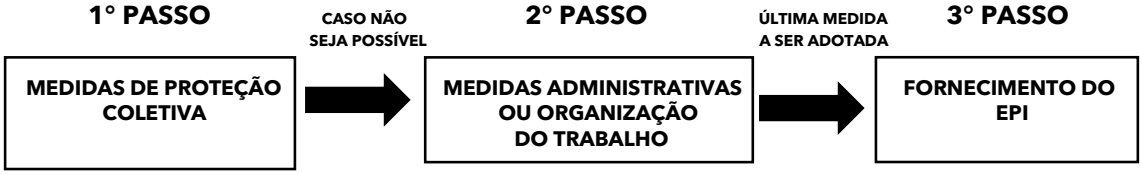
O EPI tem como finalidade a proteção contra riscos oriundos de agentes ambientais existentes no local de trabalho. Protege, também, contra riscos de acidentes ou riscos de origem mecânica, por exemplo, queda de altura, choque elétrico, queda de objetos, entre outros.

O fornecimento de EPI ao empregado deve ser a última alternativa adotada pelo empregador. Antes de decidir pelo seu fornecimento, a empresa deve priorizar a adoção das medidas indicadas na figura a seguir, analisando o item 9.3.5.4 da NR9.

> *"9.3.5.4 Quando comprovado pelo empregador ou instituição a inviabilidade técnica da adoção de medidas de proteção coletiva ou quando estas não forem suficientes ou encontrarem-se em fase de estudo, planejamento ou implantação, ou ainda em caráter complementar ou emergencial, deverão ser adotadas outras medidas, obedecendo- se à seguinte hierarquia:*
> *a) medidas de caráter administrativo ou de organização do trabalho;*
> *b) utilização de equipamento de proteção individual - EPI."*

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

HIERARQUIA DAS MEDIDAS ADOTADAS ANTES DO FORNECIMENTO DO EPI



Caso a implantação das medidas de proteção coletiva seja **tecnicamente** inviável ou caso essas medidas sejam insuficientes ou encontrarem-se em fase de estudo, planejamento ou implantação, ou ainda em caráter complementar ou emergencial, deverão ser adotadas medidas de ordem geral (medidas de caráter administrativo ou de organização do trabalho), antes de se decidir pelo fornecimento do EPI. Na impossibilidade de adoção dessas medidas, os equipamentos de proteção individual deverão ser fornecidos. Sendo assim, o fornecimento de EPI deve ser a **última** alternativa do empregador para garantir a proteção contra os riscos à saúde e integridade física do trabalhador. O fornecimento de EPI é uma medida **precária**.

A NR 6, esclarece as responsabilidades dos empregados e empregadores quanto a entrega, uso e higiene dos EPI's:

NR 6 - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI

6.3 A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, nas seguintes circunstâncias:

a) sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho;
b) enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implantadas; e,
c) para atender a situações de emergência.

6.4 Atendidas as peculiaridades de cada atividade profissional, e observado o disposto no item 6.3, o empregador deve fornecer aos trabalhadores os EPI adequados, de acordo com o disposto no ANEXO I desta NR.

6.4.1 As solicitações para que os produtos que não estejam relacionados no ANEXO I, desta NR, sejam considerados como EPI, bem como as propostas para reexame daqueles ora elencados, deverão ser avaliadas por comissão tripartite a ser constituída pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, após ouvida a CTPP, sendo as conclusões submetidas àquele órgão do Ministério do Trabalho e Emprego para aprovação.

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

***6.6 Responsabilidades do empregador**. (Alterado pela Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010)*

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI:
a) adquirir o adequado ao risco de cada atividade;
b) exigir seu uso;
c) fornecer ao trabalhador somente o aprovado pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho;
d) orientar e treinar o trabalhador sobre o uso adequado, guarda e conservação; e) substituir imediatamente, quando danificado ou extraviado;
f) responsabilizar-se pela higienização e manutenção periódica; e,
g) comunicar ao MTE qualquer irregularidade observada.
h) registrar o seu fornecimento ao trabalhador, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico. (Inserida pela Portaria SIT n.º 107, de 25 de agosto de 2009)

***6.7 Responsabilidades do trabalhador**. (Alterado pela Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010)*

6.7.1 Cabe ao empregado quanto ao EPI:

a) usar, utilizando-o apenas para a finalidade a que se destina;
b) responsabilizar-se pela guarda e conservação;
c) comunicar ao empregador qualquer alteração que o torne impróprio para uso; e,
d) cumprir as determinações do empregador sobre o uso adequado.

Na obra Segurança e Saúde no Trabalho: NRs 1 a 36 comentadas e descomplicadas (2015) Ed. Método, de autoria MARA QUEIROGA, esclarece os as obrigações do empregado e empregador como se vê a seguir:

"**OBRIGAÇÕES DO EMPREGADOR:**

O empregador deve adquirir o EPI adequado ao risco de cada atividade. Ou seja, o EPI deve se apropriado à proteção dos riscos aos quais o trabalhador estará exposto durante o exercício de sua atividade. Por exemplo, para o trabalhador que realizará atividade de acabamento externo de edifício em andaime suspenso, ou seja, trabalho em altura, deverá ser fornecido cinto de segurança tipo paraquedista, e não cinto de segurança tipo abdominal. O cinto de segurança tipo paraquedista é aquele que possui fixação peitoral, abdominal, dorsal e lateral, de tal forma que, no caso de queda, os esforços solicitantes relativos ao peso do trabalhador serão distribuídos por vários pontos do seu corpo. Isto significa que

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

haverá uma distribuição da força de impacto, bem como minimização dos efeitos da suspensão inerte, até a chegada do salvamento. O cinto de segurança abdominal, por si só, não é indicado para proteção contra queda de altura, devendo ser utilizado apenas como limitador de movimento.

Entretanto, a obrigação do empregador não se encerra com o fornecimento do EPI, ele deve exigir que o empregado o utilize. Muitas vezes, na prática, a utilização do EPI por iniciativa do empregado não ocorre. Por esse motivo é importante não somente a supervisão por parte do empregador, mas também a realização de campanhas de conscientização e treinamentos contínuos. Quando estudamos a NR1, vimos que a recusa ***injustificada*** *em usar o EPI constitui* ***ato faltoso*** *do empregado, o que pode ensejar até mesmo demissão por justa causa.*

Ao adquirir o EPI, o empregador também deve se certificar de que esse tenha sido aprovado pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, ou seja, o EPI adquirido deve possuir Certificado de Aprovação, emitido pelo MTE.

Para que um EPI seja aprovado pelo órgão nacional, e consequentemente comercializado como tal, é necessário que ele seja submetido a rigorosos testes ou ensaios técnicos, específicos para os riscos contra os quais ele se proponha a proteger. Uma vez atendidos tais requisitos, o órgão nacional emitirá um documento chamado ***Certificado de Aprovação*** *(CA), indicando que o EPI atende aos requisitos técnicos aplicáveis oferece proteção eficaz. Ao adquirir um EPI, o empregador deve exigir do fornecedor a apresentação do CA a fim de atestar sua conformidade e aprovação pelo órgão nacional. Somente poderão ser comercializados no Brasil os EPI que possuam CA. Veremos detalhes sobre esse documento mais adiante neste capítulo.*

O empregador também deve orientar e treinar o trabalhador sobre o uso adequado, guarda e conservação do EPI. Vejam a figura a seguir:

O treinamento sobre o uso, guarda e conservação do EPI é um treinamento técnico, e por esse motivo deverá ser ministrado por pessoal qualificado na área de segurança e medicina do trabalho, podendo, portanto, ser realizado pelos profissionais do

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

SESMT. Entretanto, tal atribuição não pode ser consignada aos membros da CIPA, uma vez que estes, na maioria dos casos, não possuem qualificação em segurança e medicina do trabalho (o treinamento recebido pelos membros da CIPA não confere a eles a qualificação ou capacitação necessária para ministrar treinamentos). O item 5.16 da NR5 dispõe sobre as atribuições dos membros da CIPA e nesse item não consta nenhuma atribuição consignada a essa comissão, relativa a ministrar treinamentos.

Caso o EPI seja danificado, perderá suas propriedades intrínsecas de proteção e deverá ser substituído imediatamente. Para que essa substituição ocorra em conformidade com a norma, ou seja, imediatamente quando danificado ou extraviado, é importante que a empresa tenha EPI em estoque à disposição do empregado a qualquer hora da jornada de trabalho, inclusive no horário noturno.

*A responsabilidade pela **manutenção e higienização** dos EPI é do empregador, a partir das orientações dadas pelo fabricante nacional ou importador. O item 6.8.1 "k" determina que o fabricante nacional ou importador deverá "fornecer as informações referentes aos processos de limpeza e higienização de seus EPI...".*

Sempre que a empresa observar qualquer irregularidade em um EPI por ela adquirido, por exemplo fissuras em capacete para proteção contra impactos de objetos sobre o crânio, o empregador deve imediatamente comunicar esse fato ao MTE, para que sejam tomadas as devidas providências, por exemplo recolhimento de amostras do EPI e realização de novos testes. Como veremos adiante, os testes são realizados por laboratórios certificados, e não pelo MTE.

*Finalmente, o empregador deve **registrar** o **fornecimento dos EPI** aos trabalhadores, podendo adotar para tal procedimento livros, fichas ou **meios eletrônicos**. A norma não fornece maiores detalhes sobre esse registro, porém, para fins de auditoria, nele deverão ser consignados pelo menos o nome do empregado, o tipo do EPI, a data da entrega e o número do CA (Certificado de Aprovação). A NR6 não contém nenhum modelo de formulário para o registro do fornecimento dos EPI. A norma apenas exige que esse controle seja feito pela empresa.*

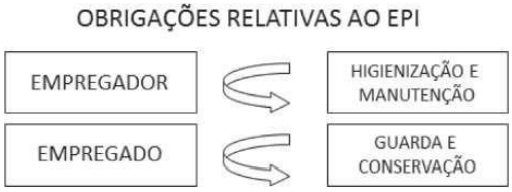
OBRIGAÇÕES DOS EMPREGADOS:

O empregado é obrigado a usar o EPI somente para os fins a que se destina, e para que possa utilizar corretamente o EPI deverá ter recebido treinamento disponibilizado pelo empregador.

*Cada empregado deve ser responsável por **guardar** e **conservar** o EPI que utilizar. As informações sobre os*

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

procedimentos de guarda e conservação dos EPI devem fazer parte do conteúdo programático do treinamento. Atenção para a figura a seguir:



O empregado também tem a obrigação de comunicar ao empregador qualquer alteração que torne o seu EPI impróprio para uso, por exemplo, por motivos de desgaste ou eventuais danos. Sobre esse assunto, vejam questão do CESPE/2014 cujo gabarito é CERTO:

> ***O empregado deverá comunicar o dano ou a alteração de seu equipamento de proteção individual ao empregador, a quem caberá a substituição doequipamento.***

Não podemos confundir essa obrigação do empregado, prevista no item 6.7.1 "c", com aquela apresentada anteriormente, prevista no item 6.6.1 "g". Vejam a figura a seguir, que mostra as "obrigações de comunicar" e os respectivos responsáveis:

A diferença entre as duas primeiras situações (Item 6.7.1.c, e item 6.6.1.g) apontadas na figura anterior é a seguinte:

> *– Na primeira situação (Comunicar qualquer alteração que torne o EPI impróprio para uso), o EPI adquirido não apresentava nenhuma irregularidade no momento da aquisição, porém, após sua utilização, sofreu alterações que o tornaram impróprio para o uso. Nesse caso, o empregado deve comunicar tal fato ao empregador, devolver o EPI danificado/alterado e receber novo EPI.*
>
> *– Na segunda situação (Comunicar qualquer irregularidade observada no EPI), o empregador adquiriu o EPI, mas, antes que fosse utilizado, foi observado que ele*

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

> *apresentava irregularidades que o impediam de ser usado com segurança. Tal fato deve ser comunicado pelo empregador ao MTE.*
>
> *Os empregados também devem cumprir as determinações do empregador sobre o uso adequado do EPI. Essas determinações devem ser inseridas no conteúdo programático do treinamento e também constar da Ordem de Serviço. Por exemplo, as botas impermeáveis (calçado de segurança) devem ser calçadas com meias de algodão de cano longo, de forma a evitar atrito com os pés, tornozelos e canelas."*

Destaco que o **EPI** é um equipamento de **proteção individual**, ou seja, **de uso individual**, destinado a proteger a saúde e a integridade física do trabalhador. Deve ser fornecido gratuitamente ao empregado, de acordo com o risco a que está submetido e, em perfeito estado de conservação e funcionamento. Cada funcionário deverá ter o seu **próprio** EPI, **não sendo possível seu compartilhamento.**

Cada EPI tem seu CA – Certificado de Aprovação. O C.A. é a garantia dada pelo Ministério do Trabalho para que o **EPI seja considerado de qualidade, apto para uso e sua funcionalidade.** Segundo a regulamentação do Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da NR6, todo e qualquer EPI, seja ele de fabricação nacional ou importado, só pode ser disponibilizado para venda, ou até mesmo usado dentro das empresas, se tiver a indicação do Certificado de Aprovação. **Sem o C.A, o EPI se torna inválido.**

Entretanto, não basta que o EPI possua Certificado de Aprovação. Esse deve estar dentro do seu prazo de validade, o qual corresponde ao período de tempo a partir do qual o EPI deve ser novamente submetido aos ensaios técnicos para avaliar a manutenção de sua conformidade aos requisitos aplicáveis.

11. QUESITOS DA RECLAMANTE

A Reclamante não apresentou quesitos.

12. QUESITOS DA RECLAMADA

A Reclamada não apresentou quesitos.

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

13. CONCLUSÃO

No caso em estudo, como se percebe, a Reclamante trabalhava na função de **conservação e limpeza** no Hospital Santa Casa de Misericórdia do Recife. Informou que atuou em diferentes jornadas e escalas, incluindo:

- Regime **diarista**, no horário de **07h às 16h**;
- Regime **plantonista**, em escala **12x36**, no horário de **07h às 19h**;
- Regime **noturno**, no horário de **19h às 07h**.

Relatou que laborou em **todos os setores do hospital**, desempenhando as seguintes atividades:

- **Limpeza dos leitos**, incluindo o entorno e superfícies de apoio;
- **Recolhimento de lixo das enfermarias**, com transporte até o **Depósito de Material de Limpeza (DML)**;
- **Limpeza dos corredores**, de forma eventual e não habitual;
- Informou que **não realizava a coleta externa do lixo até o expurgo**, atividade esta atribuída a outro grupo de trabalhadores ("coletores").

Esclareceu que, ao realizar o recolhimento dos resíduos provenientes das enfermarias, **depositava o material diretamente no DML**, sem necessidade de deslocamento prolongado ou saída do setor. Indicou ainda que, **quando atribuídas duas enfermarias ao mesmo trabalhador**, é prática usual que **um único DML sirva a ambas**, estando este **localizado entre as duas unidades ou imediatamente ao lado das mesmas**, o que **dispensa o transporte de resíduos para áreas externas ou distantes** do posto de trabalho.

Afirmou que, na rotina de trabalho, **ficava responsável, em geral, por duas enfermarias adjacentes**, que eram fisicamente próximas.

Durante os plantões noturnos, declarou que **chegou a encaminhar corpos ao necrotério**, mas ressaltou que essa **não era sua atribuição habitual**, sendo a atividade normalmente executada por outros profissionais designados para tal função.

Quanto à **limpeza de banheiros**, a Reclamante declarou que, **ao ingressar na empresa, realizava tal atividade**, mas que posteriormente houve a **institucionalização de separação de função**, atribuindo essa tarefa a profissionais específicos. Declarou ainda que, **nos meses em que eventualmente voltava a exercer a limpeza de banheiros**, como em substituição a férias de outros profissionais, **recebia o adicional de insalubridade em grau máximo (40%)**, fato confirmado pela documentação fornecida pela Reclamada e apresentada à perita.

Segundo a **assistente técnica da Reclamada**, Sra. Kátia Lima, essa separação funcional já era implementada **antes de 2020**, e a Reclamante **não realizava a limpeza de banheiros de forma contínua ou diária** desde então. Reforçou que apenas trabalhadores designados para tal atividade recebiam o adicional de insalubridade em grau máximo de forma permanente.

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

Diante da **data de ajuizamento da ação (16/04/2025)**, o período prescricional trabalhista considerado é de **cinco anos**, ou seja, de **16/04/2020 a 16/04/2025**. Quando questionada sobre o desempenho de atividades de limpeza de banheiro durante esse período, a Reclamante confirmou que, **de 2020 a 2023 (último dia de trabalho em 05/12/2023)**, **já havia a separação funcional**, e, **nos meses em que substituía outro funcionário nessa função, recebia o adicional de 40%** no contracheque.

Em relação à pandemia de COVID-19, a Reclamante informou que **trabalhou durante o ano de 2020 na UTI do hospital**, mais especificamente na **Enfermaria Santo Antônio**, setor que foi designado como **UTI COVID**. Confirmou que **atuou na referida unidade exclusivamente durante os meses de maio, junho e julho de 2020**, período em que o hospital recebeu pacientes com diagnóstico confirmado de COVID-19. Essa informação foi **corroborada pela assistente técnica da Reclamada**, que esclareceu que **a presença de pacientes em isolamento por COVID-19 limitou-se a esses três meses**, não havendo continuidade dessa condição após esse período.

Importante destacar que, conforme informado pela assistente técnica, o **Hospital Santa Casa de Misericórdia do Recife atua permanentemente como unidade de retaguarda do Hospital Getúlio Vargas**, recebendo **pacientes previamente regulados para internação clínica e realização de cirurgias eletivas**, sobretudo com **ênfase na especialidade ortopédica**, dada a vocação do hospital de origem. Ressalte-se que a Santa Casa **não é um hospital de portas abertas**, ou seja, **não realiza atendimentos diretos ao público**, sendo o ingresso de pacientes realizado **exclusivamente por meio da Central de Regulação Hospitalar** – mecanismo oficial que organiza o fluxo de pacientes entre unidades do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme critérios técnicos, clínicos e logísticos definidos pelas autoridades de saúde.

Por fim, a própria Reclamante **confirmou que sua atuação no setor com pacientes em isolamento por COVID-19 restringiu-se exclusivamente aos meses de maio, junho e julho de 2020**, **não havendo divergência entre as partes sobre esse ponto**.

Quantos aos agentes biológicos, considera-se tempo de trabalho permanente aquele que é exercido de forma **não ocasional nem intermitente**, no qual a exposição do empregado, do trabalhador avulso ou do cooperado ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço. Essa é a conclusão que se extrai da leitura do §1°, do art. 64, do Decreto n° 8.123, de 2013.

O Anexo 14 da NR 15, Portaria 3.214/78, dispõe que o adicional de insalubridade em grau máximo é devido somente aos trabalhadores em **contato permanente com pacientes em isolamento por doenças infectocontagiosas**, bem como objeto de uso, não previamente esterilizados.

Assim, considera-se como contato permanente a **obrigatoriedade diária de realizar funções de risco com exposição aos agentes insalubres**, cuja execução das tarefas nessas condições possa ser inquestionavelmente caracterizada nas atividades cotidianas e no conjunto de atividades do profissional.

Importante, também, ressaltar a necessidade da diferenciação entre pacientes com Bactérias Multirresistentes (MR) e pacientes com doenças infectocontagiosas.

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

O fato de haver pacientes com Bactérias Multirresistentes (MR) em nada se confunde com doenças infectocontagiosas. Os pacientes com bactérias multirresistentes, a depender do caso, ficam em **precaução** de isolamento pelo próprio paciente, pois estes pacientes se encontram com o sistema imunológico mais fragilizado. **Ou seja, não existe infecção, a bactéria multirresistente indica que está colonizado e não infectado.**

A multirresistência das bactérias acontece principalmente devido ao uso incorreto ou frequente de antibióticos, favorecendo o surgimento de mutações e mecanismos de resistência e adaptação dessas bactérias contra os antibióticos, tornando o tratamento difícil. As principais superbactérias são: **Staphylococcus aureus,** *Klebsiella pneumoniae (KPC), Acinetobacter baumannii, Pseudomonas aeruginosa, Enterococcus faecium,* **Proteus sp,** *Neisseria gonorrhoeae etc.*

A **precaução** é a aplicação de técnicas **em qualquer paciente hospitalizado**, **independente do isolamento físico ou como complemento deste**, visando especificamente bloquear a transmissão de microrganismos. O **isolamento** é a técnica utilizada para prevenir a transmissão de microrganismos a partir de **pacientes infectados ou colonizados** para outros pacientes, profissionais de saúde e visitantes. Os tipos de isolamento são baseados no conhecimento da forma de transmissão do microrganismo. **Ou seja, o fato de haver pacientes em isolamento, o mesmo não quer dizer que o paciente possui doenças infectocontagiosas.**

Com base na entrevista técnica realizada com a Reclamante, restou evidenciado que a mesma laborou na função de **conservação e limpeza** no Hospital Santa Casa de Misericórdia do Recife, em diversos setores e escalas, incluindo plantões diurnos, noturnos e em regime 12x36. De acordo com o relato prestado, a Reclamante afirmou que, durante o período contratual, **atuou por três meses (maio, junho e julho de 2020) em enfermaria destinada ao isolamento de pacientes com COVID-19**, especificamente na **UTI Santo Antônio**, ocasião em que houve efetiva exposição a **pacientes portadores de doenças infectocontagiosas em isolamento**.

Conforme os critérios estabelecidos no **Anexo 14 da NR-15 da Portaria nº 3.214/78**, e reforçado pela doutrina especializada (Saliba, 2019), a caracterização da insalubridade em **grau máximo (40%)** exige o **contato permanente com pacientes portadores de doenças infectocontagiosas, mantidos em isolamento**. Assim, à luz da norma vigente e com base nas informações prestadas, conclui-se que a Reclamante **faz jus ao adicional de insalubridade em grau máximo apenas nos meses de maio, junho e julho de 2020**, período em que efetivamente exerceu atividades em setor isolado para pacientes com diagnóstico confirmado de COVID-19.

Nos demais períodos, **não há elementos técnicos que sustentem o enquadramento da atividade da Reclamante como insalubre em grau máximo por agentes biológicos**, uma vez que o hospital **não é classificado como unidade de referência para doenças infectocontagiosas**, mas sim como **unidade de retaguarda do Hospital Getúlio Vargas**, recebendo pacientes regulados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), inclusive para realização de cirurgias eletivas, com perfil predominantemente clínico e ortopédico. Ressalte-se que o Hospital Santa Casa de Misericórdia do Recife **não é hospital de portas abertas**, ou seja, os atendimentos são realizados **exclusivamente mediante regulação hospitalar**, conforme diretrizes da rede pública de saúde.

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

Ainda no tocante às atividades desempenhadas pela Reclamante, observou-se que **não havia contato habitual com lixo urbano ou esgoto sanitário**, sendo suas tarefas concentradas na limpeza de enfermarias internas e recolhimento de resíduos hospitalares comuns, depositados diretamente em DMLs localizados ao lado das enfermarias. Com relação à **limpeza de sanitários**, a Reclamante declarou que, no início do contrato, realizava tal atividade, e que, **nos períodos em que eventualmente substituía colegas, recebia adicional de insalubridade em grau máximo (40%)**, o que foi confirmado pela documentação fornecida pela Reclamada.

Contudo, é necessário esclarecer que, à luz da **NR-15, Anexo 14**, a **limpeza de banheiros, não caracteriza insalubridade em grau máximo**, por não se enquadrar como atividade em contato com esgoto ou lixo urbano. Ainda que o pagamento do adicional tenha ocorrido em caráter administrativo pela Reclamada, tal pagamento **não configura, por si só, reconhecimento técnico da insalubridade**, devendo prevalecer o critério normativo estabelecido pela regulamentação vigente. Portanto, a menção à execução dessa atividade de forma pontual, ou a ocorrência de pagamento em folha, **não alteram a conclusão técnica quanto à ausência de enquadramento legal da insalubridade nos demais períodos**.

Dessa forma, **a única hipótese em que se reconhece a insalubridade em grau máximo por agentes biológicos corresponde ao período em que a Reclamante atuou em unidade de isolamento destinada a pacientes com COVID-19**, conforme relatado na entrevista técnica, nos meses de **maio, junho e julho de 2020**, **não se estendendo aos demais períodos ou atividades** desenvolvidas durante o vínculo empregatício.

Quanto à exposição a **agentes químicos**, a Reclamante declarou que utilizava o produto **CDC-10**, classificado como **desinfetante**, durante a limpeza de leitos hospitalares. Conforme verificado por meio da **Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ)** do referido produto, **não há enquadramento nos Anexos 11 ou 13 da NR-15 da Portaria nº 3.214/78**.

Apurou-se, ainda, que o **CDC-10 era entregue à Reclamante já diluído**, por meio de sistema de diluição controlado pela Reclamada. A Reclamante **não manipulava o produto em sua forma concentrada**, tampouco realizava o preparo da solução. Dessa forma, **não havia exposição ao produto bruto em sua composição plena**, conforme exigido para fins de enquadramento no **Anexo 13 da NR-15**, que trata especificamente do **manuseio de álcalis cáusticos**.

Assim, com base nos elementos técnicos analisados, **não se verifica condição de insalubridade relacionada ao agente químico utilizado nas atividades descritas**, razão pela qual **a atividade é considerada SALUBRE no tocante ao agente químico**, **salvo melhor juízo**.

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

14. ANEXOS

Foto 1 – Enfermaria Sant'anna.

Foto 2 – Leitos.

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

Foto 3 – Leitos.

Foto 4 – BWC.

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

Foto 5 – Carrinho de limpeza.

Foto 6 – Enfermaria Santo Antônio – isolamento na época do Covid-19.

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d

Foto 7 – Enfermaria Santo Antônio – isolamento na época do Covid-19.

Foto 8 – Corredor dos leitos – enfermaria nova.

Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 23/07/2025, às 18:22:05 - afe208d
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25072318215778000000089615663?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25072318215778000000089615663

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE
ATOrd 0000442-27.2025.5.06.0024
RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
RECLAMADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

DESPACHO

Reporto-me à petição #id:afe208d, pelo(a) perito(a), com apresentação de laudo pericial.

Ficam intimadas as partes para ciência e manifestação, no prazo de 05 dias.

RECIFE/PE, 24 de julho de 2025.

NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO
Juíza do Trabalho Titular

Documento assinado eletronicamente por NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO, em 24/07/2025, às 09:02:39 - 6455dee
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25072318264459100000089615823?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25072318264459100000089615823

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE
ATOrd 0000442-27.2025.5.06.0024
RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
RECLAMADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 6455dee proferido nos autos.

DESPACHO

Reporto-me à petição #id:afe208d, pelo(a) perito(a), com apresentação de laudo pericial.

Ficam intimadas as partes para ciência e manifestação, no prazo de 05 dias.

RECIFE/PE, 24 de julho de 2025.

NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO
Juíza do Trabalho Titular

Processo Judicial Eletrônico
Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - 1º Grau

Certidão de Disponibilização e Publicação - DJEN

Número do Processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Órgão Julgador: 24ª Vara do Trabalho do Recife
Documento Publicado: Intimação(Intimação) - a3e1d08
Data de Disponibilização: 24/07/2025
Data de Publicação: 25/07/2025

Documento assinado eletronicamente por PROCEDIMENTO AUTOMATIZADO - PJE, em 25/07/2025, às 00:14:57 - fb42615
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25072500145741400000089669893?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25072500145741400000089669893

Processo Judicial Eletrônico

Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - 1º Grau

Certidão de Disponibilização e Publicação - DJEN

Número do Processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Órgão Julgador: 24ª Vara do Trabalho do Recife
Documento Publicado: Intimação(Intimação) - 422a884
Data de Disponibilização: 25/07/2025
Data de Publicação: 28/07/2025

Documento assinado eletronicamente por PROCEDIMENTO AUTOMATIZADO - PJE, em 28/07/2025, às 00:33:01 - 8b22e78
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25072800330180600000089722506?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25072800330180600000089722506

Processo Judicial Eletrônico
Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - 1º Grau

Certidão de Disponibilização e Publicação - DJEN

Número do Processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Órgão Julgador: 24ª Vara do Trabalho do Recife
Documento Publicado: Intimação(Intimação) - 422a884
Data de Disponibilização: 25/07/2025
Data de Publicação: 28/07/2025

Documento assinado eletronicamente por PROCEDIMENTO AUTOMATIZADO - PJE, em 28/07/2025, às 00:33:02 - 1d5d042
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25072800330230800000089722507?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25072800330230800000089722507

PYRRHO ADVOGADOS

EXCELENTISSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DA 24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE/PE.

PROCESSO DE Nº: 0000442-27.2025.5.06.0024

MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, por seu advogado in fine assinado, vem respeitosamente perante V. Exc.ª, apresentar **MANIFESTAÇÃO AO LAUDO TECNICO DE Id afe208d COM PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS:**

A Reclamante, manifesta-se parcialmente de acordo com o laudo pericial apresentado sob ID. afe208d, no tocante ao seguinte trecho:

> ***"Conforme os critérios estabelecidos no Anexo 14 da NR-15 da Portaria nº 3.214/78, e reforçado pela doutrina especializada (Saliba, 2019), a caracterização da insalubridade em grau máximo (40%) exige o contato permanente com pacientes portadores de doenças infectocontagiosas, mantidos em isolamento. Assim, à luz da norma vigente e com base nas informações prestadas, conclui-se que a Reclamante faz jus ao adicional de insalubridade em grau máximo apenas nos meses de maio, junho e julho de 2020, período em que efetivamente exerceu atividades em setor isolado para pacientes com diagnóstico confirmado de COVID-19."***

Tal conclusão está de acordo com a realidade vivenciada pela Reclamante, que atuou durante o pico da pandemia na ala Enfermaria Santo Antônio – ambiente isolado e exclusivo para pacientes contaminados por COVID-19, conforme comprovado nos autos.

Entretanto, impugna-se, com veemência, as demais conclusões do laudo pericial, que deixaram de reconhecer a insalubridade em grau máximo ou sequer reconheceram a insalubridade em parte dos períodos laborados, pelas seguintes razões:

A expert limitou a caracterização da insalubridade em grau máximo somente ao período pandêmico em setor isolado, ignorando que a Reclamante, durante quase todo o contrato de trabalho, executou tarefas diretamente em ambientes hospitalares com circulação constante de pacientes

PJe Documento assinado eletronicamente por RAFAEL PYRRHO CORREIA DE MELO, em 29/07/2025, às 21:08:13 - fae5c4a

contaminados por doenças infectocontagiosas, incluindo UTIs, salas vermelhas, ambulatórios e demais setores de alto risco, com manuseio de resíduos hospitalares, materiais contaminados, banheiros, camas hospitalares, secreções e fluidos humanos – o que configura contato habitual com agentes biológicos, nos termos do Anexo 14 da NR-15, sem necessidade de isolamento formal.

A Reclamante sofreu dois acidentes típicos de trabalho por perfuração com materiais cortantes descartados de forma irregular no lixo comum, conforme narrado na inicial e amparado por documentação médica. Nessas ocasiões, foi submetida a exames de detecção de HIV e hepatites, e ao uso de antirretrovirais. Ainda assim, a perícia não considerou tais eventos como prova do risco biológico efetivo e presente nas funções exercidas.

Não houve qualquer menção ou análise técnica sobre os produtos químicos agressivos utilizados na higienização hospitalar (ex. formol, hipoclorito, amônia, desinfetantes), ignorando completamente o disposto no Anexo 13 da NR-15. A Reclamante fazia uso diário desses produtos, inclusive em ambientes fechados e sem ventilação adequada, sem o fornecimento regular de EPIs eficazes.

A própria perícia reconhece a exposição em grau máximo por três meses, mas contraditoriamente não reconhece a continuidade da insalubridade nos demais períodos, apesar de a natureza das atividades não ter se alterado substancialmente. A função da Reclamante (auxiliar de limpeza hospitalar) é por si só exposta a risco permanente, tanto biológico quanto químico, e independe da designação formal de setor como "isolado".

A perícia tampouco analisou ou sequer mencionou documentos obrigatórios como:

- PPRA, PCMSO e LTCAT – essenciais para a verificação dos riscos ambientais.
- Ficha de EPI – que comprovaria a ausência ou ineficácia do fornecimento dos equipamentos.
- Documentos médicos e CATs – que comprovam o nexo causal com as doenças e acidentes sofridos.

Tal omissão compromete a confiabilidade do laudo e impõe a necessidade de nova análise técnica mais completa.

Diante das omissões e inconsistências, requer-se a apresentação dos seguintes quesitos complementares à expert:

PJe Documento assinado eletronicamente por RAFAEL PYRRHO CORREIA DE MELO, em 29/07/2025, às 21:08:13 - fae5c4a

PYRRHO
ADVOGADOS

1. Considerando que a Reclamante exercia suas funções em ambientes hospitalares diversos (UTI, emergência, salas vermelhas, ambulatórios), é possível afirmar que havia exposição habitual e contínua a agentes biológicos, mesmo fora do setor COVID?
2. A utilização de produtos como formol, hipoclorito de sódio, amônia e outros desinfetantes pode ser caracterizada como exposição habitual a agentes químicos insalubres nos termos do Anexo 13 da NR-15? Em caso positivo, qual o grau de insalubridade correspondente?
3. O manuseio de resíduos hospitalares e materiais contaminados (inclusive descartados em lixo comum) é suficiente para caracterizar atividade insalubre em grau máximo, ainda que a atividade ocorra fora de alas formalmente isoladas?
4. A ausência de EPIs eficazes e treinamento adequado pode descaracterizar a neutralização do agente insalubre, nos termos da NR-6? Há registro de comprovação documental da entrega e uso eficaz desses EPIs?

Nesses termos em que, pede deferimento.
Recife, 29 de julho de 2025.

RAFAEL PYRRHO CORREIA DE MELO
OAB/PE 35.791

LUANA CAVALCANTI RAMOS
OAB/PE 60.317

Rua Frei Matias Tevis, nº 280 - Salas 615 e 617 | Ilha do Leite | CEP: 50.070-465 | Recife-PE
rafaelpyrrho@gmail.com | (81) 9 8809-8192

PJe
Documento assinado eletronicamente por RAFAEL PYRRHO CORREIA DE MELO, em 29/07/2025, às 21:08:13 - fae5c4a
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25072915104656200000089797595?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25072915104656200000089797595

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DA 24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE/PE.

PROCESSO Nº: 0000442-27.2025.5.06.0024

MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, por meio de seu advogado que abaixo subscreve, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, **colacionar documentos, nos termos do artigo 845 da CLT.**

Nesses termos, pede deferimento.
Recife, 04 de agosto de 2025.

RAFAEL PYRRHO CORREIA DE MELO
OAB/PE nº 35.791

LUANA CAVALCANTI RAMOS
OAB/PE n° 60.317

Rua Frei Matias Tevis, nº 280 - Salas 615 e 617 | Ilha do Leite | CEP: 50.070-465 | Recife-PE
rafaelpyrrho@gmail.com | (81) 9 8809-8192

Documento assinado eletronicamente por RAFAEL PYRRHO CORREIA DE MELO, em 04/08/2025, às 21:51:26 - 8e06e6e
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25080410400115800000089981437?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25080410400115800000089981437

SANTA CASA
DE MISERICÓRDIA DO RECIFE
Santa Casa de Misericórdia do Recife
Av. Cruz Cabugá, 1563 - Santo Amaro - Recife - PE
Fone: PABX 3412-3800 | Email: sta.casa@santacasarecife.org.br
Site: www.santacasarecife.org.br

DADOS DO PACIENTE

REGISTRO: 300999
SEXO: Feminino
PRONTUÁRIO: 965928
NOME DO PACIENTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS *
NOME DA MÃE: JOSEFA MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS
NOME DO PAI:
RG OU CPF: 800.381.314-04
DATA DE NASCIMENTO: 21/03/77 IDADE: 48 CONVÊNIO: SIM
CARTÃO SUS: 700203962871430
UNIDADE DE INTERNAÇÃO:
ENFERMARIA/QUARTO/LEITO:

RELATÓRIO MÉDICO

A sra. Maria Rita de Cassia dos Santos iniciou psiquiátrico sob meus cuidados profissionais em 2022 no ambulatório da Santa Casa. Quadro psicopatológico caracterizado por crises ansiosas tipo pânico evoluindo com depressão como comorbidade. Apresenta agravamento psicopatológico com aumento da frequência e intensidade das crises ansiosas após situações descritas de assédio no ambiente de trabalho culminando com inesperada demissão. Quadro psicopatológico acarreta incapacidade laboral por um período de prazo indeterminado.

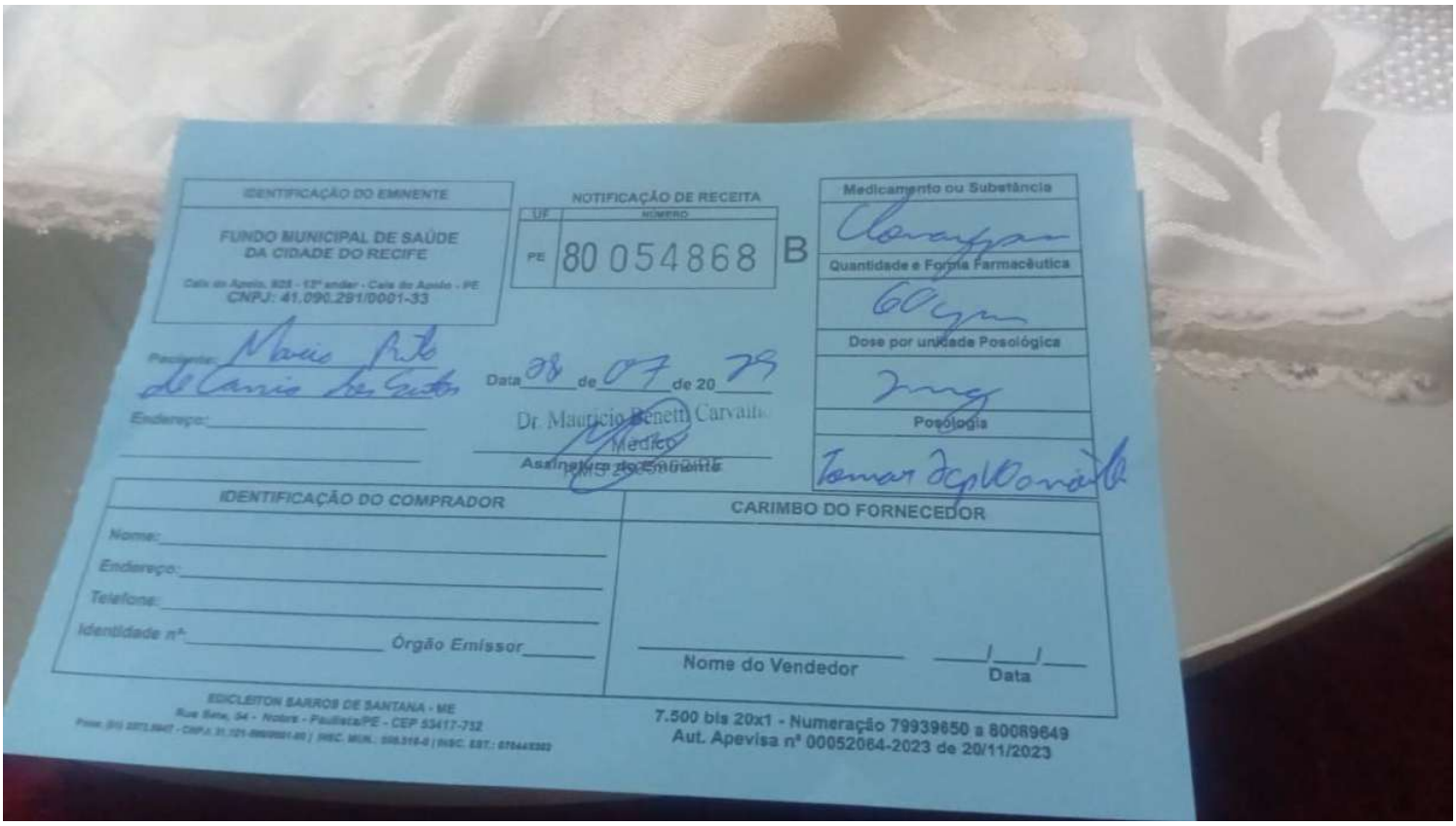
CID 10: F41+F32

ata: 24/04/2025

José Waldo Saraiva C. Filho
CRM / PE 9926
CPF: 449.270.294-68

Dr. JOSE WALDO SARAIVA CAMARA FILHO
CRM:9926

Documento assinado eletronicamente por RAFAEL PYRRHO CORREIA DE MELO, em 04/08/2025, às 21:51:26 - 2b76057
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25080410402847000000089981602?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25080410402847000000089981602



IDENTIFICAÇÃO DO EMINENTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA CIDADE DO RECIFE

Cais do Apoio, 925 - 13º andar - Cais do Apoio - PE

CNPJ: 41.090.291/0001-33

NOTIFICAÇÃO DE RECEITA

UF: PE — NÚMERO: 80 054868 B

Paciente: Maria Rita de Carvalho dos Santos

Endereço:

Data 08 de 07 de 20 23

Dr. Mauricio Benetti Carvalho
Medico
Assinatura do Emitente

Medicamento ou Substância: Clonazepam

Quantidade e Forma Farmacêutica: 60 cpr

Dose por unidade Posológica: 2 mg

Posologia: Tomar 2cp 12/12 horas

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR

Nome:

Endereço:

Telefone:

Identidade nº: Órgão Emissor

CARIMBO DO FORNECEDOR

Nome do Vendedor

Data

EDICLEITON BARROS DE SANTANA - ME
Rua Sete, 04 - Nobre - Paulista/PE - CEP 53417-732
Fone: (81) 3072-9947 - CNPJ: 31.121-[illegible] | INSC. MUN.: [illegible] | INSC. EST.: [illegible]

7.500 bls 20x1 - Numeração 79939650 a 80089649
Aut. Apevisa nº 00052064-2023 de 20/11/2023

Documento assinado eletronicamente por RAFAEL PYRRHO CORREIA DE MELO, em 04/08/2025, às 21:51:26 - 166b254
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25080410402862800000089981604?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25080410402862800000089981604

SAÚDE e-SUS
ATENÇÃO PRIMÁRIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE
ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE RECIFE
UNIDADE DE SAÚDE Un 232 Usf Ilha Sa

RECEITUÁRIO

2ª VIA - ORIENTAÇÃO AO P

ENTRE
DATA 28/0
USF ILHA SANTA
SECRETARIA
PREFEITURA DA C

EMITENTE

Mauricio Benetti Carvalho (RMS - PE 2605962)
Rua Artemis, 9 - Santo Amaro - Recife/PE

CIDADÃO

MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS - 700203962871430
Rua Joao Pessoa, 115 - Santo Amaro - Recife/PE

MEDICAMENTOS

1. Hidroclorotiazida 25 mg

1 comprimido, pela manhã | Oral
Durante 4 meses

2. Losartana Potássica 50 mg

1 comprimido, a cada 12 horas | Oral
Durante 4 meses

Dr. Mauricio Benetti Carvalho
Médico
RMS 2605962/PE

Mauricio Benetti Carvalho - RMS - PE 2605962
Médico da estratégia de saúde da família
Recife - PE, 28 de julho de 2025

Documento assinado eletronicamente por RAFAEL PYRRHO CORREIA DE MELO, em 04/08/2025, às 21:51:26 - cd0dc5c
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25080410402879200000089981606?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25080410402879200000089981606

SAÚDE e-SUS
ATENÇÃO BÁSICA

MINISTÉRIO DA SAÚDE
ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE RECIFE
US 232 USF ILHA SANTA TEREZINHA

ORIENTAÇÕES

CIDADÃO

MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
CPF: 80038131404 CNS: 700203962871430
48 anos e 2 meses no dia deste atendimento

ORIENTAÇÕES

LAUDO MÉDICO:
ATESTO, PARA FINS INSS, QIE A PACIENTE MARIA RITA DE CÁSSIA DOS SANTOS, 47 ANOS, PORTADORA DAS PATOLOGIAS (CID: F-32 , F-41, I-10, J459), EM TRATAMENTO PSIQUIATRA, EM USO DE CLONAZEPAM 2MG, SERTRALINA 100MG, TRAZODONA 50MG, EVOLUINDO C/ AGRAVAMENTO DO QUADRO PSICOPATOLÓGICO, C/ AUMENTO DAS CRISES ANSIOSAS, TIPO PÂNICO, ACARRETANDO INCAPACIDADE LABORAL, POR TEMPO INDETERMINADO. FAZ USO TBM DE HCTZ 25MG, LOSARTANA 50MG, ANLODIPINO 5MG, SERETIDE SPRAY.

Dr. Izidro A. B. Filho
Médico
CRM: 9687

Izidro de Alencar Bezerra Filho - CRM - PE 9687
MÉDICO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA
Recife - PE, 03 de junho de 2025

Documento assinado eletronicamente por RAFAEL PYRRHO CORREIA DE MELO, em 04/08/2025, às 21:51:26 - dda8a00
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25080410402895200000089981608?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25080410402895200000089981608

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE
ATOrd 0000442-27.2025.5.06.0024
RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
RECLAMADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

DESPACHO

Reporto-me à petição #id:8e06e6e do reclamante com juntada de novas provas.

Em atenção ao princípio do contraditório, defiro prazo de 5 dias para manifestação da parte adversa.

O recebimento das provas ora acostadas pela autora será analisado em ulterior deliberação do Juízo.

RECIFE/PE, 05 de agosto de 2025.

NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO
Juíza do Trabalho Titular

Documento assinado eletronicamente por NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO, em 05/08/2025, às 09:58:37 - 14657b1
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25080508202907700000090026274?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25080508202907700000090026274

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE
ATOrd 0000442-27.2025.5.06.0024
RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
RECLAMADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 14657b1 proferido nos autos.

DESPACHO

Reporto-me à petição #id:8e06e6e do reclamante com juntada de novas provas.

Em atenção ao princípio do contraditório, defiro prazo de 5 dias para manifestação da parte adversa.

O recebimento das provas ora acostadas pela autora será analisado em ulterior deliberação do Juízo.

RECIFE/PE, 05 de agosto de 2025.

NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO
Juíza do Trabalho Titular

Documento assinado eletronicamente por NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO, em 05/08/2025, às 09:59:37 - 86e88f9
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25080509583764100000090031342?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25080509583764100000090031342

Processo Judicial Eletrônico

Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - 1º Grau

Certidão de Disponibilização e Publicação - DJEN

Número do Processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Órgão Julgador: 24ª Vara do Trabalho do Recife
Documento Publicado: Intimação(Intimação) - 86e88f9
Data de Disponibilização: 06/08/2025
Data de Publicação: 07/08/2025

Documento assinado eletronicamente por PROCEDIMENTO AUTOMATIZADO - PJE, em 07/08/2025, às 00:55:02 - a8afaf3
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25080700550243200000090123925?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25080700550243200000090123925

Processo Judicial Eletrônico

Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - 1º Grau

Certidão de Disponibilização e Publicação - DJEN

Número do Processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Órgão Julgador: 24ª Vara do Trabalho do Recife
Documento Publicado: Intimação(Intimação) - 86e88f9
Data de Disponibilização: 06/08/2025
Data de Publicação: 07/08/2025

Documento assinado eletronicamente por PROCEDIMENTO AUTOMATIZADO - PJE, em 07/08/2025, às 00:55:02 - 8fee317
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25080700550292400000090123926?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25080700550292400000090123926

da FONTE, advogados

EXCELENTISSMO SENHOR DOUTOR JUIZ TITULAR DA 24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE, PERNAMBUCO

Processo nº 0000442-27.2025.5.06.0024
Reclamante: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
Reclamado: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE, já devidamente qualificada nos autos, por seu advogado infra-assinado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar **IMPUGNAÇÃO** aos documentos médicos recentemente juntados pela parte reclamante, pelos motivos a seguir expostos

I – DA IRRELEVÂNCIA PROBATÓRIA DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

Os laudos e atestados médicos anexados pela reclamante não guardam pertinência temporal com o vínculo empregatício mantido entre as partes, razão pela qual não corroboram a tese autoral.

Conforme consta nos autos, a rescisão contratual ocorreu em 12/2023. Todavia, todos os documentos médicos ora apresentados são datados de junh/julho de 2025, ou seja, quase dois anos após a ruptura do contrato de trabalho.

II – DA AUSÊNCIA DE NEXO TEMPORAL E CAUSAL

É imprescindível que eventual prova médica destinada a comprovar doença ocupacional ou incapacidade guarde nexo temporal com a prestação dos serviços, sob pena de total ineficácia probatória.

No caso concreto, não há qualquer elemento que demonstre que os laudos médicos de 2025 possuam relação direta com as atividades desempenhadas até 12/2023. Pelo contrário, o significativo lapso temporal evidencia que a condição retratada nos documentos pode ter origem em fatos alheios ao vínculo empregatício, rompendo-se assim qualquer alegado nexo causal.

A jurisprudência do TST é pacífica no sentido de que a prova deve ser contemporânea aos fatos alegados, sob pena de não servir para embasar pretensão indenizatória ou reconhecimento de estabilidade.

Diante do exposto, pugna a Recçamada pela desconsideração dos documentos médicos juntados pela reclamante, por ausência de pertinência temporal e por não comprovarem a alegada relação entre as atividades laborais e eventual enfermidade;

Recife . São Paulo . Brasília | Av. Antônio de Góes, 60, Edf. JCPM Trade Center, 1º andar, 51.010-000, Pina, Recife/PE, Brasil | Tel.: +55 81 2126.0092 | www.dafonteadv.com.br

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 15/08/2025, às 20:31:12 - cbf1249

da FONTE, advogados

Pede deferimento.
Recife/PE, 15 de agosto de 2025.

CAMILLA SANTANA
OAB/PE 44.833

ISIS PIRES
OAB/PE 64.061

HENRIQUE CAMINHA LOUREIRO BORGES
OAB/PE 22.662

JULIANA ERBS
OAB/PE 32.783

Recife . São Paulo . Brasília | Av. Antônio de Góes, 60, Edf. JCPM Trade Center, 1º andar, 51.010-000, Pina, Recife/PE, Brasil | Tel.: +55 81 2126.0092 | www.dafonteadv.com.br

Documento assinado eletronicamente por JULIANA ERBS, em 15/08/2025, às 20:31:12 - cbf1249
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25081520310689100000090451306?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25081520310689100000090451306

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE
ATOrd 0000442-27.2025.5.06.0024
RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
RECLAMADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

DESPACHO

Nos autos, petição de #id:cbf1249 pela parte ré. Fica o registro.

Aguarde-se audiência.

RECIFE/PE, 19 de agosto de 2025.

NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO
Juíza do Trabalho Titular

Documento assinado eletronicamente por NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO, em 19/08/2025, às 09:29:26 - f86ff87
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6A REGIAO:02566224000190
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25081817382647400000090505262?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25081817382647400000090505262

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE
ATOrd 0000442-27.2025.5.06.0024
RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
RECLAMADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

DESPACHO

Reporto-me à petição #id:fae5c4a, verificando que a reclamante apresentou impugnação e pedido de esclarecimentos quanto ao laudo da perícia técnica. A reclamada não se manifestou.

Fica intimada a perita, para esclarecimentos em 10 dias.

Aguarde-se a apresentação dos laudos médicos, cujas perícias foram realizadas em 05/08 (dr. Breno Domingos) e 22/08 (dr. Luiz Eduardo Barbosa)

RECIFE/PE, 01 de setembro de 2025.

NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO
Juíza do Trabalho Titular

Documento assinado eletronicamente por NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO, em 01/09/2025, às 10:52:51 - e0869a2
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25090110294007300000091027220?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25090110294007300000091027220

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE
ATOrd 0000442-27.2025.5.06.0024
RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
RECLAMADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID e0869a2 proferido nos autos.

DESPACHO

Reporto-me à petição #id:fae5c4a, verificando que a reclamante apresentou impugnação e pedido de esclarecimentos quanto ao laudo da perícia técnica. A reclamada não se manifestou.

Fica intimada a perita, para esclarecimentos em 10 dias.

Aguarde-se a apresentação dos laudos médicos, cujas perícias foram realizadas em 05/08 (dr. Breno Domingos) e 22/08 (dr. Luiz Eduardo Barbosa)

RECIFE/PE, 01 de setembro de 2025.

NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO
Juíza do Trabalho Titular

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DA 24ª VARA DO TRABALHO DE RECIFE – PE

PROCESSO: **0000442-27.2025.5.06.0024**
AUTOR(ES): **MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS**
RÉU(RÉ): **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE**

Excelentíssimo(a) Senhor(a):

Renata Lima Wanderley, Engenheira Civil e de Segurança do Trabalho, infra-assinada, inscrita no CREA/PE sob o nº 53394-D/PE, tendo sido designada por V. Exa. para atuar como perita técnica nos autos do processo supramencionado, vem apresentar esclarecimentos ao laudo pericial apresentado, conforme determinado por V. Exa.

Em atenção aos questionamentos apresentados na impugnação ao laudo pericial, e considerando os quesitos suplementares formulados pela parte autora, venho prestar os seguintes esclarecimentos técnicos fundamentados na análise pericial realizada, na legislação vigente e nas normas técnicas aplicáveis.

Os esclarecimentos ora apresentados mantêm integral coerência com as conclusões técnicas constantes do laudo pericial original, reafirmando a metodologia científica empregada e os fundamentos normativos que embasaram a análise das condições de trabalho do de cujus.

1. Considerando que a Reclamante exercia suas funções em ambientes hospitalares diversos (UTI, emergência, salas vermelhas, ambulatórios), é possível afirmar que havia exposição habitual e contínua a agentes biológicos, mesmo fora do setor COVID?
R – Não. O fato de a Reclamante laborar em ambientes hospitalares como UTI, emergência, salas vermelhas ou ambulatórios não implica, por si só, exposição habitual e permanente a pacientes em isolamento por doenças infectocontagiosas. Conforme apurado em diligência, a única ocasião em que houve efetivo contato permanente com pacientes em isolamento e com doença infectocontagiosa foi nos meses de maio, junho e julho de 2020, durante a pandemia de COVID-19, na Enfermaria Santo Antônio (setor isolado).

A caracterização de insalubridade em grau máximo, segundo o Anexo 14 da NR-15, exige três condições concomitantes: (i) contato permanente, (ii) com pacientes portadores de doenças infectocontagiosas e (iii) em isolamento – requisitos não atendidos fora do período mencionado.

2. A utilização de produtos como formol, hipoclorito de sódio, amônia e outros desinfetantes pode ser caracterizada como exposição habitual a agentes químicos insalubres nos termos do Anexo 13 da NR-15? Em caso positivo, qual o grau de insalubridade correspondente?
R – Não. Não foi identificado no ambiente laboral da Reclamante o manuseio de formol ou amônia.

PJe Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 01/09/2025, às 12:21:19 - a58aa73

Quanto ao hipoclorito de sódio, este não consta como agente insalubre no Anexo 13 da NR-15. Ademais, conforme verificado, os produtos de limpeza eram fornecidos já diluídos (pronto uso), não havendo manipulação de concentrados. Dessa forma, não há caracterização de insalubridade por agentes químicos para a atividade desempenhada

3. O manuseio de resíduos hospitalares e materiais contaminados (inclusive descartados em lixo comum) é suficiente para caracterizar atividade insalubre em grau máximo, ainda que a atividade ocorra fora de alas formalmente isoladas?
R – Não. O manuseio de resíduos hospitalares e materiais contaminados, por si só, enquadra-se em grau médio, conforme previsto no Anexo 14 da NR 15. Assim, para a Reclamante, foi caracterizada a insalubridade em grau médio durante o contrato, excetuando-se o período em que atuou em ala de isolamento COVID, quando foi reconhecido o grau máximo

4. A ausência de EPIs eficazes e treinamento adequado pode descaracterizar a neutralização do agente insalubre, nos termos da NR-6? Há registro de comprovação documental da entrega e uso eficaz desses EPIs?
R – Conforme já fundamentado no laudo, não existem EPIs capazes de eliminar a exposição a agentes biológicos. Portanto, a discussão sobre neutralização por EPI é irrelevante no caso em análise.

A caracterização ou descaracterização da insalubridade, para agentes biológicos, é definida exclusivamente pelas condições previstas no Anexo 14 da NR-15, e não pela existência ou não de EPI. Logo, a ausência de comprovação documental não altera a conclusão técnica

Assim, **permanecem inalteradas as conclusões periciais anteriormente apresentadas**.

Permanecendo à disposição de Vossa Excelência para quaisquer esclarecimentos que porventura se tornarem necessários.

Termos em que,
Pede deferimento,

Recife, 01 de setembro de 2025.

Renata Lima Wanderley
CREA nº 53.394-D/PE

Documento assinado eletronicamente por RENATA LIMA WANDERLEY CAVALCANTI, em 01/09/2025, às 12:21:19 - a58aa73
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25090112210049500000091034730?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25090112210049500000091034730

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
24ª Vara do Trabalho do Recife
ATOrd 0000442-27.2025.5.06.0024
RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
RECLAMADO(A): IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

ATA DE AUDIÊNCIA

Em 2 de setembro de 2025, na sala de sessões da MM. 24ª Vara do Trabalho do Recife, sob a direção do(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) do Trabalho NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO, realizou-se audiência relativa à Ação Trabalhista - Rito Ordinário número 0000442-27.2025.5.06.0024, supramencionada.

Às 15:06, aberta a audiência, foram apregoadas as partes.

Presente a parte reclamante MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS, pessoalmente, acompanhado(a) de seu(a) advogado(a), Dr(a). LAYS CRISTINA DA SILVA SOBRAL, OAB 50362/PE.

Presente a parte reclamada IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE, representado(a) pelo(a) preposto(a) Sr.(a) DEYVSON GARRIDO DE SOUSA, acompanhado(a) de seu(a) advogado(a), Dr(a). CAMILLA SANTANA SANTOS, OAB 44833/PE.

Presente o acadêmico do curso de Direito LUCAS VINICIUS DE LIMA SILVA CPF:125.982.134-08.

Instalada a audiência.

Nos termos do art. 1º da Resolução nº 313/2021 do CSJT e art. 2º da Resolução nº 105/2010 do CNJ, fica dispensada a transcrição dos depoimentos colhidos com gravação audiovisual.

O acesso ao arquivo desta sessão poderá ser feito pela internet (Firefox, exclusivamente), por meio do link abaixo, não sendo necessário acesso específico, mas tão somente pelo CPF e e-mail:**https://midias.pje.jus.br/midias/web/site/login/?chave= (vide certidão que será juntada em seguida)**.

Fica esclarecido às partes e seus advogados que os depoimentos serão gravados mediante sistema oficial de gravação audiovisual e somente poderá ser utilizado única e exclusivamente para os fins deste processo.

Fica vedada a divulgação ou reprodução desta audiência em qualquer meio, principalmente redes sociais, para preservação da imagem dos participantes, a fim de proteger o direito de imagem e com base na LGPD, sob as penas da lei.

Pelos presentes foi manifestado o consentimento quanto à adoção do sistema de registro de depoimentos, bem como após ouvidos os advogados presentes, o Juízo fixou os seguintes pontos fáticos controvertidos sobre os quais incidirá a prova, com base no art. 8º, II da Resoluçãoº 313 do CSJT, a saber:

. Jornada de trabalho;

. Acidente de trabalho;

. Dano moral.

Serão indeferidas perguntas fora dos pontos ora fixados.

Com base no art. 3º da Resoluçãoº 313 do CSJT a fim de organizar e propiciar à plena compreensão e acesso à prova, as partes e seus advogados ficam cientes de que o vídeo será indexado com marcadores específicos de temas.

Para isso as perguntas e reperguntas serão feitas em bloco, para cada ponto controvertido ora fixado, sob pena de preclusão.

Assim, não serão admitidas novas perguntas pertinentes a ponto controvertido cujo bloco já foi encerrado, de modo a viabilizar e racionalizar o registro audiovisual dos depoimentos.

Dou vistas às partes para se manifestarem em 5 dias sobre os esclarecimentos periciais de id. a58aa73.

Dispensados os depoimentos pessoais, com base no art. 848 da CLT, tendo a autora dito que possui duas testemunhas e a ré, uma.

DEPOIMENTO DA PRIMEIRA TESTEMUNHA DA RECLAMANTE:

LEONARDO SABINO DOS SANTOS, CPF:032.257.184-75, Residente e domiciliada: RUA SAPIRANGA 01 QUADRA 22 COELHOS RECIFE/PE.

ADVERTIDA E COMPROMISSADA NA FORMA DA LEI, ÀS PERGUNTAS RESPONDEU:

Contextualização (00:00:20)

. Jornada de trabalho (00:00:48)

. Acidente de trabalho (00:02:20)

. Dano moral (00:03:39)

Nada mais disse, nem lhe foi perguntado.

DEPOIMENTO DA SEGUNDA TESTEMUNHA DA RECLAMANTE:

PJe Documento assinado eletronicamente por NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO, em 02/09/2025, às 15:48:07 - ffb28f7

VANESSA NONATO DA SILVA, CPF:132.343.544-13, Residente e domiciliada: TRAVESSA DO GUSMÃO SÃO JOSÉ RECIFE/PE.

ADVERTIDA E COMPROMISSADA NA FORMA DA LEI, ÀS PERGUNTAS RESPONDEU:

Contextualização (00:04:55)

. Jornada de trabalho (00:00:00) não foram formuladas perguntas.

. Acidente de trabalho (00:00:00); não foram formuladas perguntas

. Dano moral (00:05:34).

Nada mais disse, nem lhe foi perguntado.

A parte autora não apresentou mais testemunhas.

DEPOIMENTO DA PRIMEIRA TESTEMUNHA DO RECLAMADO:

CLAUDIA MARIA PEREIRA DA SILVA, CPF736.131.854-15, Residente e domiciliada: RUA BARRA LOTEAMENTO CONCEIÇÃO 74 PAULISTA/PE.

ADVERTIDA E COMPROMISSADA NA FORMA DA LEI, ÀS PERGUNTAS RESPONDEU:

Contextualização (00:10:40)

. Jornada de trabalho (00:00:00)não foram formuladas perguntas.

. Acidente de trabalho (00:11:46);

. Dano moral (00:15:32).

Nada mais disse, nem lhe foi perguntado.

O(a) reclamado encerrou sua prova testemunhal.

Em 07/07/2025, no despacho de id. 1f28f15, foram designadas três perícias: de insalubridade (perita RENATA WANDERLEY), psiquiátrica e médica (Dr. LUIZ EDUARDO FREITAS). No despacho de id. foi designado o médico (Dr. BRENO GUSMÃO).

Já houve a entrega do laudo pericial da insalubridade (id. afe208d - fls. 516/561) e esclarecimentos (id. a58aa73). Restando a entrega dos demais laudos.

Para encerramento da instrução e razões finais fica designado o dia **25/11/2025 às 13:20**, ficando dispensada a presença das partes, que terão o prazo até o momento da audiência para apresentar as razões finais em memoriais, querendo.

Dada a palavra às partes, nada mais foi requerido.

Cientes os presentes.

Encerrada a audiência às: 15:36.

Esta ata vale como declaração de comparecimento das pessoas cujos nomes nela constam, servindo para justificar a ausência do empregado ao seu trabalho, e salvaguardar o seu direito à percepção do seu salário, na forma da lei.

NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO
Juiz(a) do Trabalho

Ata redigida por *LUIS CARLOS BARRETO JUNIOR*, *Secretário(a) de Audiência.*

Documento assinado eletronicamente por NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO, em 02/09/2025, às 15:48:07 - ffb28f7
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25090215403057000000091104096?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25090215403057000000091104096

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE
ATOrd 0000442-27.2025.5.06.0024
RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
RECLAMADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

Av. Cais do Apolo, 739, Sobreloja, Bairro do Recife - CEP: 50030-902

Telefone: (81) 99625 6122

Atendimento ao público das 8 às 14 horas.

CERTIDÃO

Link de acesso à audiência realizada remotamente (PJE MÍDIAS):

https://midias.pje.jus.br/midias/web/site/login/?chave=5mTOSGOd1kEGghdc5SDT

Em caso de dificuldade de acesso, conforme orientação do Setor de Informática indica-se, atualmente, o acesso por meio da plataforma GOOGLE CHROME, observando-se se antes do endereço na página (onde fica o cadeado indicativo de segurança da página), canto superior esquerdo, consta a informação "Não seguro". Caso conste, se faz necessário acessar "Configurações de site" , rolar a aba até "Conteúdo não seguro" e clicar na opção "Permitir".

A presente certidão segue assinada eletronicamente pelo(a) servidor(a) abaixo identificado(a).

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, e nos termos da Lei 11.419/2006, que instituiu o Processo Judicial Eletrônico. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico "http://pje.trt6.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam", informando-se a chave numérica abaixo.

RECIFE/PE, 02 de setembro de 2025.

LUIS CARLOS BARRETO JUNIOR
Secretário de Audiência

Dr. Breno Melo - Perícias Médicas
CRM : 28908 PE

EXCELENTÍSSIMO(a) SENHOR(a) DOUTOR(a) JUIZ(a) DO TRABALHO DA ª VARA DO TRABALHO DA COMARCA DO RECIFE/PE.

LAUDO MÉDICO PERICIAL

Preâmbulo

Ao cinco dias do mês de Agosto de 2025, através da designação do presente Juízo, o médico Dr. **BRENO DOMINGOS DE GUSMÃO MELO, CRM/PE 28908**, procedeu à perícia médica do caso clínico de **MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS** qualificado nos Autos do Processo n.º **0000442-27.2025.5.06.0024** descrevendo com verdade e com todas as circunstâncias, o que vir a descobrir e observar, bem como responder aos quesitos das partes. Em consequência, transfere ao exame pericial solicitado, as investigações que julgou necessária, as quais findas, passa a declarar:

1. OBJETIVO DA PERÍCIA

Esta avaliação tem como objetivo identificar a existência de possíveis danos sofridos pelo RECLAMANTE durante sua atividade laboral como empregado na RECLAMADA. Verificar se o RECLAMANTE é ou foi portador de doença profissional "**M17.1, M54.5, G57.1 (gonoartrose, lombalgia e neuropatias periféricas).** decorrente das atividades desempenhadas para a RECLAMADA, se há nexo de causalidade ou concausa e se o RECLAMANTE teve redução de sua capacidade laborativa.

2. METODOLOGIA

A metodologia científica utilizada para determinar a redução de capacidade laboral e funcional da periciada foi baseada em critérios amplamente reconhecidos e adotados por instituições renomadas no Brasil, como a Associação Nacional de Medicina do Trabalho (ANAMT) e a Associação Brasileira de Medicina Legal e Perícias Médicas (ABMLPM). Estes critérios consideram a história clínica detalhada, exame físico minucioso, análise dos laudos médicos apresentados, exames complementares e a aplicação de escalas de avaliação de funcionalidade.

3. ALEGAÇÕES

Reclamante alega que iniciou suas atividades laborais na empresa em 10/01/2015. Refere que, com a progressão dos anos, passou a apresentar queixas em joelhos, coluna e ombros, entretanto não soube precisar a data de início dos sintomas nem o período em que iniciou qualquer tratamento.

Breno Domingos De Gusmão Melo – Jaboatão Dos Guararapes/PE - CEP 54410-130
Celular: (81) 988597177
E-mail: Drbrenomelo@outlook.com

PJe Documento assinado eletronicamente por BRENO DOMINGOS DE GUSMAO MELO, em 15/09/2025, às 15:58:24 - 28d6cec

Dr. Breno Melo - Perícias Médicas
CRM : 28908 PE

Destaca-se que não foram apresentados exames comprobatórios, exceto uma tomografia realizada após o término do vínculo laboral, a qual apontou alterações de natureza degenerativa.

Alega que realiza acompanhamento fisioterápico para as queixas em joelhos, coluna e ombros, porém também não apresentou documentação comprobatória dessa assistência.

Refere ainda que suas patologias ortopédicas permanecem em evolução, com piora clínica, mesmo estando afastada há dois anos das atividades laborativas.

3.1 Descrição das Atividades.

Reclamante alega que sua jornada laboral iniciava às 07h00 e se encerrava às 19h00, em regime de escala 12x36 horas (um dia de trabalho seguido por um dia de folga). Refere que, ao chegar, deslocava-se diretamente para as enfermarias, iniciando imediatamente as atividades de limpeza. Relata que realizava uma pausa para café às 08h30, retornando em seguida às enfermarias para dar continuidade às tarefas de higienização. Menciona que dispunha de 01 hora para o almoço, após o qual retornava novamente às enfermarias para prosseguir com a limpeza. Nega a realização de pausas no período da tarde, permanecendo em atividade contínua até o encerramento da jornada.

4. IDENTIFICAÇÃO DO RECLAMANTE

Nome: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS

Estado Civil: Solteira

Profissão: Auxiliar de Serviços Gerais

CPF: 800.381.314-04

Endereço: Rua Joao Pessoa , 115 , Bairro Santo Amaro.

Escolaridade: Até 5 Série.

Idade: 48 Anos.

5. IDENTIFICAÇÃO DA RECLAMADA

Nome: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

CNPJ: 10.869.782/0001-53

Endereço: AVENIDA CRUZ CABUGA , 1563 SANTO AMARO - RECIFE - PE - CEP: 50040-000

Breno Domingos De Gusmão Melo – Jaboatão Dos Guararapes/PE - CEP 54410-130
Celular: (81) 988597177
E-mail: Drbrenomelo@outlook.com

PJe Documento assinado eletronicamente por BRENO DOMINGOS DE GUSMAO MELO, em 15/09/2025, às 15:58:24 - 28d6cec

Dr. Breno Melo - Perícias Médicas
CRM : 28908 PE

Assitente Técnico da Reclamada: Silvia Helena Santos Mamede CRMPE – 15734

6. HISTÓRIA MÉDICO-OCUPACIONAL

- Data de Admissão: 10/01/2015

- Data de Demissão 05/12/2023

- Recebeu Benefício INSS durante labor na reclamada para tal patologia? Não

- Recebeu Benefício do INSS antes da admissão na reclamada? Não

-Recebeu Benefício do INSS após demissão na reclamada? Sim.

- Houve emissão de CAT ? Não soube informar.

- Grau de instrução escolar? Até 5 Série

- Quantos filhos? Idade? 02 Filhas.

- Trabalho atual/sustento? Não

- Usava EPI? Quais? Farda , Luva , Bota , Oculós

- Realiza alguma atividade física? Caminhada

- É fumante? 1 Carteira por dia há aproximadamente 20 Anos.

- Bebe? Não

- Possui carteira de habilitação? Não

- Possui carro/moto? Não

-Realizou exame admissional/periódico/demissional? Quais resultados? Apta.

- Recebeu benefício seguro-desemprego? Não

- A empresa forneceu plano de saúde? Não

- Como veio à perícia? Carona.

- Acompanhamento médico nos últimos 12 meses ou anteriores : Acompanhamento com psiquiatra , Não faz acompanhemento com psicólogo está aguardando vaga do CAPS , Refere problemas na coluna , joelho e ombro.

- Problemas de audição : Não

- Problemas de visão : Astigmatismo

- Problemas osteomusculares : Coluna , Joelho e Ombros.

Breno Domingos De Gusmão Melo – Jaboatão Dos Guararapes/PE - CEP 54410-130
Celular: (81) 988597177
E-mail: Drbrenomelo@outlook.com

PJe Documento assinado eletronicamente por BRENO DOMINGOS DE GUSMAO MELO, em 15/09/2025, às 15:58:24 - 28d6cec

Dr. Breno Melo - Perícias Médicas
CRM : 28908 PE

- Problemas de pele : Não sabe informar.

- Problemas intestinais : Não

- Problemas de pulmonares : Asma – Aerolin e Clenil .

- Problemas cardíacos : Hipertensão arterial sistêmica – Losartana e Hidroclorotiazida

- Problemas psiquiátricos : Transtorno Ansioso e Depressivo. – Faz uso de Clonazepam 01 cp a Noite // Setralina 02 Comprimidos de 100 // 02 Comprimiodos de Quetiapina a tarde.

- Cirurgias : Miomectomia.

- Hobbies: Nega hobbies.

7. DOCUMENTOS APRESENTADOS NOS AUTOS DE INTERESSE MÉDICO PERICIAL

7.1 Foram apresentados:

INSS – Id 3c4ef84

CAT – Não apresentados.

ASOs – Id 88cef1c , b2b0718 , bd3eeb7 , 32f85af , 12fe379

Ficha de EPI: Id 3c34491

PCMSO - Não apresentados.

PPRA – Não apresentados.

LTCAT - Não apresentados.

PPP – Id 91ae8b2

7.2 LAUDOS , ATESTADOS e EXAMES

ID nos autos / fls.	Laudo/exames/Receituarios	Data
Id bf18a6b	TC de Coluna Lombar	26/03/2024

8. EXAME FISICO PERICIAL

Exame Físico:

Breno Domingos De Gusmão Melo – Jaboatão Dos Guararapes/PE - CEP 54410-130
Celular: (81) 988597177
E-mail: Drbrenomelo@outlook.com

PJe Documento assinado eletronicamente por BRENO DOMINGOS DE GUSMAO MELO, em 15/09/2025, às 15:58:24 - 28d6cec

Dr. Breno Melo - Perícias Médicas
CRM : 28908 PE

O paciente ao exame está em um bom estado físico, bom estado de nutrição e aparenta uma idade física compatível com a idade cronológica. Está lúcido, orientado, no tempo e no espaço, o pensamento tem forma, curso e conteúdo normal, a memória está presente e preservada, o humor igualmente presente e adequado às situações propostas. Não notamos a presença de delírios ou alucinações.

Coluna:
Inspeção:
Coluna vertebral com alinhamento preservado nos planos frontal e sagital. Ausência de escoliose, hipercifose ou hiperlordose. Tônus da musculatura paravertebral simétrico, sem evidência de atrofias ou hipertrofias. Pele íntegra, sem sinais de lesões traumáticas, inflamatórias ou cicatrizes cirúrgicas. Sem alterações visíveis em membros, com simetria preservada.
Palpação:
Sem dor à palpação dos processos espinhosos ou da musculatura paravertebral. Ausência de espasmos, contraturas, pontos gatilhos ou crepitações. Temperatura local preservada.
Amplitude de movimento:
Movimentos da coluna cervical, torácica e lombar preservados em todos os planos, sem dor à execução. Flexão, extensão preservadas com amplitude completa
Força muscular:
Membros superiores: força preservada, grau 5/5.
Membro inferior esquerdo: força preservada, embora com flacidez ao repouso.
Membro inferior direito: força grau 5/5, compatível com desuso e atrofia observada.
Testes específicos:
Teste de Lasègue: Negativo
Teste de Spurling: negativo bilateralmente.
Teste de Bragard: negativo.
Marcha :
Sem alterações , Cadencia dos passos preservada

Ombros:
Inspeção: Ombros simétricos, sem deformidades estruturais visíveis, assimetrias ou sinais inflamatórios aparentes, como edema, hiperemia ou aumento de volume. Não há evidências de atrofia muscular nos grupos motores do ombro, incluindo deltoide, supraespinal e infraespinal.
Palpação: Sem dor à palpação das estruturas ósseas da clavícula, acrômio, articulação acromioclavicular e processo coracoide. Manguito rotador sem pontos de dor espontânea ou hipersensibilidade localizada. Palpação da bursa subacromial sem sinais de espessamento ou inflamação. Ausência de crepitação ou ressalto durante a movimentação passiva da articulação glenoumeral.
Mobilidade ativa e passiva:

Breno Domingos De Gusmão Melo – Jaboatão Dos Guararapes/PE - CEP 54410-130
Celular: (81) 988597177
E-mail: Drbrenomelo@outlook.com

PJe Documento assinado eletronicamente por BRENO DOMINGOS DE GUSMAO MELO, em 15/09/2025, às 15:58:24 - 28d6cec

Dr. Breno Melo - Perícias Médicas
CRM : 28908 PE

Flexão e abdução preservadas.
Rotação interna e externa completas.
Sinal do Arco Doloroso negativo bilateralmente.
Testes específicos:
Sinal de Neer negativo.
Sinal de Apley negativo bilateralmente.
Sinal de Gerber (Lift-off) negativo.
Sinal de Yocum negativo.
Força preservada bilateralmente nos grupos motores do ombro, incluindo **deltoide, supraespinal, infraespinal e subescapular**, sem déficit.

Exame Físico de Joelho
Inspeção: Pele íntegra, sem cicatrizes, deformidades ou sinais flogísticos (rubor, calor, edema). Alinhamento preservado. Marcha normal, sem claudicação.
Palpação: Sem dor à palpação das estruturas articulares e periarticulares. Ausência de derrame articular, crepitações ou instabilidade. Temperatura local preservada.
Amplitude de movimento (ADM): Flexão e extensão preservadas, dentro dos limites fisiológicos, sem dor ou limitação.
Testes específicos: Manobras de estabilidade ligamentar (gaveta anterior, gaveta posterior, estresse em varo e valgo) negativas para frouxidão. Testes meniscais (McMurray e Apley) negativos, sem dor evocada.
Perimetria: Simetria de medidas entre membros inferiores, sem diferenças significativas.

9. Analise do Nexo:

Na perícia médica, é essencial seguir e responder a determinados critérios para estabelecer o nexo causal em doenças ocupacionais. Entre os vários autores que propuseram tais critérios, como Bradford-Hill e Simonin,

Não há necessidade de aplicação dos 10 critérios de Penteado para a análise do nexo causal no presente caso, tendo em vista tratar-se de patologia de natureza degenerativa de origem reconhecidamente multicausal. Ainda que, por hipótese, fosse realizada tal análise, verifica-se que o periciando não preenche os critérios mínimos de necessidade, intensidade e temporalidade exigidos para o estabelecimento de nexo direto.

Dessa forma, superada a análise de nexo causal, passa-se, então, à avaliação do possível nexo concausal, conforme critérios técnicos aceitos, que será abordada a seguir.

Já a concausa ocorre quando uma doença é causada por dois ou mais fatores, sendo um deles o trabalho**. De acordo com os critérios de Penteado**, como princípio básico da concausalidade, deverá ocorrer a existência de um

Breno Domingos De Gusmão Melo – Jaboatão Dos Guararapes/PE - CEP 54410-130
Celular: (81) 988597177
E-mail: Drbrenomelo@outlook.com

PJe Documento assinado eletronicamente por BRENO DOMINGOS DE GUSMAO MELO, em 15/09/2025, às 15:58:24 - 28d6cec

Dr. Breno Melo - Perícias Médicas
CRM : 28908 PE

agravamento de um dano pré-existente ou então associação de causas que concorreram para o resultado (concausa concorrente). Por tal razão, deve o expert, na análise da concausalidade, não apenas apontar a existência do fator de risco, mas efetivamente demonstrar que sua existência influenciou de forma a alterar a história natural de evolução da doença. Portanto, deve ter certeza de que a doença pesquisada estaria melhor caso não houvesse exposição ao risco laboral. **O periciando não preenche critérios para o estabelecimento de nexo concausal**

Os 7 Critérios de Penteado para o estabelecimento de nexo concausal :

1- A doença discutida nos autos tem origem multicausal? Sim. Transtornos de cunho degenerativo / multicausal

2- No caso de doença multicausal foi encontrada efetivamente nas atividades laborais a existência de fator de risco capaz de agravar a doença ou atuar de forma concorrente no aparecimento do dano, considerando tempo e intensidade de exposição? Não.

03 - Identificado o risco há como afirmar que este atuou de forma a alterar a história natural de evolução da doença ? Não há comprovação de acompanhamento regular ou tratamento contínuo durante o período contratual, limitando-se a parte autora a apresentar documentação **apenas posterior ao término do vínculo laboral**, com achados compatíveis com **patologias degenerativas**.

Ademais, a própria reclamante refere **piora clínica mesmo estando afastada há dois anos das atividades laborativas**, o que se mostra **incompatível com a hipótese de patologia de origem ocupacional**, uma vez que a evolução desfavorável ocorre independentemente da exposição ao trabalho.

No presente caso, não há necessidade de aplicação dos demais critérios para nexo de concausalidade, uma vez que já foi identificado um critério negativo, o que, por si só, inviabiliza o nexo e encerra a análise de nexo de concausalidade.

Conclui-se que periciado não preenche os critérios para o estabelecimento de nexo causal conforme Simonin (1960) ou concausal conforme Penteado (2017).

10. RESPOSTAS AOS QUESITOS FORMULADOS

10.1 Quesitos Do Juizo

Não Apresentado.

Breno Domingos De Gusmão Melo – Jaboatão Dos Guararapes/PE - CEP 54410-130
Celular: (81) 988597177
E-mail: Drbrenomelo@outlook.com

PJe Documento assinado eletronicamente por BRENO DOMINGOS DE GUSMAO MELO, em 15/09/2025, às 15:58:24 - 28d6cec

Dr. Breno Melo - Perícias Médicas
CRM : 28908 PE

10.2 Quesitos Da Reclamante

1.A Reclamante apresenta patologias osteomusculares atualmente diagnosticadas, como gonartrose (CID M17.1), lombalgia (CID M54.5) e/ou neuropatia periférica (CID G57.1)? Qual o grau de comprometimento funcional?

Não foi apresentada documentação comprobatória de diagnóstico durante o período contratual, limitando-se a parte autora a trazer exames apenas após o término do vínculo, os quais evidenciam alterações de caráter degenerativo.

Ademais, a pericianda não preenche critérios médico-periciais para o estabelecimento de nexo causal ou concausal entre as atividades desempenhadas e as patologias alegadas, conforme os referenciais técnico-científicos usualmente aplicados (Simonin, 1960; Penteado, 2017).

2.Há nexo causal ou concausal entre as funções laborais desempenhadas pela Reclamante —incluindo atividadesde limpeza hospitalar, esforço físico repetitivo, jornadas extensas (12x36 com dobra), transporte de corpos, ausência de ergonomia —e as doenças musculoesqueléticas mencionadas?

Ver quesito 01.

3.As condições ergonômicas e organizacionais às quais a Reclamante esteve submetida (ausência de pausas, sobrecarga física, postura inadequada) são compatíveis com o surgimento ou agravamento das lesões diagnosticadas?

Ver quesito 01.

4.Existe perda da capacidade laborativa atual (total ou parcial, temporária ou permanente)? Há limitações funcionais que impedem o exercício da função de auxiliar de serviços gerais?

Não há incapacidade ou redução de capacidade laborativa legalmente relevante.

5.O quadro clínico atual da Reclamante requer afastamento permanente do trabalho, reabilitação ou readaptação profissional?

Não há incapacidade ou redução de capacidade laborativa legalmente relevante.

6.As lesões são passíveis de tratamento com possibilidade de regressão, estabilização ou evolução para agravamento? Há sequelas definitivas?

Não é objeto da perícia fornecer tratamentos a parte reclamante.

Breno Domingos De Gusmão Melo – Jaboatão Dos Guararapes/PE - CEP 54410-130
Celular: (81) 988597177
E-mail: Drbrenomelo@outlook.com

PJe Documento assinado eletronicamente por BRENO DOMINGOS DE GUSMAO MELO, em 15/09/2025, às 15:58:24 - 28d6cec

Dr. Breno Melo - Perícias Médicas
CRM : 28908 PE

7.A Reclamante sofreu redução de sua capacidade funcional de forma permanente, tornando-se economicamente menos apta para o exercício de sua profissão habitual?

Não há incapacidade ou redução de capacidade laborativa legalmente relevante.

11. CONCLUSÃO

Diante do exposto, destituído de qualquer parcialidade ou interesse, a não ser contribuir com a verdade, com base na história clínica, no exame físico, nos laudos médicos apresentados, exames de imagem e demais documentos constantes nos autos posso concluir afirmando: **Autora não apresenta incapacidade. A mesma pode desempenhar suas funções laborais habituais com respeito das normas regulamentadoras e medidas ergonômicas. Não se pode estabelecer nexo causal nem concausal entre a atividade performada pelo autor e os CIDs alegados.**

É o relatório.

Breno Domingos de Gusmão Melo
CRM-PE 28908

"Aquele que compreender que não poderá ser um perito honesto, seja honesto e não seja perito." **Abraham Lincoln**

Breno Domingos De Gusmão Melo – Jaboatão Dos Guararapes/PE - CEP 54410-130
Celular: (81) 988597177
E-mail: Drbrenomelo@outlook.com

Documento assinado eletronicamente por BRENO DOMINGOS DE GUSMAO MELO, em 15/09/2025, às 15:58:24 - 28d6cec
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25091515582377100000091580122?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25091515582377100000091580122

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE
ATOrd 0000442-27.2025.5.06.0024
RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
RECLAMADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

DESPACHO

Vistos, etc.

Reporto-me à petição #id:28d6cec , pelo(a) perito(a), com apresentação de laudo pericial.

Ficam intimadas as partes para ciência e manifestação, no prazo de 05 dias.

RECIFE/PE, 15 de setembro de 2025.

NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO
Juíza do Trabalho Titular

Documento assinado eletronicamente por NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO, em 15/09/2025, às 16:27:09 - 4af170e
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25091516184543300000091581644?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25091516184543300000091581644

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE
ATOrd 0000442-27.2025.5.06.0024
RECLAMANTE: MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS
RECLAMADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 4af170e proferido nos autos.

DESPACHO

Vistos, etc.

Reporto-me à petição #id:28d6cec , pelo(a) perito(a), com apresentação de laudo pericial.

Ficam intimadas as partes para ciência e manifestação, no prazo de 05 dias.

RECIFE/PE, 15 de setembro de 2025.

NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO
Juíza do Trabalho Titular

Processo Judicial Eletrônico
Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - 1º Grau

Certidão de Disponibilização e Publicação - DJEN

Número do Processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Órgão Julgador: 24ª Vara do Trabalho do Recife
Documento Publicado: Intimação(Intimação) - 0361924
Data de Disponibilização: 16/09/2025
Data de Publicação: 17/09/2025

Documento assinado eletronicamente por PROCEDIMENTO AUTOMATIZADO - PJE, em 17/09/2025, às 00:12:08 - 2368ed4
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25091700120861600000091646597?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25091700120861600000091646597

Processo Judicial Eletrônico

Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - 1º Grau

Certidão de Disponibilização e Publicação - DJEN

Número do Processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Órgão Julgador: 24ª Vara do Trabalho do Recife
Documento Publicado: Intimação(Intimação) - 0361924
Data de Disponibilização: 16/09/2025
Data de Publicação: 17/09/2025

Documento assinado eletronicamente por PROCEDIMENTO AUTOMATIZADO - PJE, em 17/09/2025, às 00:12:09 - aa5bdb8
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25091700120913700000091646598?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25091700120913700000091646598

JÉSSICA DIAS & GABRIEL DIAS
ADVOGADOS

EXCELENTISSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DA 24ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE/PE

PROCESSO N°. 0000442-27.2025.5.06.0024

MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS, já qualificado nos autos do processo movido contra **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE,** já devidamente qualificada, através de seus advogados, vem à presença de V. Exa., tempestivamente, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO LAUDO PERICIAL COM PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS,** nos termos do artigo 845 da CLT:

DESCONSIDERAÇÃO DAS CONDIÇÕES REAIS DE TRABALHO E DO RISCO BIOLÓGICO

O perito limitou-se a um exame clínico pontual, sem vistoria in loco e sem integrar à análise a rotina em ala COVID, o manuseio diário de RSS e as dobras de jornada, fatores sabidamente relacionados a sobrecarga biomecânica e estressores organizacionais. Os fatos incontroversos da inicial – 12x36 com dobras por 3–4 dias e lotação na Enfermaria Santo Antônio (COVID) – não foram enfrentados no raciocínio conclusivo do laudo.

OMISSÃO SOBRE DOIS ACIDENTES TÍPICOS COM MATERIAL PERFUROCORTANTE

A Autora sofreu dois acidentes típicos, perfurada por material biológico descartado irregularmente, tendo sido submetida a PEP (antirretrovirais) por ~30 dias em cada evento. Tais fatos, diretamente ligados à NR-32 e ao Anexo 14 da NR-15, não foram avaliados pelo expert, embora componham o contexto de risco e adoecimento da trabalhadora.

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 22/09/2025, às 11:54:13 - 5c72016

CONCLUSÃO BASEADA NA "AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS" QUE ESTÃO SOB GUARDA PATRONAL

O próprio laudo assenta que PCMSO, PPRA e LTCAT não foram apresentados. A inércia documental da Reclamada não pode ser convertida em presunção favorável ao empregador, menos ainda em negativa de nexo; ao revés, recomenda diligência pericial com exibição forçada dos programas de SST e, se necessário, inspeção ambiental.

USO INDEVIDO DE ARGUMENTO TEMPORAL ("PIORA MESMO AFASTADA") PARA AFASTAR CONCAUSA

O perito sustenta que a piora clínica após 2 anos afastada seria "incompatível" com origem ocupacional e, por isso, dispensa a aplicação completa dos critérios para concausalidade, encerrando a análise ao detectar um "critério negativo". Esse raciocínio é tecnicamente frágil: doenças degenerativas podem ser agravadas por sobrecarga laboral e prosseguir mesmo cessado o risco, o que não elimina a concausa. Afastar a concausa por esse único vetor temporal contraria a própria noção de multicausalidade que o laudo invoca.

RESPOSTAS GENÉRICAS E INSUFICIENTES AOS QUESITOS DA AUTORA

Diversos quesitos receberam respostas estereotipadas ("Ver quesito 01") ou conclusões apodíticas ("não há incapacidade"), sem análise específica de ergonomia, pausas, organização do trabalho e exposição a agentes biológicos – todos nucleares no caso.

CONTRADIÇÃO LÓGICA COM ELEMENTOS DO PRÓPRIO PROCESSO

Há benefício por incapacidade (espécie 31) concedido no curso do aviso (dispensa em 05/12/2023; benefício em 10/01/2024), circunstância que, embora não seja prova absoluta do nexo, é indício clínico-administrativo relevante e merecia enfrentamento técnico expresso no laudo, mas nada foi ponderado.

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 22/09/2025, às 11:54:13 - 5c72016

RECONHECIDA AUSÊNCIA DE CAT/EPI/PROGRAMAS E, AO MESMO TEMPO, CONCLUSÃO PERICIAL ABSOLUTÓRIA

O laudo reconhece ausência de CAT, limita os EPIs essencialmente a "farda, luva, bota, óculos" e não recebeu os programas legais de SST; ainda assim, absolve o nexo/concausa sem checar efetividade, periodicidade e adequação dos controles ambientais. Isso inverte indevidamente o risco da prova técnica em desfavor da trabalhadora.

CONSEQUÊNCIAS PROCESSUAIS

Diante das falhas metodológicas e omissões apontadas, o laudo carece de força persuasiva para dirimir o objeto da prova. Sua conclusão de inexistência de nexo/concausa não se sustenta ante (i) a não análise do cenário de risco biológico/organizacional; (ii) a não juntada de documentos de SST pela Reclamada; (iii) a resposta padronizada a quesitos específicos; e (iv) o silêncio sobre os acidentes perfurocortantes.

QUESITOS SUPLEMENTARES

1. Confirmar se, consideradas as dobras de jornada (3–4 dias) sem pausas adequadas, há sobrecarga biomecânica compatível com agravamento de lombalgia/gonoartrose em trabalhadora de limpeza hospitalar. Fundamentar.

2. Explicitar por que razão a multicausalidade (admitida no laudo) levaria à exclusão da concausa, quando a literatura e a prática pericial admitem agravamento laboral de doenças degenerativas. Indicar bases técnico-científicas além do argumento temporal de "piora após afastamento".

3. Dizer se a lotação em ala COVID (Enfermaria Santo Antônio), com manuseio de RSS e auxílio no transporte de corpos, eleva a exigência física/psíquica e o risco biológico, e se isso deveria repercutir na graduação da insalubridade e na avaliação de nexo/concausa.

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 22/09/2025, às 11:54:13 - 5c72016

4. Esclarecer por que os acidentes perfurocortantes e a PEP não foram analisados na perícia, indicando se tais eventos guardam relação com as queixas e com o ambiente de trabalho descrito.

5. Informar se a ausência de PCMSO/PPRA/LTCAT não fragiliza a segurança da conclusão pericial; indicar quais dados de exposição/ergonomia foram utilizados em substituição a esses programas legais.

6. Detalhar quais tarefas típicas de limpeza hospitalar (esfregar/arrastar móveis, transportar baldes/paninhos úmidos, torção repetitiva, varrer extensas áreas, subir/descer rampas) foram simuladas/observadas no exame e como tais esforços foram ponderados na avaliação funcional.

7. Considerar o histórico clínico-administrativo: existe relevância médico-pericial do benefício por incapacidade concedido no curso do aviso? Por que não foi ponderado na conclusão?

8. Esclarecer a efetividade dos EPIs declarados ("farda, luva, bota, óculos") para neutralização de riscos biológicos e para sobrecarga osteomuscular na rotina descrita; informar periodicidade de troca/treinamento com base em documentos, sob pena de confissão se inexistentes.

PEDIDOS

Ante o exposto, impugna-se o laudo pericial, requerendo: sua desconsideração quanto às conclusões de nexo/concausa e incapacidade; a realização de perícia complementar (médico do trabalho/ergonomia) com vistoria in loco e determinação de exibição dos documentos de SST; a intimação do perito para responder aos quesitos suplementares e subsidiariamente, a atribuição de reduzido valor probatório ao laudo, reconhecendo-se ao menos a concausa à luz do conjunto fático-probatório.

PJe Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 22/09/2025, às 11:54:13 - 5c72016

JÉSSICA DIAS & GABRIEL DIAS
ADVOGADOS

Pede deferimento.
Recife, 22 de setembro de 2025.

JÉSSICA CAROLINA GONÇALVES DIAS
OAB/PE 37.219

GABRIEL GONÇALVES DIAS
OAB/PE 53.444

(81) 9 8225-1888
(81) 3039-1529
contato@jgdiasadvogados.com.br
@jgdiasadvogados

RECIFE - Empresarial Isaac Newton, Av. Gov. Agamenon Magalhães, Nº 4779, Sala 702 - Ilha do Leite, Recife/PE, CEP: 50070-160

CARUARU - R. Felipe Camarão, Nº 73 - 1º andar - Sala 102 - Nossa Sra. das Dores, Caruaru/PE, CEP: 55004-350

PJe
Documento assinado eletronicamente por JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS, em 22/09/2025, às 11:54:13 - 5c72016
https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25092211534488800000091827029?instancia=1
Número do processo: 0000442-27.2025.5.06.0024
Número do documento: 25092211534488800000091827029

SUMÁRIO

Documentos			
Id.	**Data da Assinatura**	**Documento**	**Tipo**
babb882	16/04/2025 16:47	Petição Inicial	Petição Inicial
b00ac05	16/04/2025 16:47	PROCURAÇÃO	Procuração
a118f16	16/04/2025 16:47	DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA	Declaração de Hipossuficiência
76d36a4	16/04/2025 16:47	CONTRATO HONORÁRIO TRABALISTA	Contrato
fbc3742	16/04/2025 16:47	CTPS DIGITAL	Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)
c8d012b	16/04/2025 16:47	RG	Carteira de Identidade/Registro Geral (RG)
2056e65	16/04/2025 16:47	declaracao-de-beneficio-13	Documento Diverso
0288cd7	16/04/2025 16:47	LAUDO MÉDICO - DR. IZIDRO FILHO - 13.12.2023	Documento Diverso
1a47984	16/04/2025 16:47	LAUDO MÉDICO - DR. JOSE WALDO - 10.01.2024	Documento Diverso
e7bd413	16/04/2025 16:47	LAUDO MÉDICO DR. IZIDRO ALENCAR 30.05.2024	Documento Diverso
4825eb1	16/04/2025 16:47	LAUDO MÉDICO DR. JOSE WALDO 06.06.2024	Documento Diverso
1163fd2	16/04/2025 16:47	laudos-medicos-pericial INSS	Documento Diverso
dc383dd	16/04/2025 16:47	RECEITUÁRIO ESPECIAL - DR. JOSE WALDO	Documento Diverso
19ad631	16/04/2025 16:47	RECEITUÁRIO ESPECIAL - DR. JOSE WALDO (2)	Documento Diverso
df548de	16/04/2025 16:47	RECEITUÁRIO ESPECIAL - DR. JOSE WALDO	Documento Diverso
12e207f	16/04/2025 16:47	RECEITUÁRIO MÉDICO CONTROLADO 23.05.2024	Documento Diverso
17b70a8	16/04/2025 16:47	RECEITUÁRIOS CONTROLE ESPECIAL - DR. JOSE WALDO (2)	Documento Diverso
01cf7c6	16/04/2025 16:47	RECEITUÁRIOS CONTROLE ESPECIAL - DR. JOSE WALDO	Documento Diverso
57a4472	16/04/2025 16:48	Certidão de Distribuição	Certidão
befa898	28/04/2025 09:30	CERTIDAO TRIAGEM INICIAL	Certidão
70eb358	28/04/2025 10:04	Despacho	Despacho
81a020c	28/04/2025 10:05	Intimação	Intimação
3d01f79	28/04/2025 14:56	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE	Mandado de Intimação / Notificação
85bbc3a	29/04/2025 15:50	Custos Legis - Ministério Público do Trabalho	Intimação
86c5865	05/05/2025 10:11	Certidão de Oficial de Justiça	Certidão
52e5676	06/05/2025 15:25	Cota	Parecer do Ministério Público do Trabalho (MPT)
04f2701	07/05/2025 08:47	Despacho	Despacho
0630dbc	12/05/2025 08:56	Certidão de Oficial de Justiça	Certidão
3781a85	14/05/2025 18:06	Habilitação	Solicitação de Habilitação
c3f8296	14/05/2025 18:06	1. santa casa - procuração e atos constitutivos kit	Procuração

7aa422f	14/05/2025 18:54	Manifestação	Manifestação
dfc89a7	14/05/2025 18:54	quesitos saúde mental	Documento Diverso
88cef1c	14/05/2025 18:54	aso 06.12.2023	Atestado de Saúde Ocupacional (ASO)
b2b0718	14/05/2025 18:54	aso 07.10.2021	Atestado de Saúde Ocupacional (ASO)
bd3eeb7	14/05/2025 18:54	aso 08.10.2020	Atestado de Saúde Ocupacional (ASO)
32f85af	14/05/2025 18:54	aso 17.11.2016	Atestado de Saúde Ocupacional (ASO)
12fe379	14/05/2025 18:54	aso 20.06.2023	Atestado de Saúde Ocupacional (ASO)
17c2e60	14/05/2025 18:54	atestado	Atestado Médico
1d81043	14/05/2025 18:54	atestados	Atestado Médico
337755b	14/05/2025 18:54	relatorio medico	Atestado Médico
267b9c6	19/05/2025 08:54	Juntada Prevjud	Certidão
3c4ef84	19/05/2025 08:54	DOSSIE_médico	Documento Diverso
413c078	19/05/2025 08:54	DOSSIE_Historico_Creditos	Documento Diverso
7c99397	19/05/2025 08:54	DOSSIE_Carta_Concessao	Documento Diverso
8b0bd7c	19/05/2025 08:54	DOSSIE_Quadro_Resumo	Documento Diverso
45f78b9	19/05/2025 08:54	DOSSIE_Declaracao_Beneficios	Documento Diverso
15d207c	19/05/2025 08:54	DOSSIE_Extrato_CNIS	Documento Diverso
bf86e01	19/05/2025 08:54	DOSSIE_Dados_Cadastrais	Documento Diverso
f0cd708	19/05/2025 11:10	Decisão	Decisão
ec1aa83	19/05/2025 11:11	Intimação	Intimação
4008e9d	25/05/2025 14:13	Designação de audiência	Certidão
496b8f4	27/05/2025 12:05	Intimação via DEJT	Intimação
9eac17c	27/05/2025 12:05	Intimação via DEJT	Intimação
4783092	27/05/2025 12:06	Notificação por Domicilio Judicial ou Sistema	Notificação
2a1b627	02/07/2025 18:15	Contestação	Contestação
3bac377	03/07/2025 18:21	Ata da Audiência	Ata da Audiência
1f28f15	07/07/2025 10:18	Despacho (audiência e perícias)	Despacho
e3a16de	07/07/2025 10:19	Intimação	Intimação
27971ab	07/07/2025 15:48	E-mail de Tribunal Regional do Trabalho - Resposta CPF	Correspondência ou Mensagem Eletrônica/E-mail
c16ec56	08/07/2025 15:14	Manifestação	Manifestação
3d1617c	08/07/2025 15:14	2023	Cartão de Ponto/Controle de Frequência
3a9c5f8	08/07/2025 15:14	2022	Cartão de Ponto/Controle de Frequência
8bcb5ab	08/07/2025 15:14	2021	Cartão de Ponto/Controle de Frequência

0e16d23	08/07/2025 15:14	2020	Cartão de Ponto/Controle de Frequência
b80f68b	08/07/2025 15:14	2019	Cartão de Ponto/Controle de Frequência
643d509	08/07/2025 15:14	Ficha Registro_MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS_4689	Ficha de Registro de Empregado
c59dd0b	08/07/2025 15:14	FF2023 _MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS_4689	Contracheque/Recibo de Salário
c53dd55	08/07/2025 15:14	FF 2019 _MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS_4689	Contracheque/Recibo de Salário
d7c0b39	08/07/2025 15:14	FF 2020 _MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS_4689	Contracheque/Recibo de Salário
9bf5147	08/07/2025 15:14	FF 2021 _MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS_4689	Contracheque/Recibo de Salário
e300768	08/07/2025 15:14	FF 2022 _MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS_4689	Contracheque/Recibo de Salário
47f20c8	08/07/2025 15:14	FF 2023 _MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS_4689	Contracheque/Recibo de Salário
2f1bf87	08/07/2025 15:14	TRCT _MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS_4689 homologado	Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT)
b3b3693	08/07/2025 15:14	GRRF _MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS_4689 homologado	Extrato de FGTS
0bd82eb	08/07/2025 15:14	CCT FEDERAÇÃO X SINDHOSPE 2022-2023 TERMO ADITIVO	Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)
3068775	08/07/2025 15:14	CCT FEDERAÇÃO 2023-2024	Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)
91ae8b2	08/07/2025 15:14	PPP _MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS_4689	Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP)
3c34491	08/07/2025 15:14	Ficha de EPI _MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS_4689	Recibo de Entrega de Equipamento de Proteção Individual (EPI)
b04874b	08/07/2025 15:14	Ext_Analitico	Extrato de FGTS
8f7b21a	08/07/2025 15:14	EXTRATO FGTS _MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS_4689 homologado	Extrato de FGTS
1d4e4a1	08/07/2025 15:14	MP DESLIGAMENTO _MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS_4689	Documento Diverso
14f7553	08/07/2025 15:14	Advertencia 1_MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS_4689 homologado	Documento Diverso
e36f379	08/07/2025 15:14	Advertencia 2 _MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS_4689 homologado	Documento Diverso
10b3866	08/07/2025 15:14	COMUNICADO DESLIGAMENTO _MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS_4689 homologado	Documento Diverso
f08bf9c	08/07/2025 15:14	carta de preposição - 0000442-27.2025.5.06.0024 - Maria Rita de Cassia dos Santos	Carta de Preposição
b3dab1d	08/07/2025 15:55	Intimação	Intimação
d86b788	08/07/2025 15:56	Intimação	Intimação
b406af6	08/07/2025 20:15	Indicação de Data de Realização de Diligência Pericial	Indicação de Data de Realização de Diligência Pericial
a852cb9	09/07/2025 08:29	Juntada Prevjud	Certidão

5a1b0f9	09/07/2025 08:29	LAUDO	Documento Diverso
4f3a5c8	09/07/2025 08:29	CARTA	Documento Diverso
56d9190	09/07/2025 08:29	CNIS	Documento Diverso
860b1cb	09/07/2025 10:14	Despacho	Despacho
4c39613	09/07/2025 10:15	Intimação	Intimação
1d2eda6	09/07/2025 22:58	MANIFESTAÇÃO - MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS	Manifestação
8b972b8	09/07/2025 22:58	RELATÓRIO MÉDICO_DR. JOSE WALDO SARAIVA_20.02.2025	Documento Diverso
10c85a8	09/07/2025 22:58	laudo José Waldo 240425	Documento Diverso
bf18a6b	09/07/2025 22:58	TC de coluna lombar	Documento Diverso
470c02f	09/07/2025 22:58	0042690-70.2024.8.17.2001-1752111727144-29178-decisao	Documento Diverso
a5c8fdb	09/07/2025 22:58	laudo Dr.izidro 030625	Documento Diverso
4a3f3e9	10/07/2025 08:32	Despacho	Despacho
cafafe9	10/07/2025 08:33	Intimação	Intimação
cb4fe97	10/07/2025 15:32	Intimação	Intimação
7a7e0f7	15/07/2025 16:37	data + honorários + dados bancários	Indicação de Data de Realização de Diligência Pericial
4b73b08	15/07/2025 17:23	Despacho	Despacho
7c8ef97	15/07/2025 17:24	Intimação	Intimação
5edcce1	17/07/2025 18:45	IMPUGNAÇÃO AO PERITO- APRESENTAÇÃO QUESITOS MEDICOS - REQUERIMENTO DE PERICIA DISTINTAS	Manifestação
4069ef6	18/07/2025 00:41	Certidão de Publicação no DJEN	Certidão
c6596a8	18/07/2025 00:41	Certidão de Publicação no DJEN	Certidão
58b42ba	18/07/2025 10:38	Despacho	Despacho
bcf8a89	18/07/2025 20:17	IMPUGNAÇÃO AOS DOCUMENTOS DA RECLAMADA - MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS	Impugnação
2ddf494	19/07/2025 17:10	Indicação de Data de Realização de Diligência Pericial	Indicação de Data de Realização de Diligência Pericial
4c5abb6	21/07/2025 08:15	Despacho	Despacho
825e6e3	21/07/2025 08:16	Intimação	Intimação
6f0d41c	23/07/2025 00:49	Certidão de Publicação no DJEN	Certidão
301f8e1	23/07/2025 00:49	Certidão de Publicação no DJEN	Certidão
8610c27	23/07/2025 16:16	Despacho	Despacho
a3e1d08	23/07/2025 16:17	Intimação	Intimação
4c1a5e5	23/07/2025 18:20	Manifestação	Manifestação
9f5d441	23/07/2025 18:20	QUESITOS_SANTA CASA_ MARIA RITA DE CASSIA DOS SANTOS	Documento Diverso
afe208d	23/07/2025 18:22	Manifestação - laudo pericial	Manifestação
6455dee	24/07/2025 09:02	Despacho	Despacho
422a884	24/07/2025 09:03	Intimação	Intimação

fb42615	25/07/2025 00:14	Certidão de Publicação no DJEN	Certidão
8b22e78	28/07/2025 00:33	Certidão de Publicação no DJEN	Certidão
1d5d042	28/07/2025 00:33	Certidão de Publicação no DJEN	Certidão
fae5c4a	29/07/2025 21:08	MANIFESTAÇÃO AO LAUDO TECNICO COM PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS	Manifestação
8e06e6e	04/08/2025 21:51	COLACIONAR DOCUMENTOS	Manifestação
2b76057	04/08/2025 21:51	LAUDO MÉDICO 24.04.2025	Documento Diverso
166b254	04/08/2025 21:51	RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL 08.07.2025	Documento Diverso
cd0dc5c	04/08/2025 21:51	RECEITUÁRIO MÉDICO 28.07.2025	Documento Diverso
dda8a00	04/08/2025 21:51	LAUDO MÉDICO 03.06.2025	Documento Diverso
14657b1	05/08/2025 09:58	Despacho	Despacho
86e88f9	05/08/2025 09:59	Intimação	Intimação
a8afaf3	07/08/2025 00:55	Certidão de Publicação no DJEN	Certidão
8fee317	07/08/2025 00:55	Certidão de Publicação no DJEN	Certidão
cbf1249	15/08/2025 20:31	Manifestação	Manifestação
f86ff87	19/08/2025 09:29	Despacho	Despacho
e0869a2	01/09/2025 10:52	Despacho	Despacho
bb525cd	01/09/2025 10:53	Intimação	Intimação
a58aa73	01/09/2025 12:21	Manifestação - Esclarecimento Perita	Manifestação
ffb28f7	02/09/2025 15:48	Ata da Audiência	Ata da Audiência
e933fb2	02/09/2025 17:00	de acesso ao PJE mídias.	Certidão
28d6cec	15/09/2025 15:58	Apresentação de Laudo Pericial	Apresentação de Laudo Pericial
4af170e	15/09/2025 16:27	Despacho	Despacho
0361924	15/09/2025 16:28	Intimação	Intimação
2368ed4	17/09/2025 00:12	Certidão de Publicação no DJEN	Certidão
aa5bdb8	17/09/2025 00:12	Certidão de Publicação no DJEN	Certidão
5c72016	22/09/2025 11:54	IMPUGNAÇÃO AO LAUDO PERICIAL COM PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS	Impugnação